



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Raphael Coelho Neto

**A revista *Chile-América* no exílio: redes de denúncia, direitos humanos
e renovação socialista (1974-1983)**

Belo Horizonte
2022

Raphael Coelho Neto

A revista *Chile-América* no exílio: redes de denúncia, direitos humanos e renovação socialista (1974-1983)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Profa. Dra. Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte
Abril de 2022

983.0647
C672r
2022

Coelho Neto, Raphael.

A Revista Chile-América no exílio [manuscrito] : redes de denúncia, direitos humanos e renovação socialista (1974-1983) / Raphael Coelho Neto. - 2022.

581 f. : il.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Revista Chile-América. 3. Chile – Política e governo – 1974-1983 - Teses. 4. Ditadura – Chile – Teses. 5. Exílio - Teses. 6. Direitos humanos – Teses. 7. Chile – História – Teses. I. Costa, Adriane Aparecida Vidal. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA DA DEFESA DE TESE EM HISTÓRIA DE RAPHAEL COELHO NETO

Nº REGISTRO: 2017664027

Aos **13** dias do mês de **maio** de **2022 (dois mil e vinte e dois)**, reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores **Adriane Aparecida Vidal Costa** (UFMG), **Elisa de Campos Borges** (UFF – por videoconferência), **Fabiana de Souza Fredrigo** (UFG – por videoconferência), **Mario Hugo Ayala** (Universidad Nacional de Tierra del Fuego – por videoconferência) e **Rolando Alvarez Vallejos** (Universidad de Santiago de Chile – por videoconferência), para julgar o trabalho final intitulado: **A REVISTA CHILE-AMÉRICA NO EXÍLIO: REDES DE DENÚNCIA, DIREITOS HUMANOS E RENOVAÇÃO SOCIALISTA (1974-1983)**, requisito final para a obtenção do grau de **DOUTOR EM HISTÓRIA**. Abrindo a sessão no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de Concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho - Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas, a Presidente da Comissão, professora **Adriane Aparecida Vidal Costa**, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição de resultado final. O candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que foi assinada pelos examinadores participantes. Belo Horizonte, 13 de maio de 2022.

Observação da Banca: *A banca destaca a contribuição historiográfica da tese e a indica para publicação.*

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Elisa de Campos Borges, Usuária Externa**, em 19/05/2022, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Hugo Ayala, Usuário Externo**, em 21/05/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana de Souza Fredrigo, Usuária Externa**, em 23/05/2022, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Aparecida Vidal Costa, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2022, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rolando Eugenio Álvarez Vallejos, Usuário Externo**, em 27/05/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1409135** e o código CRC **2541C705**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Dra. Adriane Vidal Costa. Trata-se de uma gratidão incomensurável, difícil de resumir em palavras, pois seria reduzir a dimensão da importância que ela, como grande professora e intelectual, teve em toda minha formação e trajetória acadêmica. Afinal, foram, aproximadamente, 10 anos entre aulas, orientações, seminários e eventos, compreendendo os cursos de especialização, mestrado e doutorado, tempo de enorme aprendizado. Tenho profunda admiração por seu trabalho, competência, sensibilidade, generosidade, humanidade. Muito grato por toda a atenção e amizade.

Agradeço muito, com todo amor, aos meus pais, Raffles e Lúcia. Devo tudo aos dois (não tem como não me emocionar). Sem eles por perto, me dando toda segurança que precisava, não sei se conseguiria desenvolver este trabalho. Nos momentos mais difíceis, por vezes de desânimo, insegurança e instabilidade emocional, a presença deles me fez ressurgir, insistir e buscar caminhos. Estendo todo carinho às minhas irmãs, Rachel e Luciana.

Agradeço ao professor Dr. Mateus Fávaro Reis e à professora Dra. Fabiana de Souza Fredrigo pelas importantes contribuições durante a qualificação da tese. Gratidão enorme às professoras Dra. Fabiana de Souza Fredrigo e Dra. Elisa de Campos Borges e aos professores Dr. Rolando Álvarez Vallejos e Dr. Mario Hugo Ayala por aceitarem participar da defesa e pelos trabalhos de pesquisa que serviram de base para esta tese.

Sou muito grato à convivência com meus colegas da graduação e pós-graduação em História, mesmo atravessando tempos de pandemia, condição que até hoje se impõe como limite aos encontros na universidade e nos eventos acadêmicos. Realmente é um prazer integrar o *Núcleo de Pesquisa em História das Américas* (NUPHA) e, principalmente, participar do grupo de pesquisa *História Intelectual: narrativas, práticas*

e circulação de ideias, coordenado pela professora Adriane Vidal Costa. Em especial, pela convivência mais próxima e toda colaboração, agradeço à Ana Paula Cecon Calegari, à Stella Ferreira Gontijo, à professora Dra. Natally Viera Dias, ao Elvis de Almeyda Diana, à Isadora Bolina Vivacqua, à Taciana Garrido, à Mariana Cruz, à Mariana Brescia e ao André Amaral. Igualmente, pelas conversas, parcerias e compartilhamentos das pesquisas, um muito obrigado a Edi de Freitas Cardoso Júnior, Thiago Henrique Oliveira Prates, Warley Alves Gomes e Marina Helena Meira Carvalho.

Meus agradecimentos à CAPES pelo apoio financeiro concedido à pesquisa. À secretaria da pós-graduação, Mauricio e Gustavo, por todo suporte necessário. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Aos funcionários do *Centro de Documentación del Museo de la Memoria y Derechos Humanos* (CEDOC) e da *Biblioteca Nacional de Chile*, pela atenção e cuidado ao me receberem e me explicarem sobre a utilização do acervo documental. Aos professores Julio Pinto Vallejos e Cesár Zamorano Díaz em razão da acolhida na *Universidad de Santiago de Chile* (USACH). À Maíra Máximo Nascimento, por me receber em sua casa em Santiago, todo meu carinho. À Carolina Paulino Alcântara e sua importante contribuição com a pesquisa realizada em Santiago de Chile.

A José Antonio Viera-Gallo e Julio Silva Montes, pela recepção, atenção, paciência e entrevista concedida a mim. A Viera-Gallo, uma honra conhecer personagem tão importante para a história política chilena, central para a existência da revista *Chile-América*. Obrigado pela atenção e pelas informações concedidas.

Um trabalho jamais se realiza sozinho. É fruto de ações coletivas e contribuições diversas que nos impulsionam para atingir nossos objetivos. Somente assim avançamos com ímpeto. Gratidão a todas e a todos que contribuíram de alguma forma com esta tese!

RESUMO

Chile-América foi uma revista do exílio chileno publicada em Roma, na Itália, entre 1974 e 1983, durante a ditadura militar chilena (1973-1990). Foi criada, editada e dirigida por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, possuindo Fernando Murillo Viaña como secretário de redação. Todos estiveram exilados e tiveram como marca comum a atuação na política chilena, o pertencimento a partidos políticos que depois se transformaram em resistência à ditadura de Augusto Pinochet, com destaque para a IC, o MAPU e a DC. O projeto de criação da revista foi justamente o de aproximar setores da UP e da ala mais crítica e progressista da DC, com o objetivo de projetar uma unidade programática de oposição e resistência à ditadura que, gradativamente, esboçasse os meios para uma transição à democracia. *Chile-América* se dedicou a divulgar e propor o debate político e democrático em suas páginas e acabou por figurar-se como vetor importante da renovação socialista chilena desde o exílio. A revista contribuiu decisivamente para informar sobre os acontecimentos no Chile, enfatizando a circulação das denúncias que se produziram contra os crimes do aparato repressivo da ditadura. Em redes transnacionais, atuou junto a organizações de direitos humanos e a formações e lideranças políticas diversas, do exílio e do Chile. Buscamos, na tese, analisar a trajetória da revista *Chile-América* nesses aspectos fundamentais do seu projeto político-editorial: a atuação no campo dos direitos humanos e das proposições políticas da oposição, dois caminhos percorridos como alternativas para democratizar a sociedade chilena e se impor sobre o pinochetismo.

Palavras-chave: *Chile-América*; Exílio; Redes Transnacionais; Direitos Humanos; Renovação Socialista; Ditadura Pinochetista

ABSTRACT

Chile-América was a Chilean exile magazine published in Rome, Italy, between 1974 and 1983, during the Chilean military dictatorship (1973-1990). It was created, edited and directed by Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton and Esteban Tomic, and it had Fernando Murillo Viaña working as an editorial assistant. All of them were exiled intellectuals and had as common traits their work in Chilean politics and their participation in political parties that later turned into resistance to the dictatorship of Augusto Pinochet, especially the IC, the MAPU, and the DC parties. The magazine's creation project was precisely conceived to bring together sectors of the UP and the more critical and progressive wing of the DC with the objective of projecting a programmatic unit of opposition and resistance to the dictatorship and thus, gradually, sketching the means for a transition to democracy. The *Chile-América* magazine dedicated itself to publicizing and proposing the political and democratic debate in its pages and ended up being an important vector of Chilean socialist renewal from the exile. The magazine contributed decisively to informing its audience about the events in Chile, emphasizing the circulation of the denunciations that were produced against the crimes of the repressive apparatus of the dictatorship. In transnational networks, the magazine worked with human rights organizations and with diverse political formations and leaders, from exile and from Chile. In this thesis, we aim to analyze the trajectory of the magazine Chile-América in these two fundamental aspects of its political-editorial project: the action in the field of human rights and the political propositions of the opposition, two alternative paths taken in order to democratize Chilean society and to impose itself on Pinochetism.

Keywords: Chile-America; Exile; Transnational Networks; Human rights; Socialist Renewal; Pinochetist Dictatorship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 <i>Chile-América</i>: aspectos políticos, contextuais e fundação da revista.....	44
1.1 O golpe militar e o exílio chileno.....	44
1.2 A revista <i>Chile-América</i> : aspectos de sua concepção editorial e a trajetória de seus principais editores.....	75
1.3 Alinhamento político de <i>Chile-América</i> : fundação, circulação, redes e público leitor.....	113
1.3.1 Conexão, recepção e intercâmbios: a denúncia e a resistência política por meio das cartas.....	131
1.3.2 Materialidade, seções e abordagens temáticas.....	151
CAPÍTULO 2: Editorialismo programático em revista: posições políticas e redes de denúncia.....	169
2.1 Linguagem política de resistência e oposição: balizas teóricas para pensar a atuação da revista na esfera pública nacional e transnacional.....	169
2.2 A participação dos Estados Unidos no golpe militar chileno.....	174
2.3 O projeto de institucionalização do regime pinochetista e as alternativas políticas à ditadura.....	183
2.4 Construindo o editorialismo programático pelas denúncias: casos emblemáticos da repressão e as redes transnacionais de resistência, informação e solidariedade.....	245
CAPÍTULO 3 Arquivos da denúncia em revista: o aparato repressivo escrutinado.....	283
3.1 Os primeiros passos da repressão e da violação aos direitos humanos: a construção da estrutura de violência da ditadura chilena.....	283
3.2 As denúncias dos espaços de violência política da ditadura: as prisões e os centros de tortura.....	330
3.3 Dinâmica da perseguição, ocultamento da violência: os presos políticos, os desaparecidos e o trabalho humanitário da <i>Vicaría de la Solidaridad</i> em destaque.....	370
3.4 Investida autoritária da ditadura contra a Democracia Cristã.....	396
CAPÍTULO 4 A unidade democrática como princípio, a renovação socialista como desfecho: dinâmica e debates sobre o processo de democratização no Chile.....	407
4.1 Redes políticas da resistência/oposição: da unidade democrático/progressista à renovação da política e da esquerda socialista chilena.....	407
4.2 O debate sobre a renovação socialista e a abertura política: formulações prévias, aprofundamento teórico e redes pela transição.....	461
4.2.1 O desenvolvimento do pensamento renovador e a construção da base progressista pela transição.....	485
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	522

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....	528
ANEXOS.....	545

INTRODUÇÃO

Certamente podemos falar de um Chile antes e após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, nos termos das abruptas e violentas transformações sofridas em sua estrutura política, econômica e social, e tudo que isso implicou na vida prática e simbólica dos chilenos (valores, visões de mundo, representações sociais). O autoritarismo, a brutal repressão, a tortura, as mortes, os desaparecimentos, a censura, a autocensura, a vigilância, a delação, a violência social, o fechamento inicial dos espaços de sociabilidade pública e política (incluindo os partidos, os sindicatos e demais formas associativas), as profundas mudanças na política econômica e a paulatina introdução de valores decorrentes de uma visão de mundo neoliberal provocaram, em 17 de anos de ditadura militar (1973-1990), encabeçada pelo general Augusto Pinochet, uma ruptura drástica naquilo que o Chile ensaiava ao longo do século XX, enquanto desenvolvimento social e político.

O golpe que destituiu Salvador Allende e o governo da Unidade Popular (UP), coalização de partidos de esquerda cujos expoentes foram o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS), foi um ato de extrema força orquestrado e consumado pela direita chilena, uma “insurrección civil en contra el régimen democrático”, como afirmou Joan Garcés,¹ com a participação de organizações sociais e políticas conservadoras e autoritárias, setores econômicos e midiáticos e o apoio fundamental e decisivo das Forças Armadas e do aparato de inteligência dos Estados Unidos. Nesse sentido, o golpe visou conter os avanços sociais e estatizantes da política governamental e popular chilena que, ancorada taticamente nas instituições do sistema democrático, tentava implantar as mudanças estruturais necessárias para a transição de uma sociedade capitalista para outra

¹ GARCÉS, Joan. *El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974, p. 32.

socialista, a chamada “via chilena ao socialismo”, identificada principalmente com a figura do presidente Salvador Allende.

Após um momento inicial de intensa e disseminada repressão nas esquerdas chilenas pelas forças golpistas, desarticulando-as e impedindo qualquer tipo de oposição à Junta Militar instituída no comando do Estado, a resistência à ditadura começou a se organizar clandestinamente no Chile e a atuar fortemente fora do país, à medida que crescia o número de exilados. O significativo exílio de chilenos foi uma necessidade para inúmeros trabalhadores, estudantes, acadêmicos, intelectuais e políticos de esquerda, centro-esquerda e centro, identificados com esses campos ou mesmo sem qualquer vinculação político-partidária explícita.

Importante pensar no caráter combativo do exílio chileno, composto por inúmeros envolvidos outrora partícipes das políticas progressistas. Um modelo de Estado que se projetava para o socialismo foi destruído por um golpe violento que afetou a todos os membros de sua estrutura institucional/burocrática e um elevado número de militantes, parlamentares, dirigentes e apoiadores diversos. Segundo Loreto Rebolledo González, “jamás en la historia de Chile se había registrado una salida forzada de chilenos tan masiva [...] hacia lugares tan diversos como la iniciada a partir de septiembre de 1973”.²

Como resultado das várias iniciativas que se articularam de maneira a construir uma oposição à ditadura chilena no exílio, foi fundada em Roma, em setembro de 1974 - portanto um ano após a ruptura democrática -, a revista *Chile-América*. Ela nasceu precisamente da necessidade de se promover a aproximação entre setores da Democracia Cristã (DC), a partir de sua base mais progressista que condenou imediatamente o golpe militar³, e a UP. A relação entre DC e UP havia sido cindida institucionalmente, a partir

² REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Santiago, Séptima Serie, n° 3, julio 2012, p. 178.

³ Começamos a abordar esse aspecto no Capítulo 1, precisamente no tópico 1.2 da tese.

do Congresso chileno, no auge da crise de governabilidade de Salvador Allende. A ausência de apoio oficial da DC ao governo de Allende comprometeu sobremaneira a sustentação do governo socialista.⁴

Chile-América buscou, claramente, como linha editorial, fazer a denúncia da repressão política e propor uma saída democrática para a ditadura militar, perspectiva de atuação presente em todos os 89 números da revista, publicados entre setembro de 1974 a outubro de 1983. O impresso deu ênfase aos debates e às análises de conjuntura político-partidários sobre a realidade chilena após o golpe, sobretudo no que dizia respeito ao rompimento do Estado democrático de Direito, à violência institucionalizada e à destruição sistemática dos direitos humanos, para, logo, passada a resistência inicial ao golpe, projetar alternativas democráticas. As posições partidárias advinham sobretudo das esquerdas, mas também teve participação importante da DC. Junto a isso, tratou-se de um projeto editorial de efetiva e consistente denúncia à violação de direitos humanos no Chile, consumada pelas forças de segurança da ditadura ou pela violência social/estrutural que a envolveu. As denúncias, em boa medida, contempladas pela revista, ativaram as memórias, os testemunhos da resistência, ampliando as narrativas que combatiam o regime ditatorial.

Assim, o estudo que propomos tem como objetivo central analisar as orientações político-editoriais que balizaram o projeto que envolveu a revista *Chile-América*, contemplando sua trajetória e parte importante da resistência e oposição político-partidária e humanitária à ditadura, sobretudo no exílio. Uma das finalidades principais desta tese consistiu em compreender a formação/consolidação de redes transnacionais de

⁴ Após uma breve aproximação nos momentos iniciais do governo de Salvador Allende, a DC, com uma posição política de centro, exerceu forte oposição parlamentar, em boa parte do mandato do presidente socialista, às políticas emergentes da UP, sobretudo nos meses finais que antecederam o golpe militar. Setores mais à direita do partido, liderados pelo ex-presidente Eduardo Frei Montalva, apoiaram a intervenção militar e a saída de Salvador Allende da presidência. Trata-se de questão central para o surgimento e desenvolvimento da revista *Chile-América*, sobre a qual trataremos ao longo da tese.

articulação política e solidariedade com o Chile, nas quais *Chile-América* atuou não apenas como agência de vínculo, articulando conexões e contatos, mas alimentou redes já existentes. Nesse sentido, tratou-se de outro objetivo desenvolvido na tese o de identificar os principais nomes, partidos e instituições com os quais a revista se relacionou, contribuindo ativamente com o projeto político-editorial. Redes, contatos e atuações coletivas que se organizaram tanto para efetivar as denúncias contra a ditadura quanto para pensar alternativas programáticas com a finalidade de derrotá-la e reconstruir a democracia a partir de novas bases.

Assim, uma problematização fundamental da tese é compreender como *Chile-América* foi resultado e, ao mesmo tempo, evidenciou a luta da resistência contra a ditadura, contemplando as ações humanitárias e políticas de democrata-cristãos e, ainda mais, das esquerdas chilenas socialistas. Buscamos, então, aprofundar a hipótese de que a revista foi um ator político importante na luta contra a ditadura e para fazer avançar bases programáticas pela democratização do Chile. Mesmo com publicações políticas diversas, nossa hipótese inicial é a de que a revista havia privilegiado, em suas páginas, programas e proposições de uma esquerda mais moderada que optou por uma linha política de resistência e de transformação gradual e não violenta, em contraposição às iniciativas radicais de luta revolucionária armada. Estas últimas foram mais desenvolvidas, especialmente, pelo Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR); pelo PC, durante a década de 1980, com a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez*; e mesmo no Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), através do *Movimiento Juvenil Lautaro*, de meados de 1982, surgido no momento em que os mapucistas, outrora divididos (MAPU e MAPU Obrero y Campesino), reuniam-se sob o signo da renovação socialista e de uma via gradual de transição à democracia.⁵

⁵ ACEVEDO, Nicolás. MAPU-Lautaro. Concepción: Escaparate. 2014.

Embora plural e com publicações referentes ao MIR, por exemplo, ou mesmo do MAPU e do PS dos primeiros anos da ditadura, quando expunham uma linguagem política mais radical, amparada no marxismo-leninismo, o que verificamos com o aprofundamento da pesquisa foi que, de fato, consumou-se um editorialismo programático da revista que se expressou por uma linha política que buscava uma unidade popular e democrática não insurrecional/rupturista, e que terminou por propor uma revisão teórica do marxismo de forma a melhor alinhar valores democráticos, humanitários e socialistas.

Estiveram à frente da criação de *Chile-América* Bernardo Leighton e Esteban Tomic, importantes políticos, sobretudo o primeiro, da ala mais progressista da DC, considerado um partido de centro no espectro político chileno; José Antonio Viera-Gallo, filiado ao MAPU, partido que integrou a UP, fundado por quadros egressos da DC;⁶ e Julio Silva Solar, ligado originalmente ao MAPU e, depois, à Izquierda Cristiana (IC), partido que se originou deste último como uma dissidência de perspectiva humanista cristã e socialista e que, em 1971, dois anos após a formação da UP, também se integrou a essa coalizão de esquerda. Fernando Murillo Viaña, vinculado ao PC, foi outro personagem de grande importância, secretário de redação da revista.

Ressaltamos, então, como sugerem seus fundadores e integrantes do *Comité Editor*, que *Chile-América* foi “una tribuna abierta para los miembros de la DC chilena e internacional como para miembros de partidos de izquierda que manifestaron su oposición a los militares”.⁷ Em comum ao núcleo diretivo da revista - à exceção de Murillo Viaña - , além da formação e atuação política de base cristã-progressista, com

⁶ Viera-Gallo se vinculou posteriormente ao MAPU Obrero e Campesino (MAPU-OC), partido liderado por Jaime Gazmuri e mais alinhado às teses da via institucional chilena para a transformação social, resultado de uma divisão no MAPU em março de 1973.

⁷ Texto “Acerca de nosotros”. Disponível em: <http://www.cesoc.cl/nuestra-historia/>. Acesso em: 04/12/2017.

tons humanistas, democráticos e socialistas variando em cada caso, esteve a construção da trajetória acadêmica/intelectual na área do Direito. Tais informações são importantes porque os aspectos de suas formações se entrecruzaram na atividade política e intelectual que exerceram, no sentido de dotar a revista, por exemplo, de um caráter político e direcionado à defesa veemente dos direitos humanos, marca fortemente notada em todas as edições.

O primeiro número de *Chile-América* saiu em setembro de 1974. Foram editados e publicados, como dissemos, 89 números até outubro de 1983, todos no exílio. Compreendendo esse marco temporal, a única edição não contemplada por nós foi a de número 12-13, não encontrada em formato digital nem impresso. A revista chegou ao fim devido à impossibilidade de prosseguir sua publicação no Chile, quando Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, principais editores do impresso, tiveram autorização oficial para retornar a Santiago, no início da década de 1980 (em 1982 e 1983, respectivamente).

Junto à trajetória dos editores/diretores e da análise de textos publicados (artigos, cartas, informes, relatórios e manifestações oficiais dos partidos e dos organismos de defesa dos direitos humanos), buscamos compreender a estrutura necessária para que *Chile-América* existisse. Assim, analisamos os sujeitos e as instituições que respaldaram material e politicamente o projeto em questão, bem como os contatos entre editores e colaboradores diversos, dentro e fora da revista, contemplando os congressos, a participação em partidos, alianças e frentes políticas, organizações de direitos humanos e instituições cristãs/católicas.

Destacamos que nosso recorte de análise se centrou tanto nas posições e estratégias político-partidárias da oposição a Pinochet (em grande medida os partidos de esquerda e a DC), quanto na denúncia e articulação de redes de informação, solidariedade e direitos humanos, sobretudo com a participação da Igreja católica chilena, através da

Vicaría de la Solidaridad. Outro problema central que motivou a discussão da tese foi o da revista constituir-se como um dos principais atores do exílio a exercer denúncias de violação de direitos humanos pela ditadura, o que de fato pudemos aprofundar ao longo da pesquisa. Assim, a nossa análise esteve concentrada em duas seções, além das análises dos editoriais⁸: *Tribuna Abierta*, de debate político, e *Derechos Humanos*, dedicada às denúncias da repressão sofrida pela resistência chilena, com destaque para os militantes dos partidos políticos, mas contemplando também as violências que atingiram membros de organismos de direitos humanos.

Justificamos a análise das denúncias e dos debates políticos em *Chile-América*, assim como das redes e dos personagens envolvidos nesse processo de luta política da resistência, como procedimento essencial para a compreensão do projeto político-editorial da revista, os principais pilares que deram identidade ao impresso. Todavia, *Chile-América*, do ponto de vista do seu conteúdo, foi bastante ampla, densa, dedicando-se a outras análises e informações tangentes às áreas econômica e jurídica, por exemplo, bem como à cultural, embora, neste caso, em menor medida. A América Latina e a conjuntura internacional foram abordagens importantes na revista. *Chile-América* também esteve atenta aos caminhos seguidos pela Igreja católica internacional e nacional, destacando as contribuições mais progressistas dessas instituições, levadas a cabo por seus principais membros.

Em função do nosso recorte de pesquisa, portanto, não apreendemos maiores análises sobre essas abordagens (a econômica, a jurídica/legal, a cultural, a internacional, a religiosa e outras, incluindo um importante aporte feminista veiculado na parte final da trajetória da revista). Entendemos que analisar as denúncias contemplaria parte da atuação humanitária fundamental efetivada pelas igrejas cristãs chilenas. Em perspectiva similar,

⁸ Analisamos as seções da revista no Capítulo 1 da tese.

também acreditamos que compreender as dinâmicas políticas da resistência, suas posições e transformações conceituais, o que incluía a própria revista enquanto ator político, seria, em alguma medida, adentrar a crítica à institucionalização autoritária e ao modelo econômico neoliberal da ditadura, embora sem maiores especificidades técnicas e/ou estatísticas da política econômica ou jurídica que sustentou o regime militar de Pinochet. Obviamente que em boa parte das análises dos debates políticos empreendidas por nós, percebeu-se nos colaboradores a preocupação com o cenário internacional, ainda que ele não tenha sido o objeto principal da discussão.

Importante explicar que *Chile-América* foi a materialização editorial e periódica do *Centro de Estudios y Documentación Chile-América*, compreendendo atividades de organização de materiais, aquisição de documentos e formação política que ela própria expressava. A produção da revista, a veiculação de suas informações e denúncias e sua atuação política foi resultado de um trabalho documental e arquivístico muito bem realizado, que respaldou a existência e a essência de *Chile-América*.

Contemplar todas as edições de *Chile-América* significou trabalhar com outras seções que contribuíram com o debate político e as denúncias. Além de *Tribuna Abierta*, *Derechos Humanos* e os editoriais, também nos interessaram *Nos escriben y opinan*, contendo cartas que informavam sobre a situação cotidiana no país, e *Documentos*, marca editorial importante que consistiu na divulgação de documentação oficial diversa, abarcando programas partidários, informes, relatórios e estudos de organismos de direitos humanos internacionais e nacionais.

Como argumentamos, nosso recorte temporal esteve condicionado ao período de existência de *Chile-América*, do primeiro ano após o golpe até o princípio da década de 1980 (1974-1983). Embora as denúncias permanecessem todo o tempo, muitos dos horrores da ditadura foram revelados nos primeiros anos da década de 1970. Em relação

aos debates políticos (com destaque para a participação dos dirigentes partidários), não obstante fundamentais e ativos desde o primeiro momento, ganharam tons mais decisivos e definitivos, no que se referiu ao posicionamento da revista, nos primeiros anos da década de 1980. Nesse sentido, como também havíamos apontado, procuramos demonstrar a hipótese de que a posição política exercida no interior de *Chile-América* contribuiu e se relacionou com a vertente de oposição à ditadura praticada pela esquerda moderada e renovada⁹, que, no final dos anos 1980, participaria da *Concertación de Partidos por la Democracia*. Esta coalização política de centro-esquerda, como sabemos, integrada pela Democracia Cristã, Partido Socialista, Partido por la Democracia (PPD) e quadros da social-democracia, sustentou a candidatura do democrata-cristão Patricio Aylwin, derrotando o candidato pinochetista, Hernán Büchi, nas eleições de 1989. *Chile-América* prestou fundamental contribuição para informar, ampliar e direcionar o campo de oposição e de debate político no Chile e no exílio referente ao socialismo, aos direitos humanos e à saída transicional para a democracia, engrossando o campo de ação política que terminou por conformar a *Concertación*, cuja elite dirigente conduziu a transição à democracia e governou o Chile por 20 anos, alternando governos democrata-cristãos e socialistas.

Enfocamos, assim, em um grupo social e político em torno da revista cujas ações, de alguma forma, durante a ditadura, não foram tão estudadas pela historiografia chilena dedicada ao período, esta que tendeu a analisar, até como resgate de memórias apagadas, a resistência da esquerda revolucionária e radical (que optou pela via armada), como

⁹ Chamamos de esquerda renovada e moderada, especialmente, setores majoritários do MAPU, da IC e parte do PS que se reformularam com base em um socialismo renovado, em diálogo com o eurocomunismo e a social-democracia europeia, demarcando diferenças em relação a posições políticas de esquerda mais radicais de oposição à ditadura, como as do Partido Comunista chileno, que, durante a década de 1980, através da *Política de Rebelión Popular de Masas* (PRPM) e a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR), pleiteou a adoção de estratégias insurrecionais/militaristas na luta contra Pinochet e a conquista do Estado, como havíamos brevemente mencionado. Tratamos dessa discussão constitutiva do projeto *Chile-América* ao longo dos capítulos seguintes, em especial nos capítulos 2 e 4.

apontou Verónica Valdivia.¹⁰ Não buscamos, como fim em si mesmo, retroagir aos fundamentos de setores que contribuíram para alimentar a *Concertación*. Centramos nossa análise tão somente na criação e trajetória de *Chile-América*, as redes e os sujeitos históricos envolvidos com a revista, cujas abordagens acabaram por legar um aporte teórico renovado presente na coalizão de centro-esquerda que liderou a transição à democracia no Chile. Ademais, valorizamos na revista sua preocupação com o campo dos direitos humanos, compreendendo a importância dos intelectuais e políticos exilados para o desenvolvimento de uma linguagem humanitária constitutiva desse processo de luta pela democracia, sobretudo através da articulação com organismos diversos. Dessa maneira, terminamos por analisar o papel exercido por *Chile-América* na articulação com organizações de direitos humanos e a difusão dos horrores da repressão, todos esses pontos, igualmente, pouco estudados pela historiografia dedicada à ditadura chilena.¹¹

Toca-nos certamente pensar em aspectos caros a um projeto editorial, como o texto do autor, as interferências editoriais, a materialidade, as formas de organização e impressão, o público almejado e as estratégias de venda, assinatura e circulação dos impressos. Tudo isso diz muito sobre a intencionalidade de um grupo de políticos/editores, o que eles conceberam ao empreender tal iniciativa. Dedicamo-nos certamente a isso, mas direcionamos um fôlego ainda maior para as análises de parte importante das denúncias sobre a violência política e os debates políticos, notadamente a abordagem tangente ao papel da oposição chilena à ditadura e a reformulação/renovação

¹⁰ VALDIVIA, Verónica. Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./abr. 2018, p. 187. A exceção dessa tendência apontada por Valdivia são os estudos de Cristina Moyano Barahona, com destaque para MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

¹¹ VALDIVIA, Verónica. Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./abr. 2018, p. 190-192.

dos partidos, lançando os primeiros passos para o processo de abertura política e transição à democracia.

Chile-América foi o principal veículo de expressão, no exílio, da renovação que se realizou em parcela significativa das esquerdas chilenas, compreendendo, sobretudo, o PS, o MAPU e a IC. Foram bem divulgadas pela revista as posições políticas da DC, do PS, do MAPU, da IC e do PC, dedicando-se também a compreender as coalizões de esquerda e centro-esquerda que tiveram existência no início dos anos 1980 no exílio e no Chile, com destaque para a *Convergencia Socialista*. Destacou-se ao longo de toda a revista a defesa da unidade e das alianças pluripartidárias pela democracia. Sobressaíram as visões de lideranças políticas ou documentos e posições oficiais de partidos que expuseram suas leituras conjunturais e as proposições táticas e estratégicas que evidenciavam alternativas ao modelo político e econômico da ditadura.

De maneira a alcançar os objetivos e o desenvolvimento da tese, além da análise qualitativa na fonte/objeto que foi a revista, do uso da bibliografia de referência, das fontes secundárias e do apoio no referencial teórico-metodológico, utilizamo-nos de entrevistas com José Antonio Viera-Gallo e Julio Silva Montes, filho de Julio Silva Solar e atual diretor do editorial CESOC¹², realizadas em Santiago em outubro de 2018. Elas foram muito importantes para nos municiar com informações sobre *Chile-América* que, dificilmente, teríamos por outros caminhos. Pesquisamos a revista em sua versão digital, disponível no site http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileAmerica/Chile_America.html. Algumas edições, as que não se encontravam digitalizadas (n. 37-38, n. 43-44-45 e n. 46-47, além de edições

¹² *Centro de Estudios Sociales* (CESOC), editorial formado por Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo no final de 1983, ao retornarem para o Chile. Foi criado como alternativa cultural e política à publicação de *Chile-América*. Tratou-se, portanto, de uma continuidade, em Santiago e por meio da publicação de livros, do projeto anteriormente vigente no exílio.

suplementares), foram pesquisadas no *Centro de Documentación del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* (CEDOC), também em outubro de 2018.

Tendo em vista o quão robusto e profícuo foi o projeto político-editorial de *Chile-América*, consideramos que a tese que procuramos desenvolver cumpre um papel acadêmico importante, ao buscar compreender a historicidade e a importância que a revista possuiu na luta contra a ditadura militar, somando forças a tantas outras práticas políticas e culturais do exílio chileno. O papel intelectual, político e humanitário desempenhado por *Chile-América*, enquanto objeto de pesquisa, não foi compreendido e desenvolvido em profundidade pela historiografia brasileira, nem mesmo pela chilena. A exceção se faz em relação ao artigo escrito por Danny Gonzalo Monsálvez Araneda e Nicollet Andrea Gómez Rojas, no qual foi destacado o caráter político de *Chile-América*, ressaltando a revista como espaço de reencontro intelectual e a relevância de sua trajetória no exílio. A abordagem possuiu um caráter geral e descritivo importante sobre o impresso, apresentando seus principais personagens, seções, temáticas e possíveis locais de circulação/recepção. Todavia, e até pelos limites impostos a um artigo, os autores se circunscreveram à apresentação de *Chile-América*, em momento algum se aprofundando na análise de suas matérias, textos, seções, personagens e redes, pouco detendo-se a refletir sobre as nuances do projeto político-editorial e a dinâmica da resistência em que a revista esteve envolvida por cerca de 10 anos.¹³

O mencionado artigo foi apresentado como prévia à dissertação de mestrado que Nicollet Andrea Gómez Rojas desenvolveu sobre as revistas *Chile-América*, *Convergencia* e *Cuadernos de Orientación Socialista*, de modo a comparar as trajetórias dos três impressos publicados no exílio e a incidência político-cultural que buscaram

¹³ Ver MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo; GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. *Chile-América, 1974-1983: una revista del exilio chileno*. *Estudios*, n. 39, p. 49-67, enero-junio 2018.

efetivar tanto no Chile como no exílio.¹⁴ Seu trabalho possuiu a importância de mostrar, dentro das revistas, o debate político e pelos direitos humanos em perspectiva comparada. Ainda assim, até pelo recorte metodológico da comparação entre três impressos, a autora não contemplou em profundidade as várias publicações veiculadas por *Chile-América*, permanecendo, assim, em relação ao artigo previamente comentado, um aspecto mais geral e descritivo sobre o conteúdo da revista. Não se apreendia, assim, analiticamente, a inigualável e vigorosa expressão de *Chile-América* no campo das denúncias e defesa dos direitos humanos, bem como do debate político pela democracia e que culminou, ao final de suas publicações no início da década de 1980, no discurso favorável à renovação do socialismo chileno.

Em anos relativamente próximos, os estudos sobre o exílio chileno dos anos 1970, condição decorrente da perseguição política imposta pela ditadura militar, têm demonstrado crescimento, incluindo, especialmente, o campo historiográfico.¹⁵ Contudo, ainda não são tantos os trabalhos que tratam especificamente da resistência cultural e política dos exilados por meio de encontros sistemáticos (congressos, seminários, eventos políticos e culturais), da formação de instituições de direitos humanos ou em prol da solidariedade com o povo chileno, tampouco em virtude de projetos editoriais, o que incluiria a organização de um corpo de editores, intelectuais, escritores e a publicação de livros e revistas.

¹⁴ GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. *Intelectuales y revistas en el exilio chileno: los casos de Chile-América, Convergencia y Cuadernos de Orientación Socialista, 1974-1989*. Tesis 240 f. Universidad de Concepción. Facultad de Humanidades y Arte, Programa de Magíster en Historia, 2019.

¹⁵ CANCINO, Hugo. Exilio chileno e historiografía. *Sociedad y discurso*, Aalborg Universitet, Denmark, 2003; ARTIGAS, José del Pozo (comp). *Exiliados, emigrados y retornados chilenos en América y Europa, 1973-2004*. RIL Editores: Santiago, 2006; NORAMBUENA, Carmen. Exilio y retorno. Chile. 1973-1994. In: GARCÉS, Mario; ROJAS, María Teresa (Comp.). *Memoria para un nuevo siglo*. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX, Santiago: LOM Ediciones, 2000, p. 173-188; ROJAS MIRA, Claudia; SANTONI, Alessandro. Geografía política del exilio chileno: los diferentes rostros de la solidaridad. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 41, p. 123-142, enero/junio 2013; SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

Embora crescentes, tais estudos ainda são insuficientes para dar conta de toda dimensão do exílio chileno e as iniciativas de ordem política e/ou cultural. Destacamos a tese da historiadora chilena Claudia Fedora Rojas Mira e a dissertação da historiadora brasileira Êça Pereira da Silva. A primeira estudou a constituição de *Casa de Chile* no México, instituição fundada, representativamente, em 11 de setembro de 1974, exatamente um ano após o golpe, por iniciativa de Pedro Vuskovic Bravo - membro do PS, ex-ministro da Economia de Salvador Allende -, que, nessa empreitada, atuou junto ao governo e a intelectuais mexicanos. Através de *Casa de Chile*, parte significativa da resistência política chilena no exílio efetivou sua atuação contra a ditadura de Augusto Pinochet.¹⁶ Já Êça Pereira da Silva desenvolveu um importante trabalho no Brasil sobre a revista *Araucaria de Chile* (1978-1990), fundada por políticos e intelectuais chilenos comunistas no exílio, como Volodia Teitelboim e Carlos Orellana, tendo sido Paris a sede inicial de sua redação. O estudo de Êça Pereira abarcou a fundação e a circulação da revista ao longo de seus 12 anos, contribuindo, significativamente, para a compreensão da relevância desse impresso no que tange à produção cultural no exílio, incluindo a literatura, as artes plásticas, o teatro, o cinema, a música.¹⁷

Sobre *Araucaria de Chile*, mencionamos estudo de nossa autoria, resultante da dissertação de mestrado, em que comparamos a trajetória da revista com outra também de caráter cultural, porém com acentuado viés literário, *Literatura Chilena en el Exilio/Literatura Chilena, Creación y Crítica*, publicada por Fernando Alegría e David Valjalo em Los Angeles, Estados Unidos.¹⁸ Nesse trabalho, analisamos as formas de

¹⁶ ROJAS MIRA, Claudia Fedora. *El exilio político chileno: la Casa de Chile en México (1973-1993)*, una experiencia singular. Tesis. 225 f. Universidad de Santiago de Chile. Instituto de Estudios Avanzados – Facultad de Humanidades, 2013.

¹⁷ SILVA, Êça Pereira da. *Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio*. São Paulo: Alameda, 2013.

¹⁸ COELHO NETO, Raphael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

atuação pública contra Pinochet por parte das revistas, a partir de suas trajetórias, de seus editores, dos locais de produção no exílio, dos valores políticos de esquerda mobilizados por elas e pela literatura de resistência política difundida e compreendida pela crítica em suas páginas. Isso nos permitiu ter em conta a atuação e a organização em redes de setores da intelectualidade chilena vinculados aos valores das culturas políticas socialista e comunista, muitos desses intelectuais próximos ou partícipes do governo de Salvador Allende.

Em uma perspectiva temática mais abrangente, a historiadora chilena Carmen Norambuena analisou, em artigo, o caráter ativo dos intelectuais chilenos no exílio e a significativa produção cultural e política resultante dessa condição. No texto, ela mencionou a criação da revista *Chile-América*, sem aprofundar na sua descrição, tampouco na análise acerca do impresso. Segundo a autora, uma das iniciativas de resistência à ditadura que merecia “especial mención es *Chile-América*, [...] revista de gran circulación internacional gracias a su pluralidad y a la calidad de sus contenidos”.¹⁹ Embora Norambuena reconheça, ainda que sumariamente, a relevância da revista na oposição à ditadura desde o exílio, chama-nos a atenção, como expressamos, o fato de não termos constatado a existência de estudos mais sistematizados sobre *Chile-América*. A revista foi comumente utilizada como fonte para a compreensão da dinâmica política envolvendo os partidos da oposição à ditadura, com destaque para a esquerda chilena no exílio.²⁰

Sobre a história da edição no Chile, não podemos deixar de mencionar o importante trabalho desenvolvido por Bernardo Subercaseaux, *Historia del libro en*

¹⁹ NORAMBUENA, Carmem. El exilio chileno: río profundo de la cultura ibero-americana. *Sociohistórica: Cuadernos del CISH*, n. 23-24, 2008, p. 177.

²⁰ YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002; ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013.

Chile, que, à luz de estudos como os de Roger Chartier, realizou um esforço de compreensão e análise da atividade editorial chilena em seu ciclo completo, desde a produção até a leitura, considerando os autores envolvidos e seu contexto histórico, em um longo marco temporal que contemplou desde a colônia até o bicentenário de independência do país.²¹ Trata-se de um esforço de compilação e síntese, no qual o exílio aparece como cenário de relevantes publicações chilenas durante a ditadura militar. Porém, mesmo analisando a publicação e circulação de livros e revistas em tal momento autoritário, as referências não são demasiadas, tampouco contempladas detidamente.

Estudar uma revista de exílio do porte de *Chile-América* requer um tratamento teórico-metodológico que auxilie sua análise e faça justiça com a marcante trajetória desse impresso. Na sequência, então, discutiremos sobre a publicação de revistas de caráter cultural e político, para, depois, refletirmos sobre a publicação de impressos sob a condição do exílio e seu caráter transnacional.

Impressos de luta política: especificidades metodológicas de revistas em um contexto ditatorial e de exílio

A revista *Chile-América* foi, por um breve tempo, de periodicidade mensal, passando a ser, depois, trimestral, contando em suas páginas com a colaboração de atores políticos e intelectuais distintos, ainda que afinados com um discurso de oposição à ditadura e direcionados à prática política que levasse à transição à democracia. Esses atores, junto ao corpo editorial, compuseram o sentido coletivo que toda revista exige para sua produção e circulação.

²¹ SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

De um modo geral, as revistas, como mostraram Beatriz Sarlo e Regina Crespo, prestam-se a abordagens prementes, em um diálogo franco, mais imediato e dinâmico com o presente, demandando análises, proposições e respostas mais rápidas aos acontecimentos.²² Nelas, são debatidos os temas da atualidade em seu momento exato, fornecendo-nos uma visão ampla da dinâmica de atração e rechaço de grupos políticos e/ou literários. As revistas culturais e políticas tiveram um papel relevante na América Latina ao longo do século XX. Mais do que fonte complementar a determinado estudo, apontou Regina Crespo, as revistas transformaram-se no objeto principal de muitos estudos da história política, literária e cultural. Segundo a autora, pesquisadores que se dedicam à América Latina têm analisado tais impressos em vários aspectos: sua inserção político-cultural, sua função social, sua relação com outras revistas e seu papel na criação ou questionamento de cânones literários e artísticos.²³ Pelas características editoriais de *Chile-América* e seu intuito deliberado de intervenção pública pela via da política, do debate no âmbito político, da circulação das informações e das denúncias, dedicamo-nos aos dois primeiros aspectos apontados por Regina Crespo, ou seja, sua inserção político-cultural e seu papel social no exílio como resistência à ditadura militar chilena.

Retomamos também as ideias de Carlos Altamirano para pensar as revistas como “forma de agrupamiento y organización de la *intelligentsia*”, através das quais resulta possível estudar “las direcciones y las batallas del pensamiento en las sociedades modernas y hacer el mapa de las líneas de sensibilidad de una cultura en un momento dado”.²⁴ Em consonância com tal perspectiva, Beatriz Sarlo nos alertou para um fato

²² SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n° 9-10, p. 9-15, 1992; CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 1-15.

²³ CRESPO, Regina. Op. Cit., p. 2.

²⁴ ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al volumen II. Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 19.

aparentemente básico, mas de alta relevância, sobre o qual havíamos expressado, que consiste em atentar para o caráter coletivo da produção, edição e publicação de qualquer impresso, informando-nos, nesse sentido, “sobre las costumbres intelectuales de un período, sobre las relaciones de fuerza, poder y prestigio” no campo intelectual e político.²⁵

Em estudo que desenvolvemos sobre duas outras revistas do desterro político, *Araucaria de Chile* e *Literatura Chilena*, havíamos tentado um esforço de reflexão teórico sobre as marcas das publicações feitas no exílio, como os impressos criados em virtude dessa condição estão, por razões óbvias, profundamente identificados com uma organização editorial de reação a situações políticas adversas.²⁶ Portanto, sua razão de existência é fundamentalmente política, mesmo que, por ventura, apresentem-se como impressos literários, com proposta de intervenção estritamente cultural. No caso de *Chile-América*, sua relação com a política e com o político foi evidente, efetivada em virtude da vinculação de seus editores com os partidos políticos. Seus intentos foram tornados públicos no texto fundacional, quando se apresentaram as reais razões dessa iniciativa editorial: a de unir a DC e a esquerda chilena e propiciar uma revisão crítica da trajetória e relação entre formações políticas progressistas de considerável relevância política na história chilena.²⁷

Como afirmou Adriane Vidal Costa, o exílio é capaz de produzir um universo discursivo que se pode denominar de cultura do exílio, criando meios de comunicação e intercâmbios transnacionais entre diversos espaços e indivíduos, possibilitando

²⁵ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n° 9-10, 1992, p. 15. A ideia de campo utilizada por Beatriz Sarlo está ancorada na teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu, da qual trataremos brevemente adiante.

²⁶ COELHO NETO, Raphael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

²⁷ EDITORIAL. Posición y propósitos. *Chile-América*, Roma, n. 1, 1974, p. 3-4.

importante circulação de ideias.²⁸ Temos considerado, portanto, que as narrativas exercidas desde o exílio mobilizam os debates efetuados nas revistas e propiciam diálogos constantes com os conteúdos políticos nelas presentes, assim como em relação aos critérios de construção coletiva, participação e escolha dos colaboradores que escreviam ou enviavam materiais para o impresso.²⁹ As revistas de exílio podem captar uma variedade significativa de imagens, símbolos, linguagens e formas discursivas, tornando-se fontes potencialmente profícuas para a análise das narrativas políticas, das práticas e representações do político e das disputas em questão. Nelas, torna-se possível contemplar artigos, ensaios, notas, informes, relatórios, textos oficiais, cartas, documentos diversos e gêneros literários. As revistas difundem visões de mundo, elementos do campo simbólico e da percepção humana que interatuam na vida prática, construindo uma noção de realidade existente ou almejada, influenciando no aspecto relacional dos indivíduos e grupos que compartilham determinada interpretação conjuntural.

Em geral, as revistas criadas no exílio buscam reconstruir um espaço de debate como resistência a governos autoritários, oferecendo também acesso a públicos leitores que se encontram em distintas circunstâncias, seja em ambientes ditatoriais, por exemplo, ou em países democráticos interessados nas mensagens transmitidas. Tais públicos seriam, de acordo com Ángel Rama, predominantemente três: o do país no qual se está exilado; o público também amplo de seu país de origem com o qual se aspira manter comunicação, escapando, de algum modo, dos obstáculos colocados pelas ditaduras para a circulação de sua mensagem; e, por fim, os interlocutores mais específicos pertencentes

²⁸ COSTA, Adriane Vidal. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Org.). *Nas tramas da "cidade letrada": sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 155.

²⁹ COELHO NETO, Raphael; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Revistas de intelectuais exilados como objeto de pesquisa: o caso de *Araucaria de Chile* e *Encuentro de la Cultura Cubana*. *Faces da História*, Assis-SP, v.1, n. 1, jan.-jun., 2014, p. 136.

à população exilada. No primeiro caso, sua produção intelectual tende a circular de maneira clandestina, já que a condição política autoritária impediria o livre alcance a um público mais amplo. Ainda assim, *Chile-América* conseguiu se conectar com organismos de direitos humanos e um público leitor do país que informava seus editores a respeito do que se passava no Chile.

Com a população exilada, a mensagem transmitida, segundo Ángel Rama, tendia a atingir grande potencialidade de interlocução, compartilhando com o público receptor circunstâncias vividas pelo escritor/remetente: a sobrevivência em outro país; a nostalgia de suas origens; o esforço por manter seu peculiar modo de vida e suas tradições culturais que bruscamente lhe foram retirados; a esperança de transformações em seus países que permitam a recomposição de uma sociedade democrática.³⁰

Embora concordemos com Ángel Rama quanto às possibilidades de recepção para aqueles que escrevem do exílio, enfatizamos a interlocução com um público extremamente importante e ainda mais amplo, a comunidade internacional, pouco explorada por ele em seu estudo. Especialmente em nosso caso, *Chile-América* efetivou o exercício da denúncia em um ambiente transnacional, buscando informar, alertar, sensibilizar e influenciar os receptores de suas mensagens no estrangeiro. Trata-se de uma marca da revista, uma questão central explorada como política editorial de *Chile-América*, que em todo o tempo de sua existência buscou ser um meio de ampla divulgação das denúncias que chegavam do Chile ou que circulavam no exterior por meio dos organismos de direitos humanos, realizando efetivamente um indiscutível trabalho de arquivamento, documentação, mediação, produção e ressignificação das informações.

Por todas as possibilidades de interlocução apresentadas e pelas condições de produção dos impressos, reforçamos em nosso argumento a centralidade do político nos

³⁰ RAMA, Ángel. *La riesgosa navegación del escritor exilado*. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 35, março-abril, p. 95-105, 1978.

textos veiculados pelas revistas de exílio, sejam eles de natureza partidária, acadêmica, ensaística, literária, cultural. Devemos pensar esse tipo de revista como um suporte de comunicação, experimento e divulgação de publicações que, qualquer que seja ou tenha sido sua natureza, possuem o caráter intelectual, entendido aqui em uma perspectiva de engajamento e mediação cultural e política, além de dar notoriedade e oportunidade de expressão a indivíduos que se encontravam marginalizados em seus países de origem, quando não perseguidos violentamente sob o risco de perder a vida.

O formato revista possui, em tese, uma grande potencialidade analítica acerca das questões de seu tempo. Tais impressos são dirigidos por um coletivo, resultado de processos de interlocução, negociação e, por vezes, tensão, durante o trabalho de edição, como apontou Roger Chartier ao dedicar sua abordagem aos livros.³¹ São, portanto, resultado de um projeto coletivo, as interpretações de um grupo de atores/intelectuais/políticos/partidos/instituições, sua intervenção na arena político-cultural. No caso de *Chile-América*, há uma clara intervenção nas candentes disputas políticas dos setores democráticos e progressistas chilenos.

A partir dessas considerações e tendo como suporte teórico e metodológico os autores que refletiram sobre a história do livro, da edição e da leitura, como Roger Chartier e Robert Darnton, tivemos a preocupação, neste estudo, não apenas com o conteúdo dos textos impressos, embora tenham sido primordiais para nós, como externamos. A intencionalidade dos autores/criadores, os significados das mensagens transmitidas, tudo isso nos foi caro e fundamental, tendo em conta a consumação de análises acompanhadas por um esforço de compreensão do ambiente histórico/simbólico e das práticas político-culturais dos sujeitos envolvidos, os processos de produção e

³¹ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

circulação de bens culturais.³² Analisamos, então, o papel exercido pelos editores (o que envolveu suas trajetórias políticas e intelectuais antes e durante a ditadura), os colaboradores mais frequentes ou de contribuição que julgamos ter sido mais decisiva. Ademais, fez relevante refletir sobre a materialidade do suporte textual, os valores de venda e assinatura, a tiragem e os supostos públicos receptores da mensagem que se queria passar, propiciando interpretações históricas que nos levem a reflexões e inferências fundamentadas.³³

Adotamos como procedimento metodológico conceder centralidade a editores, autores e ao conteúdo dos impressos - o texto propriamente dito -, justificando tal opção em virtude de um objetivo da pesquisa que nos foi caro: compreender os elementos discursivos do político a partir da prática editorial e das proposições políticas presentes nos textos pelos autores/colaboradores/criadores, a linguagem utilizada, as formas de reflexão e ação dos atores intelectuais, ativistas e membros de partidos da oposição.

Podemos pensar que a prática editorial e a publicação de *Chile-América* contribuíram para o fortalecimento de um espaço público de oposição à ditadura chilena. Em consonância com tal assertiva que exploramos ao longo da tese, cabe-nos discutir algo central da nossa proposição de análise: a reflexão concernente ao exercício de mediação intelectual e política pelos editores da revista.

Intelectuais, mediação política, formação de redes e aspectos simbólicos do político

³² GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

³³ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78-79.

A criação e consolidação de qualquer projeto editorial, como *Chile-América*, pressupõe a existência de redes, aqui entendidas como “una forma de sociabilidad y una cadena de contactos e interacción” condicionadas por “convicciones ideológicas [...] compartidas”³⁴, embora essa condição, que sugeriria certa unidade, não elimine as divergências dentro dos grupos, os possíveis conflitos internos e externos, sobretudo de ordem política, em nosso caso. Segundo Eduardo Devés-Valdés, a real constituição de uma ou mais redes demanda frequência e densidade em relação ao contato e à comunicação entre seus membros. As formas de relação entre aqueles que a integram podem ser variadas, abarcando os contatos pessoais; as correspondências; os encontros nos mesmos congressos, eventos e espaços de trabalho, como a redação de um impresso periódico; as publicações e os debates nas páginas de uma revista; os comentários, prólogos ou resenhas em livros; as citações recíprocas; os diálogos e as polêmicas. As redes podem ser fortalecidas por vinculações diversas, como as profissionais, as intelectuais, as afetivas, as familiares, as religiosas e as políticas.³⁵ Fazendo uso das observações de Alexandra Pita González, pensar as redes enquanto objeto e/ou procedimento teórico-metodológico nos permite observar as relações de solidariedade e afinidades eletivas através do intercâmbio de capitais culturais e relacionais, em movimentos recíprocos de convergência e atração.³⁶

Tais elementos apontados pela autora para a formação de redes de caráter intelectual, sobretudo, serão observados em nosso estudo, em razão de se tratar de um projeto editorial em que as relações foram permeadas pela discussão e circulação de

³⁴ ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al volumen II. Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 18-19.

³⁵ DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 30-32.

³⁶ PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Introducción. In: PITA GONZÁLEZ, Alexandra (Comp.) *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Universidad de Colima, 2016, p. 5-23.

ideias. *Chile-América* abarcou obviamente uma perspectiva intelectual por meio de seus membros, da capacidade de intervir e influir no debate público. Todavia, devemos extrapolar a concepção de redes intelectuais, utilizando-nos de uma conceituação mais ampla.

Começamos por entender aspectos das redes de maneira mais complexa. Álvaro Fernández-Bravo nos apresentou a noção de redes com base na proeminência do caráter relacional e dialógico intersubjetivo, implicando o intercâmbio de ideais, linguagens, conceitos, valores e bens simbólicos entre um grupo ou comunidade, restituindo a historicidade dos encontros e da circulação de ideias.³⁷ Em distintas palavras, porém no mesmo sentido, Randall Collins afirmou que as ideias e os autores não se fazem sozinhos, de maneira autossuficiente. Ao contrário, para a análise das redes, torna-se fundamental estar atento à sua dinâmica social, seu aspecto comunicativo e de interação que promovem as ideias, as informações, as alianças que proporcionam, os conflitos, as energias, as emoções, seus movimentos internos próprios.³⁸ Acrescentamos que os sujeitos envolvidos e constitutivos de uma rede tanto a estruturam através da interação intersubjetiva que promovem e, por conseguinte, fazem circular linguagens, valores e ideias, quanto, ao mesmo tempo, são levados a formar parte de tais redes pelos aspectos políticos e simbólicos que influem sobre suas representações e práticas, advindas de condições culturais/estruturais e, possivelmente, de redes estabelecidas previamente.

Nota-se, portanto, que não estamos nos limitando à condição intelectual de uma rede, mas aderimos à sua concepção cujo sentido passa pelas relações e laços que se dão,

³⁷ FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Discusión bibliográfica: nuevas contribuciones para una teoría de las redes culturales. *Cuad. CILHA* [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 209-215. ISSN 1852-9615. <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccilha/v12n1/v12n1a12.pdf>; COSTA, Adriane Vidal. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Org.). *Nas tramas da "cidade letrada": sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 154.

³⁸ COLLINS, Randall. Prólogo. *Sociología de las filosofías*. Una teoría global del cambio intelectual. Barcelona: Editorial Hacer, 2005.

sobretudo, por fatores políticos, não se restringindo, nesse sentido, à filiação institucional/partidária, mas a elementos constitutivos de uma cultura política. *Chile-América* alimentou redes políticas, de direitos humanos, de solidariedade e informação existentes previamente, inserindo-se em um circuito transnacional. Concomitantemente, também agiu para a constituição de novas redes, articuladas diretamente em torno do próprio projeto de edição da revista, constituídas basicamente por editores, autores e colaboradores mais próximos. Perceber, portanto, a dimensão, as escalas distintas, os tipos e as formas de contato, a circulação de ideias e as razões fundamentais para as conexões consistiu em desafio complexo que almejamos, ao menos em parte, satisfazer.

O sentido de interação, circulação e intercâmbio cultural e de ideias, presente no conceito de rede, levou-nos a uma abordagem metodológica transnacional para a pesquisa, visto que tal possibilidade de análise se volta para as zonas de contato, nas quais os encontros, que extrapolam os espaços nacionais, transparecem como comunidades de discurso. A abordagem transnacional, portanto, revela-nos a permeabilidade das fronteiras (nacionais, regionais etc) e a intensa circulação de corpos, ideias e informações. O exílio, por exemplo, carrega como marca fundamental de sua condição o caráter transnacional das redes de contato, de compromisso e militância política, das várias formas de movimento e identidade, característica do próprio fenômeno da migração, como bem expressou Barbara Weinstein a respeito.³⁹ A História Transnacional, portanto, “pretende exaltar las interconexiones de la historia de la humanidad pensada sin fronteras. Enfatiza las redes, los procesos, las creencias y las instituciones, trascendiendo el espacio nacional”, assim explicou Maria Ligia Coelho Prado.⁴⁰ A abordagem metodológica transnacional, essencialmente, enfatiza os movimentos, as circulações, as

³⁹ WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.

⁴⁰ PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina: Historia Comparada, Historias Conectadas, Historia Transnacional. *Anuario* – Universidad Nacional de Rosario, n. 24, 2011-2012, p. 19.

conexões, os trânsitos constantes de pessoas e ideias que, nesse processo, criam e recriam proposições, formas de luta, dinâmicas sociais e políticas próprias.

Não há dúvida, portanto, de que *Chile-América* e as relações que estabeleceu desde o exílio foram fruto de movimentos políticos e humanitários transnacionais, embora com uma preocupação bastante específica, que se voltava e circunscrevia a seus limites nacionais, o Chile.⁴¹ Através da revista e a compreendendo como parte do processo, portanto um objeto de análise escrutinado, analisamos os projetos políticos e as formas de luta da oposição à ditadura, incluindo a denúncia sobre a violência política, tendo na abordagem transnacional, tal qual apontou Cláudio Pérez Silva, ao analisar as estratégias das esquerdas chilenas que levaram à UP, a via para pensar a construção de processos políticos em suas interconexões e influências mais amplas.⁴²

Pensar a perspectiva teórico-metodológica transnacional é concebê-la em estreita vinculação com a História Intelectual. Adriane Vidal Costa tem se dedicado a analisar as conexões frequentes entre as redes intelectuais, a circulação de ideias, os exílios, a história transnacional. Trata-se de uma perspectiva que interliga os sujeitos, seus contatos e as ideias que se formam das relações sociais, das viagens, dos encontros, das cartas trocadas. Estamos em estreita correspondência com essa perspectiva que aproxima História Intelectual e História dos Intelectuais, as ideias, os discursos e a trajetória de seus sujeitos,

⁴¹ Um dos primeiros e mais importantes trabalhos a apontar o crescente ativismo em defesa dos direitos humanos, organizado em redes transnacionais, foi o estudo de SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret. *Activistas sin fronteras*. Redes de defesa en política internacional. México: Siglo Veintiuno, 2000. Em escala global, as autoras analisaram atores das redes de direitos humanos da segunda metade do século XX que fizeram circular ideias, normas e discursos novos, influenciando os debates sobre política e servindo igualmente como fontes de informação e testemunho. As redes, de acordo com Kathryn Sikkink e Margaret Keck, tendem a constituir formas de organização caracterizadas por modelos de comunicação e intercâmbio voluntários, recíprocos e horizontais.

⁴² PÉREZ SILVA, Claudio. *Hacia una historia de la izquierda chilena desde una perspectiva transnacional: la vía chilena al socialismo y los procesos políticos latinoamericanos, 1952-1970*. *Izquierdas*, n. 48, noviembre 2019, p. 22-43.

homens e mulheres formuladores de pensamentos e representações postos em circulação, em confrontação, imersos, portanto, em debates e polêmicas.⁴³

Reforçamos, então, que o viés transnacional nos permite pensar nos sujeitos e sua participação ativa no enredo das redes, para além de qualquer limite territorial, ainda que algum espaço nacional ou regional possa influir na formação de contatos e intercâmbios diversos, como foi a Itália para *Chile-América*. Precisamos ter em conta, ademais, aquilo que Bruno Latour concebeu como ator-rede, fazendo sobressair o aspecto relacional mais amplo, dinâmico e em constante movimento, em detrimento das individualizações ou espaços fechados.⁴⁴ A sociologia das associações de Latour enfatizou o plano das conexões sociais como definidor dos comportamentos na vida prática, ou seja, a realidade histórica não seria outra coisa senão o resultado do movimento provisório das associações humanas. Esse princípio teórico nos levou a interpretar o processo de circulação das ideias políticas a partir da atuação do sujeito histórico em suas tramas de relações/associações.

Tentando conjugar o aspecto relacional com a proeminência que alguns atores poderiam exercer no interior das redes, em nosso estudo ressaltamos o trabalho de mediação cultural e política que as redes possibilitam ou do qual se originam. Nesse quesito, não somente a edição e publicação de revistas, mas também os exílios, como apontamos, além das organizações políticas e humanitárias, podem ser interpretados como possibilidades de conexão, encontro e mediação entre atores distintos e um público mais amplo, criando verdadeiros espaços que poderiam ser compreendidos como “ator-rede”, em que sujeitos, elementos relacionais e discursos produzidos devem ser analisados conjuntamente. O próprio Bruno Latour já havia sinalizado para a significância

⁴³ Ver, em especial: COSTA, Adriane Vidal. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Org.). *Nas tramas da “cidade letrada”*: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 153-178.

⁴⁴ LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

dos mediadores nas redes, ou seja, são aqueles que transportam, codificam, transformam, traduzem o significado dos elementos em circulação.⁴⁵

Consideramos os principais nomes de criação, edição e direção de *Chile-América* como intelectuais mediadores, visto que levaram a cabo práticas de mediação política no exílio ao liderarem essa importante iniciativa que foi a revista. Do núcleo inicial, destacamos um papel de centralidade ainda maior, no exercício da atividade de mediação, em Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, mencionando, ainda, o importante papel desempenhado por Fernando Murillo Viaña.

As principais referências teóricas às quais nos reportamos para compreender a categoria de intelectual mediador ou de mediação política foram as historiadoras Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen. As autoras partem da história cultural e da concepção mais ampla de intelectual, compreendidos em sua historicidade - homens e mulheres da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social -, para logo refletir sobre a categoria mais específica de intelectual mediador, entendido como sujeito essencial para a produção, comunicação, atribuição de sentido e circulação de bens culturais. Tais sujeitos históricos exerceriam ativamente a mediação por meio de trocas ou transferências diversas, mais ou menos simétricas, entre círculos intelectuais e políticos de diferentes regiões e países, por exemplo, atuando em um lugar estratégico e privilegiado de redes de sociabilidade que, no nosso caso, possuíram caráter transnacional, visto a interlocução com um público estrangeiro diverso, não apenas chileno, proporcionando um importante impacto político. Não por acaso, como apontam Gomes e Hansen, os mediadores se tornariam responsáveis por edições, coleções, fundação de editoras e revistas, autoria de prefácios, entre outros produtos intelectuais dessa natureza. Ao intelectual mediador caberia o empenho em

⁴⁵ LATOUR apud MAÍZ, Claudio. Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 19-35, jul. 2013.

escrever, fazer, gerir e organizar livros, revistas, instituições culturais etc, tendo sido, ao mesmo tempo criador e mediador, ocupando variadas funções e posições no transcorrer de sua trajetória. Não mediram esforços no afã de colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, não apenas seus pares, formando públicos, buscando pavimentar formas de comunicação e aproximação, agindo em redes.⁴⁶

Desse modo, ainda no rastro teórico deixado pelas autoras referente ao intelectual e o trabalho de mediação política, elementos como as condições de produção político-social de ideias tornam-se de suma relevância, assim como o olhar atento às linguagens e ao vocabulário disponíveis, as sensibilidades compartilhadas por indivíduos e grupos. Afirmam Gomes e Hansen: “o que se deseja destacar, nesse grande movimento, é a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo” de seus sujeitos (intelectuais e políticos, no nosso caso), “pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla”. A dedicação a tal abordagem teórica pressupõe operações de apreensão da realidade social, cultural e política, “priorizando os sentidos assumidos por essa realidade, em função dos pontos de vista de seus sujeitos históricos”. Ademais, a atividade de mediação intelectual e política enfatiza “preocupações com as dinâmicas de produção dos bens culturais”, sua prática, circulação e apropriação, a comunicação de seus sentidos,⁴⁷ como procuramos pensar para *Chile-América*.

O projeto político de *Chile-América* possibilitou a formação de amplas redes de discussão entre intelectuais, políticos e ativistas pelos direitos humanos, que se identificavam, embora com eventuais divergências, com o ideário político democrático, humanista e/ou socialista, atuando combativamente contra a ditadura militar pinochetista

⁴⁶ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 12-13.

e seu aparato repressivo e censório. Dessa forma, além de mediador, a figura do intelectual engajado⁴⁸ nos parece também apropriada para interpretarmos os atores envolvidos, no exílio ou no Chile, com as diretrizes político-editoriais de *Chile-América*, até em razão desses personagens serem, em grande medida, vinculados aos partidos políticos. As práticas relacionais potencializadas pela revista abrigaram e fizeram circular elementos do simbólico e do político, indicando um caminho de linguagem comum e em transformação que basicamente girou em torno dos valores democráticos, progressistas e pelos direitos humanos, mas não evitou as divergências e os conflitos, como veremos nas disputas pela busca da unidade política contra a ditadura e durante o processo de reformulação do pensamento das esquerdas socialistas.

A formação de redes políticas de sociabilidade certamente reforça o compartilhamento de práticas, ideias e visões de mundo. No caso de *Chile-América*, tais práticas e visões de mundo estiveram voltadas, de maneira predominante, para os valores de uma cultura política democrática ampla que julgamos compartilhar elementos do humanismo e do socialismo, se tomarmos seu entendimento em um sentido mais plural, abarcando correntes políticas variadas – socialistas, socialistas-cristãos e, mesmo, democrata-cristãos em sua vertente mais à esquerda, identificados com um humanismo que inspirava justiça e transformação social. Um dos tópicos de maior debate e confluência no interior das redes que envolveram a revista foi tangente à condenação à violação dos direitos humanos perpetrada principalmente pelo governo ditatorial ao longo dos seus 17 anos. Trata-se de uma abordagem que foi cara às esquerdas chilenas, aos

⁴⁸ Junto à compreensão referente ao mediador cultural, Jean-François Sirinelli também refletiu sobre outra acepção de natureza sociocultural para o termo intelectual, amparada na noção de engajamento na vida social, de compromisso político com causas específicas. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 242-243. Destacamos o trabalho de Adriane Vidal Costa como um dos estudos que nos fornecem uma dimensão importante da atuação pública dos intelectuais em muitas esferas, desde o compromisso com uma causa até o envolvimento com revistas e com editoras internacionais. Ver COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

democrata-cristãos e às Igrejas cristãs do país na denúncia que exerceram à ditadura, incorporando, portanto, linguagens e discursos desse matiz ao repertório de representações históricas de uma cultura política democrática, socialista e humanista.⁴⁹ Como explicou a historiadora chilena Cristiana Moyano Barahona, nos anos 1980, com as lutas contra a ditadura, “hay un germen embrionario de la renovación en los discursos unitarios entre socialistas y cristianos, entre marxistas y católicos que confluirán en la constitución de la Concertación en los albores de la década del 90”.⁵⁰

Nesse cenário, poderíamos suscitar aqui a abordagem teórica que propõe Claude Lefort, ao colocar em evidência a dimensão simbólica dos direitos do homem, levando a reconhecer que ela teria se tornado constitutiva da sociedade política ao longo de algumas experiências históricas traumáticas. Tratou-se, para esse autor, da inscrição de novos direitos e possibilidades políticas ou a restituição daqueles que se imaginava consolidados. Apropriando-nos das ideias de Lefort⁵¹ e as redirecionando para pensarmos a conjuntura do Chile durante as décadas de 1970 e 1980, poderíamos dizer que as novas exigências coletivas, por parte de setores democráticos e da esquerda chilena, indicariam a emergência de uma nova sensibilidade social, o que, em *Chile-América*, identificamos quando seu sentido programático se alinhou (e alimentou) à renovação do socialismo chileno e a linguagem dos direitos humanos. Esse tipo de abordagem teórica do político que ora apresentamos a partir de Claude Lefort, a nosso ver, estaria em conformidade com aquilo que compreendemos por cultura política.

⁴⁹ Acerca de uma análise teórica, pensando na historicidade do debate sobre os Direitos Humanos, ver HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Especificamente sobre o contexto ditatorial chileno, ver o importante estudo de ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

⁵⁰ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 262.

⁵¹ LEFORT, Claude. Direitos do homem e política. In: LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 75-77.

Pensamos ser viável e pertinente a utilização conceitual das culturas políticas por nos pautarmos em uma noção do político tributária das formulações teóricas de Claude Lefort e Pierre Rosanvallon, nas quais a dimensão simbólica e da linguagem política, compreendida como produção de sentido, orienta experiências sociais ou as configuram.⁵² Dentro dessa tradição francesa de pensamento, o político, portanto, extrapolando, mas não deixando de fora, obviamente, as esferas do Estado, dos partidos e das instituições (a política), seria compreendido a partir das correlações entre o campo simbólico, as representações e as práticas políticas e culturais. Segundo Rosanvallon, com essa dimensão do político, tratava-se de interpretar o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais “elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retraçar, de algum modo, a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações”.⁵³ De maneira central, o que se depreende daí é que pensar o político, do ponto de vista teórico-metodológico, é não perder de vista o entrelaçamento das práticas e das representações que ordenam e, ao mesmo tempo, encontram-se em disputa no mundo social. Ainda que os textos em *Chile-América* sejam, predominantemente, documentos oficiais diversos e formulações partidárias “racionalizadas” e “duras”, deixavam, sim, entrever a linguagem pertencente a tradições políticas, além de expressarem sensibilidades tangentes à linguagem dos direitos humanos.

A tese foi, então, dividida em quatro capítulos. No primeiro, *Chile-América: aspectos políticos, contextuais e fundação da revista*, procuramos entender como a revista construiu seu projeto político-editorial no exílio. Passamos pelo golpe militar e a saída expressiva de exilados chilenos para distintos países de maneira a compreender as

⁵² LEFORT, Claude. Permanência do teológico-político?. In: *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 249-295; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁵³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 76.

condições históricas mais amplas e específicas que levaram à formação de *Chile-América*. Analisamos suas seções e abordagens temáticas, aspectos de sua materialidade, financiamento, disposição gráfica e circulação, bem como a trajetória de seus editores e a formação das redes humanitárias e políticas de solidariedade à causa chilena que sustentaram a existência da revista.

No segundo capítulo, *Editorialismo programático em revista: posições políticas e redes de denúncia*, dedicamo-nos a compreender os passos dados por *Chile-América* em sua trajetória política, seus posicionamentos, através das opiniões diretas de seu corpo editorial, que demarcaram sua forma de atuar na resistência. Enfatizamos as leituras da revista sobre o golpe, o caráter e a institucionalização da ditadura, sua linguagem política que se desenvolveu pela defesa da renovação socialista e unidade ampla com as forças democráticas. Na composição de sua voz corrente, obviamente estiveram presentes opiniões e denúncias que revelaram a capacidade de informação adquirida pela revista que de pronto a fazia circular pelo mundo transnacional.

Foi no Capítulo 3, todavia, que adentramos ainda mais no aspecto da denúncia referente à violência política. Da forma como o nomeamos, *Arquivos da denúncia em revista: o aparato repressivo escrutinado*, indicamos o trabalho feito pela revista de documentar e divulgar denúncias que revelavam estrutura e práticas perversas do aparato de repressão da ditadura. Novamente, a inserção de *Chile-América* em redes humanitárias, políticas, de solidariedade e denúncia permitiram a realização do central trabalho da resistência ao combater a ditadura por esse flanco.

Por fim, no Capítulo 4, intitulado *A unidade democrática como princípio, a renovação socialista como desfecho: dinâmica e debates sobre o processo de democratização no Chile*, analisamos as discussões na revista sobre socialismo e democracia, eurocomunismo, renovação do socialismo. Apresentamos os movimentos

concretos por frentes e coalizações político-partidárias e a posição e participação de *Chile-América* nesse sentido. As ideias em debate, por distintos dirigentes e lideranças políticas, incluindo os próprios editores da revista, giraram em torno da unidade e alianças políticas e a reformulação dos partidos, sobretudo do socialismo chileno. Nessa parte final se evidenciava a razão fundamental de existência de *Chile-América*: apresentar sua posição e dar a voz à oposição à ditadura, os caminhos de reconstrução e redefinição das esquerdas e da DC que em algum ponto se encontravam.

CAPÍTULO 1 – *Chile-América*: aspectos políticos, contextuais e fundação da revista

Neste primeiro capítulo, retomaremos, primeiramente, o contexto que levou ao golpe militar de 1973 e o consequente exílio massivo de chilenos por diversas partes da América Latina e Europa, especialmente. O desterro político foi o “espaço transnacional” para a reestruturação dos grupos progressistas chilenos e seus partidos (os que haviam participado da UP e parte da DC), demarcando a entrada da esquerda na arena política dos direitos humanos. Analisaremos, então, como objeto da pesquisa e representação de todo esse processo, o surgimento de *Chile-América*, os personagens principais que a construíram, as características materiais e programáticas do seu projeto editorial, e sua inserção/participação nas redes políticas e de solidariedade, cuja finalidade mais expressiva foi a de documentar e fazer circular informações sobre o Chile, a organização da resistência no exílio e as denúncias sobre violações de direitos humanos no país.

1.1 O golpe militar e o exílio chileno

O golpe militar do dia 11 de setembro de 1973, no Chile, destituiu violentamente do poder o então presidente constitucional Salvador Allende, que fora eleito em 4 de setembro de 1970 pela Unidade Popular (UP), coalizão política composta por partidos de esquerda que propunha a "via chilena ao socialismo". A UP tinha como eixos o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS), maiores e mais tradicionais partidos de esquerda do país. Além dessas duas formações políticas, abrigou em sua composição a Acción Popular Independiente (API); o Partido Radical (PR), com tradicional atuação no centro do espectro político chileno; o Partido Social Demócrata (PSD); o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU); e a Izquierda Cristiana (IC) que, fundada em 1971, incorporou-se às forças políticas da coalizão.

A “via chilena ao socialismo” consistiu no projeto - o que envolveu tentativas de formulações teóricas e de exercício prático - de construção do socialismo no Chile por meio da utilização dos aparatos institucionais vigentes no país, ou seja, dentro de uma legalidade democrática representativa liberal, sem rupturas drásticas com o quadro político-institucional vigente, embora se buscasse alterá-lo. Tais condições lhe conferiram um caráter de originalidade, quando comparadas a perspectivas revolucionárias mais ortodoxas, principalmente na América Latina, que visavam a implantação do socialismo pautadas por vias insurrecionais e rupturistas de tomada do poder pela luta armada, cujo expoente mais significativo foi a Revolução Cubana em 1959.

No caso da via chilena, pressupunha-se, por exemplo, politicamente, a manutenção do pluralismo de partidos, inclusive na composição do governo. Do ponto de vista social, o sentido de democracia presente nas propostas de transformação da UP amparava-se na ampliação da participação popular nas questões políticas, culturais e econômicas. Seu programa político, elaborado em 1969, apresentava dois pontos centrais sobre os quais se organizaram as políticas do governo de Salvador Allende: o desenvolvimento da *Area de Propriedad Social* (APS) – área nacionalizada da economia – e a construção de um poder ou Estado popular, deslocando o poder político para as camadas populares.⁵⁴

⁵⁴ Sobre o governo da UP no Chile, seu programa, as vicissitudes e impasses políticos enfrentados ao longo de seus quase três anos de governo, ver, sob diferentes prismas: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005; CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” (1956-1970)*. Santiago: LOM Ediciones, 2010; MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006; BORGES, Elisa de Campos. *“Con la Unidad Popular ahora somos gobierno!”*. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015; AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002; GARCÉS, Joan. *El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974; BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota: Chile (1970-1973)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. Os três últimos autores são, antes, testemunhos de personagens que vivenciaram esse processo como protagonistas políticos em distintas posições dentro da UP, socialista allendista, socialista cristão e socialista rupturista, respectivamente. Por

O aprofundamento das políticas de governo da UP, a partir das relações institucionais, passava pela fundamental relação com a Democracia Cristã (DC), que tinha maioria no Congresso, partido com tradição política de centro e grande influência, em especial, na classe média, expressando-se de modo significativo, também, entre trabalhadores urbanos e do campo.⁵⁵ A DC, portanto, contemplava uma base popular que se fazia necessário alcançar pela UP, visando o apoio e a legitimidade requeridas para os projetos de transformação social, de certa forma disputando com os democrata-cristãos a representatividade do povo chileno.⁵⁶

Da eleição de Salvador Allende em 4 de setembro de 1970, em um pleito disputado que já revelava certa polarização política, até sua posse em 4 de novembro do mesmo ano, condicionada ao *Estatuto de Garantías Constitucionales*, elaborado pelos democrata-cristãos e acordado em outubro com a esquerda⁵⁷, renunciava-se aquilo que

sua vez, a coletânea organizada por Julio Pinto Vallejos é especialmente rica por abordar distintos matizes da experiência da UP: partidário, sindical, popular, cultural. Já os estudos de Tomás Moulian e de Marcelo Casals Araya nos trazem perspectivas importantes ao analisarem não apenas os dilemas da UP e da via chilena, mas reconstruindo seus antecedentes que levaram à formação da coalização.

⁵⁵ O Partido Democrata Cristão ou Democracia Cristã originou-se da união da Falange Nacional, surgida em 1935, com setores do Partido Social Conservador Cristiano, fração social-cristã progressista egressa do Partido Conservador. A fundação da DC se deu em 1957, e, constituindo-se por meio de parte importante dos membros e do corpo de doutrinas da Falange, formação da qual advinha o núcleo mais intelectualizado do partido, como Bernardo Leighton, diferenciou-se desta por seu rápido crescimento como partido de massas. Sob a liderança inicial de Radomiro Tomic, a DC ampliou e tornou mais complexa sua estrutura partidária, contou com a filiação de associações femininas, grupos de trabalhadores e estudantis, em síntese, fez crescer seu potencial eleitoral. Esse processo, no entanto, foi potencializado por circunstâncias diversas na virada das décadas de 1950 e 1960, como o enfraquecimento da direita chilena, o “engessamento” burocrático e a crise de identidade do Partido Radical (PR) - entre o centro e a esquerda política -, e, sobretudo, em razão da projeção política de Eduardo Frei Montalva. Ver IZE MALAISE, María Francisca. La Democracia Cristiana en Chile. Análisis de una experiencia. *Foro Internacional*, Vol. X, 2 (38) octubre-diciembre, 1969, p. 112-113; MOULIAN, Tomás. *La Democracia Cristiana en su fase ascendente: 1957-1964*. Documento de Trabajo, Programa Flacso – Santiago de Chile, n. 288, abril de 1988, p. 3 e 5.

⁵⁶ MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 257.

⁵⁷ Tal Estatuto, firmado entre a DC e a UP em 8 de outubro de 1970, foi aprovado como reforma constitucional e promulgado em 21 de janeiro de 1971. Demonstrando sua desconfiança quanto ao que enxergava como possibilidade de radicalização política da UP no governo, a DC apresentou o *Estatuto de Garantías Constitucionales* como condição para ratificar no Congresso a eleição de Salvador Allende, o que ocorreu no dia 24 de outubro de 1970. Nele, apresentavam-se questões como o compromisso com o Estado de Direito; a reafirmação do caráter profissional e independente das Forças Armadas; o respeito ao princípio da liberdade de opinião e de imprensa, assim como de ensino; a pluralidade sindical e a autonomia das universidades, bem como a obrigação de indenizar os afetados pelas expropriações que estavam previstas no programa da UP. Ou seja, revelava-se aí, com o estatuto, a visão política dos democrata-cristãos sobre a esquerda que, nesse ponto, não diferia tanto do que argumentava a direita sobre Allende e a UP.

viria a ser central em todo período do governo de Allende: a relação necessária e, no entanto, de muita instabilidade entre UP e DC. Eleito com um terço do eleitorado (36,2 % dos votos, contra 34,9 do candidato de direita Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e 27,8 de Radomiro Tomic, da DC), Salvador Allende deveria ter sua posse ratificada pelo Congresso Nacional, o que passava pelo acordo fundamental com a DC, confirmado mesmo diante das tentativas de desestabilização da direita por vias institucionais, com o Partido Nacional (PN), e por caminhos não legais e de extrema violência levados a efeito por grupos extremistas, como o movimento *Pátria y Libertad*, organizado imediatamente após a eleição, em 13 de setembro, de modo a exercer oposição radical ao governo socialista.

A breve aproximação institucional entre UP e DC se deu, não sem passar por avanços e recuos, até a crise de outubro de 1972. A possibilidade do diálogo e de uma relação política típica da institucionalidade democrática permitiu avanços do governo de Allende, como a articulação no Congresso em torno à aprovação da estatização do cobre, crescimento econômico, diminuição da taxa de desemprego e da inflação, nacionalização de bancos e de parte do setor produtivo (extensão da APS, estruturando áreas estatais e mistas, contemplando indústrias têxteis, metalúrgicas, siderúrgicas e de construção). No entanto, as divergências políticas latentes da DC em torno da implantação da APS e do processo de aprofundamento da reforma agrária pelo governo socialista, o questionamento constante do partido de centro em relação à legalidade das políticas da esquerda e sua atuação extraparlamentar, tudo isso se intensificou com a crise de outubro de 1972. Esta, fruto da mais forte ofensiva da oposição civil, em especial, contra o governo da UP, foi conduzida pelas organizações patronais e da classe média, contando

Aspectos do *Estatuto de Garantías Constitucionales* extraídos de MONIZ BANDEIRA, Luiz Aberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 176.

evidentemente com a participação externa do governo dos Estados Unidos na desestabilização política e na convulsão social.⁵⁸

Greves generalizadas foram organizadas, com destaque para o “paro de los camioneros”, obviamente ocasionando a paralisação das atividades econômicas, produtivas e de serviços, proporcionada pela manifestação e boicote dos comerciantes e de setores profissionais, como os dos médicos. Uma crise econômica, dado o desabastecimento e a inflação, foi provocada, envolvendo forte campanha ideológica da direita (Partido Nacional, *Patria y Libertad*, setores nacionalistas e conservadores) e de grandes meios de comunicação,⁵⁹ tramada em seus discursos carregados de representações de ódio à esquerda, inimigo interno a ser combatido, que supostamente ameaçava os valores da democracia liberal. Fez-se presente, na atuação desse movimento radicalizado de oposição, um conteúdo crescentemente autoritário nos métodos utilizados.⁶⁰

A estratégia da direita era a de criar efetivamente um clima geral de instabilidade e violência que pudesse levar a um levante militar contra Allende e a UP. Tal intuito ganhou terreno com a primeira tentativa de golpe por setores do exército no dia 29 de junho de 1973, o *Tancazo* ou *Tanquetazo*. Segundo Elisa de Campos Borges, a partir desse fato, a conjuntura política chilena se redirecionou a um nível crescentemente polarizado e de conflito social, apontando para o envolvimento gradativo das Forças

⁵⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Aberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁹ Destacamos a participação política do jornal *El Mercurio* contra a UP. Ver SANTOS, Emmanuel dos. *Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular e os jornais El Mercurio e La Nación (1970-1973)*. 274f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

⁶⁰ Sobre a ofensiva da direita contra a UP, ver MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

Armadas e setores políticos e civis que culminaria no violento desfecho do dia 11 de setembro de 1973.⁶¹

A convulsão social apontada e a tensa relação entre UP e DC são alguns pontos sobre os quais discutiremos ainda mais à medida que se dê o aprofundamento do trabalho. Antecipamos, contudo, de forma breve, que elas revelaram a confluência de aspectos sociais e políticos distintos, levando ao golpe militar, dentre os quais a consolidação de uma nova direita chilena e a participação norte-americana no processo de ebulição da sociedade e de ruptura democrática.

Bombardeado e incendiado o Palácio presidencial *La Moneda*, morto o presidente Salvador Allende, presos seus partidários e simpatizantes, controladas as ruas por tanques e militares armados portando metralhadoras, ao meio-dia de 11 de setembro o golpe já se encontrava consumado.⁶² Destacou Loreto Rebolledo González: “las imágenes de La Moneda incendiándose, la muerte de Salvador Allende, las hogueras de libros quemados en las calles por los militares [...] marcan el inicio de un período de 17 años en que los chilenos vivieron amenazados por el fantasma del miedo”.⁶³

Nos dias que sucederam o golpe, foram praticadas prisões massivas em operações que invadiram bairros, fábricas, universidades, hospitais e edifícios públicos, ocasionando mortes e desaparecimentos. Rapidamente instalou-se um clima de instabilidade e temor nas ruas de Santiago e em todo Chile no imediato pós-golpe,

⁶¹ BORGES, Elisa de Campos. “*Con la Unidad Popular ahora somos gobierno!*”. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015, p. 236. O estudo da autora refere-se à organização e à participação dos trabalhadores chilenos nos *Cordones Industriales*, resultado das práticas políticas inauguradas pelo governo da UP, que, programaticamente, desenvolveu o engajamento das bases industriais, associadas dialeticamente com a longa tradição sindical e a atuação dos partidos de esquerda. O *paro patronal* de outubro de 1972 e o *Tanquetazo* de 1973 foram momentos de crise aguda do governo Allende que levaram à organização, desenvolvimento e posterior radicalização dos *Cordones* nos meses que antecederam o golpe, visando a defesa da experiência chilena e dos interesses do movimento popular.

⁶² REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Vivir con miedo, morir en el terror: Chile (1973-1990). *Ecuador Debates*, Quito, diciembre del 2003, p. 92.

⁶³ *Ibid.*, p. 95.

ambiente em que prevaleceram como práticas sociais e das autoridades do Estado a vigilância, a perseguição, as delações, as invasões a residências, as prisões e as execuções.

A repressão política estendeu-se para o campo, com prisões e desaparecimentos exercidos por patrulhas militares e por civis (grandes proprietários afetados pelas expropriações de terras do governo de Allende, especialmente). Houve execução de camponeses e *mapuches*. Na cidade, destacou-se ainda a atuação de grupos paramilitares como *Patria y Libertad* e *Comando Rolando Matus*. Foi também comum a prática de denunciar, por temor ou por vinculação política, pessoas conhecidas ligadas à esquerda, militantes dos partidos da UP ou apenas simpatizantes das políticas de Salvador Allende. Muitos, detidos pelas operações das forças repressivas militares, foram levados inicialmente ao *Estadio Nacional*, ao *Estadio Chile* e a instalações militares. Posteriormente, os prisioneiros políticos foram levados às inúmeras prisões e centros de detenção clandestinos criados à medida que a repressão avançava. Grande parte desses centros de detenção estiveram marcados por sessões de interrogatório e tortura que, por vezes, levaram à morte muitos que as sofreram.⁶⁴

O primeiro passo político-administrativo após o golpe foi a formação da Junta Militar de Governo, composta pelo general Augusto Pinochet, Comandante em Chefe do Exército; pelo general Gustavo Leigh, Comandante da Força Aérea; pelo general Cesar Mendonza, Diretor do corpo de *Carabineros*; e pelo almirante José Toribio Merino, da Armada. A Junta decretou Estado de Sítio em todo o território chileno, dividido em zonas controladas pelos comandantes militares de cada região, que atuaram, nesse primeiro momento, com alto grau de autonomia na repressão aos apoiadores do governo de

⁶⁴ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988.

Salvador Allende, aos trabalhadores, aos líderes sindicais e aos militantes de esquerda em geral.⁶⁵

Priscila Brandão Antunes,⁶⁶ Fabiana de Souza Fredrigo⁶⁷ e Pablo Policzer⁶⁸ indicaram o gradativo crescimento do controle estatal sobre a população chilena através, inicialmente, de decretos-leis que aumentaram o poder político do Executivo. Até a promulgação da Constituição de 1980, tais decretos foram minando os canais de politização da sociedade, sancionaram o recesso (o caso da DC) ou a ilegalidade dos partidos (a situação da esquerda) e proibiram todas as atividades políticas.⁶⁹ O Congresso Nacional havia sido fechado dias após o golpe, no dia 14 de setembro de 1973.

Outra medida implantada e que revelou a natureza autoritária do Estado chileno foi a criação, em 1974, da instância máxima para a coordenação das ações de segurança, a *Dirección de Inteligencia Nacional*, a DINA. Na prática, esse organismo repressor havia sido estruturado e, assim sendo, já atuava antes de ser oficializado, pelo menos desde novembro de 1973. Não obstante caracterizada como órgão de inteligência e segurança, a DINA, dirigida pelo militar do Exército Manuel Contreras Sepúlveda, atuou, verdadeiramente, como polícia política secreta da ditadura, estrutura terrivelmente repressora que coordenou assassinatos e prisões sumárias, ações de desaparecimento dos perseguidos políticos, majoritariamente membros da esquerda chilena, por conseguinte levando ao exílio parcela expressiva da população que buscou amparo e destinos variados de modo a preservar suas vidas.

⁶⁵ PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 59.

⁶⁶ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Serviços secretos e democracia no cone sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional*. Niterói: Impetus, 2010.

⁶⁷ FREDRIGO Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, 1998.

⁶⁸ POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 22, 1998, p. 325-356.

⁶⁹ FREDRIGO, Fabiana de Souza. Op. Cit., p. 22.

O significativo exílio de chilenos durante a ditadura, predominante entre os anos de 1973 e 1978, resultou, em grande medida, da perseguição política da Junta Militar, através especialmente da DINA, aos militantes e políticos dos partidos da esquerda chilena, sobretudo aqueles que integraram ou possuíam proximidade com a UP e com governo de Salvador Allende. Grande quantidade de políticos, dirigentes partidários, militantes, intelectuais, artistas, profissionais, acadêmicos e estudantes universitários, aos quais se agregaram, em menor proporção, operários, camponeses e técnicos, partiram para o exílio nesse período.⁷⁰

O fenômeno da perseguição a pessoas “indesejáveis”, sejam elas políticos, trabalhadores, intelectuais, lideranças sindicais, religiosas ou de movimentos sociais, levando a um processo massivo de exílio político, foi comum em todos os países que vivenciaram governos autoritários, como as ditaduras militares na América Latina. Tratou-se de uma questão sintomática, que evidenciou o intuito de eliminar a presença, em território nacional, das vozes dissonantes e opositores políticos que, em muitos casos, estiveram legitimados pela sociedade a falar em nome dela, com potencial de influência sobre a opinião pública⁷¹.

Do ponto de vista conceitual, Mario Sznajder e Luis Roniger destacaram o sentido político do termo “exílio”, dentro de um enfoque sociopolítico e macro-histórico atento às instituições e às redes, como bem apontou Silvina Jensen em sua crítica à obra dos dois autores.⁷² Entenderam-no como um mecanismo institucionalizado de exclusão política,

⁷⁰ Ibid, p. 181.

⁷¹ O sentido de opinião pública, neste trabalho, expressar-se-ia atrelado ao conceito de esfera pública desenvolvido em nota, na sequência.

⁷² Trata-se de uma abordagem conceitual que temos realizado desde a dissertação de mestrado, que resultou no livro COELHO NETO, Raphael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. Ver, como principais referências: SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013; JENSEN, Silvina. *Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina* de Mario Sznadger y Luis Roniger: hacia el enfoque sociopolítico, macro-histórico y teórico-analítico del problema. *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, p. 13-20, 2015.

social e cultural, utilizado, ao longo do processo histórico da América Latina independente, como ferramenta para eliminar a dissensão política, fazendo parte de um repertório de práticas de longa duração dentro da tradição política autoritária latino-americana. Tal medida impinge aos cidadãos locais, em geral envolvidos na política ou na vida pública, a saída forçada e o abandono de seu país de origem, impossibilitados de regressar até que se tenham alterado as circunstâncias conjunturais que os levaram ao deslocamento.⁷³ O intuito era o de manter o controle da esfera pública⁷⁴ por parte do Estado, quando não se podia contemplar, a partir dos valores autoritários, as discordâncias públicas e a pluralidade de opiniões.

Condenava-se, assim, ao desterro, aqueles que, de alguma forma, posicionaram-se contrários às políticas oficiais e ao *status quo*. O exílio ou o desterro forçado seria, portanto, resultado de cenários políticos propensos a excluir atores históricos cujas

⁷³ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 31.

⁷⁴ A partir dos estudos de Jürgen Habermas e suas revisões teóricas do conceito, tentamos traçar um sentido de esfera pública aproximado ao que propõe o sociólogo alemão. Assim, partimos da ideia de uma sociedade civil na qual membros de coletividades organizadas disputam, através da mobilização, discurso, da linguagem, da ação comunicativa pública (teoria da ação comunicativa), consentimentos políticos de maneira a chegar a um equilíbrio de poder e interesses sociais orientados ao bem comum. Trata-se, portanto, como explicou Barbara Freitag, da busca pela razão e consensos amplos decorrentes da organização social dos atores em permanente interação dialógica, a partir de uma concepção radical de democracia compreendida por Habermas. O referencial histórico, para o autor, de maneira a pensar as esferas públicas, era o contexto de construção da democracia de massas dos Estados de bem-estar social na Europa Ocidental. A consolidação de uma esfera pública politicamente ativa passaria pelo aprofundamento de uma sociedade civil organizada, que por sua vez realizar-se-ia dentro do “mundo da vida”, como propõe Habermas, de modo a distinguir da burocracia estatal, embora dialogue com ela e a influa, e o sistema de mercado, este regido por normas próprias que não deveriam se sobrepor aos interesses do “mundo vivido”, cotidiano, relacional e dialógico da sociedade. Nesse sentido, segundo Habermas, “o público, mediatizado pelas organizações, deveria pôr em movimento [...] um processo crítico de comunicação pública”. Por processo crítico entendemos o uso da razão resultante da interação, decisão, tomada de posição - influída também pelas culturas políticas - de uma sociedade civil em permanente relação e desenvolvimento em dado contexto histórico, pressuposto para a consolidação de uma esfera pública que, por conseguinte, possibilitaria a constituição de uma democracia ampla nesses termos e a formação, dentro desse processo, de uma opinião pública ou as manifestações das coletividades. Ou seja, intervir na esfera pública, pelos aparatos burocráticos/estatais e de inteligência, de maneira a impedir a livre relação dialógica e associativa da sociedade civil (por meio das igrejas, universidades, organizações culturais, mídias independentes, associações esportivas, sindicatos, partidos políticos etc) constitui-se em evidente marca do autoritarismo político, típica das ações das ditaduras como foi a chilena. Para o conceito de esfera pública, ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1990, p. 63-64; FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 112-113.

expressões na vida prática teriam-se como inaceitáveis por quem detém o poder das instituições de Estado, ou mesmo pela coação exercida por poderes paralelos atrelados a ele. O núcleo central de origem do exílio, em um sentido amplo, estaria no fechamento dos canais normativos de participação política democrática na esfera pública (ou a livre expressão da opinião pública), levando à perda de direitos civis e políticos, tudo isso em decorrência do uso da violência explícita contra os grupos considerados inimigos políticos do poder estatal.

Essa linha de definição, segundo Sznajder e Roniger, abarcaria tanto quem sofreu perseguição direta das autoridades e agentes a serviço do Estado (ou de atores políticos violentos, como os grupos paramilitares e paraestatais), quanto aqueles que escolheram sair do seu país por se sentirem ameaçados e por atravessarem problemas existenciais que se originaram do mundo político ou das relações políticas.⁷⁵ Dessa maneira, na visão dos autores, o sentido de coação e a ameaça à integridade física, chegando à iminência extrema da perda da vida, seriam os fatores principais que marcariam a necessária saída do território de um país.

Para Sznajder e Roniger, o fator político é central para o trabalho conceitual com o termo *exílio*, o que o distinguiria, por exemplo, de outras acepções tangentes à palavra *migração* ou às possibilidades e motivações para as migrações. Embora não esteja de todo desvinculada das tomadas de decisões políticas estatais e da necessidade de saída, *migração* atrelar-se-ia predominantemente a fatores e adversidades de ordem mais diversa, como a econômica, ou mesmo motivações atinentes a conflitos étnicos, religiosos ou catástrofes naturais. Nesse ponto, também caberia compreender a concepção de *refugiado*, cujas razões de seu deslocamento nem sempre ocorreriam originando-se do fator político-conjuntural, como no caso dos exilados, podendo antes ter peso decisivo,

⁷⁵ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 31.

como afirmamos, questões de origem distinta. Outra particularidade para o caso dos exilados consistiria na proibição oficial de retorno dos indivíduos ao país natal, enquanto não se alterasse o grupo político no poder ou, ao menos, que eles não modificassem disposição a respeito, como apontou Luis Roniger, aspecto que não ocorreria, necessariamente, com as demais categorizações de mobilidade social.⁷⁶

De uma forma geral, podemos assim dizer, o exílio tenderia a provocar, por parte daqueles que o sofrem, o sentido de uma condição adversa temporal e passageira, o que levaria a uma atitude de resistência à mera aculturação e adaptação ao país que os recebeu, embora muitas vezes se tentasse algum tipo de adaptação por uma questão de sobrevivência. Nessa visão, ou seja, ao se introjetar sua situação adversa como passageira, os exilados não só permaneceriam apegados à sua formação cultural, como a estimulariam entre a comunidade desterrada como um ato político, persistindo, em geral, o desejo de retornar a seu país de origem, mesmo que essa vontade não se concretizasse posteriormente ou demorasse a ocorrer, como assim procedeu com muitos chilenos.⁷⁷

Todavia, embora concordemos com as perspectivas teóricas de Sznajder e Roniger desenvolvidas sobre o exílio, pensamos que qualquer generalização conceitual sobre o exílio, *a priori*, sem a devida contextualização das comunidades do desterro político, poderia incorrer em uma precipitação da análise histórica. O próprio Roniger alertou para esse aspecto, quando afirmou que as categorias que procuram definir a especificidade do exílio e dos exilados, na realidade, podem se confundir nas comunidades deslocadas,

⁷⁶ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 40. Além desses, outros termos aparecem como similares à ideia de exílio, como expatriação, asilo político e diáspora. Para maiores esclarecimentos em relação à comparação e à distinção entre os termos, ver SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. Op. Cit, p. 37-41; e BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones sudamericanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo (comp). *Exiliados, emigrados y retornados chilenos en América y Europa, 1973-2004*. RIL Editores: Santiago, 2006, p. 13-35.

⁷⁷ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 41-45.

possibilitando a cada indivíduo vivenciar distintas etapas em seu caminho seguido fora das fronteiras dos Estados de origem. Assim, por vezes, tornar-se-ia complexa a identificação entre refugiados, migrantes e exilados, por exemplo. Caberia, portanto, a observação da interação específica desses indivíduos “nas comunidades diaspóricas e as relações entre sua situação em lugares de reinstalação e redes transnacionais”, o que poderia ajudar a definir o caráter particular em cada movimento de saída forçada.⁷⁸

Tendo em conta tal observação, a definição ou uma melhor compreensão do exílio ou de grupos de exilados se daria através do trabalho de investigação com as fontes de pesquisa e análise, demarcando a historicidade das relações transnacionais que essa condição tende a provocar. A revista *Chile-América*, por exemplo, foi claramente resultado de um exílio ativo e altamente politizado de seus editores e das redes políticas e de denúncia, alimentadas através da circulação, majoritariamente documentadas, das informações sobre as violações dos direitos humanos levadas a cabo pela ditadura chilena. Eles próprios, editores da revista - Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton, Esteban Tomic e Fernando Murillo Viaña, dos quais ainda trataremos com mais detalhes - conscientes de que eram perseguidos por defenderem “ideas diferentes a las que hoy dominan el país”, percebiam-se como exilados, “adversarios políticos” da ditadura⁷⁹, e, refletindo sobre essa condição histórica chilena, destacaram os distintos lugares do exílio e as situações de adversidade provocadas pela necessidade de sair do país:

Innumerables son los chilenos que, a partir de 11 de septiembre de 1973, han debido abandonar el país para radicarse en el extranjero. Se han dispersado en todas direcciones. Se encuentran viviendo de EE.UU a Brasil, de Nueva Zelandia a Angola, de Bulgaria a Inglaterra, de Finlandia a Argelia. No existe prácticamente ningún país en el mundo donde no vivan algunas familias

⁷⁸ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 44.

⁷⁹ EDITORIAL. Cuatro años de dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 12.

chilenas. Se ha producido en estos años un flujo migratorio de enormes dimensiones, dando origen a una verdadera diáspora. Quedan atrás, lejana, la propia tierra, el pasado, los lugares familiares, parientes, amigos, un trozo de vida, mientras se enfrentan dificultades insospechadas para continuar viviendo en otras latitudes, climas distintos e idiomas desconocidos, con la esperanza siempre viva de volver a Chile. [El país] está profundamente escindido.⁸⁰

Chile-América afirmou ainda, em editorial, que o exílio não era somente um problema para quem o tenha sofrido. Como drama social e humano, o era também para os familiares que permaneciam no Chile: “ellos muchas veces se sienten exiliados en su propia patria y viven añorando su retorno. No se trata de una suma de problemas individuales. Una emigración masiva constituye un problema nacional”.⁸¹

Como definiu a revista, as causas para o exílio poderiam ser distintas, não apenas resultado da violência política. As razões muitas vezes foram de ordem político-econômicas, em busca de melhores oportunidades de emprego, de levar a cabo um desenvolvimento científico autônomo, bem como uma livre ação cultural, manifestações contrárias à lógica do mercado imperante por meio dos valores neoliberais como modelo para a sociedade. Pintando um quadro bastante amplo e ao mesmo tempo detalhado do distanciamento forçado para o caso chileno e latino-americano, complementado o desenvolvimento conceitual anteriormente apresentado, *Chile-América* argumentou que

La emigración es de varios tipos. Hay quienes salieron en calidad de refugiados políticos mediante la protección de alguna de las misiones diplomáticas acreditadas en Santiago. Son propiamente “exiliados”. Hay también muchos miles de latinoamericanos que a la época del golpe eran refugiados políticos en Chile, especialmente de Bolivia, Brasil y Uruguay, que abandonaron el país mediante la protección del Comité Nacional de Ayuda a los Refugiados creado en octubre de 1973. También hubo muchos chilenos que cruzaron normalmente las fronteras, como turistas, pero que una vez fuera pidieron asilo político o bien residencia en un país extranjero, para escapar a la represión. [...] La mayor parte de ellos llegaron en los meses siguientes al golpe a Argentina y, desde allí, se dirigieron a otros países. Existen también los chilenos expulsados por disposición del Gobierno como conmutación de una pena restrictiva de libertad impuesta por algún tribunal militar o simplemente por “razones de seguridad nacional” y, también, quienes habiendo salido

⁸⁰ EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 7.

⁸¹ *Ibid.*, p. 8. Ver también EDITORIAL. Cuatro años de dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, p. 11-14, 1977.

normalmente del país, se vieron imposibilitados de regresar por haberse dictado en su contra un decreto prohibiéndoles la vuelta a Chile. Son diversos aspectos de la emigración política.⁸²

Nesse sentido, tendo em conta os diversos aspectos que levaram ao desterro, a perspectiva de categorização dos desterrados pode partir dos próprios sujeitos históricos que sofreram essa experiência. Mario Sznadger e Luis Roniger citaram, por exemplo, o ponto de vista do escritor naturalizado chileno Ariel Dorfman⁸³. Apresentados a ele os benefícios materiais que a condição de refugiado possibilitaria, de acordo com o Estatuto da ONU de 1951, tais como atenção médica, capacitação para inserir-se em um emprego e cursos do idioma do país de asilo,⁸⁴ Dorfman optou, deliberadamente, por assumir uma condição de exilado. Sua escolha se justificou por entender que tal condição se contrapunha à de refugiado por ser mais ativa, carregando uma interpretação que o projetava para sua “odisea como algo que se originaba en mí mismo y no en las fuerzas históricas que bullían fuera de mí alcance”.⁸⁵ Assim, percebe-se nessa autoproclamação de exilado de Ariel Dorfman uma tentativa de manter certa autonomia sobre sua condição de desterrado e perseguido político, adotando uma atitude ativa de combate à situação autoritária vigente em seu país. A noção de refugiado apresentaria um sentido, a partir desses termos, mais passivo, de mera aceitação ou de pouca luta e colaboração com a imprescindível e urgente ajuda internacional.

⁸² EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 8.

⁸³ Ariel Dorfman colaborou com várias iniciativas culturais da e/ou para a Unidade Popular, sobretudo junto à Editora Nacional Quimantú. Partiu para o exílio inicialmente na França, depois foi para a Holanda e, por fim, viveu nos Estados Unidos. É tido como um intelectual que transcende os gêneros literários, com forte influência da ou incidência na política.

⁸⁴ Segundo Thiago Henrique Oliveira Prates, diferentemente da concepção de *exilado*, que não foi contemplada por qualquer *corpus* legislativo, a de *refugiado* é uma categoria legal, estabelecida, em 1951, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Foi instituída legalmente de modo a tratar dos eventos ocorridos na Europa pós-guerra, expandido seu alcance, posteriormente, em 1967, para os processos similares ao redor do mundo. PRATES, Thiago Henrique Oliveira. “O mundo não acaba no Malecón”: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* (1996-2002). 249f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015, p. 86.

⁸⁵ DORFMAN, Ariel apud SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 50-51.

No nosso entender, a postura de Ariel Dorfman alinhou-se com aquilo que Sznajder e Roniger conceberam conceitualmente para o exilado – e não por acaso seu exemplo foi evocado –, qual seja, a sua vontade, ainda que limitada, de manter o controle sobre suas decisões vitais. Pensamos que esse tipo de conduta condiz, outrossim, com a resistência de intelectuais e políticos chilenos no exílio, ao publicarem, por exemplo, revistas de conteúdo político combativo em relação à repressão e às medidas perpetradas pelo governo de Augusto Pinochet, aspecto em que *Chile-América* se destacou como uma das principais iniciativas editoriais não apenas do exílio, mas de toda a resistência.

Complementando o significado do exílio aqui desenvolvido, Luis Roniger afirmou que a exclusão física de um território nacional configurar-se-ia em uma espécie de solução alternativa, por parte do Estado autoritário, ao encarceramento e às execuções, mais uma forma institucional para lidar com os oponentes políticos. Em sua análise, o exílio seria menos extremo que a execução e o encarceramento, limitando, por conseguinte, em alguma medida, a disseminação da violência estatal física e explícita.⁸⁶ Consideramos, todavia, que condicionar os atores sociais à situação forçada de ter de sair de seu país consiste em medida deliberada de grave violência pelo Estado, de consequências individuais e coletivas muitas vezes trágicas, podendo levar a danos emocionais e/ou físicos diversos.

O estudo de Sznajder e Roniger foi um marco no sentido de ampliar o campo de pesquisas e abordagens sobre o exílio, de modo a inquirir, especialmente, sobre as redes e as organizações políticas e humanitárias transnacionais, as políticas de asilo e refúgio, as gerações do desterro e os retornos, ultrapassando os enfoques circunscritos a escalas

⁸⁶ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 33; RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 93.

nacionais de análise.⁸⁷ Todavia, não podemos deixar de lado perspectivas de trabalho teórico com o exílio que se vinculam menos a perspectivas político-institucionais e sociopolíticas, que balizam as análises macro-históricas de Sznajder e Roniger, e mais a aspectos idiossincráticos de ordem sociocultural, como também esteve na avaliação feita por *Chile-América* anteriormente citada.

Remetemo-nos, então, à reflexão de Edward Said, quando ele expõe que a dificuldade dos exilados, a maioria deles, não consiste somente em se acharem forçados a viver longe do seu país de origem, mas, sobretudo, em ter de viver com a lembrança de que se encontram no exílio, situando-se em um “estado intermediário” no qual não se está ampla e culturalmente integrado ao novo ambiente social nem totalmente liberto do seu lugar de origem.⁸⁸ Em comum às perspectivas conceituais apresentadas sobre o exílio encontra-se uma avaliação analítica direcionada a um contingente mais amplo, e não a experiências compreendidas individualmente, ainda que a diversidade de percepção e a complexidade das maneiras de se viver no exílio, desde estágios trágicos de abatimento

⁸⁷ AYALA, Mario; MAZZEI, Daniel. Presentación. Los exilios políticos del Cono Sur de América Latina: temas, enfoques y perspectivas. *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, 2015, p. 7. Dentre as coletâneas recentes com renovadas abordagens acerca dos exílios políticos (com ênfase nos deslocamentos que foram resultado da última ditadura militar argentina, entre 1976 e 1983), contendo temáticas sobre a repressão, as memórias, os ativismos transnacionais, a questão de gênero, aspectos geracionais e os retornos, destacamos: LASTRA, Soledad (Comp.). *Exílios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Nesta compilação, o texto final de Silvina Jensen é especialmente importante por fazer um balanço historiográfico acerca dos estudos referentes aos exílios políticos, enriquecidos a partir do cruzamento e diálogos com campos detentores de agendas e problemas próprios, mas que possibilitaram, desde o início do século XIX, aprofundar nas questões tangentes aos deslocamentos e redes transnacionais, como foram os casos da História Recente e dos estudos sobre memória.

⁸⁸ SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 56-57. O “estado intermediário” sugerido por Said nos faz refletir sobre a tendência ao retorno dos exilados apresentada por Mario Sznajder e Luis Roniger e os problemas decorrentes desse aspecto. No último capítulo do estudo de ambos, eles apontaram para a complexidade do regresso dos exilados, contendo diversos níveis de possibilidade e situações. As mudanças estruturais provocadas nos países de origem dos exilados durante as ditaduras militares, sobretudo no Chile, e o impacto, negativo ou positivo, da experiência do exílio fizeram com que a relação com o país natal, ao retornarem, nem sempre ocorresse de modo tranquilo e reconciliatório. As decisões e os caminhos do pós-exílio foram e podem ser múltiplos, incluindo a dificuldade de reinserção na sociedade de origem, fator que poderia provocar a volta (ou permanência) aos países anfitriões que concederam asilo político aos [ex]-exilados. Ver SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 364-371; LASTRA, Soledad. Polifonía política de los retornos del exilio. Reflexiones y preguntas desde el Cono Sur. In: SANTOS, Enrique Coraza de los; LASTRA, Soledad (eds.). *Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios*. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 175-195.

físico e mental até o ativismo político, possam ser contempladas. Ainda assim, dentro de abordagem macro das coletividades ou núcleos de sujeitos políticos.

Uma síntese precisa da confluência entre as fraturas políticas e culturais provocadas pelo exílio foi demarcada pelos editores de *Chile-América* da seguinte forma: “el abandono del país de origen supone el fracaso de un proyecto socio-político colectivo al cual se encontraban ligados otros tantos proyectos de vida personal. Ello produce en el exiliado una ruptura y, hasta cierto punto, afecta su identidad”.⁸⁹ A autora que bem expressou a complexidade das experiências dos exilados em razão da fratura com seu ambiente social e seus padrões culturais foi Denise Rollemberg, trabalhando, sobretudo, com as memórias da dispersão de brasileiros, intelectuais e políticos conhecidos, mas também anônimos, durante a longa ditadura militar de 1964 a 1985. Seus estudos revelam as angústias, os sofrimentos, ao passo que também as lutas políticas e os ativismos, de homens e mulheres que experienciaram a resistência e a reconstrução de identidades fora do Brasil, com vistas ao retorno e à transformação dos caminhos tomados pelo país de origem.⁹⁰

Como expressou Claudio Bolzman, acrescentado um novo elemento, o problema dos exilados concerne ao fato de que as ditaduras não só os expulsaram de seus países, mas buscaram excluí-los da história oficial e de um possível protagonismo político em suas sociedades locais. Todavia, ponderou o autor, isso não significava que os anos no exílio fossem um período perdido, ineficaz e de profundo deslocamento por parte desses atores políticos, tampouco que os objetivos das ditaduras tivessem sido alcançados. Assim nos mostram, de maneira comum, todas as referências até aqui citadas. No exílio, como forma de resistência, vozes dissidentes aos Estados repressores podem ser potencializadas, sobretudo através das redes e da capacidade de circulação da denúncia:

⁸⁹ EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 8.

⁹⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

En todos los países donde residen, una parte considerable de los exiliados se organiza colectivamente y contribuye desde la distancia a la lucha contra los regímenes represivos y a la solidaridad con la oposición local a estos gobiernos. Esto también les da un sentimiento de tener un lugar social, de ser útiles gracias a su compromiso político.⁹¹

A atuação política dos exilados tendeu, diante das adversidades, a reforçar os laços entre eles e muitos políticos, intelectuais e ativistas dos movimentos de direitos humanos dos países nos quais residiam ou em uma esfera mais ampla, a transnacional. A atitude de oposição dos desterrados junto a comunidades e a órgãos internacionais buscou provocar o isolamento diplomático das ditaduras militares, de maneira a que novas condições políticas democráticas fossem debatidas e construídas. Tais condutas de resistência dos exilados podem ser interpretadas como processo desencadeado pela reflexão e redefinição da identidade dos indivíduos no exílio, operando tendências civis que se consubstanciariam em ativismo político e humanitário de dimensões transnacionais, a partir dos países de destino.⁹² Tal perspectiva tangente às resistências é central para compreendermos as trajetórias de Bernardo Leighton, Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Esteban Tomic e Fernando Murillo Viaña, e o surgimento da revista que editaram, *Chile-América*.

Antes, porém, precisamos perceber a relação histórica entre o Chile e o exílio, e é certo que o país, pelo menos até 1973, foi um dos principais receptores de intelectuais exilados latino-americanos desde meados do século XIX. A começar pelos argentinos Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, opositores da ditadura de Juan Manuel de Rosas na Argentina, que encontraram

⁹¹ BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones sudamericanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo (comp). *Exiliados, emigrados y retornados chilenos en América y Europa, 1973-2004*. RIL Editores: Santiago, 2006, p. 26.

⁹² SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 54.

asilos políticos no território chileno. Pautados por ideias políticas liberais, esses eminentes pensadores trabalharam na imprensa local de distintas cidades chilenas e exerceram forte influência intelectual e política durante o exílio no Chile.

Na década de 1930, em decorrência da ditadura de Augusto Leguía no Peru (1919-1930), o país recebeu importantes peruanos exilados, vinculados à *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), que conformaram influentes redes intelectuais e políticas, dentre eles Luis Alberto Sánchez, Ciro Alegría, Manuel Seoane e Carlos Manoel Cox.⁹³ O Chile também recebeu espanhóis republicanos a partir de 1939, após o fim da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e o início da ditadura de Francisco Franco. Pablo Neruda, então cônsul na Espanha durante a presidência chilena de Pedro Aguirre Cerda (1938-1941), foi personagem central, no exercício do seu cargo, para que mais de 2.000 espanhóis, exilados na França, deixassem o país europeu rumo ao Chile, atravessando o oceano na embarcação *Winnipeg*, que atracou em Valparaíso em fins de 1939.⁹⁴

O país voltou a atrair exilados na década de 1960 e no início dos anos 1970, durante os governos progressistas de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende. Muitos intelectuais, políticos e militantes das esquerdas brasileiras, por exemplo, fugindo da ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, estabeleceram-se no Chile. Puderam participar da política local, inclusive nos partidos políticos chilenos, atraídos, principalmente, pela experiência socialista e democrática da Unidade Popular de Allende e pela possibilidade de trabalhos em importantes instituições internacionais de pesquisa, ensino e desenvolvimento para a América Latina, como a Comissão Econômica para a

⁹³ Ver MELGAR BAO, Ricardo. Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 146-166.

⁹⁴ COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 108.

América Latina e o Caribe (CEPAL) e a FLACSO, cuja sede acadêmica se fundou em Santiago em 1957 e lá permaneceu até 1973.

Darcy Ribeiro, Celso Furtado, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra foram alguns dos intelectuais brasileiros exilados no país nesse período. Os três últimos foram teóricos da dependência e se aproximaram da leitura de transformação revolucionária do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), assim como os militantes e ativistas de organizações guerrilheiras do Brasil, como VAR-Palmares e Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo Mario Sznajder e Luis Roniger, até meados de 1973, eram estimados cerca de 3000 a 4000 exilados brasileiros residentes no Chile.⁹⁵

Todavia, pelo aspecto contrário ao da atração de pessoas de outras nacionalidades, portanto, o da expulsão, é importante que se diga que a imposição do exílio a opositores políticos, pelo Estado chileno, ocorreu em outros momentos da história política do país, não sendo exclusiva ao período posterior a setembro de 1973, com destaque para o governo de Gabriel González Videla (1946-1952). Neste momento, com o Partido Comunista chileno colocado na ilegalidade pelo então presidente, foi marcante o exílio de parte dos seus membros, como o poeta Pablo Neruda⁹⁶. Contudo, definitivamente, foi com o golpe de 1973 que ocorreu um fenômeno massivo de exílio chileno, sem precedentes nesses termos, assim como o desterro em série de muitos latino-americanos que haviam encontrado refúgio no país e que se identificavam com a perspectiva de

⁹⁵ Acerca do Chile enquanto importante lugar do exílio, ver SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 124-137. Sobre a Teoria da Dependência e a trajetória dos intelectuais Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, incluindo o exílio, ver WASSERMAN, Claudia. *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

⁹⁶ A respeito, ver COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

revolução socialista-democrática projetada pela presidência de Salvador Allende, como foi o caso dos brasileiros.⁹⁷

Pablo Yankelevich destacou o exílio de chilenos como altamente politizado, por ter sido consequência da expulsão do poder de dirigentes governamentais, partidários e uma ampla parcela de seus seguidores, militantes políticos ou não. Foi resultado de uma ofensiva extremamente violenta perpetrada contra o projeto socialista que se tentava implementar através do Estado. Saíram para o exílio, portanto, “os sobreviventes de um governo e milhares de seus simpatizantes, à diferença de outros casos, nos quais o exílio aparece como produto de uma atividade de dissidência ou oposição ao regime da vez”.⁹⁸

Ainda que esse componente político tenha sido central, quando falamos do exílio após 1973, uma das principais dificuldades é delimitar de modo preciso as razões para a saída expressiva dos chilenos, o que influi nos modos de leitura e interpretação dos números levantados que quantificam tal fenômeno. Como havíamos dito, poderíamos pensar em motivações econômicas, dado o profundo processo de reestruturação econômica neoliberal no país, levando ao agravamento das desigualdades sociais, ao empobrecimento de amplos setores da sociedade desprovidos das políticas de Estado. Tal aspecto é passível de interpretação no sentido de concebê-lo como resultado de medidas igualmente políticas, como parte das drásticas transformações no Chile, o que envolveu o caráter (re)fundacional pretendido pelos militares envolvidos ao pinochetismo, com forte sustentação civil. Contudo, estudos que, veremos em seguida, levantaram alguns dados a respeito da saída de chilenos durante a ditadura, assim o fizeram dando às estimativas um

⁹⁷ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 137. Sobre o exílio de brasileiros no Chile e, depois, com o golpe, em outros países, como a França, ver MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese. 272 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

⁹⁸ YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 15-16.

peso estatístico que seria resultante diretamente da violência política no país, tirando o peso de possíveis outras variantes, como a econômica.

Loreto Rebolledo González apresentou argumentos que nos induzem a conceber a difícil computação precisa do número de exilados chilenos:

Establecer el número exacto de exiliados chilenos es una tarea inútil; las cifras son inciertas y contradictorias por razones de diverso orden. Por el deseo de las autoridades de la época de minimizar el problema, la información oficial es poco fiable; por otra parte, porque en muchos casos quienes salieron del país buscaron no dejar registro de su salida a la espera del reingreso posterior. A ello hay que agregar que quienes abogaban por el retorno de los exiliados consideraban que, siendo mayor la magnitud de personas involucradas, se ejercería una mayor presión sobre las autoridades. Por ello se hablaba de un millón de chilenos exiliados.⁹⁹

A *Oficina Nacional del Retorno* (ONR), órgão criado no primeiro governo democrático após a ditadura, o de Patricio Aylwin, visando a reinserção social dos exilados, apresentou-nos uma cifra de cerca de 200 mil chilenos exilados durante o governo de Pinochet.¹⁰⁰ Cálculos da *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, em seu informe de 1982, indicaram o número de 163.686, ao passo que um artigo veiculado na publicação semanal chilena *Hoy*, ligada à Democracia Cristã, em janeiro de 1984, mencionou um total de 179.268 chilenos no exílio.¹⁰¹ É possível confrontar tais dados, um tanto aproximados, com o estudo de Anthony Pereira, que apresentou um número bem mais baixo, embora ainda elevado e não menos trágico, de 40 mil chilenos exilados entre 1973 e 1989. Pereira mencionou como fonte o *Informe Rettig* da Comissão Nacional Chilena sobre Verdade e Reconciliação, de 1991.¹⁰²

⁹⁹ REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Séptima Serie, n. 3, p. 177-187, julio 2012, p. 179.

¹⁰⁰ SILVA, Éca Pereira da. *Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 62.

¹⁰¹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 280.

¹⁰² PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 56.

Em contabilizações mais superlativas, segundo dados da *Anistia Internacional*, consultados por Claudia Rojas Mira e Alessandro Santoni, no ano de 1974 já havia 150 mil chilenos no exílio.¹⁰³ Loreto Rebolledo González, remetendo aos estudos de Claudio Bolzman e Carmen Norambuena, apresentou-nos uma cifra de cerca de 400 mil chilenos desterrados.¹⁰⁴

As mais altas quantificações vão de 450 mil a 1 milhão de exilados, sendo que o dado de 1 milhão foi informado por *Chile-América* em editorial referido anteriormente, bem como por outra revista do exílio, *Araucaria de Chile*, em seu editorial de abertura de 1978. Ambos os impressos adotaram a mesma fonte: as estimativas da Igreja Católica chilena, substanciadas por meio de organismos que trabalharam pelos direitos humanos, como a *Vicaría de la Solidaridad*.¹⁰⁵

Tão alta quantificação possivelmente incorporou as saídas por motivações econômicas, não necessariamente por perseguição política, compreendendo aproximadamente 10% da população chilena da época, como apontou *Chile-América*. No entanto, a revista *Chile-América* havia primordialmente ponderado: “no se dispone de datos fidedignos sobre la magnitud del exilio chileno”.¹⁰⁶ Obviamente, suas informações eram, naquele momento, ainda mais restritas e imprecisas, visto que se encontrava em andamento, inclusive por ela própria, um trabalho de coleta, quantificação, arquivamento e denúncia acerca das vítimas do aparato repressivo da ditadura.

Não cabe a nós, em virtude de tudo isso, referendarmos uma ou outra estimativa ou cravarmos algum dado mais preciso. Como mais importante se impõe observar os altos

¹⁰³ ROJAS MIRA, Claudia; SANTONI, Alessandro. Geografía política del exilio chileno: los diferentes rostros de la solidaridad. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 41, enero/junio 2013, p. 124.

¹⁰⁴ REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Séptima Serie, n. 3, julio 2012, p. 179.

¹⁰⁵ Assim apontou o editorial de abertura da revista *Araucaria de Chile*: “Cálculos estimativos de la Iglesia Católica consideran que un millón de chilenos aproximadamente están obligados al éxodo y a distribuirse en un exilio por cinco continentes”. EDITORIAL. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 1, 1978, p. 5; EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 8.

¹⁰⁶ EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 8.

números levantados por esses estudos. Ao fazermos a leitura das estimativas apresentadas, devemos, mais que tudo, constatar que se tratou, certamente, de um fenômeno de proporções expressivas, evidenciando uma tragédia social que afetou inúmeras famílias no Chile durante as décadas de 1970 e 1980. Tanto assim que *Chile-América* expressou-se sobre tal fenômeno como uma diáspora chilena, termo também presente no estudo dos autores Mario Sznajder e Luis Roniger.

De fato, faz-se difícil a tarefa de expor uma estimativa mais exata quanto a esse fenômeno, embora podemos, certamente, entender o exílio chileno, após o golpe, como um acontecimento trágico e violento, levando milhares de pessoas, cujas vidas estiveram ameaçadas pela ditadura militar, a buscar alternativas de sobrevivência em outros países. As medidas econômicas, no caso chileno, foram etapa fundamental do projeto político mais amplo da ditadura, ao combinar autoritarismo e neoliberalismo, de modo a eliminar os valores da esquerda e modificar amplamente os modos de vida da sociedade do país. Acreditamos, então, que o exílio massivo no Chile foi motivado por razões certamente políticas, com o impedimento de retorno direcionado à parte expressiva dos que saíram do país, provocando fissuras sociais jamais corrigidas plenamente, mesmo com o retorno da democracia nos anos 1990.

Muitos foram os locais de destino dos exilados chilenos, evidenciando uma dispersão progressiva. Novamente Sznajder e Roniger nos apresentaram importantes números a respeito. Por exemplo, em 1974, existiam 15 mil exilados chilenos na Argentina e 1.500 no Peru, para apontarmos apenas dois países da América Latina, naquele momento. Em 1976, com o golpe militar na Argentina, os exilados chilenos tiveram que buscar asilo político em outros países, configurando aquilo que Sznajder e Roniger definiram como exílio serial. Segundo os autores, com os sucessivos golpes militares na América Latina, o *Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los*

Refugiados (ACNUR) “intervino y reubicó hasta 30.000 refugiados y exilados chilenos en otros países de América Latina, de Europa y en Australia”.¹⁰⁷

Na Europa, segundo *Chile-América* por meio de estimativa circunscrita até o ano 1979, os países onde havia mais chilenos eram Inglaterra, França, Alemanha Oriental e Ocidental, Itália, Suécia e, após a ditadura franquista, a Espanha.¹⁰⁸ Dados parciais para o ano de 1984, de acordo com Jaime Llambias-Wolff, dão conta de que quase 47% dos chilenos exilados permaneceram na América Latina (sendo que a Venezuela recebeu 44% desse contingente) e 37% foram para a Europa Ocidental (10% na Espanha; 8,3% na França; 6,6% na Itália e 5,5% na Suécia). A América do Norte recebeu 8% da totalidade de chilenos exilados, de acordo com essa estimativa, sendo a maioria, 6,7%, no Canadá. Para a Austrália partiram 5% dos exilados, enquanto a Europa Oriental e a África totalizaram juntas 3%. No total, foram cerca de 120 países os destinos de chilenos que tiveram de deixar seu país por conta da ditadura.¹⁰⁹ Como constatamos, de uma maneira geral, esses são dados parciais, por vezes conflitantes quando confrontados com outras fontes de informação, mas que nos dão, de qualquer maneira, uma dimensão importante da magnitude do exílio chileno.¹¹⁰

A respeito do exílio de políticos e de intelectuais, não podemos deixar de mencionar a conduta desses na oposição e na resistência política à ditadura pinochetista em diversas frentes, por meio de iniciativas distintas. Assim, em estreita relação com o contexto apresentado, chamamos a atenção para os inúmeros encontros culturais, os

¹⁰⁷ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 206.

¹⁰⁸ EDITORIAL. Exílio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 8.

¹⁰⁹ LLAMBIAS-WOLFF, Jaime. The voluntary repatriation process of Chilean exiles. *International Migration*, v. 31, n. 4, p. 579-599, 1993.

¹¹⁰ Os números apresentados por nós, por vezes tão díspares, condizem com o que indicou Hugo Cancino, ao afirmar terem sido formuladas, por órgãos distintos ligados aos direitos humanos, cifras ao redor de 30.000 até 1 milhão de chilenos que abandonaram o país por razões políticas, entre 1973 e 1988. Ver CANCINO, Hugo. Exílio chileno e historiografia. *Sociedad y discurso*, Aalborg Universitet, Denmark, 2003.

congressos acadêmicos, a fundação de editoras, a criação de selos musicais e de rádios, a publicação de revistas, além da atuação de organizações sindicais, mediante a *Central Única de Trabajadores* (CUT), e dos tradicionais e combativos partidos políticos de esquerda e mesmo de centro, como alguns setores da DC. Foi bastante diversificado o universo de ações dos chilenos desterrados, maneiras através das quais as comunidades exiladas consolidaram a formação de redes transnacionais de solidariedade, o que contribuiu para robustecer a resistência ao governo de Augusto Pinochet especialmente fora, mas também dentro do Chile, tal qual informamos e analisamos ao transcorrer os capítulos da tese.

No sentido do que havia afirmado Pablo Yankelevich sobre a mobilização do exílio chileno, Sznajder e Roniger expressaram que os exilados, especialmente na Europa, tiveram a capacidade de pronto tornarem-se vetores da resistência à ditadura de Pinochet, construindo um potente ativismo político, bastante efetivo no que dizia respeito às denúncias e às (re)articulações partidárias. A análise dos autores passa por pensar boa parte das comunidades de exilados chilenos como modelo nesse aspecto, ativismo político fartamente evidenciado por *Chile-América*. Isso muito se explicaria, segundo os estudos apontados, pelo alto e crescente nível de politização da sociedade chilena, fruto de um sistema sólido de partidos, impulsionada nos governos de Eduardo Frei e de Salvador Allende. Essas condições repercutiram na formação de verdadeiras comunidades políticas do exílio que lutaram contra a repressão, ao se constituírem como pontes dinâmicas de

intervenção na esfera pública internacional¹¹¹. Puderam, então, articular muitas redes de solidariedade e denúncia, afetando a política interna chilena.¹¹²

O crítico literário argentino Noé Jitrik também defendeu a ideia de um exílio chileno ativo, resistente e altamente engajado. De modo similar aos autores apresentados, ele apontou para o fato de que escritores e intelectuais, olhando especificamente para tais categorias sociais e as tomando por uma visão mais geral, vivenciaram a experiência do exílio como uma espécie de “prolongação de um compromisso estabelecido anteriormente com seu país”.¹¹³ Recorremos novamente à revista *Chile-América* que, fazendo um balanço parcial da atuação em curso de muitos desterrados, afirmara compreender o exílio chileno como “organizado, políticamente activo, responsable, con una producción cultural de alto nivel”.¹¹⁴ Em nosso entendimento, tratou-se de uma característica que marcou o exílio chileno, muito em razão da organização e da mobilização políticas prévia ao golpe, em boa medida atreladas ao projeto de construção

¹¹¹ O sentido de esfera pública internacional, ao qual nos atemos, está associado à consolidação de uma arena global preocupada em aprofundar o debate e a proteção dos direitos humanitários internacionais, sobretudo, para o caso da América Latina, a partir dos exílios massivos após os golpes militares da segunda metade do século XX e os ativismos dos exilados que possibilitaram conexões com organizações transnacionais. Essa dimensão transnacional do exílio, o quarto fator sobre o qual nos apontam Mario Sznajder e Luis Roniger, ganhou impulso em virtude das ações dos exilados políticos e as redes de apoio e solidariedade em várias partes do mundo. Assim, na perspectiva dos autores, sob essa condição de deslocamento político se “ha operado contra el supuesto monopolio del Estado-nación sobre las esferas públicas nacionales y la política, al potenciar a los exiliados en términos de su influencia y posicionamiento transnacional y la resonancia de sus voces en la arena global”. Antes, porém, é importante que se diga que a postulação para a formação de uma sociedade civil global despontou no cenário pós-Segunda Guerra Mundial e a emergência dos direitos humanos em âmbito transnacional, superando o paradigma de Estado Nacional e a efetivação de princípios e valores a serem observados internacionalmente, reconstruindo o sentido de cidadania, direitos e autonomia dos povos para além de limites nacionais, elementos a serem considerados universalmente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 foi um expoente nesse aspecto. SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 182; WACHELESKI, Marcelo Paulo. Esfera pública internacional, democracia e direitos humanos. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, v. 2, n. 1, p. 140-157, 1º quadrimestre de 2007.

¹¹² SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 295 e 308.

¹¹³ JITRIK, Noé apud VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no cone sul*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 40.

¹¹⁴ EDITORIAL. Exílio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 9.

socialista do Estado e da sociedade, contingente expressivo que atuara nas instâncias de poder e/ou em projetos culturais prévios até mesmo ao governo de Allende.

Experiências editoriais ou relações com impressos periódicos foi etapa importante de muitos intelectuais e políticos antes de partirem para o exílio, fato que, para a esquerda, foi potencializado durante o governo de Salvador Allende. Também a DC, por meio de seus quadros, produziu publicações importantes, dentre demais iniciativas.¹¹⁵

A aproximação efetiva do povo chileno à cultura, experimentada especialmente durante o governo da UP, consolidou-se, dentre outras manifestações culturais, em virtude da indústria editorial e a popularização do livro, destacando-se nesse processo o *Editorial Nacional Quimantú*. Sob o controle estatal, esse empreendimento editorial se transformou no principal aparato de produção de conteúdos culturais, carregando em si uma lógica de responsabilidade e engajamento político-social. Nos dois últimos anos da UP, *Quimantú* produziu massivamente livros e revistas pensados para vários setores da sociedade chilena, distribuídos a preços muito baixos, fazendo frente aos editoriais do setor privado e gerando novas dinâmicas de distribuição, consumo e leitura.¹¹⁶

Atuando no Estado ou contribuindo diretamente com projetos de transformação social antes e após a eleição de Salvador Allende, muitos intelectuais e políticos, como dissemos, possuíram trajetórias como editores, escritores, articulistas e/ou professores acadêmicos, nas quais, obviamente, perpassaram a produção, edição e publicação de livros e revistas. Foram verdadeiros mobilizadores sociais, exercendo trabalhos de

¹¹⁵ Todos os integrantes do comitê editorial de *Chile-América*, a respeito dos quais trataremos no tópico seguinte, tiveram, em suas trajetórias intelectuais e políticas, participação como editores ou articulistas em impressos de circulação mais ampla ou em periódicos políticos e/ou partidários. Destacamos especialmente as colaborações de Bernardo Leighton na revista democrata-cristã *Política y Espiritu*, com a qual Julio Silva Solar, dentre outras publicações, também contribuiu; e a atuação de Fernando Murillo Viaña como jornalista.

¹¹⁶ Ver ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 147-176; SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM Ediciones, 2010, p. 177-178.

mediação intelectual e cultural, combinada à intensa atividade política.¹¹⁷ Podemos compreender que as experiências políticas e editoriais prévias foram importantes para a continuidade dessa dupla atuação, realizada quase sempre de maneira contígua e articulada, impulsionando iniciativas formuladas e adaptadas à realidade da repressão política e do exílio, dessa vez em uma perspectiva transnacional de contatos e circulação de ideias, a exemplo do que representou *Chile-América*.

Claro que isso por si só não explica, como numa relação de causa e efeito, a articulação intelectual do exílio chileno. Assim, devemos ter em conta a importante colaboração, em muitos casos material e institucional, dos países anfitriões em relação aos exilados chilenos. A recepção e as possibilidades de atuação de muitos intelectuais e políticos no exílio podem ser explicadas, em boa medida, pela solidariedade angariada junto aos europeus, um contingente influente dos meios políticos, culturais, acadêmicos e humanistas interessados em oferecer ajuda, receber informações sobre o Chile ditatorial e, ao mesmo tempo, compreender o projeto de socialismo por vias democráticas da experiência popular da UP. Também podemos pensar em uma solidariedade internacional sensibilizada pela morte traumática de Salvador Allende e o amplo repúdio gerado pela forma altamente violenta com que a Junta Militar desfechou o golpe de Estado no país. Por fim, ligado a este último aspecto, também a maneira extremamente autoritária com que Augusto Pinochet exerceu seu poder no país recrudescer a recepção aos exilados.¹¹⁸

¹¹⁷ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37. Ver o trabalho conceitual desenvolvido na Introdução desta tese.

¹¹⁸ Ver SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 172-311; ROJAS MIRA, Claudia Fedora. *El exilio político chileno: la Casa de Chile en México (1973-1993), una experiencia singular*. Universidad de Santiago de Chile, Facultad de Humanidades, 2013.

Nesse sentido, sintetizando a análise a respeito da solidariedade e da articulação entre cultura e política durante o exílio chileno, recorremos a Loreto Rebolledo González, para quem essa condição e a atuação fora do país

fue el modo de preservar el vínculo con Chile y el testimonio cotidiano con la lucha y resistencia contra la dictadura, pero además fue la forma de hacer explícita una identidad propia frente a las otras comunidades de exiliados y los habitantes del país de recepción. Ello se vio facilitado por la amplitud del exilio, que incluyó a numerosos intelectuales y artistas, y también por la capacidad organizativa que los exiliados llevaron en sus maletas y que habían aprendido en su práctica política en Chile.¹¹⁹

No amplo campo de atividades exercidas no exílio, quando nos reportamos especificamente à experiência editorial chilena, ainda que sem abarcar todo seu universo, constatamos a criação de selos que cumpriram função de destaque na produção de livros, de revistas e na circulação de conteúdos literários e políticos críticos, como LAR, na Espanha; *Ediciones Cordillera*, no Canadá; *Casa de Chile*, no México; *Ediciones de la Frontera*, nos Estados Unidos; e *Ediciones Michay*, inicialmente na França, e, depois, na Espanha. As duas últimas iniciativas editoriais foram responsáveis pela edição das já mencionadas revistas *Literatura Chilena* e *Araucaria de Chile*, respectivamente. Em meio a essas e outras iniciativas, *Chile-América* assumiu um papel de protagonismo no debate político-partidário da oposição ao regime pinochetista e na produção e circulação sistemática das denúncias aos graves crimes praticados pela ditadura chilena. Cumpriu um fundamental trabalho de mediação ao adquirir e divulgar materiais produzidos por organismos de direitos humanos no Chile e no exterior, contribuindo de maneira significativa para a ampliação nacional e internacional de esferas públicas de oposição a Pinochet.

¹¹⁹ REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Séptima Serie, n. 3, p. 177-187, julio 2012, p. 183.

Desenvolvemos, portanto, a seguir, abordagem sobre o surgimento da revista e sua significativa trajetória no exílio.

1.2 – A revista *Chile-América*: aspectos de sua concepção editorial e a trajetória de seus principais editores

Possivelmente, uma das maiores contribuições de Mario Sznadjer e Luis Roniger acerca do exílio latino-americano foi a de enfatizar que, como resposta à repressão massiva da segunda metade do século XX no Cone Sul, consolidou-se a internacionalização da defesa dos direitos humanos, mobilizada pelos exilados integrados a redes transnacionais.¹²⁰ Inicialmente, formou-se uma estrutura comum dos exílios latino-americanos constituída por três fatores que, em interação, marcariam essa condição nos séculos XIX e XX: o Estado que expulsa, a comunidade exilada e o país anfitrião. A essa estrutura triangular, na segunda metade do século XX, um quarto elemento, de crescente importância, foi incorporado: “una arena global preocupada por el derecho humanitario internacional y los derechos humanos”.¹²¹

Os dois autores, frequentemente mencionados, afirmaram que uma dimensão expressiva dos exílios latino-americanos se erigiu como militância, de modo a condenar as ditaduras e como resposta ao crescente caráter transnacional da repressão, sobretudo nos marcos da Operação Condor, que, por sua vez, surgiu para destruir e desmobilizar a reestruturação política e a campanha de denúncia da oposição desde o exílio, incluindo militantes, lideranças partidárias e organizações.¹²²

¹²⁰ JENSEN, Silvina. *Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina* de Mario Sznadjer y Luis Roniger: hacia el enfoque sociopolítico, macro-histórico y teórico-analítico del problema. *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, 2015, p. 19.

¹²¹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 26.

¹²² Melisa Slatman explicou que, no contexto da Operação Condor, formalizada entre outubro e novembro de 1975, em reunião secreta ocorrida em Santiago, desenvolveram-se processos de intercâmbio, tradução e transferência de informação, tecnologia e práticas repressivas, técnicas específicas de perseguição aos opositores no exílio, generalizando e coordenando ações em redes dos sistemas de inteligência das ditaduras

Assim, segundo Sznajder e Roniger, “la contracara de esta ola de exclusión institucionalizada y persecución política fue la internacionalización de los principios de los derechos humanos, promovida por organizaciones internacionales, nacionales y transnacionales que crearon un denso organigrama propulsor del cambio”. Em tal arena global de proteção aos direitos humanos, tiveram atuação determinante organizações como Nações Unidas, Anistia Internacional, Human Rights Watch, Conselho Mundial de Igrejas, ACNUR, Tribunal Russel, Organização Internacional para as Migrações, Cruz Vermelha, Parlamento europeu e as comissões parlamentares de direitos humanos, associações internacionais de partidos políticos como a Internacional Socialista e a Internacional Democrata-Cristã, as confederações sindicais e as muitas ONGs voltadas para essa causa, consolidando uma potente esfera pública internacional, desentranhando publicamente, em âmbito transnacional, o caráter da repressão autoritária chilena.¹²³

Foi precisamente a partir dessas conexões internacionais e também com o Chile, sua vinculação com aspectos políticos e econômicos do passado recente do país, do presente em conflito e de um futuro democrático a ser alcançado, atuando na arena transnacional de defesa dos direitos humanos, que a revista *Chile-América* marcou seu surgimento e trajetória. Abaixo, foto em que se encontram três dos quatro fundadores da revista, recém-exilados, à época da sua criação:

militares do Cone Sul: “atentados contra figuras públicas, intercambio de información, secuestro e repatriación forzada de desterrados, operaciones de acción psicológica, operativos transfronterizos [...], técnicas [que] preexistieron a la Operación Cóndor, pero en este marco se potenciaron”. SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (Comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 66. No Brasil, uma das principais referências sobre a colaboração dos órgãos de informação e repressão do Cone Sul, com destaque para a Operação Condor, é a tese de QUADRAT, Samantha Viz. 223f. Tese (Doutorado). *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005.

¹²³ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 181-182.



Da esquerda para a direita, Julio Silva Solar, Bernardo Leighton e José Antonio Viera-Gallo em Roma, 1974. Fonte: Arquivo CESOC

O principal editor do impresso, seu diretor até 1982, Julio Silva Solar, explicou a respeito da criação de *Chile-América* na capital italiana, Roma, em setembro de 1974:

Esta historia empezó cuando nos encontramos en Roma, a comienzos de 1974, Bernardo Leighton, José A. Viera Gallo, Esteban Tomic y yo (Julio Silva S.). No era precisamente un encuentro de turistas. Estábamos exiliados. Después de largas deliberaciones acordamos formar un Centro de Documentación que editaría una revista, que fue finalmente “Chile-América”. Queríamos, tal vez, entre otras cosas, revertir en un modesto nivel, la aguda beligerancia que se había producido entre la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, lo que despejó el camino al golpe militar del 11 de setiembre de 1973. Al contrario, nuestra iniciativa dependía de la buena y eficaz colaboración que pudiéramos lograr entre dos demócratas cristianos, Leighton y Esteban Tomic y dos de la Unidad Popular, Viera Gallo y yo. Esa colaboración funcionó, dió resultado: la revista se publicó durante 10 años, su último número es de setiembre de 1983.¹²⁴

Fundamental observarmos, como ponto central do projeto de concepção da revista, a tentativa de aproximação entre políticos de parte da esquerda chilena, ligada, durante o governo de Salvador Allende, à UP, como Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, e setores mais progressistas da DC, representados por membros insignes do partido, como Bernardo Leighton e Esteban Tomic, estes que, desde o primeiro momento,

¹²⁴ SILVA SOLAR, Julio. Revista *Chile-América*. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.

criticaram duramente o golpe militar e as teses favoráveis a tal desfecho no interior do partido democrata-cristão. As divergências e os embates políticos, refletidas sobretudo no âmbito parlamentar, entre membros da UP e da DC, durante o governo de Salvador Allende, foram assumidas por Leighton e Tomic, como representantes da ala crítica do partido. Os dois constataram o erro político referente ao fato da coletividade democrata-cristã não ter sido capaz de ampliar o diálogo com a UP, de modo a tentar evitar o movimento golpista e a brutal repressão posterior perpetrada pelos militares, o que os levou ao exílio, e ao desaparecimento e morte de muitos chilenos. Similar raciocínio pode ser feito sobre a UP, com base na visão da revista e na autocrítica de alguns integrantes da coalizão, referente à suposta incapacidade da esquerda chilena de buscar alternativas táticas mais eficazes de unidade em favor da institucionalidade democrática, por mais que houvesse desgaste e discordâncias político-programáticas na relação que travavam ou que pudesse estabelecer com a DC.

Bernardo Leighton Guzmán nasceu no dia 16 de agosto de 1909, em *Nacimiento, VIII Región de Bio Bio*. Após estudos em instituições católicas, como o *Seminario de Concepción* e, depois, o *Colegio San Ignacio de Santiago*, ingressou, em 1927, na *Facultad de Derecho de la Universidad Católica*, onde foi dirigente estudantil e titulou-se advogado em 1933. Desde jovem, em sua formação política, recebeu a influência de Rafael Luis Gumucio Vergara, advogado, dirigente e ex-deputado pelo Partido Conservador, político que dialogou com a geração de Bernardo Leighton, por meio da qual intercambiaram perspectivas sociais do cristianismo e contundentes críticas ao capitalismo. Entre 1927 e 1930, Bernardo Leighton foi membro da *Asociación Nacional de Estudiantes Católicos* (ANEC), assim como fez parte da direção do *Centro de Alumnos de Derecho de la Universidad Católica de Chile*. Tais experiências o impulsionaram na vida política e o motivaram a participar, em 1931, do movimento estudantil contra a crise

econômica e o autoritarismo do primeiro governo de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931). Dois anos depois, em 1933, incorporou-se ao Partido Conservador, ocupando, entre 1935 e 1937, a presidência da Juventude do partido.

Como advogado e político, Bernardo Leighton começou a adquirir maior projeção pública nacional em 1937, ano em que foi, com apenas 27 anos, nomeado ministro do Trabalho no segundo mandato do presidente Arturo Alessandri Palma (1932-1938), cargo que ocupou por cerca de um ano. Relembramos que, nesse contexto, em 1938, ele fundou, junto a Eduardo Frei Montalva, Radomiro Tomic, José Ignacio Palma, Rafael Augustín Gumucio, Manuel Antonio Garretón Walker, Tomás Reyes, Ricardo Boizard e Manuel Sanchez, a *Falange Nacional*, agremiação política da qual foi presidente entre 1945 e 1946. A *Falange* daria origem, em 1957, ao Partido Demócrata Cristiano ou Democracia Cristiana, do qual foi também fundador junto a Tomic, Frei Montalva, Augustín Gumucio, Ignacio Palma e Patricio Aylwin.

Foi vice-presidente da DC por diversas ocasiões entre 1962 e 1973. Antes do partido, porém, como membro do Partido Conservador, Bernardo Leighton foi eleito deputado para mandato parlamentar entre 1945 e 1949, em representação da 2ª *Agrupación Departamental Tocopilla, El Loa, Antofagasta y Taltal*. Durante o governo de Gabriel González Videla (1946-1952), exerceu, por dois anos, entre 1950 e 1952, o cargo de ministro de Educação Pública. Na presidência de Eduardo Frei Montalva, ocupou, entre 1964 e 1968, o cargo de ministro do Interior, o que lhe possibilitou, em quatro ocasiões, desempenhar a função de vice-presidente do país. Ele foi novamente eleito deputado nas eleições parlamentares de 1969, desta vez em representação 7ª *Agrupación Departamental Santiago, Primer Distrito*. Conseguiu a reeleição nas disputas parlamentares de março de 1973, mandato interrompido com o golpe militar.

Durante a presidência de Salvador Allende, Bernardo Leighton assumiu um papel importante de interlocutor e mediador entre a DC e o governo da UP. Sua participação se deu nos bastidores da política e no parlamento, de maneira a tentar costurar acordos do seu partido com a esquerda chilena, sobretudo nos momentos de crise e convulsão social. Atuando no campo da oposição política à UP, seus esforços e os dos setores críticos ao alinhamento à direita de parte majoritária da DC não lograram o consenso necessário para, no mínimo, evitar o desfecho trágico do golpe militar.¹²⁵

Sobre Bernardo Leighton, assim foi exposto, elogiosamente, em texto publicado na segunda edição de *Chile-América*: “Demócrata insobornable, se pronunció contra la inconstitucional acción de los militares en una declaración pública el día 13 de setiembre, documento que firmaron otros parlamentarios de la D.C.”.¹²⁶

A mencionada declaração pública de parte da DC, apresentada dois dias após o golpe, foi também publicada na revista *Chile-América* junto a uma série de documentos oficiais do partido produzidos durante a ditadura, tornando públicas suas posições em relação à conjuntura política chilena. A série foi denominada em *Chile-América* de “El Partido Demócrata Cristiano y la dictadura militar”, reunindo importante documentação que contemplou o posicionamento de lideranças da DC desde 12 de setembro de 1973 até 18 de janeiro de 1974. Uma primeira parte foi publicada na edição de número 4, tendo sido a segunda parte publicada na edição seguinte. A revista divulgou ainda uma terceira parte, contemplando parcialmente o ano de 1975.

Devemos, assim, observar que tal iniciativa consistiu em estratégia político-editorial da revista, ao anexarem ao impresso uma série de documentos de suma

¹²⁵ Bernardo Leighton Guzmán. Reseñas Biográficas. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Bernardo_Leighton_Guzm%C3%A1n. Acesso em: 13/08/2019; Bernardo Leighton. Disponível em: <https://www.cesoc.cl/bernardo-leighton/>. Acesso em: 13/08/2019.

¹²⁶ CHILE-AMÉRICA. La dictadura prohíbe el regreso de Leighton a Chile. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 21.

relevância acerca das tomadas de decisão oficiais da DC, demarcando ou deixando explícitas as posições políticas no interior do partido. Interessa-nos, neste momento, compreender os principais pontos da declaração pública conhecida como “La carta de los trece”, na qual 13 importantes dirigentes democrata-cristãos, que compuseram a ala crítica ao golpe e às posições de Eduardo Frei Montalva e Patricio Aylwin, repudiaram veementemente, no dia 13 de setembro de 1973, a derrota do presidente constitucional Salvador Allende e a dissolução do Congresso Nacional. Um dos principais nomes dessa corrente crítica e mais progressista da DC foi Bernardo Leighton, o que nos possibilita entender, por meio da carta, um pouco mais da sua interpretação política, em especial, diante do golpe e do primeiro ano da ditadura. No documento se lê, mantendo distância crítica em relação à UP, sobre a defesa incondicional dos fundamentos da constituição chilena e da democracia:

1-Condernamos categóricamente el derrocamiento del presidente constitucional de Chile, señor Salvador Allende, de cuyo gobierno, por decisión de la voluntad popular, y de nuestro partido, fuimos invariables opositores. Nos inclinamos respetuosos ante el sacrificio que él hizo de su vida en defensa de la autoridad constitucional.

2-Señalamos que nuestra oposición a su Gobierno fué siempre planteada para preservar la continuidad del proceso de cambios que tuvo el honor de iniciar en nuestro país el Gobierno de la Democracia Cristiana, y al mismo tiempo, para impedir su desviación antidemocrática. [...]

4-Reiteramos que hoy, igual que siempre, nuestra convicción profunda de que dentro de los cauces democráticos habríamos podido evitar a Chile la implantación de un régimen totalitario sin necesidad de pagar el costo de las vidas y los excesos inevitables en las soluciones de fuerza. [...]

6-En cuanto a nosotros, consideramos que nuestra suprema responsabilidad en esta hora, que asumimos por encima de toda otra consideración, reside en proseguir la lucha por los principios de la Democracia Cristiana, y por la restauración de la democracia chilena, fuera de la cual aquellos carecen de vigencia. Los hechos que hoy lamentamos señalan que sólo en libertad, sustentada por la mayoría del pueblo y no en minorías excluyentes, se puede aspirar a la transformación humanista y democrática de Chile, que constituye nuestra meta y fortalecer nuestra voluntad.¹²⁷

¹²⁷ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 44.

Embora os princípios democráticos e humanistas tenham sido sustentados, opondo-se ferrenhamente à solução política pelo golpe e ao autoritarismo da ditadura, críticas mais consistentes “de los trece” democrata-cristãos aos militares praticamente inexistiram nesse documento. Permaneceram registrados, sim, não exatamente desenvolvidos no recorte da citação acima, tons mais ácidos voltados para a extrema esquerda chilena, subentendido nesse ponto um recado voltado para o MIR e setores do PS, como provocadores do clima de intensa polarização e instabilidade política. No mesmo sentido, desde o documento, demonstrou-se acidez em relação ao que foi chamado de “dogmatismo sectario” da UP, o que impossibilitou a construção de um caminho autenticamente democrático para o socialismo. Por outro lado, igualmente, voltou-se contra a “derecha económica”, também colaborado da tensão política que tornou impossível o consenso mínimo por uma resposta democrática aos conflitos do momento. Ainda que as ações da direita tenham sido condenadas, não houve menção direta às práticas terroristas de grupos radicais como *Patria y Libertad*, preferindo, antes, destacar as ações radicais apenas da esquerda chilena.

Assinaram o documento, além de Bernardo Leighton, democrata-cristãos como Ignacio Palma, que foi deputado, ministro e presidente do Senado; Renán Fuentealba, senador, ex-deputado e ex-delegado das Nações Unidas; Fernando Sanhueza, deputado, ex-presidente da Câmara; Sergio Saavedra, deputado, ex-intendente de Santiago; Claudio Huepe, deputado, ex-intendente de Arauco; Andrés Aylwin, deputado. Ao documento foi incorporada pouco depois a assinatura de Radomiro Tomic, ex-senador e candidato do partido à presidência da República nas eleições de 1970, vencidas por Allende. Parte desses dirigentes partidários, como Renán Fuentealba, Claudio Huepe e Andrés Aylwin, acompanharam de perto o surgimento e a atuação política de *Chile-América*, foram

publicados na revista e apresentaram discursos que, por vezes, representaram resoluções e teses da DC e/ou de correntes internas ao partido no enfrentamento à ditadura.

Bernardo Leighton foi certamente um dos nomes de maior prestígio na DC e, obviamente, em *Chile-América*. Na revista, embora não exercesse o papel central de direção e organização do impresso, função editorial a cargo de José Antonio Viera-Gallo, Fernando Murillo Viaña e Julio Silva Solar, seu nome no *Comité Editorial* conferia à *Chile-América* peso político e valor simbólico que a projetavam na esfera pública internacional, em razão não somente da histórica trajetória de Bernardo Leighton no Chile, mas pelo uso do seu capital político na denúncia que exerceu fortemente no exílio. Ele realizou um destacado trabalho de mediação entre as denúncias que chegavam do país sul-americano, através das ações das organizações de direitos humanos cristãs, e a divulgação dessas informações no exterior, apresentando-as aos mais importantes organismos humanitários desde a Europa. Embora inicialmente Bernardo Leighton tenha cumprido essa função, todos os demais membros da revista, importante frisar, exerceram com centralidade a tarefa de mediação política relativa às denúncias e às conexões com demais formações políticas no exílio.

O cargo de deputado conquistado em 1973 por Bernardo Leighton foi interrompido com o golpe militar. Em novembro desse ano, ele foi convidado pelo presidente da União de Juventudes Democrata-Cristãs da Itália, Gilberto Bonalumi, para expor fatos a respeito do que ocorria no Chile naquele momento.¹²⁸ Em 3 fevereiro de 1974, ele então saiu do seu país natal como um cidadão comum, acompanhado de sua esposa, Anita Fresno, sem sequer fazer uso do seu passaporte oficial que lhe correspondia em razão de ter exercido o cargo de vice-presidente do Chile, como expôs texto publicado

¹²⁸ Bernardo Leighton Guzmán. Reseñas Biográficas. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Bernardo_Leighton_Guzm%C3%A1n. Acesso em: 13/08/2019.

em *Chile-América*, condenando a proibição de regresso de Bernardo Leighton pela ditadura.¹²⁹ Iniciava-se, a partir desse momento, um ciclo de conferências e exposições públicas que ele realizou na Europa, especialmente na Itália, França e Holanda, a convite de entidades, sindicatos, organizações e partidos de países interessados em intercambiar experiências políticas com o líder democrata-cristão e, mais que tudo, receber notícias da ditadura chilena e os aspectos marcantes da violência no país.

Em Amsterdã, Bernardo Leighton fez um duro discurso no dia 11 de setembro de 1974, em ato de solidariedade ao povo chileno organizado por partidos e entidades sociais holandesas, com destaque para o partido democrata-cristão do país. No discurso, afirmava que “la histórica democracia chilena fué derrotada el 11 de setiembre de 1973 por un golpe de fuerza, sin fundamento alguno, ni legítimo, ni político ni racional. Cayó simplemente por un asalto desesperado de violencia física,” que poderia ter sido evitado se a opção por ampliar as margens do diálogo democrático entre as forças de esquerda e de oposição, sobretudo por parte da Democracia Cristã, não tivesse sido abortada, em boa medida, pelos próprios correligionários e companheiros da ala majoritária da DC.¹³⁰

Como resposta à repercussão de suas denúncias na Europa, ele foi proibido de retornar ao Chile por meio de um decreto da ditadura de setembro de 1974, quando se preparava para regressar ao país. Somente poderia voltar ao território chileno mediante autorização expressa do Ministério do Interior. Sobre esse aspecto, novamente recorreremos ao texto publicado em *Chile-América* na segunda edição, *La dictadura prohíbe el regreso de Leighton a Chile*, no qual foram feitas críticas à medida proibitiva da Junta Militar chilena, divulgando também as declarações públicas de repúdio por parte da imprensa europeia e da DC italiana, através do seu jornal *Il Popolo*. A publicação se

¹²⁹ CHILE-AMÉRICA. La dictadura prohíbe el regreso de Leighton a Chile. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 21.

¹³⁰ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la dictadura militar. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 57 e 59.

remeteu à manifestação de Angello Bernassola, secretário adjunto da União Mundial Democrata Cristã (UMDC), que afirmou ser tal ato uma política de “violación a los derechos civiles y de terror instaurada por los militares”, uma decisão que “confirma la naturaleza antidemocrática de la Junta chilena y evidencia su debilidad política y el temor por el regreso al país de hombres que pueden reforzar con su presencia una exigencia de libertad”. Também a DC chilena se manifestou, mesmo estando em uma situação de “receso político” imposto pela ditadura: “el Gobierno se arroga funciones judiciales y desconoce la garantía esencial que nadie puede ser condenado sin ser previamente oído sobre los cargos que se formulan”.¹³¹

Bernardo Leighton, portanto, foi um dos críticos mais veementes da ditadura e da posição inicial de apoio aos militares por parte da ala à direita da DC chilena, além do principal articulador de denúncias transmitidas aos organismos internacionais a respeito do que se passava no Chile. Foi fundador e muito próximo à *Chile-América* até sofrer um grave atentado, juntamente com Anita Fresno, no dia 6 de outubro de 1975. Antecedendo as articulações internacionais em redes de informação que deram origem à Operação Condor, a ditadura chilena foi a coordenadora desse ato repressivo fora de suas fronteiras nacionais. Bernardo Leighton e Anita Fresno foram alvejados, à noite, quando retornavam para casa, em Roma, por disparos de arma de fogo de um neofascista, associado à coordenação da DINA.¹³²

¹³¹ CHILE-AMÉRICA. La dictadura prohíbe el regreso de Leighton a Chile. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 21-22.

¹³² Essa denúncia foi exercida em *Chile-América*, por meio da investigação e coleta de informações veiculadas em meios jornalísticos italianos. A revista não apresentou, nesse primeiro momento, dados mais consistentes que comprovassem o comando direto da ditadura chilena. Adiante, apresentaremos mais detidamente as matérias na revista sobre o atentado. Ver, em especial, na revista: El largo brazo criminal de la Junta fascista llegó hasta Roma: atentado contra Leighton y su esposa; Como y donde se perpetró el atentado; Gravísima acusación de Radomiro Tomic y Gabriel Valdés. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 161-165; p. 168-170; p. 170-171. Segundo Melisa Slatman, com base em documentos desclassificados do governo norte-americano, o atentado a Leighton e a Fresno foi organizado por Michael Townley, que trabalhou como agente da CIA e esteve envolvido também nos ataques a Carlos Prats e a Orlando Letelier (sobre os quais abordaremos no capítulo 3), e por Orlando Paz, cubano anticomunista exilado em Miami que operava a mando de Augusto Pinochet. A ação foi executada por grupo neofascista italiano contatado pela DINA. Ver SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra

O atentado quase lhes custara a vida, deixando-os gravemente feridos. Anita Fresno perdeu os movimentos, ficando paraplégica em uma cadeira de rodas, e Bernardo Leighton teve lesões cerebrais que lhe comprometeram a fala e a memória, tendo de se afastar da vida pública em função da fragilidade da sua saúde. Convalescente, o casal foi então para o interior da Itália. Com a autorização da ditadura, Bernardo Leighton regressou ao Chile em 1978, permanecendo, simbolicamente, sem contribuições mais efetivas, como membro do *Comité Editor de Chile-América*. Esteve próximo também do editorial CESOC - *Centro de Estudios Sociales* -, projeto político e de edição de livros levado a cabo por Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo no Chile, após o fim de *Chile-América*. Leighton faleceu no dia 26 de janeiro de 1995, aos 85 anos.¹³³

Não obstante o líder democrata-cristão fosse a figura que desse todo respaldo simbólico e abrisse caminhos para a o prestígio de *Chile-América* no exílio, tendo em vista a grandeza de seu capital político, o principal nome no trabalho de direção, edição e mediação cultural e política da revista foi Julio Silva Solar, sendo acompanhado por José Antonio Viera-Gallo. Bernardo Leighton exerceu uma reconhecida mediação política ao estabelecer contatos no exterior, ao conduzir o nome da revista no bojo de sua influência como tradicional nome da DC chilena, em especial no exercício das denúncias que levou a efeito contra a ditadura. Assim o fez, sobretudo, nos meios políticos europeus, mas também junto a organizações humanitárias transnacionais, como a ONU, ou aquelas vigentes no mundo cristão.

dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (Comp.). *Exílios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 68.

¹³³ Bernardo Leighton. Disponível em: <https://www.cesoc.cl/bernardo-leighton/>. Acesso em: 12/07/2018. A edição dupla de número 12 e 13, assim como a de número 14 e 15 de *Chile-América* foram dedicadas a Bernardo Leighton e à Anita Fresno, com uma série de textos em sua homenagem, relatando o atentado, as condições de saúde de ambos e apresentando declarações de autoridades internacionais que condenaram o ato de extrema violência. Destacamos o texto de Esteban Tomic sobre a amizade com o casal Leighton e Fresno. Ver TOMIC, Esteban. Con Bernardo y Anita. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, p. 12-13, 1976.

Silva Solar, por outro lado, embora com trajetória política de destaque até o golpe de Estado, foi fundamental para a revista um tanto menos pelo prestígio político, e mais no sentido de, como diretor, promover a própria existência do impresso, de realizar o trabalho diário de edição, engajamento e mediação com demais intelectuais e políticos do exílio, organizando o impresso, sua periodicidade, quais colaboradores e temas tratados. Em entrevista ao autor desta pesquisa, José Antonio Viera-Gallo afirmou:

A ver, como que dijera, el padre espiritual, él que le daba [a Chile-América] la bendición, él que hacía todo posible era Leighton [...]. Claro, porque él era un hombre muy respetado en Chile, muy importante. Había sido parlamentario, fundador de la Democracia Cristiana, vicepresidente de la República. Entonces, tenía un enorme prestigio. Siempre un hombre democrático, honesto. Pero él participaba sólo del Comité de Redacción. [...] El director por mucho tiempo fue Julio Silva.¹³⁴

Julio Silva Solar nasceu em Viña del Mar no dia 8 de junho de 1926. Realizou seus estudos primários e secundários em instituições católicas, como, progressivamente, o colégio dos *Padres Franceses de Viña del Mar*, também no *Patrocinio de San José de la Congregación de los Salesianos* e, a partir do quarto ano de formação em humanidades, no *Colegio San Ignacio* de Santiago, onde foi seu professor de Apologética o padre Alberto Hurtado (atual santo da Igreja Católica). Uma das principais referências humanas e intelectuais para Silva Solar, padre Hurtado reconhecia em seu “discípulo” uma liderança da juventude católica durante a década de 1940. Após finalizar sua formação na instituição jesuíta, onde Bernardo Leighton também estudou, Julio Silva Solar ingressou na *Universidad Católica* de Santiago, formando-se no curso de Direito em 1951.

Ele teve como companheiro de estudos Jorge Medina Estévez, futuro *Monseñor de la Iglesia Católica*. A tese do seu trabalho de formação, que foi intitulada *A través del marxismo*, cujos professores tutores foram Máximo Pacheco, importante ativista dos direitos humanos durante a ditadura de Pinochet, e Alejandro Silva Bascuñán, pode ser

¹³⁴ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018. Ver Anexo I.

vista, obviamente, como um indicativo do seu interesse temático que, depois, levaria de fato às formulações e às práticas políticas nas quais buscou fortemente uma interface entre sua base cristã e o materialismo histórico marxista. Assim como Máximo Pacheco, Julio Silva Solar conviveu com intelectuais e políticos de formação humanista/católica que teriam papel central, sobretudo, na luta pelos direitos humanos no Chile, como o advogado democrata-cristão Jaime Castillo Velasco.

A atividade intelectual de Julio Silva Solar contemplou a redação de artigos em distintos órgãos de imprensa, jornais e revistas, especialmente *Última Hora*, *El Imparcial*, *Panorama político* e *Política y Espiritu*, este último o principal impresso periódico, de teor político e conceitual, da *Falange*. Ademais, publicou livros, dentre eles *El desarrollo de la nueva sociedad en América Latina: hacia un mundo comunitario* (1965), em coautoria de Jacques Chonchol, com quem seguiu trajetória muito próxima na DC e, depois, na fundação do MAPU. Silva Solar foi um intelectual do pensamento social humanista-cristão, aproximando-se, através desse caminho, de uma perspectiva marxista e contribuindo decisivamente com os partidos pelos quais passou e ajudou a fundar e/ou construir, além da DC e do MAPU, especialmente a Izquierda Cristiana (IC).

Assim, no âmbito de sua vida política, iniciou suas atividades na *Falange*, ocupando depois o cargo de presidente da *Juventud Demócrata Cristiana* (JDC), em 1954. Silva Solar foi integrante do *Centro de Derecho de la Universidad Católica*, onde teve como professores de *Derecho del Trabajo* Eduardo Frei Montalva, quem, para além das referências já informadas e junto a Radomiro Tomic e Bernardo Leighton, constituiu-se em um dos seus principais referenciais na vida política. Com o fim da *Falange* e o surgimento da DC em 1957, compôs, como tantos falangistas, o partido que passou a ser

a principal formação do centro político do país, tendo sido oito vezes *consejero nacional* e, em 1967, *secretario nacional*.¹³⁵

A partir de 1965, iniciou-se um processo de organização e formalização política de um setor interno da DC que defendia a convergência entre os ideais humanistas/cristãos e o marxismo na interpretação de uma sociedade sem classes, circunstância que levou, mais à frente, à fundação da IC em 1971, passando, antes, pelo surgimento do MAPU, fruto dessas posições mais à esquerda dentro do partido democrata-cristão. Julio Silva Solar foi responsável pela formação do MAPU junto com destacados quadros políticos, a saber, Rodrigo Ambrosio, Alberto Jerez, Rafael Augustin Gumucio, Vicente Sota e Jacques Chonchol, todos, à exceção do jovem Ambrosio, egressos da *Falange*, e que integraram posteriormente a DC, chegando por fim ao MAPU (alguns à IC, como Augustin Gumucio e o próprio Silva Solar).

O Movimiento de Acción Popular Unitaria se formou em 19 de maio de 1969, tendo como base a mencionada geração revolucionária da DC, considerada, portanto, segmento “rebelde” no interior do partido democrata-cristão, fortemente influenciada pelo marxismo (Rodrigo Ambrosio, principal expressão, foi um sociólogo marcado pelos ensinamentos, na França, do seu professor Louis Althusser), pelos acontecimentos da Revolução Cubana e a crescente vertente social-cristã da Igreja Católica. O ponto de ruptura com a DC foi o debate para as eleições de 1970, discussões nas quais o grupo dissidente propugnava um direcionamento mais à esquerda por parte do partido. Os fundadores e militantes do MAPU também compartilharam um ambiente cultural e político de intenso ativismo universitário por reformas. Advinham, em sua maioria, de uma classe média intelectualizada (boa parte egressos da *Universidad Católica*), e foram

¹³⁵ Julio Silva Solar. Reseñas Biográficas. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Julio_Silva_Solar. Acesso em: 03/09/2019; Julio Silva Solar. Disponível em: <https://www.cesoc.cl/julio-silva-solar/>. Acesso em: 03/09/2019.

ainda marcados pelas mudanças estruturais no setor rural desde o governo democrata-cristão de Eduardo Frei Montalva, razão pela qual muitos atuaram e lutaram por políticas de transformação e reforma agrária.¹³⁶

Em síntese, foi uma “generación entusiasmada con las revueltas de los años sesenta, fascinados con el poder y la juventud que quiere reformar las universidades, el agro y luego hacer la revolución”, com trajetórias que atravessaram as “capas universitarias que tuvieron acceso al poder jóvenes, [...] el gobierno Frei (reforma agraria, promoción popular), en la gestión de la reforma universitaria (no sólo en la UC), en cargos claves del gobierno Allende (área de propiedad social, fomento, cultura)”.¹³⁷ A IC foi resultado da insatisfação de setores mapucistas, encabeçados por Julio Silva Solar, com o que consideravam como excessivo dogmatismo marxista presente no MAPU. Todavia, como bem apontou Esteban Van Treek, de maneira comum, MAPU e IC originaram-se da busca por um estilo próprio, ou a tentativa de se fazer política para além das tradicionais culturas e matrizes socialista e comunista chilena, um caminho particular e messiânico, herança do social-cristianismo expressado pela DC,¹³⁸ embora se buscasse, dentre os mapucistas, um princípio de unidade entre o campo da esquerda visando as transformações estruturais para o Chile. Ao final de 1969, a expressão da confluência

¹³⁶ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010; VAN TREEK, Esteban Valenzuela. El MAPU y el rol transformador de las elites iluministas: revolución, pragmatismo y disidencia. *Revista de Ciencia Política*, v. 31, n. 2, p. 187-206, 2011. Discutiremos mais a respeito do partido no Capítulo 4 da tese.

¹³⁷ VAN TREEK, Esteban Valenzuela. El MAPU y el rol transformador de las elites iluministas: revolución, pragmatismo y disidencia. *Revista de Ciencia Política*, v. 31, n. 2, p. 187-206, 2011, p. 190. Sobre a *promoción popular* a que se refere o autor, estas foram ações políticas e educativas para as comunidades rurais, aproximando-se da realidade das cooperativas *campesinas*, e para as *poblaciones*, atuando na criação de juntas de vizinhos e organização para a execução de suas principais demandas locais. Inseridas nas proposições reformistas da *Revolución en Libertad* do governo de Eduardo Frei Montalva, quadros políticos que viriam a se tornar mapucistas trabalharam nessas ações, vivenciando a política com as camadas populares da cidade e do campo, o que contribuiu para as formulações programáticas próprias e à esquerda por parte do segmento que se desprenderia da DC.

¹³⁸ VAN TREEK, Esteban Valenzuela. El MAPU y el rol transformador de las elites iluministas: revolución, pragmatismo y disidencia. *Revista de Ciencia Política*, v. 31, n. 2, p. 187-206, 2011, p. 193.

programática (não sem divergências) entre as esquerdas foi a Unidade Popular, à qual logo se inseriu o recém-criado MAPU.

Como integrante mapucista, Julio Silva Solar colaborou na redação do programa socialista de Salvador Allende, postulando, em especial, a democratização social e econômica da agricultura e da indústria, setores, sobretudo o relativo ao campo, em que atuou mais intensamente como político. Esteve lado a lado com Jacques Chonchol nas formulações e ações pela reforma agrária, este último, personagem de destaque no campo de construção política transformadora, ministro de Agricultura no governo de Allende.

Julio Silva Solar foi eleito deputado pela *7ª Agrupación Departamental, tercer distrito de Santiago*, para o período de 1965 a 1969. Fez parte da *Comisión de Agricultura y la de Policía Interior* do parlamento. Ao final do seu trabalho parlamentar, realizado ainda pela DC, renunciou ao partido em 4 de junho de 1969 e passou a integrar o MAPU, como apresentamos, legenda pela qual se reelegeu deputado pela mesma *Agrupación Departamental*, desta vez no *tercer distrito de Pedro Aguirre Cerda y Puente Alto*, para mandato de 1969 a 1973. Nessa nova legislatura, participou da *Comisión de Integración Latinoamericana* e, também, teve ativa atuação nas discussões sobre a Reforma Agrária, a sindicalização no campo e a nacionalização do cobre.¹³⁹

Com o golpe, já como deputado pela IC, Julio Silva Solar teve de deixar o Chile em fevereiro de 1974, perseguido pela ditadura, acompanhado de sua esposa, Glória Montes de Silva, e seus dois filhos pequenos, Julio Silva Montes e Gloria Silva Montes. Antes de sair para o exílio, havia conseguido asilo político na Nunciatura Apostólica em Santiago, onde permaneceu por cerca de quatro meses junto a seu amigo pessoal e

¹³⁹ Julio Silva Solar. Reseñas Biográficas. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Julio_Silva_Solar. Acesso em: 03/09/2019; Julio Silva Solar. Disponível em: <https://www.cesoc.cl/julio-silva-solar/>. Acesso em: 03/09/2019.

companheiro na política e nos trabalhos diários posteriores com a revista *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo.

Nas palavras de Viera-Gallo, em entrevista ao autor da tese, a Itália não foi um destino almejado inicialmente. Ele, por exemplo, havia pensado em sair para o exílio na Europa, em países como Espanha ou Portugal, por afinidade cultural e linguística. Porém, os dois países eram governados por ditaduras, então se lhe apresentou a oportunidade de ir à Itália, na capital Roma.¹⁴⁰ Informação semelhante nos prestou, também em entrevista, Julio Silva Montes, filho de Julio Silva Solar e atual diretor do editorial CESOC, projeto herdeiro, após os retornos de Viera-Gallo e Silva Solar no início da década de 1980, da fórmula político-cultural inicialmente concebido pela revista *Chile-América*. Silva Montes afirmou que sua família chegou à Itália por ter se tornado o destino mais viável em comparação a países como França e Alemanha Oriental, que recebiam naquele momento uma leva expressiva de chilenos exilados.¹⁴¹

Uma vez na capital italiana, antes da chegada de Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo conseguiu uma entrevista com o importante político Aldo Moro, democrata-cristão ministro das Relações Externas do governo italiano. Intervindo diretamente, o convenceu, com a colaboração de Bernardo Leighton, a conseguir o visto para Julio Silva Solar e sua família entrarem na Itália, argumentando se tratar de um político chileno, cristão de larga luta no campo progressista. Aldo Moro, então, permitiu que Silva Solar saísse da Nunciatura em Santiago e se exilasse no país europeu, lá permanecendo, com toda a família, por quase oito anos. Ele retornou em 1982, mediante autorização da ditadura por ocasião do câncer em fase terminal de sua companheira Glória Montes. No Chile, Julio Silva Solar atuou mais detidamente na fundação e direção do editorial

¹⁴⁰ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018. Ver Anexo I.

¹⁴¹ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018. Ver Anexo II.

CESOC, hoje a cargo do seu filho, Julio Montes, como dissemos. Faleceu em Santiago no dia 28 de julho de 2014.¹⁴²

O mais jovem dos organizadores nucleares de *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo, como antecipamos, foi outro destacado membro do seu *Comité Editor*, a quem correspondeu realizar aspecto central para existência e circulação da revista, qual seja, mobilizar o aporte econômico, os recursos que foram angariados não somente pelas assinaturas, mas através do financiamento por parte de inúmeras instituições estrangeiras atuantes na defesa dos direitos humanos, sobretudo do “mundo humanitário cristão”. Ele afirmou, na entrevista conferida a nós, que Julio Silva Solar dirigiu *Chile-América* até a volta autorizada deste ao Chile, no ano de 1982, pelas razões humanitárias acima expostas. José Antonio Viera-Gallo assumiu, então, a direção da revista por cerca de um ano, para a qual, ainda, além de ser responsável pela parte financeira, redigiu todos os editoriais durante seus nove anos de existência, os quais submetia a Bernardo Leighton enquanto este esteve em condições físicas de fazê-lo, tendo em vista o atentado sofrido na Itália pouco mais de um ano após a criação de *Chile-América*.¹⁴³

Tal informação é de especial interesse, pois os textos editoriais, embora não apenas eles, foram dos que mais demarcaram a posição da revista na arena de disputas políticas pelo fim da ditadura e a construção de um processo transitório para a democracia. Seus textos, então, centrais para a composição do projeto editorial em questão, caminharam por distintas direções de interpretação conjuntural em que se apontavam desde os inimigos a serem combatidos, a interpretação da institucionalização e bases

¹⁴² José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018; Julio Silva Solar. Contenido multimedia. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/reseas_parlamentarias/wiki/Julio_Silva_Solar. Acesso em: 03/09/2019.

¹⁴³ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

sociais do regime pinochetista, até culminar em proposições para unidade da oposição pelos valores democráticos, humanistas e de renovação do socialismo.

José Antonio Viera-Gallo nasceu no dia 02 de dezembro de 1943, em Santiago de Chile. Teve uma formação primária e secundária não usual, considerando que seus estudos se deram em diversos colégios do Chile e do exterior, já que seu pai, José Viera-Gallo Barahona, foi um diplomata. José Antonio Viera-Gallo viveu, então, nesse período, na Argentina, República Dominicana, Peru, Portugal e França. Formou-se como advogado pela *Escuela de Derecho* da *Universidad Católica de Chile* em 1967 e, dois anos depois, tornou-se pós-graduado em *Ciencia Política* pelo *Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales* (ILADES), ligado aos jesuítas. Exerceu o cargo de procurador e secretário de ministro da Corte Suprema. Como acadêmico, ele foi, durante três anos, professor e pesquisador do ILADES, bem como da *Escuela de Teología* e da *Escuela de Derecho* da *Universidad Católica de Chile*, onde lecionou *Teoría Política*. Também foi pesquisador do *Centro de Estudios de la Realidad Nacional* (CEREN), criado durante o governo de Salvador Allende e coordenado pelo sociólogo belga Armand Mattelart.¹⁴⁴

As atividades políticas iniciais de Viera-Gallo acompanharam, como ele próprio afirmou ao autor desta tese, “el cuadro político chileno y latinoamericano, sobre todo para una generación de la *Universidad Católica*. Tuvo mucho que ver también con la evolución de la Iglesia, del Concílio, de la Reunión de Medellín, de la necesidad de la Reforma Universitaria”,¹⁴⁵ aspectos sobre os quais tratamos brevemente ao descrevermos

¹⁴⁴ José Antonio Viera-Gallo. *Reseñas Biográficas*. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Jos%C3%A9_Antonio_Viera_Gallo_Qu_esney. Acesso em: 04/09/2019.

¹⁴⁵ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018. Viera-Gallo e Julio Silva Solar acompanharam e estiveram próximos dos princípios que fundamentaram a Teologia da Libertação e que se desenvolveram baseados na aproximação entre teologia cristã e marxismo, de maneira a interpretar e intervir na realidade de desigualdade social da América Latina. O primeiro livro publicado pelo editorial CESOC, cuja direção foi exercida por ambos, tratou-se de um dossiê dedicado a analisar a Teologia da Libertação e o movimento social e político da Igreja Católica. SILVA SOLAR, Julio;

a coletividade e geração mapucista. A efetiva inserção na política de Viera-Gallo se deu exatamente a partir da sua incorporação ao MAPU. Pelo partido, entre novembro de 1970 e dezembro de 1972, foi *subsecretario de Justicia* do governo de Salvador Allende aos 26 anos de idade. O golpe militar interrompeu sua emergente trajetória política no Chile e fez com que ele buscasse asilo político na Nunciatura, como havíamos mencionado. Sob essa proteção oficial, permaneceu quatro meses no país até ir a Roma no começo de 1974.

Seu período de dez anos no exílio foi ativo política e intelectualmente, desempenhando importante atividade não apenas na edição de *Chile-América*, mas trabalhando concomitantemente como consultor em organismos internacionais como a UNESCO, CEPAL, FAO e no *Consejo Mundial de Iglesias* (CMI). Viera-Gallo também ocupou a *Secretaría General Adjunta del International Documentation Center* (IDOC), instituição ecumênica com sede em Roma, fundada na capital italiana em 1965, cujos objetivos foram arquivísticos e informativos, uma espécie de agência de notícias,¹⁴⁶ de maneira a adquirir documentação e conceder a circulação das informações, publicações e formação política de viés humanista cristão, social e progressista. IDOC foi instrumento político pelos direitos das populações oprimidas ao redor do mundo, tendo impulsionado a relação entre os exilados e perseguidos políticos das ditaduras no Cone Sul, em contato permanente com organismos de direitos humanos nesse contexto. De forma similar, Viera-Gallo foi também integrante do *Consejo Directivo de HUIRIDOCS, Sistema de Información y Documentación sobre Derechos Humanos*, com sede em Oslo, Noruega.¹⁴⁷

LEIGHTON, Bernardo; VIERA-GALLO, José Antonio; TOMIC, Esteban et al (Coord.) *Iglesia, teología y política*. Santiago: Ediciones Chile y América/CESOC, 1984.

¹⁴⁶ BANEDES, Daniel. *Mapas para una historia intelectual de la comunicación popular: ideas, contextos y prácticas editoriales de los '60 e '70 na América Latina*. Universidad Nacional de La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2020, p. 241.

¹⁴⁷ VIERA-GALLO, José Antonio. *El compromiso*. Santiago de Chile: Aguilar Chilena de Ediciones: El Mercurio Aguilar, 2013; José Antonio Viera-Gallo. *Reseñas Biográficas*. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Jos%C3%A9_Antonio_Viera_Gallo_Quenesey. Acesso em: 04/09/2019.

Como se nota, ao mesmo tempo que editor de *Chile-América*, ele atuou em organizações ativas pelos direitos humanos, sobretudo no campo da informação e produção de arquivos de denúncia, com incidência em âmbitos ao mesmo tempo cristãos e laicos, que em comum apresentavam perspectiva social e humanista transnacional de ação na esfera pública internacional, confrontando políticas autoritárias de Estados como o regime pinochetista. Em depoimento ao autor desta pesquisa, José Antonio Viera-Gallo detalhou a respeito do seu trabalho em *Chile-América* e as demais ocupações exercidas durante o exílio na Itália:

Chile-América, yo de esto no vivía. Eso era un, digamos, un compromiso político, pero yo nunca saqué un peso de allí. Yo, en los dos primeros años, tuvo una beca de la Ford Fundación. [...] La fundación fue acá en Chile, durante Allende, una vía progresista. Y una forma de ayudarnos fue dándonos una beca. Entonces, tuvo dos años la beca. Después yo trabajé, junto com Leighton y Julio Silva, en un editorial italiano importante que se llamaba Editorial Valech, que era una forma de ayudarnos, pero eso duró un año. Después, ya no pudo seguir. Además, vino el atentado a Leighton, entonces. Y después yo entré a trabajar a un centro de documentación ecuménico, que se llamaba Idoc Internacional (Internacional Documentación Center). Entonces, yo era responsable para América Latina y después fui director adjunto. Y allí trabajé ocho años. Este centro fue creado por los obispos holandeses durante el Concilio, [...] de ideas más progresistas. Después, digamos, acabó el Concilio, entonces el Vaticano, o sea, alejó de Idoc. Idoc entonces fue asumido por el Consejo Mundial de Iglesias, de Ginebra, y nosotros trabajamos muy unidos como Idoc con el Consejo Mundial de Iglesias. A su vez, el Consejo Mundial de Iglesias, principalmente a través de Charles Harper, que era el encargado del programa de derechos humanos, ayudaba mucho a los chilenos, a la *Vicaría de la Solidaridad* y a otros organismos en Chile.¹⁴⁸

De maneira central, neste momento, para além da sua atuação no exílio, Viera-Gallo revelou-nos sobre as atividades de seus companheiros, Julio Silva Solar e Bernardo Leighton, as formas de sobrevivência de todos eles e o respaldo institucional que receberam, principalmente, da Igreja Católica e do *Consejo Mundial de Iglesias* (CMI), organização ecumênica internacional, para se manterem no exílio em condições mínimas, pelo menos, para levar adiante o exercício das funções intelectuais e políticas.

¹⁴⁸ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista ao autor, concedida no dia 18 de outubro de 2018.

A exposição de José Antonio Viera-Galo nos traz muitos elementos para reflexão, em especial, sobre as redes transnacionais formadas em torno à ação humanitária cristã e a luta pela causa dos direitos humanos no Chile. As bases ideológicas e doutrinárias para a ação católica, por exemplo, como deixa entrever Viera-Gallo, partiram da orientação católica hegemônica pela justiça social desde o Concílio Vaticano II, finalizado em 1965. O mencionado *International Documentation Center* (IDOC) surgiu a partir das orientações sociais do Concílio, para depois se vincular, como expressou Viera-Gallo, ao *Consejo Mundial de Iglesias*, de orientação ecumênica. A constituição da rede de assistência material, ideológica e de denúncia que envolvia a revista *Chile-América*, portanto, passava por essas instituições que agiram no cenário internacional, com o catolicismo oficial (parte dele, obviamente, não sua totalidade), o *Consejo Mundial de Iglesias*, o IDOC, bem como no cenário nacional, por meio da *Vicaría de la Solidaridad*, principal organismo da Igreja Católica chilena a agir no amparo aos perseguidos políticos e seus familiares durante a ditadura. A *Vicaría* se estruturou também como importante centro arquivístico, reunindo documentação significativa correspondente às violações de direitos humanos cometidas pelo regime de Augusto Pinochet.

Antes da criação da *Vicaría*, contudo, existiu, já articulado a essas redes, o *Comité de Cooperación para la Paz* (COPACHI), criado um mês após o golpe no Chile, por iniciativa do arcebispo da diocese de Santiago, o cardeal Raúl Silva Henríquez, organismo que articulou não apenas representantes católicos, mas luteranos, batistas, metodistas, pentecostais, gregos ortodoxos e judeus.¹⁴⁹ O COPACHI foi presidido conjuntamente pelo bispo católico Fernando Ariztía e pelo bispo luterano Helmut Frenz, este último,

¹⁴⁹ CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exílios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 195. Ver también ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

alemão, que também se destacou como figura proeminente na luta pela defesa das vítimas da ditadura, principalmente nesse primeiro momento de intensa violência pós-golpe militar, tendo participado da pronta fundação, em 3 de outubro de 1973, da *Comisión Nacional de Ayuda para los Refugiados* (CONAR), organização que teve seus trabalhos continuados, em 1975, pela *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* (FASIC)¹⁵⁰.

Helmut Frenz presidiu o COPACHI como representante do *Consejo Mundial de Iglesias*, organização com a qual possuía vínculos estreitos, principalmente, por meio de Charles Harper, seu diretor, e que, verdadeiramente, foi a incentivadora e patrocinadora da criação do *Comité para la Paz*, tendo em vista a crítica situação dos chilenos perseguidos pela ditadura.¹⁵¹ Nas ações práticas do COPACHI, a liderança esteve a cargo da coordenação do jesuíta chileno Fernando Salas.¹⁵² Sua estrutura se organizou em torno aos departamentos jurídico e assistencial, logo desenvolvendo importante atividade arquivística ligada ao *Departamento de Informaciones*,¹⁵³ construindo acervo de denúncias que, legado e ampliado pela *Vicaría de la Solidaridad*, respaldou o trabalho de diversos organismos de direitos humanos, incluindo periódicos como *Chile-América*.

¹⁵⁰ FASIC desenvolveu importante trabalho com os presos políticos, por vezes buscando converter as penas de detenção pelo exílio, além do desenvolvimento de programas de defesa dos direitos humanos. FASIC Historia. Disponível em: <http://fasic.cl/wp/historia-institucional/>. Acesso em: 22/03/2021.

¹⁵¹ SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. Redes transnacionales de defensa de los derechos humanos durante la primera fase de la dictadura chilena (1973-1976): formación y estrategias. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 4, n. 7, marzo 2017, p. 43.

¹⁵² Montada e coordenada por Fernando Salas, a equipe de trabalho do COPACHI, para além de integrantes religiosos, foi composta por advogados partidários do MAPU, especialmente, e em menor medida da DC, do PS e do PC, indicando os caminhos cruzados entre o mundo humanitário e os partidos políticos chilenos. CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 196.

¹⁵³ SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. Op. Cit., p. 43. Ainda de acordo com este autor, foram também criados por COPACHI um *Departamento Laboral* e um *Programa de Salud* que, dada a relevância que tomou este último, obteve financiamento direto da Organização Holandesa para Financiamento Conjunto de Programas para o Desenvolvimento (CEBEMO).

Desestruturado e com seus membros perseguidos pelos agentes da repressão, o COPACHI se transformou, em 1974, na mencionada *Vicaría de la Solidaridad*, organismos sobre os quais voltaremos a tratar invariavelmente nesta tese, em especial no Capítulo 3. Ainda assim, importante já expressarmos que a estrutura do COPACHI foi incorporada e ampliada pela *Vicaría*, agindo na intervenção jurídica ante os tribunais pelas causas dos perseguidos políticos e na conformação gradativa de informações sobre a repressão e a denúncia sistemática em foros internacionais.¹⁵⁴

COPACHI, *Vicaría*, CONAR e FASIC atuaram em estreita proximidade e aliança internacional, dentre outros organismos que exerceram ativamente a promoção dos direitos humanos, com a ONU e o *Consejo Mundial de Iglesias*. As articulações não eram de cunho religioso ou, ao menos, extrapolavam seu âmbito, tendo em vista o trabalho humanitário junto à ONU e a inúmeras embaixadas de países, sobretudo os europeus, que concederam asilo político ou ofereceram algum tipo de proteção às vítimas das ditaduras, em especial a chilena. Todavia, sobressaiu o protagonismo inicial das Igrejas cristãs no amparo emergencial e imediato aos perseguidos políticos que, em muitos casos, forçados à condição do exílio, passaram a reforçar as redes políticas e de direitos humanos.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Como explicaram María Angélica Cruz e María Soledad Catoggio, COPACHI e *Vicaría* não tiveram o apoio total do episcopado chileno, nem mesmo de setores mais baixos da hierarquia eclesiástica em seu conjunto, revelando posição não uniforme e mesmo dúbia da Igreja Católica chilena, bastante representativa quando nos atentamos para suas formulações públicas iniciais no momento do golpe. Estas formulações oscilaram, oficialmente, entre o apoio à ruptura institucional que levou à derrubada de Salvador Allende, para, posteriormente, passar, tendo em vista o respaldo expressivo da cúpula e bases católicas, a condenar a ditadura e se tornar a principal instituição de assistência aos perseguidos políticos e seus familiares. Esclareceu Nancy Nicholls que os setores da Igreja Católica chilena que atuaram em defesa dos direitos humanos consistiram naqueles fortemente influenciados pelas mudanças estruturais e orientações programáticas no catolicismo ocorridas durante o Concílio Vaticano II. Ver CRUZ, María Angélica. *Iglesia, represión y memoria: el caso chileno*. Madrid: Siglo XXI, 2004; CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exílios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 195-197; NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan.-abr. 2019, p. 46.

¹⁵⁵ NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 43-56, jan.-abr. 2019.

María Soledad Catoggio esclareceu que as tramas religiosas de ativismo transnacional pelos direitos humanos se conformaram, em boa medida, como reação aos autoritarismos das ditaduras militares do sul da América Latina que, como sabemos, também agiram em redes de informação e repressão, como foi o caso da Operação Condor. Todavia, a própria autora chamou a atenção para o fato de que a dianteira de setores religiosos católicos e protestantes na oposição aos regimes militares, à frente, por exemplo, dos partidos políticos fortemente atingidos pela repressão inicial, foi possível não apenas pela orientação doutrinária orientada à justiça social, mas por um histórico de práticas de solidariedade a refugiados e desterrados políticos desde, pelo menos, a segunda pós-guerra.

Desde 1948, por exemplo, “el Consejo Mundial de Iglesias nucleaba a la gran mayoría de las llamadas ‘históricas’”.¹⁵⁶ Fundado neste ano, o CMI se respaldou em dupla premissa, a reflexão teológica e a ação social, visando apoiar as vítimas dos conflitos internacionais.¹⁵⁷ Foi o principal organismo internacional responsável pelo financiamento do COPACHI, e aportou recursos para a *Vicaría de la Solidaridad* e para *Chile-América*, como argumentou Viera-Gallo. Portanto, havia uma estrutura construída previamente visando práticas solidárias e de incidência transnacional, que se tornaram ainda mais fortes durante o contexto latino-americano das décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a ação política se direcionou para a luta em defesa dos direitos humanos, mobilizando denúncias contra as ditaduras.

¹⁵⁶ CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exílios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 191.

¹⁵⁷ SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. Redes transnacionales de defensa de los derechos humanos durante la primera fase de la dictadura chilena (1973-1976): formación y estrategias. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 4, n. 7, marzo 2017, p. 41.

Helmut Frenz, por exemplo, como mostramos, bispo da Igreja Luterana em Santiago, com o apoio institucional do governo de Salvador Allende, desenvolveu trabalho importante junto a refugiados e exilados de distintas nacionalidades que viviam no Chile, formulando programa que contou com amparo de igrejas cristãs da Europa e dos Estados Unidos. Sua atuação humanitária também o vinculou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), de maneira que, quando ocorreu o golpe militar, havia angariado experiência, estrutura e contatos referentes ao trabalho de solidariedade com refugiados, o que facilitou a criação da *Comisión Nacional de Ayuda para los Refugiados* (CONAR).¹⁵⁸ A existência dessas estruturas prévias de ações humanitárias possibilitou a ampliação e a articulação, após o golpe, de vastas redes que incluíram religiosos, vítimas das ditaduras, familiares, organizações internacionais, intelectuais e dirigentes políticos, reforçadas, de modo decisivo, pelos ativismos dos exilados.¹⁵⁹

Como um dos principais articuladores dessa rede política, humanitária e cristã de caráter transnacional, foi mencionado, por José Antonio Viera-Gallo, o nome de Charles Harper, nascido no Brasil, filho de pais norte-americanos presbiterianos e missionários. Harper, de trajetória clerical presbiteriana, foi diretor da Oficina de Direitos Humanos para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas, cargo que exerceu entre 1973 e 1992. No contexto das ditaduras, foi figura relevante no trabalho sistemático, exercido junto a outras organizações, de denúncia internacional sobre as violações de direitos humanos ocorridas na América Latina e na criação de instâncias de proteção às vítimas

¹⁵⁸ NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan. - abr. 2019, p. 47.

¹⁵⁹ JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *Estudios Sociales*, Año XIV (27), p. 91-113, segundo semestre de 2004; CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exílios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 187-213.

de perseguição, prisão arbitrária e tortura.¹⁶⁰ Harper entendia que os membros das igrejas, em sua função missionária, diante de contextos altamente repressivos, deveriam atuar como porta-vozes dos oprimidos, uma espécie de contra-poder ao que exerciam as ditaduras militares.¹⁶¹ Com essa visão e portador de capital simbólico que o permitia liderar esse processo ao lado de outros personagens, foi possível a confluência “de las iniciativas nacionales e internacionales [que] dio como resultado la articulación de una red que se mantuvo a lo largo de la dictadura”.¹⁶²

O aporte do Conselho Mundial de Igrejas, o que contemplou a *Vicaría* no Chile e *Chile-América* no exílio, se deu no campo financeiro, como explicou Viera-Gallo em entrevista ao autor da tese.¹⁶³ A historiadora chilena Nancy Nicholls e a socióloga argentina Soledad Cattogio, em seus estudos, apontam para a importância do CMI nesse sentido material de financiamento dos projetos. Além do mais, destacaram mais um ponto dessa organização para a viabilidade e os objetivos das redes transnacionais: a política da informação, a circulação das notícias e as denúncias sobre a repressão no Chile. Essa rede transnacional proporcionou vínculos que permitiram uma estratégia comunicacional contínua, alimentando publicações como *Chile-América*. Assim, o CMI foi mais um canal - de reconhecimento internacional - a fazer ecoar as denúncias que saíam do Chile.

Fora do mundo religioso, vemos a participação material da Fundação Ford, também mencionada por Viera-Gallo, possibilitando a ele, pessoalmente, (e a organizações como a *Vicaría de la Solidaridad*, por exemplo) mais uma forma de

¹⁶⁰ El defensor de los derechos humanos Charles Harper galardonado por el gobierno argentino. Consejo Mundial de Iglesias. Disponível em: <https://www.oikoumene.org/es/news/human-rights-defender-charles-harper-honoured-by-argentinian-government>. Acesso em 16/03/2021.

¹⁶¹ HARPER apud NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan.-abr. 2019, p. 48.

¹⁶² NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan. - abr. 2019, p. 48.

¹⁶³ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista ao autor, concedida no dia 18 de outubro de 2018.

obtenção de renda, através de uma beca, para que se mantivesse no exílio ao menos por um tempo inicial. As redes às quais os membros de *Chile-América* estavam envolvidos passavam, de maneira decisiva, pelas organizações que exerceram ações humanitárias mencionadas, mas não apenas, visto que os partidos políticos dos quais eram integrantes e outros da Europa também efetivaram respaldo importante. Nesse sentido político-institucional, não podemos deixar de reforçar a solidariedade exercida por governos social-democratas e progressistas, desde suas embaixadas no Chile até a recepção aos exilados.¹⁶⁴

Os elementos essenciais que os uniram em redes foram a política de oposição à ditadura e a questão dos direitos humanos, o que passava por uma perspectiva humanista oriunda das diretrizes sociais da Igreja Católica, especialmente, e a defesa irrestrita da reconstrução de bases democráticas. Diríamos que esses dois caminhos – o de luta político-partidária, sem o uso tático da violência, e o dos direitos humanos -, estavam imiscuídos na visão de mundo dos editores de *Chile-América* e, por conseguinte, no projeto que a concebeu, revelando traços e aspectos simbólicos/discursivos que podem ser medidos através do conteúdo impresso nas páginas dessa iniciativa político-editorial. A dinâmica desse percurso político levou à busca pela unidade programática-progressista e a necessidade de revisão crítica e transformação dos preceitos conceituais e estratégicos até então usados pela esquerda e pelos democrata-cristãos.

Dando continuidade aos integrantes proeminentes na direção de *Chile-América*, portanto, personagens que constituíram as redes políticas e humanitárias apontadas, o quarto nome do *Comité Editor* da revista foi Esteban Tomic, filho de um dos fundadores da DC - importante político e candidato pelo partido nas eleições presidenciais de 1970 -

¹⁶⁴ Ver NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 43-56, jan. - abr. 2019; SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luís. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

, Radomiro Tomic. Ele fez sua formação inicial na *Escuela Militar* e nos colégios *San Ignacio* (assim como Bernardo Leighton e Julio Silva Solar) e *Verbo Divino* (onde estudou José Antonio Viera-Gallo), ambos na capital Santiago. Esteban Tomic graduou-se como destacado aluno de Direito em 1964 pela *Pontificia Universidad Católica de Chile*, realizando estudos de *posgrado en Ciencia Política* na Universidade Livre de Berlim, entre 1964 e 1967.

Integrante da DC, construiu sua carreira profissional e política na área diplomática, presidindo a *Dirección General Adjunta para Asuntos Económicos del Ministerio de Relaciones Exteriores* entre 1968 y 1970, no governo de Eduardo Frei Montalva. Como funcionário de carreira do *Ministerio de Relaciones Exteriores*, foi *Ministro Consejero* na embaixada chilena em Bonn, na República Federal da Alemanha ou Alemanha Ocidental, durante o governo de Salvador Allende. Com o golpe, foi destituído do funcionalismo diplomático por meio de um decreto assinado por Augusto Pinochet em 19 de setembro de 1973.

Seu nome apareceu, no dia 11 de dezembro de 1973, em uma lista publicada pelos jornais *El Mercurio* e *Tribuna* na qual figuravam pessoas às quais a Junta Militar privaria a nacionalidade por “traición a la patria”. Esteban Tomic saiu então para o exílio ainda em 1973. Esteve primeiramente na Itália e, na maior parte do tempo, em Caracas, na Venezuela, dois países nos quais os respectivos partidos democrata-cristãos eram muito fortes politicamente, facilitando sua acolhida e atuação pública. Retornou a Santiago de Chile onze anos depois, em 1984, após autorização oficial da ditadura.¹⁶⁵

Como traços comuns aos quatro integrantes do *Comité Editor de Chile-América*, percebemos, em boa medida, formação primária e secundária nos mesmos centros

¹⁶⁵ DOCUMENTACIÓN. El Partido Demócrata Cristiano y la dictadura militar. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 47; Esteban Tomic Errázuriz. Disponível em: <http://www.genealogiachilenaenred.cl/gcr/IndividualPage.aspx?ID=I58711>. Acesso em: 05/09/2019.

educacionais católicos de Santiago, de inspiração jesuíta, ainda que em épocas e contextos distintos. Participaram desde jovens de ambientes familiares de elevado nível de politização, marcados por convívio social de uma certa camada intelectualizada da elite chilena. A educação formal superior também foi comum, com os quatro se graduando em Direito na mesma instituição, a *Universidad Católica de Chile*, instituição que abrigou a sociabilidade política e intelectual de base cristã progressista, integrantes que se vincularam principalmente à DC, ao MAPU e à IC. Nesse sentido, para completar o que julgamos ser trajetórias sociais, políticas e intelectuais aproximadas, eles possuíram formação político-partidária conectada, tendo como base a Democracia Cristã, mesmo que Julio Silva Solar tenha depois saído e participado da fundação do MAPU, partido no qual Viera-Gallo também cerrou fileira como militante político. Os quatro exerceram cargos públicos, mantendo-se próximos do governo de Frei Montalva, caso de Bernardo Leighton e Esteban Tomic, ou da presidência de Salvador Allende, situação de Viera-Gallo e Silva Solar (a partir do momento em que este último deixa de ser um quadro democrata-cristão e se volta definitivamente para a esquerda). Todos apresentaram trajetória de engajamento intelectual, participando, sobretudo, de veículos periódicos partidários ou de circulação mais ampla, além da publicação de livros e/ou atuação acadêmica.

Em que pese o pertencimento a gerações distintas, bem como as diferenças também no peso político de cada um deles no Chile e durante o exílio, o certo é que os quatro integrantes do *Comité Editor* foram figuras públicas importantes, conhecidas no cenário político do país, tendo, em suas biografias, linhas essenciais comuns de formação e prática políticas: o direito, o humanismo cristão, a influência da doutrina social da Igreja, do pensamento de Jacques Maritain¹⁶⁶ e, nos casos de Silva Solar e Viera-Gallo,

¹⁶⁶ De uma forma breve, podemos destacar em Jacques Maritain, nascido em 1882, em Paris, seu humanismo integral, uma filosofia cristã que apresentava à sociedade nova forma de agir, um regime de

interfaces entre tais perspectivas e leituras com sólida base formativa marxista. Por exemplo, em Maritain, Julio Silva Solar, sem negligenciar o pensamento filosófico tomista do intelectual francês, valorizou, antes, em sua obra, o forte viés político empregado na década de 1940, quando se opôs ao totalitarismo nazista, desenvolvendo sobre a concepção política humanista e a relação entre cristianismo e democracia, enfatizando o sentido de bem comum, pluralismo, liberdade e justiça social.¹⁶⁷

Importante expressarmos que a filosofia política de Jacques Maritain, através de obras como *Humanisme intégral*, *Principes d'une politique humaniste* e *L'homme et l'Etat*, influenciou sobre diversos setores mais progressistas do catolicismo europeu e latino-americano entre os anos 1920 e 1970, constituindo-se uma base importante da formação da doutrina democrata-cristã ou mesmo de um socialismo cristão, sem maiores interfaces, contudo, com perspectivas mais radicalizadas bastante influentes na América Latina, como a Teologia da Libertação.¹⁶⁸

A partir, portanto, de tais fundamentos político-intelectuais, a atuação coletiva ou de cada membro do corpo editorial da revista ganhou, com a ditadura e o exílio, projeção internacional, sobretudo no âmbito dos direitos humanos e nas análises político-partidárias exercidas em distintos meios intelectuais, o principal deles, a própria *Chile-América* que fundaram e lideraram, por cerca de uma década, seu projeto político-cultural-programático.

civilização e político de cristandade não mais sacral, mas de caráter profano. Entende-se, nesse sentido, certa concepção de sociedade não uniformemente religiosa, mas formada com base na vivência das virtudes cristãs da justiça, da solidariedade e da caridade, na interpretação de que a sociedade moderna necessitava superar sua agonia e elevar-se por meio dos valores apresentados. Sua filosofia metafísica tomista, alicerçada em forte base católica, na qual se postulavam humanidade e justiça social como valores expoentes de ascendência espiritual, inspirou as formações democrata-cristãs latino-americanas. Para a compreensão do humanismo em Maritain e sua concepção de sociedade, ver EUFRÁSIO, Thiago de Moliner. Humanismo integral segundo Jacques Maritain: a pessoa humana como ser de relação e promotora de dignidade. *Internacional Studies on Law and Education*, Univ. do Porto, n. 28, p. 85-92, jan-abr 2018.

¹⁶⁷ SILVA SOLAR, Julio. Vigencia del pensamiento de Maritain. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, p. 47-52, 1982.

¹⁶⁸ MOLINA CANO, Jerónimo. Jacques Maritain y la teología política de la democracia contemporánea. *Scripta Theologica*, v. 52, 2020, p. 42-43.

O fato de encontrarem-se exilados em Roma não foi um acontecimento casual, como fez crer em algum momento José Antonio Viera-Gallo e mesmo Julio Silva Montes, em suas entrevistas ao autor desta tese. Durante boa parte da segunda metade do século XX, a Democracia Cristã italiana esteve no poder do Estado, tendo se tornado um dos principais e mais influentes partidos políticos da Itália. Especificamente nos anos de 1973 e 1974, quando os quatro integrantes da direção de *Chile-América* chegaram ao país europeu como exilados, encontravam-se Mariano Rumor na Presidência e Aldo Moro no Ministério de Assuntos Exteriores, duas figuras centrais de correntes mais progressistas da DC italiana. Naquele momento, o partido governava o país em uma coalização de centro-esquerda que incluía os socialistas e, mais tarde, em 1976, com Aldo Moro na liderança, também os comunistas (desde o parlamento), o que resultou no chamado “Compromisso Histórico” firmado com secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico Berlinguer.

Embora com resistência na DC, sobretudo sob a direção partidária de Amintore Fanfani, antagonista da proposição comunista, Aldo Moro foi o líder democrata-cristão que mais impulsionou o diálogo com o *compromisso histórico* de Berlinguer. Este escreveu, em setembro de 1973, sob o impacto dos impasses da Unidade Popular no Chile e as ações reacionárias que levaram ao golpe militar chileno, três artigos publicados em série na revista teórica *Rinascita*, nos quais, direcionando o diálogo para o Partido Socialista Italiano (PSI) e a Democracia Cristã italiana, em especial esta última formação, bem como para o conjunto da militância comunista, foi proposta uma aliança entre as três forças partidárias que representavam parte expressiva das camadas populares da Itália (trabalhadores, operários, camponeses e católicos, principalmente). Estabelecia-se, então, com o compromisso histórico, proposta para a unidade democrática e popular, cujo sentido original para se pensar a via democrática italiana para o socialismo encontrava-se

no pensamento político do dirigente comunista Palmiro Togliatti, quem pavimentou o caminho para a posterior liderança de Enrico Berlinguer no PCI.¹⁶⁹

O governo democrata-cristão da Itália, quando comparado com alguns países, não foi exatamente um dos que mais abriram as portas de seu território para a entrada de exilados chilenos. Tendo em conta a quantidade enorme de chilenos e estrangeiros que se encontravam na embaixada italiana em Santiago após o golpe, as autoridades do país europeu foram um tanto criteriosas em conceder asilo político às solicitações apresentadas, ainda que o embaixador italiano à época, Enrico Calamai, tenha se sensibilizado ao possibilitar o envio para o exterior do maior número de asilados possível. Um informe da OEA de outubro de 1974 apontou que a Itália recebeu 228 pessoas vindas do Chile (chilenos e estrangeiros) desde o golpe até meados daquele ano, quantidade bem inferior quando comparada a países como França, México e Suécia.¹⁷⁰ Contudo, obviamente que membros e lideranças da DC chilena ou de partidos oriundos de suas fileiras, como foi o MAPU e a IC, inseriam-se em uma situação política mais favorável nesse sentido e contaram com complacência um pouco maior por parte das autoridades do país europeu, em função das próximas relações que as duas formações políticas, a DC chilena e a italiana, tiveram desde os tempos de Eduardo Frei Montalva na presidência do Chile. Como afirmaram Sznajder e Roniger, “los líderes y activistas del Partido Demócrata Cristiano de Chile [...] se mudaron a Italia, donde tuvieron un buen

¹⁶⁹ Ver GOMES, Marco. O compromisso histórico e as repercussões sociopolíticas em Itália: antagonismos e consensos. *Democracias: estudos do século XX*, n. 17, p. 181-198, 2017. Para este autor, a legitimação da estratégia de Enrico Berlinguer passava por projetar uma cultura política comunista mais pluralista e por assegurar uma plataforma programática unitária, disposta ao diálogo e a eventuais convergências com outras formações políticas, como, no caso italiano, especialmente, a Democracia Cristã. Tais propostas reformistas dos comunistas italianos, de caráter teórico e prático/estratégico, inseridas no *compromisso histórico*, demarcaram processo constitutivo de um movimento mais amplo que foi o eurocomunismo, contemplando revisões importantes nos partidos comunistas também da França e da Espanha e as divergências com URSS e o chamado “socialismo real”. Vale fazer uma ressalva acerca das divergências que permearam a relação do PCI e do PSI, em especial, a rivalidade que envolveu as lideranças dos partidos, respectivamente, Enrico Berlinguer e Bettino Craxi.

¹⁷⁰ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luís. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 214-215.

recibimiento de su contraparte política, el gobernante PDC”.¹⁷¹ A Itália, centro das reformulações teóricas da esquerda europeia, interessou-se pelos contatos políticos com os chilenos e sua experiência de governo popular, possibilitando trocas que influiriam decisivamente na visão de mundo de dirigentes e intelectuais, incluindo os membros de *Chile-América*, que acabaram por seguir a senda da renovação socialista (discussão desenvolvida em nosso Capítulo 4).

Ainda relativo ao corpo editorial e aos trabalhos diários da revista, embora não pertencente ao *Comité Editor*, por não ter sido um dos fundadores, Julio Silva Solar destacou a presença do jornalista chileno Fernando Murillo Viaña.¹⁷² Uma nota na revista *Araucaria de Chile* mencionou Murillo Viaña como “su animador fundamental”, que teve o regresso ao Chile negado no momento em que o restante da equipe editorial retornava do exílio em Roma e “lanzaba en Santiago las *Ediciones Chile-América-CESOC*”.¹⁷³ Fernando Murillo foi membro do Partido Comunista chileno e embaixador do Chile na Coreia do Norte durante o governo de Salvador Allende. Foi um homem de apurada visão política. Em sua trajetória intelectual, teve como destaque o recebimento do *Premio Nacional de Periodismo*, na categoria *Crónica*, em 1967.

José Antonio Viera-Gallo o descreveu de uma maneira que nos permite interpretar parcialmente a personalidade e a vinculação política de mais um mediador político e intelectual que exerceu papel central em *Chile-América* e nas conexões estabelecidas com o mundo partidário e humanitário: “Era un personaje Murillo. Cuatro veces había sido

¹⁷¹ Ibid., p. 281. De maneira mais aprofundada, sobre a relação entre a DC chilena e a italiana, ver NOCERA, Raffaele. *Acuerdos y desacuerdos. La DC italiana y el PDC chileno: 1962-1973*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2015. Referente aos vínculos internacionais mais amplos da DC chilena, desde a origem do partido e enfatizando a dinâmica política dos contatos transnacionais ao longo da ditadura pinochetista, ver ULIANOVA, Olga; SANTONI, Alessandro; NOCERA, Raffaele. *Un protagonismo recobrado: la Democracia Cristiana chilena y sus vínculos internacionales (1973-1990)*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2021.

¹⁷² SILVA SOLAR, Julio. Revista *Chile-América*. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 13/09/2016.

¹⁷³ ARAUCARIA DE CHILE. Breves. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 31, 1985, p. 201.

expulsado del Partido Comunista. O sea, quiere decir que ha ido, vuelto, ido, vuelto. Un hombre muy libre, muy inteligente, muy inquieto. Fue embajador de Allende en Corea del Norte, imagine”.¹⁷⁴

Sua formação político-intelectual diferiu das dos demais membros de *Chile-América*, e sua vinculação partidária não seguiu itinerário tão comum a um militante e dirigente político, ao sair e retornar seguidamente a um partido. Pareceu sobressair em Fernando Murillo Viaña muito mais um espírito rebelde, não preso a formações político-partidárias mais convencionais, como no caso dos seus companheiros de *Chile-América*. Ainda mais intrigante foi sua trajetória política “errante” quando pensamos que ele pertenceu ao Partido Comunista, tradicionalmente zeloso quanto à formação mais uniforme, à fidelidade e à militância de seus quadros. Murillo Viaña não possuiu, portanto, uma trajetória ou carreira na política de forma, digamos, clássica e mais consolidada, identificando-se, antes, com sua formação jornalístico-investigativa e sua atuação engajada e combativa nos âmbitos políticos e culturais desde essa perspectiva profissional.

Vivendo entre a capital italiana e o sul da Itália,¹⁷⁵ Fernando Murillo Viaña foi o único funcionário pago pelos trabalhos realizados em *Chile-América*, exercendo as importantes funções de secretário e redator-chefe por 9 anos. Não foi um fundador, mas possivelmente esteve mais ativo na construção permanente da revista do que Bernardo Leighton e Esteban Tomic, ambos com forte incidência e prestígio políticos que projetavam o impresso para fora de sua redação, mas não tão atuantes nos trabalhos diários que de fato materializavam a revista.

Julio Silva Montes apontou Murillo Viaña como “muy buen amigo de mi papá [o diretor da revista Julio Silva Solar], que siempre estaba ahí”, reunidos na casa de Silva

¹⁷⁴ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista ao autor, concedida no dia 18 de outubro de 2018.

¹⁷⁵ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

Solar ou de Viera-Gallo, que eram, além do mais, todos eles, vizinhos em Roma. E completou dizendo que “Fernando Murillo fue un tipo muy activo en todo lo que tenga que ver de quién publicaba, los artículos a publicar, él estaba muy metido” nessa tarefa que exerceu enquanto secretário da revista, ou seja, ocupando função de centralidade para a existência ativa de *Chile-América*.¹⁷⁶

Fernando Murillo Viaña teve, por exemplo, papel fundamental em *Chile-América* para a consolidação de uma marca de sua linha editorial, que foi a de conseguir, a de compilar, eventualmente produzir e sistematicamente publicar, parcial ou integralmente, documentos de extrema relevância para o que se propôs a revista: o debate político e a circulação das denúncias sobre a violência da ditadura. Nesse sentido, como reiteradamente apontamos aqui, ganhou projeção a fecunda discussão dos programas e das posições táticas e estratégicas dos partidos da oposição à ditadura, com destaque para os da esquerda socialista e a DC, assim como circularam, por meio de suas páginas, diversos informes, relatórios e dados de comissões e organismos de direitos humanos do mundo todo a respeito da ruptura democrática no Chile, da violência institucionalizada e consumada de maneira trágica, do atropelo aos direitos básicos dos cidadãos e a conseguinte luta pela reconstrução do Estado Democrático de Direito no país.

Não por acaso, as marcas do projeto político-editorial da revista que analisamos passaram pela existência de um centro de documentação e estudo, denominado *Centro de Estudios y Documentación Chile-América*, com autorização do Tribunal de Roma para sua existência, de registro N. 15692 de novembro de 1974, outrora localizado na rua *Viale de Trastevere*, 221, no terceiro andar. O diretor responsável pelo centro foi o italiano Giovanni Spinelli, que cumpriu funções burocráticas e administrativas, relativas também à distribuição da revista, sem contribuições efetivas no sentido de realizar contatos com

¹⁷⁶ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

colaboradores, pensar a materialidade e conteúdo da revista, funções a cargo do *Comité Editor*. A ideia do centro foi a de realizar encontros entre os editores e os principais colaboradores do projeto da revista, adquirir documentação e informações diversas no exterior e no Chile e efetivar a materialização das ideias e dos documentos desse núcleo de resistência e oposição à ditadura em *Chile-América*, condição que demandava contatos e formação/fortalecimento de redes. A revista foi o “órgano central de difusión del Centro [...] del mismo nombre”, de modo a “unir la denuncia de la dictadura al análisis de toda la experiencia chilena como una manera de contribuir a encontrar los caminos de salida” ao regime “establecido por los militares”, assim exprimiram os próprios editores de *Chile-América*.¹⁷⁷

Havia, como expressou Julio Silva Montes, a preocupação dos editores da revista de veicular boa parte dos debates e ideias políticas da época e os materiais referentes aos partidos da esquerda chilena, produzidos por eles durante a militância no exílio. “Entonces viene todo un trabajo de recuperación de este material, digamos. Por eso, también, se transforma en un centro de documentación que permitía conservar las ideas políticas y las denuncias”, dando a conhecer o que se passava no país e fora dele para além das versões oficiais da ditadura.¹⁷⁸ Tudo isso tinha que ver, como desenvolvemos no Capítulo 3, sobre a noção da revista *Chile-América* não só como mediadora da circulação das denúncias e dos debates da oposição política ao regime, mas ela própria produtora de informação e organizadora de arquivos alternativos sobre a ditadura, seu aparato repressivo e as formas de se organizar politicamente a resistência a ela e abrir caminho para um processo democratizador.¹⁷⁹

¹⁷⁷ CHILE-AMÉRICA. Tres años de “Chile-América”. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 14.

¹⁷⁸ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

¹⁷⁹ Entraremos nessa perspectiva a partir da abordagem de CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

1.3 - Alinhamento político de *Chile-América*: fundação, circulação, redes e público leitor

A revista, reiteramos, originou-se da aproximação política entre quadros partidários de parte da esquerda e democrata-cristãos de centro-esquerda (ou de tendências progressistas) no combate à ditadura, expressa de maneira evidente em seu primeiro número. Nele, em virtude dos contatos estabelecidos no exílio, destacou-se a dimensão transnacional pretendida pelos editores, e, por conseguinte, exaltou-se o resultado exitoso que foi a própria publicação de *Chile-América*, aspectos divulgados nos textos fundacionais veiculados pelo impresso.

Logo na primeira página, foi publicada uma declaração assinada por Bernardo Leighton e Rafael Augustín Gumucio, este também oriundo da *Falange Nacional* e um dos fundadores da DC. Leighton, na definição de *Chile-América*, foi um democrata-cristão de “avanzadas ideas sociales”. Augustín Gumucio, assim como Julio Silva Solar e Jacques Chonchol, pertenceu à corrente mais progressista da DC que se desmembrou, formando o MAPU, em 1969. Em 1971, descontentes com a linha marxista-leninista adotada por esse partido, os três fundaram a Izquierda Cristiana, que pronto aderiu à coalizão em que consistiu a UP. A referida declaração assinada por Bernardo Leighton e Rafael Augustín Gumucio denominou-se *A los cristianos de avanzada de Chile y Latinoamérica*, e nela revelou-se a inquietude de ambos em levar adiante um pensamento a favor da convivência democrática, dos movimentos dos trabalhadores e das lutas anticapitalistas e anti-imperialistas do continente latino-americano. Os dois condenaram a ilegitimidade da Junta Militar instalada no Chile, “su orientación económica y social injusta y su actuación fascista y reaccionaria”. Trataram os acontecimentos políticos no Chile como um grave retrocesso, e destacaram como tarefa central “la necesidad de concertar, entre los grupos de inspiración cristiana y las formaciones políticas de otras

inspiraciones – incluida la marxista – fuertes coordinaciones humanistas y continentales, que aseguren a todos la plena expresión de sus energías creadoras”.¹⁸⁰ Evidenciou-se, nesse primeiro texto publicado na revista, a vinculação do impresso com valores humanistas e progressistas, orientação presente entre os editores de *Chile-América* e que chancelaria, em alguma medida, a acolhida e o pertencimento às redes transnacionais do mundo religioso cristão, por um lado, e por outro, àquelas mais vinculadas ao mundo político-partidário pela democratização no Chile, redes estas com algumas interfaces entre elas.

Após esse texto, foram publicados os propósitos de fundação de *Chile-América*, os pressupostos do projeto editorial em questão. De maneira central, a revista se apresentou como resultado da iniciativa de um grupo de políticos e intelectuais da DC e da UP que representavam interesses para além deles próprios, membros do corpo editorial, propondo agregar forças políticas em uma luta unitária pelo restabelecimento de práticas e instituições democráticas, contra a intervenção militar e a ditadura no Chile. A revista se prestou, então, a ser uma tribuna de forças democráticas e progressistas que se dispunham à “defensa de los derechos humanos, del nivel de vida de los trabajadores, de la independencia nacional y de las libertades públicas”. No texto de fundação, ainda se lê que “Chile-América quiere hacer llegar esta voz unitaria al mayor número de personas, dentro y fuera de Chile, a fin de que no se adormezca la conciencia democrática”.¹⁸¹

O texto fundacional foi denominado *Posición y propósitos*, e uma parte dele, contendo as ideias centrais, esteve presente em quase todas as edições a partir da de número 3, em geral entre as páginas 3 e 5 da revista, após o índice e as cartas enviadas à

¹⁸⁰ LEIGHTON, Bernardo; AUGUSTÍN GUMUCIO, Rafael. A los cristianos de avanzada de Chile y Latinoamerica. *Chile-América*, Roma, n. 1, 1974, p. 2-3.

¹⁸¹ EDITORIAL. Posición y propósitos. *Chile-América*, Roma, n. 1, 1974, p. 3-4.

redação, antecedendo os editoriais de cada edição. Vinha sempre abaixo dos nomes do *Comité Editor*, de maneira a lembrar a essência do projeto editorial que fundou *Chile-América*, conectando-se, a cada número, com os editoriais em questão e com todo o conjunto das publicações da revista. Não poderíamos, portanto, fazer outra coisa senão reproduzi-lo integralmente, não somente por objetivos deste trabalho, mas por uma questão de fidelidade com o valor que a própria revista imputou a seus propósitos de fundação, evidenciados em quase todas as edições através do fragmento que se segue:

Nos ha parecido indispensable canalizar la voz de cristianos que, militando en la Unidad Popular o fuera de ella, luchan contra la dictadura de la Junta Militar chilena. El Comité Editor de esta publicación está formado por personas que pertenecen a la Unidad Popular y personas que pertenecientes a la Democracia Cristiana condenaron desde el primer momento el golpe militar contra el Presidente Allende y el régimen de fuerza nacido de la intervención. Pero no queremos ser una voz excluyente sino unitaria. Nuestro esfuerzo se integra a la gran tarea común de rescatar a Chile de la dictadura y abrir el camino a una democracia más fuerte y renovada que devuelva a los chilenos la justicia, la dignidad y la libertad.¹⁸²

Mostrou-se claro, dessa maneira, o tom das publicações político-partidárias de oposição à ditadura que a revista proporcionaria em suas edições, atreladas a mensagens de resistência, direitos humanos, unidade política e renovação democrática, e muitos documentos de denúncia do que ocorria no Chile. Tais elementos gradativamente se reforçaram como os pilares programáticos da revista. Seus editores também explicitaram o público mais amplo que pretendiam contemplar: os chilenos em seu país e no exílio, bem como a comunidade internacional, sobretudo os meios políticos, culturais e as organizações de direitos humanos influentes, meios nos quais a revista pudesse se projetar de maneira vital e as suas ideias pudessem ecoar e ter resultados efetivos no que diz respeito à condenação ao autoritarismo e à atroz violência do Estado chileno.

¹⁸² CHILE-AMÉRICA. Posición y propósitos, ideas expresadas en el primer editorial. *Chile-América*, Roma, n. 3, 1974, p. 3.

A partir da edição 48-49, o *Comité Editor* passou a ser denominado *Consejo de Chile-América*, e seu texto programático sofreu alterações em sua redação, especificando propósitos, porém sem mudanças em sua linha político-editorial. Asseverou-se, de forma ainda mais detalhada, que a revista se construía impulsionada pelo objetivo de “enjuiciar el régimen impuesto por la dictadura, denunciar su atropello a los derechos humanos, y promover el análisis crítico de los hechos que condujeron a la actual situación”, o que de fato *Chile-América* perseguiu incansavelmente até seu último número, tal qual procuramos demonstrar ao longo da tese. Além do mais, aprofundando suas pautas de luta, *Chile-América* defendeu ser um espaço de “encuentro, estudio, confrontación de ideas”, aportando “al conocimiento de la nueva realidad y a la elaboración de políticas adecuadas para enfrentarla”. A bem dizer, resgatando o sentido de intervenção pública das revistas presente nas respectivas análises de Beatriz Sarlo e de Regina Crespo¹⁸³, destacamos, dentre os objetivos pontuados pelos editores de *Chile-América*, o que se afirmou da seguinte maneira:

Trabajamos por la convergencia de todas las fuerzas sociales, políticas, culturales, que luchan por rescatar a Chile de la dictadura y por abrir paso a un gran consenso democrático que, superando los errores del pasado, asegure el desarrollo de una creciente democratización de la sociedad, la economía, el Estado [...]. Nos esforzamos ante todo por explorar las condiciones que hagan realizable este consenso.¹⁸⁴

Os novos propósitos acrescidos estiveram relacionados com o desencadear da conjuntura chilena, em um processo de avanço da institucionalização da ditadura e reestruturação neoliberal, bem como com os esforços iniciais de reorganização da resistência e dos partidos de oposição, possibilitando à revista um distanciamento crítico/analítico desde o golpe, distintamente da *posición y propósitos* iniciais. Persistia,

¹⁸³ Ver a metodologia referente à análise das revistas culturais e políticas na Introdução.

¹⁸⁴ CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA. *Chile-América*, Roma, n. 48-49, 1978, p. 7.

em *Chile-América*, o apelo pela necessidade da composição de um campo democrático e unitário de luta. Porém, condicionada à dinâmica dos acontecimentos, avançava-se para uma noção de renovação política e convergência dos setores democráticos, socialistas e humanistas, movimento estimulado pelo campo político de base cristã-marxista, notadamente, o MAPU e a IC, que, posteriormente, ganhariam a adesão de setores renovadores do PS liderado por Carlos Altamirano.

Trata-se de um ponto de discussão fundamental para este trabalho que realizamos, explorado no segundo e último capítulos da tese. Antes, porém, por ocasião do cumprimento de meio ano de publicação da revista, um dos editoriais da dupla edição 6 e 7, de abril de 1975, denominado exatamente *Medio año de “Chile-América”*, veiculou informações centrais sobre o impresso. Dentre as quais, os editores reconheciam que os intentos para a concepção e produção da revista foram exitosos, o que passava pelas conexões iniciais travadas de modo a viabilizar sua existência, circulação e obter legitimidade pública. Os seguintes dizeres transpareciam isso: “Lo cierto es que nuestro ‘Centro de Estudios y Documentación Chile-América’ se puso en marcha, se han desarrollado numerosos intercambios y contatos en muchos países, y hemos entregado siete números de nuestras publicaciones”.¹⁸⁵

Reforçando seus propósitos e acrescentando dados de grande valor que diziam respeito a algo central, o nome do impresso, os editores explicitaram publicamente o sentido por trás de “Chile-América”.¹⁸⁶ Afirmou-se, então, que “nuestro nombre [...] sólo quiere significar que vinculamos profundamente la realidad de Chile a la latinoamericana, que lo que ocurre en Chile, así como en cualquier otro país latinoamericano, no puede ser

¹⁸⁵ EDITORIAL. Medio año de “Chile-América”. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 7.

¹⁸⁶ Do ponto de vista metodológico, o título de uma revista, bem como a observação de todas as partes que a compõem, estão detalhadamente analisados em GONZÁLEZ, Alexandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, p. 1-30, 2015.

entendido sino a la luz de los acontecimientos que se producen en el conjunto de ellos”. A sequência desses significativos dizeres apresentou-se igualmente relevante, uma tomada de posição de *Chile-América*, que procurou rever criticamente certa tradição do pensamento político e mesmo científico chileno de interpretar a história do país a partir de sua excepcionalidade, em especial quando comparada à história da formação dos Estados, golpes, rupturas institucionais e violência política da América Latina¹⁸⁷: “Hay, a lo largo de nuestra historia, cierta tendencia aislacionista que [...] busca hacer resaltar en forma desmesurada las peculiaridades del país: su civismo político, su tradición libertaria, su acervo científico. El 11 de septiembre de 1973 ha sido para los chilenos también una lección de realismo y humildad”.¹⁸⁸

Há aqui um evidente tom crítico por parte dos editores de *Chile-América* que, supostamente, não estariam de acordo com as versões que elevavam a história política chilena a patamares de civilidade e respeito às instituições políticas, desprezando os conflitos sociais latentes, as decisões de interesse comum pelas elites e os momentos de autoritarismo estatal e medidas de exceção. Todavia, ainda que somente aponte de maneira ácida para tal aspecto, sem desenvolvê-lo, o que de fato sobressaiu nessa

¹⁸⁷ Com olhar mais atento à formação do Estado chileno desde o século XIX e sua estruturação posterior, historiadores de tendência política conservadora, como Mário Góngora, Gabriel Cid e Lucrécia Enríquez, difundiram a concepção da excepcionalidade chilena diante das repúblicas vizinhas. Essa visão de certa *chilenidad* e da consolidação da ordem constitucional, afeita às elites políticas tradicionais e correspondente à construção do ser nacional e as disputas pela memória política, reforçou valores míticos fundacionais do país e que supostamente teriam atravessado sua história política, notadamente, a ideia da estabilidade das instituições chilenas e a convivência social interna pacificada, marcada por padrões de civilidade. Construía-se, então, essa imagem de forma a marcar distância com o estereótipo inverso relativo à desordem e às insurreições recorrentes na história política latino-americana. Um contraponto crítico a essa perspectiva historiográfica conservadora sobre a história política chilena pode ser observado em Gabriel Salazar, Julio Pinto Vallejos e Verónica Valdivia. Ver CID, Gabriel. *La guerra contra la confederación. Imaginario nacionalista y memoria colectiva en el siglo XIX chileno*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011; GÓNGORA, Mário. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 2010; ENRÍQUEZ, Lucrecia Raquel. De la monarquía a la república: Chile en América durante la primera mitad del siglo XIX. In: STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. *Estado y nación en Chile y Brasil en el siglo XIX*. Santiago: Ediciones UC, 2009, p. 59-85; PINTO VALLEJOS, Julio; VALDIVIA, Verónica. *Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)*. 2ª edición. Santiago: LOM Ediciones, 2014; SALAZAR, Gabriel; PINTO VALLEJOS, Julio. *História contemporânea de Chile*. Santiago: LOM Ediciones, 2012; SALAZAR, Gabriel. *Construcción de Estado en Chile (1800-1837)*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2011.

¹⁸⁸ EDITORIAL. Medio año de “Chile-América”. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 8.

referência foi a passagem sobre o golpe militar, cujas ações desencadeadas impuseram a tais teses nacionalistas - convenientemente negligentes quanto aos momentos de disputas, autoritarismo, desagregação e tensão social da história do país -, a lacerante quebra da institucionalidade democrática capaz de superar muitos acontecimentos políticos trágicos da história de seus países vizinhos. O golpe foi, então, desfecho brutal, evidência de que o Chile não se encontrava isolado dos fenômenos estruturais que interligavam a construção do mundo capitalista, as relações geopolíticas, o então contexto de Guerra Fria e das ditaduras militares no Cone Sul. O que sucedeu a isso demonstrou ser ainda mais revelador de como o país foi de fato o maior laboratório de combinação nunca experimentada na América Latina nos níveis apresentados, uma ditadura altamente repressiva junto a transformações econômicas neoliberais, componentes que incorporaram novos valores, proporcionando uma verdadeira batalha cultural e de narrativa com os até então potentes elementos das culturas socialista, comunista e humanista-cristã.

Em síntese, como bem argumentou o historiador Rolando Álvarez Vallejos, “el golpe de Estado de 11 de septiembre de 1973 en Chile destrozó fulminantemente una serie de mitologías de la historia política del país. Entre otras cosas, se puso fin a la supuesta tradición democrática del sistema político chileno y, junto a ello, estalló en mil pedazos el mito que decía que Chile contaba con unas fuerzas armadas respetuosas del orden constitucional y prescindentes de la política contingente”.¹⁸⁹

Reafirmando questões tangentes à editoria política da revista, o que movia seu projeto coletivo, os editores de *Chile-América*, como membros da DC, IC e MAPU, expuseram a inspiração e valores social-cristãos como fundamentos comuns de suas ações que, naquele momento, voltavam-se para a urgente “lucha contra la Junta Militar y el

¹⁸⁹ ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 9.

fascismo en nuestro país”, objetivo estratégico compartilhado por todos os partidos da oposição chilena à ditadura. Assim, não obstante a filiação política de cada um deles, o *Comité Editor* apresentou como um dos intentos preliminares de *Chile-América*, reforçados em edições posteriores, como vimos, “servir, además, como un lugar de encuentro, de análisis, al que puedan concurrir las diversas corrientes a fin de facilitar el diálogo, el conocimiento mutuo, y la búsqueda de todo aquello que permita sumar fuerzas”.¹⁹⁰ Tal objetivo, impresso na concepção da revista, permitiu que muitas vozes da política chilena, das Igrejas católica e protestantes, lideranças e representantes dos organismos de direitos humanos e testemunhos dos perseguidos pela repressão se expressassem consistentemente em suas páginas até o encerramento de suas publicações em outubro de 1983.

Ainda em relação ao editorial dedicado aos 6 meses de *Chile-América*, completados em fevereiro de 1975, mesmo que tenham sido comemorados os sete números da revista até aquele momento e os contatos e colaborações obtidos no exterior, sobretudo com “los amigos italianos”, como foi assim manifestado, obstáculos de ordem financeira foram indicados, sugerindo que as formas de financiamento de sua produção e distribuição não permitiam satisfazer-se plenamente nesse aspecto.

Podemos relacionar a menção feita aos italianos, no editorial, à acolhida e ao suporte material que os membros do núcleo central de *Chile-América* receberam no exílio. Em entrevista ao autor deste estudo, ao ser questionado sobre quais teriam sido as redes de solidariedade que eles tiveram em Roma, José Antonio Viera-Gallo afirmou que os exilados, em geral, não somente os membros de *Chile-América*, obtiveram apoio político fundamental de grande parte das forças de centro-esquerda da Europa, além dos organismos humanitários do mencionado “mundo social-cristão ocidental”, aqui referido

¹⁹⁰ EDITORIAL. Medio año de “Chile-América”. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 7-8.

como o ambiente transnacional de atuação e solidariedade emanadas de instituições ou formações de base religiosa.

O amparo político e solidário desde a Europa ocidental, com o protagonismo dos chilenos exilados, foi representado pela criação da *Oficina de Chile Democrático* ou simplesmente organização *Chile-Democrático*, que funcionava na capital italiana. Dirigida por Benjamín Teplizky, também dirigente do Partido Radical (PR), e Jorge Arrate, do Partido Socialista (PS), *Chile-Democrático* foi constituído por membros dos partidos políticos chilenos de centro e, principalmente, da esquerda que se reorganizaram no exílio, como o próprio PR, PS, PC e MAPU, e contava com aporte financeiro de governos da Europa ocidental, sobretudo os de viés social-democrata, propiciando assistência e coordenação para o exílio chileno.¹⁹¹

Os editores de *Chile-América* trabalharam muito próximos a *Chile-Democrático*, de onde receberam suporte material e político para a produção da revista. *Chile-Democrático* e *Chile-América* atuaram conjuntamente pelo retorno da democracia chilena e na denúncia à violação de direitos humanos no país. Muitos nomes que contribuíram com o trabalho de articulação e reorganização política dos exilados, militantes e dirigentes partidários em *Chile-Democrático*, tiveram textos publicados na revista chilena, com destaque para as lideranças dos partidos de esquerda e centro-esquerda (Benjamín Teplizky, Jorge Arrate, Luis Guastavino).

Benjamín Teplizky foi importante colaborador do *Comité Editor* de *Chile-América*, um dos maiores interlocutores dos editores da revista. Além dele, Fernando Bachelet, ex-embaixador; Carlos Vasallo, advogado e embaixador na Itália durante o governo de Salvador Allende, e Eugenio Llona, jornalista, gestor cultural e escritor, compuseram temporariamente o conselho editorial da revista. A foto abaixo, extraída do

¹⁹¹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luís. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 291.

livro de memórias de Anita Fresno sobre seu marido, Bernardo Leighton,¹⁹² revela-nos um momento de sociabilidade entre os integrantes e amigos de *Chile-América*. A descrição nos aponta nomes acima mencionados, próximos colaboradores da direção da revista:



Fonte: LEIGHTON, Anita Fresno de. *Recuerdos*. Afetos que agradecemos, hechos que perdonamos. Santiago: CESOC/Ediciones Chile y América, 1985, p. 122.

Temos, na imagem, um núcleo de sociabilidade intelectual e política que se organizou em torno à revista para denunciar a violência do Estado chileno e propiciar discussões de modo a pensar alternativas políticas democráticas, nas quais a linguagem dos direitos humanos e de uma incipiente renovação política e socialista se incorporava

¹⁹² LEIGHTON, Anita Fresno de. *Recuerdos*. Afectos que agradecemos, hechos que perdonamos. Santiago: CESOC/Ediciones Chile y América, 1985.

gradativamente ao repertório discursivo de parte da oposição à ditadura. O núcleo em questão, associado ao projeto *Chile-América*, foi composto por Bernardo Leighton, Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Esteban Tomic, Fernando Murillo Viaña, Benjamín Teplisky, Eugenio Llona, Carlos Vasallo, Fernando Bachelet. Porém, outros nomes, como o de Jacques Chonchol e de Vicente Sota, políticos que pertenceram à fundação da DC e depois migraram para o MAPU (no caso do primeiro, também para a IC), além de Carlos Altamirano, Jorge Arrate e Luis Guastavino, dirigentes do PS e do PC (sobre os quais abordaremos ao longo da tese), foram mencionados por Julio Silva Montes como presenças constantes nas reuniões políticas, viagens e nos momentos de sociabilidade e confraternização envolvendo os principais membros de *Chile-América*. Havia uma relação, dizia Silva Montes, “más que nada de apoyarse mutuamente”. Essa parecia a essência, ou seja, a existência de uma comunidade de exilados, em boa medida políticos e intelectuais de reconhecimento público e entre eles próprios, que, apesar de divergências e trajetórias distintas, sobressaía, como vítimas do golpe e da ditadura, o interesse em constantemente debater sobre o Chile, realizar autocrítica das experiências políticas e se engajar pela construção de uma democracia renovada. A esse respeito nos reforçou Julio Silva Montes, ao apontar que não somente interessava, ao núcleo mais próximo da revista, produzir *Chile-América*, materialização desses encontros e análises de conjuntura,

sino que íbamos de vacaciones a los veranos, toda la familia junta, había una cosa como de tribu, de hacer todo muy junto, muy apoyándose, entonces si alguien tenía un problema, todo el mundo lo iba a apoyar. Me acuerdo que en mi casa se hacían navidades, y en la navidad venían todos los chilenos en nuestro departamento o nosotros todos los chilenos íbamos a el departamento de alguien y allí con todos hijos, nietos, con todo mundo allí porque pasábamos todos juntos, todavía. Celebrábamos el 18 de septiembre, que es la fiesta de la independencia, celebrábamos otras festividades, los cumpleaños, entonces, había una cosa como que integrada de protegerse mutuamente, de ser un grupo cerrado. Que yo sepa la relación era buena en esta época.¹⁹³

¹⁹³ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

Quando da morte de Gloria Montes, esposa de Julio Silva Solar e mãe de Julio Silva Montes, Fernando Murillo Viaña redigiu na revista texto em sua homenagem, revelador da amizade entre os membros-editores de *Chile-América* e os colaboradores mais presentes a esse núcleo de nuances relacionais familiares. Ela faleceu no dia 22 de novembro de 1982, em decorrência de um câncer. “Para nosotros, los de ‘Chile-América’, la muerte de Gloria es como la muerte de una hermana. Fué nuestra animadora y una colaboradora incansable, aún en los días en que ya comenzaba a hacer estragos su terrible mal. [...] Prestaba ayuda administrativa en ‘Chile-América’”. Completou Murillo Viaña: “como en Roma, también, había exiliados pobres, separaba ropas para ellos y sus hijos. [...] Gloria Montes se transformó en un ‘ángel del exilio’, todos la querían”.¹⁹⁴ Assim sendo, podemos pensar a revista como resultado de uma rede de relações políticas e de amizade, constituída por uma parcela central da oposição política que, cerca de uma década depois, atuaria, em maior ou menor medida, na formação da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Os recursos financeiros angariados pela revista nos mostram elementos que também podem ser pensados como constitutivos dessa rede ou das redes do exílio chileno, ou seja, o apoio material concedido pressupõe uma forma de atuação conjunta pela causa da resistência política. Sobre *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo referiu-se ao financiamento da revista pela DC italiana e mais uma manifestação concreta de apoio de outra organização católica progressista, além de aspectos do funcionamento inicial do impresso:

Tuvimos un apoyo económico, pero muy inicial y bien restringido, fueron 500 dólares, de una parte de la Democracia Cristiana. Que además la Democracia Cristiana italiana estaba dividida en muchas corrientes, o sea, bueno [...]. Y

¹⁹⁴ VIAÑA, Fernando Murillo. La última carta de Gloria Montes. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 6.

también teníamos apoyo de *La Acción Católica de los Trabajadores Italianos* (LACI). Ellos nos dieron una oficina un tiempo, una pequeña oficina donde nosotros trabajábamos.¹⁹⁵

Viera-Gallo ainda revelou que os fundos destinados à revista, suporte material advindo do mundo católico e cristão em vários níveis, organizações e instituições, eram angariados da Igreja ou dos movimentos humanitários ecumênicos em diferentes partes da Europa, principalmente. Como havíamos antecipado, ele mencionou o *Consejo Mundial de Iglesias* como um dos principais doadores de recursos para *Chile-América*; também o *Comité Católico contra la Hambre y por el Desarrollo* (CCFD-Terre Solidaire), francês, localizado em Paris; apoio e fundos foram obtidos na Holanda, através da *Acción de los obispos holandeses para la Cuaresma* e, ainda, existiu outra forma de financiamento religioso que se originava de parte do fundo das ordens religiosas holandesas.¹⁹⁶

Os recursos não eram oriundos somente de instituições, organizações e movimentos do mundo católico voltados para ajuda humanitária e social, mas também das Igrejas cristãs regionais, como afirmou Viera-Gallo: “después también nos dio *Pan para el Mundo*, de la Alemania”, que se trata de projeto voltado para iniciativas que priorizam a superação da pobreza e das injustiças sociais, abarcando medidas

¹⁹⁵ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

¹⁹⁶ Relevante observar que a Holanda foi reduto expressivo das ideias progressistas no interior das Igrejas cristãs, incluindo fortemente o catolicismo a partir, principalmente, de grupos sacerdotais e paróquias. As ideias transformadoras que dali emanavam voltavam-se para questões como o fim do celibato, maior aproximação entre católicos e protestantes, maior liberdade nas ações sacerdotais, nas práticas litúrgicas e forte trabalho crítico junto a comunidades de base. Consistiram tendências não hegemônicas em seu interior que se desenvolveram desde, ao menos, o fim da Segunda Guerra Mundial, indo além das orientações de tendências humanistas e sociais da cúpula eclesial do Concílio Vaticano II (1962-1965), visto que mexiam na própria estrutura da Igreja Católica. Mesmo em conflito com esses setores nacionais mais rebeldes e “revolucionários” - alguns grupos paroquiais e comunidades de base explicitamente marxistas -, o episcopado holandês tinha notável inclinação social e progressista, algo constitutivo da própria sociedade do país europeu, acentuada ainda mais após o Concílio Vaticano II. Bispos holandeses atuaram frequentemente em ações de solidariedade internacional por causas sociais e pelos direitos humanos, o que nos faz compreender sua inserção nas redes de solidariedade à resistência chilena e à *Chile-América*, especialmente. Sobre o catolicismo na Holanda, as tentativas de renovação e conflitos internos, ver WINKELER, Lodewijk. Más allá del concilio. El catolicismo holandés, un laboratorio de renovación eclesial (1960-1975). *Anuario de historia de la Iglesia*, v. 27, p. 45-64, 2018.

direcionadas ao fortalecimento da democracia e respeito aos direitos humanos em escala mundial.¹⁹⁷ Segundo Nancy Nicholls, *Pan para el Mundo*, assim como o *Consejo Mundial de Iglesias*, foi das mais importantes organizações humanitárias que apoiaram financeiramente demais organismos regionais e transnacionais de direitos humanos. Além de recursos a *Chile-América*, *Pan para el Mundo*, no Chile, estabeleceu parceria com a *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* (FASIC) e encaminhou recursos para a *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CCDH), criada em 1978, e para *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), fundado em agosto de 1977, instituição ecumênica de direitos humanos sediada em várias cidades do país.¹⁹⁸ Muitas dessas organizações cristãs foram, por vezes, acompanhadas de perto, em suas ações sociais, pelos partidos políticos, notadamente, a DC, o MAPU e a IC. Entrecruzaram-se, dessa maneira, os mesmos partidos que foram base da formação e atuação política dos membros de *Chile-América*, partidos que também tiveram influência e presença, por meio de seus quadros, em grande medida personagens de formação jurídica, na CCDH e no *Comité de Cooperación para la Paz* (COPACHI), antecessor da *Vicaría*.¹⁹⁹

Reforçamos que tais informações nos deixam entrever as redes transnacionais de apoio aos exilados e à revista, redes que, nesse caso, surgiam dos trabalhos humanitários e de assistência social organizado pelas Igrejas cristãs, sobretudo, mas não apenas. Como afirmou, de forma central, Omar Luis Sagredo Mazuela, “en la práctica, surgió una

¹⁹⁷ Quiénes somos. Pan para el mundo. Disponível em: <https://www.brot-fuer-die-welt.de/es/pan-para-el-mundo/>. Acesso em: 22/08/2019.

¹⁹⁸ NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan-abr. 2019, p. 52. Sobre FASIC, SERPAJ, *Vicaría de la Solidaridad*, CCDH e demais organizações do movimento de direitos humanos no Chile, ver ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

¹⁹⁹ CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exílios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 196; ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

asociación entre el cristianismo progresista, que inspiraba a los sectores religiosos involucrados, y el activismo por los derechos humanos de algunas agencias internacionales”,²⁰⁰ o que passou por vinculações também com formações políticas nacionais e estrangeiras, notadamente de origem partidária ou sindical. Ainda segundo Sagredo Mazuela, de modo a robustecer nosso argumento sobre a participação de *Chile-América* nessa configuração de relações político-cristãs, “esta articulación adoptó la forma de redes transnacionales, las que, basadas sobre el sustento de actores internacionales cristianos, movilizaron recursos y sensibilizaron a la comunidad internacional acerca del caso chileno”.²⁰¹

A base cristã-progressista da revista, “donde había cristianos que eran de la Democracia Cristiana y cristianos que eran de la Unidad Popular”, sua criação e sede na Itália, seu sentido essencial voltado para a denúncia da repressão e das graves violações dos direitos humanos no Chile, assim como o esforço de estampar em suas páginas perspectivas políticas de retorno à democracia, angariaram importante e ampla solidariedade internacional em vários níveis, desde a contribuição material até o intercâmbio de ideias e experiências políticas. Ao ser indagado a respeito da razão da assistência das Igrejas, especialmente pelos setores cristãos (católico-protestante) e progressistas, ao projeto de *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo respondeu que, dentro do exílio chileno, para tais organizações, a revista pareceu atuar em um campo próximo a elas, condizente com a luta por justiça social, democracia e a defesa dos direitos humanos.²⁰² Nesse sentido, devemos ter em vista o direcionamento social e humanista

²⁰⁰ SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. Redes transnacionales de defensa de los derechos humanos durante la primera fase de la dictadura chilena (1973-1976): formación y estrategias. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 4, n. 7, marzo 2017, p. 37.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018. Ver Anexo I. Sobre a presença de *Chile-América* em redes que a conectavam com o Chile e o mundo transnacional, a respeito das quais ainda continuaremos a analisar ao longo de toda tese, ver a imagem da página 246.

tomado pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, ou mesmo a aceção missionária mais ampla dos cristãos pelos oprimidos, reivindicada por segmentos religiosos protestantes na resistência às ditaduras, especialmente a do Chile.

Mesmo não informando ao certo a quantia advinda de cada instituição doadora de recursos a *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo revelou que ele foi o principal responsável por buscar formas de financiamento para o projeto político-editorial, viajando todos os anos para várias partes da Europa. Apesar do esforço e do importante aporte de recursos, ele explicou não ter sido fácil conseguir fundos para a revista, que não sabia ao certo um indicativo médio da quantia arrecadada, que seria algo em torno de 30 a 40 mil dólares por ano, tendo que cobrir despesas com a impressão, distribuição (correios), todos os gastos com a oficina e o salário de 1500 dólares a Fernando Murillo Viaña, único membro da revista que recebia por seu trabalho, como informamos. Por um curto tempo, também Eugenio Llona foi pago pelos trabalhos como jornalista na revista, exercendo função similar à de Murillo Viaña.

Os recursos advindos das assinaturas, espalhadas por muitos países, não foram especificadas dentro do montante apresentado por Viera-Gallo. Apenas foi dito por ele que a revista não possuiu um número tão elevado de assinantes, visto que muitos dos seus leitores não podiam pagar ou tinham acesso a ela sem ter de adquiri-la mediante o procedimento de *suscripciones*. Dessa maneira, campanhas foram realizadas por *Chile-América*, publicadas geralmente ao final de algumas edições, de modo a obter o número de 1.000 assinantes, revelando a necessidade de ampliar os leitores que pagassem para recebê-la regularmente e viabilizassem, por conseguinte, receita com a qual se sabia poder contar para a manutenção da revista:

Mantener en actividad el Centro y continuar la publicación ha sido una tarea de grandes sacrificios y esfuerzos. Sin embargo, los problemas económicos que encontramos son serios debido a que hasta hoy no tenemos una base de

financiamiento estable. Tenemos que agradecer importantes donaciones recibidas de distintos sectores. Pero las perspectivas para 1977 son muy difíciles. Por este motivo, hemos tomado la decisión de poner un gran empeño para que, por lo menos una buena parte del costo de nuestra publicación se autofinancie. El único camino es el aumento de las suscripciones. Con esta idea formulamos un llamado urgente a los lectores. Les pedimos que nos ayuden en la tarea de reunir 1.000 suscripciones. [...] Invitamos a todos nuestros lectores a participar en la campaña.²⁰³

Como sabemos, mesmo com dificuldades financeiras, *Chile-América* prosseguiu por mais 7 anos à data da edição 25-26-27, de 1976-1977, a que publicou a campanha acima pela aquisição de assinantes, o que sugere que tais apelos por assinaturas surtiram algum efeito positivo e que as doações de recursos se mantiveram em alguma medida. Dessa edição em diante, percebemos uma redução gradativa no número médio de páginas, de cerca de 200 para um pouco mais de 100, um indicativo considerável da carência de recursos, embora não tenham havido alterações substanciais na estrutura física da revista ou mesmo na regularidade de sua publicação.

Em sua edição de número 3 (novembro e dezembro de 1974), os valores da assinatura foram referidos da seguinte maneira: 10 dólares por três meses de assinatura e 15 dólares por seis meses. Na edição 14-15 (janeiro e fevereiro de 1976), uma seção à parte foi dedicada a informar os leitores sobre assinaturas e formas de pagamento. Assim, foi dito pelo *Departamento de Suscripciones* que, a partir de 1976, *Chile-América* receberia assinaturas por 12 números no valor de 24 dólares, pagos mediante cheque, qualquer moeda convertida a liras italianas ou por transferência ao banco de Roma. O representante da revista na Itália foi o já mencionado Giovanni Spinelli. O curioso é que também na Alemanha Ocidental havia uma representação exclusiva, a cargo de Klaus Dieter Vervuert, editor, livreiro e tido como “embaixador” da cultura ibero-americana na Alemanha, quem, portanto, estaria facultado a receber diretamente o pagamento pelas

²⁰³ CHILE-AMÉRICA. Continuamos la campaña para comprometer 1.000 suscripciones. *Chile-América*, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 248.

vendas e assinaturas da revista em marcos alemães.²⁰⁴ Isso evidencia a parceria estabelecida entre os editores de *Chile-América* e o editor alemão, reconhecido estudioso europeu da cultura hispânica, e a mediação cultural feita por ele junto ao público leitor na Europa germânica, em especial a Alemanha, um dos países europeus de importante circulação da revista, com destaque para a cidade de Frankfurt, como veremos em seguida.

A tiragem média de *Chile-América* não era tão elevada, entre 1000, 1200 a 1500 exemplares, segundo José Antonio Viera-Gallo, revelando limites do seu orçamento. Uma das estratégias editoriais concebidas para a revista, o que, em certa medida, teria diminuído as assinaturas, mas ampliado possivelmente seu potencial de circulação em ambientes intelectuais, políticos e com poder de influência na opinião pública internacional, correspondeu à sua distribuição em instituições, universidades e centros importantes da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina. Nesse sentido, nas palavras de Viera-Gallo - o que ajuda a compreender, por exemplo, a parceria com o editor Klaus Dieter Vervuert - :

nosotros mandábamos a universidades importantes de Estados Unidos etc., todas partes; Centros de Estudios de América Latina, mandábamos también; grupos organizados de chilenos, igual; después mandábamos a chilenos que hablaban por radio, por ejemplo, radio Moscú, radio Berlín Oriental hasta a Albania [...] mandábamos, donde hubiera un chileno o dos... imagina quien iba a oír esta radio, pero, bueno, daba lo mismo. La radio de Albania. Mandábamos a China, que sea, bueno... Entonces, al final, era como 1000/1500 [ejemplares], y mandábamos a Chile. La dejaban entrar, a veces la secuestraban, pero, podían llegar.²⁰⁵

²⁰⁴ CHILE-AMÉRICA. *Chile-América*, Roma, n. 3, 1975, p. 27; A NUESTROS LECTORES. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 4. Klaus Dieter Vervuert, aos 12 anos de idade, mudou-se com sua família para a Argentina, vivendo alguns anos em Buenos Aires antes de retornar à Alemanha e terminar seu bacharelado. Cursou estudos de Filologia Hispânica e Alemã em Frankfurt, fundando em seguida, em 1975, a editora *Vervuert*, dedicando-se, em seu trabalho como editor, dentre outras atividades, a importar livros da Espanha, Portugal e América Latina e vendê-los às bibliotecas universitárias alemãs, austríacas e suíças. Daí advém a parceria estabelecida entre ele e os editores de *Chile-América* para que a revista fosse difundida no país europeu. KABATEK, Johannes. Klaus Dieter Vervuert (1945-2017). *Revista Internacional De Lingüística Iberoamericana*, v. 15, n. 1 (29), p. 5-7, 2017.

²⁰⁵ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

Esta informação de Viera-Gallo nos possibilita ter alguma dimensão não somente da circulação de *Chile-América*, das estratégias de divulgação do impresso, mas também da sua aproximação e parceria com outros centros de cultura e política situados em distintos países, instituições em grande medida envolvidas com a solidariedade com os exilados chilenos e com o trabalho de resistência à ditadura.

1.3.1 – Conexão, recepção e intercâmbios: a denúncia e a resistência política por meio das cartas

Na revista, a seção *Nos escriben y opinan*, que publicava as cartas²⁰⁶ enviadas à *Chile-América*, passou a divulgar, a partir da edição de número 4, em meio às mensagens pessoais ou institucionais, uma parte que foi chamada *Correo Solidario*. Nela, como o próprio nome sugeria, podemos constatar uma lista de instituições internacionais, ou que atuavam em uma dimensão política transnacional, que enviavam não somente cartas em apoio à revista, como também, em muitos casos, documentos e notícias que se somavam ao conjunto de informações adquiridas, produzidas e divulgadas em suas páginas.

Dentre tais organizações, foram, por exemplo, mencionados na referida edição: *Harvard College Library*, nos Estados Unidos; *Biblioteca El Colegio de México*; CEM-CECADE, *Colegio Vasco de Quiroga*, na Espanha; *Commission Internacional de Juristes*, em Genebra, na Suíça; *Ligue Belge por la Defense des Droits de l'Homme*; *Comisión Investigadora de los Crímenes de la Junta Militar en Chile*, sediada em Helsinque, na Finlândia; *Committee for Solidarity with de Chilean People*, localizado em

²⁰⁶ Nora Esperanza Bouvet afirmou serem as cartas uma prática destinada à informação e ao intercâmbio de ideias, percepções e sentimentos, pertencentes ao campo dos discursos sociais, um fato da vida social cuja finalidade dominante é a comunicação emergente. Elas são a materialização, segundo a autora, de um movimento da escritura, uma conversação por escrito que, em seu caráter de experiência “ordinária”, cotidiana e prática, cumprem um papel importante na construção de âmbitos afetivos, políticos, intelectuais e artísticos. BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura episcolar*. Buenos Aires: Eudeba, 2006, p. 11-30.

Sidney, Austrália; *Centre Ecumenique de Liasons Internacionales*, em Paris; *Centro Ecclesiale Italiano per l'América Latina* (CEIAL); e, também na Itália, em Roma, o mencionado centro *Chile-Democrático*.²⁰⁷

No número seguinte de *Chile-América*, observamos a menção feita referente ao envio de correspondência e de materiais à revista por parte da *Izquierda Cristiana* chilena desde Roma; na capital italiana, ainda, do movimento *Cristianos por el Socialismo*; da *Central Única de los Trabajadores* (CUT), através de seu Comitê Exterior, em Paris; também, na capital da França, tanto do *Correo de la Resistencia*, pertencente ao MIR, como por parte do *Centre France Amérique Latine*; da *Casa de Chile*, no México; da revista *Tricontinental*, de Havana; da *Pontificia Universidad Católica del Peru*, em Lima; da *Universidad Central da Venezuela*, em Caracas.

Na dupla edição de número 6-7, de 1975, novas instituições foram mencionadas pela revista como parceiras na articulação solidária contra a ditadura chilena. Foram elas, em grande medida, meios de comunicação, formações político-partidárias, universidades e organismos de direitos humanos, tais como a *Unión Mundial Demócrata Cristiana* (UMDC), com sede na Itália, e seu boletim periódico; *El Partido Socialista de Chile Informa*, boletim do PS produzido desde o exílio na Alemanha Oriental; *Boletín Informativo del Partido Radical de Chile*, desde Roma; *Resistance*, órgão do *Buró de Informaciones de los exiliados* na Argélia; *Tribunal Russel* de Bruxelas, na Bélgica; *National Coordinating Center in Solidarity with Chile*, nos Estados Unidos; Biblioteca da Universidade do Texas; Biblioteca da Universidade de Princeton, em Nova Jérsei; e, também, outro meio acadêmico dos Estados Unidos, o centro *Latin American Studies*, da Universidade de Pittsburgh; além do *Centro de Estudios y Publicaciones del Perú* e a revista *Nuevo Mundo*, da Argentina.²⁰⁸

²⁰⁷ NOS ESCRIBEN Y OPINAN. Correo Solidario. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 3.

²⁰⁸ NOS ESCRIBEN Y OPINAN. Correo Solidario. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 3.

Na edição 10-11, o *Correo Solidario* foi nomeado *Correo de "Chile-América"*, com toda a página listando mais locais de circulação e recepção da revista através das cartas recebidas, indicando os distintos veículos impressos de comunicação, partidos e instituições políticas de muitos países, vários deles organizados pelos próprios exilados chilenos. Ao escreverem para *Chile-América*, as comunidades do exílio e da resistência, todas as manifestações de apoio internacional, demonstravam a existência de redes culturais, políticas e humanitárias de solidariedade à revista e com a causa do Chile. Citamos outras instituições importantes, como a *Escuela de Ciencia Política* da Guatemala; *Boletín de Información*, do *Comité Chileno de Solidaridad con la Resistencia Antifascista*, La Habana, Cuba; *Centro de Información Latinoamérica*, em Paris; *Université Paris III – UER d’Economie Politique*, Paris; *Chile Antifascista*, de Berlim; *Chile Committee for Human Rights*, Londres; *Ottawa Chilean Association*, Canadá.²⁰⁹

Como se nota, muitos contatos institucionais eram estabelecidos com organizações que se formavam (boa parte delas) e atuavam na esfera do crescente movimento transnacional de direitos humanos, vinculadas a instituições diversas de países de praticamente todos os continentes, como as de ensino superior, as das Igrejas e as da sociedade civil em geral, em especial, nesse caso, os partidos políticos. Percebemos contatos difusos para além do mundo religioso, este que, como havíamos apresentado, conferiu respaldo simbólico e material fundamental para projetar *Chile-América*. Os demais contatos, com as instituições da esfera civil internacional, foram feitos de maneira a ampliar as redes de solidariedade e informação que pudessem respaldar e, ao mesmo tempo, ecoar com maior vigor as denúncias de violações de direitos humanos pela ditadura chilena. As correspondências e os contatos mencionados são um dos elementos na revista que nos permitiram refletir sobre as amplas redes transnacionais de

²⁰⁹ NOS ESCRIBEN Y OPINAN. Correo de "Chile-América". *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 6.

solidariedade, direitos humanos e resistência política à ditadura, em prol da causa chilena, redes constituídas pela decisiva atuação dos exilados.

De acordo com Julio Silva Solar, *Chile-América* circulou em 66 países,²¹⁰ atingindo, portanto, um potencial de circulação significativo, sobretudo se pensarmos que suas edições foram publicadas no idioma espanhol, inglês e italiano, o que certamente ampliou seu público leitor. Ao completar três anos, a revista especificou que, naquele momento, a edição em espanhol chegava a 52 países dos cinco continentes, e que se editava, além de versão em italiano para o público local, uma seleção de matérias em francês, desde Paris.²¹¹

Para citar alguns países, pudemos constatar cartas de leitores vindas da Itália, várias cidades do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador, México, Cuba, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Estados Unidos, Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Inglaterra, Escócia, Alemanha, França, Bélgica, Áustria, Holanda, Suíça, Portugal, Espanha, URSS, Iugoslávia, Argélia, Israel e Austrália. De cidades importantes se identificavam muitos remetentes das cartas, como Buenos Aires, Brasília, Lima, Potosí, Caracas, Bogotá, Quito, Montevideu, Cidade do México, Havana, San José, Nova Iorque, Washington, San Francisco, Ottawa, Roma, Milão, Paris, Londres, Amsterdã, Genebra, Berlim, Frankfurt, Lisboa, Moscou, Glasgow, Oslo, Helsinki, Estocolmo, Praga, Belgrado, Argel, Sydney.

Certamente as cidades chilenas foram as que mais apareceram como origem das cartas destinadas à redação, dando mostras do intenso contato estabelecido com o país: Santiago (inúmeras ocasiões, presente desde a segunda edição da revista, quando se iniciou a publicação da seção, até a última), Valparaíso, Viña del Mar, Temuco,

²¹⁰ SILVA SOLAR, Julio. Revista *Chile-América*. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.

²¹¹ CHILE-AMÉRICA. Tres años de “Chile-América”. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 14.

Concepción, Antofagasta, para citarmos centros mais expressivos. Abaixo, um quadro quantitativo que especifica a origem das cartas dos leitores, consultadas, praticamente, em sua totalidade (optamos por listar todas aquelas que figuraram ao menos duas vezes na revista, por ser muito grande o número de cidades mencionadas):

Origem e quantidade das cartas enviadas à redação de *Chile-América* e publicadas entre 1974 e 1983

Santiago	130
Caracas	25
Roma	24
Paris	20
Valparaíso, Chile	17
Viña del Mar, Chile	13
Londres	13
Washington	13
Nova Iorque	11
Concepción, Chile	9
Madri	8
Bonn, Alemanha Oriental	7
Berlim	6
Bruxelas	6
Milão	6
Cidade do México	6
Lima	5
San José, Costa Rica	5
Oslo	4
Quito	3
Buenos Aires	3
Frankfurt, Alemanha Oriental	3
Sydney	3
Antofagasta, Chile	2
Temuco, Chile	2
Curicó, Chile	2
Punta Arenas, Chile	2
Medellín	2
Maracaibo, Venezuela	2
Bremen, Alemanha Oriental	2
Barcelona	2
Estocolmo	2
Belgrado, ex-Iugoslávia	2
Bologna, Itália	2
Torino, Itália	2

Fonte: Quadro estatístico produzido pelo autor da tese a partir da consulta a quase todas as edições da revista (não tivemos acesso apenas às cartas dos leitores da edição de n. 8-9 e n. 12-13)²¹²

²¹² Procedimento metodológico similar foi realizado por MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo; GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. Chile-América, 1974-1983: una revista del exilio chileno. *Estudios*, n. 39, enero-junio 2018, p. 63-64.

Na edição 31-32 de maio-junho de 1977, em mais uma campanha por assinaturas direcionada aos leitores, *Chile-América* informou não apenas os valores, reiterando o pacote de 12 números (não edições) por 24 dólares, como também atualizou a porcentagem de assinantes existentes em cada país. Para além do Chile, principal país interlocutor da revista, como demonstrado no quadro acima, mesmo diante das circunstâncias autoritárias, a Venezuela apareceu como destino consolidado, detendo 20% do total de assinaturas, seguido da França, 16%, e dos Estados Unidos, 14%, também com estimativas significativas. Em seguida estavam a Alemanha Oriental, com 7%; a Inglaterra, 5%; Canadá, Costa Rica e Espanha, com 4%; Suíça, 3% e Suécia, 2%. Os outros 22% se distribuía entre países de todos os continentes.²¹³

De fato, a Venezuela, onde se encontrava Esteban Tomic, foi um importante lugar do exílio chileno, com forte tradição democrata-cristã, vide o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), e social-democrata, da *Acción Democrática* (AD), vinculados, respectivamente, à Internacional Democrata-Cristã e à Internacional Socialista, o que ajuda a explicar a forte inserção de *Chile-América* nesse ambiente político. Tratava-se de um contexto no qual a ação solidária partiu dessas formações políticas análogas às de muitos militantes e dirigentes chilenos exilados, somando-se a demais forças democráticas, de esquerda e sindicais venezuelanas.²¹⁴

Por outro lado, observando a presença de *Chile-América* nos países europeus, surpreende o fato da Itália não ter aparecido na estimativa de assinantes apresentada pela revista, mesmo Roma tendo sido a principal cidade europeia de origem das cartas publicadas (como apontamos no quadro acima), a terceira no total, atrás apenas de

²¹³ CHILE-AMÉRICA. A nuestros lectores. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 6.

²¹⁴ AYALA, Mario; ROJAS MIRA, Claudia. La recepción de los golpes de Estado de Chile y Argentina en Venezuela: prensa, actores políticos y gobiernos (1973-1976). *Izquierdas*, 33, mayo 2017, p. 9-10. Os dois autores lembram que foi na Venezuela onde se formou, entre os 1970 e 1973, coalização de esquerda influenciada pela UP, a *Frente Nacionalista Popular* (FNP), constituída por socialistas, comunistas e pela *Unión Republicana Democrática* (URD).

Santiago e Caracas, além de figurarem centros como Milão, Bologna e Torino, computando mais correspondências originárias do país. *Chile-América* ainda lamentou não estar mais presente em países como México, Colômbia e Brasil, mesmo os dois primeiros portando alguma representatividade a partir das correspondências veiculadas em suas páginas. Não foi especificada a porcentagem de assinantes do Brasil ou o envio da revista a alguma instituição do país, que, assim, figurou representado por uma única correspondência publicada, cuja procedência foi Brasília, sem revelar o remetente.

A divulgação das cartas omitia os nomes dos que as enviavam de maneira a preservar a segurança deles (apenas nas edições de número 2 e 3 apareceram identificados, depois passou-se a informar somente a cidade de origem), salvo quando eles próprios pediam para ser identificados ou quando eram correspondentes de significativo peso político e/ou intelectual. Assim ocorreu, por exemplo, com o renomado escritor argentino Julio Cortázar, que retribuiu com cortesia à chegada frequente da revista a ele: “Quiero agradecerles el envío regular de ‘Chile-América’, que leo con un gran interés y que creo de una enorme utilidad para la causa del pueblo de Chile”.²¹⁵ Na mesma edição, escreveu Clotario Blest, histórico dirigente sindical chileno, um dos fundadores da CUT e referência na luta pelos direitos humanos desde o Chile²¹⁶, também revelando o envio da revista a ele: “He tenido la satisfacción de recibir la revista ‘Chile-América’. Agradezco esa gentileza para con nosotros. Su estudio y difusión será un gran aliciente en la lucha en que estamos empeñados”.²¹⁷ Ambos, Cortázar e Clotario Blest,

²¹⁵ CORTÁZAR, Julio. Carta de Cortázar. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 2.

²¹⁶ Inspirado no pensamento social cristão, o dirigente sindical Clotario Blest (1899-1990) dedicou sua militância aos trabalhadores chilenos e, durante a ditadura, à causa pelos direitos humanos. A *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos*, a qual ajudou a criar, teve sua sede vigente por alguns anos na casa dele. Ver Clotario Blest Riffo (1899-1990). Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-572.html>. Acesso em: 03/02/2022.

²¹⁷ BLEST, Clotario. Clotario Blest nos estimula. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 2.

denotaram solidariedade com a revista e o interesse de engajamento conjunto nas mesmas causas políticas pelos direitos humanos e a reconstrução da democracia.

O envio da revista a personalidades como Clotario Blest e Julio Cortázar nos foi revelador dos laços amplos que *Chile-América* buscou consolidar no exílio e dentro do Chile, o que certamente incluía, em especial, conexões com instituições criadas para atuar na luta pela democracia e direitos humanos ou mesmo com centros acadêmicos de estudos latino-americanos. Tratou-se de uma estratégia da revista, como havia informado José Antonio Viera-Gallo e destacado aqui por nós. Na mesma edição ora referida (n. 54-55, junho-julho de 1979), ainda constatamos a publicação de carta do *Chile Solidarity Committee*, em Sydney, felicitando a revista; do *Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), reiterando o desejo de seguir a colaboração e a manutenção do intercâmbio com *Chile-América*, nos marcos das preocupações políticas comuns; e, no mesmo tom, o *Latin American Bureau*, em Londres, que se remeteu à revista revelando intercâmbios existentes entre seus centros de documentação: “Les hemos estado enviando nuestros materiales. Mirando hacia adelante esperamos continuar recibiendo ‘Chile-América’”.²¹⁸ Do Panamá escreveu Andrés Campos, documentarista, da Revista *Diálogo Social*, sugerindo contatos entre as duas publicações e a utilização das informações a partir dos documentos publicados por *Chile-América*, solicitando ainda trocas de experiências em relação aos centros de documentação de cada projeto editorial.

Em perspectiva semelhante, visando a consolidação da parceria, o *Chile Committee for Human Rights*, em Washington, com fundação recente, propôs à *Chile-América* a troca de informações e documentação no que dizia respeito às denúncias contra a ditadura: “testimonio u outros documentos relacionados a derechos humanos serían de

²¹⁸ LATIN AMERICAN BUREAU. De Londres. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 3.

mucha utilidad. [...] Por ahora un saludo solidario”.²¹⁹ Foi também na capital dos Estados Unidos onde antes ocorreu a fundação do *Washington Office on Latin America* (WOLA), que se converteu, como afirmou María Soledad Catoggio, em uma das principais organizações interlocutoras para denunciar os crimes das ditaduras latino-americanas ao Departamento de Estado e ao Congresso norte-americanos.²²⁰ Fundado em 1974, em razão do golpe de Estado no Chile, por Joseph Eldridge e Joyce Hill, do Conselho de Igrejas dos EUA, e Thomas Quigley, da Conferencia Católica do mesmo país, WOLA se tornou expressão internacional do mundo religioso na luta pelos direitos humanos na América Latina, estruturando-se por meio de integrantes não apenas religiosos, mas também advogados, artistas, lideranças empresariais e políticas.²²¹ Foi mais uma coletividade influente a conectar-se em redes de denúncia compostas por exilados e pelo *Chile Committe for Human Rights*, por exemplo, com os quais *Chile-América* manteve interlocução. WOLA felicitou o trabalho de informação e denúncia exercido pela revista chilena de exílio, como se lê em suas páginas na edição 54-55, de 1979.²²² Vejamos, ainda, no âmbito das redes de contato firmadas com instituições e organismos norte-americanos, que em outra edição, a de número 66-67, de 1980, publicou-se em *Chile-América* correspondência assinada por Frederick Fisher, do *Center for Latin American Development* da Universidade de Boston, solicitando aos editores da revista o envio de mais exemplares, dada a repercussão de suas matérias entre o público leitor universitário norte-americano.²²³

²¹⁹ CHILE COMMITTEE FOR HUMAN RIGHTS. Nuevo Comité. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 7.

²²⁰ CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 206.

²²¹ Our History. WOLA. Advocacy for Human Rights in the Americas. Disponível em: <https://www.wola.org/history-of-wola/>. Consultado em: 05/04/2021.

²²² WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICAN. De Roma; De Washington. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 3.

²²³ FISHER, Frederick. De la Universidad de Boston. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 2.

Nota-se, a partir desses casos e de tantos outros contatos estabelecidos com instituições políticas e de direitos humanos espalhados pelo mundo, que *Chile-América* foi vista como referência na construção de um projeto político-editorial em que se efetivou a linguagem dos direitos humanos, proporcionando a circulação da mensagem de resistência à ditadura de Pinochet, seja através da denúncia ou pelo prolífico debate político pela democratização no Chile. Foi exatamente nesse sentido o elogio feito em carta pela *Unión Mundial Demócrata Cristiana* (UMDC), com sede também em Roma, e, novamente, da mesma forma, o *Washington Office on Latin American*, dizendo ser a revista uma ferramenta indispensável, ambas as considerações divulgadas na mesma edição.²²⁴

Como informou *Chile-América*, boa parte dos comentários dos leitores deram conta da recepção da revista, felicitando-a pela luta política, pela melhoria gradativa do conteúdo de seus números, pelo debate plural no campo progressista, pelo trabalho de unidade pretendida. O perfil dos leitores, portanto, pelo que representou a revista do ponto de vista editorial e o conteúdo expresso das mensagens, foi claramente o de um leitor politizado, que não somente parabenizava ou comentava criticamente as matérias publicadas, como eles próprios municiavam o impresso com informações importantes, vindas, na maior parte das vezes, do principal país de interesse, o Chile.

O esforço político, como propósito editorial de *Chile-América*, pela unidade de forças progressistas para derrotar a ditadura e reconstruir a democracia, além do debate plural proporcionado pela revista, apresentaram-se como comentários frequentes nas cartas. Um deles procedeu de Maputo, Moçambique, assinada pelas iniciais MPO, possivelmente de um exilado chileno, apoiando a luta unitária democrática e confirmando a assinatura do impresso a partir de então. Afirmou ver em suas páginas “valioso aporte

²²⁴ UNIÓN MUNDIAL DEMÓCRATA CRISTIANA; WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICAN. De Roma; De Washington. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 3.

a la clarificación del enemigo”, necessário para o êxito da transformação que se pretendia realizar.²²⁵

O outro comentário nesse sentido, sem assinatura, desde Berlim, Alemanha Ocidental, realizara-se anteriormente, referindo como valoroso o encontro entre Bernardo Leighton e outros amigos da DC e da UP, em um trabalho conjunto para retificar os rumos do Chile e de seu povo. O interessante é também perceber que, neste segundo caso, não se tratou de um assinante da revista, ao menos não naquele momento em que escreveu a ela, mas sim de um personagem político exilado, próximo aos membros fundadores do impresso. Como se apreende de suas palavras, o remetente a havia recebido, não se sabe se enviada diretamente a ele ou por terceiros: “por primera vez llegó a mis manos ‘Chile-América’. Francamente lo encuentro de gran valor”.²²⁶

Isso nos dá margem a pensar no difícil rastreamento dos percursos de *Chile-América*, possibilitando-nos somente inferir ou parcialmente analisar sobre seu alcance e recepção. O número de assinaturas, portanto, seria uma amostragem parcial, já que a revista foi enviada para intelectuais, ativistas, religiosos, centros acadêmicos, políticos, partidos e organizações de direitos humanos, além de ter sido lida de segunda mão, em muitas situações prováveis.

Nem só de elogios, todavia, viveu *Chile-América*. Ela publicou cartas que demandavam aprofundamento em alguns debates publicados ou matérias específicas (por exemplo, no campo econômico), ou mesmo a criticavam pelo suposto pluralismo político, quando, na verdade, não dava acolhida justa a todas as vertentes estratégicas dos partidos de oposição à ditadura, como a possibilidade de luta insurrecional do Partido Comunista chileno, como veremos nos capítulos seguintes da tese. Desde Milão, construiu-se da seguinte maneira a crítica desse interlocutor da revista: “No es suficiente hacer

²²⁵ MPO. De Mozambique. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 4.

²²⁶ S.N. Estímulo de exiliados. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 4.

referencias, por ejemplo, al problema de la ‘violencia’”. Ao prosseguir, aumentava o tom da crítica, dizendo que “en la vida política da revista existen sostenedores y no sostenedores, pero en las páginas de vuestra revista – hasta hoy – sólo un lado ha tenido la posibilidad de expresar su punto de vista. Entonces el pluralismo es limitado, amigos”.²²⁷ De fato, esse comentarista tinha boa dose de razão, e, como veremos, isso se deveu à posição na qual a revista decidiu participar durante o desenvolvimento da luta política do princípio dos anos 1980, ao tomar a direção da renovação socialista e a defesa de estratégias e alianças políticas que terminaram por vinculá-la à esquerda moderada chilena, sobretudo, e à Democracia Cristã.

A denúncia da violência política da ditadura foi em muito exercida pelos leitores/correspondentes, em especial aqueles que estavam no Chile e que transmitiam informações fundamentais à redação. É nosso objetivo não apenas analisar parte das cartas aqui, mas utilizá-las pontualmente ao longo da tese, dentro das respectivas discussões em cada capítulo, de maneira a contribuir com a circulação de informações sobre o que ocorria no Chile, as denúncias e as polêmicas políticas. Certamente as correspondências possibilitaram refletir ainda mais sobre a interlocução que a revista estabeleceu, a recepção de suas edições e as conexões transnacionais efetivadas entre sujeitos envolvidos em amplas redes políticas e de solidariedade, o que passava pelos leitores os mais diversos e seu intercâmbio com os mediadores intelectuais e políticos que foram os editores de *Chile-América*.

Ressaltamos, portanto, a capacidade de articulação política exercida pelos editores da revista, atuando, para além do mundo político-partidário, em um universo de denúncias, de circulação das informações sobre as violações de direitos humanos, alcançando também leitores avulsos que contribuía, digamos, de maneira mais

²²⁷ S.N. Desde Milan. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 4.

espontânea, mas não com menos coragem e importância.²²⁸ Os chilenos no exílio, obviamente, também cumpriram esse papel, e o caso do assassinato do general constitucionalista Carlos Prats foi simbólico.

Desde Buenos Aires, uma carta anônima deu detalhes das ameaças sofridas pelo militar chileno antes de ser morto em um atentado à bomba na capital argentina, junto a sua esposa, Sofia Cuthbert, no dia 30 de setembro de 1974. “Fuentes insospechables y fidedignas nos han precisado circunstancias relacionadas con el asesinato del General Carlos Prats”, dessa maneira o remetente introduziu as informações repassadas à *Chile-América*. O principal ponto da denúncia referia-se ao fato de que Prats estaria sendo vigiado pelos serviços de inteligência da ditadura chilena. Ao receber uma ligação de ameaça, dizendo haver contra ele um plano arquitetado desde Montevideu por um grupo chamado “Croata”, Carlos Prats requereu proteção ao embaixador da Junta Militar chilena em Buenos Aires, ao exército argentino e à Polícia Federal.²²⁹ Mesmo diante das denúncias, não se evitou a morte trágica de Carlos Prats, logo associada às atuações coordenadas da DINA e da CIA, através da figura do ex-agente norte-americano Michael Townley.

Carlos Prats foi Comandante em Chefe do Exército durante os respectivos governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, assumindo, no governo socialista, o Ministério do Interior e o da Defesa ao eclodir a crise de outubro de 1972.²³⁰ Tendo em vista as tendências golpistas e autoritárias no interior das Forças Armadas contra Allende, sua trajetória foi exaltada como a de um militar constitucionalista, que buscou impedir as ações que rompessem com a institucionalidade e o legalismo no Chile.

²²⁸ Ver imagem da página 246.

²²⁹ S.N. El asesinato del General Prats. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 4.

²³⁰ SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (Comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 67-68.

Já fora do país, como se nota por meio das informações divulgadas por *Chile-América*, “cuando tuvo noción de que su vida corría peligro, luego de recibir varias amenazas, intentó tramitar un pasaporte para poder salir de la Argentina, lo cual fue delegado por las autoridades chilenas, obligándolo a permanecer confinado en Buenos Aires”.²³¹

Em *Chile-América*, na seção *Nos escriben y opinan* da mesma edição de número 4, na qual se publicou sobre os antecedentes do assassinato de Carlos Prats, muitas foram as mensagens que informaram sobre a situação no Chile, na capital Santiago e em outras cidades do interior do país, imprimindo um traço significativo e marcante da revista no que toca a revelações sobre o que ocorria em boa parte do país, a começar por correspondência assinada em 3 de novembro de 1974 desde Chuquicamata, localidade de mineração ao norte de Antofagasta. “Caos” foi a palavra com a qual o remetente definiu a região, denunciando a repressão ali existente: “a muchos de los detenidos y condenados se les ha ido liberando. Me refiero a los que nada se pudo comprobar, porque por otro lado la persecución se aviva más y más”. Em seguida, informou que existia uma “campana de militarización de la juventud” e certa influência sobre “los niños”, apresentando-lhes valores do oficialismo desde mais tenra idade.²³²

Outra mensagem em *Chile-América* que merece destaque, no que se refere à escalada autoritária no Chile, assinada desde Santiago e datada de 6 de janeiro de 1975, foi a que noticiou a censura oficial de 21 filmes estrangeiros em 1974. Os critérios foram diversos, passando por aspectos morais, políticos, ideológicos. Dentre a produção cinematográfica, estiveram *O último tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci (1972),

²³¹ Ibid., p. 68.

²³² Na seção *Derechos Humanos*, em matéria assinada por Fernando Murillo Viaña, a revista denunciou que Chuquicamata e Calama haviam se convertido em zonas militarizadas, em verdadeiros “campamentos armados, donde se hacían allanamientos arbitrarios, se vejaba a la gente y a gran parte de los detenidos se los mand[aba] a lugares inhóspitos”. O objetivo era conter as atividades políticas e as mais recentes manifestações de insatisfação econômica de trabalhadores da região mineral do norte do país. VIAÑA, Fernando Murillo. *Chile-América*, Roma, n. 46-47, 1978, p. 169.

considerado “mera pornografia” pelos censores, e *Um violonista no telhado* (1971), de Norman Jewison, objetado por sua “tendencia claramente marxista”.²³³

Dos momentos iniciais da repressão, a morte de Lumi Videla, jovem liderança do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), que teve seu corpo lançado sobre a cerca de proteção do muro da embaixada italiana em Santiago, foi não apenas noticiada, como justificada a destinação da carta, escrita desde Roma por um exilado, à *Chile-América*, de maneira que a revista desse a devida repercussão internacional, até então não ocorrida, sobre fato tão brutal. A informação apresentou nome e sobrenome de mais uma vítima da ditadura e de quão implacável foi sua investida contra a esquerda chilena, neste caso, um partido de fora da UP que propunha, dentre as ações políticas, a luta armada para a conquista revolucionária: “quisiera rogar a ‘Chile-América’ que repare la omisión de la prensa internacional. Quién fué Lumi Videla Moya? [...] Sus dotes intelectuales y humanos eran soberbios y su valentía mucho mayor. Ascendió al Comité Central del MIR. Desapareció como tantos chilenos, al terminar septiembre”. Na carta, ressaltava-se o resultado da autópsia, que “señala[ba] desnutrición extrema y maltratos”.²³⁴

Lumi Videla tinha então 26 anos de idade, estudante de Filosofia e Sociologia pela *Universidad de Chile*. Foi presa pela DINA em 21 de setembro de 1974, levada para o centro clandestino de detenção e tortura *José Domingo Cañas*. A militante do MIR foi torturada, morta por asfixia, e seu corpo arremessado para dentro dos jardins da embaixada italiana em Santiago (em uma tentativa de incriminar os próprios companheiros miristas que lá estavam), onde cerca de 250 chilenos encontravam-se refugiados, demandando asilo político e a oportunidade para saírem do país.²³⁵ A

²³³ S.N. Cartas de Chile. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 2-3.

²³⁴ S.N. Martirio de una joven. *Chile-América*, Roma, n. 3, 1974, p. 2.

²³⁵ MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 164.

repressão ao MIR será melhor avaliada no Capítulo 3 da tese, destinado a compreender a repressão empreendida pela ditadura e a violação de direitos humanos através das denúncias em *Chile-América*. Todavia, antecipamos que a morte de Lumi Videla ocorreu em dias próximos à operação em que caíram mortos, pelas forças de segurança do regime, Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR (em 5 de outubro de 1974), e Sergio Pérez, outro quadro dirigente do partido, além de tantos membros do Comitê Central mirista anteriormente descobertos em suas células clandestinas e assassinados.²³⁶

Mais uma notícia, novamente de Santiago (como vimos, origem da maioria das correspondências enviadas e publicadas), veiculada na edição tripla 16-17-18 (março, abril e maio de 1976), contemplou sinteticamente o cenário político-repressivo e econômico do Chile, o problema do cerceamento de informações, o sentimento de medo e vigilância que pairava sobre o país. Foi escrito, então, na carta-denúncia, a respeito do fato de que não havia no país informação plural em circulação, que não valia a pena acreditar nos grandes veículos de comunicação do Chile, em muito alinhados à ditadura, e que “la angustia económica, la falta de información, la tortura institucionalizada, todo eso y mucho más parece poco cuando se piensa en los niños, [...] los valores incluso en la política educativa, [...] la selección de los ‘mejores’”.²³⁷ Tal qual a mensagem publicada nas primeiras edições, anteriormente analisada, o remetente da correspondência se preocupava com a educação formal e os novos valores postos de maneira dominante na sociedade chilena, sobretudo apresentado às crianças que cresceriam sob um novo ambiente. Um cenário que se consolidava pelo autoritarismo, conservadorismo de base católico-hispanista e experimentava o aguçamento do individualismo e da meritocracia

²³⁶ PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 174.

²³⁷ S.N. El Chile de hoy. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 4.

que, naquele momento, “apenas” iniciava-se através de um processo profundo de reconstrução do país, em todos os âmbitos, sob os moldes do neoliberalismo.

O exílio foi tema de algumas cartas que não só apresentaram termos quantitativos, como refletiram sobre essa condição sob óticas a um só tempo particulares e representativas de experiências coletivas. De Londres foi informado, com base nos dados do *Instituto Católico de Migraciones* (INCAMI), que cerca de 250 a 350 mil chilenos precisaram sair do seu país por razões de ordem política, e que, por outro lado, a ditadura militar havia permitido o retorno, até aquele momento, de apenas 109 pessoas. A conclusão a que chegou quem escreveu a carta foi a de que, portanto, o Estado chileno promovia uma grave política de desagregação social, dificultando o retorno e a convivência de concidadãos.²³⁸ Na mesma edição 39-40 de 1978, desde Temuco, região da Araucanía, a partir de informação levantada pela *Vicaría de la Solidaridad* e publicada em seu periódico *Boletín Solidaridad*, noticiou-se em carta sobre o elevado número de chilenos vivendo na Patagônia argentina, fluxo migratório intensificado entre 1977 e 1978, por haver “muchas desocupación en Chile”.²³⁹

Questão de relevo consiste em compreender a condição do exílio sob a visão de jovens chilenos que tão cedo se viram obrigados a romper com os laços sociais de seu país. Carmem Guastavino, que saiu com destino a Roma aos 10 anos de idade, em 1974, acompanhando seu pai, o político comunista Luis Guastavino, registrou suas impressões experienciadas de modo particular, em virtude da fase da vida em que se encontrava. Educada em país estrangeiro durante 6 anos, o sentimento de não pertencimento a seu país de origem parecia dominar sua formação, ao mesmo tempo em que também não se sentia pertencente à realidade sociocultural à qual estava inserida. Como ela expressou em sua carta a *Chile-América*, “son muchos los jóvenes que viven una situación como la

²³⁸ S.N. El vasto exilio. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 9.

²³⁹ S.N. 400 mil chilenos en la Patagônia. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 10.

mía: exiliados con la imposibilidad de volver a su patria, de no sentirse extranjeros, de hablar y comunicarse con perfección dentro de una realidad común”. Tal assertiva não era sinal de uma simples adaptação, antes revelando o “entre-lugar” em que se vivia, como refletiu com lucidez: “este es un problema complejo, demasiado. Por eso tantos de nosotros caemos en crisis profundas [...], en angustias y llantos, sin poder encontrar una salida más o menos satisfactoria al problema”. A dura experiência era resultado de um exílio que para Carmen Guastavino já durava entre 5 e 6 anos, em fase etária importante, uma situação absolutamente irreal, segundo ela, diversa forma de vida, “problemas que a esa edad un niño no debería vivir”. Haveria então de “hacerse de fuerzas y seguir adelante”, concluía com resiliência.²⁴⁰

Similar abordagem encontramos na carta assinada por JF, identificado assim, pelas iniciais, exilado em Caracas. Pronto o remetente rogou por espaços de discussão que pensassem a condição dos jovens expulsos ou arrastados para o exílio, e que dificilmente “no se han plateado los dilemas de la existencia y la búsqueda de si mismo; porque es natural y necesario en nuestro desarrollo y porque no salimos con ‘raíces, tronco y hojas chilenas’”.²⁴¹

Eis, aqui, duas ricas leituras do exílio por jovens chilenos, sob a ótica de sua adversidade, compondo o amplo leque de cartas publicadas por *Chile-América* que possuíram, dentro do projeto editorial, função combativa em suas narrativas de resistência, assomando-se aos demais textos da revista que construíram ou compuseram sua *sintaxis*²⁴². Podemos considerar os leitores remetentes das cartas como colaboradores

²⁴⁰ GUASTAVINO, Carmen. Exilio. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 4-5.

²⁴¹ JF. Jóvenes en el exilio. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 3.

²⁴² Fazemos referência a Beatriz Sarlo, que afirmou ser a *sintaxis* de uma revista cultural, ou o conjunto de suas publicações compreendido na totalidade como um *corpus* textual, produto da eleição e ordenamento dos textos de cada edição, pensados politicamente de maneira a definir o campo “de lo deseable e de lo posible de un proyecto”. SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n° 9-10, 1992, p. 12.

de *Chile-América*. Portanto, não eram simples receptores das suas mensagens. Isso demonstrava a interatividade dos leitores com a revista e a emissão de discursos que se incorporavam à linguagem política e de denúncia do impresso.

Como já fizemos notar, majoritariamente, as assinaturas dos remetentes das cartas apareciam indicadas em *Chile-América* na medida em que partiam de instituições, mais do que de pessoas físicas. Uma delas, dentre as já vistas, de grande relevância no exílio chileno e referida neste trabalho, foi *Casa de Chile*, sediada no México, que saudou a existência de *Chile-América* e assim se dirigiu à revista, agradecendo o contato estabelecido e o envio de algumas de suas edições: “El material enviado es de gran interés para el desarrollo del trabajo que Casa de Chile está comprometido. Esperamos seguir contando con esta valiosa colaboración”.²⁴³ Esta parceria, que teria a contrapartida do exitoso centro político-cultural do exílio chileno no México, foi encaminhada nos primeiros meses de existência dos dois projetos, que nasceram quase simultaneamente, em setembro de 1974. Como havíamos mencionado na Introdução, Pedro Vuscovic Bravo, do PS, ex-ministro da Economia do governo de Salvador Allende, foi um dos principais nomes chilenos a liderar *Casa de Chile*, com apoio do governo mexicano e a solidariedade de intelectuais e políticos do país.²⁴⁴

²⁴³ CASA DE CHILE. Estímulo de exiliados. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 3.

²⁴⁴ Com formação em Engenharia, Pedro Vuscovic Bravo foi notável professor da *Universidad de Chile*, trabalhando também na CEPAL, inclusive, na área docente. No governo de Salvador Allende, ao deixar o ministério da Economia, dirigiu a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO), programa central da política de estatização. Embora à frente de *Casa de Chile*, a decisão para sua criação esteve a cargo do governo mexicano, cujo presidente era Luis Echeverría Álvarez (1970-1976). Vuscovic Bravo participou da fundação dessa instituição ao lado de intelectuais mexicanos como Leopoldo Zea e Pablo González Casanova, reitor da UNAM, além dos chilenos Clodomiro Almeyda, dirigente do PS, e Hortencia Bussi de Allende, que se engajava cada vez mais na política após o golpe e a morte de seu marido Salvador Allende. Com estrutura diretiva bastante partidarizada, dentre outros políticos chilenos, Patricio Hevia, do MAPU, Gabriel Gaspar, do MAPU-OC, e Luis Maira, da IC, como membros do *Comité Político de la izquierda chilena* no México, acompanharam a atuação de *Casa de Chile*, que organizou inúmeras atividades políticas, acadêmicas e culturais. Vuscovic Bravo foi substituído na direção da instituição por Hugo Miranda, do PR, partido que estreitou boas relações com autoridades mexicanas no exílio. Ver ROJAS MIRA, Claudia Fedora. *El exilio político chileno: la Casa de Chile en México (1973-1993)*, una experiencia singular. Universidad de Santiago de Chile, Facultad de Humanidades, 2013.

Mais um aspecto importante, nesse ponto da discussão sobre as cartas publicadas em *Chile-América*, consiste em observar a manifestação organizada de exilados chilenos em várias partes do mundo, como os que estiveram na Argentina e escreveram desde Buenos Aires, apontando para um grupo engajado politicamente, como percebemos na sua abordagem sobre a revista:

Estamos recibiendo “Chile-América”. Los felicito. Es un importante intento para hacer abrir ojos y “corregir errores”, iniciar una necesaria autocrítica y reexaminar los hechos con el prisma histórico que a veces dejamos de lado. [...] La realidad política nos favorece cada vez más con mayor claridad. Por eso creo en la Frente Antifascista y lo considero una necesidad que responde al sentimiento de todos. La documentada información que Uds. entregan contribuye, sin duda, a esa tarea. Nuestro país está en manos de militares embaucados por sus altos jefes, apoyan un régimen cada vez más fascista, donde el gran negocio lo hacen los monopolios y las empresas multinacionales.²⁴⁵

A Frente Antifascista, referida na carta, foi a estratégia inicialmente adotada por parte expressiva da esquerda chilena, encampada sobretudo pelo PC, à qual, em um primeiro momento, *Chile-América* vinculava-se como forma de luta unitária. As diversas críticas contundentes ao regime foram abordagens comuns nas correspondências na revista, estas que, em muitos casos, de distintas partes do Chile, dedicaram-se, para além da denúncia da repressão, a apontar sobre a difícil situação econômica do país, vivenciada por eles, leitores-colaboradores, em razão das profundas transformações estruturais de ordem neoliberal.

Os leitores são certamente peça fundamental na consolidação de qualquer projeto editorial, um elemento-chave de análise dentro do circuito de compreensão da história da edição, ao qual nos referiu Robert Darton.²⁴⁶ Pelo caráter do projeto editorial e o conteúdo das cartas, reiteramos o alto nível de politização dos leitores da revista *Chile-América*. Isso nos foi revelador a respeito da efetiva participação deles, junto à função dos editores,

²⁴⁵ S.N. Chilenos en Argentina. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 3.

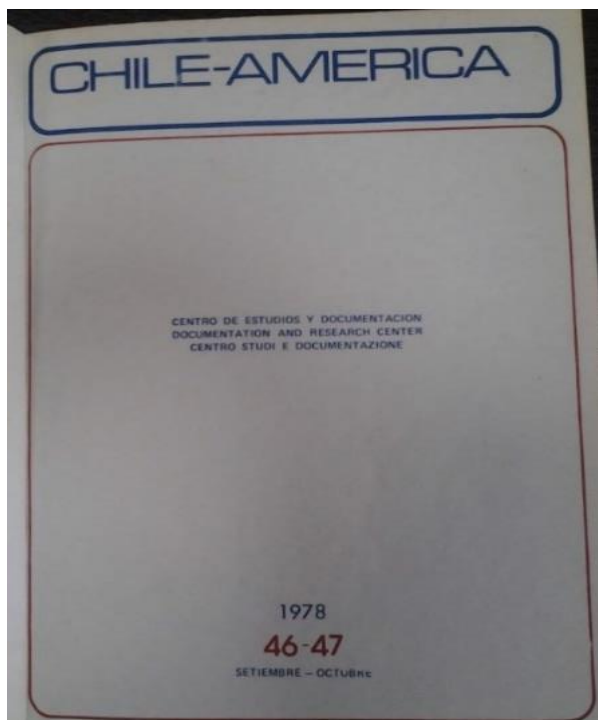
²⁴⁶ Ver Introdução.

obviamente, na construção da revista, calcada em seções e conteúdos direcionados para o denso debate político, veiculação de visões de mundo das esquerdas e do centro político chileno, uso de linguagem política crítica de forte oposição à ditadura, em que se imiscuíam o repertório discursivo socialista, humanista, social-cristão com o vocabulário crescente dos direitos humanos.

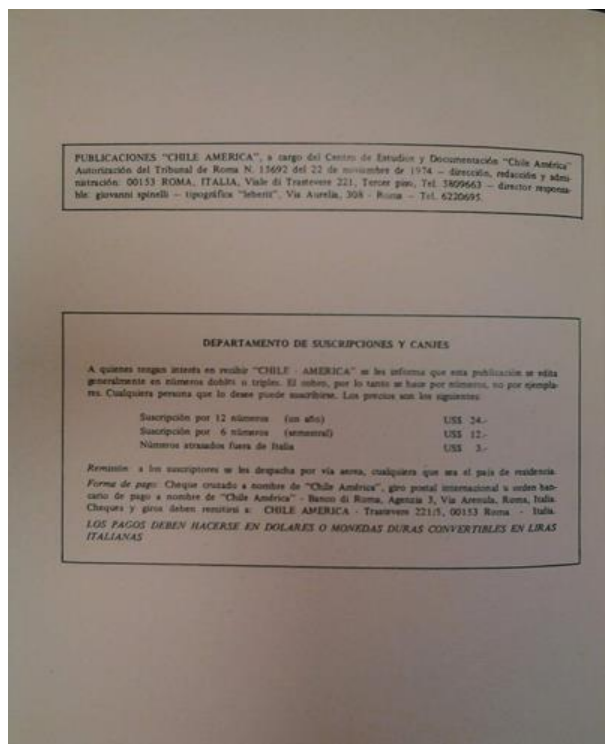
1.3.2 - Materialidade, seções e abordagens temáticas

Do ponto de vista da sua materialidade, observamos um trabalho gráfico simples em *Chile-América* desde a capa, a única a possuir detalhes em cor. Em seu interior, prevaleceu diagramação marcada por páginas inteiras de textos densos, muitos de caráter informativo, outros tantos analíticos da conjuntura política e econômica, além da publicação parcial ou integral de documentos. Foram poucas imagens em suas páginas – ilustrações e fotografias -, embora existissem, abrindo, por exemplo, comumente, a seção *Derechos Humanos*. Contudo, algumas edições sequer as apresentaram. Tudo isso conferia características materiais e de conteúdo que deram certa identidade à fórmula editorial proposta até sua última edição, com pequenas alterações gráficas, percebidas e mantidas desde a edição 50-51, de janeiro-fevereiro de 1979.

Abaixo, apresentamos imagens da capa e do sumário da edição dupla de número 46-47, de setembro-outubro de 1978, além da última página da edição 37-38 (novembro e dezembro de 1977), forma como costumava encerrar as publicações, apresentando informações do *Departamento de subscripciones* sobre as possibilidades para assinatura e aquisição da revista:



Fonte: Capa e sumário. *Chile-América*, Roma, n. 46-47, 1978



Fonte: Contracapa. *Chile-América*, Roma, n. 37-38, 1977

O projeto original da revista a concebeu com periodicidade mensal, de média inicial de 20 a 30 páginas apenas em seu primeiro ano ou nas três primeiras edições. Logo, a partir de 1975, com edições mais frequentes que contemplavam dois ou três números (como os exemplos das imagens acima), *Chile-América* passou a ter então uma média de cerca de 100 páginas. Depois, ainda nos primeiros anos, desde a edição 16-17-18 (março-abril-maio de 1976), predominou uma média de 200 páginas em suas edições triplas, atingindo o máximo, em alguns números, de pouco mais de 250, reduzindo, no final da publicação da revista no início dos anos 1980, para, novamente, cerca de 100 páginas. Estamos aqui considerando médias, tendo em vista que o número de páginas não foi regular, refletindo, por vezes, dificuldades econômicas ou com a aquisição de material para completar os números. Predominaram as edições trimestrais do impresso, periodicidade vigente em parte significativa da sua trajetória no exílio. Foram editados no total 89 números, o que correspondeu a 43 volumes, tendo em conta exatamente as edições duplas e triplas.

Ainda foram publicados, em sequência, dois números suplementares. O primeiro deles saiu em dezembro de 1974, contendo 26 páginas, enfatizando 4 pontos de discussão: *Derechos Humanos y Reconciliación: Declaración de Pablo VI y de los Obispos del Cuarto Sínodo; José Tohá, víctima inocente de la violencia; La política de la Junta Militar chilena en la agricultura; e Observaciones sobre la nueva orientación de la educación en Chile.*²⁴⁷ A segunda edição suplementar foi publicada no mês seguinte, em janeiro de 1975, contendo 37 páginas. Limitou-se a quatro análises sobre a realidade chilena, contemplando textos de Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, uma entrevista com Radomiro Tomic e um artigo do economista Jaime Estévez Valencia, da DC e, posteriormente, integrante do MAPU, colaborador da redação da lei de nacionalização do cobre durante o governo de Allende e que, com o golpe, exilou-se na Itália, onde colaborou com *Chile-Democrático*.²⁴⁸

A revista possuiu seções mais duradouras que alimentaram e deram sustentação à sua identidade temática e gráfica/visual. Os editoriais e as seções *Análisis, Comentario e Documentos* apareceram desde o primeiro número de *Chile-América*, presentes na quase totalidade das edições. A discussão política, sobretudo passando pelo viés partidário e pela denúncia dos crimes da ditadura, esteve, de alguma maneira, em todas as seções, mas podemos dizer que algumas foram concebidas para uma análise mais detida sobre esses pontos. Por essa razão, dentro do recorte de discussão da tese, pautado nos dois pilares principais de intervenção na arena política nacional e transnacional por parte de *Chile-América*, os direitos humanos e as discussões políticas em torno ao processo de democratização e da renovação socialista, acabamos por transitar em muitas delas, mas

²⁴⁷ CHILE-AMÉRICA. Anexos cuarto trimestre. *Chile-América*, Roma, Suplemento año I, 1974.

²⁴⁸ SILVA SOLAR, Julio. El integrismo católico-fascista en la ideología de la Junta militar; VIERA-GALLO, José Antonio. Tirania y Derecho; ESTÉVEZ VALENCIA, Jaime. Chile: un intento de acumulación capitalista forzada (la política económica de la Dictadura Militar); TOMIC, Radomiro. El fracaso de la Junta Militar abriera paso a una nueva gran posibilidad histórica para los chilenos. *Chile-América*, Roma, Suplemento año II, 1975.

nos concentramos, para os capítulos seguintes, fundamentalmente, nos *Editoriales*, *Tribuna Abierta* e *Derechos Humanos*. Foram seções igualmente perduráveis na revista, base para a fundamentação da sua linha político-programática. Ademais, utilizamo-nos de alguns documentos publicados difusamente dentro das seções ou exclusivamente em *Documentos*, e nos excursionamos pelas cartas dos leitores, muitas das quais abordadas no tópico anterior deste capítulo.

Iniciemos por tratar da seção *Análisis*, que foi uma das que se dedicaram a reunir as reflexões políticas de caráter estrutural/conjuntural antes e, especialmente, depois do golpe, bem como as críticas às políticas e às práticas repressivas implementadas pelo governo ditatorial. Nela, ganharam destaque artigos teóricos da área sociológica e econômica,²⁴⁹ com um recorte espacial que por vezes suplantava os acontecimentos no Chile, alcançando a América Latina.

Comentario possuiu uma característica não tão distinta de *Análisis*, porém com uma perspectiva, acreditamos ser possível definir assim, menos analítica e mais descritiva, limitando-se a informações sobre as políticas da Junta Militar, incluindo a economia, a colaboração logística e material da CIA no mapeamento e perseguição dos militantes e dirigentes das organizações de esquerda no país (preocupação marcante nos primeiros números), a atuação da Igreja Católica no âmbito dos direitos humanos, dentre tantas notícias sobre o Chile. Por vezes, era comentado o pensamento de algum estudioso/intelectual acerca de um aspecto da realidade chilena, como foi o caso do artigo analisando as ideias do sociólogo da Teoria da Dependência, André Gunder Frank, sobre a incipiente projeção dos *Chicago Boys* na elaboração de um modelo econômico no

²⁴⁹ Como exemplo, CHILE-AMÉRICA. Los índices oficiales dos costos de la vida en Chile y las penurias reales del pueblo. *Chile-América*, Roma, n. 4, p. 20-26, 1974; Apuntes sobre algunos problemas de fondo de la economía chilena. *Chile-América*, Roma, n. 4, p. 26-27, 1974.

país.²⁵⁰ Também foi comum, nessa seção, acompanhar o comportamento dos meios de comunicação impressos no Chile, discutindo alguma matéria veiculada em periódicos de grande circulação afinados com a ditadura, como o diário *El Mercurio*, *La Tercera* e a revista *Qué Pasa*, ou, por outro lado, repercutir de maneira a reforçar argumentos ou informações apresentadas por impressos com os quais a revista tinha afinidade ideológica e atuação conjunta na circulação das denúncias, como foram os casos da revista católica *Mensaje*, vinculada aos jesuítas chilenos, e *Solidaridad*, periódico da *Vicaría*.

Comentario, muitas vezes, cumpriu a função, na revista, de noticiar de prontidão o que se passava no Chile, não exatamente com uma análise aprofundada, complementando informações que, frequentemente, partiam das cartas enviadas para a revista, publicadas na seção *Nos escriben y opinan*, existente em todas as edições a partir do número 2, sobre a qual nos referimos anteriormente ao analisarmos, ainda que parcialmente, a circulação, a recepção e as conexões de *Chile-América*. Todavia, a seção *Comentario* ganhou progressivamente espaço na revista da metade de suas edições em diante, destacando-se pelas análises do cenário internacional, da economia e mesmo da política, abarcando abordagens temáticas distintas.

As cartas de *Nos escriben y opinan*, como buscamos demonstrar, não apenas discutiam as matérias de edições anteriores, mas, principalmente, havia evidente e manifesta colaboração dos remetentes junto aos editores de *Chile-América*. Sobre os *Editoriales*, além de demarcar a posição da revista e realizar análises de conjuntura, como trabalharemos mais detidamente no próximo capítulo, em geral faziam uma síntese crítica das publicações de cada número. Relembramos que todos os editoriais foram escritos por José Antonio Viera-Gallo, como ele próprio nos revelou em entrevista.

²⁵⁰ CHILE-AMÉRICA. Gunder Frank desnuda a los jóvenes de Chicago. *Chile-América*, Roma, n. 3, p. 11-13, 1974.

A seção *Derechos Humanos* ou, poucas vezes, denominada também *El problema de los Derechos Humanos* existiu em *Chile-América* desde a edição de número 3 até a última edição de número 89, destacando-se pela tragicidade das informações e dados transmitidos aos leitores da revista, referentes aos crimes cometidos pelos órgãos de repressão da ditadura, notadamente a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), em um primeiro momento, mas de forma também contundente com a *Central Nacional de Informaciones* (CNI). No Capítulo 3 da tese, debruçar-nos-emos sobre essa parte da revista no sentido de interpretar a dimensão da brutalidade com que a ditadura perseguiu seus opositores. O caráter central da denúncia, existente em toda revista, tendo sido uma das linhas que amarravam o projeto político-editorial como um todo, atingiu na seção *Derechos Humanos* seu ponto mais agudo, compilando dados de vários organismos de direitos humanos, além do esforço próprio da revista em produzir suas informações de maneira fundamentada e documentada.

A partir dessa abordagem, da linguagem e dos valores em uma perspectiva universalista dos direitos humanos, ressignificada, obviamente, para a realidade chilena, observa-se, em especial, um caminho para a constituição de redes transnacionais que se articularam para denunciar a ditadura pinochetista. Relatórios das comissões de direitos humanos da ONU, da OEA, da OIT, da Comissão Internacional de Juristas, da Anistia Internacional e do Tribunal Russel sobre a violência política no Chile foram sobejamente divulgados e explorados pelos editores de *Chile-América* (algumas organizações mais do que outras, como a ONU). No plano nacional, foi ressaltada a atuação em defesa dos direitos humanos por parte de instituições religiosas chilenas como o *Comité Pro Paz*, ecumênico, que, já aqui informado por nós, depois se transformou na *Vicaría de la Solidaridad*, da Igreja Católica, demarcando a centralidade simbólica de personagens como o cardeal Raúl Silva Henríquez, Arcebispo Metropolitano de Santiago.

Posteriormente, a *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CCDH), representativa no que diz respeito à entrada mais efetiva dos partidos políticos nesse âmbito de luta, ganhou também projeção na revista, além da atuação das associações de familiares de presos-desaparecidos, estas que, muitas vezes, foram amparadas jurídica e psicologicamente pela *Vicaría*.

É importante que se diga que mesmo antes da CCDH, criada em 1978 e que possuiu distintos representantes da sociedade civil, algumas figuras políticas se destacaram com posições públicas de enfrentamento à ditadura no campo dos direitos humanos. Referimo-nos aos juristas democrata-cristãos Jaime Castillo Velasco e Máximo Pacheco, que depois integraram a Comissão chilena. Outros membros da DC, Andrés Aylwin Azócar e Héctor Valenzuela Valderrama, por exemplo, foram também ativistas nessa causa. Dentre tantas publicações, *Chile-América* destacou a apresentação incisiva feita por Castillo Velasco, Aylwin Azócar e Valenzuela Valderrama na IV Assembleia da OEA que, não por acaso, foi realizada em Santiago em junho de 1976. Além deles, os juristas Fernando Guzmán Zañartu e Eugenio Velasco Letelier, professor emérito da *Universidad de Chile*, participaram conjuntamente na denúncia, ante os representantes do organismo transnacional, concernente a uma série de mecanismos autoritários em vigência no Chile desde 1973.²⁵¹

Atuar pela democracia passou, dentre outras estratégias de luta político-partidária, pela defesa dos direitos humanos, fazendo-se uso, assim, do repertório simbólico e discursivo desse campo incorporado à linguagem e à atuação pública dos

²⁵¹ CASTILLO VELASCO, Jaime; AYLWIN AZÓCAR, Andrés; VALENZUELA VALDERRAMA, Héctor; GUZMÁN ZAÑARTU, Fernando; VELASCO LETELIER, Eugenio. Texto de la presentación hecha a la IV Asamblea de la OEA por cinco juristas chilenos. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, p. 161-167, 1976. Um texto de impacto, a primeira resolução da ONU resultante de Assembleia realizada em novembro de 1974, iniciando uma série de denúncias internacionais contra a ditadura, foi comentado na seção *Derechos Humanos*. Em *Chile-América*, foi a primeira de uma série de publicações, a maioria resoluções oficiais reproduzidas parcial ou integralmente na revista. Ver CHILE-AMÉRICA. La abrumadora condena a la dictadura militar chilena en las Naciones Unidas. *Chile-América*, Roma, n. 3, 1974, p. 18.

partidos progressistas no exílio e no Chile, à medida que eles conseguiam se articular melhor enquanto oposição e sair da resistência defensiva para esboçar alternativas de poder, embora com divergências patentes. Nesse aspecto, ocuparam muitas páginas de *Chile-América* as análises político-partidárias que buscaram dar conta das causas do golpe militar contra o governo de Salvador Allende, em um primeiro momento, passando pela autocrítica de dirigentes da UP, desenvolvendo-se no sentido de repensar as formas de resistência e a construção programática não apenas de enfrentamento, mas de políticas de Estado que se apresentassem como modelos consistentes para a democratização. Mais de uma seção da revista, dentre as quais a mencionada *Análisis*, contemplou tais abordagens apontadas, as quais, é essencial frisar, possuíram grande relevância para *Chile-América*, tendo sido aspecto que marcou seu projeto editorial tanto quanto a questão dos direitos humanos: o amplo debate político da oposição à ditadura e a renovação do socialismo chileno, nos marcos do processo de democratização.

A seção *Tribuna Abierta*, que se iniciou na edição 6-7, foi a que melhor representou essa marca da revista, por dar voz direta a intelectuais e dirigentes políticos diversos, dentro do pensamento político de esquerda, centro-esquerda e centro. Foram, por exemplo, os casos de Carlos Altamirano, Clodomiro Almeyda, Jorge Arrate, Aniceto Rodríguez, Raúl Ampuero e Pedro Vuscovic Bravo, do PS; Luis Corvalán, Orlando Millas, Luis Guastavino e Sergio Vuscovic Rojo, do PC; Jaime Gazmuri, José Miguel Insulza e Óscar Guillermo Garretón, do MAPU; Sergio Bitar, Bosco Parra e Luis Maira, da IC; Radomiro Tomic, Jaime Castillo Velasco e Gabriel Valdés Subercaseaux, da DC, além dos membros do *Comité Editor*, sobretudo Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, terem publicado suas análises frequentemente nessa parte.²⁵² Citamos aqui apenas

²⁵² Alguns exemplos das publicações dos membros do *Comité Editor*: VIERA-GALLO, José Antonio. Chile, una crisis en perspectiva. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, p. 123-133, 1975; Renovar la izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, p. 61-62, 1979; SILVA SOLAR, Julio. La Democracia Cristiana chilena. *Chile-América*, Roma, n. 14-16, p. 81-86, 1976; Una política justa: Derechos Humanos. *Chile-América*,

alguns nomes, acrescidos de outras contribuições perceptíveis à medida que adentrarmos na análise das discussões político-partidárias. A visão dos dirigentes partidários muitas vezes ocorreu, dentro da seção, em formato de entrevista.

Ainda em *Tribuna Abierta*, no âmbito das análises teóricas e acadêmicas, sobretudo desde a Sociologia e a Ciência Política, destacamos as colaborações de Manuel Antonio Garretón, intelectual que integrou o MAPU e, depois, o PS (filho do criador e dirigente da *Falange*, Manuel Antonio Garretón Walker), além dos igualmente reconhecidos sociólogos e intelectuais mapucistas Eugenio Tironi e Tomás Moulian. Eles decisivamente contribuíram, na virada dos anos 1970 para os 1980, com o aporte conceitual renovador da esquerda chilena, compartilhado e reforçado pela própria revista *Chile-América*.

A seção *Notas*, *Notas breves* ou *Notas especiales* (variou entre os três nomes ao longo das edições) também foi fixa na revista, embora não tenha figurado em alguns volumes. Houve seções que apareceram de forma irregular em *Chile-América*, não contínua. Ainda assim, elas denotaram recortes de significativo interesse, cujas abordagens revelaram estudos analíticos que em muito se aproximavam dos textos de *Análisis*, *Tribuna Abierta* e *Derechos Humanos*. Referimo-nos às seções *América Latina*; *La Iglesia en Chile* ou *en América Latina* ou simplesmente *Iglesia* (também alternou os nomes); *El problema militar en Chile* ou *Militarismo*; *El momento político chileno* ou *El cuadro político chileno* (novamente, nomes distintos para um mesmo tipo de abordagem). Essas duas últimas, em especial, sobre o problema militar e o quadro político chileno, foram de nosso interesse por apresentarem discussões complementares à *Tribuna Abierta*.

Roma, n. 28-29-30, p. 135-136, 1977; La vía institucional y la caída del gobierno de la Unidad Popular. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, p. 177-182, 1977; TOMIC, Esteban. Reflexiones de un demócrata cristiano. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, p. 57-60, 1979.

Aparecendo em número ainda mais reduzido, existiram as seções *Educación*, *Economía* e *Solidaridad* – a primeira, em três edições, e em duas, as seguintes.

Visando contribuir com discussões feministas ou que ressaltavam a participação política da mulher na resistência à ditadura, ganhou vida regular em *Chile-América*, ainda que tardiamente, a seção *Presencia de la mujer* ou *Problemas de la mujer*, desde os números 58-59 (novembro-dezembro de 1979). Essa parte da revista foi de exclusiva participação feminina, retificando aspecto correspondente à majoritária participação masculina nas páginas do impresso desde os primeiros números. Sua existência deveu-se também à necessidade de resposta política ao papel conservador atribuído às mulheres pela ditadura. Publicaram, então, feministas chilenas como Claudia Adiazola, María Eugenia Aguirre, María Isabel Cruzat, María Soledad Lago e Elena Serrano (em trabalho coletivo previamente preparado para a *Academia de Humanismo Cristiano*, que patrocinava o *Círculo de Estudios sobre la condición de la mujer en Chile*, ao qual estavam vinculadas, sob a liderança da intelectual feminista Julieta Kirkwood); Margarita Cabrera, Verónica Guzmán, Elvira Gallardo, Rosalía Fuentes, María Pía Arismendi, Ana Catalina Rodríguez, Myre Silva-Labarca, para citarmos alguns nomes dentre sociólogas, historiadoras, escritoras, psicólogas, artistas e advogadas.

A partir da edição 25-26-27 (novembro-dezembro de 1976 e janeiro de 1977), foi criada a seção inicialmente chamada *Notas culturales*, depois denominada *La resistencia y la cultura chilena* ou apenas *Cultura* e, ainda, *Vida cultural*, tornando-se regular na revista, com contribuições no campo artístico-cultural com evidente preocupação política, mais que por razões estéticas, por exemplo. A seção se caracterizou pela resenha de livros, poesia, crítica literária, teatro, música, comentários sobre as manifestações artísticas do exílio chileno, assim como as da resistência interna. Não era dedicada, contudo, parte expressiva de *Chile-América* para tal abordagem, situada na parte final de cada edição.

Foi nessa parte cultural, em uma sub-seção nomeada *Revistas*, que na edição 78-79, de abril-maio-junho de 1982, *Chile-América* acusou o recebimento de várias revistas culturais e políticas originárias de países distintos. Destacamos as publicações *Convergencia* e *Diálogo Social*, do México e do Panamá, respectivamente, cujas cartas já haviam sido contempladas na seção *Nos Escriben y opinan*; e as revistas chilenas que estabeleceram interlocução com *Chile-América*, dentre elas a do exílio *Araucaria de Chile*, e as de Santiago *La Bicicleta*, *Hoy* (politicamente ligada à DC), e *Solidaridad*, da *Vicaría*,²⁵³ tendo sido este último impresso periódico o que mais consolidou seu intercâmbio com *Chile-América* no âmbito da circulação das denúncias contra a ditadura.

Assim como resultou prática recorrente dos editores de *Chile-América* enviar exemplares da revista para um número elevado de instituições, centros, partidos, organizações e publicações educacionais, culturais e políticas de forma a estreitar laços de solidariedade e resistência à ditadura (compreendendo acadêmicos, intelectuais, dirigentes partidários, lideranças públicas e formadores de opinião), também foi muito comum a contrapartida que eles, editores, obtiveram de distintos setores. Os materiais políticos e as informações de denúncia recebidos por *Chile-América* resultaram justamente dos contatos firmados entre ela e iniciativas progressistas voltadas à causa chilena, tendo sido o segmento editorial, analisado logo acima, apenas uma fração das amplas parcerias políticas estabelecidas.

Muitos foram os indícios e as informações no interior de *Chile-América* que possibilitaram vislumbrar as relações difusas, mas não menos sólidas, do ponto de vista

²⁵³ CHILE-AMÉRICA. Revistas. Acusamos recibo. *Chile-América*, Roma, n. 78-79, 1982, p. 119. Diga-se de passagem, nas páginas finais de algumas edições, *Chile-América* divulgou informações sobre direção, valores e assinaturas de revistas como *Araucaria de Chile*; *Literatura Chilena*, *Creación y Crítica* e, principalmente, *Nueva Sociedad*, tradicional periódico progressista ligado à social-democracia alemã, de fecundo debate nas ciências sociais sobre a América Latina e o Caribe, com endereço nas capitais San José, Costa Rica, e Caracas, Venezuela; também de central abordagem latino-americanista a revista *Contacto*, do México, outra a estabelecer vínculos com o impresso chileno.

político, estimuladas pelos editores-mediadores como traço da política editorial da revista. Referimo-nos, dentre outros aspectos, às seções que tiveram vida curta, a maioria em apenas um número, uma espécie de seção especial, criadas de modo a cumprir uma necessidade momentânea de debate, como foram os casos de *La CIA en Chile*, *Tres años de dictadura*, *La ofensiva de la Junta Militar contra la DC*, *Fascismo o dictadura militar*, *Actualidad política*, *La reunión de Nova York*, *La reunión de Puebla*, *Democracia Cristiana*, *El pueblo avanza*, *Debate constitucional*, *El plebiscito en Chile*, *La institucionalización de Pinochet*, *La muerte de Frei*, *La cuestión socialista*. Ainda que de forma efêmera, parte considerável delas apresentou análises centrais para a compreensão dos caminhos políticos tomados por *Chile-América*, os encontros do exílio e a formação de redes políticas. Pelo recorte de análise estabelecido para a tese, demos ênfase em algumas dessas seções especiais, como *Tres años de dictadura*, *La ofensiva de la Junta Militar contra la DC*, *La reunión de Nova York*, *Democracia Cristiana*, *La cuestión socialista*.

Ademais, foi destaque na revista a publicação de dossiês bastante significativos, igualmente relevantes dentro da perspectiva que acabamos de salientar: *América Latina bajo la hegemonía militar*, *Los militares chilenos*, *La Iglesia y el Tecer Mundo*, *La crisis en el socialismo chileno*, *La mujer chilena hoy*, *Las modernizaciones en Chile: un experimento neo-liberal*, *Seminario de Rotterdam*, *Unidad y Renovación de la Izquierda*, *Instituto para un Nuevo Chile: convergencia socialista y unidad democrática* (referente ao instituto liderado pelo socialista Jorge Arrate, um dos expoentes do processo de renovação do PS que levou a uma divisão no partido, dinâmica analisada no último capítulo da tese).

Ao analisarmos as partes e a divisão interna das abordagens temáticas de *Chile-América*, deixamos por último a compreensão a respeito da seção *Documentos*, por

algumas razões. Primeiro, respeitando o ordenamento e a estrutura da própria revista, que frequentemente encerrou suas edições com essa seção. Eventualmente, tal parte apareceu também como *Anexo* ou *Separata*. *Documentos* foi adquirindo maior projeção na revista e, com isso, *Chile-América* passou a ter edições duplas ou triplas que atingiram mais de 200 páginas, volumes robustos, em boa medida, em razão da documentação anexada ao final. Por ocasiões, os documentos divulgados e/ou comentados não estiveram ao final, mas inseridos nas outras seções, com destaque, novamente, para *Derechos Humanos*.

Uma vez mais, chamamos a atenção para essa que se tratou de iniciativa editorial de extrema relevância por parte de *Chile-América*: a que deu a conhecer ou amplificou a circulação de documentos diversificados oriundos das redes políticas, de solidariedade e de denúncia/direitos humanos. Tal documentação se referia às teses, resoluções e programas de partidos da oposição à ditadura, compreendendo a DC, a IC, o MAPU, o PS, o PC e o PR, especialmente os quatro primeiros, além de movimentos, coalizões e alianças políticas formadas nos anos 1980, no exílio ou no Chile, como a *Convergencia Socialista*²⁵⁴, com a qual *Chile-América* manteve vínculos ideológico-programáticos. Os documentos também concerniam ao trabalho de compilação de informações e testemunhos da própria revista ou de organizações de direitos humanos no Chile, com destaque para a *Vicaría de la Solidaridad*, bem como aquelas do exterior, no exercício

²⁵⁴ Os seminários de Ariccia, na Itália, em 1979 e 1980, concentraram esforço amplo de reflexão política da esquerda socialista chilena, deixando de lado, ao propor um distanciamento com a ortodoxia do marxismo soviético, os compatriotas comunistas que sinalizavam para um giro histórico em direção à via insurrecional de luta contra a ditadura. Foi, assim, um acontecimento impulsionador para a posterior organização da *Convergencia Socialista* (CS), força política que se autodenominava renovadora e aglutinadora dos setores políticos chilenos de esquerda que buscavam articular um pensamento teórico sobre o socialismo atrelado à democracia, movimento de renovação do socialismo chileno que partiu do exílio e ganhou projeção e esforço de transformação também no Chile, com os setores clandestinos dos partidos e a intelectualidade residente no país. Constituíram a CS o MAPU, o MAPU-OC, a IC e o setor do PS ligado a Carlos Altamirano, após a ruptura com fração liderada por Clodomiro Almeyda. Além do PS-Almeyda, não participaram dessa tentativa de unidade e renovação política da esquerda o PC e setores do MIR, que apostavam em uma saída estratégica insurrecional. Trata-se de tema de especial interesse e centralidade na tese, desenvolvido no último tópico do Capítulo 4. Ver, a respeito, em especial, MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 354-355.

sistemático de denúncia ao cerceamento da democracia e à violência institucionalizada pelo Estado que, como sabemos, perseguia, assassinava, fazia desaparecer ou levava ao exílio inúmeros dos que em algum nível foram considerados inimigos e que, dessa maneira, deveriam ser eliminados do território nacional chileno.

A aquisição, organização e divulgação de materiais e documentos, por vezes editados e comentados, esteve, em *Chile-América*, a cargo de Fernando Murillo Viaña, confirmado por José Antonio Viera-Gallo em entrevista. Vejamos suas palavras, em um ponto específico da resposta conferida ao autor desta tese, relativas à documentação democrata-cristã organizada e publicada na revista, causando controvérsia entre lideranças que tinham posições políticas divergentes antes e nos primeiros meses da ditadura:

Murillo hice una cosa muy conflictiva [...]. Publicó una especie de cronología de las posiciones de la Democracia Cristiana con la dictadura, donde aparecen algunos líderes Demócrata Cristianos que son favorables al golpe militar. Los que lo explican, los que lo avalan, y otros que son muy en contra. Entonces, él documentó este conflicto.²⁵⁵

Esse tipo de prática editorial foi revelador da capacidade de contatos, mediação e comunicação levada à cabo pelos editores da revista, o que dizia respeito às redes políticas e às de direitos humanos nas quais *Chile-América* exerceu papel de centralidade. Podemos defini-las também como redes de informação, denúncia e solidariedade, tendo em vista a intensa produção e circulação de ideias que as demarcou.

Temos procurado apresentar as conexões da revista até o momento em sua luta política, como seu projeto representou as formas de engajamento da esquerda e da resistência à ditadura. Esperamos que tais aspectos sejam compreendidos ainda mais nos capítulos que se seguem, ao explorarmos as teses e os encontros políticos-partidários e os

²⁵⁵ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista ao autor, concedida no dia 18 de outubro de 2018.

trabalhos dos organismos de direitos humanos com os quais, podemos dizer, *Chile-América* atuou como colaboradora. Por meio do prestígio internacional que a revista angariou e o apoio de inúmeras instituições, as denúncias que passavam por suas páginas ganhavam novo significado e capacidade de circulação, além de indicar uma potente rede de contatos na luta contra a ditadura militar chilena.

Com a autorização da ditadura para o retorno de muitos exilados, Julio Silva Solar, em 1982, e José Antonio Viera-Gallo, definitivamente em 1984 (havia voltado ao Chile e retornado à Itália em 1983), regressaram ao Chile. Silva Solar retornou após conseguir uma autorização para que Gloria Montes de Silva pudesse realizar seu tratamento contra um câncer em seu país. Tratou-se de retorno relacionado a um problema humanitário. Nos casos de Viera-Gallo e Esteban Tomic, eles entraram nas listas de autorização para a volta ao Chile elaboradas pelo *Ministerio del Interior* da ditadura, comandado por Sergio Onofre Jarpa naquele momento, tradicional político da direita chilena que liderou o Partido Nacional.

O jornal chileno *La Tercera* publicou, no final de agosto de 1983, a décima lista divulgada pelo governo desde a véspera de Natal de 1982, permitindo o retorno de 1160 exilados ao país, totalizando, até aquele momento, o número de 3112 exilados autorizados a regressar ao Chile. Nessa décima lista encontravam-se os nomes de Viera-Gallo e de Aníbal Palma, liderança do Partido Radical, *ex-ministro de Educación* do governo de Allende.²⁵⁶ Bernardo Leighton voltou ao Chile em 1978 junto à Anita Fresno, convaléscentes do atentado sofrido três anos antes. Fernando Murillo Viaña permaneceu no exílio em Roma, exercendo sua atividade de jornalista e dirigindo por breve tempo o *Centro de Estudios y Documentación Chile-América*, sem efetivar a publicação de seu impresso periódico, encerrado naquele momento.

²⁵⁶ LA TERCERA. Gobierno entregó lista de 1160 exiliados que pueden volver. *La Tercera de la hora*, 28 de agosto de 1983, p. 8.

Com o retorno daqueles que foram seus fundadores e diretores em momentos distintos, Silva Solar por maior tempo e depois Viera-Gallo, *Chile-América*, como revista do exílio, encerrou sua publicação com a edição 88-89, correspondente ao período de julho a outubro de 1983. Cumpriu seu papel fundamental no exílio, tendo sido o principal impresso periódico de debate político plural no campo progressista e de denúncia da violação de direitos humanos cometida pela ditadura de Augusto Pinochet.

Ainda que a intenção dos dois principais editores da revista, Silva Solar e Viera-Gallo, tenha sido a de publicá-la em Santiago, imperaram as condições de censura, impedindo sua continuidade no Chile. Também foram empecilhos determinantes as dificuldades financeiras, reveladas pelo *Consejo de Chile-América* aos leitores:

Con este número Chile-América cesa su publicación. Esta decisión se ha adoptado muy a nuestro pesar. Durante casi 10 años realizamos una empresa que parecía imposible: entregar ininterrumpidamente la revista superando complejos problemas derivados de la permanente exigüedad de los medios disponibles. Lo logramos gracias a la generosa contribución de nuestros donantes y al apoyo de nuestros suscriptores. Ese flujo de recursos no ha sido posible mantenerlo, y ahora nos vemos forzados a cerrar esta etapa.²⁵⁷

De uma revista de exílio, o projeto do *Centro de Estudios y Documentación Chile-América* foi reformulado para a criação de um *Centro de Estudios Sociales* (CESOC), que funcionasse como um espaço de debate e formação política democrática, contemplado diversas linhas do pensamento progressista chileno, em um momento no qual o Chile experimentava o retorno dos exilados e a ascensão/reformulação dos partidos que retomavam suas atividades no país. A principal expressão material do novo projeto foi a criação de um editorial em novembro de 1983, dirigido por Julio Silva Solar e ainda hoje existente como editora histórica do país, CESOC, sob a direção atual, havíamos destacado, do seu filho, Julio Silva Montes. O editorial assumiria a veia fortemente

²⁵⁷ CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA. Aviso importante. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983, p. 2

política e de denúncia que *Chile-América* erigiu. Passamos, então, a explorar tal aspecto da revista de exílio, a começar por seus editoriais.

CAPÍTULO 2 – Editorialismo programático em revista: posições políticas e redes de denúncia

O objetivo central deste capítulo foi o de desenvolver as bases político-programáticas que sustentaram o projeto editorial de *Chile-América*. A ênfase se deu nos textos editoriais ou assinados coletivamente pela revista, de modo a analisar como os editores do impresso compreenderam o golpe, o avanço da ditadura e de que forma se posicionaram no campo da oposição político-partidária, as evidências acerca da articulação de *Chile-América* com o movimento pela renovação da esquerda socialista, dentro do processo de resistência e pela democratização do país. Ademais, analisamos como o editorialismo programático da revista se construiu e se manifestou a partir da inserção do impresso nas redes transnacionais de resistência política, informação/denúncia e solidariedade com a causa chilena.

2.1 – Linguagem política de resistência e oposição: balizas teóricas para pensar a atuação da revista na esfera pública nacional e transnacional

Dando sequência às condições históricas que levaram à fundação, à organização interna e aos fundamentos políticos que balizaram o projeto editorial de *Chile-América* e suas conexões transnacionais, consideramos central compreendermos, através dos editoriais, o sentido de seus posicionamentos públicos ou editorialismo programático. Tais textos alinhavaram ou consolidaram, em várias edições, os caminhos escolhidos pela revista para intervenção na arena política de resistência e oposição à ditadura. Ainda que José Antonio Viera-Gallo tenha afirmado, em entrevista, como mostramos no capítulo anterior, que os editoriais haviam sido escritos por ele, o projeto editorial não se concentrou em uma só pessoa. Assim, optamos por nos referir aos textos de abertura das edições como pertencentes à *Chile-América*, no geral, pois representaram o pensamento

da revista, e não apenas de um membro dela. Obviamente, não obstante escritos por Viera-Gallo, a publicação havia de passar pelo consentimento dos outros integrantes da revista, preservando o caráter coletivo do projeto.

Chile-América traçou temas prioritários, muitos deles aprofundados ao longo das páginas por meio das seções e dos diversos colaboradores, que passaram da arena denunciativa, quando foram identificados seus inimigos políticos e as formas de suas ações, até o campo que chamamos de crítico-propositivo, ou seja, os momentos em que o impresso indicou caminhos alternativos de ação política, colaborando ativamente no processo de construção democrática para o Chile. Em ambos os casos, *Chile-América* evidenciou seu editorialismo programático e se portou como ator político fundamental a compor o diverso leque da oposição política à ditadura.

Assim, por editorialismo programático, em diálogo com a proposta teórica e metodológica de Fernanda Beigel, compreendemos a perspectiva editorial política e militante de um determinado periódico, de forma que essa é a característica que o demarca enquanto impresso.²⁵⁸ Acrescentamos a tal expressão o sentido de ator político dos periódicos presente em Héctor Borrat, ou seja, a interpretação de que esses impressos denotavam sujeitos coletivos capazes de afetar o processo de tomada de decisão das disputas políticas. O objetivo de sua atuação, explicou o autor, é o da influência, pondo em evidência sua capacidade para afetar o comportamento de outros atores políticos em sentido favorável aos interesses programáticos que representa.²⁵⁹ Podem influir sobre governos, partidos e agremiações políticas, movimentos e organizações sociais, até mesmo sobre outros impressos e demais componentes de sua audiência na esfera pública.

²⁵⁸ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, año 8, n. 20, p. 105-115, marzo 2003.

²⁵⁹ BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis 12*, 1989, p. 67.

Ainda nesse sentido, os periódicos configuram-se, a bem dizer, participantes dos conflitos políticos, disputas que, travadas com outros atores, eram então entendidas como condição chave para a compreensão e tomada de decisão de suas próprias ações editoriais, executando estratégias para cada situação de conflito e mobilizando recursos a fim de lograr objetivos permanentes ou temporais. É fundamental para esses impressos assegurar o acesso a fontes de informação que melhor lhes permitam conhecer os participantes em jogo, o sistema e o contexto de atuação em escala nacional e internacional, de modo a realizar intervenções públicas com melhor precisão no que se refere à comunicação de seu discurso. Suas atuações, portanto, situam-se no sentido de confrontar ou de satisfazer as necessidades compartilhadas com outros atores político-sociais.²⁶⁰ De acordo com Héctor Borrat,

El periódico es narrador y muchas veces también comentarista de aquellos conflictos noticiables que ha decidido incluir y jerarquizar en sus temarios. Como grupo de interés, puede ser participante directo de conflictos internos, de conflictos con sus pares y con los otros medios de comunicación de masas y de conflictos con cualquier otro actor social. Dentro de esta red de conflictos múltiples y heterogéneos, el periódico puede verse involucrado de diferentes maneras.²⁶¹

Héctor Borrat ainda defendeu que o uso das linguagens políticas feito pelos periódicos pode cumprir diversas funções, dentre elas a de interpretar, conectar e difundir a informação; compreender criticamente o passado e projetar o futuro; implantar ou estimular uma agenda pública de discussão e ação política. Essa compreensão teórica é fundamental e certamente condizente com cada atuação de *Chile-América* nas disputas políticas em que se envolveu - confrontando a ditadura ou debatendo com o próprio campo de atuação das esquerdas chilenas do qual foi parte integrante.

²⁶⁰ BORRAT, Héctor. Op. Cit., p. 67-68.

²⁶¹ BORRAT, Héctor. Op. Cit., p. 69.

Vinculado a isso e acrescentando uma discussão teórica central para os objetivos desta tese, acreditamos ser fundamental respaldarmo-nos nos estudos de Elías José Palti - influenciado por uma História Intelectual e das Ideias em renovação através de John Pocock e Quentin Skinner, bem como pela história dos conceitos em Reinhart Koselleck. Segundo Elías Palti, as “novidades” linguísticas de um discurso político devem se legitimar e ser consideradas a partir das transformações e permanências de sentido na relação dialética com as linguagens preexistentes:

En definitiva, una historia de los lenguajes políticos se orienta a analizar cómo, más allá de la persistencia de ideas se alteraron las coordenadas conceptuales a partir de las cuales éstas tomaban su sentido, tratar de descubrir en los propios textos las huellas lingüísticas de los cambios de las alteraciones en las condiciones de enunciación de los discursos”.²⁶²

Queremos destacar aqui o quanto as contribuições renovadoras de Elías Palti para a História Político-Intelectual apresentam-se, em nosso trabalho, como base conceitual e metodológica para compreendermos a dinâmica dos discursos em *Chile-América*, aportes sobre os quais aludimos na Introdução desta tese em associação com a teoria do político em Pierre Rosanvallon.²⁶³ Reforçamos, por meio da leitura de Palti, que os discursos precisam ser compreendidos como inscritos em seus próprios fundamentos contingentes, ou seja, na historicidade de um entramado de problemáticas para as quais não havia soluções válidas *a priori*,²⁶⁴ mesmo que os atores em jogo, no nosso caso, se esforçassem para uma rápida resolução dos problemas e, para tal, se abastecessem de modelos teóricos e linguísticos clássicos (marxista, humanista cristão, ideário social-democrata etc). Antes, sim, devemos pensar que as linguagens políticas eram gestadas a partir de um repertório

²⁶² PALTÍ, Elías José. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, julho 2005, p. 342.

²⁶³ Ver Introdução da tese.

²⁶⁴ PALTÍ, Elías. *O tempo da política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 218-221.

de discursos e símbolos construídos em seu curso histórico único, em premissas inacabadas diante da própria indefinição/criação da dinâmica política do período da ditadura e do exílio, caminhando para um processo de democratização que, em si mesmo, nos traz a noção de algo em construção.

Parte da oposição à ditadura, à qual pertenceu e participou ativamente a revista, representou muito bem a complexidade das transformações nas linguagens políticas das esquerdas chilenas, revelando um processo de renovação socialista que, em aliança com a DC (também atravessando mudanças em seu discurso, acentuando a referência aos direitos humanos e à democracia como valores fundamentais), levaria anos depois à consolidação da *Concertación de Partidos por la Democracia*. O que pretendemos é analisar *Chile-América* como objeto de estudo complexo que deu ressonância a um repertório amplo de discursos político-intelectuais, construindo paulatinamente linguagens, símbolos e práticas (alianças, encontros, formação de redes) que esboçaram as bases da *Concertación* no final dos anos 1980, bem como projetou um debate pela justiça de transição. Nada disso, todavia, estava dado naquele momento, como uma espécie de projeto bem definido. Eram em verdade perspectivas políticas em construção, sem se saber, obviamente, no que se resultaria *a posteriori*.

Coube a nós, então, compreender os discursos em *Chile-América* que, em boa medida, não deixaram de reverberar narrativas tradicionais e históricas das esquerdas e do centro político chileno, de longa e média duração, reafirmando identidades. Contudo, as linguagens políticas presentes na revista refletiram e experimentaram as mudanças provocadas pelo impacto da ditadura e a conseqüente necessidade dos setores progressistas de realizar autocríticas em relação a suas trajetórias, assim como refletir sobre os caminhos a seguir com vistas à democracia. Diante disso, em *Chile-América*, gradativamente, o que se priorizou, no conjunto dos textos publicados, foi a

ressignificação do valor da democracia, do socialismo e dos direitos humanos, que em muitos aspectos se encontravam, tendo em conta o contexto autoritário, os traumas da violência política e as mudanças empreendidas pela ditadura. Nesse aspecto, tratamos de perceber as idas e vindas das “ideias-força”, não tipos ideais ou modelos teóricos prontos, mas em constante disputa no campo da oposição à ditadura chilena, reflexos da dinâmica do pensamento e da circulação das ideias políticas, ancoradas no engajamento social e nos contatos em redes transnacionais.

Consideramos que as abordagens metodológicas de Elías Palti - conceituais, críticas e renovadoras na História Político-Intelectual - e Fernanda Beigel e Héctor Borrat - voltadas detidamente para a ação política dos periódicos - podem ser interpretadas de modo a pensarmos a atuação pública de *Chile-América*, aprofundada deste capítulo em diante, intervindo na arena transnacional de disputas em defesa dos direitos humanos e de forma a alterar o cenário autoritário no Chile. Para isso, a revista construiu, orbitando no campo prático e discursivo candente da oposição à ditadura, seu editorialismo programático, este que foi adquirindo forma, paulatinamente, em seus editoriais, a partir da análise da conjuntura do golpe, da violência política da ditadura, do processo de institucionalização do regime pinochetista e a elaboração interpretativa de caminhos visando um amplo acordo pela democratização. Obviamente, as ideias e linguagens políticas não se constroem sozinhas, e, portanto, para tal, vale darmos sequência à interpretação que temos feito a respeito das redes às quais pertenceram *Chile-América* e como, através delas, as informações foram gestadas e intercambiadas.

2.2 – A participação dos Estados Unidos no golpe militar chileno

Uma abordagem inicial de destaque em *Chile-América* foi a respeito da participação dos Estados Unidos no golpe de 1973, através da ação da sua central de

inteligência, a CIA, e o financiamento concedido a setores da direita e da oposição a Salvador Allende. A revista se baseou em declarações públicas de autoridades políticas do Estado norte-americano que confirmaram a tese de efetiva ingerência do país na política interna chilena, incluindo revelação da sua autoridade máxima, o então presidente republicano Gerald Ford (1974-1977). *Chile-América* difundiu, então, em editorial da sua segunda edição - portanto, o primeiro texto evidenciando posicionamento da revista após o artigo de fundação da edição de abertura -, logo no primeiro parágrafo, as palavras do presidente dos Estados Unidos, proferidas publicamente em uma conferência de imprensa: “la acción de la CIA en Chile fué realizada en bien del pueblo chileno y, certamente, en nuestro propio bien”.²⁶⁵ O que hoje é fato conhecido em estudos acadêmicos e meios jornalísticos e políticos, com os documentos desclassificados²⁶⁶, na época revelaram-se publicações importante da revista a endossar e a difundir as denúncias correntes acerca da participação do Estado norte-americano no golpe.

Segundo *Chile-América*, portanto, a história da intervenção dos Estados Unidos no Chile ganhou ampla projeção naquele ano de 1974, quando membros do parlamento estadunidense, formando uma comissão especial no Congresso, ouviram o depoimento do Diretor Executivo da CIA, Willian Colby, reconhecendo que quantias consideráveis de dinheiro haviam sido gastas pelo organismo de inteligência no Chile quando Salvador Allende estava na presidência, com o fim de desestabilizar seu governo. A ação foi decidida ao final de 1970, em decorrência da eleição de Allende, após decisão do comitê secreto chamado “Dos quarenta”, presidido pelo Conselheiro de Segurança Nacional de

²⁶⁵ EDITORIAL. La “doctrina Ford”: Amenaza para la América Latina. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 3.

²⁶⁶ A desclassificação de documentos antes sigilosos pelo Departamento de Estado dos EUA, referentes à política externa do país, contendo telegramas, transcrição de reuniões reservadas e memorandos da CIA, foi revelador da ação ofensiva do país no Chile, sobretudo após a eleição de Salvador Allende, no sentido de intensificar a oposição ao recém-eleito presidente socialista. Pode ser consultado, por exemplo, o volume XXI da documentação do Departamento de Estado, denominada *Foreign Relations of the United States*, contemplando os anos de 1969 a 1973 no Chile. Disponível em: <https://static.history.state.gov/frus/frus1969-76v21/pdf/frus1969-76v21.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.

Richard Nixon à época, Henry Kissinger. Foram assim expostas “las verdaderas intenciones del poder imperial”, concluía a revista.²⁶⁷

Chile-América deu à publicação do editorial o tom de denúncia, respaldando-se em revelações concretas de maneira a retomar uma abordagem tão pujantemente exercida pela esquerda e setores democráticos, especialmente quando tendências golpistas da população chilena aumentavam sua ofensiva contra o governo de Allende. A linguagem anti-imperialista é um dos principais elementos do repertório discursivo tradicional das esquerdas latino-americanas, compondo um vocabulário que esteve representado nas páginas de *Chile-América* tanto por meio da crítica ao viés econômico, dessa vez sob a faceta contingente do neoliberalismo, quanto pelo respaldo inicial das instituições estadunidenses ao golpe e ao regime autoritário.

Anos mais tarde, em 1979, outro editorial da revista revisitou a relação Chile-Estados Unidos para tratar das mudanças diplomáticas ocorridas desde a década de 1960 até aquele presente instante. Sob o título *EE.UU.: De las presiones a la ruptura?*, fundamentalmente, a revista constatou que a recorrente violência política do Estado chileno contra seus opositores, destacando o assassinato de Orlando Letelier em solo norte-americano, fator somado à nova conjuntura internacional após a eleição estadunidense do democrata Jimmy Carter (1977-1981), presidente com política externa favorável aos direitos humanos, modificou a relação dos dois países, formando-se um cenário de maior pressão externa para a ditadura de Pinochet.²⁶⁸

Antes de tratar da ruptura na mudança de tom diplomático que foi o governo Carter para o Chile, *Chile-América* voltou a pontuar criticamente a proximidade deletéria entre os dois países, permitindo aos Estados Unidos interferirem nas disputas políticas

²⁶⁷ EDITORIAL. La “doctrina Ford”: Amenaza para la América Latina. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 3.

²⁶⁸ EDITORIAL. *EE.UU.: De las presiones a la ruptura?*. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 7-9.

locais, sobretudo a polarização política estimulada e a desestabilização à presidência de Salvador Allende, segundo informe do Senado norte-americano, *Covert Action in Chile*. Dessa vez, a revista endossou o argumento crítico com números extraídos de outro informe, o do jurista italiano Antonio Cassese, destinado à Comissão de Direitos Humanos da ONU, relativo ao impacto da interferência financeira externa no Chile. A partir de setembro de 1973, de acordo com os dados apresentados, os Estados Unidos aumentaram de forma significativa, ano após ano, sua “contribuição” ao país sul-americano, passando, por exemplo, “de 4 millones de dólares en el ejercicio económico de 1974, a 139,1 millones de dólares para el ejercicio económico de 1975”, provocando, segundo a revista, incômodo em muitos setores democráticos da sociedade norte-americana. Não obstante tenha observado a mudança diplomática com Carter e a participação igualmente importante do Congresso norte-americano em defesa dos direitos humanos, afirmou *Chile-América*, como contraponto, que “los grandes consorcios financieros y el establishment militar continúan prestando su apoyo al régimen de Pinochet”.²⁶⁹ Ou seja, a revista chamava a atenção para o respaldo ainda significativo emanado de forças políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos, mesmo diante de posições críticas da política externa daquele país em relação aos rumos políticos autoritários do governo do Chile.

É evidente que a participação dos Estados Unidos no golpe militar chileno teve um peso considerável de desequilíbrio na correlação de forças políticas internas. Sobretudo com o presidente Richard Nixon (1969-1974) e a atuação determinante do seu secretário de segurança nacional, Henry Kissinger, bem como da CIA, institucionalmente

²⁶⁹ EDITORIAL. *EE.UU.: De las presiones a la ruptura?. Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 7-9. De maneira mais abrangente, a relação dos países latino-americanos com os Estados Unidos no contexto em questão, incluindo proposições para superação das condições estruturais de dependência e avanço nacional-modernizador, esteve em discussão em: EDITORIAL. *La izquierda chilena y la política latinoamericana de los Estados Unidos. Chile-América*, Roma, n. 58-59, p. 7-11, 1979.

foi prestado apoio ideológico, estratégico e material/financeiro às forças da direita chilena, além da contribuição de grandes corporações estadunidenses, como a International Telephone & Telegraph Corporation (ITT). Embora tenha feito referência a atos de desestabilização à presidência de Salvador Allende por meio da política local, a ênfase na revista recaiu sobre a atuação dos Estados Unidos nesse processo, estando aquém, nos editoriais e mesmo em outras publicações, a história, a autonomia, a capacidade de organização e a lógica interna própria da direita chilena, tendo sido pouco contempladas, em análises, suas ações antidemocráticas para destituir o governo socialista. Referências foram feitas à extrema direita, como *Patria y Libertad*, mas sem o devido escrutínio de sua organização, membros e formas de atuação.²⁷⁰

O método de desestabilização política estadunidense no Chile, após a eleição de Salvador Allende, correspondeu ao financiamento e treinamento de grupos violentos, como o mencionado movimento *Patria y Libertad*, a transferência de recursos a periódicos de grande circulação no país, como *El Mercurio*, ao setor privado e a partidos que exerceram oposição à UP, como a DC e o PN, além do apoio e suporte material a movimentos da sociedade civil, como o *paro patronal* e a greve dos caminhoneiros de 1972. Os Estados Unidos tiveram, segundo a tese central defendida por Luiz Alberto Moniz Bandeira, papel fundamental, por meio da CIA, na articulação do golpe,²⁷¹ como documentou *Chile-América*. Investiram, em todo momento, na “fórmula para o caos”, que passava de maneira central pelo apoio material e de inteligência, mas sem deixar de estar associado à estratégia de intensificar o terror psicológico, incutido na população

²⁷⁰ Sobre a *Frente Nacionalista Patria y Libertad*, sua ideologia fortemente anticomunista, estratégias de massas, financiamento, violência política e o uso intensivo da propaganda contra Salvador Allende e a UP, ver VEGA NEIRA, Constanza. “En Chile no pasarán!”: el movimiento Patria y Libertad en su lucha anticomunista contra la Unidad Popular, 1970-1973. Violencia política, propaganda y estrategia de masas. (Tesis Magíster). 241f. Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, 2017.

²⁷¹ Essa foi a principal argumentação presente também em CORVALÁN MARQUÉZ, Luis. *La secreta obscenidad de la historia de Chile contemporáneo: lo que dicen los documentos norteamericanos y otras fuentes documentales, 1962-1976*. Santiago: Ceibo, 2013.

chilena, sobretudo na classe média, no empresariado e nos comerciantes, tangente à desagregação social e econômica supostamente provocada pelo marxismo da UP e do governo de Allende.²⁷²

Moniz Bandeira, com consistente pesquisa em telegramas oficiais diplomáticos, abordou a ação do governo dos Estados Unidos desde, pelos menos, as eleições de 1970, de maneira a evitar a vitória de Allende e, depois, sua posse como presidente, ratificada pelo Congresso chileno. Tal “operação desorientadora” de agentes da CIA foi também apontada pelo ex-embaixador norte-americano em Santiago, Nataniel Davis (1971-1973), muito embora ele tenha tentado suavizar a participação do seu país no golpe chileno.²⁷³ Apesar de não concordamos com o peso demasiado dado por Luiz Alberto Moniz Bandeira aos Estados Unidos na articulação da derrubada de Salvador Allende, no sentido de terem sido o principal ator da ruptura democrática, desprezando a dinâmica social interna e os elementos constitutivos das culturas políticas das direitas no Chile, a participação norte-americana foi, de fato, como indicado nas análises acima, muito importante para o resultado final.

Além da participação governamental norte-americana e a conflituosa relação entre UP e DC durante o governo de Salvador Allende, no que diz respeito à rearticulação política da direita nesse contexto de convulsão social, pouco analisada por *Chile-América*, como nos referimos, é preciso que retornemos à década de 1960. Sua contribuição para o desfecho do golpe não foi fruto apenas de um ambiente polarizado que insuflou mobilizações de rua radicalizadas, efetivando linguagens, discursos e práticas de ódio e descrédito em relação à UP.

²⁷² BANDEIRA, Luiz Aberto Moniz. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁷³ DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

Com base nos estudos da historiadora chilena Verónica Valdivia, devemos, antes, compreender a década de 1960 como essencial para o “parto” da nova direita política no Chile, caracterizada por um viés mais moderno de visão projetual e institucional, representada pelo Partido Nacional (PN) e pelo *Movimiento Gremial de la Universidad Católica de Chile*. Na perspectiva defendida pela autora, a nova direita não teria surgido tão somente como resposta à forte politização de esquerda e às mudanças estruturais empreendidas pelo governo da DC. Ao contrário, ela se organizava questionando a direita política tradicional que existiu até meados da década de 1960, liberais e conservadores, um tanto herdeira das tradições oligárquicas do século XIX. A nova direita chilena teria entrado decididamente em um processo de modernização e formulação de um projeto de poder de caráter ofensivo, recuperando o valor da política, com visão global da ação coletiva e do que deveria ser o Estado, com a pretensão de representar distintos setores da sociedade.

O PN e o *gremialismo*²⁷⁴ foram, portanto, nessa ótica, resultados da revalorização da política pela direita renovada, por uma via institucional que primou por estratégias e discursos construídos de modo a um alcance de “corações e mentes”, disputando-os com os projetos da Democracia Cristã e da esquerda. Nesse ponto, Verónica Valdivia se contrapôs ao sociólogo Tomás Moulian quando este defendeu a existência de uma direita que agiria reativamente às políticas da DC e da UP, dando menor ênfase, dessa maneira, à sua capacidade de articulação, de modo a alimentar um campo de ideias que se consolidariam, em alguns anos, na institucionalidade da ditadura pinochetista.²⁷⁵

Outro aspecto elementar analisado pela historiadora chilena, que comporia, mais à frente, a estrutura projetual do pinochetismo, foi o processo de desenvolvimento do

²⁷⁴ Retomaremos o *Movimiento Gremial* ao longo deste capítulo.

²⁷⁵ VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas*. El “parto” de la nueva derecha política chilena. 1964-1973. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

pensamento político-militar que teria levado ao golpe e à consolidação posterior de um modelo político-econômico neoliberal pelas Forças Armadas, perdendo espaço, gradualmente, no interior da instituição castrense, a influência nacional-desenvolvimentista oriunda do ibañismo²⁷⁶. O anticomunismo, de longa duração na formação militar, reforçado pela Doutrina de Segurança Nacional dos anos 1960, representou a confrontação às esquerdas no momento de crise aguda do governo de Salvador Allende. A ação golpista foi justificada como necessária para restaurar a unidade nacional e retirar o Chile do “caos econômico” e da “ilegitimidade política” sob o governo dos “marxistas”, discurso que se coordenou àquele utilizado pela oposição civil e que objetivava responsabilizar o governo da UP por supostos danos materiais e morais da sociedade chilena.

Mesmo tendo sido concebido antes, o plano para o golpe se encaminhou para a fase final em julho de 1973, quando se constituiu o “Grupo de los 15”, núcleo da conspiração castrense. Pertenceram a ele os generais da Força Aérea Gustavo Leigh, que viria a ser Comandante em Chefe na ditadura, integrando a Junta Militar; Nicanor Díaz Estrada, secretário de Estado Maior da Defesa Nacional, e Francisco Herrera Latoja; o Chefe de Estado Maior da Defesa Nacional, vice-almirante Patricio Carvajal; o contra-almirante Ismael Huerta, em representação do almirante José Toribio Merino, que também comporia a Junta formada após o golpe. O comando do Exército estava ausente

²⁷⁶ Referência aqui a Carlos Ibáñez del Campo, militar e político que presidiu o Chile em dois mandatos, entre 1927 e 1931 e, depois, entre 1952 e 1958, tendo sido, antes, Ministro de Guerra dos governos de Arturo Alessandri Palma (1925) e Emiliano Figueroa Larraín (1925-1927). A influência ibañista nas Forças Armadas chilenas, apontada por Verónica Valdivia, dizia respeito à formação ideológica e política dos militares, “la añoranza castrense por un gobierno fuerte y eficiente, que despreciaba a los políticos y prefería a los tecnócratas, que valorizaba la función económica e social del Estado”, em outras palavras, bases substanciais de “antipartidismo, anticomunismo y ansias de eficiencia gubernativa”, de acordo com a perspectiva de um Estado intervencionista e de linhagem desenvolvimentista. VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 18; Carlos Ibáñez del Campo. *Reseña Biográfica*. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Carlos_Ib%C3%A1%C3%B1ez_del_Campo. Acesso em: 15/04/2021.

no complô, mas estiveram presentes oficiais como os generais Javier Palacios, Ernesto Baeza e Sergio Arellano Stark, este último, líder da expedição militar de alta violência realizada um mês após o golpe e que ficou conhecida como “Caravana da Morte”.

A decisão pelo golpe em 1973 por esses oficiais gerou uma ruptura no interior da oficialidade castrense, embora indícios da quebra democrática se apresentassem desde que a Armada, encabeçada por Toribio Merino, encomendara a um grupo de economistas um programa econômico em fins de 1972, a ser aplicado no Chile após a pretendida queda de Allende, o “El Ladrillo”²⁷⁷. O general Augusto Pinochet, não pertencente à ala nuclear do golpe, aderiu a ele nos momentos decisivos e, posteriormente, derrotou o projeto do grupo original ao reunir, sob a órbita do modelo que ele representava, os neoliberais e o respaldo do almirante Merino, desfechando, assim, como expressou Verónica Valdivia, um “golpe después del golpe”, rompendo com a base original da conspiração contra Salvador Allende e, portanto, provocando uma quebra no desenvolvimento doutrinário das Forças Armadas chilenas desde o general Carlos Ibáñez.²⁷⁸

A construção de argumentos fortemente críticos à ingerência dos Estados Unidos no Chile pela esquerda chilena, como se percebe nos editoriais de *Chile-América* de forma mais atenta, pelo menos em um primeiro momento, do que a devida preocupação em entender a atuação e o comportamento da direita chilena e dos militares, teve uma razão

²⁷⁷ Importante mencionar que parte da série de estudos de economistas (alguns deles de formação neoliberal, pertencentes à geração de estudantes egressos da Escola de Economia de Chicago, os *Chicago Boys*), reunidos em um documento que ficou posteriormente conhecido como *El Ladrillo*, iniciou-se como elaboração de um programa econômico, em 1969, para o então candidato da direita às eleições de 1970, Jorge Alessandri. Os estudos foram inicialmente dirigidos por Emilio Sanfuentes Vergara, Pablo Baraona e Sergio de Castro, este um dos mais conhecidos *Chicago Boys*, ex-ministro da Economia de Pinochet. No início de 1973, uma equipe formada pelos três, mais outros economistas, incorporou ao programa original análises e documentos de maneira a construir uma alternativa político-econômica ao governo de Salvador Allende, propostas baseadas no livre mercado, vislumbrando a iminente saída antidemocrática. Por mais que Sergio de Castro buscasse dissimular, o fato foi que o documento municiou oportunamente os militares que visavam dar o golpe, em especial os oficiais da Armada. (Re)construído, portanto, para tal finalidade, o *El Ladrillo*, da maneira como ficou conhecido, encontrava-se finalizado em setembro de 1973, base para o direcionamento econômico ao neoliberalismo no Chile. Ver “El Ladrillo”. Bases de la política económica del gobierno militar chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

²⁷⁸ VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 16-17.

de ser, em nossa compreensão. Tratava-se da construção de uma linguagem política que projetou a resistência popular e a soberania dos países latino-americanos em relação ao avanço histórico dos interesses norte-americanos. Como herança de um tradicional pensamento político nas esquerdas da América Latina, tal alinhamento anti-imperialista marcou, atrelado à posição antifascista, o início da luta política da revista, que se desenvolveu e se transformou com base nas contingências políticas dos anos 1970 e começos de 1980, sempre atrelado às denúncias da repressão e da violação dos direitos humanos pela ditadura, como analisaremos a seguir.

2.3 - O projeto de institucionalização do regime pinochetista e as alternativas políticas à ditadura

Durante a década de 1970, o poder Executivo, antes dissipado pelos militares da Junta Militar, paulatinamente concentrou-se em Augusto Pinochet, a ponto deste, ao contrário das ditaduras militares do Brasil e da Argentina, por exemplo, conduzir a política do país até o final do regime em 1990. Ele personificou um dos governos mais repressivos da América Latina naquele contexto, sob o amparo de um aparato legislativo que teve sua expressão máxima na Constituição de 1980, apoiado por parte da sociedade civil. O viés autoritário, que se exprimia através da violência política em vários níveis, e as profundas transformações estruturais empreendidas só seriam possíveis se amparados em algum consentimento e adesão sociais, compartilhando valores defendidos pela ditadura.²⁷⁹ A violência, por si só, em seu sentido trágico da destruição física da esquerda e, do ponto de vista moral, do solapamento da oposição e do exercício da política, não

²⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

alcançaria a ambição pela ampla transformação do Chile por parte da ditadura sem a batalha, as disputas de narrativas, linguagens, ideias e imaginários no campo do político.

Por esse caminho, quem melhor desenvolveu a perspectiva de institucionalização do regime, em nossa leitura, foi a historiadora Verónica Valdivia. Ela definiu como *pinochetismo* o processo de personalismo da ditadura no Chile, que possuiu forte relação com a construção de um caráter projetual, marcado pela refundação total do país e o apoio social a esse projeto autoritário/neoliberal. Isso pressupunha uma guerra contra as esquerdas e o marxismo que se daria tanto na frente política como também na social e na econômica, possibilitando novas estratégias de desenvolvimento e novos sistemas de crenças e valores infundidos na população chilena.²⁸⁰ Na perspectiva da autora, o centralismo de poder em Augusto Pinochet passou pelo estabelecimento de uma nova institucionalidade, consubstanciada na Constituição de 1980, sobre a qual *Chile-América* não se absteve em apresentar discussões em editoriais e seções especializadas²⁸¹.

Antes de consolidar esse processo de institucionalização, as primeiras medidas adotadas pela Junta Militar, para além das ações repressivas, foram as de desbaratar os pressupostos constitucionais anterior (o sentido político e de participação estatal da Constituição de 1925), a começar pelo próprio golpe empreendido, o fechamento das instituições legislativas, a destruição do sistema de partidos, bem como a anulação do sistema de justiça independente, atrelando-o, dessa forma, a seus interesses de poder. As medidas para levar a efeito tais finalidades foram decretos-leis sobre os quais *Chile-América* realizou um dos primeiros esforços para compreensão do avanço autoritário a

²⁸⁰ VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 123.

²⁸¹ Na revista, publicaram-se, em distintas edições, duas seções especiais destinadas a debater o plebiscito convocado pelo governo e a Constituição de 1980. Ver *El plebiscito en Chile*. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, p. 19-53, 1980; *La institucionalización de Pinochet*. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, p. 31-69, 1980.

partir de um arcabouço governativo e supostamente amparado em um corpo legislativo paralelo.

Como apontou no editorial do seu quarto número, “la Constitución y la ley son hoy la mera voluntad de los cuatro miembros de la Junta Militar expresada en un decreto. La única formalidad es la simple emisión del decreto”, autoconferindo poder absoluto, por cima de qualquer ordenamento legal. Não havia, nesse sentido, nenhum direito emanado das leis, de caráter civil, penal, processual ou administrativo que pudesse outorgar uma consistência e consciência jurídica, explicava a revista. A falência do Estado de Direito, sinalizou *Chile-América*, recorrendo à análise de Patricio Aylwin a respeito, deu-se efetivamente pelo Decreto-Lei 788, por meio do qual o governo assumiu a eminência do poder público por cima de toda norma, procedendo de forma a desconsiderar regras jurídicas estabelecidas.²⁸² Os argumentos de Aylwin, então presidente da DC, retomados pelo editorial, estiveram presentes no recurso submetido à Suprema Corte chilena, movido de modo a recorrer da expulsão de Renán Fuentealba do país, recurso este prontamente rechaçado pela instituição judicial máxima.

Na interpretação da revista e de setores da crescente oposição que aderiam a esta estratégia, digamos, burocrática/legal de enfrentamento à ditadura, o sistema de justiça demonstrava constituir-se apenas como formalidade, de modo a amparar a aplicação dos decretos governativos.²⁸³ Ainda assim, recorrer à justiça, por parte de segmentos políticos formados em uma cultura de base jurídica, denotava a crença em algum resquício de funcionalidade dos poderes do Estado e a possibilidade de alguma ação autônoma das instituições. No mínimo, serviria para se refletir sobre sua ineficácia e subserviência aos desígnios da ditadura. Os tantos casos de apelação à Corte, em razão da violação de direitos humanos pela estrutural estatal, sem resposta satisfatória, conferiam evidências

²⁸² EDITORIAL. El gobierno por decreto. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 10.

²⁸³ *Ibid.*

da ausência de autonomia do judiciário, não somente do ponto de vista da inação, mas, o que era mais grave, da ação coordenada com o Estado.

Correspondente à edição de decretos-leis pela ditadura, demarcando o avanço autoritário no plano jurídico-institucional, *Chile-América* recordou que haviam sido ditados, quatro anos e meio após o golpe, mais de 2.220 decretos sobre as mais distintas matérias, revelando a magnitude das iniciativas da Junta. Tais decretos-leis incidiram sobre a estrutura política do Estado, no âmbito dos direitos civis e políticos, agindo sobre as limitações das liberdades públicas, as atribuições das autoridades administrativas, a divisão territorial do país, a regulamentação das atividades econômicas, o sistema educacional e de saúde, as práticas sindicais, o funcionamento do poder judicial. Indo ao cerne da questão das transformações efetivadas ou em processo, a revista afirmou que “las ideas centrales que inspiran esa acción son la de seguridad nacional y la de libertad económica”.²⁸⁴

Tendo por base, então, esta última colocação da revista sobre as ideias norteadoras das ações da ditadura, retomemos o fato de que as medidas da Junta Militar de Governo eram respaldadas por parte da sociedade que encampou o golpe, basicamente compreendida por uma direita em renovação, dividida em dois campos de atuação autônomos em suas doutrinas, mas que se complementavam: corporativistas/gremialistas e neoliberais. Concordamos com o editorial *Entre las palabras y la realidad* (edição de número 39-40, janeiro a março de 1978) acerca do repertório de ideias advindo das Forças Armadas, no qual a Doutrina de Segurança Nacional exercia influência, respaldando comportamentos sociais a partir de uma ambiência moral-conservadora, além de justificar ações contra os “inimigos da ordem interna” e os “subversivos”.²⁸⁵

²⁸⁴ EDITORIAL. Entre las palabras y la realidad. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 14.

²⁸⁵ Nos países latino-americanos, partindo do pressuposto da pátria como unidade, e de todo conjunto de valores cívicos que isso implicava, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) lançou mão, na aplicação de seus princípios, da violência de Estado, configurando-se, por vezes, em terrorismo de Estado, sob a

Contudo, no que diz respeito à reestruturação da direita chilena na segunda metade do século XX, destacamos aqui a aliança entre os gremialistas, liderados pelo jovem advogado Jaime Guzmán, e os neoliberais, economistas formados na Escola de Chicago, os denominados *Chicago Boys*, que pautaram a política econômica da ditadura. Essa aliança ofereceu as bases de sustentação civil do projeto de institucionalização do pinochetismo.²⁸⁶

Em 1966, universitários contrários ao projeto de democratização das instituições de ensino, desencadeada pela reforma universitária encampada por estudantes ligados à esquerda e ao centro político, organizaram-se em torno do *Movimiento Gremial de la Universidad Católica*. As proposições da reforma universitária no meio estudantil se desenvolveram no contexto das políticas estruturais do programa de governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), políticas estas que envolveram a reforma agrária, a nacionalização do cobre e a promoção popular. Nesse momento, a conjuntura de mobilização para a reforma na *Universidad Católica* (UC) foi liderada por estudantes progressistas ligados à Democracia Cristã, até que se iniciasse a virada política pelos gremialistas desde 1967 e, especialmente, em outubro de 1968, com a eleição de Ernesto Illanes para a *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica* (FEUC) – comandada pela DC desde 1959. Marcava-se, assim, “a chegada do gremialismo, movimento conservador, à liderança do movimento estudantil na UC”, instituição

justificativa de defender a democracia dos inimigos internos (subversivos), identificados, genericamente, com o comunismo. De acordo com Enrique Serra Padrós, entre as modalidades do Terror de Estado aplicadas pelas ditaduras do Cone Sul, guardando as especificidades de cada país, salienta-se o uso da tortura, a presença de esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo. PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 159.

²⁸⁶ VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. Ao utilizarmos a expressão *pinochetismo*, *ditadura pinochetista* ou *regime pinochetista* ao longo desta tese, estaremos amparados no sentido desenvolvido pela historiadora chilena referenciada.

tradicional, vinculada ao Vaticano e historicamente conservadora²⁸⁷, ainda que quadros importantes da esquerda, sobretudo do MAPU, tenham lá se formado e, por vezes, dado seus primeiros passos políticos.

Marcadamente católico-conservadores e liderados pelo *Centro de Estudiantes de Derecho* (CED), os estudantes gremialistas justificaram sua mobilização como contraponto às reformas estruturais em todos os âmbitos sociais, a começar pela universidade, direcionando sua crítica principal no sentido de rechaçar o que entendiam como “politização das organizações estudantis”.²⁸⁸ O influente e jovem intelectual Jaime Guzmán alçou liderança política a partir da Escola de Direito da UC, e postulou, como ideia central, desde a mobilização que articulava, a autonomia dos “cuerpos intermedios” - ou seja, das entidades e associações da sociedade civil -, em relação ao Estado e aos partidos políticos, princípio que deu base ao movimento gremialista.²⁸⁹ Mesmo

²⁸⁷ QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários*: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 532 e 535. A autora apontou que a pauta do movimento da reforma universitária, que atingiu em maior ou menor medida as principais instituições chilenas, incorporava críticas tais como: o caráter elitista dos estudantes e, por conseguinte, a importância de se eliminar as cartas de recomendação para aceitação na universidade; a estrutura administrativa considerada oligárquica; pouco desenvolvimento curricular e investimento em pesquisa, de forma a possibilitar ampla formação discente; a falta de coordenação entre as universidades; e a incapacidade de acompanhar as mudanças sociais potencializadas na década de 1960. Em linhas gerais, demandava-se com a reforma maior democratização das instituições universitárias e proximidade com as necessidades do povo chileno. A DC aprofundou sua influência sobre a FEUC desde a eleição de Eduardo Frei em 1964, e a esquerda se fez mais fortemente presente na *Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile* (FECH). Ver também CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 145.

²⁸⁸ MUÑOZ TAMAYO, Víctor. “Chile es bandera y juventud”. Efebolatría y gremialismo durante la primera etapa de la dictadura de Pinochet (1973-1979). *Historia Crítica*, Universidad de los Andes, núm. 54, septiembre-diciembre, 2014, p. 199-200.

²⁸⁹ Fundado por Jaime Guzmán em 1966, o *gremialismo* foi marcado pela influência do ideário corporativista católico franquista. Originado desde a UC por estudantes católicos conservadores, o movimento dialogou com a tradição de uma direita autoritária. A marca corporativista se vinculava, principalmente, ao entendimento acerca da “participação social”, ou seja, a defesa da separação entre o que era entendido como político, em uma vertente de despolitização que criticava e buscava minar a importância dos partidos e do Estado na sociedade, e o social, daí a defesa da autonomia das livres associações dos corpos intermédios, organizações da sociedade civil (da Igreja, de bairros, da universidade, da economia) livres da ingerência político-institucional. Parte das orientações que moldaram a Reforma Administrativa da ditadura, redefinindo o papel dos municípios, foi amparada por esse ideário, bem como pela lógica neoliberal, outra base para o pinochetismo. Ver CRISTI, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán*. Autoridad y Libertad. Santiago: LOM Ediciones, 2000; JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006; GOMES, Gabriela. Las tradiciones

antiliberais, seus integrantes eram contrários a um Estado intervencionista e desenvolvimentista, no sentido de exercer presença nas esferas sociais com alto nível de participação política, interferindo na autonomia dos corpos intermédios. Faziam, precisamente, oposição ao elevado grau de politização da sociedade chilena por meio do fortalecimento dos partidos de esquerda e da Democracia Cristã, processo de maior ascensão desde a década de 1960.

Anticomunista, antiliberal (defensor de um Estado “impositivo” como autoridade suprema, mas que não imprimisse a politização na sociedade – por isso a ideia do não intervencionismo), e de viés conservador e autoritário, o *Movimiento Gremial* participou da campanha do candidato da direita pelo PN, Jorge Alessandri, durante as eleições presidenciais de 1970, que deram a vitória a Salvador Allende. Com a UP no governo, os gremialistas se transformaram em ferrenhos opositores, reposicionando-se nas disputas políticas chilenas de forma a consolidar um projeto de país que se apresentasse como contraponto à esquerda.²⁹⁰

Como afirmou Verónica Valdivia, desde suas origens, o gremialismo se constituiu, no Chile, como uma “nova direita”.²⁹¹ Diferentemente da direita tradicional e histórica, associada a uma vertente oligárquica do país, os gremialistas, através da liderança doutrinária de Jaime Guzmán, buscaram criar sólidas relações com suas bases sociais,²⁹² com as quais a velha direita estabelecia vínculos de caráter clientelista ou

corporativistas en la dictadura pinochetista. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, p. 134-149, 2011.

²⁹⁰ Como indicamos, Samantha Viz Quadrat definiu bem esse quadro desde as organizações estudantis. QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 521-562.

²⁹¹ VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

²⁹² Sublinhamos novamente que o pensamento de Jaime Guzmán exerceu forte influência sobre a *Federación Estudiantil de la Universidad Católica* (FEUC), controlada pelos gremialistas desde o final da década de 1960. Durante a ditadura, Guzmán e seu círculo mais próximo trabalharam diretamente com a *Dirección de Organizaciones Civiles* da *Secretaría General de Gobierno*, estando sob a responsabilidade dos gremialistas a direção de uma das secretarias dependentes de tal estrutura burocrática, a importante *Secretaría Nacional de la Juventud* (SNJ). MUNÓZ TAMAYO, Víctor. “Chile es bandera y juventud”.

paternalista. Além disso, traçaram prontamente o inimigo a ser combatido, a esquerda chilena, adotando um virulento discurso anticomunista, sustentado mesmo após o golpe militar e a derrota do(s) projeto(s) socialista(s) da Unidade Popular.²⁹³ Manuel Gárate Chateau enfatizou as origens desse movimento de renovação da direita chilena, apontando para o fato de que a vitória dos gremialistas no interior da Universidade Católica, junto com a emergência dos estudantes neoliberais da Escola de Economia, projetou, portando certo sentido messiânico, uma “élite de derecha convencida en la posibilidad del éxito de una revolución conservadora, especialmente en una época donde la historia parecía acompañar a las fuerzas progresistas”. O gremialismo e o aporte neoliberal conferiram ascensão para uma nova direita “optimista y con visión revolucionaria”.²⁹⁴

Jaime Guzmán, um dos principais e mais prestigiados ideólogos da institucionalidade autoritária da ditadura, foi alçado, em vários círculos de sociabilidade de apoiadores do regime, à categoria de representante mais expressivo do discurso renovado da ascendente direita autoritária e católica chilena, legitimado por sua trajetória intelectual e política. Conservador e crítico da democracia liberal, destacou-se como estudante de direito e professor da UC, tornando-se principal assessor da Junta Militar e, posteriormente, da *Secretaría General de Gobierno*, encarregado dos discursos presidenciais, da área de propaganda política, além de exercer a direção da comissão de estudos que preparou o arcabouço da Constituição de 1980.²⁹⁵

Efebolatría y gremialismo durante la primera etapa de la dictadura de Pinochet (1973-1979). *Historia Crítica*, Universidad de los Andes, núm. 54, septiembre-diciembre, 2014, p. 204.

²⁹³ VALDIVIA, Verónica. Los guerreros de la política. La Unión Demócrata Independiente, 1983-1988. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, v. II, 2008, p. 143-148. Da mesma autora, sobre as origens do gremialismo, ver também VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

²⁹⁴ CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 147-148.

²⁹⁵ GOMES, Gabriela. Las tradiciones corporativistas en la dictadura pinochetista. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, 2011, p. 135.

Chile-América lembrou, em editorial da edição 28-29-30, correspondente a fevereiro, março e abril de 1977, que no discurso comemorativo do 11 de setembro, em 1974, constitutivo da *Declaración de Principios* do regime militar, Augusto Pinochet anunciou que o recesso político-partidário, então colocado em vigência e que atingia partidos como a DC, somente poderia cair de forma responsável e gradativamente, em um futuro ainda não definido, quando uma nova geração de chilenos, formada em hábitos cívicos, patrióticos e inspirada em autêntico espírito nacional, pudesse assumir a direção e organização da vida pública.²⁹⁶ Postos neste trecho, em que se reproduzem palavras de Pinochet na revista, estão valores tão caros à ditadura ressignificados de vertentes conservadoras e disseminados em sua linguagem política, nos discursos oficiais, nos textos públicos, na representação de seus ideólogos e na imprensa afim ao regime, notadamente os periódicos diários *El Mercurio*, *La Tercera*, *La Segunda* e a revista *Qué Pasa*, veículos receptivos aos valores conservadores e que propiciaram terreno fértil em parte da sociedade para a disseminação dos ideais gremialistas²⁹⁷ ou nacionalistas, estes, por vezes, oriundos das Forças Armadas.

De forma irônica, a revista *Chile-América* acrescentou, analisando as palavras públicas do ditador Pinochet, que a normalidade democrático-partidária, desde aquele momento em que se tornava pública a *Declaración de Principios*, deveria esperar, então, a formação de toda uma geração, prenunciando, assim, nas entrelinhas, intentos de consolidação e permanência duradoura da ditadura. Legitimada por Pinochet, essa geração era a dos jovens gremialistas, “formada por su más dilecto asesor, Jaime Guzmán”, e por Javier Leturia, designado chefe da Secretaria Nacional da Juventude, ou seja, expressão máxima entre as lideranças do movimento. Responsável por elas, com

²⁹⁶ EDITORIAL. Los buenos muchachos de “la familia”. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 9.

²⁹⁷ GOMES, Gabriela. Las tradiciones corporativistas en la dictadura pinochetista. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, 2011, p. 135.

função de centralidade dentro dos objetivos de reconstrução social por parte do regime, o peso do encargo de Leturia estava em “depurar os jovens chilenos dos vícios políticos anteriores”²⁹⁸, provocados, dentro dessa leitura da nova direita emergente, pelo processo de “esquerdização” pelo qual teria atravessado o Chile.

De 11 de março de 1974, a *Declaración de Principios del Gobierno de Chile*, que aprofundou as diretrizes do pronunciamento militar no dia do golpe, foi o primeiro documento oficial mais consistente no qual se apresentou publicamente o corpo de ideias e valores norteadores da Junta de Governo. A tradição conservadora, cristã e hispânica, ideário inspirado nas relações que se forjavam com o franquismo, foi valorizada como eixo para a unidade nacional. A família foi entendida como o principal “cuerpo intermedio o particular” da sociedade, e o Estado interpretado a partir de uma função meramente subsidiária, condição que pressupunha a aceitação do direito primordial da propriedade privada e da livre iniciativa no setor econômico, o que não representaria ausência de autoridade estatal, princípio apresentado como fundamental na *Declaración*.²⁹⁹ Vemos aqui ideários centrais do gremialismo, concebidos e diretamente veiculados pelo principal intelectual da ditadura chilena, Jaime Guzmán, mobilizando linguagem que em muitos pontos convergiu para o que interessava também aos neoliberais chilenos.³⁰⁰

²⁹⁸ EDITORIAL. Los buenos muchachos de “la familia”. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 9.

²⁹⁹ Declaración de Principios del Gobierno de Chile, 11 de março de 1974. In: Archivo Chile/CEME - Centro de Estudios Miguel Enriquez. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0005.pdf. Acesso em: 18/10/2019.

³⁰⁰ O princípio da subsidiariedade do Estado, que inspirou os gremialistas, pode ser compreendido, segundo Manuel Gárate Chateau, como tributário da doutrina social cristã (presente no corporativismo católico franquista), que estabelece a autonomia dos grupos sociais em relação a uma ordem superior no que diz respeito a seus interesses particulares, o que em nada tem a ver com a quebra de autoridade. Tal estrutura de ordem superior deveria agir, portanto, segundo essa lógica, de maneira a ajudar as organizações sociais a atingir seus objetivos comuns, sem deliberar sobre as questões que lhes são próprias: “la subsidiaridad dicta que la autoridad [central] debe resolver los asuntos en las instancias más cercanas a los interesados”, daí a noção de administração e municipalidade que avançou durante a ditadura. Do ponto de vista neoliberal, o Estado subsidiário foi interpretado no mesmo sentido, porém articulado com as doutrinas do Estado mínimo e da liberdade econômica. CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 153 e 175.

Havia no discurso da Junta Militar, constitutivo da *Declaración de Principios*, um claro objetivo de despolitizar a sociedade, construindo argumentos nos quais a própria administração pública era interpretada, estrategicamente, como apolítica ou meramente técnica, visões presentes tanto nos gremialistas como nos neoliberais. Obviamente que refutamos tal preceito, o qual pressupõe suposta isenção, eficiência e capacidade de racionalizar as decisões por parte dos administradores do Estado, pressuposto que carrega em si uma lógica política (mesmo que dissimulada) de viés meritocrático e de sentido autoritário, pois rejeita as formas de atuação político-partidárias e o campo de discussões críticas e plurais da democracia. Em última instância, o que se opera nesse tipo de reflexão é a destruição do bem comum, o esfacelamento do coletivo social e suas formas de manifestações, o confronto radical com o sentido público, vigorando os valores privatistas do mercado.³⁰¹

A destruição da força dos partidos políticos, da autonomia das organizações sindicais e da existência plena de demais formas associativas de sentido público (que, pelo viés politizado, não se encaixavam no entendimento de *cuerpo intermedio*), incluindo o cenário de intervenção militar em universidades e a supressão de sua autonomia intitucional, teve a ver com a perspectiva de esvaziamento radical das formas de discussão e de se fazer política, as quais haviam sido tão fortes no Chile. Isso não significou terminar, como esteve atenta a revista *Chile-América* em outro texto editorial da mesma edição 28-29-30, no qual igualmente analisava as posições públicas de Pinochet, com toda forma de agrupação cívica ou política, mas antes objetivou refazer o seu sentido tradicional, “despejar el camino a un nuevo concepto de partido político como meras corrientes de opinión”,³⁰² algo como teorizado pelo gremialismo ou mesmo

³⁰¹ ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México: Colegio de México, 2015.

³⁰² EDITORIAL. Irrupción de tendencias en la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 7.

presente em setores das Forças Armadas e nas tendências neoliberais, as bases teóricas, simbólicas e práticas para reconstrução do país desde 1973.

A respeito da implantação do neoliberalismo no Chile, o outro sustentáculo da institucionalização do pinochetismo, Pilar Vergara apontou que, desde o início da ditadura, as concepções econômicas predominantes corresponderam a uma ideologia liberal, ainda que de uma forma pouco consistente ou em relativa intersecção com traços nacional-desenvolvimentistas presentes nas Forças Armadas. As concepções neoliberais dos *Chicago Boys* ganharam força e representatividade no governo de Augusto Pinochet nos anos que se seguiram a 1975, principalmente através da liderança do ministro da Economia, Sergio de Castro.³⁰³ Como afirmou Ricardo Ffrench-Davis, “a medida que un grupo ultra-neoliberal ampliaba su poder, [...] se fue extremando la gama y profundidad de los cambios estructurales”.³⁰⁴

Foram denominados de *Chicago Boys* os jovens economistas chilenos que realizaram cursos de pós-graduação na Universidade de Chicago, Estados Unidos, após um convênio realizado em 1955 entre a Faculdade de Economia da Universidade Católica de Santiago, de onde eram egressos, e o departamento de Economia da Universidade norte-americana. Influenciados irrestritamente pela ortodoxia neoclássica e monetarista da Escola de Chicago, em especial a partir dos ensinamentos de Milton Friedman e sob a tutela do verdadeiro mentor para os jovens chilenos, Arnold Harberger, ao regressar, esse grupo de economistas assumiu o Departamento de Economia da Universidade Católica, de onde começaram a influir sobre o meio político e empresarial do país e a difundir suas

³⁰³ VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile: un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar*. Santiago de Chile: FLACSO, n. 216, 1984. Ver también CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012.

³⁰⁴ FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, outubro-dezembro 2002, p. 595.

concepções por distintos veículos de comunicação,³⁰⁵ tendo sido seu “porta-voz” principal o jornal *El Mercurio*.³⁰⁶

O neoliberalismo, introduzido substancialmente no Chile pelos *Chicago Boys* e instrumentalizado pelo Estado autoritário durante a ditadura, propunha, essencialmente, uma sociedade “sem política” e baseada na iniciativa privada, com a economia fundamentada no mercado livre, privado e aberto comercial e financeiramente para o capital externo, sem a intervenção estatal como agente regulador e limitador. Segundo Eugenio Tironi, “el Estado fue retirado de su papel directo en la producción: más de cuatrocientas empresas en manos públicas fueron entregadas a particulares, que se beneficiaron de subsidios apreciables”.³⁰⁷ No pacote de reformas neoliberais, a redução do setor público e a privatização de empresas tradicionais foram acompanhadas pela eliminação do controle dos preços e da entrada de produtos estrangeiros; liberalização para o mercado financeiro e os fluxos internacionais de capitais; reversão do processo de expropriação e reforma agrária, ampliando a concentração e especulação do mercado de terras; supressão dos direitos sindicais preexistentes.³⁰⁸

³⁰⁵ VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile: un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar*. Santiago de Chile: FLACSO, n. 216, 1984, p. 64-65.

³⁰⁶ Em muitas oportunidades, publicamente, Sergio de Castro dedicou a acolhida nos Estados Unidos e os ensinamentos recebidos a Alito, como intimamente chamava ao professor Arnold Harberger. Em prólogo de livro dedicado a Harberger, como ele próprio, Sergio de Castro, explicou, a aplicação do convênio original entre as Universidade de Chicago e a Católica de Chile durou entre 1956 e 1961, financiada pela AID, agência norte-americana para acordos de desenvolvimento internacional, portanto, ligada à sua política externa. Terminado esse programa inicial, que contemplava também alunos da *Universidad de Chile*, houve prorrogação a partir de outras fontes de financiamento, tais como Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Becas do Banco Central chileno, ampliando o número de estudantes em Chicago. Nas palavras de Sergio de Castro, “a partir de principios de la década de los 60, los becarios de la Católica tuvieron una vida estudiantil algo más fácil. Ello en virtud de que la calidad de la enseñanza de Economía en la Católica mejoró substancialmente tras la radical y profunda reforma realizada, desde fines de 1958, por los profesores de tiempo completo contratados por ésta en cumplimiento de las cláusulas del Convenio”. Ou seja, a reestruturação do ensino e a disseminação dos valores monetaristas e do livre mercado eram pressupostos fundamentais para o acordo firmado e seu êxito. CASTRO, Sergio de. Prólogo. In: ROSENDE, Francisco (ed.). *La Escuela de Chicago: una mirada histórica a 50 años del Convenio Chicago/Universidad Católica*. Ensayos en honor a Arnold C. Harberger. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2007, p. 15.

³⁰⁷ TIRONI, Eugenio. *Autoritarismo, Modernización y Marginalidad: el caso de Chile (1973-1989)*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1990, p. 135.

³⁰⁸ FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, outubro-dezembro 2002, p. 595. Este autor considerou que as profundas

Se, teoricamente, a imbricação entre Estado autoritário e neoliberalismo nos parece paradoxal³⁰⁹, na prática, esse tipo de sistema político no Chile “revelou-se *sine qua non* para o sucesso do projeto neoliberal”.³¹⁰ Os estudos sócio-históricos a respeito da junção entre autoritarismo e neoliberalismo, por meio da qual se estruturou a ditadura militar no Chile, foram categóricos ao apontar que, para além do âmbito econômico, essa parceria buscou expandir-se para as esferas sociais, consolidando o projeto de refundação da sociedade chilena pretendido pelo Estado ditatorial em todos os níveis. Esse processo passou, fundamentalmente, por deslegitimar, inclusive do ponto de vista legal/institucional, o governo de Salvador Allende, assim como pelo estabelecimento de uma nova institucionalidade que modificaria as bases da sociedade chilena, “introduzindo em todas as esferas os mecanismos de mercado”³¹¹, especialmente em seu aspecto cultural, o que pressupunha práticas relacionais, valores e modos de pensar. Trata-se de um aspecto que não consistiu, precisamente, uma novidade teórica. Como tão bem mostrou, em sua análise, Fernando Escalante Gonzalbo, o programa econômico é um elemento fundamental, perceptível, porém é uma parte do que carrega em si, de forma

reformas neoliberais no Chile possibilitaram a renovação de quadros econômicos e o surgimento de grupos mais inovadores, competitivos e modernos, mudando a face da elite econômica chilena. Todavia, o mesmo Ffrench-Davis também reconheceu que essa suposta perspectiva modernizadora se deu a custos pesados para a classe trabalhadora, com a baixa substancial de salários reais, a eliminação de grande parte dos direitos sindicais, a desregulamentação do mercado e as garantias para a propriedade privada.

³⁰⁹ Apenas aparentemente, pois, como já destacou Escalante Gonzalbo, o programa neoliberal necessita do Estado, e não de um Estado defensivo, mas que atue de forma ativa e beligerante, que sirva ao processo de privatizações e mudanças estruturais que não se realizam sem complexidade. Em outras palavras, que intervenha para proteger o mercado das disputas políticas das sociedades efetivamente democráticas. ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México: Colegio de México, 2015.

³¹⁰ FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*, Franca, UNESP, 1998, p. 111.

³¹¹ GARRETÓN, Manuel Antonio. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. *Lua Nova*, São Paulo, n. 16, março de 1989, p. 91; VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 123.

mais complexa, o conceito de neoliberalismo, que, antes de tudo, representa uma visão de mundo, uma retórica, um modo de agir socialmente.³¹²

Nessa perspectiva, de acordo com Verónica Valdivia, a refundação do Chile, na visão dos militares, passou necessariamente por uma “guerra social” travada contra o marxismo e a força dos partidos de esquerda no país. Para tal, efetivou-se uma verdadeira batalha cultural pelo imaginário da população chilena, bem como buscou-se, ancorada na lógica gremialista e neoliberal de Estado subsidiário, amparar, com políticas públicas, os setores da população de extrema pobreza, entendidos como segmentos sociais mais suscetíveis à arregimentação política pelas ideias e valores das esquerdas.³¹³ Em linhas gerais, pretendia-se a construção sólida de uma base social que sustentasse o pinochetismo por um longo prazo, mesmo que não mais sob um sistema político ditatorial.

Neoliberais e gremialistas, portanto, mais do que possíveis divergências, tiveram muitos aspectos comuns. Ambos surgiram da mesma instituição, a *Universidad Católica*, e um dos principais redutos do gremialismo, além da Escola de Direito, de onde despontou Jaime Guzmán, foi a Escola de Economia, centro irradiador das ideias neoliberais. Explicou, então, Manuel Gárate Chateau que “esta particular relación entre un materialismo económico liberal, importado de un país de cultura protestante como Estados Unidos, y un catolicismo cercano del hispanismo peninsular, solo se explica por las especiales condiciones de efervescencia política del Chile de la década de 1960”, em especial a partir de um “ambiente singular de disputa ideológica”, a UC.³¹⁴

³¹² ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México: Colegio de México, 2015.

³¹³ VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-142.

³¹⁴ CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 144.

Gremialistas e neoliberais defendiam o capitalismo e a iniciativa privada como motores do desenvolvimento econômico, em oposição ao intervencionismo estatal nesse campo. Compartilhavam também a descrença na política partidária e parlamentar, muito embora os princípios do gremialismo tenham valorizado associações em “cuerpos intermedios” que, de alguma forma, exerceram a política da ditadura, além de tais princípios, posteriormente, terem dado origem ao partido *Unión Demócrata Independiente* (UDI), fundado por Jaime Guzmán em 1983. Gremialistas e neoliberais, em seu veio supostamente despolitizador da sociedade, desejavam uma ordem autoritária sustentada por um poder executivo impositivo e centralizador, embora não intervencionista na economia, ancorado na perspectiva de subsidiariedade estatal, como indicamos, com a possível presença de um parlamento apenas fiscalizador.³¹⁵ A relação, em princípio pouco compatível, entre “integrista católico y ultroliberalismo económico”, consolidou-se diante dos adversários comuns, representados pelo “socialismo [...] y incluso el catolicismo progresista”.³¹⁶

O pinochetismo se consolidou compreendendo as transformações econômicas e sociais dos princípios gremialistas e, fundamentalmente, do neoliberalismo, aprofundando, desde o final da década de 1970³¹⁷, mudanças estruturais acompanhadas,

³¹⁵ VALDIVIA, Verónica. Los guerreros de la política. La Unión Demócrata Independiente, 1983-1988. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, v. II, 2008, p. 142-146.

³¹⁶ CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 151 e 152. O autor chamou a atenção para a criação da revista *Portada*, em 1969, como ponto de encontro entre, digamos, essas duas correntes de pensamento e valores, a católica-conservadora e a neoliberal. Vinculada à *Universidad Católica* e dirigida pelo historiador Gonzalo Vial, a publicação pretendia reunir a intelectualidade chilena de direita, sobretudo das áreas de história, economia e direito, além de empresários e jornalistas próximos ao periódico *El Mercurio*. Muitos integrantes dessa intelectualidade conservadora consideravam-se herdeiros do pensamento de Jaime Eyzaguirre, dentre os quais, declaradamente, Jaime Guzmán.

³¹⁷ Redigido pelo economista José Piñera, também oriundo da Escola de Chicago, irmão do ex-presidente de direita Sebastián Piñera (cujo último mandato foi de 2018-2022), o *Plan Laboral* de 1979 e o novo *Código del Trabajo* consagraram um modelo trabalhista assimétrico, reforçando o poder do empresariado e do capital sobre o trabalho. Além de tais transformações, que impuseram limites à atividade sindical, entre 1978 e 1981, a ditadura realizou reformas estruturais que alteraram as bases da sociedade chilena, tais como: a liberalização da propriedade e do mercado de terras; privatização do sistema de pensão (1980),

nunca é demasiado pontuar, da violência institucionalizada contra os opositores políticos, condição que permaneceu como marca também ao longo dos anos 1980.

Além das bases ideológicas e simbólicas gremialistas/neoliberais de apoio na sociedade civil, a institucionalização da ditadura pinochetista passou, obviamente, também pela luta por consenso dentro das Forças Armadas em torno da figura de Augusto Pinochet. Esse processo culminou na derrocada, dentro da instituição, da influência do chefe da Força Aérea, Gustavo Leigh, um dos principais articuladores do golpe, porém opositor ferrenho da vertente de institucionalização da ditadura baseada no neoliberalismo e na personalização do poder em Pinochet. Leigh, herdeiro das ideias ibañistas no interior das Forças Armadas, sustentava um caminho econômico de caráter nacional-desenvolvimentista, como havíamos indicado (ver, em especial, tópico anterior).³¹⁸

Além da historiadora Verónica Valdivia, outro autor chileno que analisou a gradativa personalização da ditadura na figura de Augusto Pinochet foi Carlos Huneeus. Em nossa interpretação, assim como Valdivia, o fez ressaltando o papel de setores direitistas da sociedade chilena, os gremialistas e os *Chicago Boys*, junto à forte liderança política de Pinochet. Porém, diferentemente da historiadora chilena, Huneeus não considerou tanto o papel e as disputas das Forças Armadas ao longo da ditadura, destacando, dessa maneira, o peso da autoridade e da centralização do comando político

criando as Administradores dos Fundos de Pensão (AFPs), instituições financeiras privadas atuantes no sistema de capitalização individual das aposentadorias; nova *Ley Minera* (1981), abrindo o país às concessões transnacionais; lei geral das Universidades e processo de municipalização do ensino básico e médio que provocaram, ao final da década de 1980, um processo de mercantilização da educação chilena. Tudo isso respaldado pela Constituição de 1980 e, posteriormente, a partir de 1984, aprofundado por novos decretos e privatizações sob o comando do ministro Hernán Büchi, após um breve interregno intervencionista com a crise econômica em 1982. Ver GAUDICHAUD, Frank. *Las fisuras del neoliberalismo maduro chileno: trabajo, “democracia protegida” y conflictos de clase*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

³¹⁸ VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 129; VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

exercido pelo ditador, não tendo a preocupação em associar a força do pinochetismo à conquista e ao respaldo da instituição castrense, sobretudo a ascendência do Exército. Tanto assim, e enfatizando a natureza personalista e desenvolvimentista da ditadura, que o autor optou por caracterizar o sistema político depois 1973 como “régimen de Pinochet”, e não ditadura militar ou civil-militar.³¹⁹

De forma previamente similar, em muitos momentos, em *Chile-América*, o processo de institucionalização da ditadura pendia para uma análise a considerar, quase exclusivamente, a força política de Pinochet. Porém, por outro lado, e de forma mais definitiva, em nossa visão, a revista se preocupou em apresentar, pouco a pouco, reflexões mais completas em que os distintos elementos dessa dinâmica autoritária estiveram envolvidos, compreendendo o gremialismo, as forças econômicas e o peso da doutrina militar na conformação da ditadura. Isso se mostrou presente não apenas nos editoriais, obviamente, mas ao longo de interpretações críticas espalhadas em suas seções.

Diferentemente dos posicionamentos mais críticos de Pilar Vergara e Eugenio Tironi, por exemplo, com os quais comungamos, quanto à combinação entre autoritarismo do Estado e modelo econômico neoliberal no Chile,³²⁰ Carlos Huneeus interpretou que o país teria entrado, com as medidas ortodoxas neoliberais, em uma rota de modernização e desenvolvimento econômico. Sua leitura, digamos, mais amena dessa conjuntura e das consequências do aprofundamento das medidas econômicas, fez com que Huneeus caracterizasse a ditadura militar como “desenvolvimentista”. Do ponto de vista político, todavia, não negligenciou o aspecto atroz da repressão.

³¹⁹ HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000. Ver análise crítica e balanço historiográfico em VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-141; VALDIVIA, Verónica. Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 167-203, jan./abr. 2018.

³²⁰ Não podemos deixar de mencionar, dentro dessa vertente crítica, pela relevância do seu trabalho, o sociólogo chileno Tomás Moulian. Ver MOULIAN, Tomás. *Chile actual*. Anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

Preferimos argumentar, então, na linda da leitura realizada por *Chile-América*, que se tratou de um modelo econômico neoliberal, com toda carga negativa de desigualdades e de despolitização provocadas na sociedade chilena. Acreditamos ter sido perversa a ditadura, como dissemos, tendo em conta que, do ponto de vista político, à medida que a repressão e o terror avançavam sobre a sociedade, especialmente sobre os militantes e simpatizantes das políticas de esquerda, crescia vertiginosamente o número de mortos, desaparecidos, torturados e exilados. Do ponto de vista econômico, as opções monetaristas dos economistas chilenos “de Chicago” provocaram um forte processo de empobrecimento de significativa parcela da população; desassistência do Estado na saúde, trabalho e educação; aprofundamento da desigualdade social no Chile, sobretudo a partir da crise econômica do início da década de 1980. Por conseguinte, o contexto desfavorável para amplos setores da sociedade pressionou para que muitos chilenos tentassem deixar seu país, somando-se à saída massiva forçada pela violência política institucionalizada, como apreendemos na questão do expressivo exílio chileno.

Nesse sentido, carta emitida de *Viña del Mar* à revista, sem assinatura, publicada na edição 84-85 de janeiro, fevereiro e março de 1983, nos pareceu a mais incisiva e municiada análise sobre o aprofundamento do desemprego e da pobreza no país dentro do panorama recessivo dos primeiros anos da década de 1980, revelando o desgaste da fórmula neoliberal e da lógica política do Estado subsidiário, que se apresentava para socorrer parcela significativa da população com soluções ínfimas de emprego e renda, representada pelo *Programa de Empleo Mínimo* (PEM):

Investigaciones recientes realizadas en Chile han permitido establecer que durante 1982 la cesantía aumentó en un 60% y que todos los datos oficiales proporcionados están habilmente manipulados. Según el gobierno, la cesantía durante 1981 fué de 20,8%. Sin embargo el verdadero porcentaje sería de 33%. Para reducir el índice de cesantía el Gobierno duplicó la dotación del PEM (empleo mínimo). Los trabajadores adscritos a este servicio eran 168. 149 en 1981 y en diciembre de 1982 llegaron a 316.469. A esto se agrega el llamado ‘programa de acciones reactivadoras para jefes de hogar’, el cual ocupó a

54.187 personas en octubre de 1981. Subió a 102.277 en diciembre de 1982 y a 107.887 en enero de 1983. En el fondo se trata de meros subsidios de cesantía o cesantía disfrazada. Un trabajador del PEM gana 25 dólares aproximadamente al mes. Le alcanza para comprar pan y pagar la movilización. El programa para jefes de hogar paga 40 dólares al mes, otra insignificancia. [De] la fuerza de trabajo real de Chile [...] hay 2 millones 680 mil desocupados (incluyendo 440 mil subsidiados en el PEM, como jefes de hogar o con otros recursos).³²¹

Nossa visão crítica sobre a ampla reestruturação neoliberal no Chile (e suas mazelas sociais) se aproxima da apresentada e, portanto, mostra-se similar às análises realizadas por *Chile-América*, como dissemos, ao acompanhar e se posicionar, como ator político, sobre a institucionalização da ditadura. O editorial *Se perfila una alternativa*, da edição 56-57 de 1979, foi uma preciosa interpretação da revista sobre o processo de aprofundamento do pinochetismo. A preocupação do texto voltou-se para o marco político de Chacarillas, em julho de 1977, ato cívico-militar de apoio à ditadura realizado no Parque Metropolitano, simbolicamente representado pela juventude,³²² entendido como o evento que estabeleceu as etapas do processo de institucionalização. Buscava-se conformar um tipo de Estado, sistema socioeconômico e regime político que se conjugou com expediente intimamente ligado à manutenção do poder pessoal de Pinochet. Reiteradamente, afirmou-se na revista, “Pinochet se ha negado a separar los cargos de Presidente de la República y de Comandante en Jefe del Ejército”. Do Estado de Sítio ao Estado de Emergência³²³, daí até os marcos constitucionais em elaboração, há algum

³²¹ S.N. La verdad sobre la cesantía. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 4.

³²² O discurso de Chacarillas, redigido por Jaime Guzmán, “profundizó la *Declaración de Principios* anunciando que no se retornaría a la democracia liberal sino que se forjaría una ‘autoritaria, protegida, integradora, tecnicada y auténtica participación social’, es decir, que ostentara ‘una autoridad fuerte y vigorosa para defender a los ciudadanos de la demagogia y la violencia’, que suplantara ‘el estado liberal clásico, ingenuo e inerme, por uno nuevo que esté comprometido con la libertad y la dignidad del hombre y con los valores esenciales de la chilenidad’, y que integrara ‘la voz de los que saben al estudio de las decisiones. Sólo ello permitir[ía] colocar la discusión en el grado y nivel adecuados, reducir el margen del debate ideológico a sus justas proporciones, aprovechar el aporte de los más capaces e dar estabilidad al sistema”. Esta citação, com referências diretas ao discurso de Pinochet, encontra-se em JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 245.

³²³ O Decreto-lei n. 3 e o de n. 4 de 18 de setembro de 1973 declararam Estado de Sítio e Estado de Emergência em todo território nacional, “dejando en claro, de acuerdo al Decreto Ley número 5, que el ‘Estado de Sítio decretado por conmoción interna’ debía entenderse como ‘Estado o Tiempo de Guerra’, lo cual significaba reprimir de la forma más drástica aquellas acciones que se emprendan contra la integridad

tempo, avaliou *Chile-América*, a ditadura deixou de ser transitória para se consolidar em um ambicioso projeto.³²⁴ Como marca editorial de *Chile-América*, frequentemente empregada, foram apresentadas citações diretas e análises dos discursos de Augusto Pinochet. No pronunciamento realizado em 11 de setembro de 1979, sobre o qual o editorial da edição 56-57, que ora contemplamos, se debruçou, o ditador chileno asseverava empreender a mais profunda renovação nacional desde o Estado portaliano, como se salientou no texto.³²⁵

Diego Portales (1793-1837), como ministro do presidente da República José Joaquín Prieto (1831-1841), foi personagem político central para as Forças Armadas chilenas no poder com Pinochet. Tratou-se de principal referência histórica para a Junta Militar no momento de consolidação da institucionalidade autoritária do regime, apropriado simbolicamente como expoente dos princípios considerados fundantes da ordem, moralidade, autoridade e austeridade, os quais regiam o repertório de valores da ditadura, em oposição à “anarquia” do período “marxista” de Salvador Allende. Dentro dessa mesma lógica discursiva oficial, interessava aos militares da Junta a estratégia

física del personal de las Fuerzas Armadas y la población en general. MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo. La dictadura cívico-militar del general Augusto Pinochet como proceso institucionalizado de violencia política. *Sociedad Hoy*, Universidad de Concepción, n. 23, 2012, p. 41-42. A própria revista *Chile-América* explicou sobre a interrupção do Estado de Sítio em 11 de março de 1978 e sua substituição, no mesmo dia, pelo Estado de Emergência, com base no Decreto 1.877 de 1976, que regia a *Ley de Seguridad Interior* do Estado. Mantiveram-se as restrições de circulação noturna, as restrições às liberdades públicas e à liberdade de expressão e de imprensa. Todavia, ao menos em tese (já que na prática estavam em vigência prisões arbitrárias, centros clandestinos e toda ordem de violência), essa mudança impunha barreiras legais a detenções em lugares que não fossem públicos por mais de cinco dias; concediam maiores atribuições aos tribunais de justiça comum ao invés da Justiça Militar; sobretudo, possibilitava o amparo de recursos na Justiça por parte dos afetados. CHILE-AMÉRICA. La presión interna y externa obliga a Pinochet a levantar el Estado de Sitio, pero lo reemplaza por el Estado de Emergencia. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 191-192.

³²⁴ Manuel Garretón considerou a fase entre 1976 e 1980 como o período efetivamente fundacional da ditadura. Obviamente, essa demarcação temporal não se fez consensual entre os estudiosos, mas, de toda forma, expressou um momento aproximado em que a ditadura avançou em seu caráter pinochetista, sendo o evento de Chacarillas, em 1977, a divulgação inicial mais explícita do modelo econômico e político a ser implantando em largo prazo. Ver GARRETÓN, Manuel Antonio. *El Proceso Político Chileno*, Santiago, FLACSO, 1983; PAVEZ VERDUGO, Paulina. Augusto Pinochet U. y la memoria heroica de la dictadura cívico-militar en Chile (1973-1989). *Amérique Latine. Histoire y Memoire*, n. 38, p. 1-14, 2019. In: <https://journals.openedition.org/alhim/8210>.

³²⁵ EDITORIAL. Se perfila una alternativa. *Chile-América*, Roma, n. 56-57, 1979, p. 11.

narrativa de associar sua missão na construção da nova ordem chilena com aquela empreendida por Portales ao erigir as bases do Estado no século XIX, a aclamada “República Autoritaria”.³²⁶

Ao expor sobre a personificação do regime e a conquista dos demais setores militares por parte de Pinochet, derrotando adversários internos como Gustavo Leigh, o editorial da edição de número 56-57 (agosto a outubro de 1979) definiu a ditadura como espécie de autocracia de caráter pessoal, sustentada em um projeto de transformação radical da sociedade. Assim, se disse que “el 11 de septiembre – lo repite con insistencia [Pinochet] – no se trataba de sacar a un Presidente para devolver el poder a los políticos”. Não bastaria, nesse aspecto, um simples “labor de limpieza” que deixasse “íntactas las raíces del mal”. Para superar tal condição, os intentos da ditadura, segundo observou *Chile-América*, tratavam de “librar una verdadera guerra en todos los campos de la actividad humana” contra os excessos politizadores da esquerda e as ideologias forâneas.³²⁷

Com uma análise certa, em nossa leitura, ainda que possamos problematizar o sentido de “autocracia”, afirmou-se, ainda, que o novo Estado que se buscava implantar combinaria as “exigencias ciegas del neo-liberalismo económico con las características de la autocracia”, provocando transformações “revolucionarias” na economia e a reestruturação do sistema social e suas diversas instituições, culminando na famosa “democracia protegida”, expressão defendida pela ditadura chilena e que antecipava o que estaria contido na Constituição de 1980. A institucionalidade social pensada pelo regime pinochetista assumiria valores que derivariam “del libre juego del mercado y de

³²⁶ JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 304-310. Esta autora lembrou que o nome de Diego Portales serviu para batizar a nova sede do governo ditatorial, assim como seu retrato foi utilizado ao fundo das fotografias oficiais de Pinochet.

³²⁷ EDITORIAL. Se perfila una alternativa. *Chile-América*, Roma, n. 56-57, 1979, p. 11.

la capacidad de los individuos para determinar autónomamente su futuro”. Essa nova institucionalidade econômica e social serviria de base para reestruturação do próprio fundamento político, ou seja, o caminho em construção pavimentava-se a partir da economia e do social, “para culminar en lo constitucional, en lo derecho”.³²⁸

Constatando lucidamente sobre todo o processo de transformações estruturais sob a égide da repressão política, ainda se apontou criticamente no editorial da revista que “pocas veces había sido teorizada en forma más clara la incompatibilidad esencial entre la democracia y el capitalismo neo-liberal.” Para a existência dos plenos preceitos neoliberais, fazia-se necessário “la disminución de las funciones económicas del Estado en favor de la libre iniciativa”, o que pressupunha, segundo *Chile-América*, “la omnipresencia represiva del Estado en la vida política”.³²⁹ As mudanças práticas concebidas de maneira a redefinir as funções do Estado e da sociedade civil, ou seja, a concepção de modernização, assim formulada pelos intelectuais do pinochetismo, que em essência carregavam valores precípuos e hegemônicos neoliberais do individualismo, da iniciativa privada e da mercantilização da vida coletiva, passaram por um novo plano trabalhista, reestruturação dos sistemas de previdência, educacional e de saúde, outra lógica de produção agrícola e pela reforma administrativa. Todo o sentido anterior à ditadura, de construção paulatina de um Estado chileno participativo, vigente em boa parte do século XX, foi completamente transfigurado no novo modelo implantado nas décadas de 1970 e 1980.

O conjunto do ideário de valores, linguagem, simbologia e ação prática, em que se faziam presentes elementos do gremialismo, neoliberalismo e do nacionalismo militar, compreendia elementos de uma *chilenidad* conservadora nos modos de sociabilidade, de forte base católica, condição que podia ser entendida, como exprimiu a revista ainda no

³²⁸ Ibid.

³²⁹ Ibid., p. 12.

editorial em questão, em um comprometimento com o que se pensava como “valores esenciales del ser nacional y, consecuentemente, la determinación de límites precisos y restringidos al pluralismo ideológico”. Desse modo, em referência direta ao discurso de Pinochet, comemorativo dos 6 anos do 11 de setembro, “se reivindica la idea de un Gobierno fuerte, dentro de un sistema presidencialista, capaz de asegurar ‘una dirección homogénea, responsable y tecnificada’”.³³⁰

Dentro das pretensões de reconstrução nacional da ditadura, interessante perceber as reflexões atentas do editorial ao acompanhar as ações de Pinochet. Os intentos de institucionalização e aprofundamento gradativo do regime passavam, de maneira central, por uma nova constituição, cujo plebiscito, que ocorreria no seguinte ano de 1980, foi anunciado no discurso presidencial analisado, o qual baseou toda argumentação de *Chile-América*, uma vez mais esclarecendo seus leitores da seguinte maneira: “la nueva institucionalidad política, económica y social se construye diariamente, y si bien la nueva Carta Fundamental habrá de ser su máxima expresión jurídica, el nuevo modelo ya alcanza hoy importantes concreciones en diversos cuerpos legales y en nuevos hábitos cívicos”.³³¹

No que se refere à nova constituição chilena, cuja elaboração foi aludida por *Chile-América*, após um extenso processo, chegou-se a um acordo para sua promulgação, e, entre julho e agosto de 1980, a Junta Militar entregou o texto final elaborado a partir das propostas redigidas por uma Comissão Constituinte e o Conselho de Estado, corpo assessor criado em 1976, sob a liderança intelectual de Jaime Guzmán. A Constituição foi ratificada mediante um polêmico e contestado plebiscito, realizado no dia 11 de setembro de 1980, entrando em vigência seis meses depois. Em linhas gerais, as disposições do texto estruturavam uma “democracia autoprotégida”, constituída por

³³⁰ EDITORIAL. Se perfila una alternativa. *Chile-América*, Roma, n. 56-57, 1979, p. 13.

³³¹ Ibid.

mecanismos elaborados para salvaguardar a ordem interna institucional. Dentre os dispositivos legalmente instituídos, foi proibida a existência de partidos marxistas, estabeleceu-se um conjunto de membros não eleitos no Senado, quando se restabelecessem as eleições, para moderar a maioria eleita, e as Forças Armadas foram elevadas à condição de garantidoras da ordem institucional, com Comandantes em Chefe irremovíveis dos seus cargos. O texto constitucional estabelecia os próprios marcos de uma transição, com datas para a realização de um plebiscito em 1988, no qual se escolheria sobre a permanência ou não de Augusto Pinochet na presidência do país por mais oito anos, e o fim da ditadura militar, independentemente do resultado do plebiscito, em março de 1990.³³²

Sumariamente, a Constituição de 1980 passou muito longe de ser fruto de um debate popular, tendo sido imposta à população, institucionalizando o *status quo* da ditadura e outorgando a Pinochet novas faculdades repressivas e limitadoras das manifestações democráticas. Novamente, expressamos que um dos principais ideólogos e redatores da Carta chilena foi Jaime Guzmán, assessor na elaboração dos fundamentos constitucionais da ditadura.

Responsável pela redação da opinião expressa de *Chile-América* nos editoriais, é válido lembrar, José Antonio Viera-Gallo traçou interpretação referente ao processo inicial de institucionalização dos valores da ditadura por meio da derrogação da Constituição de 1925, já bastante esfacelada pela edição de decretos-leis, e sua substituição por atas institucionais até o final de 1979, que responderiam sobre a forma de exercício dos poderes e instituições estatais.³³³ No editorial da edição 37-38 (novembro

³³² BARROS, Robert. *La Junta Militar: Pinochet y la Constitución de 1980*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.

³³³ Com intentos de institucionalização desde o início da ditadura, indicando que a missão dos militares não seria etapa política provisória, foi formada comissão de juristas, de modo a preparar nova Constituição política, já no final de setembro de 1973. Chefiada por Enrique Ortúzar, ex-ministro de Justiça de Jorge Alessandri (1958-1964), esse processo foi liderado por Jaime Guzmán, então professor de Direito

e dezembro de 1977), foi feita referência à Comissão Constitucional do regime, responsável por elaborar e encaminhar tal processo que se previa finalizado e conformato na nova Constituição, que então conteria as matrizes das atas previamente promulgadas. Interessante apreender pelo texto da revista que a previsão inicial de desfecho da Constituição e, portanto, da institucionalidade pinochetista, nas palavras do analista Viera-Gallo, seria em torno dos anos de 1986 e 1987, quando, imaginava-se, estariam consolidados os pressupostos jurídicos e institucionais de uma “democracia autoritária, protegida e tecnificada”, segundo orientação oficial pública do próprio Pinochet. Dentro desses marcos temporais inicialmente pensados, previa-se, posteriormente, uma maior participação de chilenos na eleição dos poderes do Estado, desde que preservando a ideia basilar da ilegalidade de organizações políticas de esquerda, postulantes de princípios que confrontavam o “renovado sistema político”. O pressuposto sobre a função das Forças Armadas se manteria, a partir desse momento, petrificado em legislação, como vigilante de tal entendimento de democracia. Os partidos políticos se reduziriam a uma espécie de “correntes de opinião”, explicava Viera-Gallo, ideia reiterada em outros editoriais, e os sindicatos seriam submetidos à nova legislação, limitando o direito às manifestações políticas e a greves.³³⁴

Chile-América, atenta a cada passo do regime civil-militar chileno, com esse tipo de leitura acerca de uma legalidade precedente à promulgação da Constituição, preocupava-se com a gradativa construção do pinochetismo, anunciada ato após ato

Constitucional da *Universidad Católica*, como explicou Isabel Jara Hinojosa, integrado por outros membros da direita tradicional representada pelo alessandrismo e por democrata-cristãos como Alejandro Silva Bascuñán, presidente do *Colegio de Abogados*. Segundo a autora, houve mudança de rota em relação aos propósitos, ocorrendo em razão das diferenças internas entre os que preferiam instituições corporativas ao estilo da ditadura franquista, como Jaime Guzmán e assessores militares, e quem não concordava com esse caminho, caso do restante dos constitucionalistas da comissão. Produziu-se, então, que, em 1975, Pinochet modificou a ideia da nova Carta por uma série de Atas Constitucionais que prenunciaram seus capítulos e abriram caminho para a institucionalização. JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 243-244.

³³⁴ EDITORIAL. Crisis de legitimidad. *Chile-América*, Roma, n. 37-38, 1977, p. 9.

oficial. É preciso que destaquemos, então, que a leitura conjuntural feita pela revista havia, antes, compreendido o desfecho do plebiscito de 1978 como espécie de salvo-conduto, o respaldo fundamental, ainda que se questionasse sua legitimidade, de que necessitava Pinochet para reforçar seu caminho de consolidação do regime. “‘No habrán elecciones por lo menos hasta 10 años más’, declaró ufano Pinochet después del referendun, transmitiendo la imagen de un dictador seguro de continuar ejerciendo el poder sin mayores sobresaltos”.³³⁵ Dessa maneira iniciou-se o editorial da edição publicada no primeiro trimestre de 1978, ou seja, no momento em que a ditadura acabara de sair vitoriosa de um plebiscito realizado em janeiro, convocado para consultar os chilenos sobre o apoio ou não à legitimidade do governo, em cenário de forte pressão internacional sofrida por motivo da repressão, da censura e da violação de direitos humanos no país.

Mais precisamente, o plebiscito foi feito como resposta à resolução condenatória da ONU em sua Assembleia Geral do ano anterior, complementada por resolução de sua Comissão de Direitos Humanos no princípio de 1978 (28 de fevereiro), duramente contrárias ao governo chileno e à violência política institucionalizada. A morte de Orlando Letelier (mas não apenas, obviamente), no atentado sofrido nos Estados Unidos, ainda repercutia, cada vez mais decisivamente, com o avanço das investigações, para as posições públicas críticas tomadas pelos organismos atuantes no âmbito transnacional. Dizia-se na revista, na seção *Derechos Humanos* da edição 39-40 de janeiro, fevereiro e março de 1978: “cabe recordar que el motivo que utilizó Pinochet para formular la ‘consulta nacional’ del 4 de enero pasado fué la resolución que aprobara la Asamblea General de las Naciones Unidas el 16 de diciembre pasado”.³³⁶

³³⁵ EDITORIAL. Entre las palabras y la realidad. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 13.

³³⁶ CHILE-AMÉRICA. Por quinta vez la Comisión de Derechos Humanos de la ONU reitera que la dictadura sigue cometiendo violaciones en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 189-190.

A consulta popular da ditadura, de legalidade questionada e com os registros eleitorais corrompidos, estabelecia que se escolhesse entre o “sim” ou o “não” diante da seguinte formulação: “frente a la agresión internacional desatada en contra de nuestra patria, respaldo al general Pinochet en su defensa de la dignidad de Chile y reafirmo la legitimidad del Gobierno de la República para encabezar soberanamente el proceso de institucionalización del país”.³³⁷

Após o resultado do plebiscito, muitos foram os especialistas, organizações, políticos e cidadãos comuns que questionaram a realização da consulta nacional de 1978 em razão do contexto de total restrição a uma disputa política que, pressupõe-se em um referendo, deveria apresentar condições normais e isonômicas de campanha, debates e exposição de ideias, sem contar nas críticas fundamentadas em relação à ausência de transparência no registro, votação e contagem dos votos. O resultado final foi a expressiva vitória da ditadura ao receber quase 80% de votos favoráveis a ela.

Aguda analista da conjuntura política, *Chile-América* expressou que o desalento posterior ao resultado, provocado na oposição à ditadura, não provinha exatamente do desfecho do plebiscito, que se sabia viciado, mas do fato de que Pinochet pudesse ganhar força suficiente para conduzir o “proceso de institucionalización de la dictadura” e, assim, impedir efetivamente a realização de “elecciones libres por un lapso significativo”.³³⁸ Os sinais cada vez mais evidentes do avanço consistente do pinochetismo e da dura luta que se deveria travar contra esse processo foram diagnosticados e comentados a partir da reflexão seguinte:

Las acciones en torno al plebiscito recuerdan algo obvio pero que frecuentemente se olvida, que derrocar una tiranía como la de Pinochet no es tarea sencilla, que no basta con la voluntad de amplios sectores ciudadanos y

³³⁷ JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 245-246.

³³⁸ EDITORIAL. Entre las palabras y la realidad. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 13.

la solidaridad internacional, que la involución política sufrida por el país en estos años ha sido profunda, que el tiempo de la dictadura no es un simple paréntesis en la historia democrática, que no vivimos una ‘revolución interrumpida’, que la dictadura tiene causas estructurales nacionales e internacionales con raíces profundas y que se remontan lejos en el pasado. La verdad es que la Junta Militar goza aún de cierto apoyo social [...] de poderosa influencia y con alguna combatividad y consistencia. De otra parte, la masa popular debe remontar el trauma colectivo de una experiencia de represión y terror que se sitúa entre las más bárbaras del presente siglo. Eso no se logra de un día para otro. Estamos frente a un régimen que pretende reestructurar desde sus cimientos la sociedad chilena, retrotrayendo a Chile en su nivel político y social a un período bastante anterior al Frente Popular, con el propósito de insertarlo en las nuevas formas de división internacional del trabajo que intenta la economía multinacional, expresión moderna y dinámica del imperialismo. [...] Esta transformación involutiva ha afectado también la cultura política del país.³³⁹

Na linguagem política utilizada pela revista, o governo de Pinochet foi qualificado como tirania, autocracia, totalitário, uma ditadura em nada improvisada, mas, sim, com pretensões de longa permanência, um “poder absoluto, frío, inescrupuloso, omnímodo y sanguinário”.³⁴⁰ Não nos importa fazer a crítica da aplicação de expressões e conceitos que poderiam ser vistos como dissímiles na ciência/teoria política ou na história, sobretudo porque não era este o propósito da revista, ainda que seus editores e, em especial, Viera-Gallo, para o caso dos editoriais, fossem capacitados e cuidadosos em analisar a ditadura dentro de marcos jurídicos, econômicos, sócio-políticos advindos da formação teórica, intelectual e política de cada um deles. De fato, seus textos eram por vezes carregados de conceitos acadêmicos, da área do direito, em especial, ou marxistas, de forma ainda mais específica, gramscianos.

Porém, se se aplicava nomes como tirania, autocracia ou totalitário, ainda que explicados por seus autores o sentido de sua aplicação, o importante, para nós, é exatamente perceber como as categorias analíticas são utilizadas para compor a natureza da ditadura a partir de um repertório discursivo que é, antes de tudo, simbólico e político, carregado de paixão política, do uso primordial da linguagem como instrumento de luta

³³⁹ Ibid., p. 14.

³⁴⁰ EDITORIAL. Se perfila una alternativa. *Chile-América*, Roma, n. 56-57, 1979, p. 12.

e disputas de narrativas, como assim se constituía o projeto editorial *Chile-América*. Notamos uma acuidade na interpretação dos fatos pelos editoriais, cultivada sob valores de uma cultura política socialista, democrática e humanista, portanto, não isenta, acompanhando cada passo da ditadura em seus discursos, simbologia, prática política. Combinava-se uma abordagem que era, ao mesmo tempo, passional, pela posição política adotada pela revista, e crítico-reflexiva, em razão da capacidade de enxergar o objeto em seus marcos históricos e perceber suas ações, denotando certo distanciamento para análise. Tirania, autocracia ou governo totalitário, quando não, ainda mais frequente, qualificava-se ao regime pinochetista de fascista, eram termos da linguagem política da oposição à ditadura chilena, sobretudo da(s) esquerda(s). No caso da revista *Chile-América*, como dissemos, empregados por José Antonio Viera-Gallo, eles ganhavam tons da teoria política, típicos de sua formação acadêmico-intelectual, agregados à linguagem político-militante mais comumente usada pela esquerda, como o termo fascismo.

Depreende-se, ainda, das posições da revista apontadas em boa parte dos editoriais escritos nessa conjuntura, em especial o da publicação de número 39-40, um chamamento para a luta contra a ditadura que se apresentava como tarefa muito mais difícil do que se supusera em um primeiro momento, precisamente pelo veio de estruturação profunda tomado pelo regime pinochetista e sua base de apoio social. Todavia, com a resiliência que se devia buscar diante de um contexto tão adverso do ponto de vista democrático e popular, mantinha-se a expectativa de que

la conciencia del país en su conjunto, la lucha de las fuerzas de oposición, la presión continua sobre el régimen, aún desde su interior, y los problemas objetivos que éste debe afrontar en el plano interno e internacional, confluyen en marcar a Chile un curso incompatible con la actual dictadura y que deberá dar lugar a una progresiva normalidad institucional y democrática.³⁴¹

³⁴¹ EDITORIAL. Entre las palabras y la realidad. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 17.

O sentido permanente da crítica e da resistência pelas forças de oposição ganhou ainda mais ênfase após a realização de outro plebiscito, o que consagrou a nova Constituição no dia 11 de setembro de 1980. O editorial *Estado de Derecho o de violencia?*, presente na edição de junho-setembro de 1980, questionou o suposto ordenamento legal da Constituição sancionada com a vitória plebiscitária, que apresentou o resultado de 67,06% votos a favor e 30,17% contrários à nova Carta. As disposições transitórias da nomeada “Constitución de la Libertad”, que começariam a reger-se em março de 1981, permitiram a Augusto Pinochet configurar-se como presidente da República até 1988, quando um novo plebiscito decidiria por sua permanência por mais oito anos no poder.³⁴²

Segundo *Chile-América* e com a mordacidade que frequentemente marcava suas publicações, todo o processo que levou à Constituição teria uma lógica de legalidade se não fosse o fato de Pinochet exercer uma ditadura personalista há 7 anos, “manteniendo al pueblo chileno en un estado de interdicción”. O referendo havia sido realizado “en condiciones tales que se ha impedido al pueblo la manifestación libre de su voluntad y que sus resultados han sido, a todas luces, alterados fraudulentamente, [...] según todos los observadores imparciales, incluso algunos ex-colaboradores cercanos del propio dictador”.³⁴³

³⁴² EDITORIAL. Estado de Derecho o de violencia?. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 9. Lembramos que, através de decreto-lei anunciado no dia do golpe, como Comandante em Chefe do Exército, Augusto Pinochet fora alçado à presidência da Junta de Governo, cargo que se previa, inicialmente, rotativo entre os militares membros do governo golpista. Como apontou Isadora Bolina Vivacqua, em junho de 1974, com o Decreto-Lei 527, Pinochet assumiu o posto de Chefe Supremo da Nação, responsável exclusivo pelo poder executivo do Estado, limitando a Junta Militar a funções legislativas/consultivas de governo. Com a edição de mais um decreto, o de n. 804, foi enfim nomeado Presidente da República em dezembro de 1974, edificando arcabouço legislativo com a Constituição de 1980. VIVACQUA, Isadora Bolina. A obra e o engajamento de Diamela Eltit: arte marginal e resistência política no Chile (1979-1989). 306f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2019, p. 46-47.

³⁴³ EDITORIAL. Estado de Derecho o de violencia?. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 9.

Dentre os críticos desse processo que, outrora, foram apoiadores da ditadura, como citou a revista, estavam Gustavo Leigh, ex-integrante da Junta Militar, e Roberto Thieme, ex-dirigente de *Patria y Libertad*, ambos descontentes com a personificação da ditadura sob o modelo neoliberal. Ademais, *Chile-América* apontou com destaque as manifestações de extrema insatisfação do Episcopado Nacional; de instâncias e formações políticas internacionais (Conselho da Europa, União Mundial da Democracia Cristã - UMDC e a Internacional Socialista), de governos como o dos Estados Unidos, Alemanha e Itália, bem como o parlamento peruano; das organizações sindicais e de todos os partidos políticos chilenos submetidos à repressão; de personalidades públicas como Eduardo Frei Montalva.

Por meios ilícitos, defendeu a revista, Pinochet se apoderou do poder e pôs em marcha um mecanismo supostamente legal, com tintas de legalidade, para consagrar seu mandato autoritário à frente do país. “Estamos, pues, ante una situación de grave violencia. [...] Se ha configurado definitivamente en Chile lo que el pensamiento político clásico llama una tiranía. [...] Todo eso porque estaría llamado a ‘cumplir una misión personal’, de la cual no deja de agradecer periódicamente al Todopoderoso”.³⁴⁴

De maneira a explicar a associação da ditadura com uma tirania, compreendida em seu sentido clássico dentro da teoria política e do direito, o tirano, de acordo com o editorial, exerce o poder submetendo-o a seu total arbítrio, sem sujeitar-se à norma jurídica. Remetendo, então, ao pensamento de Cícero, afirmou-se que a tirania impede o exercício da soberania popular, atenta contra sua liberdade, destruindo os fundamentos de uma sociedade política democrática. Em seguida, apresentando mais argumentos para qualificar a ditadura e seu caráter tirânico: “Un gobernante puede convertirse en tirano por haber usurpado violentamente el poder (y en tal caso se habla de ilegitimidad de

³⁴⁴ EDITORIAL. Estado de Derecho o de violencia?. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 10.

origen – *ex defecto tituli*) o por haber ejercido la autoridad de forma abusiva, atentando al bien común [...] (se habla entonces de una ilegitimidad [...] de ejercicio – *ex parte exercitti*). En una persona se pueden acumular ambas calidades”,³⁴⁵ assim arrematou a análise de maneira a associar a linguagem teórica à realidade prática chilena com o golpe e o autoritarismo de Pinochet. Subjacente a essa livre, porém fundamentada associação feita por Viera-Gallo, esteve a crítica ao sentido de república proclamada pela ditadura e o aparente substrato legislativo que a ordenaria com a Constituição, quando, na verdade, a centralidade da crítica na revista passou por desconstruir esse sentido, tendo em vista a ruptura democrática de 1973 e a maneira autoritária com que Pinochet construiu, desde então, seu projeto de poder junto a setores das Forças Armadas e da sociedade civil.

O desenvolvimento do conceito de ditadura pela revista foi realizado edições posteriores, n. 82-83 (outubro a dezembro de 1982), especialmente, na qual se afirmou que o então regime ditatorial chileno era um governo autoritário, com caráter eminentemente ideológico e totalitário. “Transformada la arbitrariedad en derecho [com a Constituição], permanece como característica de la dictadura la pretendida eficacia del mando”. Assim, nos processos fundacionais das ditaduras, muitas vezes “se ha sostenido”, mesmo que não de maneira manifesta, “que las democracias retardan la toma de decisiones, que corren el peligro de caer en la demagogia y de disolverse en la anarquía”, em outras palavras, a democracia provocaria impasses e ingovernabilidade “por su incapacidad para procesar las demandas de participación”.³⁴⁶

Neste ponto encontrar-se-ia uma matriz forte do pensamento autoritário e a consequente aplicação de mecanismos políticos típicos do que Giorgio Agamben reconhecera como constitutivos dos Estados de exceção, nos quais se admite e se efetiva, inclusive legalmente, a criação de espaços para o não reconhecimento das *formas-de-*

³⁴⁵ Ibid., p. 10.

³⁴⁶ EDITORIAL. Rectificar rumbos. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 8.

vida, alijadas de direitos amplos, de identidade política e cultural em sua livre e plural manifestação.³⁴⁷ A democracia, dessa forma, seria não só negada, como repudiada em virtude das disputas políticas que engendra e que estão na essência mesma do seu sentido histórico.

Retomamos o editorial *Estado de Derecho o de violencia?*, um dos textos mais contundentes na revista em relação à Constituição de 1980 e ao processo que levou a ela, e destacamos outro ponto que consistiu na sutileza da ironia por parte de *Chile-América* ao se utilizar das palavras de Pinochet, expressas em manifestações públicas, para fazer referência crítica a seu mandato supostamente exercido como espécie de missão divina. Aqui encontramos mais um aspecto tão característico de certos governos autoritários ocidentais, aspecto com profundas raízes históricas: as bases católicas e conservadoras que impulsionaram, através de elementos simbólicos e culturais, o pensamento político da ditadura chilena.

Isabel Jara Hinojosa, analisando a *Declaración de Principios* da Junta Militar, apontou nela a defesa oficial da raiz católica nacional contra o marxismo, a justificativa dos valores cristãos-ocidentais em oposição à desintegração social e moral provocada pela esquerda chilena. Nesse sentido, as Forças Armadas e, em especial, Augusto Pinochet, “creyeron actuar en función de una demanda divina, más que humana”, daí a família católica tradicional e autoritária ser considerada o núcleo fundamental da nova sociedade.³⁴⁸ Devemos ter em conta, desse modo, observando a crítica inscrita na revista e a análise de Isabel Jara Hinojosa e outros autores, como já observamos, que os valores conservadores compuseram o repertório discursivo da ditadura, direcionados para o

³⁴⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

³⁴⁸ JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet*: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 273-274.

campo social a partir, especialmente, do núcleo matriarcal/familiar,³⁴⁹ buscando conjugar o ideário católico-nacionalista com o que representou o gremialismo e o neoliberalismo como sustentáculos predominantes da institucionalidade autoritária.

Diante das posições de Pinochet e os sinais da permanência da ditadura, outro ponto de centralidade no editorial acima mencionado, de que trata da Constituição recém-aprovada em setembro de 1980, foi a defesa do direito de resistência contra a “tiranía” ou a “autoridad ilegítima”, ressignificando essa ideia a partir, por exemplo, de estudos teológicos como os de São Tomás de Aquino ou de filósofos modernos como Rousseau, Kant, Hegel e Marx e a questão do Estado, do direito e da sociedade política. Vejamos:

No sólo no se ha restablecido una ‘institucionalidad democrática’ supuestamente quebrantada, sino que se ha consagrado el poder omnímodo de un hombre; no sólo los derechos de los trabajadores no han sido respetados, sino que han sido pisoteados sin tregua; no sólo la unidad nacional no se ha logrado, sino que se pretende dividir para siempre a los chilenos usando subalternos criterios ideológicos. Digámoslo claramente: el General Augusto Pinochet ejerce el gobierno del país sin título jurídico alguno, sin fundamento válido, sin motivación ética. Ha usurpado la soberanía popular arrogándose poderes que no le competen. Ha cerrado las puertas a toda solución razonable. La nueva Constitución – que por la naturaleza de sus disposiciones, especialmente las transitorias, no merece el calificativo de tal – carece de poder vinculante para los ciudadanos, quienes, ante el perpetuarse de una tiranía personal, tienen el pleno derecho a hacer cuando esté de su parte por reconquistar su calidad de hombres libres.³⁵⁰

Dando continuidade a essa narrativa na edição 68-69 de 1981, com preocupação atinente aos aspectos legais e à dimensão jurídica a partir da promulgação e vigência da Constituição desde 11 de março de 1981, refletiu-se que o que se apresentava como novidade no sistema político era a vigência de um período de transição de 8 anos em que Pinochet governaria o país como presidente da República, apoiado legalmente, passível

³⁴⁹ *A Secretaría Nacional de la Mujer* e as redes dos *Centros de Madres* (CEMA) – redes criadas durante o governo de Eduardo Frei Montalva, mas redirecionadas para os interesses cívico-militares, com as esposas dos oficiais como representantes dos trabalhos assistenciais prestados junto à população, tendo à frente Lucía Pinochet – eram exemplos de instituições e ações oficiais cujo sentido de atuação procurava disseminar valores conservadores, católicos, patrióticos, anticomunistas, antifeministas, atribuindo às mulheres o papel de esposas, mães e cidadãs, organizadoras do núcleo familiar. Ver JARA HINOJOSA, Isabel. Op. Cit., p. 275-276.

³⁵⁰ EDITORIAL. Estado de Derecho o de violencia?. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 11.

de se prolongar por igual temporalidade. Evidente que esse ponto não era pouca coisa, visto que chancelava e aumentava seu poder político. Contudo, substancialmente, assim avaliou *Chile-América*, não havia se modificado a natureza jurídica do governo: “las facultades discrecionales del titular del Poder Ejecutivo y de la Junta Militar – que conserva el Poder Legislativo y Constituyente – se mantienen básicamente sin modificaciones”. Portanto, não se havia resolvido a questão basilar que se tratava da origem da ditadura: a autoridade e o poder políticos impostos pela força à sociedade, o que correspondia a questionar a sua legitimidade.³⁵¹ Assim, um efeito político importante da ilegitimidade do regime, segundo a revista, era a ilegalidade do seu aparato repressivo, extrapolando os limites do poder coercitivo do Estado e atentando contra os direitos e a vida dos cidadãos, impedindo que suas vontades se expressassem democraticamente.

Diante desse quadro, necessário que entendamos a defesa do direito de resistência como integrante de uma estratégia presente no editorialismo programático da revista, que dizia respeito essencialmente ao exercício da oposição à ditadura, efetivando lutas políticas que buscassem derrotar a legalidade autoritária estabelecida e avançar no processo de democratização, não se referindo à defesa explícita e reiterada da violência como método. Assim, adentrando em discussão que permeou os debates da oposição à ditadura (dentro e fora das esquerdas), “por nuestra parte, siempre hemos pensado que el camino de la democratización de Chile excluye el uso de la violencia. Las razones en que fundamos nuestro juicio no son sólo o principalmente de orden ético, sino también, y sobre todo, de tipo político”, defendeu *Chile-América*.³⁵²

De acordo com a revista, uma coisa seriam as ações mais radicalizadas que derivassem de iniciativas *a priori* não violentas da oposição, como greves ou reivindicações de massa, incorridas durante o percurso da resistência política. Outra

³⁵¹ EDITORIAL. El camino de la oposición. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981, p. 5.

³⁵² *Ibid.*, p. 6.

muito distinta se podia pensar sobre atentados, luta armada ou métodos violentos levados a efeito por comandos isolados do movimento político, interpretados como estratégia de tomada do poder sem qualquer correlação de forças favorável para tal.³⁵³

Nesse aspecto, importante que se diga que, em *Chile-América*, havia uma discordância fundamental com o direito de resistência que passava a ser defendido pelo Partido Comunista chileno naquela conjuntura. A premissa e a lógica implícita eram similares, ao se propor rebelar-se contra o poder arbitrariamente constituído. Porém, no caso comunista, tal leitura do direito de resistência inseria-se em uma reinterpretação (e alteração) do seu sentido historicamente construído pela via pacífica e gradualista de transformação social, que, no começo da década de 1980, projetava-se, então, para uma estratégia mais rupturista/insurrecional de enfrentamento à ditadura.

Antes de entrarmos na abordagem sobre os caminhos possíveis para a oposição política ao se vislumbrar um processo de enfrentamento da ditadura e a democratização no Chile, percebamos como *Chile-América*, na edição do primeiro trimestre de 1981, refinou sua análise da conjuntura nacional, de maneira a estimular, assim compreendemos, o avanço das forças populares e democráticas, mesmo sob condições adversas sob um contexto de institucionalização do regime civil-militar pinochetista:

El 11 de marzo no ha habido un cambio sustancial de la situación política nacional, como no lo hubo tampoco con los plebiscitos celebrados hasta ahora. No se “han cerrado las puertas”, por la simple razón de que nunca han estado abiertas desde el golpe militar de 1973. Con la muerte de Salvador Allende se cerró un ciclo de la vida política y quienes se apoderaron del poder intentaron, desde el primer momento, echar a andar una verdadera “revolución” de las estructuras y de los valores, con un alto costo social, que pusiera fin a un tipo de desalloro económico y político que en Chile venía desde la época de Arturo Alessandri Palma (1920). El diseño fué desde su origen totalitario y sin plazo de término.³⁵⁴

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Ibid., p. 6-7.

Esta parte contém elementos bastante importantes para se comentar. O primeiro diz respeito à Constituição de 1980 e um certo discurso direcionado para a oposição democrática no sentido de que, mesmo em vias de consolidação por um aparato supostamente legal, na realidade, a ditadura não mudou seus pressupostos elementares e as transformações estruturais que já se encontravam em curso anteriormente. Assim sendo, a resistência e a luta do campo democrático e popular deveriam continuar ou, para além disso, melhor articular-se como unidade política ante a projeto tão ambicioso quanto autoritário.

Relacionado à refundação estrutural projetada e em curso por Pinochet e sua ruptura com um processo de aprofundamento da natureza política do Estado e da sociedade chilena, desde Arturo Alessandri Palma e a Constituição de 1925, encontra-se o segundo aspecto, sobre o qual discorreremos um pouco mais. Vincula-se, no nosso entender, à ideia desenvolvida por Bernardo Subercaseaux sobre o imaginário político de transformação social, compreendido como um conjunto articulado de representações que possuiu núcleo ideológico e campo léxico e semântico comuns, envolvendo uma dimensão cultural que, em muito, teria correlação com o aporte teórico do político e das culturas políticas, visto que, ademais, tais conceitos incidem na memória histórica e em narrativas que se forjam nas disputas contingentes e se projetam ao futuro.³⁵⁵

O imaginário político de transformação no Chile, que, segundo Subercaseaux, aprofundou-se na década de 1930 e projetou-se ascendentemente na sociedade do país até 1973, contemplou a relação entre os polos da reforma e da revolução, ambos centrais quando se pensa a respeito das possibilidades de mudanças sociais, políticas e econômicas sob uma ótica progressista. Mais do que uma polarização excludente entre os dois polos,

³⁵⁵ Essa parte, de caráter conceitual, foi originalmente desenvolvida pelo autor da tese em seu livro, resultado da dissertação de mestrado: COELHO NETO, Raphael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

Subercaseaux defendeu que, ao longo dessas décadas, houve, no Chile, entre os partidos políticos de centro-esquerda e de esquerda, bem como em setores cada vez mais amplos da sociedade civil, imbricações entre as possibilidades de reforma e de revolução projetadas ao país. Em linhas gerais, enquanto a primeira procura transformar aspectos da ordem social, em benefício dos interesses dos setores populares, mas sem destruir, necessariamente, os fundamentos das relações de poder do Estado, a segunda aponta para mudanças estruturais do capitalismo em favor da ascensão e protagonismo de tais setores no processo revolucionário.

Embora pudessem guardar diferenças conflitivas e disputas entre seus projetos, as noções de reforma e revolução possuíram, no Chile, no campo das esquerdas, aspectos que as vinculavam e que se relacionavam com o papel protagonista do Estado no desenvolvimento e na realização das mudanças sociais, sobretudo impulsionando o desenvolvimento econômico interno. As “divisiones, oscilaciones y ciclos pendulares que se advierten en los partidos de centro y de izquierda, desde 1930 hasta la década de 1970, no son meros cambios formales, sino vaivenes que transuntan intereses [...] que en gran medida se desplazan por el imaginario [de transformação social e política]”.³⁵⁶

Em determinados momentos da história política do Chile, os polos reforma e revolução se aproximaram, como no final da década de 1930, com a formação da Frente Popular que elegeu inicialmente Pedro Aguirre Cerda (1938-1941), do Partido Radical. Contudo, foi durante a Unidade Popular que, nas palavras de Subercaseaux, os dois polos, que dão substância ao conceito desenvolvido por ele, intercambiaram-se de maneira quase indistinta em razão de se almejar o socialismo sob a vigência do Estado de Direito e da

³⁵⁶ SUBERCASEAUX, Bernardo. El imaginario político de transformación en Chile. *Contracorriente: Revista de Historia Social y Literatura en América Latina*, v. 5, n. 3, 2008, p. 40-41.

democracia³⁵⁷, ainda que “reforma” e “revolução” tenham sido empregados por parte das esquerdas chilenas, por vezes, como termos para desqualificar os programas e as estratégias partidárias que de alguma forma entraram em disputa no interior da UP durante o governo de Salvador Allende.³⁵⁸

Interessa-nos, aqui, em concordância com Bernardo Subercaseaux, entender que o imaginário político de transformação social no Chile compreendeu o giro crescente ao pensamento das culturas de esquerda ou, ao menos, progressistas, envolvendo a representatividade e os interesses do campo popular, à medida que ocorria maior democratização, politização e participação da sociedade chilena, ainda que esse processo não tenha sido linear e tenham ocorridos inflexões e momentos políticos autoritários, refluxos e oscilações, incluindo predomínio eleitoral da direita.

Ademais, importante não negligenciar os momentos de crise do imaginário político de transformação, por parte das esquerdas chilenas, que perpassaram, por exemplo, a experiência frente-populista do governo de González Videla e a interdição legal do PC; o fracasso do experimento populista de Carlos Ibáñez, com o apoio de parte dos socialistas; e os embates decisivos entre 1964 e 1970 que demarcaram os destinos conflitivos entre democrata-cristãos, comunistas e socialistas até o golpe militar e mesmo depois, durante a ditadura e as dificuldades para se estabelecer algum tipo de unidade programática por parte da oposição ao pinochetismo, como tão bem expressaram as páginas da revista *Chile-América*.³⁵⁹

³⁵⁷ Ibid., p. 18-63. Tais proposições teóricas do autor foram apresentadas em outro estudo: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las ideas y de la cultura en Chile: desde Independencia hasta el Bicentenario*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, v. III, 2011, p. 27-84.

³⁵⁸ Basicamente, essas disputas opuseram os setores da esquerda mais alinhados com os meios insurreccionais para avançar o processo revolucionário (rupturistas) – setores do PS e do MAPU – contra os que se mantinham vinculados às transformações pela via institucional/estatal (gradualistas) – PS allendista, PC e outra parte do MAPU. A respeito, ver PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 9-33.

³⁵⁹ MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 250.

Tal processo de politização e de adesão cada vez maior aos valores das culturas de esquerda e do campo popular é o que nos permite pensar, em termos de prestígio social e crescimento eleitoral, no fortalecimento dos partidos progressistas no Chile,³⁶⁰ compreendendo, nesse conjunto, também os valores sociais e humanistas da DC, além do fortalecimento sindical representado pela criação da CUT em 1953, sob a liderança de Clotario Blest.³⁶¹ Importa-nos refletir que, não obstante o golpe militar tenha rompido com o crescente imaginário político de transformação no Chile, este persistiu no exílio, possibilitando muitas iniciativas de resistência política como foi o caso de *Chile-América*, ações e projetos que retomaram e ressignificaram esse legado histórico.

O editorial *Pensar el futuro*, da edição de n. 72-73, escrito em 1981, às vésperas do oitavo ano do 11 de setembro, como se revelou, foi bastante simbólico a respeito do que acabamos de expor, demarcando, em linguagem e personagens da história política, o imaginário de transformação social do Chile a partir das lutas populares, governos e nomes de lideranças progressistas ao longo do século XX. Trouxe, de fato, valores que, pensados dentro do campo conceitual do político, foram constitutivos do projeto editorial de *Chile-América*, ou seja, sua atuação programática na linha interseccional das culturas políticas socialista e humanista (social-cristã).³⁶²

Neste ponto, sobre o qual aprofundaremos na parte final da tese (Capítulo 4), não obstante as especificidades históricas das duas culturas - a base marxista/materialista e

³⁶⁰ Essa ideia também foi sustentada por Rolando Álvarez Vallejos, ao afirmar que o Chile viveu um progressivo processo de aprofundamento da democracia política e social (com vicissitudes), junto com o desenvolvimento de uma ampla influência cultural das forças progressistas e/ou de esquerda. Essa dinâmica política se fez perceber no protagonismo parlamentar e social no país pelos maiores partidos de esquerda, PS e PC, e pela DC. Ver ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Cultura política y represión política: el caso del Partido Comunista de Chile*. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: EdiPUCRS, 2013, p. 331.

³⁶¹ Perspectivas analíticas sobre os conflitos e demandas populares e dos trabalhadores urbanos estão presentes em GAUDICHAUD, Franck. *El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el periodo de la Unidad Popular*. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 81-105; GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

³⁶² EDITORIAL. *Pensar el futuro. Chile-América*, Roma, n. 72-73, p. 7-9, 1981.

laica da primeira em confronto com a forte influência cristã na segunda -, veiculavam-se, no seu campo de influência, linguagens políticas, ressignificadas e reinterpretadas durante o contexto da ditadura, que remetiam à justiça social, aos direitos humanos, ao anti-imperialismo e à soberania popular e nacional, ao povo (trabalhadoras e trabalhadores) e à democracia, elementos considerados fundamentais. Em comum às culturas e às redes políticas delas constitutivas, encontramos composições sociais de trabalhadores, por um lado, e a formação democrático-burguesa de muitos de seus membros, por outro, sobretudo os quadros diretivos dos partidos. Ambas as culturas, humanista e socialista, devem ainda ser compreendidas, no Chile, no processo de renovação do socialismo, no qual se reforçaram mutuamente no transcorrer da década de 1980. Portanto, como expressou Cristina Moyano Barahona, foi na gestação de discursos unitários entre socialistas e cristãos que se compôs majoritária e influentemente a oposição à ditadura – a base do que viria a ser a *Concertación de Partidos por la Democracia* -,³⁶³ processo em que *Chile-América* foi o impresso mais representativo da intelectualidade política no exílio.

Como se lê na sequência do editorial em questão, o fato de se cumprir mais um ano do golpe e a distância temporal que se constituía desde então permitiam percorrer na memória “imágenes exaltantes y tristes del pasado, recuerdos escondidos, esperanzas que terminaron en la derrota, pero sobre todo la sensación casi física, visual, de los miles de hombres y mujeres que vivieron un proceso de cambio”. Para além dos erros políticos, dos sectarismos e das limitações teóricas dentro do processo de transformação social desde, pelo menos, a década de 1960, permanecia a luta de um povo que “ha intentado recorrer caminos [...] para alcanzar condiciones impostergables de justicia y libertad”.

³⁶³ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

Esse processo, de acordo com a revista, “se aceleró vertiginosamente desde mediados del gobierno de Eduardo Frei. La figura de Salvador Allende supo encarnar, como ninguna otra, ese gran movimiento. Otros líderes también: Tomic [Radomiro], Leighton”. Cada um deles acentuava um aspecto: “quien el socialismo original, quien el nacionalismo fundado en la unidad del pueblo, quien el valor irrenunciable de las libertades”. Desfechando linguagem política em que se articulou a aproximação socialista e democrata-cristã em suas matrizes mais democráticas, populares, culturais e transformadoras, como um processo de mudanças estruturais em continuidade, defendeu-se na revista que

La democracia política permitía que el proceso de avance popular se encausara. Cada reforma, cada lucha, cada conquista se acumulaba. [...] Ciertamente que el cuadro social tenía luces y sombras y que éstas pesaban sobre las instituciones democráticas: atraso, marginalidad, miseria, dependencia. Pero había una fuerte voluntad colectiva de cambio. La Unidad Popular y la Democracia Cristiana – aunque agrupaciones política concurrentes – expresaban ese ímpetu de transformación, dentro de mundos culturales que evolucionaban con rapidez asombrosa. Era una época de experimentación social.³⁶⁴

Contudo, sem deixar de ter em conta esse passado e o legado histórico da DC e da UP do qual a revista era originária, o que se propôs foi sua ressignificação e uma viragem nos rumos políticos em razão das rupturas provocadas pelo golpe militar e o avanço da ditadura. Como oposição política e somando-se às demais forças democráticas, a tarefa que esse campo democrático e popular deveria empreender, composto pela esquerda e pelos democrata-cristãos, não consistia em contemplar o passado para lamentar o presente. O ponto de partida para a reação conjunta, afirmou a revista, “ha de ser la existencia de un régimen totalitario con las características de una dictadura personal, que ha adquirido relativa estabilidad”, após a promulgação da Constituição. Com o modelo neoliberal, ainda que gerador de instabilidades econômicas e sociais agudas como a que

³⁶⁴ EDITORIAL. Pensar el futuro. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 7.

se anunciava naquele momento no país,³⁶⁵ encontrava-se uma situação interna de “revolución capitalista”. Esta se inseria em conjuntura internacional desfavorável para os movimentos populares dada a crise das experiências socialistas e das ideias que inspiraram o Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos Estados Unidos, ao passo que ascendia o movimento do neoliberalismo com Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Em um cenário global, “vivimos un renacimiento del conservantismo”, apontou *Chile-América*.³⁶⁶

Diante da avaliação de tal cenário e da violência política sofrida pelos opositores do regime, apresentando cifras cujas fontes não foram exatamente referidas, o que mais surpreendia a revista era a ausência, assim interpretavam seus editores, de uma alternativa política clara à ditadura militar e a carência de líderes da oposição que a expressassem. “A un país que ha vivido el trauma histórico de 30.000 muertos, 2.000 desaparecidos, cientos de miles de exiliados, no se le puede proponer como solución un simple regreso al pasado”.³⁶⁷

A crítica se direcionava, igualmente, aos partidos de esquerda e à DC, que, marcados por formações políticas distintas e pelas disputas em um passado recente, não chegavam a um acordo quanto ao processo de unidade política, em ao menos costurar alianças táticas e quiçá estratégicas de enfrentamento e de superação do pinochetismo. Segundo *Chile-América*, por permanecerem presos ao passado, eram formações políticas

³⁶⁵ Sobre a crise econômica no Chile agravada a partir de 1981 e 1982, proporcionando rupturas e perda de apoio popular na base de sustentação da ditadura, *Chile-América* expressou-se da seguinte maneira: “Sectores sociales muy diversos reconocen hoy que el país atraviesa por la más grave crisis de las últimas décadas. La situación es peor que la que antecedió a la intervención militar de 1973. Una economía en plena recesión. Un país desmantelado. Una industria parada. No hay nuevas obras públicas ni se mantienen las vías de comunicación y transporte. La agricultura con una producción muy inferior a la que se tuvo en los momentos más álgidos de la reforma agraria. La construcción detenida. Obreros, empleados y profesionales cesantes o en peligro de perder el trabajo. El poder adquisitivo de la moneda en descenso acelerado. Empresarios endeudados y quebrados. Agricultores en la ruina. Banqueros incapaces de hacer frente al pago de las carteras vencidas de sus instituciones. [...] El modelo neoliberal no funciona en Chile”. EDITORIAL. Rectificar rumbos. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 8-9.

³⁶⁶ EDITORIAL. Pensar el futuro. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 8.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 8.

vítimas de querelas pretéritas, “incapaces de posponer sus intereses particulares para dar vida a un proyecto nuevo”. O mais grave, os partidos não estavam tendo a capacidade de interpretar as novas demandas sociais em curso que surgiam como reação a um regime que se obstinava em alterar as bases das relações interpessoais, sobretudo pela via dos valores neoliberais, esfacelando o sentido público do Estado, aprofundando desigualdades socioeconômicas, ampliando uma faceta conservadora nos costumes e autoritária em todos os âmbitos da vida. Dessa maneira, como justificativa para o descompasso que se apresentava, “la razón primera de esta crisis del cuadro político chileno está en la pérdida de contacto con el país [...]”.³⁶⁸

Nessa perspectiva, o estudo de Ricardo Yocelvezky foi bastante representativo ao analisar a ruptura do sistema de partidos provocada pela ditadura. Ele apontou que a repressão, a clandestinidade e o exílio produziram características muito distintas ao que se tinha antes de 1973 em termos de estrutura político-partidária, configurando, portanto, êxito relativo a um objetivo central da ditadura: romper com o sistema político anterior ao golpe, oriundo da Constituição de 1925. Os partidos e as organizações políticas se fraturaram entre o exílio e o interior do Chile, perderam contato com as massas duramente reprimidas. Produziu-se uma desarticulação do sistema político-partidário que se aprofundou à medida que avançava o projeto da ditadura, alcançando maior nível com a Constituição em 1980.³⁶⁹

Embora se reconhecesse a crise política e social provinda de um duro golpe para as organizações políticas progressistas, isso não impediu que se realizasse, em *Chile-América*, a crítica à atuação e à orientação dos partidos desde o exílio, em especial:

Es verdad que el régimen se ha esforzado al máximo en destruir las organizaciones partidarias y en aislarlas de la sociedad. No nos referimos a eso,

³⁶⁸ Ibid.

³⁶⁹ YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 243.

que se puede dar por descontado en una dictadura como la chilena. Nos referimos a un proceso de autoaislamiento, de encierro, por el cual los partidos y sus dirigentes comienzan a pensar y a actuar no a partir del sentido común predominante en el país, sino de la lógica interna de sus organizaciones. [...] Una manifestación de la crisis son las divisiones, el resurgimiento de viejos sectarismos e intolerancias, el perfilarse de estrategias divergentes en el seno de la oposición, tanto que algunos hablan de “oposiciones” en plural, la búsqueda de refugios en seguridades ideológicas frente a los desafíos actuales, como si se tratase de fortalezas sitiadas por la historia.³⁷⁰

A ideia da reconstrução da política por meio da necessária articulação com os movimentos sociais, como se nota na revista, era proveniente de setores da esquerda, dos quais *Chile-América* participou, integrados por intelectuais dos mais importantes para sua renovação, que se mobilizariam em torno do que ficou conhecido como *Convergencia Socialista*³⁷¹, unindo partidos como o MAPU, MAPU-OC, IC e setores do PS, responsáveis por conduzir as transformações ideológicas e políticas no interior da esquerda chilena desde o exílio. Em um quadro de recomposição e confrontação ideológica da oposição partidária, aparecia, por outro lado, parte da esquerda liderada pelo PC e pelo PS-Almeyda, acompanhada pelo MIR, em que se postulava uma frente única, antifascista (posição mais afinada aos postulados dos comunistas até então), na qual se aceitava o uso da violência como possibilidade teórica e uso tático para derrotar a ditadura, mirando a necessária (porém improvável) aliança com os democrata-cristãos. Presente nesse complexo emaranhado da oposição, a DC buscava reorganizar sua base de maneira a não se confundir com a esquerda e a liderar a reconstrução do sistema político-partidário com seu próprio projeto, não aceitando as propostas por unidade política, ainda que se abrindo a acordos específicos e pontuais, e hegemonizando o processo de democratização.³⁷² Tudo isso, no início da década de 1980, configurando-se como

³⁷⁰ EDITORIAL. Pensar el futuro. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 8.

³⁷¹ Trataremos sobre a importante renovação de parte da esquerda chilena, fundamental para os rumos que *Chile-América* tomou, ainda nesta parte do texto, mas especialmente no Capítulo 4.

³⁷² YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 200-201.

movimentos iniciais de posições que adquiriram dinâmica ainda mais aguda a partir das *Protestas Nacionales* de 1983.

Uma questão de fundo, constatada pelo editorial *Pensar el futuro*, com vistas a recuperar a atuação dos partidos e sair da crise em que se encontravam, dizia respeito ao reencantamento da política para os chilenos: “Se ha insistido con acierto en que los partidos deben comprender que su objetivo prioritario es enfrentar politicamente a la dictadura. Para ello, sin embargo, hay un paso previo: reconquistar la legitimidad de la política en el país”. Não se tratava de negar o papel fundamental que cabia aos partidos políticos no processo de democratização do Chile. Nenhum movimento social, acrescentava a revista, por mais pujante que fosse, poderia aspirar a disputa do poder estatal sem se expressar politicamente por meio dos partidos. Todavia, era necessário que se transformassem³⁷³, argumento este que também compunha o conjunto de proposições dos setores ligados à renovação da esquerda socialista.

Com base nisso, os problemas que se colocavam, para *Chile-América*, eram os seguintes: “Cómo hacer que el cuadro político chileno exprese cabalmente el movimiento social de resistencia a la dictadura en toda su riqueza y diversidad ideológica y política? Cómo refundar la política en Chile?”. A resposta estava, ao menos como ponto de partida, no reencontro com o Chile real, com o presente, com os trabalhadores, os estudantes, os comerciantes, as mulheres, os intelectuais, os empresários, os camponeses, e não com abstratos setores e classes sociais concebidos a partir de teorias rígidas e não contingentes. Que os partidos recorressem às aspirações populares, que fossem capazes de apreender o sentido comum predominante, e, portanto, que não buscassem o caminho mais curto, que coubesse em determinado esquema ideológico ou programa político. Não obstante as limitações da ilegalidade e do exílio, o importante para os partidos era manter a

³⁷³ EDITORIAL. *Pensar el futuro*. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 8.

capacidade de agregar social e politicamente através de novas formas de luta. Não era questão de renunciar à identidade socialista, comunista, democrata-cristã, radical, liberal, mapucista, mas como sê-los defendendo ideias, métodos e valores condizentes com o Chile que se apresentava naquele momento.³⁷⁴

Claramente se percebe, como argumento em *Chile-América*, apologia por uma profunda reinterpretação sobre os partidos, tendo em vista a necessária aproximação com as novas demandas populares e, assim sendo, o distanciamento das fórmulas teóricas sectárias, insuficientes para compreender o processo em curso no Chile. Nesse sentido, a revista reverberava, como temos dito, o processo de renovação socialista em franca discussão naquele momento. Não se tratava de negar a história e os conceitos que ajudaram a construir os partidos, mas de ressignificar as identidades políticas. Que novos valores fossem incorporados, que os partidos se abrissem a leituras da realidade concreta, estruturando condições de unidade de modo a criar uma alternativa ao pinochetismo. Além da renovação e relacionado a esse processo, o intento de superação das velhas rupturas entre os democrata-cristãos e a esquerda chilena era o que interessava a *Chile-América*, retomando aspecto basilar do ideário fundacional da revista, tão marcante em seu editorialismo programático, ponto sobre o qual abordamos no capítulo anterior.

As manifestações populares ocorridas em decorrência do falecimento de Eduardo Frei Montalva, morto em 22 de janeiro de 1982, foram o catalisador para que *Chile-América* reforçasse as reflexões sobre os partidos, movimentos e dinâmicas políticas em jogo naquele momento e a tomada de posição por uma confluência de forças, pela unidade da ação democrática. Mais do que constatar a expressão historicamente consolidada da maior liderança da DC, as manifestações populares e a comoção nacional durante o funeral do ex-presidente representaram, para a revista, o nível elevado de insatisfação

³⁷⁴ Ibid., p. 8-9.

com os destinos do país por parte significativa da sociedade chilena, em muitos sentidos, ascendendo sentimento comum por transformações. Assim, o povo chileno “reprocha al régimen [por] su menosprecio por los derechos humanos, contesta la política económica, anhela recuperar las instituciones democráticas y reivindica el derecho a participar activamente en la gestión del Estado. Es una demanda de libertad.”³⁷⁵

Estas palavras se expressaram no editorial *Renovación y Convergencias*, de 1982, texto que, como evidenciado no título, objetivou, tendo como ponto de partida a figura de Eduardo Frei Montalva, fazer um balanço das disputas políticas em questão e demarcar decisiva e programaticamente a posição e a participação da revista no campo democrático e popular. Qual o papel dos partidos na conjuntura crescente de insatisfação popular no Chile? Para *Chile-América*, a falta de conexão crescente entre as estruturas partidárias e as mobilizações sociais decorria, em parte, da perda do monopólio prático e simbólico do poder por Estados, partidos e instituições políticas, tal como eles se consolidaram durante o século XIX, condição, agora, suplantada pela transnacionalização da economia, da cultura, da política.

Interpretadas dessa maneira pela revista, tais dimensões passaram a ser compreendidas em perspectiva mais ampla e integrada, dotada de maior correspondência com as transformações globais. Retomamos, então, o sentido do político em Pierre Rosanvallon, para quem a prática política não se limitaria a ações no âmbito institucional de dado país ou a repertórios consolidados de ação. O sentido do político, para o autor, abarcaria elementos culturais-simbólicos em disputa e circulação, influído por sua historicidade, obviamente, mas ampliando o raio de trocas, conexões, intercâmbios com outras realidades, em um universo a ser compreendido tendo em conta valores e práticas

³⁷⁵ EDITORIAL. *Renovación y Convergencias*. *Chile-América*, Roma, n. 76-77, 1982, p. 5.

democráticas dinâmicas e em ciclos incessantes. A noção de democracia adviria daí, uma espécie de “arena” dinâmica de posições e conflitos.³⁷⁶

De alguma forma, o que *Chile-América* demandava para os partidos era que eles compreendessem as transformações sociais internas provocadas pela ditadura, sem perder de vista a integração desse processo com as mudanças na ordem de poder internacional, com o avanço do neoliberalismo e a crise do socialismo real. Fazia-se necessário, então, a ressignificação e reestruturação, sobretudo conceitual, dos partidos progressistas, de modo a melhor atuar nesse cenário desfavorável.

Ou seja, novamente remetemos não apenas a Rosanvallon, mas também a Elías Palti (em um ponto em que ambos convergem teoricamente), para pensarmos no plano aberto da contingência das disputas e (re)criação das linguagens políticas em sua dinâmica própria, não entendidas, portanto, como modelos de pensamento acabados, reproduzidos como tipos ideais ou simplesmente reinterpretados para realidades distintas.³⁷⁷ Novas sensibilidades e linguagens ganhavam espaços como resposta dos intelectuais e políticos chilenos à crise do socialismo real, ao avanço transnacional e nacional do neoliberalismo e aos traumas da brutal repressão em curso no Chile. Estamos nos referindo, então, às sensibilidades e às linguagens pelos direitos humanos, pela justiça social e pelo socialismo ressignificado e concebido em franca associação com a democracia e seus fundamentos inegociáveis, a partir das condições objetivas à disposição dos atores que disputavam protagonismo ou influência nas formulações políticas para os problemas e traumas chilenos.³⁷⁸

³⁷⁶ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

³⁷⁷ PALTÍ, Elías. *O tempo da política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

³⁷⁸ Importante fazermos uma observação de que não estamos dizendo que socialismo e democracia foram objetos de reflexão e aproximação, por setores das esquerdas, apenas nesse momento histórico de resistência e luta contra a ditadura. A esquerda chilena possuiu significativa reflexão sobre socialismo e democracia liberal previamente ao golpe. A rica experiência da Unidade Popular foi expressão disso. No entanto, buscamos argumentar sobre os sentidos reinterpretados dessa aproximação, ressignificada a partir do impacto de uma conjuntura política autoritária e adversa, na qual a pauta dos direitos humanos assumia força crescente.

Quando, em *Chile-América*, defendia-se insistentemente a necessidade da renovação, advogava-se pela redescoberta da política a partir das mudanças reais e, sendo assim, que o conjunto das ideias que constituíam o núcleo ideológico dos partidos, em suas diversas orientações tradicionais - cristã, laica, marxista, leninista, liberal -, não seriam mais suficientes, naquele momento de reconstrução do político, para os novos problemas que se colocavam à sociedade chilena. Repensar a política significava, portanto, tomar consciência da crise que vivia o país, partindo das situações concretas, e não dos dogmas para tempos e realidades distantes. Estava em discussão e forte questionamento a concepção de partido em seu sentido leninista (vanguarda para a revolução), ou seja, “como sede de la ciencia y del saber y que en nombre de la verdad guía a las masas”. Já em relação aos partidos de inspiração cristã, opunha-se, na revista, sobre “‘el derecho natural’ para nuclear la doctrina”. Ambas as vertentes de entendimento partidário precisavam ser revistas, reinterpretadas.³⁷⁹

O caminho proposto não seria por essas vias “petrificadas”. Os partidos deveriam abrir-se à sociedade em toda sua variedade, admitindo o pluralismo e afirmando a democracia como valor fundamental e constitutivo de disputas políticas. Em uma formulação que em muito se aproximava, mais uma vez indicamos, do que Pierre Rosanvallon e Elías Palti teorizaram, respectivamente, para a democracia e o político, por um lado, e para a história intelectual e das linguagens políticas, por outro, *Chile-América*, assumindo as diferenças que fundamentavam o sentido de democracia por ela compreendido e a necessidade da renovação da esquerda socialista, expressou-se da seguinte forma sobre as transformações nos partidos chilenos e no campo político da oposição:

³⁷⁹ EDITORIAL. Renovación y Convergencias. *Chile-América*, Roma, n. 76-77, 1982, p. 6.

Este cambio debe expresarse necesariamente en el lenguaje. [...] La política vuelve a ser comunicación de experiencias y de ideas, arte de gobernar, rito y espectáculo, ejercicio de libertad. La renovación, pues, debe afectar a todas las fuerzas democráticas chilenas y a las grandes corrientes de pensamiento en que se inspiran [...] si queremos fundar solidamente la democracia.³⁸⁰

Recriando-se com a dinâmica da história, à medida que esse processo avançasse, em meio a debates e contradições, iria redefinindo-se o quadro político, reagrupando as forças e as convergências que, para a revista, deveria realizar-se em torno da democracia e do socialismo renovado. Ao explicar melhor a proposição e desenhar um preciso quadro político-partidário da oposição democrática à ditadura nos primeiros anos da década de 1980, assim analisou *Chile-América*:

Hay una primera y fundamental convergencia: la de todas las fuerzas que se oponen a la dictadura y postulan un desarrollo democrático para el país, desde el Partido Comunista hasta la derecha liberal. Hay una área de consenso que mantener y profundizar. Esas fuerzas conformarán el arco constitucional del mañana. [...] Tienen como primera tarea concertarse en la lucha contra la dictadura. Es un primer nivel. Si vamos más allá y nos interrogamos por el eje que puede dar organicidad y consistencia al consenso democrático, si buscamos el punto de equilibrio del movimiento democrático y del futuro del Estado, nos encontramos entonces por una parte con la Democracia Cristiana y, por otra, con la convergencia socialista, es decir, con la expresión del catolicismo en valores de democracia, laicismo y libertad y con la tradición del socialismo chileno, autónomo, con perfil propio, asentado en las luchas populares y a la vez en la cultura racionalista y, posteriormente, en el marxismo y incluso en el cristianismo. De la confluencia de esas fuerzas depende el empuje de la resistencia, la alternativa a la dictadura y la futura estabilidad democrática. Para eso, dando un paso más, es indispensable que cobre cuerpo el proceso de convergencia al interior del socialismo. La unidad de la izquierda debe fundarse en el reconocimiento de que hay al menos dos proyectos históricos en su seno, con puntos de contacto, pero claramente diferenciables: uno comunista, otro socialista. Uno de los problemas del pasado reciente es que el PC y el PS tuvieron sus roles cambiados. La convergencia de las fuerzas socialistas apunta a reubicar el rol protagónico de esa corriente política, abandonando el maximalismo, constituyéndose en uno de los ejes en torno a los cuales se articula el consenso democrático. [...] Asistimos a un profundo proceso de cambio del espectro político chileno. A veces confunde o desorienta por las formas que asume. Debemos, sin embargo, reconocer que se ha puesto en camino un mecanismo de renovación.³⁸¹

“Se ha roto el inmovilismo”. Tal foi a expressão - ainda no mesmo editorial *Renovación y Convergencias*, da publicação de n. 76-77 - que definiu o processo de

³⁸⁰ Ibid., p. 6.

³⁸¹ Ibid., p. 6-7.

rearranjo partidário dentro e fora do Chile (diríamos que de fora para dentro, desde o exílio, dada a forte influência de seus intelectuais e políticos), depois de anos de desorientação em virtude da forte repressão aos partidos e à perseguição a seus líderes. Tal foi a expressão dita com ânimo ao se perceber a reação e a rearticulação política após o desalento provocado pelo auge da institucionalização do regime pinochetista com a Constituição. A partir dessa expressão que pressupõe dinâmica e recomposição, consideramos o longo fragmento, acima reproduzido, absolutamente central do ponto de vista da análise feita pelos editores da revista sobre os posicionamentos das peças no tabuleiro político chileno, a função dos partidos de oposição à ditadura, ressignificando seu modo de atuação e interpretando seus matizes ideológicos renovados e em processo de transformação. Renovação política e convergência socialista apareciam como fenômenos associados, como um só processo rumo à renovação socialista, possibilitando a aliança posterior entre PS, MAPU, MAPU-OC, IC (conformados como Bloco Socialista) e DC, além de outras expressões políticas que levariam à *Alianza Democrática* e, ao final da década de 1980, à *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Partia-se, em *Chile-América*, de um pressuposto amplo que consistia em reconhecer todo o campo democrático, uma área de consenso - inclusive com uma direita não autoritária e não conservadora -, em que seria possível dialogar e construir algum sentido unitário. Derrotar a ditadura era a tarefa de toda a oposição, o nível mais basilar e comum, o ponto de partida para a democratização. Os partidos, de modo a pôr em jogo bases possíveis de uma concertação, deveriam “proponer una política unitaria de democratización de la sociedad y excluir cualquier acción violenta o de venganza, exigiendo sólo el castigo por parte de la justicia de aquellos que han incurrido en crímenes graves contra las personas”.³⁸²

³⁸² EDITORIAL. Exilio, retorno y democracia. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 9.

Defendendo o lado político no qual se situava nessa conjuntura, *Chile-América* logo interpretou, de modo mais preciso, que o equilíbrio entre o movimento democrático e a construção do futuro Estado passaria pela articulação entre a DC e a Convergência Socialista, e, com isso, conjugar-se-iam os partidos e os valores de uma cultura política em transformação, na qual se imiscuíam sensibilidades democráticas, socialistas e cristãs/humanistas. Indicava-se, portanto, o sentido a ser seguido pela esquerda, e a renovação, tantas vezes evocada por *Chile-América*, era, na realidade, a linguagem utilizada para preconizar o socialismo renovado.

Contrapunha-se, nesse processo, às teses leninistas, bem como à estratégia insurrecional que ganhava força no interior do PC, concebida teoricamente via *Política de Rebelión Popular de Masas* (PRPM) desde fins de 1981 e consumada militarmente com a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR).³⁸³ *Chile-América* e a renovação do socialismo também se opunham ao PS-Almeyda e ao MIR, que conformavam bloco com o PC a partir de leituras táticas e estratégicas similares no enfrentamento à ditadura, baseadas em uma matriz teórica marxista-leninista e de caráter insurrecional.

O que dizer das ideias defendidas por *Chile-América* e sua correspondência com a publicação posterior, embora com escritos contemporâneos à edição da revista, do livro emblemático de José Antonio Viera-Gallo, *Chile: un nuevo camino*, publicado em 1989?³⁸⁴ Essa obra, contendo ensaios, artigos e conferências do autor, foi resultado das preocupações e discussões que estiveram candentes ao projeto político-editorial da revista

³⁸³ Voltaremos a contemplar as transformações do PC chileno no Capítulo 4. Por ora, cabe informar que o ano de 1982 foi o de instalação da nova política comunista, a PRPM, elemento estratégico que abarcava ações político-militares para enfrentar a ditadura. Ver ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. 'Aún tenemos patria, ciudadanos': el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988). In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 19-82; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Cultura política y represión política: el caso del Partido Comunista de Chile*. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: EdiPUCRS, 2013, p. 327-348.

³⁸⁴ VIERA-GALLO, José Antonio. *Chile: un nuevo camino*. Santiago: Ediciones Chile-América/CESOC, 1989.

Chile-América. Viera-Gallo, naquele momento deputado recém-eleito pelo Partido por la Democracia (PPD) – partido que abrigou parte expressiva dos socialistas renovados -, nas 360 páginas do livro, refletiu sobre os anos do exílio, as relações entre socialismo e liberalismo, o encontro entre cristianismo e cultura socialista, os objetivos da justiça chilena, a promoção dos direitos humanos como um fundamento elementar do movimento democrático, a posição da Igreja Católica do país durante a ditadura e, finalmente, a transição à democracia no Chile e seus desafios.

Nos textos do autor, as tradições democráticas, socialistas e cristãs se cruzavam: como socialista, assumiu a necessidade de renovação no contexto de crise do socialismo real, inserindo no centro da discussão os valores democráticos. Como advogado e acadêmico de formação cristã, pôs em ênfase, da mesma forma, o caráter humanista da mensagem democrática, socialista e católica.³⁸⁵

O caminho de *Chile-América* na luta política, cada vez mais evidente, havia sido, então, esboçado em outra edição, prévia (n. 68-69, janeiro a março de 1981), quando ela própria analisou as três tendências da oposição e à qual delas se vinculava naquele momento. A primeira seria a de seguir o legalismo imposto pela Constituição e exercer a oposição dentro dos marcos transitórios da ditadura, vertente à qual se ligava a DC; vendo se consolidar o regime com o resultado do plebiscito, a segunda tendência consistiria em poder optar pela violência política, leitura adotada por parte importante da esquerda histórica (PC, PS-Almeyda e MIR); a terceira via, defendida pela revista, configurar-se-ia em não aceitar o exercício da oposição pela violência política, nem tampouco dentro do legalismo pinochetista, assumindo, dessa maneira, o papel de oposição democrática dentro de um terreno social e cultural, incluindo o sentido de representatividade partidária

³⁸⁵ Ver VIERA-GALLO, José Antonio. *Chile: un nuevo camino*. Santiago: Ediciones Chile-América/CESOC, 1989.

a partir de disputas políticas também no campo simbólico.³⁸⁶ Nesse sentido, incorporava-se a linguagem do movimento social de resistência que mantinha parte do legado progressista do sistema político preexistente a 1973, porém com novas sensibilidades e valores já indicados neste trabalho.

Pela revista expressaram-se discursos e elementos simbólicos da oposição à ditadura que resultavam da dinâmica entre tradição e renovação política, em muito marcada pela ascensão da linguagem dos direitos humanos e por um repensar profundo da democracia sob uma nova ética e pacto social, após anos de autoritarismo e violência política. Voltamos a frisar que, desse modo, *Chile-América* foi resultado e reprodução da prática intelectual e política que imprimiu discursos carregados de elementos de uma cultura humanista, socialista e democrática.

No início do ano de 1983, com o aprofundamento da crise econômica, a revista descreveu o quadro de fracasso do projeto (re)fundacional da ditadura, não apenas ressaltando a economia, mas a situação generalizada de crise: “la realidad habla por sí misma. Crece un profundo y difuso malestar. Por su parte las palabras y los gestos del poder reiteran una línea que ha fracasado”. Havia desprestígio internacional, violação de direitos humanos, supressão das liberdades públicas, exílio massivo, perda de valores de sociabilidade humana fundamentais, polarização social extrema, descenso de todos os indicadores econômicos, falência financeira, aumento do desemprego e da miséria, capacidade improdutiva na indústria, agricultura que não atendia as necessidades básicas da população, proliferação da delinquência e da violência social, corrupção administrativa, venalidade da magistratura.³⁸⁷ Para a revista, o regime pinochetista havia perdido certo nível de consenso social que o respaldou, sustentando seu governo, naquele momento, mais do que qualquer coisa, por meio da imposição das Forças Armadas.

³⁸⁶ EDITORIAL. El camino de la oposición. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981, p. 5-7.

³⁸⁷ EDITORIAL. Una salida urgente. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 5.

Segundo Ricardo Ffrench-Davis, entre 1982 e 1983, a economia chilena se viu afetada por uma crise recessiva de grande magnitude, o maior desequilíbrio macroeconômico da América Latina naquele momento, com queda no PIB de cerca de 14%. Os setores produtivos, incluindo a indústria (já bastante enfraquecida desde 1975 com as políticas de *shock* neoliberais que priorizaram a abertura do mercado e o setor interno de exportação), a construção civil e a agricultura sofreram quebras massivas. “Se generalizó el descontento político y las manifestaciones de la oposición a una dictadura que había sido férrea, proliferaron, incluso entre quiénes habían apoyado las reformas”.³⁸⁸

Sabemos que a crise econômica do início dos anos 1980 foi um duro golpe nos preceitos fundamentais do pinochetismo, exigindo da ditadura se recompor sobre uma política econômica menos ortodoxa do ponto de vista neoliberal, reajustando sua equipe de governo sob viés mais intervencionista³⁸⁹. Contudo, mesmo diante de cenário crítico, diferentemente do que apresentou *Chile-América*, ainda havia uma sustentação do regime que não se limitava aos militares. As bases gremialistas forneciam força a Pinochet. Para além da economia, a reestruturação neoliberal no Estado e na sociedade seguiam seu curso, mesmo com resistência social e política. Mais que tudo, a ditadura havia instaurado uma nova era constitucional que, ainda que se buscasse questioná-la e superá-la, acabou por moldar ou limitar as ações da oposição democrática dentro dessa legalidade autoritária.³⁹⁰

³⁸⁸ FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, outubro-dezembro 2002, p. 598.

³⁸⁹ No âmbito econômico, de acordo com Ffrench-Davis, vários ajustes foram feitos, incluindo a reintrodução de certa proteção tarifária, regulação do sistema financeiro, estatização das dívidas privadas, renegociação dos vencimentos dos créditos externos com os credores bancários e aportes financeiros para socorrer o setor privado, ou seja, maior intervenção do Estado chileno e o consequente rompimento com o dogmatismo do receituário neoliberal. “El gobierno cedió ante presiones empresariales para que adoptase una estrategia más pragmática”, incluindo subsídios volumosos ao setor privado. FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, outubro-dezembro 2002, p. 598-599.

³⁹⁰ Para o entendimento de legalidade autoritária, sobretudo em perspectiva comparada, ver PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Ainda assim, acontecimentos de impacto pressionaram a ditadura e reconfiguraram a prática política no país. Estamos falando das *Protestas Nacionales*, oriundas desse cenário de crise e que se estenderam, de forma não contínua, até 1986. Sobre elas, *Chile-América* se manifestou apenas nas ações iniciais de mobilização, encerrando sua publicação pouco tempo depois. Mesmo que as atividades políticas não tenham deixado de existir através dos partidos, dos estudantes, da cultura, da Igreja Católica, das organizações de direitos humanos e nas *poblaciones*, podemos dizer, na linha defendida por Fabiana de Souza Fredrigo, que foram as *Protestas Nacionales* o movimento que impulsionou sua retomada mais ampla no Chile durante a ditadura. Ciclo de manifestações contrárias a Pinochet ocorridas em Santiago, iniciado no dia 11 de maio de 1983 a partir da convocação da Confederação dos Trabalhadores do Cobre (CTC), elas foram paulatinamente mobilizando distintos e expressivos setores da sociedade, insatisfeitos com a ausência de diálogo, com a lógica da repressão e com a desestruturação social e econômica provocada pelo modelo neoliberal do Estado autoritário. Contaram com a participação dos sindicatos, dos partidos, dos estudantes universitários, dos *pobladores*, de parte da classe média e do empresariado.³⁹¹

Fabiana Fredrigo sustentou que o imaginário libertário e antissistêmico presente nas *Protestas* foi essencial para a rearticulação social e política, o que provocou a necessidade de se viabilizar formas de acordo ou enfrentamento com o Estado autoritário.³⁹² A série de mobilizações contra a ditadura pode ser interpretada, segundo Eugenio Tironi, como expressão “del desconcierto que produjo el agotamiento de la modernización liberal”, que se manifestou drasticamente com a crise econômica, levando, como havíamos dito, à ruptura momentânea ou parcial, por parte do governo militar, com

³⁹¹ FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível* (1973-1989). Franca: UNESP, 1998.

³⁹² *Ibid.*

a ortodoxia monetarista e livre-cambista dos *Chicago Boys*.³⁹³ De forma similar, Manuel Antonio Garretón indicou o desgaste do modelo transformador da ditadura, desde 1981, quando começou a fracassar o projeto neoliberal, como responsável pelo crescimento da insatisfação popular, atingindo seu auge com as *Protestas*. A conjuntura de crise, tal qual expressou *Chile-América*, teria acarretado, de acordo com o sociólogo chileno, a fragmentação do bloco civil de apoio à ditadura e um descontentamento de setores médios, condições que revigoraram a mobilização popular e favoreceram a emergência pública dos partidos políticos.³⁹⁴

Chile-América acompanhou o começo das jornadas nacionais de protestos, as manifestações do dia 11 de maio e 14 de junho, o suficiente para que se reforçasse sua esperança pelo fim do regime a partir das evidências do que considerou como declínio da ditadura, seu esfacelamento social, econômico, político e moral. Era fundamental que, dentro desse contexto, se efetivassem as medidas e transformações que levassem à retirada de Pinochet do poder. A demanda democrática levava necessariamente à sua saída, pois “su nombre evoca un proyecto político, una forma de ejercer el poder, un conjunto de fuerzas sociales que lo sostenían, un esquema a que esta altura aparece hecho añicos”. Porém, a manifestação vigorosa da população precisava ser ainda compreendida pelo conjunto das forças políticas, especialmente pelos partidos, pois se temia que ela se dispersasse e caminhasse então para uma explosão social sem qualquer tipo de

³⁹³ TIRONI, Eugenio. *Autoritarismo, modernización y marginalidad: el caso de Chile (1973-1989)*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1990, p. 27-28. Vejamos as palavras de um/uma leitor/leitora de *Chile-América* na seção *Nos escriben y opinan*, dando conta do “passo atrás” do governo de Pinochet quanto à continuidade da ortodoxia econômica neoliberal: “El esquema económico sonó y todos los esfuerzos por salvarlo sólo prolongan su agonía. Los pinochetistas dejaron de alabar el esquema de Chicago y ahora los empresarios claman gritos para que el Estado recupere su papel y los ayude a salvarse de la quiebra, que emita más dinero para reactivar la economía aunque aparezca la inflación. El actual biministro de la Economía y Hacienda, Rolf Lüders anunció que la economía será mixta con recuperación para el Estado de su papel protector equilibrador y de fomento. [...] Es evidente que Pinochet está bajo fuertes presiones”. S.N. De mal en peor. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 3.

³⁹⁴ GARRETÓN, Manuel Antonio. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. *Lua Nova*, São Paulo, n° 16, março de 1989, p. 91.

condução/organização. Daí a urgência de se construir uma saída consensual para a ditadura, sob três aspectos essenciais: as bases institucionais de um novo sistema democrático, uma política de recuperação econômica e o itinerário da transição.³⁹⁵

Em uma de suas últimas edições, pouco antes de estourarem as *Protestas, Chile-América* reiterava sobre a necessária unidade política das forças democráticas para a construção de alternativa programática que passasse pelas “aspiraciones populares y del sentido común de la gente, recogiendo las sensibilidades [...] de los [...] grupos sociales”. Era preciso superar o trauma de 1973, defendia, e reforçar “un area de consenso amplio de valores democráticos irrenunciables [...] y la vigencia de los derechos humanos”.³⁹⁶ Para tal, a revista se somava à *Comisión Chilena de Derechos Humanos* na defesa de um amplo acordo nacional de modo a possibilitar uma transição à democracia, refutando o itinerário de *Chacarillas* planejado pela ditadura em 1977, no qual se solidificaram seus fundamentos autoritários. *Chile-América* também se colocava ao lado das iniciativas da Igreja Católica por uma abertura de canais de diálogo amplos entre as forças sociais e políticas, incluindo a direita considerada republicana.³⁹⁷ Por fim, interessava à revista a reflexão sobre as responsabilidades das Forças Armadas nos destinos do país e o papel que a elas cumpriria em seguida, se continuariam sustentando uma ditadura em crise, desgastada, ou se participariam da transição à democracia assumindo sua função profissional específica.

Tratava-se do melhor caminho a ser seguido para uma justa transição, o pacto amplo da sociedade pela democracia, levando consigo os renovados valores socialistas, refutando a violência como expressão política: “existe acaso otro camino para resolver la crisis de Chile?”.³⁹⁸ Isso não significava deixar o PC à margem de uma futura legalidade,

³⁹⁵ EDITORIAL. El declino de Pinochet. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, 1983, p. 5-6.

³⁹⁶ EDITORIAL. Una salida urgente. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 6.

³⁹⁷ EDITORIAL. Rectificar rumbos. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 9-10.

³⁹⁸ EDITORIAL. Una salida urgente. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 6.

tendo em vista sua opção radical e a ruptura com o bloco da esquerda em renovação. “Cierto es que la opción por la violencia hecha por el PC hace dos años no facilita la concertación”. Contudo, considerava-se legítimo que seus dirigentes concebessem o direito de rebelião civil, e, caso o partido caminhasse por essa senda, sem a propaganda armada, mais favoravelmente poder-se-ia chegar a um acordo amplo, desde a direita republicana até a esquerda democrática e popular.³⁹⁹

A abordagem central e ainda pouco desenvolvida para tal acordo dizia respeito a pensar a transição para a democracia. Nesse âmbito, um primeiro aspecto consistiria no meio para se gerar a nova institucionalidade democrática. O caminho mais correto para isso, segundo *Chile-América*, seria o da Assembleia Constituinte com plenas atribuições e competências bem definidas, com a urgência de se elaborar o texto constitucional definitivo que suplantaria a Carta autoritária e neoliberal do pinochetismo. Um segundo problema apontava para os marcos jurídicos sobre os quais a composição política deveria atuar. Restabelecendo as liberdades democráticas, haveria de se constituir autoridade capaz de impulsionar o diálogo entre os setores políticos e as forças sociais, possibilitando eficiência administrativa e idoneidade para levar a processos judiciais as responsabilidades pelos crimes cometidos pela ditadura, dado sensível, porém fundamental para efetiva justiça de transição. O terceiro e último elemento desse esboço das etapas de democratização seria definir o papel que caberia às Forças Armadas, de maneira a conceber um sistema político definitivo de tipo civil.

Melhor especificando e mostrando seu lado nesse debate, a revista defendeu que “sin restar el concurso de nadie a la reconstrucción democrática, dada la configuración social y política del país, el eje más viable del proceso pareciera ser de centro-izquierda”.

³⁹⁹ EDITORIAL. El declino de Pinochet. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, 1983, p. 7.

Não haveria transição sem se construir alternativa política bem definida, asseverava a revista.⁴⁰⁰

Não estariam aqui, portanto, em *Chile-América*, as premissas de uma corrente de ideias, linguagem e renovação política que, embora apregoasse, com louvor, em nossa visão, uma construção desde *abajo*, ou seja, contemplando as demandas populares, efetivou-se, na realidade, a partir das disputas de força que, ao longo da década de 1980, apresentaram-se favoráveis a uma transição feita desde uma elite político-partidária? Consideramos que estavam lançadas aqui as sementes de um amplo acordo que, como havíamos dito, gradativamente, e condicionado a outras dinâmicas políticas com o avançar da década, levaria à *Concertación*. Isso pressupõe avaliar que a luta pela democracia, até o final dos anos 1980, tenha sido condicionada também pelos marcos transitórios da Constituição de Pinochet, não os rompendo totalmente. Assim sendo, não se manifestou efetiva e integralmente a proposição de *Chile-América* feita ao final do primeiro semestre de 1983, em sua penúltima edição ora analisada: “El país no se detiene a medio camino. No hay pacto posible entre dictadura y democracia”.⁴⁰¹

Cabe problematizar e desenvolver, remetendo a questionamento geral de Héctor Borrat sobre os periódicos políticos e independentes,⁴⁰² em que medida a atuação pública de *Chile-América* coincidiu ou divergiu com a dos partidos políticos de oposição à ditadura e os movimentos pelos direitos humanos, em que sentido convergiram crenças, ideais, posições e valores. De uma forma geral, perceber como se expressaram as linguagens políticas da revista em comparação aos partidos da oposição, ao mesmo tempo que reconhecer afinidades e linhas comuns de ação, não significava necessariamente uma

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis 12*, 1989, p. 76.

aliança estável e a todo tempo coerente ao se efetivar a resistência. Trata-se de abordagem desenvolvida no capítulo final da tese.

2.4 – Construindo o editorialismo programático pelas denúncias: casos emblemáticos da repressão e as redes transnacionais de resistência, informação e solidariedade

Como daremos maior ênfase a partir de agora, a repressão institucionalizada e a violência política (estatal e para além do Estado) foram abordagens, em seu caráter denunciatório, centrais para *Chile-América*. As denúncias e a defesa dos direitos humanos compuseram, junto ao debate político, o principal objetivo do projeto editorial da revista, forma de intervenção na esfera pública por parte de seus editores. Dessa maneira, o trabalho de edição de *Chile-América* reuniu em suas páginas acervo documental valioso e significativo acerca da violação de direitos humanos praticada pela ditadura, adquirido sobretudo através da atuação dos organismos de direitos humanos no Chile e aqueles sediados no exterior, além de instituições partidárias e suprapartidárias de solidariedade com a luta chilena contra a violência de Estado e pela democracia.⁴⁰³

Quando pensamos em redes transnacionais de solidariedade com a causa chilena, abordamos aqui conexões políticas e humanitárias constituídas por instituições, não tanto por nomes individualizados, embora eles apareçam e se sobressaiam em alguns casos. Foram, portanto, amplas redes de circulação das denúncias, informações que, para a revista, podiam ter origem direta do Chile, mesmo que os informantes fossem anônimos, como vimos em relação às cartas dos leitores no capítulo anterior. Essas redes foram consequência dos intercâmbios frequentes efetivados no exterior e desde o Chile por meio

⁴⁰³ Apesar de iniciarmos aqui um olhar atento às redes políticas de solidariedade e de direitos humanos e suas interfaces com as redes políticas mais propriamente constituídas através das direções partidárias no exílio, aprofundaremos a temática da revista entendida como arquivo de denúncia no Capítulo 3, assim como abordaremos mais detidamente suas conexões político-partidárias no Capítulo 4.

de um trabalho persistente de organismos estruturados para a denúncia e o exercício político, portanto, possuindo caráter institucionalizado e não personificado. Abaixo, imagem representando as principais conexões de *Chile-América*:



Conexões da revista *Chile-América*: redes políticas, de denúncia e de solidariedade.
Criação do autor.

Assim, pensamos na constituição de redes, no plural, pelas muitas conexões que estabeleceu *Chile-América* de maneira a resistir e exercer sua oposição à ditadura. Os contatos estabelecidos pela revista se distinguiram quando o que esteve em discussão, estritamente, foram os direitos humanos e a denúncia da violência política, como trataremos aqui (e de maneira mais difundida no capítulo seguinte) com a abordagem de alguns casos representativos, embora com interfaces no âmbito das formações políticas.

A mesma ideia de especificidade das redes vale quando os debates foram direcionados ao político em seu sentido mais partidário, das discussões internas por conquista de hegemonia, composição de frentes e unidades, estratégias traçadas como alternativa ao autoritarismo, inseridas nas disputas pela democratização no Chile. Claro que, em muitos momentos, e a própria revista *Chile-América* foi sinalização evidente desse aspecto, direitos humanos e política se entrecruzaram no campo do político, envolvendo ações, linguagens e construção programática.

Podemos tratar, então, de dois caminhos constitutivos das redes, nas quais se envolveu *Chile-América*: um de caráter mais humanitário, constituído por partidos e formações políticas, mas especialmente pelas instituições das Igrejas e do mundo cristão; e o outro mais estritamente político-partidário, com discussões políticas próprias e contingentes. Porém, como um movimento pendular que vai e volta, estabelecendo intersecções, os direitos humanos e as projeções de democracia para o Chile, de algum modo, estiveram na interface dos dois caminhos ou polos de resistência, o humanitário e o político.

No que concerne à crítica e à denúncia efetivadas nos editoriais de *Chile-América*, de maneira a compreender a construção gradativa de seu editorialismo programático, textos estes que dão o tom de cada edição, direcionemo-nos ao de número 5 (1975), intitulado *La Junta Militar ante el juicio internacional: el fracaso de Ginebra*. As notícias nele divulgadas foram alentadoras a seus leitores a respeito da condenação internacional ao governo autoritário da Junta em sessões diversas levadas a cabo por organismos transnacionais. Nas páginas seguintes, na seção *El problema de los derechos humanos en Chile* (equivalente à seção *Derechos Humanos*), foram publicados documentos referentes às resoluções de ditas organizações de direitos humanos sobre o

uso sistemático de violência e arbitrariedades como política de governo da ditadura de Augusto Pinochet.

Como iniciativa editorial, *Chile-América* se prestou a cumprir seu trabalho de mediação política ao dar a conhecer documentos elaborados por importantes instituições que atuaram em cenário transnacional das denúncias, do qual, como impresso do exílio, a própria revista era fruto. Sobre isso já nos referimos algumas vezes. Todavia reforçamos a ideia em razão da concretude que foi esse propósito, tanto assim que se pôde ler em suas páginas: “Con el objetivo de contribuir a la formación de un buen archivo sobre el problema de los Derechos Humanos en Chile, insertamos en este anexo de nuestra publicación regular, cuatro documentos relacionados con el tema abordado en el editorial”.⁴⁰⁴ Os quatro documentos mencionados foram a *Resolución sobre Chile de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas*, *El informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile*, *El Informe Preliminar de la Comisión de la OIT* e *El testimonio del general Sergio Poblete* na terceira sessão da Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar no Chile.

No *Informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile*, foi difundido que “a la luz de las evidencias contenidas en el informe, el Comité ad hoc está convencido de que actualmente en Chile no existe ningún estado de derecho”, complementando que “el gobierno continúa suprimiendo las libertades y derechos fundamentales efectuando, para justificar sus acciones, modificaciones ilegales a la Constitución a través de decretos-leyes que hasta tienen efecto retroactivo”.⁴⁰⁵ O documento enumerou, na sequência, uma série de atos e eventos que exemplificaram a

⁴⁰⁴ CHILE-AMÉRICA. Resolución sobre Chile de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 33; EDITORIAL. La Junta Militar ante el juicio internacional: el fracaso de Giniebra. *Chile-América*, Roma, n. 5, p. 7-9, 1975.

⁴⁰⁵ CHILE-AMÉRICA. El informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 34.

natureza autoritária do governo da Junta Militar e a consequente supressão de direitos no Chile. Dentre os quais, o texto mencionou as detenções arbitrárias, encarceramentos sem os devidos processos legais e com submissão a torturas, castigos e tratos degradantes; violação da liberdade de expressão e informação, assim como dos direitos políticos, educacionais, culturais e sindicais; expulsão da pátria e privação do exercício da cidadania.

No também citado testemunho do general Sergio Poblete, oficial da Força Aérea chilena, foi mencionada a morte do general Alberto Bachelet, militar opositor ao golpe, na prisão pública de Santiago, onde os dois dividiram cela. Três dias antes de sua morte, Bachelet havia sido levado à *Academia de Guerra Aérea* (AGA), local em que foi interrogado e recebeu maus tratos por parte de seus ex-companheiros e alunos da *Fuerza Aerea de Chile* (FACH). Dentre seus algozes, responsáveis pelas torturas que sofreu, estavam o comandante Edgar Ceballos e o general Ramón Cáceres Jorquera. Encontrando-se debilitado na prisão pública, faleceu por problemas cardíacos no dia 12 de março de 1974. Sergio Poblete ainda abordou sobre aspectos da detenção do militar, em janeiro de 1975, e do posterior exílio de sua viúva, Ángela Jeria, e de sua filha, Michelle Bachelet, que viria a ser presidenta do Chile em dois mandatos, 2006 a 2010 e 2014 a 2018, pelo Partido Socialista. Além disso, Poblete detalhou momentos na prisão e as torturas sofridas por vários presos políticos, com os quais teve contato.⁴⁰⁶ Vale atentar para o fato de que seu depoimento ocorreu durante sessão da Comissão Internacional Investigadora, organismo composto por especialistas da área jurídica de distintos países, sob o respaldo de dirigentes políticos chilenos e estrangeiros, sobre o qual discutiremos um pouco mais no próximo capítulo.

⁴⁰⁶ CHILE-AMÉRICA. El testimonio del general Poblete. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 39. Em outra edição, *Chile-América* rememorou os três anos da morte do general Bachelet, a prisão de sua esposa, Angela Jeria, e de sua filha, Michelle Bachelet em Villa Grimaldi. Ver CHILE-AMÉRICA. Se cumplen tres años de la muerte del general Bachelet. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 10-12.

Novamente, a atuação de um organismo transnacional foi tema dos editoriais, dessa vez o da edição 19-20-21, de junho e julho de 1976. O principal assunto discutido foi referente à VI Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Santiago, com repercussão internacional importante. O informe apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão próprio da OEA composto por juristas de diferentes nacionalidades, foi considerado “lapidário” pela revista por acumular impressionantes antecedentes, provas e denúncias circunstanciadas sobre os crimes da Junta Militar até aquele momento, julho de 1976. Bem fundamentado, o informe estruturou-se em capítulos quase didáticos que se designaram em termos de direitos sistematicamente violados pelo Estado chileno: direito à vida; à liberdade pessoal; à integridade pessoal; à justiça e processo regular; à expressão de pensamento e de informação; à reunião e associação; por fim, violação aos direitos políticos, pelo fato dos partidos estarem proibidos ou em recesso, além das eleições suprimidas.

Vale lembrar que foi um dos documentos iniciais mais significativos até então apresentados sobre os crimes da ditadura, o segundo informe da OEA sobre o Chile (o primeiro não foi analisado em editoriais pela revista, mas foi contemplado com sua publicação na edição 8-9, seção *Documentos*). Mesmo a OEA tendo sido vista, por vezes, com ressalvas, por abrigar, naquela conjuntura, representação de alguns países membros governados por ditaduras, a revista julgou ter sido relevante tamanha exposição das chagas provocadas pela Junta Militar. Chagas estas reveladas por e para um organismo internacional em solo chileno, com a presença de autoridades norte-americanas, como Kissinger, vista como coparticipante ou no mínimo cúmplice de muitas atrocidades perpetradas.

Este último, autoridade estadunidense, expôs sua argumentação durante a Assembleia, que contou também com o discurso de Pinochet e com a delegação oficial

chefiada pelo diplomata Sergio Diez e a intervenção da Suprema Corte de Chile, todos reforçando a posição do Estado. Por se realizar em Santiago, “los chilenos pudieron observar de cerca la situación”, pontuava *Chile-América*, e as fundamentadas acusações da Comissão da OEA foram corroboradas, durante a IV Assembleia, por outro documento elaborado por cinco advogados chilenos, Jaime Castillo Velasco, Andrés Aylwin Azócar, Héctor Valenzuela Valderrama, Fernando Guzmán Zañartu e Eugenio Velasco Letelier, sendo os três primeiros pertencentes à DC e o último ao PIR, partido de centro-progressista oriundo da divisão no Partido Radical.

O clima de efusividade das discussões no transcorrer da Assembleia, para *Chile-América*, foi positivo, em virtude de que a OEA, por momentos, possibilitou que ressurgissem, em alguma medida, o debate político, a confrontação de ideias, a condenação moral pública dos governantes, ou seja, o que não se encontrava permitido, abertamente, no Chile. E complementou: “un voluminoso informe fué preparado por especialistas de diversas orientaciones, en el cual se abordan los principales problemas que aquejan al pueblo y a la nación, el que también se entregó a los delegados”. A Junta não esteve preparada para isso, para tamanha confrontação sobre suas posições, “ni siquiera su débil respuesta al documento de la comisión de derechos humanos pudo disminuir el efecto impactante de éste”.⁴⁰⁷

Além do trabalho de mediação e denúncia, ao coligir, editar e produzir documentação tangente aos direitos humanos, com listas de vítimas, depoimentos, comentários e dados diversos sobre a repressão (Capítulo 3), os editores de *Chile-América* abordaram acontecimentos pontuais e emblemáticos de violência política. Tratou-se de fatos marcantes, por terem tido o envolvimento, no centro da circulação das informações, de nomes importantes da história política recente chilena, como Bernardo Leighton e

⁴⁰⁷ EDITORIAL. La Asamblea de la OEA en Santiago. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 5-12.

Orlando Letelier, projetando de forma ainda mais negativa a liderança de Augusto Pinochet, tendo em vista a execução dos crimes fora das fronteiras do Chile, exigindo pronta resposta internacional.

Quando apresentamos, no primeiro capítulo, a trajetória política de Bernardo Leighton, discorremos sobre o atentado do qual ele e sua esposa, Anita Fresno, foram alvos na Itália, ação executada por neofascistas em associação com a DINA, apontando para as conexões transnacionais da ditadura e a perseguição a seus inimigos mais combativos, mesmo estando eles no exílio. *Chile-América*, na edição de número 10-11, pouco após o atentado de outubro de 1975, tratou de dar larga repercussão ao caso, vinculando de imediato o ocorrido na Itália, de patente finalidade política, com a ditadura. Em suas palavras, “el dispositivo criminal de la dictadura demostró tener un largo brazo que llegó hasta Roma y trató de asesinar a Bernardo Leighton”.⁴⁰⁸ Se, em um primeiro momento, tal acusação peremptória pode ter sido baseada em fortes suspeitas dos editores da revista (não sem fundamentação),⁴⁰⁹ dada a atuação ativa e influente de Leighton no exílio, levando a cabo denúncias de cunho moral e político, depois ver-se-ia confirmar, segundo documentos desclassificados da CIA, que Stefano Delle Chiaie, neofascista italiano autor do atentado, havia tido contato com o ex-agente da CIA e da DINA, o americano Michael Townley - autor dos respectivos atentados contra Carlos Prats e Orlando Letelier - , para preparar a ação contra Leighton.⁴¹⁰

Além de noticiar e dar explicações as mais fundamentadas possíveis, apoiadas em pistas, nos relatos de vizinhos que socorreram a ambos, nas informações da imprensa

⁴⁰⁸ CHILE-AMÉRICA. El largo brazo criminal de la Junta fascista llegó hasta Roma: atentado contra Leighton y su esposa. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 161.

⁴⁰⁹ Ver CHILE-AMÉRICA. Cómo y dónde se perpetró el atentado. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, p. 168-170, 1975.

⁴¹⁰ A 42 años del atentado a Bernardo Leighton. Disponível em: <https://www3.museodelamemoria.cl/Informate/a-42-anos-del-atentado-a-bernardo-leighton/>. Acesso em: 03/09/2020.

italiana e na versão de Anita Fresno, a revista *Chile-América* mencionou a solidariedade de dirigentes políticos os mais diversos. Durante o processo de recuperação, Anita e Leighton receberam visitas e manifestações dos companheiros Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Esteban Tomic e Fernando Murillo Viaña; de membros e lideranças da IC e do MAPU-Obrero y Campesino (MAPU-OC); de dirigentes partidários chilenos residentes em Roma e demais exilados; do ex-embaixador Carlos Vasallo, um dos principais colaboradores de *Chile-América* (ver Capítulo 1); e de políticos da DC italiana, do Partido Comunista italiano (PCI), da Unión Mundial Demócrata Cristiana (UMDC) e da Internacional Juvenil da DC. Rafael Agustín Gumucio e Bosco Parra, dirigentes da IC e amigos de Leighton, deixaram a França e a Suécia, respectivamente, onde se encontravam exilados, para o visitarem em Roma. O mesmo sucedendo a Patricio Aylwin, presidente da DC, desde o Chile. Radomiro Tomic, Gabriel Subercaseaux, Claudio Huepe e demais dirigentes democrata-cristãos manifestaram solidariedade com mensagens de apoio e desejo de imediata recuperação ao casal.

O presidente do Senado italiano, Giovanni Spagnoli, ao iniciar uma sessão no parlamento, condenou com indignação o atentado contra o “ilustre huesped [...], exiliado en Roma después del golpe de estado liberticida, autorizado expoente de la resistencia democrática chilena”.⁴¹¹ Suas palavras, reproduzidas em *Chile-América*, foram bastante significativas no sentido de perceber a recepção dos italianos a Bernardo Leighton e provavelmente a seu núcleo mais próximo, incluindo Silva Solar e Viera-Gallo, os dois que permaneceram todo o exílio na Itália. No mesmo sentido se expressou Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, voz influente do eurocomunismo no país.

Ademais, a DC italiana organizou ato público em solidariedade a Bernardo Leighton e a Anita Fresno, que se realizou em Roma em 11 de outubro, 5 dias após o

⁴¹¹ CHILE-AMÉRICA. El largo brazo criminal de la junta fascista llegó hasta Roma. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 162.

atentado, com significativa participação e manifestação de autoridades como os presidentes do Senado e da Câmara italianos, e da Associação Itália-Chile, organismo de solidariedade com o povo chileno criado pelos partidos italianos de esquerda, republicanos e democrata-cristãos.⁴¹²

Mesmo considerando que o fato em questão, ou seja, um atentado no qual Bernardo Leighton e Anita Fresno quase perderam as vidas, possa ter provocado certo aguçamento das sensibilidades nas manifestações de solidariedade, ainda assim, tal rede de apoio a Leighton noticiada em *Chile-América* nos fornece mais guarida para interpretarmos a magnitude de organizações, formações políticas, partidos e autoridades que estiveram envoltos e articuladas à resistência chilena na Europa, na Itália e, de modo especial, aos personagens fundamentais por trás do projeto político-editorial da revista. Em outras palavras, o atentado nos mostrou redes existentes em prol da luta chilena pela democracia, compreendendo personagens e instituições distintas, redes receptoras de exilados e nas quais *Chile-América* foi mais um representante de peso no trabalho de denúncia e articulação política, certamente o principal impresso do exílio chileno nesse aspecto.

Um dos textos editoriais da edição 14-15, veiculado como nota-comentário da revista, de janeiro e fevereiro de 1976, pôs-se a dar continuidade à série de publicações condenando o atentado sofrido por Leighton e Fresno em Roma, solidarizando-se novamente com os dois. *Chile-América* veiculou versão informativa do *Boletín Oficial de la Unión Mundial Demócrata Cristiana n. 10*, texto nomeado “Especial Bernardo Leighton”, reportando ao atentado cometido na Itália, ao testemunho dos médicos, à relevância histórica da trajetória política de Leighton no Chile, à indignação internacional e à solidariedade das diversas formações democrata-cristãs de distintos países.

⁴¹² Ibid., p. 164.

Comentado em editorial por *Chile-América*, o documento da UMDC, organismo com sede em Roma, foi taxativo ao condenar e atribuir o atentado ao regime de Augusto Pinochet. O mesmo foi feito pelas formações democrata-cristãs cujas mensagens de solidariedade foram mencionadas pelo boletim da UMDC, como La Unión Internacional de lo Jóvenes Demócratas Cristianos (UIJDC), La Unión Europea DC (UEDC) e a Organización Demócrata Cristiana de América (ODCA).⁴¹³

É válido lembrar que muitas dessas entidades/organizações não eram noticiadas em vão por *Chile-América*. A capacidade dos editores da revista de estarem a par da atuação dessas formações e seus impressos políticos se justificava pela própria presença deles - como intelectuais e políticos, levando o nome e prestígio da revista - nos mesmos círculos de denúncias e atuação política contra a ditadura, como temos argumentado desde o capítulo anterior. Ou seja, muitas informações eram compartilhadas e circulavam entre os impressos estrangeiros que compuseram a solidariedade internacional com o Chile. Por exemplo, resolução da UEDC condenando a violação de direitos humanos pela Junta Militar chilena, em sessão realizada em Bonn, na Alemanha Ocidental, em setembro de 1974, dizia apoiar terminantemente a resistência chilena e democrata-cristã contra a política de violência, com base nos princípios do direito e da liberdade.⁴¹⁴ É de se supor sua próxima relação com *Chile-América* não somente em razão dos democrata-cristãos Bernardo Leighton e Esteban Tomic, mas considerando que Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo eram nomes expressivos e articuladores da resistência chilena no exílio, cuja formação e trajetória políticas vinculavam-se à DC chilena e/ou a formações políticas oriundas do partido, como o MAPU e a IC.

⁴¹³ EDITORIAL. El “Especial Bernardo Leighton” en el boletín UMDC. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 14-16.

⁴¹⁴ CHILE-AMÉRICA. La Unión Europea Demócrata Cristiana condena la violación de derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 20.

Mesmo Bernardo Leighton possuindo uma história consolidada e reconhecida, ainda mais próximo dos políticos progressistas da Itália após o golpe no Chile, o boletim da UMDC se preocupou em apresentá-lo ao público italiano que, porventura, não o conhecesse, com dados importantes sobre sua trajetória política. A história de Leighton, assim se expressou em trecho reproduzido diretamente por *Chile-América*,

es, en síntesis, la historia de la DC chilena desde su primer aparecer, en el lejano 1935, como “falange” de jóvenes católicos progresistas, pertenecientes al movimiento juvenil conservador, a su transformación de la originaria “Falange Nacional”, definitivamente separada del Partido Conservador desde 1938, en el “Partido Demócrata Cristiano de Chile”, en 1957, para llegar con la clamorosa victoria en las elecciones de 1964 al primer gobierno demócrata cristiano.⁴¹⁵

As manifestações de distintos organismos internacionais democrata-cristãos em relação a Bernardo Leighton, portanto, mostram-nos a capacidade de difusão de redes transnacionais nas quais *Chile-América* manteve-se conectada através de seus editores/mediadores político-culturais. Por ser um nome de prestígio, podemos reiterar que Leighton transferiu seu capital político à revista, sobretudo no sentido das associações com as agremiações democrata-cristãs, mas certamente não foi o único, como afirmamos e buscamos demonstrar até então, e como ainda veremos na sequência, quando as discussões político-partidárias reportar-nos-ão para a conexão de redes políticas e partidárias de oposição à ditadura, vinculando também o interior do país com o exílio. Dentro do debate político, em especial, mais do que Bernardo Leighton, Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo mostraram-se intelectuais importantes ao se inserirem de maneira qualificada nas discussões públicas, nas polêmicas, nas proposições alternativas à ditadura. Os dois assumiram, então, cada vez mais, sem a presença de Bernardo Leighton e com Esteban Tomic em um plano mais secundário, o protagonismo na

⁴¹⁵ EDITORIAL. El “Especial Bernardo Leighton” en el boletín UMDC. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 15.

inserção de *Chile-América* no centro da oposição à ditadura, tendo havido também a notável participação de Fernando Murillo Viaña nesse processo.

As conexões com organizações, autoridades e personalidades políticas estrangeiras ainda foram percebidas algumas edições posteriores. Por exemplo, quando da morte de Orlando Letelier, *Chile-América* retomou o atentado a Bernardo Leighton ocorrido um ano antes. Dentre as homenagens e votos de convalescência na Itália, estiveram as publicações da DC italiana, representada pelas palavras de Benigno Zaccagnini, secretário-geral do partido; Amintore Fanfani, então presidente do Senado; e Luigi Granelli, do Departamento Internacional da DC. Além deles, a União Mundial da DC também enviou mensagem de apoio, destacando a trajetória pública de Leighton no Chile. Contudo, a manifestação que engrandeceu e expôs a relevância política de Bernardo Leighton na luta contra a ditadura foi a do secretário-geral da Unión Internacional de las Juventudes Demócratas Cristianas (UIJDC), o guatemalteco Marco Antonio Barahona. Para ele, a figura de Leighton deveria ser retomada sempre atrelada à causa da liberdade e da justiça, como emblema da resistência contra a opressão.⁴¹⁶

O secretário-geral da UIJDC havia feito, em abril de 1974, uma entrevista com Leighton, com vistas a produzir documento destinado a integrar o livro *Chile, una lección*. Editado pelos democrata-cristãos italianos, a obra consistiu em analisar os pontos de vista dos democrata-cristãos chilenos mais progressistas, ressaltando a liderança de Bernardo Leighton.⁴¹⁷ Assim, como se nota, sua trajetória de luta encontrava-se consagrada no meio político nacional e internacional, “punto de unión de la resistencia externa e interna”,⁴¹⁸

⁴¹⁶ CHILE-AMÉRICA. A un año del atentado contra Bernardo Leighton. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 14-16.

⁴¹⁷ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 53.

⁴¹⁸ CHILE-AMÉRICA. La Junta apela a nuevas técnicas terroristas en un vano esfuerzo para mejorar su imagen. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 120.

e a revista *Chile-América*, obviamente, tornava-se prestigiada por ter vinculada a ela o nome e a contribuição política e intelectual de personagem tão expressivo.

A citada morte de Orlando Letelier, no dia 21 de setembro de 1976, foi outro acontecimento de grande incidência na opinião pública internacional, sobre o qual *Chile-América* participou ativamente na busca por informações e denúncia, repercutindo o atentado ocorrido em Washington, Estados Unidos, que vitimou o ex-ministro da Defesa e Relações Exteriores e embaixador do governo de Salvador Allende, pertencente à *Dirección Exterior* do PS chileno. Em editorial de edição de 1976 (n. 22-23-24, referente aos meses de agosto a outubro), logo da morte de Letelier, *Chile-América* creditou o brutal assassinato à retaliação da ditadura pela atuação política socialista do ex-ministro, que o levou, inicialmente, à prisão em *Dawson* após o golpe militar. No entanto, a revista não teve dúvidas em apontar para outro fator ainda mais determinante, o da influência e os amplos contatos nos EUA e a forte campanha que Orlando Letelier exercia contra a ditadura chilena: “un nuevo crimen ahonda el drama de los chilenos. Esta vez fué en Washington. [...] La explosión de una bomba oculta en el interior de su automóvil causó la desgracia”.⁴¹⁹

No veículo, junto a Letelier, estavam Ronnie Moffit, jovem secretária do político chileno, que também morreu com a explosão, e o marido dela, Michael Moffit, sobrevivente, economista que colaborava com o ex-ministro de Allende em um instituto de estudos políticos nos Estados Unidos. Dias antes do atentado realizado com a participação proeminente de Michael Townley⁴²⁰, o mesmo que teve ligação com os

⁴¹⁹ EDITORIAL. El asesinato de Orlando Letelier. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 7.

⁴²⁰ Michael Townley foi definido pela revista *Chile-América*, ao acompanhar e abordar as investigações do atentado a Orlando Letelier, como agitador e agente terrorista reconhecido por suas ações, especialista em radiocomunicação, havendo evidências de que esteve ligado à estação da CIA em Santiago durante o processo de desestabilização do governo de Salvador Allende, período em que estabeleceu contato com o movimento de extrema direita *Patria y Libertad*. Diante da tentativa da ditadura chilena de se desvencilhar das ações comprovadas de Townley, a revista publicou matérias em caminho oposto, vinculando o agente à DINA e a Pinochet. Ver CHILE-AMÉRICA. Los extraordinarios esfuerzos para encubrir los hechos.

respectivos ataques a Carlos Prats, em Buenos Aires, e a Bernardo Leighton e Anita Fresno, em Roma, Orlando Letelier teve sua nacionalidade, sua condição de cidadão chileno, retirada pela ditadura pinochetista.

O editorial *El asesinato de Orlando Letelier* se preocupou em demonstrar a repercussão internacional de mais um atentado, fora das fronteiras do Chile, a outra figura pública do país, de trajetória política importante. A ênfase na abordagem recaiu sobre as manifestações dos organismos de direitos humanos e da imprensa internacional, condenando enfaticamente o acontecimento. Sobre o âmbito nacional, o foco de discussão, no texto, esteve, como de costume na revista, no jornal *El Mercurio*, seu principal inimigo na mídia impressa, comumente alinhado à ditadura e que, embora não negando, buscou mitigar, segundo *Chile-América*, as ligações diretas estabelecidas entre o atentado e o governo de Pinochet, mais precisamente através de sua força de inteligência e repressão, a DINA. Demonstrando perplexidade diante da violência política, de tamanha brutalidade, questionou-se no texto de onde viria e como pôde formar-se a “casta inhumana” que atuava no Chile e, desde o país, para além de seus limites geográficos.

O que, todavia, consolava a voz corrente na edição da revista era o fato de que o assombro do mundo diante de tantas barbaridades se convertia em campanha uníssona de denúncia a respeito dos crimes contra os direitos humanos. Constatando a capacidade de resistência ainda tibia no interior do país, muito embora houvesse a atuação reconhecida da Igreja Católica no campo social e humanitário, amparava-se na indispensável reação internacional, “lo único que consigue refrenar, al menos, los horrores de la dictadura”.⁴²¹

Nesse sentido, a revista ressaltou os trabalhos das comissões de direitos humanos da ONU, da OEA, da OIT e da Anistia Internacional que respaldavam as denúncias contra

Chile-América, Roma, n. 39-40, p. 185, 1978; CHILE-AMÉRICA. Después de Townley, a quién le toca?. *Chile-América*, Roma, n. 41-42, p. 195-199, 1978.

⁴²¹ EDITORIAL. El asesinato de Orlando Letelier. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 7-8.

a DINA, reforçados pela atuação de membros das Igrejas cristãs no Chile, inicialmente através do *Comité Pró Paz* e, depois, da *Vicaría de la Solidaridad*. Argumentou-se que “se han acumulado pruebas abrumadoras de los crímenes de la DINA. [...] Si ‘El Mercurio’ cree que todo eso es exagerado puede recurrir a los informes y archivos” dos mencionados organismos, afirmou *Chile-América*. Aludiu, em seguida, às conexões e aos cruzamentos das denúncias e dos discursos humanitários que tais organizações exerciam no exterior, somados ao trabalho das forças chilenas no interior e no exílio, no qual ela, a revista, se incluía. Ao final, *Chile-América* criticou a ditadura por recorrentemente preferir evadir-se de seus problemas atribuindo as acusações sofridas à suposta “campanha do marxismo internacional” contra Pinochet.⁴²²

Acerca deste último ponto, acidamente a revista se remeteu às declarações do então ministro das Relações Exteriores da Junta, vice-almirante Patricio Carvajal, quem se mostrou preocupado com as possíveis repercussões negativas do assassinato de Orlando Letelier na Assembleia Geral da ONU, prestes a ser celebrada em Nova Iorque, em dezembro de 1976. Apontou *Chile-América* que o ministro teve a desfaçatez de dizer publicamente que o atentado teria sido arquitetado, sem qualquer indício ou prova para tal afirmação, com o objetivo de causar danos à reputação do governo chileno, assim como ocorrera nos casos de Bernardo Leighton e de Carlos Prats.⁴²³

⁴²² Ibid., p. 9-10. Em edições seguintes, na seção *Derechos Humanos*, a revista buscou se aprofundar nas informações sobre o atentado, mais uma vez com um aporte de informações substancial, adquiridas junto à imprensa chilena e estrangeira, sobretudo a norte-americana; a declarações públicas oficiais da ditadura e do governo dos Estados Unidos, que abriu investigação sobre o caso; e mesmo através de entrevistas como a de Mariana Callejas, esposa de Michael Townley, concedida em distintos veículos chilenos (*Qué Pasa; Hoy*), com trechos cuidadosamente selecionados por Fernando Murillo Viaña e editados para publicação. Ver CHILE-AMÉRICA. El asesinato de Letelier: el Watergate de Pinochet?; El extraordinario esfuerzo para encubrir los hechos. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 175-179 e p. 184-188; CHILE-AMÉRICA. Por la boca muere el pez; El caso Letelier: ha logrado Pinochet protegerse con una ‘coartada de fierro’?. *Chile-América*, Roma, n. 40-41, 1978, p. 180 e p. 186-189.

⁴²³ CHILE-AMÉRICA. La junta apela a nuevas técnicas terroristas en un vano esfuerzo para mejorar su imagen. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 119.

Atreladas ao editorial referente ao atentado, o que se seguiu na revista foram as condolências e as homenagens de personalidades públicas, de organizações, como a *Internacional Juvenil Democrata Cristiana*, e dos partidos políticos ante a morte de Letelier, em especial dos que integravam a UP no exílio, estes que assinaram uma nota desde Belgrado, em setembro de 1976. Também juristas atuantes na defesa dos direitos humanos se manifestaram e foram publicados nas páginas de *Chile-América*, como Jaime Castillo Velasco, vice-presidente da DC, e Eugenio Velasco Letelier, vice-presidente do *Partido Social-Democracia Chilena* (ex-PIR), ambos exilados em Caracas, na Venezuela.

A nota da direção da UP no exílio⁴²⁴, demarcando a posição de resistência combativa por parte da esquerda chilena, foi mais contundente em apontar a Junta Militar e a DINA como autores do assassinato de Orlando Letelier, destacando a firme atuação que ele possuiu no exterior contra a ditadura, em esferas políticas e sociais norteamericanas, além de amplos círculos vinculados à ONU. Tal postura lhe rendeu a perda arbitrária de sua nacionalidade, inicialmente, até culminar em sua morte, apontaram os signatários da nota oficial.⁴²⁵

A declaração de Jaime Castillo e Eugenio Velasco foi mais cautelosa em referir-se à ditadura como autora do atentado, muito embora tenha sido possível lê-la nas entrelinhas. Disseram que não pretendiam “soprepasar lo que la investigación judicial debe[ría] poner en claro”, mas que seria ineludível expressar a convicção de que, como no caso da morte do general Carlos Prats e do atentado contra Bernardo Leighton, Orlando

⁴²⁴ As direções dos partidos de esquerda do Chile, encontrando-se no exílio, continuaram seu engajamento político considerando-se ainda pertencentes à UP, que, desde o golpe e a perseguição de seus quadros e a desarticulação das estruturas partidárias, reordenou-se tendo Clodomiro Almeyda, do PS, como diretor-geral da coalização. Trata-se de um dado importante da pesquisa que discutiremos no Capítulo 4, ou seja, o de constatar a reconstrução da UP fora do Chile, aspecto pouco ou nada abordado pela historiografia, ainda que sua estrutura no exílio ou mesmo o sentido de sua existência após o golpe fossem questionados por setores da esquerda fora do Chile, quando não amplamente desconsiderada pelas tendências no interior do país que buscavam, antes, sobreviver em suas células clandestinas, por vezes desvinculadas ou em atrito com as direções exiladas.

⁴²⁵ UNIDAD POPULAR. Homenaje de la Unidad Popular. *Chile-América*, Roma, n. 22-23.24, 1976, p. 11.

Letelier teria sido assassinado pelos que inspiravam e alimentavam a via da crueldade e do ódio, rechaçada peremptoriamente pelos dois juristas. Eles buscaram, então, solidarizar-se com as pessoas próximas a Letelier e preferiram apontar para sua trajetória política no Chile.⁴²⁶

A nota da *Internacional Juvenil Democrata Cristiana*, seguindo o sentido da crítica dos partidos da UP, foi categórica em condenar a Junta Militar e a DINA, e a relacionar o atentado contra Orlando Letelier àqueles sofridos pelo general Carlos Prats e por Bernardo Leighton. Além disso, comunicou ter dirigido ao Departamento de Estado norte-americano e à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas solicitação para que não somente fosse investigado a fundo esse ato de extrema brutalidade, como também se redobrasse a solidariedade com o povo chileno, especialmente através de uma discussão fundamentada sobre a persistente violação de direitos humanos, em ocasião da 31ª Assembleia da ONU prestes a ser realizada no então ano de 1976.⁴²⁷

As comunicações não pararam nessas três notas. Também se publicou texto de Radomiro Tomic em que ele igualmente conectou os atentados a Prats, Leighton e Letelier, acrescentando a eles o assassinado do ex-Comandante em Chefe do Exército, general René Schneider, em outubro de 1970, todos alvos da radicalidade de setores associados ou identificados com a extrema direita chilena. Junto a essas personalidades políticas, Tomic mencionou muitos chilenos que não tinham a mesma expressão pública, de distintas filiações partidárias ou sem vinculação política, mas igualmente perseguidos pela violência da ditadura militar. Ao final, clamou, sem maior aprofundamento na questão, pelo retorno à democracia e que esse processo fosse efetivamente exercido pelo

⁴²⁶ CASTILLO VELASCO, Jaime; VELASCO LETELIER, Eugenio. Declaración de Jaime Castillo y Eugenio Velasco. *Chile-América*, Roma, n. 22-23.24, 1976, p. 11-12.

⁴²⁷ IJDC. La Internacional Juvenil Democrata Cristiana. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 12.

povo, uma espécie de solução para as atrocidades recorrentes sob o poder estatal dos militares.⁴²⁸

Outro personagem central da política chilena presente como tema dos editoriais da revista foi o histórico dirigente e secretário-geral do PC à época, Luis Corvalán. Embora comentasse sobre as várias prisões políticas pelas quais passou o dirigente comunista após o golpe, *Dawson* entre elas (junto com Letelier e demais dirigentes da UP), e o fato de ter sido expulso do país ao sair do cárcere, recebendo acolhida na URSS, *Chile-América* ressaltou, dessa vez, uma notícia positiva diante do contexto de repressão. Enfatizou a importância da solidariedade vigilante que exerceu forte pressão no governo ditatorial, em âmbito nacional e internacional, sobretudo o papel dos soviéticos nesse sentido, demandando uma solução de liberdade para Corvalán, como a que teve desfecho depois de mais de três anos preso e submetido a torturas, sem direito ao devido processo legal ou a julgamento, nem mesmo por um tribunal militar, como se configurou a situação de muitos presos políticos no Chile.

A dramática experiência vivida pelos chilenos, pensada a partir do caso de Luis Corvalán, fez com que a revista, na sequência de seus argumentos no texto, direcionasse a discussão para a defesa irrestrita dos direitos humanos e da democracia, devendo estar presente, na consciência de cada um, que “el principio de los derechos humanos ha cobrado nueva fuerza en la conciencia del hombre a raíz de los sucesos de Chile. [...] Estos no pueden ser sacrificados ni ante el altar del capitalismo ni del socialismo”.⁴²⁹ Notamos, aqui, embora não fosse o objetivo da revista nesse editorial, o princípio de uma abordagem crítica ao socialismo real, ao qual de alguma forma vinculou inclusive o

⁴²⁸ TOMIC. Radomiro. Quién son los que matan dentro y fuera de Chile?. *Chile-América*, Roma, n. 22-23.24, 1976, p. 13.

⁴²⁹ EDITORIAL. La libertad de Luis Corvalan. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 7-9.

comunismo chileno, ponto importante do editorialismo programático de *Chile-América*, constitutivo de seu projeto político-editorial.

Pensemos, todavia, neste momento, que a solidariedade e a pressão internacional sobre a prisão de Luis Corvalán, e não apenas a dele, consistiu em elemento chave para minorar a angústia provocada pela comovente situação dos presos e dos desaparecidos chilenos. Em mais uma manifestação condenatória, o pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos da ONU, de março de 1977, em Genebra, denunciou a contínua e flagrante violação de direitos humanos no Chile, como destacou editorial da edição 28-29-30, de fevereiro-março-abril de 1977. A preocupação era tangente sobretudo com os desaparecimentos.⁴³⁰ Na mesma edição da revista, o informe apresentado pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc da Comissão, no 31º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1976, entregou evidências consistentes sobre os desaparecimentos no país sob a ditadura. Nesse documento, de distribuição geral pela ONU, adquirido e reproduzido por *Chile-América*, afirmou-se que

Hace ya mucho tiempo que, tanto dentro del país como por parte de las organizaciones internacionales, viene señalándose a la atención del Gobierno de Chile el problema de las personas desaparecidas. Repetidas veces se han presentado pruebas encaminadas a demostrar que la persona desaparecida había sido previamente detenida o presa por órganos oficiales del Gobierno chileno. Pero incluso en los casos que esa información fáctica se ha facilitado a las autoridades, estas se han negado a efectuar la investigación apropiada. [...] El Grupo [de la ONU] no ha tenido noticias de que se haya procedido a ninguna investigación adecuada, ni conocimiento de las conclusiones de dicha investigación. Entretanto, el dolor y la angustia siguen amargando la vida de las familias de esas personas desaparecidas.⁴³¹

Tanto no informe da Comissão de Direitos Humanos da ONU, quanto no dossiê sobre presos e desaparecidos da Anistia Internacional, ambos contemplados nessa mesma edição da revista, fez-se expressa a relação direta entre os desaparecidos e a existência de

⁴³⁰ EDITORIAL. Irupción de tendencias en la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 5.

⁴³¹ CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones constituyen la práctica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 211-212.

centros de detenção não oficiais da ditadura no Chile. Ademais, nos dois documentos, registrou-se, com dados levantados, que os desaparecimentos se produziram, como política de estado, especialmente entre os anos de 1974, 1975 e 1976, contrargumentando a tese da ditadura de que muitos dos que figuravam nas listas de desaparecidos, na realidade, caíram mortos durante os enfrentamentos com as Forças Armadas nos primeiros meses da resistência em 1973. Aqui, sobre tal ponto, fazemos referência às conclusões similares presentes no *Informe Rettig*, antecipadas argutamente pelo trabalho de investigação e informação de *Chile-América*.⁴³² A revista fez questão de reafirmar o espaço considerável concedido em suas páginas para a divulgação e comentários desses documentos internacionais de direitos humanos, dada a importância em reforçar um trabalho conjunto de circulação da denúncia, um somatório de ações políticas e humanitárias visando conter a destruição da liberdade e das vidas no Chile e lograr conquistas democráticas para o país. Era dessa forma que *Chile-América* arguía sobre um dos seus objetivos centrais, em boa medida realizado em virtude do trabalho investigativo e dos contatos estabelecidos por Fernando Murillo Viaña, o principal responsável pela edição dos textos sobre as denúncias, muito embora todos os membros da revista se mobilizassem nesse aspecto.⁴³³

A situação do desaparecimento de pessoas no Chile, portanto, impulsionou crescente mobilização internacional e a atuação em redes políticas e humanitárias de solidariedade e informação. Junto à função cumprida pelas tradicionais comissões de direitos humanos de organismos transnacionais como a ONU ou vinculados às Igrejas cristãs, como vimos no Capítulo 1, outras instituições, organizadas pela causa dos chilenos, cumpriram papel de denúncia e coleta de informações que contribuíram com o

⁴³² Ver Capítulo 3.

⁴³³ CHILE-AMÉRICA. Infructuosos esfuerzos del regimen militar para librarse de la condena mundial por las desapariciones en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 209-210.

esforço coletivo em consolidar ampla resistência e oposição à ditadura, efetivando pressão que partia de distintos países.

Nesse sentido, *Chile-América* analisou o contexto favorável no que se refere à solidariedade pela questão dos desaparecidos. A revista defendeu a ideia de que toda dimensão adquirida pelos desaparecimentos explodiu em 1975, com casos que de maneira recorrente chegavam a conhecimento público, e que, desde então, surgiram campanhas difundidas e organizadas para acompanhar o que se passou com os presos-desaparecidos. Foram iniciativas solidárias, intensas atividades humanitárias visando esclarecer sobre problema tão marcante da repressão no Chile, dentre as quais, a formação de comitês de “adoção de desaparecidos”. A função deles foi a de aprofundar as investigações e o levantamento de informações sobre um ou mais casos, detendo-se em situações mais pontuais, porém de interesse amplo e valor ético universal.⁴³⁴

Um exemplo dessas mobilizações foi o Comitê de Bochum, na Alemanha. Em franco diálogo e colaboração com *Chile-América*, desde o comitê escreveram para a revista explicando sobre sua atuação na defesa dos chilenos perseguidos e o desejo de ação conjunta, “la intención simple de contribuir a enriquecer vuestro trabajo estadístico e informativo”, fazendo chegar, então, à redação em Roma os antecedentes de oito chilenos desaparecidos há mais de um ano, para os quais se realizou “coordinada campaña de denuncias y presiones ante la opinión pública y organismos pertinentes, con el fin de que se logre su reconocimiento como presos políticos y su inmediata liberación”. Em seguida, através do documento emitido da Alemanha aos editores de *Chile-América*, a revista, em seu trabalho de edição, listou nomes e dados desses desaparecidos que passaram por prisões políticas da ditadura ou ainda estariam nelas (data da prisão, local, idade, filhos, estado civil), informações estas obtidas, sobretudo, mediante relatos de

⁴³⁴ CHILE-AMÉRICA. Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, p. 215-219, 1977.

testemunhas que estiveram com as vítimas nos cárceres ou centros de tortura, as mais citadas dessas localidades tendo sido *Villa Grimaldi* e *Regimiento Maipo*, de Valparaíso.

Predominava, na lista elaborada por *Chile-América*, a descrição das vítimas como estudantes ou *obreros*, quatro homens e duas mulheres, a maioria detida em Viña del Mar.⁴³⁵ Nota-se o importante e fundamentado trabalho de denúncia realizado pelo Comitê de Bochum, na Alemanha, e sua interlocução direta com *Chile-América*, que pronto deu repercussão aos dados difundindo-os, como mediadora, para seus leitores, informações que possivelmente abasteceram outros meios de comunicação e/ou outras comissões de direitos humanos.

Outro centro humanitário em comunicação direta com a revista *Chile-América* e outras instituições de direitos humanos foi o Comitê pela Liberdade de Michelle Peña Herreros, organizado por um grupo de professores e alunos da Universidade de Columbia, em Nova Iorque. A situação da chilena, denunciada pela revista ao abordar os casos de dirigentes socialistas desaparecidos⁴³⁶, era especialmente sensível. Ela foi presa em junho de 1975 com gestação avançada, de 8 meses. Estudante do curso de engenharia da *Universidad Técnica del Estado*, era uma jovem que também trabalhava para se sustentar. Seu caso foi tomado oficialmente pela instituição norte-americana que, sensibilizada, organizou campanha para chamar a atenção da comunidade internacional sobre as atrocidades da ditadura no Chile. A universidade afirmava trabalhar para conseguir informações de Michelle Herreros, enviando cartas a Santiago e ao Departamento de Estado em Washington, mobilizando chilenos no exílio, comunicando sobre a oferta de

⁴³⁵ CHILE-AMÉRICA. Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1977, p. 215-216.

⁴³⁶ Ver Capítulo 3.

beca completa para que ela, ao ser encontrada, retomasse sua vida e continuasse seus estudos nos Estados Unidos.⁴³⁷

Ao final dessas publicações sobre os centros então referidos, ao comentá-las, *Chile-América* afirmou receber quantidade expressiva de material sobre desaparecidos e, levantando um fato concreto relacionado à Operação Colombo, montada pela ditadura para dissimular, com a veiculação de informações falsas na imprensa chilena e estrangeira, o desaparecimento de 119 militantes da esquerda chilena, a maioria do MIR, pontuou que “entre otros materiales acusamos recibo de un dossier sobre el caso del arquitecto Francisco Aedo Carrasco, cuya situación se analiza, también, en el reciente informe del Grupo de Trabajo ad-hoc de las Naciones Unidas con graves acusaciones a la Junta Militar. También es uno de los ‘119 desaparecidos’”.⁴³⁸

Em edição posterior, sobre os prisioneiros políticos, dentre os quais Erich Schnake, ex-deputado e senador pelo Partido Socialista, a revista também havia informado receber de diversas fontes responsáveis notícias atualizadas e denúncias fundamentadas. Assim, “muchas organizaciones que se ocupan de los prisioneros en Chile conceden gran importancia a la difusión de estos datos, pues ello contribuye a poner al día los ficheros que se llevan en diversos países [...] y ayuda al trabajo de conseguir visas [...] con Gobiernos que siguen dispuestos a contribuir”.⁴³⁹ Havia, portanto, como fica evidente, conexões - voltadas para a denúncia dos crimes contra os direitos humanos no Chile - que passavam pelas comissões dos organismos transnacionais, organizações internacionais menores dedicadas à investigação e a campanhas para resolução de alguns casos de presos e desaparecidos, o mundo católico-protestante, partidos progressistas e a

⁴³⁷ CHILE-AMÉRICA. Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1977, p. 216.

⁴³⁸ Ibid., p. 217. Analisaremos o caso dos 119 desaparecidos no capítulo seguinte.

⁴³⁹ CHILE-AMÉRICA. Dossier “Chile-América”: nuevas informaciones sobre prisioneros reconocidos. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 186.

política de asilo de governos alinhados à causa chilena. No meio desse emaranhado complexo de redes e contatos, encontrava-se *Chile-América* e sua prática jornalística de conseguir dados e impulsionar o circuito das informações.

Importa-nos, então, perceber aspectos patentes relativos à circulação das denúncias a respeito das violações de direitos humanos durante a ditadura. Tais informações ganhavam sentido e maior peso quando conectadas em amplas redes de caráter transnacional, constituídas, reforçamos, por organismos, instituições e impressos de direitos humanos e solidariedade democrática. Vejamos, nesse aspecto, a participação da *Oficina de Chile-Democrático* no circuito de denúncias da violência política ocorrida no Chile, em especial sobre a prática institucionalizada, constitutiva do controle social buscado pelo pinochetismo, de fazer desaparecer os opositores do regime.

Chile-Democrático foi uma das mais importantes organizações do exílio chileno, fundada em 1973, com sede em Roma. Possuindo ramificações em outros países, foi criada com a finalidade de coordenar a solidariedade internacional com o povo chileno (iniciamos sobre sua abordagem no Capítulo 1). Para ser originada e mantida como referência no exílio, a instituição contou com o apoio político e financeiro de formações europeias social-democratas e de centro-esquerda, com a proeminência dos partidos de países e governos como Itália e Suécia. Foi dirigida, em Roma, como havíamos afirmado no capítulo anterior, por Jorge Arrate, do Partido Socialista, e por Benjamín Teplizky, do Partido Radical, figuras políticas, especialmente a última, próximas aos editores de *Chile-América*, contribuindo não apenas com artigos publicados, mas sobretudo em contato direto com o *Comité Editor*, como nos afirmou José Antonio Viera-Gallo e ressaltamos novamente aqui.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

Dirigentes da DC, como Bernardo Leighton, e dos partidos chilenos de esquerda, como o socialista Clodomiro Almeyda, presidente da UP no exílio, exerceram suas atividades como lideranças da oposição ao regime militar construindo a resistência também junto a *Chile-Democrático*, por meio da instituição ou tendo o respaldo dela. Mais do que organizar levantamentos ou difundir informações sobre os crimes da ditadura, a participação de *Chile-Democrático* nas redes de denúncia teve um caráter diretivo, centralizando os trabalhos de solidariedade dos organismos surgidos em razão da luta de resistência chilena.⁴⁴¹

A *Oficina de Chile-Democrático*, como por vezes também era chamada, realizou uma convocação pública da resistência chilena de modo a concentrar esforços na elucidação do problema dos desaparecidos e reforçar a campanha internacional pela liberdade dos presos políticos. Aconselhou o uso e a ampla difusão da resolução da Assembleia das Nações Unidas sobre a questão, de dezembro de 1976. A circular emitida por *Chile-Democrático*, publicada em *Chile-América* na edição 25-26-27 de 1977, recomendava que cada comitê humanitário, criado em solidariedade aos desaparecidos, organizasse um plano de urgência, dando a conhecer os nomes e uma pequena biografia dos desaparecidos. Dizia-se, no texto, sobre a necessidade dos organismos realizarem campanhas de novo tipo, que permitissem que “un aluvión de presiones se descargue sobre Pinochet”, de forma que fossem revelados os destinos dos desaparecidos, colocando-os, por conseguinte, em liberdade. Era preciso, portanto, que se buscassem os testemunhos de companheiros recém-saídos do Chile que tivessem convivido ou, ao menos, visto, em localidades de reclusão ou centros de tortura, os agora desaparecidos. Tais testemunhos, segundo orientação de *Chile-Democrático*, poderiam ser enviados por escrito e protocolados junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Foi recomentado

⁴⁴¹ CHILE-AMÉRICA. Instrucciones de la oficina de Chile Democrático. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, p. 218-219, 1976-1977.

na circular que se conseguissem declarações de juristas, parlamentares, distintas autoridades que se dirigissem diretamente à Junta Militar de forma pública e que apresentassem recursos de amparo aos desaparecidos desde o exterior.⁴⁴²

Chile-Democrático defendeu ainda que as organizações internacionais e os comitês humanitários de cada país buscassem o envio de delegações ao Chile, com a finalidade de conhecer, junto aos familiares, às pessoas próximas e às instituições de assistência como a *Vicaría de la Solidaridad*, a situação de cada desaparecido. Recomendava que a campanha de publicidade das denúncias devesse partir também da imprensa de cada país receptor de exilados chilenos, aproveitando a presença deles e organizando coletivas para expressão pública ampla. Era fundamental que a organização sistematizada das denúncias chegasse até o Chile, incluindo o anúncio delas através de ligações telefônicas diretas a pessoas e grupos, dando a conhecer a realidade política escamoteada para comunidade internacional e para muitos chilenos, inclusive. Para finalizar, *Chile-Democrático*, em seu passo a passo na orientação e organização sistematizada de modo a efetivar ações coordenadas, insistiu na publicidade de toda classe de denúncia e sua formalização ante a Cruz Vermelha internacional, em Genebra, tendo em conta a grave situação de muitos democratas no Chile cercados e coagidos pela DINA, para que se obtenha ajuda diplomática a eles. O tema dos desaparecidos, concluiu a nota, “debe conmover y movilizar a organizaciones y pueblos” de forma generalizada.⁴⁴³

Na mesma edição da revista, foi publicada nota de *Chile-Democrático* sobre o compromisso que teria sua delegação com Alexander Hay, presidente da Cruz Vermelha Internacional, ocorrido em 12 de janeiro de 1977. O motivo da reunião foi o de discutir a situação de presos políticos desaparecidos. Os representantes de *Chile-Democrático*

⁴⁴² Ibid., p. 218-219.

⁴⁴³ CHILE-AMÉRICA. Instrucciones de la oficina de Chile Democrático. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 218-219.

foram Luis Guastavino e Alejandro Rojas Wainer, ambos do Partido Comunista chileno, ex-deputados que, durante o exílio, engajaram-se e tiveram influência na defesa dos direitos humanos no Chile, em trabalhos realizados e colaboração junto à ONU; além de Iván Planells, jornalista e ex-agregado cultural do Chile na Argélia e na Alemanha Oriental, figura também representativa no que se referia ao capital adquirido junto aos meios políticos e culturais no estrangeiro.⁴⁴⁴

Esses documentos em *Chile-América*, portanto, referentes a *Chile-Democrático*, foram de grande relevância por nos mostrar, mesmo que parcialmente, ou ao menos indicar como procedia a organização, as formas de contato com instituições distintas, governamentais ou não-governamentais, e a coordenação para difusão das denúncias contra a ditadura, procedimentos emanados de um centro, digamos, “de comando” e referência para se consolidar a solidariedade transnacional com a causa chilena.

Dentro das campanhas feitas pelos desaparecidos, *Chile-América* noticiou a visita de cinco chilenas à Itália, em Roma, recebidas no mesmo ambiente de apoio político em que os membros da própria revista e de *Chile-Democrático* se encontravam. Eram elas Gladys Marín, ex-deputada e dirigente comunista, referência na luta de resistência no exílio e, depois, na ação clandestina de reconstrução do PC desde o Chile; Margarita Ponce, militante, esposa do dirigente socialista Exequiel Ponce, desaparecido; Carmen Gloria Aguayo, psicóloga exilada na França, ministra da Família no governo de Salvador Allende; María Elena Carrera, médica militante do PS, ex-senadora e presidenta das mulheres da UP e das mulheres chilenas no exílio; e Elba Vergara, jornalista, ex-secretária do governo Allende. A delegação foi recebida pelo político comunista Pietro Ingrao, presidente da Câmara dos Deputados italiana; pelo democrata-cristão Amintore Fanfani, presidente do Senado; e pela Comissão de Justiça e Paz do Vaticano. Elas realizaram

⁴⁴⁴ CHILE-DEMOCRÁTICO. La Cruz Roja Internacional seguirá ocupandose de Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1977, p. 214.

entrevistas em meios de imprensa italianos, informando sobre a repressão e os desaparecimentos e, em particular, a respeito dos casos mais próximos que lhes diziam respeito (também o marido de Gladys Marín, Jorge Muñoz, membro da Comissão Política do PC, figurava nas listas de desaparecidos).⁴⁴⁵

Roma foi o epicentro do eurocomunismo e da renovação teórica de parte da esquerda e do socialismo europeu com forte impacto nos socialistas chilenos (não apenas do PS, mas igualmente do MAPU-OC, do MAPU e da IC), sobretudo os que se encontravam no exílio. Aliás, a experiência da UP e da via chilena para o socialismo, durante o governo de Allende, a partir dos fatos concretos que levaram à derrota da esquerda e de seus ex-dirigentes e lideranças políticas exilados na Europa após o golpe, influenciou sobre os políticos italianos da coalizão política constituída por comunistas, democrata-cristãos e socialistas, sob a ascendência de Enrico Berlinguer, líder do PCI, e Aldo Moro, dirigente da DC italiana.⁴⁴⁶ Foi constituído, então, sobretudo desde a Itália, um processo de intercâmbio de ideias e experiências que permitiram, por exemplo, para os chilenos exilados, exercerem a crítica de suas experiências, trajetórias, ideias e linguagens que levaram à renovação do pensamento socialista por segmento significativo da esquerda chilena.⁴⁴⁷

A capital italiana, portanto, certamente se constituiu, desde um ponto de vista não tão numérico de exilados, mas qualitativo, em *locus* central para a discussão política do exílio chileno. Influuiu, sobretudo, para impulsionar as bases teóricas da renovação socialista, através da proximidade de chilenos com a revisão crítica dos comunistas

⁴⁴⁵ CHILE-AMÉRICA. Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 219. Trata-se de uma das poucas abordagens da revista sobre a participação das mulheres chilenas na luta política de resistência, antes da publicação da seção *Presencia de la mujer* ou *Problemas de la mujer*.

⁴⁴⁶ Ver, em especial, BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

⁴⁴⁷ Aprofundaremos a questão no Capítulo 4, desde a repercussão, debates e contribuição levados a efeito pela revista *Chile-América*.

italianos (os debates e polêmicas suscitados pelo eurocomunismo e a social-democracia europeia). Roma possibilitou encontros efetivos entre políticos e intelectuais, chilenos e italianos, em especial, mesmo que temporariamente, tendo em vista ações concernentes às denúncias dos crimes da ditadura, à defesa dos direitos humanos associada à construção da democracia no Chile e, como dissemos, encontros que também tiveram o intuito de revisar a trajetória da esquerda mundial até aquele momento e estabelecer marcos para transformações internas nos partidos de esquerda.

Logo em sua segunda edição, de outubro de 1974, portanto no começo da organização da resistência no exílio e no auge das prisões políticas envolvendo dirigentes da UP, vemos publicado em *Chile-América* cablegrama, enviado desde Roma, ao presidente da 61ª Conferência Interparlamentária, realizada em Tóquio. O documento foi assinado por um grupo de ex-parlamentares e lideranças, a saber, Bernardo Leighton; Luis Maira, ex-deputado pela IC; Adonis Sepúlveda, ex-senador pelo PS; Oscar Guillermo Garretón, ex-deputado, fundador e dirigente do MAPU; e Luis Guastavino, que foi, como dissemos, deputado pelo PC e membro de *Chile-Democrático*. O objetivo era efetivar denúncia contra a Junta Militar chilena, que liquidou toda expressão da vida política democrática no país, e instava que durante o encontro no Japão se abordasse o problema da repressão no Chile e que as autoridades participantes se solidarizassem com a causa da liberdade de políticos da UP, presos arbitrariamente até então: Anselmo Sule, Hugo Miranda e Camilo Salvo, do PR; Luis Corvalán, Jorge Montes, Ernesto Araneda, Amanda Altamirano e Iván Quintana, do PC; Erich Schnake, Alejandro Jiliberto, Andrés Sepúlveda e Carlos González, do PS; Claudio Huepe, da DC.⁴⁴⁸

Embora atuasse, desde Roma, ao lado de *Chile-Democrático*, no cenário das relações transnacionais, dando evidências do expressivo exílio chileno, experienciando o

⁴⁴⁸ CHILE-AMÉRICA. Por la libertad de los parlamentarios chilenos. *Chile-América*, Roma, n. 2, 1974, p. 19.

ambiente de debates e renovação política de parte da esquerda italiana e europeia (sobretudo a espanhola e a francesa)⁴⁴⁹, é justo, todavia, que nos reportemos para o fato de que *Chile-América* também dialogou fortemente com a resistência atuante no Chile, como, aliás, temos igualmente destacado nesta tese. A revista relatou, em editorial do seu número 28-29-30, de 1977, que, em Santiago, onde ocorreria o pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos da ONU, numeroso grupo de familiares de desaparecidos, aproveitando a ocasião e em conjunto com advogados, sacerdotes, religiosas e três bispos (Enrique Alvear e Jorge Hourton, auxiliares de Santiago, e Fernando Ariztía, de Copiapó), apresentou extenso escrito à Suprema Corte chilena demandando rápida solução sobre o caso de 501 desaparecidos. Solicitava-se, em requerimento à Junta Militar, que fossem informados à opinião pública não só do país, mas de toda comunidade internacional interessada, os resultados das investigações supostamente realizadas.⁴⁵⁰

Atenta e divulgadora, portanto, das ações e lutas ocorridas no Chile, frequentemente, *Chile-América* veiculava informações originalmente publicadas pela revista *Solidaridad*, impresso católico publicado pela *Vicaría* e que tinha franca

⁴⁴⁹ Mais uma vez, fazemos referência especialmente ao surgimento do eurocomunismo na década de 1970, cujo centro irradiador de ideias e reformas no interior do comunismo europeu ocidental foi a Itália e o Partido Comunista do país (PCI), liderado por Enrico Berlinguer. Adquiriu forte incidência nos partidos comunistas da França e da Espanha. Em linhas gerais, o que esse movimento reformador introduziu no debate comunista europeu, não apenas do ocidente, adquirindo certo apogeu no final da década, em diálogo direto (e confrontação crítica) com o a zona de influência do comunismo soviético e, por extensão, envolvendo a esquerda socialista europeia, a social-democracia e mesmo a democracia-cristã, no caso da Itália, foi a defesa da democracia como “valor universal”, o pluralismo partidário e político, a democracia representativa, as liberdades e direitos públicos. Em última instância, a recusa à “ditadura do proletariado”. Os comunistas reformadores não teriam aberto mão, todavia, de um princípio essencial do leninismo que dizia respeito ao centralismo democrático, por temor de dispersão e dissolução da organização e unidade comunista. Com o eurocomunismo, enfatizou Marc Lazar, os Partidos Comunistas buscaram definir estratégias mais eficazes de conquista de poder, que dessem maior credibilidade democrática a eles, elaboradas de maneira distinta tendo em vista as particularidades concretas de cada país, mas, em comum, traçando taticamente a ampliação das coalizações políticas. No caso da Itália, isso passava por uma composição com a DC, tradicional partido no centro do poder político do país, com vistas a uma política ampla de solidariedade nacional e democrática, o que muito interessou à revista *Chile-América*, dada certa similaridade com o caso chileno e a necessidade de ampliar conjuntamente a oposição à ditadura. Retomaremos essa discussão importante no Capítulo 4. LAZAR, Marc. El eurocomunismo, objeto de la historia. *Historia del presente*, p. 59-66, 2011. Disponível em: <https://hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/hal-00972731/file/lazar-el-eurocomunismo.pdf>. Ver também BIANCO, Gino. Social democracia y eurocomunismo. *Nueva Sociedad*, n. 35, p. 137-152, marzo-abril 1978.

⁴⁵⁰ EDITORIAL. Irupción de tendencias en la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 5.

correspondência com os integrantes da revista. Vejamos, por exemplo, sobre a denúncia de 26 casos, então recentemente ocorridos, de assassinato, atentado e desaparecimento cometidos pela *Central Nacional de Informaciones* (CNI), contestando versões de que tal serviço de inteligência pudesse ter sido menos tenebroso do que a DINA. Os editores de *Chile-América* justificaram, ao reproduzir a matéria, a reciprocidade na produção das narrativas da resistência, e que, assim sendo, “Chile-América ha asumido una clara posición de condena a la violencia, venga de donde venga, pero estima que cuando el terrorismo más a la vista proviene del Estado, es un deber elemental denunciarlo”.⁴⁵¹

Ainda concernente à parceria entre os dois impressos na reprodução da denúncia das práticas de violência da CNI, *Chile-América* ressaltou estatisticamente métodos de tortura física e psicológica aplicados pelo serviço de inteligência e segurança da ditadura pinochetista, de acordo com edição de *Solidaridad* de janeiro de 1982. Informações atualizadas revelaram repertório cruelmente diversificado de métodos desferidos a 50 pessoas detidas, 36 homens e 14 mulheres que, com maior assiduidade, receberam golpes de punho e pontapés em várias partes do corpo, choques elétricos, focos de luz potente e continuada, posturas forçadas, tortura sexual, pau de arara, afogamento, queimadura com cigarro, privação de alimentos, uso de vendas, nudez permanente, ameaça de morte a familiares, interrupção do sono, falsos fuzilamentos, ingestão de excrementos ou drogas, música estridente continuada, coação para a assinatura de documentos auto-incriminatórios. Dessas 50 pessoas, 36 foram simplesmente colocadas em liberdade sem comprovação de acusação ou sem responder a qualquer processo, 11 foram apresentadas a tribunais e declaradas réus, uma ficou desaparecida por três meses, outra decidiu se exilar e a última foi expulsa do país.⁴⁵²

⁴⁵¹ CHILE-AMÉRICA. La CNI ha ido tan lejos como la DINA: procedimientos tortuosos y criminales. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 131.

⁴⁵² CHILE-AMÉRICA. Métodos de torturas físicas y psicológicas. *Chile-América*, Roma, n. 76-77, 1982, p. 141.

Os contatos dos editores da revista com o impresso *Solidaridad* e com a *Vicaría* renderam esta importante denúncia, assim como tantas informações e notícias em *Chile-América* publicadas de modo a dar conhecimento a atrocidades como as que acabamos de exemplificar. A resistência no interior, em associação com a luta no exílio, possibilitava ver, pela divulgação das notícias, sinais muito evidentes de que a atuação repressiva do Estado não arrefecia. Ao contrário, a violência política conjugava-se, na ocasião apresentada, com um quadro social agravado pela crise econômica do início da década de 1980 no país.

No contexto de organização do plebiscito de 1980, sobre a aprovação ou rejeição da nova Constituição, um panfleto da *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CCDH), distribuído e afixado nas ruas de cidades chilenas, convocando a população para uma campanha de reação coletiva diante do medo e das ameaças da ditadura, foi enviado à redação e reproduzido por *Chile-América* ao final da seção *Nos escriben y opinan*. Feito pelo *Departamento de Salud* da CCDH, o texto refletia sobre o “medo”, incentivando e oferecendo ajuda psicológica e conversas coletivas para que se vencesse sentimento resultante do ambiente arbitrário instalado após 1973, o qual os chilenos tinham a oportunidade de negar diante da convocação do plebiscito, pois “se nos ha exigido que nos pronunciemos para legitimar una situación de fuerza que nos han impuesto durante 7 años”. Sobre os momentos antecedentes à votação, o panfleto denunciava que “se han acrescentado las amenazas y los castigos contra la población”, ou seja, claras manifestações de coação. Assim, de forma a não sucumbir ante às intimidações da ditadura, era preciso unidade, organização e participação, “unase a otros!”.⁴⁵³

Patricio Orellana e Elizabeth Hutchison destacaram que os organismos de direitos humanos no Chile, como a *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, surgiram, como

⁴⁵³ COMISIÓN CHILENA DE DERECHOS HUMANOS. Miedo. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 8.

está claro, por motivo das condições de ausência do Estado de Direito e sob constante ameaça e perseguição à integridade física de parte expressiva da população após 1973.⁴⁵⁴ Como temos apontado (ver Capítulo 1), papel inicial fundamental, diante desse quadro, cumpriram as Igrejas e organizações ecumênicas, assumindo a defesa dos direitos humanos por meio de organismos criados para essa finalidade. Como resultado da contribuição das instituições religiosas, com destaque para a Igreja Católica, começaram a se organizar as associações de familiares de presos e desaparecidos, logo assumindo legitimidade social dada a sensível luta pelos direitos de seus entes perseguidos arbitrariamente.

Em dezembro de 1978, com a criação da *Comisión Chilena de Derechos Humanos* e, pouco mais tarde, em 1980, com o *Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo* (CODEPU), inaugurou-se o que seria, de acordo com Orellana e Hutchison, o terceiro momento de instituições a atuar nesse campo de disputas pela preservação da vida e de direitos, dessa vez organizações vinculadas aos partidos políticos.⁴⁵⁵ O movimento de direitos humanos no Chile ampliou-se pouco a pouco a partir desses três pilares sociais de resistência à violência da ditadura: as igrejas, as famílias e os partidos, todos contemplados, em maior ou menor medida, nas páginas de *Chile-América*.

A ata de fundação da CCDH contou, dentre seus mais significativos signatários, com a escritora Mila Oyarzún, os advogados e juristas Jaime Castillo Velasco e Máximo Pacheco, e o sindicalista Clotario Blest.⁴⁵⁶ Além de prestar apoio aos familiares e vítimas da repressão, a Comissão possuiu departamentos especializados de atuação, campanha e educação, voltados para a saúde, a mulher, as crianças e a cultura, contando ainda com

⁴⁵⁴ ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ Acta constitutiva de la Comisión Chilena de Derechos Humanos. Disponível em: <https://cchdh.cl/acta-constitutiva-2/>. Acesso em: 30/10/2020.

setores, especialmente jurídicos, de estudos e publicações. Politicamente, adquiriu maior influência na instituição a DC,⁴⁵⁷ que tinha em Castillo Velasco um dos seus maiores representantes, quem também atuou posteriormente na *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, criada em 1990 pelo primeiro presidente pós-ditadura, o democrata-cristão Patricio Aylwin.

A CCDH foi outra vez fonte para a análise feita em *Chile-América* sobre a situação dos direitos humanos no Chile entre 1981 e 1982. Segundo informe da organização preparado em Santiago, cujas palavras foram reproduzidas diretamente pela revista, “la tendencia al aumento del número de situaciones que comprometen gravemente los derechos humanos en Chile se ha visto confirmada en el mes de marzo” de 1982. Em matéria de detenções de dissidentes políticos da ditadura, ao se comparar a situação dos três primeiros meses desse ano com todo o ano anterior, percebia-se preocupante movimento ascendente. Segundo a CCDH, enquanto em 1981 houve um total de 908 opositores políticos presos, até março de 1982, as detenções já atingiam 616. A CNI, concluía então *Chile-América* a partir do informe, retomou uma prática que se imaginava não mais usada, a da perseguição a uma pessoa considerada opositora política. Além disso, tendeu a ampliar os ataques, por vezes levando à prisão, aos familiares dessas pessoas. Havia ainda a persistência das torturas, métodos sobre os quais incomodava o fato de, até aquele momento, não haver sido efetivada qualquer sanção judicial a quem os havia praticado desde os aparelhos de Estado.⁴⁵⁸

Assim, não é difícil afirmar que para *Chile-América*, como estratégia política pertencente a seu projeto editorial, quanto maior as redes de articulação e conexões

⁴⁵⁷ ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991, p. 32-33.

⁴⁵⁸ CHILE-AMÉRICA. Situación de los derechos humanos en el primer semestre de 1982. *Chile-América*, Roma, n. 78-79, 1982, p. 125-126.

diversas, exercidas em todos os níveis e espaços junto à resistência humanitária e política (religiosa, partidária, de organização civil), dentro e fora do país, mais efetivamente se alimentaria a possibilidade de debelar a disseminada repressão e ausência de liberdade.

Podemos pensar que os contatos tecidos com interior do país possivelmente se reforçaram na medida em que oscilava a solidariedade estrangeira, que atingiu momento mais agudo nos primeiros anos da repressão, dada a impressão negativa provocada pela brutalidade do golpe e a quantidade elevada de exilados que aportavam nos mais variados destinos, carregando conhecimento e experiência de um modelo para o socialismo cujas bases interessavam à comunidade progressista em escala mundial. Em *Chile-América*, encontramos essa ideia desenvolvida por Luis Guastavino que, ao analisar a solidariedade internacional com os chilenos, concluiu não ter sido ela uniforme, ao longo dos 9 anos até então transcorridos, tendo, portanto, oscilado, dentre outros fatores, muito em razão dos desencontros dos próprios exilados, envolvidos nas divisões e disputas político-partidárias, não valorizando o legado de *concertación* tão prestigiado da UP.

Como político e intelectual que acompanhou de perto os movimentos de direitos humanos ao atuar na ONU e em *Chile-Democrático*, fazendo do seu exílio um ativismo dedicado a essa causa, Guastavino não chegou a caminhar num sentido contrário aos argumentos que destacavam a organização e a capacidade política do exílio chileno, porém nos mostrou uma outra faceta, a do vaivém desse processo não exatamente homogêneo e linear, de altos e baixos, todavia ainda existente e forte em âmbito transnacional. Tal foi a sua reflexão, argumentando, por fim, que a violação dos direitos humanos pela ditadura pinochetista seguia preocupando o sistema das Nações Unidas durante os primeiros anos da década de 1980.⁴⁵⁹

⁴⁵⁹ GUASTAVINO, Luis. Chile hoy, en la comunidad internacional. *Chile-América*, Roma, n. 78-79, 1982, p. 128-130.

A concretude de que Chile seguia na agenda da comunidade internacional refletiu-se no fato de ter sido novamente tema central de discussão na 38^o sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, encontro realizado, tradicionalmente, diga-se de passagem, todo início de ano em Genebra, na Suíça, ao passo que a Assembleia Geral das Nações Unidas ocorria ao final de cada ano, em Nova Iorque. “Hay que anotar inmediatamente que, a partir de 1974, la comunidad de las naciones del mundo reunidas en la Asamblea General de ONU [...] mantiene su abrumadora condena al régimen de Pinochet y sus exigencias categóricas en favor de las libertades democráticas y del respeto a los derechos humanos en Chile”. Na 38^o sessão da Comissão de Direitos Humanos, em 1982, “la correlación en favor de la democracia [...] fue aún fortalecida”, com a maioria esmagadora dos Estados membros votando pela condenação do regime militar chileno. A resolução final exigia do governo de Pinochet, fundamentalmente, o fim do Estado de Emergência sob o qual se produziam continuadas violações aos direitos humanos (prisões arbitrárias, torturas e qualquer forma de intimidação física ou psicológica, cerceamento da liberdade de expressão, ao devido processo legal e aos direitos políticos e sindicais, bem como às liberdades civis de reunião e associação), restabelecendo as instituições democráticas e as garantias constitucionais de que desfrutavam anteriormente o povo chileno.⁴⁶⁰

Ou seja, do ponto de vista das organizações transnacionais ou ao menos da mais reconhecida delas, a ONU, não teria havido arrefecimento, por parte de sua comissão específica, na investigação, divulgação e condenação moral sobre um regime que seguia autoritário, em passos avançados de institucionalização em nada democrática, popular e participativa. Observar a mediação entre a esfera nacional e a transnacional dos direitos humanos tão bem expressada pela atuação de *Chile-América*, esforçando-se para estabelecer diálogo permanente entre o projeto que representava e os movimentos

⁴⁶⁰ GUASTAVINO, Luis. Chile hoy, en la comunidad internacional. *Chile-América*, Roma, n. 78-79, 1982, p. 128-129.

internos e externos de denúncia e resistência, remonta-nos às palavras do historiador e cientista político Luis Roniger, com as quais concordamos inequivocamente:

sólo cuando el discurso internacional se halla conectado a experiencias históricas específicas, géneros de representación y módulos discursivos con resonancia simbólica, es factible que se promuevan los derechos de manera que no sólo mitiguen abusos por temor a sanciones y amenazas de intervención, sino en forma creciente y duradera como una respuesta normativa en el seno de las distintas sociedades. Un cambio progresivo nutrido por un debate interno puede ser la vía para lograr una efectiva incorporación del respecto a los derechos humanos, [...] aun cuando bajo determinadas condiciones las presiones externas pueden facilitar tal transformación. El uso del lenguaje [...] de los derechos humanos puede ser inoperante si no se expresa en términos que sean significativos y tengan resonancia cultural. En otras palabras, el ideal normativo de los derechos humanos universales necesita a menudo el apoyo de los discursos locales y de voceros que puedan revelar su significación según la percepción de cada marco social.⁴⁶¹

Ante a disseminação das formas de violência no Chile, ao longo das décadas de 1970 e 1980, de toda estrutura de repressão montada pela ditadura, crescia, nas esferas públicas nacional e internacional, a linguagem contingencial e necessária dos direitos humanos, sobretudo em um formato de denúncia, de dar a conhecer, por testemunhos e, portanto, pela memória individual e coletiva, informações inicialmente não reveladas. Com base nessa abordagem, passamos, então, ao capítulo seguinte, que aprofundará a discussão sobre o aparato repressivo da ditadura e o papel de *Chile-América* na revelação e/ou aprofundamento de casos representativos e graves, reveladores do ambiente de terror disseminado no Chile a partir de setembro de 1973.

⁴⁶¹ RONIGER, Luis. *Historia mínima de los derechos humanos en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018, p. 25.

CAPÍTULO 3 – Arquivos da denúncia em revista: o aparato repressivo escrutinado

As Comissões da Verdade no Chile, os inúmeros testemunhos já coletados com o trabalho jornalístico, literário e historiográfico, bem como os vários espaços de memória no país nos evidenciam inúmeros casos estarrecedores a respeito da violência política praticada durante a ditadura militar chilena, oriunda, sobretudo, das ações do Estado autoritário e seu aparelho repressivo e serviços de inteligência. Muito desse conhecimento público acerca da violação de direitos humanos, reforçado também pela notoriedade adquirida por alguns casos de militares e agentes estatais que passaram por instâncias judiciais e condenações tendo em vista os crimes cometidos, só foi possível acontecer em razão do trabalho pioneiro de coletivos chilenos que atuaram pela causa, como o foi a revista *Chile-América*. Neste capítulo, analisaremos parte das denúncias veiculadas no impresso, casos representativos que exemplificaram os métodos desumanos aplicados pela ditadura contra qualquer oposição ao regime, tenha sido ela política, humanitária ou ambas. As informações adquiridas e produzidas pela revista sobre a violação de direitos humanos no Chile foram possíveis graças à inserção dos seus membros-editores no circuito transnacional de efetivação das denúncias contra a ditadura, exercendo *Chile-América* proeminência nesse sentido.

3.1 - Os primeiros passos da repressão e da violação aos direitos humanos: a construção da estrutura de violência da ditadura chilena

Exploramos neste capítulo a veiculação da denúncia da violência política por meio da seção *Derechos Humanos*, especialmente, a mais importante nesse sentido na revista. *Chile-América* foi marcada pelo tom da denúncia em todas as edições e seções. Todavia, informações, comentários, análises e a divulgação de documentos tangentes à luta pelos

direitos humanos ganharam proeminência nessa parte. Não podíamos deixar de abordar a violência política da ditadura sem passar por ela, de maneira que ali, tal qual os editoriais analisados no capítulo anterior, evidenciava-se uma linha de atuação do impresso que, ao lado do debate político-partidário, caracterizou o projeto editorial em questão. *Chile-América*, por meio do seu centro de documentação e da publicação em suas edições, conformou um potente arquivo com informações variadas e de diferentes fontes sobre a atuação criminosa e clandestina da ditadura chilena contra seus “inimigos”, contribuindo para a investigação dos fatos e a composição de um acervo documental direcionado para a denúncia.

Na edição de número 10-11, de 1975, bastante representativa nesse sentido, a revista publicou dois editoriais, *Lecciones vigentes para el pueblo de Chile al cabo de dos años de dictadura* e *El desafío terrorista de la Junta Militar chilena y las Naciones Unidas*, nos quais esboçou uma das primeiras tentativas de analisar a natureza da ditadura, tipificando-a como “fascista”. Nesse aspecto, expôs que tal “tipo de ditadura no se sume en su nacionalismo. [...] Cuestiona a la democracia y el conjunto del pensamiento universal como decadente y llega a imaginar que su fuerza reside en su determinación anticomunista y en la defensa de una serie de valores añejos”, desafiando, assim, a consciência humanitária internacional, concluiu.

Em seguida, ao informar que durante a realização da Assembleia das Nações Unidas, ao final do ano de 1975, examinar-se-ia, novamente, a questão da sistemática violação de direitos humanos no Chile, considerou-se, em um dos editoriais, que era justificado o alarme internacional com o país, em razão de uma série de atrocidades provocadas pelas medidas repressivas da Junta Militar. Esta utilizava-se dos “recursos más burdos para lograr la impunidad para asesinar, reviv[iendo] la quema de libros, emprend[iendo] una contra revolución cultural, elev[ando] la crueldade a términos cada

vez más exagerados”. Por serem tantas as transgressões aos direitos humanos, seria impossível, segundo os editores de *Chile-América*, comentá-las de forma completa e em todos os seus detalhes, naquele momento.⁴⁶²

A revista, então, limitou-se a apresentar alguns fatos relevantes do presente ano de 1975, casos que se acumulavam dia a dia e que revelavam a violência política do Estado, somando-se a tantas outras evidências de mortes, prisões, torturas e desaparecimentos. Tais acontecimentos aos quais se fazia referência foram a censura à Radio Balmaceda, ligada à Democracia Cristã, posteriormente fechada pela ditadura; a invasão ao domicílio, sem que estivesse em sua residência, do advogado e professor Jaime Castillo Velasco, democrata-cristão que adquiria liderança política crescente no ativismo pelos direitos humanos; os desaparecimentos dos dirigentes socialistas Exequiel Ponce, Carlos Lorca e Ricardo Ernesto Lagos Salinas; e o caso dos 119 militantes da esquerda chilena, a maioria do MIR, desaparecidos.⁴⁶³

Chile-América afirmou que a Junta Militar ocultara, até aquele momento, o destino de mais de “dos mil chilenos entre miles de prisioneros” e, de forma a se manter impune, forjou uma situação bastante representativa de suas ações repressivas clandestinas, “el expediente de proclamar que 119 desaparecidos han sido muertos en el extranjero”, sobre a situação de militantes de esquerda considerados desaparecidos por seus familiares.⁴⁶⁴ O denominado “caso de los 119”, de 1975, então noticiado por *Chile-América*, revelou-se posteriormente ter consistido em estratagema da ditadura que, por meio da Operação Colombo, montou uma farsa na qual se fez uso de alguns meios de comunicação, incluindo a imprensa nacional e estrangeira, para dissimular a situação de muitos presos-desaparecidos. Foi considerada, portanto, através das investigações de

⁴⁶² EDITORIAL. El desafío terrorista de la Junta Militar chilena y las Naciones Unidas. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 9.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 8-10.

⁴⁶⁴ *Ibid.*

organizações políticas e de direitos humanos, incluindo a participação de *Chile-América* na revelação do caso, ação de despeito do governo da Junta Militar diante da iminente visita da Comissão de Direitos Humanos da ONU, cujo ingresso no Chile, ao final, foi negado pela ditadura.⁴⁶⁵

Os 119 (100 homens e 19 mulheres) eram militantes políticos presos no Chile entre 27 de maio de 1974 e 20 de fevereiro de 1975 e que se encontravam, desde então, desaparecidos, dos quais quase a totalidade, cerca de 100, eram militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). A montagem da Operação Colombo foi realizada pela DINA e contou com apoio do exército e serviços de inteligência argentinos.⁴⁶⁶ Os nomes das vítimas foram divulgados por veículos da imprensa (etapa central constitutiva da operação) como sendo os de chilenos que se encontravam na Argentina e que, supostamente, dentro dessa versão da ditadura e legitimada por meios de comunicação, pertenciam a células guerrilheiras, as quais, desde o país vizinho, após treinamento, buscariam avançar e tentar uma ofensiva contra as Forças Armadas do Chile, momento em que muitos haviam sido mortos em confronto com as forças de segurança da fronteira entre os dois países. Essa havia sido uma primeira notícia plantada e especulada por periódicos chilenos de grande circulação, *La Segunda*, *La Tercera* e *El Mercurio*.

Componentes chave para sustentação da narrativa da ditadura para encobrir os mais de 100 desaparecimentos, foram forjados, apenas para essa finalidade, um impresso argentino, revista *Lea*, e um jornal brasileiro de Curitiba, *O Dia*, ambos com uma única edição. Através deles se emitiram notícias sobre o “real” destino fatal dos desaparecidos, cujos nomes saíram publicados em listas reproduzidas na imprensa chilena, nos mesmos veículos de maior circulação acima mencionados. Como informado no longo dossiê

⁴⁶⁵ El caso de los 119. Disponível em: memoriaviva.com/Desaparecidos/119. Acesso em: 02/09/2020.

⁴⁶⁶ Los 119 detenidos desaparecidos de la “Operación Colombo”. Disponível em: https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190017.pdf. Acesso em: 18/05/2021.

organizado por *Chile-América* sobre “os 119” (na mesma edição de número 10-11), os dois “impressos estrangeiros” (o brasileiro e o argentino) divulgaram originalmente a versão, estampada em seguida pela imprensa chilena, de que os desaparecidos do MIR haviam, na verdade, sido assassinados por seus próprios companheiros de extrema-esquerda em treinamento guerrilheiro na Argentina, deixando subentendido alguma espécie de conflito interno, acerto de contas entre eles próprios.⁴⁶⁷

As narrativas inventadas durante a Operação Colombo, como se nota, objetivaram a permanência do ocultamento da real sorte desses desaparecidos sacramentada pela ditadura. Mais do que isso, como apontou Jorge Escalante, serviu para “desacreditar a quienes clamaban por verdad y justicia”, ou seja, os familiares dos desaparecidos, os organismos de direitos humanos e as igrejas no Chile que denunciavam o sequestro dos presos políticos.⁴⁶⁸

O ecumênico *Comité de Cooperación para la Paz* (ou *Comité Pro Paz* – ver Capítulo 1) foi fundamental para reunir informações das famílias e antecedentes dos desaparecidos, de modo a desmentir a narrativa criada pela ditadura na Operação Colombo.⁴⁶⁹ Foi através da divulgação das informações pelo Comitê em seus informes

⁴⁶⁷ CHILE-AMÉRICA. La “lógica del terror” de la Junta Militar chilena; Cómo se preparó el infundio de los 119 desaparecidos; Muertos o vivos, hay 119 chilenos que deben aparecer; Dossier Chile-América. Los 119 desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, p. 85-116, 1975. A manobra de desinformação da DINA, por meio da Operação Colombo, contou, por exemplo, com a seguinte manchete do diário *La Segunda*, também de propriedade da empresa jornalística *El Mercurio* dos Augustín Edwards, do dia 15 de maio de 1975, sobre o forjado enfrentamento entre os próprios miristas: “Se exterminan como ratones”. ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, 2012, p. 87.

⁴⁶⁸ ESCALANTE, Jorge. Operación Colombo, el montaje más grande de la dictadura militar. Disponível em: https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190012.pdf. Acesso em: 19/05/2021.

⁴⁶⁹ Posteriormente, em 1978, com a detenção, em Buenos Aires, do agente civil de inteligência da DINA, Enrique Arancibia Clavel, acusado de espionagem pela ditadura argentina no contexto do conflito diplomático com o Chile pelo Canal de Beagle, foram apreendidos em seu apartamento documentos de identidade que pertenciam a presos políticos cujos nomes estavam na lista dos 119 desaparecidos, engrossando, assim, as provas que desmontavam a farsa construída pela ditadura chilena com a Operação Colombo. Arancibia Clavel vivia uma espécie de autoexílio na Argentina, em razão do envolvimento no assassinato do Comandante em Chefe do Exército, general René Schneider, em outubro de 1970, no intuito de atribuir o atentado à extrema esquerda e criar um clima de instabilidade política que impedisse a posse de Salvador Allende como presidente da República. Foi desde a capital argentina que ele também contribuiu, já como agente da DINA, com o planejamento do atentado a outro Comandante em Chefe, o general Carlos Prats, em 1974. ESCALANTE, Jorge. Operación Colombo, el montaje más grande de la

publicados, dos contatos e correspondência que possuía com essa organização de direitos humanos e do próprio exercício de seu jornalismo investigativo que *Chile-América* atualizava seus leitores sobre o que estava por trás desses desaparecimentos.

Como expressou a revista em dossiê já mencionado, organizado para a seção *Derechos Humanos*, o “caso dos 119 desaparecidos” foi construído de maneira a dar a entender que as denúncias sobre os desaparecimentos desses chilenos, segundo a retórica da ditadura, como tantas vezes o fez para negar as acusações de crimes e violação dos direitos humanos, teriam sido, mais uma vez, “invención del marxismo”, em um complô para tirar Pinochet e a Junta Militar do poder.⁴⁷⁰ Ou seja, a elaboração discursiva da ditadura e dos meios sociais que a apoiavam ia no sentido de criticar a suposta ingerência do “marxismo internacional”, através, por exemplo, da intervenção da ONU nas questões humanitárias. A abordagem do regime direcionava-se de forma a negar que os desaparecidos, reclamados por organismos que começavam a se organizar no Chile naquele momento, incluindo a *Asociación de Familiares de Presos Desaparecidos*, tivessem sido presos ou permanecido, em algum momento, sob a responsabilidade do Estado. O caso dos 119 chilenos desaparecidos foi uma das mais emblemáticas ações de dissimulação e ocultamento que se tornariam prática contumaz da ditadura, como tão bem demonstrou *Chile-América* em sua denúncia sistemática.⁴⁷¹

dictadura militar. Disponível em: https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190012.pdf. Acesso em: 19/05/2021.

⁴⁷⁰ CHILE-AMÉRICA. Como se preparó el infundio de los 119 desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 90.

⁴⁷¹ Outro trágico episódio bastante representativo, apontado por nós no Capítulo 1, foi o assassinato de Lumi Videla, do MIR, em setembro de 1974, no contexto de maior repressão ao partido, jovem liderança política cujo corpo foi jogado por cima dos muros da embaixada da Itália em Santiago, encontrado nos jardins da localidade. Morta em decorrência das torturas sofridas no centro clandestino *José Domingo Cañas*, na capital chilena, seu corpo foi despejado na embaixada italiana (onde estavam protegidos cerca de 250 perseguidos, dentre eles vários miristas, que buscavam asilo político) no intuito de se construir, então, uma farsa sobre as razões que a levaram à óbito. A versão, forjada pela DINA, tal qual no caso dos 119 desaparecidos, e amplamente divulgada pela imprensa oficialista, asseverava que Lumi Videla havia sido assassinada pelos próprios companheiros que estavam na embaixada, supostamente por divergências políticas entre eles. O episódio, devidamente esclarecido, desencadeou uma crise diplomática entre o governo italiano e a ditadura chilena. MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado).

Muitos desaparecidos do caso supracitado, na realidade, foram torturados na *calle Irán número 3037*, na comuna de Ñuñoa, em imóvel que serviu de quartel da DINA entre agosto e dezembro de 1974. As violações sexuais e a música em volume muito elevado marcaram as práticas de tortura desse recinto clandestino.⁴⁷² A repercussão do caso dos 119 desaparecidos, dentro e fora do país, nos primeiros anos da repressão política, foi digno de respostas contundentes das organizações políticas e humanitárias, dando visibilidade, obviamente condenatória, para as implacáveis ações de extrema violência que alvejavam a esquerda chilena.⁴⁷³

O MIR, que abrigou entre seus quadros a maioria dos 119 desaparecidos, foi criado em agosto de 1965, impulsionado, a partir da leitura teórica marxista-leninista, por organizações precedentes que nutriam descrença pela via pacífica ao socialismo (preconizada principalmente pelo PC chileno) e, portanto, pretendiam radicalizar o processo revolucionário. Tais organizações, que, da sua junção, formaram o MIR, foram, especialmente, a *Vanguardia Revolucionaria Marxista* (VRM), depois *Vanguardia Revolucionaria Marxista-Rebelde* (VRM-R), e uma pequena corrente política que nucleava o líder sindical Clotario Blest. Movimento político com estrutura partidária, o

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 164.

⁴⁷² BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autonoma de Madrid (UAM), p. 427.

⁴⁷³ O site chileno Memoria Viva, voltado para a organização de acervo fundamental sobre a memória da repressão política da ditadura, informa sobre a importância das organizações de direitos humanos no Chile, como o referido *Comité Pro Paz*, para desmontar, com amparo documental consistente, a farsa construída sobre o fato. Em cenário internacional, *Chile-América* contribuiu para a denúncia desse episódio, replicando ou construindo documentação igualmente importante. O site ainda veicula informação sobre os processados por 42 das 119 vítimas da Operação Colombo, todos ex-agentes da DINA. Foram eles: o ex-chefe da DINA, general Manuel Contreras; o segundo na hierarquia da DINA, general César Manríquez; o oficial de Gendarmería e ex-chefe de *Cuatro Álamos* (prisão política clandestina), Orlando Manzo; outro membro da direção da DINA, brigadeiro Pedro Espinoza; o ex-chefe de Villa Grimaldi, coronel Marcelo Morén Brito; o ex-chefe da brigada Halcón, brigadeiro Miguel Krassnoff; o suboficial Basclay Zapata; o ex-agente civil Osvaldo Romo; o ex-chefe de *Tres Álamos* (outra prisão política da ditadura), oficial de Carabineros Conrado Pacheco; o detetive Manuel Carevic; o ex-chefe do *Servicio Secreto de la DINA*, coronel Maximiliano Ferrer; os tenentes-coronel dos Carabineros Ricardo Lawrence e Gerardo Godoy; o coronel do Exército Gerardo Urrich; o ex-chefe da brigada Vampiro, brigadeiro Fernando Lauriani; e o ex-chefe do *Departamento de Operaciones Clandestinas y Departamento Exterior de la DINA*, general Raúl Iturriaga. Ver *El caso de los 119*. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/119.htm>. Acesso em: 28/09/2020.

MIR se definia como a vanguarda do proletariado para a revolução chilena, sob a égide teórica, claro está, do marxismo-leninismo. Quando da reestruturação do Comitê Central mirista, Miguel Enríquez foi eleito, em dezembro de 1967, secretário-geral, liderança máxima exercida até sua morte decorrente de confronto com a ditadura, em outubro de 1974.⁴⁷⁴

Hierárquica, a estrutura do MIR partia do Comitê Central, a instância máxima de direção, passando pela Comissão Política, formada por alguns membros da direção, e Secretariado Nacional, chegando à base da militância organizada em torno dos Grupos Políticos-Militares (GPM), de caráter mais operativo, vinculados a diferentes frentes de massa e que, dadas as articulações orgânicas, possibilitavam a existência dos Comitês Regionais (CR). Estes tinham algum poder de direção em suas localidades (portanto, não constituídos por militantes de base, mas por direções locais). De um modo predominante e, novamente, centralizador e hierárquico, os organismos de base, como os GPM, aplicavam a política elaborada pela direção central.⁴⁷⁵

Durante o governo de Salvador Allende, fora da coalização da Unidade Popular, sem abandonar suas formas de luta política que incluíam a luta armada nas formulações táticas e estratégicas de poder popular e conquista do Estado, o MIR sustentou um apoio crítico ao governo socialista. Construiu uma proposta política alternativa e não deixou de tentar impulsionar e radicalizar o programa da UP, assegurando, dessa maneira, que ele incidisse sobre as camadas mais pobres da sociedade. “Así, a través de sus organizaciones

⁴⁷⁴ Ver NERCESIAN, Inés. Chile durante los años setenta. Reforma o Revolución. El MIR y la lectura de la situación latinoamericana. In: ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica (Org.). *América Latina: tempos de violencias*. Buenos Aires: Ariel, 2014, p. 245-260; LEIVA FLORES, Sebastián. El MIR chileno y la construcción de su política de poder popular: el aporte de la militancia y la “dirección estratégica” del Comité Central. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, p. 65-88, 2011; PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 153-205.

⁴⁷⁵ LEIVA FLORES, Sebastián. El MIR chileno y la construcción de su política de poder popular: el aporte de la militancia y la “dirección estratégica” del Comité Central. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, 2011, p. 72.

en el movimiento de masas (‘frentes intermedios’) continuó impulsando tomas de terrenos rurales y urbanas, [...] implementadas por el Movimiento Campesino Revolucionario (MCR) en la zona de Cautín (sur de Chile) y las ocupaciones realizadas por el Movimiento de Pobladores Revolucionarios (MPR) en Concepción y sus alrededores (centro sur del país)”.⁴⁷⁶

Interpretando que, cada vez mais, se aproximava o golpe que seria desferido pela burguesia chilena, em razão da fragilidade da UP no enfrentamento da crise política e da virulência da direita do país contra o governo de Salvador Allende, o MIR, antes mesmo do 11 de setembro de 1973, já havia se colocado na clandestinidade e se orientado para as lutas insurrecionais, impulsionando sua estrutura político-militar. Tanto assim que, em vista da sua “inmunidad frente a la ‘ilusión reformista’ que había echado por tierra el proyecto de la Unidad Popular”, e, portanto, de sua maior lucidez sobre as evidentes ações coordenadas da burguesia nacional, dos militares “gorilas” e do imperialismo estadunidense, a direção do MIR⁴⁷⁷ considerava que o golpe havia provocado “daños mucho menores que en el resto de la izquierda”, sobretudo em relação aos socialistas e comunistas, duramente atingidos. Segundo esse entendimento, o “repliegue ordenado’

⁴⁷⁶ LEIVA FLORES, Sebastián. El MIR chileno y la construcción de su política de poder popular: el aporte de la militancia y la “dirección estratégica” del Comité Central. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, 2011, p. 66. Segundo Sebastián Leiva, com a política do poder popular, estruturada em 1972, e diante dos impasses (e concessões à burguesia) vividos pela UP e a via chilena, o MIR propunha a dissolução do parlamento e sua substituição por uma ‘asamblea del pueblo’, ao mesmo tempo que defendia a criação de formas locais de poder sob o protagonismo de trabalhadores urbanos e rurais que fossem assumindo tarefas e, por conseguinte, consolidassem as bases populares e revolucionárias (para isso melhor definiu também, nesse momento, sobre o *Consejo Comunal de Trabajadores*). Ver p. 67-68. Sobre a atuação do MIR em um contexto de coordenação e internacionalismo revolucionário nos anos 1960 e 1970, especificamente através da Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR) ver SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “*Por ti, América*”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria*. 285f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2016.

⁴⁷⁷ Miguel Enríquez, Andrés Pascal Allende e Arturo Villabela insistiam na inevitabilidade de um golpe militar contra Salvador Allende que viria como resposta à experiência política que vivia o Chile, leitura que os fez igualmente insistir na estratégia militar, permitindo aos setores populares enfrentar a conjuntura adversa de forma mais adequada. PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 166.

hacia la clandestinidad” teria permitido maior defesa de sua direção e militância ante à ofensiva de violência à esquerda no Chile.⁴⁷⁸

Contudo, como bem mostrou Julio Pinto Vallejos, mesmo diante dessa posição tática de enfrentamento na clandestinidade (em que se opunha ferrenhamente ao asilo político de seus dirigentes, quadros e militância), e supostamente mais “protegido” por ela, o MIR foi duramente perseguido pelos serviços de inteligência da ditadura. Se, inicialmente, logo após o golpe, a repressão recaiu de maneira disseminada a todos os opositores políticos, não tardou para que os miristas, sobretudo no ano de 1974, se vissem em uma situação ainda mais trágica, alvo de ações repressivas coordenadas e direcionadas, cerco que se fecharia aos integrantes do PS e do PC, sistematicamente, nos anos seguintes. “El 13 de diciembre 1973, [...] caía en manos de la represión Bautista Van Schouwen, uno de los dirigentes más relevantes y emblemáticos del MIR.”⁴⁷⁹ No ano seguinte, com a DINA em pleno funcionamento, afirmou Julio Pinto Vallejos, os miristas foram alvo de “una operación de asedio selectivo que derivó en la prisión o muerte de numerosos militantes y cuadros directivos”. Dentre eles, estavam “Roberto Moreno, Arturo Villabela (encargado de logística), Ricardo Ruz, el dirigente poblacional Víctor Toro, el dirigente mapuche Víctor Molfiqueo (‘El Manque’), Máximo Gedda, [y] la secretaria de la Comisión Política María Angélica Andreoli”.⁴⁸⁰

A ditadura direcionou ao MIR, implacavelmente, o poder significativo de seu aparato de segurança, no intuito de destruir qualquer capacidade de resistência armada do partido, “estrenando métodos que después se harían tristemente célebres como las ‘ratoneras’ (detención de militantes en puntos o casas de reunión), la transformación, a

⁴⁷⁸ PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 162.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 171.

⁴⁸⁰ *Ibid.*

menudo bajo tortura, de militantes en delatores (los casos de Leonardo ‘Barba’ Schneider y Marcia Merino, la ‘flaca Alejandra’), y muchos otros”. Até meados de 1974, o Comitê Central mirista e sua Comissão Política haviam perdido cerca de 40% de seus integrantes.⁴⁸¹

O golpe que atingiu em cheio a direção do MIR se deu em 5 de outubro de 1974, com a morte de Miguel Enríquez em enfrentamento com as forças de segurança da ditadura, no qual sua companheira, Carmen Castillo, então grávida de 6 meses, saiu gravemente ferida à bala e em decorrência da explosão de uma granada. Andrés Pascal Allende assumiu a secretaria-geral do partido com a morte de Miguel Enríquez, partindo, pouco mais de um ano depois, ao exílio, após sobreviver a outra operação da DINA, desta vez na localidade de Malloco, da qual também escapou com vida, porém gravemente ferido, mais um dirigente mirista, Nelson Gutiérrez. Foram os dois únicos sobreviventes da então *Comisión Política*, apontou Izabel Pimentel da Silva, que ainda afirmou que até meados de 1975, quase a totalidade dos membros do Comitê Central do partido encontrava-se na situação de presos, mortos ou desaparecidos,⁴⁸² quando não exilados, como nos casos de Gutiérrez e Pascal Allende, adversidades que provocaram severa desarticulação de suas estruturas e desconexões internas, antes estabelecidas com os Comitês Regionais e os Grupos Políticos Militares.⁴⁸³

Muito do que se conheceu sobre o episódio no qual caiu morto em confronto Miguel Enríquez (a operação na *calle Santa Fe* em Santiago) foi resultado dos relatos da sobrevivente Carmen Castillo, testemunhos proferidos a organismos internacionais de

⁴⁸¹ Ibid., p. 171-172.

⁴⁸² SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “*Por ti, América*”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria*. 285f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2016, p. 107.

⁴⁸³ PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 174 e 177.

direitos humanos e depois retratados também em livro⁴⁸⁴. *Chile-América* acompanhou e informou sobre as denúncias feitas por ela ao sair para o exílio na Inglaterra (vivendo depois na França). Bastante representativo, pela lúcida explicitação dessa conjuntura repressiva, foi o resumo literal, editado pela revista, do testemunho de Castillo proferido ao Tribunal Russell em Bruxelas, na Bélgica, no início de 1975.

Carmen Castillo é filha de Fernando Castillo Velasco, ex-reitor da *Universidad Católica de Chile* (responsável por avalizar as propostas progressistas de reforma na instituição na década de 1960) e da atriz e escritora Mónica Echeverría. Militou no MIR ao lado de Miguel Enríquez, entrando para a clandestinidade partidária. Seu depoimento reportou à ação militar que matou o dirigente mirista. A intenção da revista *Chile-América* em publicá-lo foi explicitada com as seguintes palavras, na edição 6-7 de 1975: “‘Chile-América’ publica un resumo de su testimonio, simplemente como una contribución a la denuncia del sistema de terror aún vigente en Chile”.⁴⁸⁵ Além de relatar o combate com a DINA em que Miguel Enríquez foi morto e no qual ela ficou gravemente ferida, Carmen Castillo mencionou os momentos de interrogatório no Hospital Militar, para onde foi levada, logo após passar por uma cirurgia no braço para conter uma hemorragia, fruto de um lançamento de uma granada que explodiu próximo a ela.

Ao não ceder às investidas dos militares, Carmen Castillo afirmou que a estratégia deles foi, então, deixá-la, grávida e convalescente, um longo tempo isolada, sem saber a real situação de sua saúde, se seu filho estava vivo ou com os cuidados mínimos de uma gestação e como se encontravam seus companheiros do MIR. Contudo, muito mais do que apresentar seu caso isoladamente, como pontuou *Chile-América*, Carmen Castillo procurou alertar (e fazer refletir) de que a repressão “es hoy en Chile un método de

⁴⁸⁴ CASTILLO, Carmen. *Un día de octubre en Santiago*. México D.F.: Era, 1982.

⁴⁸⁵ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de Carmen Castillo en el Tribunal Russell. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 35.

gobierno, que necesitan [los militares] de ella para poder seguir adelante. [...] Estamos denunciando un sistema político, [...] un método de gobierno que nos concierne a todos”.⁴⁸⁶

Voltamos, então, à dupla edição 10-11 de *Chile-América* (a mesma que se referiu ao caso dos 119 militantes de esquerda desaparecidos) para iniciar abordagem sobre outro episódio de violência, denunciado nos editoriais desse número e ao longo de suas páginas, que dizia respeito ao desaparecimento, desde junho de 1975, dos dirigentes socialistas, membros da *Comisión Política* e do *Comité Central* do Partido Socialista: Exequiel Ponce Vicencio, Carlos Lorca Tobar e Ricardo Ernesto Lagos Salinas. Além da referência a esse fato na mencionada edição, a revista prosseguiu denunciando o desaparecimento dos três dirigentes em outros números. Em dossiê elaborado por *Chile-América* (edição de número 14-15, janeiro e fevereiro de 1976) sobre presos e desaparecidos, atualizando uma lista de nomes e datas dos desaparecimentos ocorridos nos meses de novembro, dezembro (1975) e janeiro (1976), considerou-se com especial preocupação o fato de ainda não se ter tido pistas de vida dos três, temendo que tivessem sido, portanto, assassinados pelo aparato repressivo. Comentou-se que, junto a eles, foram presas duas jovens, Modesta Carolina Wiff Sepúlveda e Michelle Peña Herreros, ambas também militantes do PS, sendo a primeira integrante da *Comisión Política*.⁴⁸⁷

Em outra edição, 31-32, de 1977, a revista deu mais detalhes sobre o desaparecimento dos socialistas que, naquele momento, completava dois anos sem que houvesse tido maior resolução sobre o caso. Com base nos testemunhos feitos a comissões de direitos humanos da ONU e da OEA, por parte do professor socialista Lautaro Videla

⁴⁸⁶ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de Carmen Castillo en el Tribunal Russell. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 35-37.

⁴⁸⁷ EDITORIAL. El desafío terrorista de la Junta Militar chilena y las Naciones Unidas. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 8-10; CHILE-AMÉRICA. Dossier “Chile-América”: Desaparecidos y presos. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 43-45.

Moya, do dirigente do MIR, Víctor Toro Ramírez, e da jornalista, também do MIR, Gladys Díaz⁴⁸⁸, ex-prisioneiros políticos, dentre mais depoimentos proferidos, foi confirmada a presença dos cinco socialistas em distintas prisões da ditadura, visto que os depoentes estiveram com eles, em algum momento, compartilhando as agruras dos cárceres clandestinos ou dos interrogatórios sob tortura. Os cinco socialistas, de acordo com os testemunhos, estiveram na prisão secreta de *Villa Grimaldi*, submetidos a sessões de interrogatório e a severas torturas.

O cruzamento desses relatos com os de outros militantes socialistas, testemunhas do caso ou que obtiveram informações sobre ele, permitiu a *Chile-América* noticiar para seus leitores, a partir também da divulgação da denúncia pelas comissões transnacionais de direitos humanos, que Ricardo Ernesto Lagos Salinas e Michelle Peña Herreros foram capturados na *población Las Rejas*, no dia 20 de junho 1975 (data do ocorrido atualmente registrada como dia 17/06/1975), na residência onde os dois viviam clandestinamente. O local parece ter sido usado também como ponto de reuniões políticas. Ambos, logo após a captura, foram levados para *Villa Grimaldi*.⁴⁸⁹ Estarrecedor foi o caso da família de Lagos Salinas (pai, madrasta e irmão), assassinada em casa em *Chillán Viejo* por *Carabineros*, em 16 de setembro de 1973. Seu pai, Ricardo Raúl Lagos Reyes, na época com 47 anos, foi um militante socialista e ex-alcade de Chillán, perseguido pela repressão imediatamente após o golpe.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ O testemunho de Gladys Díaz Armijo, presa pela DINA em 20 de fevereiro de 1975 e torturada em Villa Grimaldi, foi tornado público pela *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* (FASIC) e reproduzido por *Chile-América*. É possível ter acesso a ele por meio do seu arquivo e centro de documentação, informado pelo site <http://www.fasic.cl/fasic-doc/index.php/testimonio-gladis-diaz-armijo:isad>.

⁴⁸⁹ CHILE-AMÉRICA. Nuevos antecedentes sobre la detención de los dirigentes y militantes del PS desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 166-167; Lagos Salinas Ricardo Ernesto. Disponível em: <https://memoriaviva.com/nuevaweb/detenidos-desaparecidos/desaparecidos-l/lagos-salinas-ricardo-ernesto/>. Acesso em 12/03/2021; Lagos Reyes Ricardo Raúl. Disponível em: <https://memoriaviva.com/nuevaweb/ejecutados-politicos/ejecutados-politicos-l/lagos-reyes-ricardo-raul/>. Acesso em 12/03/2021.

⁴⁹⁰ Sobre esse e demais casos da violenta e disseminada repressão sofrida por socialistas chilenos, assim como a que foi direcionada à direção do PS, ver BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura*:

Segundo *Chile-América*, Exequiel Ponce Vicencio, dirigente da Comissão Política e chefe da Direção Interior do PS que atuava, obviamente, na clandestinidade, foi preso no dia 23 de junho de 1975, poucos dias após as detenções de Lagos Salinas e Peña Herreros. Era, naquele momento, o máximo dirigente socialista que permaneceu no país, em constantes comunicações com o secretário-geral do partido, Carlos Altamirano, no exílio.⁴⁹¹ Ponce havia sido dirigente da CUT e trabalhador da zona portuária de Valparaíso, onde alçou-se como liderança política. Foi eleito membro do Comitê Central e da Comissão Política no XXIII Congresso do PS em La Serena, ocorrido em janeiro de 1971, transferindo-se, por conseguinte, a Santiago. Passou à clandestinidade no mesmo dia do golpe militar, no intuito de coordenar as ações que o partido desenvolveria sob essa condição. Permaneceu desaparecido desde sua prisão. Margarita Luque, sua companheira, e a filha de ambos saíram para o exílio na Suécia e, depois, partiram para República Democrática Alemã (Alemanha Oriental).⁴⁹²

Os outros dois socialistas, Carlos Lorca, ex-deputado por Valdivia nas eleições de 1973, tendo ocupado também o cargo de secretário-geral da Federação Juvenil Socialista, e Carolina Wiff Sepúlveda, que era assistente social e trabalhava com ele, foram detidos juntos logo em seguida a Exequiel Ponce, no dia 25, em uma casa na rua Maule número 130, desfechando ataque decisivo na direção e comando central do partido no Chile. Encontravam-se em um imóvel usado secretamente para reuniões políticas, explicava assim, com essas informações, a revista *Chile-América*, revelando ainda os nomes das testemunhas, também do PS, que não foram capturadas, e que em seguida relataram para a Justiça as prisões de Lorca e Wiff Sepúlveda, levados com os braços amarrados em um

la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976). 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autonoma de Madrid (UAM).

⁴⁹¹ CHILE-AMÉRICA. Nuevos antecedentes sobre la detención de los dirigentes y militantes del PS desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 166-167.

⁴⁹² BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autonoma de Madrid (UAM), p. 476.

Fiat vermelho.⁴⁹³ Carlos Lorca, único deputado chileno que ainda se encontra desaparecido desde então, quando do golpe, dissolveu a vigência das *Juventudes Socialistas* como instância partidária para organizar a atuação clandestina do partido, tornando-se, junto a Exequiel Ponce e Lagos Salinas, os mais importantes dirigentes do PS atuantes no Chile. Carolina Wiff Sepúlveda integrava o *Aparato de Inteligencia* do PS, coordenado por Héctor Ricardo Pincheira Núñez, conhecido como “Máximo”, ex-assessor de Salvador Allende. Nas primeiras articulações pelos direitos humanos após o golpe, ela trabalhou também pelo *Comité Pro Paz* em ações de ajuda e assistência social aos familiares de presos e desaparecidos.⁴⁹⁴

Exequiel Ponce, Carlos Lorca, Ricardo Lagos Salinas, Michelle Peña Herreros e Carolina Wiff Sepúlveda permanecem todos na lista de presos-desaparecidos,⁴⁹⁵ e o caso de Peña Herreros, de 26 anos, grávida de oito meses, tornou-se especialmente estarrecedor pelo nível de violência que não deixou dúvidas, naquele momento, sobre o caráter cruelmente implacável da ação repressiva sobre a esquerda. Com contatos desde o Chile, sem revelar exatamente quais, de modo a resguardar a segurança da fonte, *Chile-América* desvelou graves informações envolvendo as duas socialistas: “noticias directas llegadas [à revista] acerca de la desaparición de Carolina Wiff y de Michelle Peña son realmente

⁴⁹³ CHILE-AMÉRICA. Nuevos antecedentes sobre la detención de los dirigentes y militantes del PS desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 166-167. Nessa mesma edição, foi publicado, com data de 20 de junho de 1977, comunicado oficial de urgência da delegação socialista no exílio, ante a *Secretaría Coordinadora de la Solidaridad con el Pueblo Chileno*, com assento em Roma, em defesa da vida de Ponce, Lorca, Lagos, Carolina e Michelle. A respeito, ver CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones: su evolución hacia un sistemático proceso de genocidio político. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 205.

⁴⁹⁴ Héctor Ricardo Pincheira Núñez, 28 anos, estudante de medicina pela *Universidad de Chile*, foi detido no Palacio *La Moneda* no dia do golpe e conduzido ao *Regimiento Tacna*, onde esteve até 13 de setembro, encontrando-se na condição de desaparecido desde essa data. BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 479-480; *Héctor Ricardo Pincheira Núñez*. Disponível em: <https://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/D-P/hector-ricardo-pincheira-nunez.htm>. Acesso em: 15/06/2021.

⁴⁹⁵ *Modesta Carolina del Carmen Wiff Sepúlveda*. Disponível em: <https://villagrimaldi.cl/registro-interno/wiff-sepulveda-modesta-carolina/>. Acesso em: 16/09/2020; *Ricardo Ernesto Lagos Salinas*. Disponível em: <https://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/D-L/lag-sal.htm>. Acesso em: 16/09/2020.

alarmantes. Informantes serios indican que hay evidencias de que fueron salvajemente torturadas, que a Michele Peña [...] se la hizo abortar con violencia al punto que se trastornó”.⁴⁹⁶ A prisão e o desaparecimento desses e demais socialistas se inseriram na ação coordenada pela DINA contra os militantes e os dirigentes membros da Comissão Política do PS, realizada especialmente no ano de 1975.

Desde o dia do golpe, o PS sofreu muitas perdas em sua militância, dada a violência generalizada que recaiu sobre a esquerda chilena. Anna Maria Blasco Rovira, que se dedicou ao estudo da repressão ao PS, apresentou-nos quadro bastante pormenorizado sobre as vítimas nesse primeiro momento (presos, exilados ou mortos), incluindo políticos da primeira linha do governo de Salvador Allende. Muitos nomes, explicou Blasco Rovira, “eran públicos y conocidos, y [ellos] acudieron a los llamamientos efectuados en los Bandos militares, creyéndose a salvo, pensando que tan solo se trataba de una formalidad”.⁴⁹⁷

Alguns deles estiveram detidos na prisão política de *Dawson*, junto a outros dirigentes, ministros e políticos dos partidos da UP, a que se segue uma extensa lista contendo destacados membros do PS: Clodomiro Almeyda, ministro de Relações Externas; Jaime Concha, ex-intendente de Santiago; Alejandro Jiliberto, deputado; Aniceto Rodríguez, senador; Alfredo Joignant, diretor de Investigações; Carlos Jorquera, secretário de imprensa de Allende; Carlos Lazo, vice-presidente do Banco do Estado; Orlando Letelier, ministro de Defesa; Luis Mate, ex-ministro de Habitação; Héctor Olivares, deputado; Andrés Sepúlveda, deputado; Osvaldo Puccio, secretário de Allende; Hernán Soto, subsecretário de Mineração; Julio Stuardo, ex-intendente de Santiago;

⁴⁹⁶ CHILE-AMÉRICA. La realidad actual sobre las violaciones de derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 71.

⁴⁹⁷ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 347.

Jaime Tohá, ministro da Agricultura; e José Tohá, ex-ministro de Defesa e do Interior, um dos mais próximos colaboradores de Salvador Allende.⁴⁹⁸

Os socialistas presos no *Palacio La Moneda* foram enviados ao *Regimiento Tacna*, interrogados, torturados e muitos se encontram ainda desaparecidos, dentre eles próximos colaboradores de Salvador Allende, incluindo membros do *Grupo de Amigos Personales* (GAP), guarda pessoal do ex-presidente formada por militantes do PS. Enrique Huerta Corvalán, *intendente de palacio*; Héctor Ricardo Pincheira “Máximo”, do Comitê Central de La Serena, chefe do aparato de inteligência do partido (sobre o qual descrevemos acima); e Eduardo “Coco” Paredes, membro do Comitê Central, assessor presidencial e antigo *director de investigaciones* constam nessa lista.⁴⁹⁹

Apenas nos primeiros meses que se seguiram ao golpe, até o final de 1973, houve cerca de 359 vítimas que pertenciam ao PS (224 mortos e 135 desaparecidos), indicando, como bem expressou Blasco Rovira, de quem extraímos essa estimativa, a intensidade letal com que foram combatidos, pelas forças de segurança dos militares, os dirigentes e militantes, “con la clara intencionalidad de romper toda estructura partidaria y conseguir su desaparición como forza política”.⁵⁰⁰ Essa estimativa não incluía o número de presos, refugiados em embaixadas e o exílio socialista chileno em distintos países, destacando-se concentração importante deles na Alemanha Oriental.

O PS, de imediato, encontrou-se desarticulado pela repressão, do Comitê Central às seções e bases do partido. No norte do país (La Serena, Copiapó, Iquique), no primeiro momento de violência estatal e paraestatal massiva, muitos dirigentes regionais foram sumariamente fuzilados. Em todo o país, além dos nomes citados que estiveram confinados em *Dawson*, muitos outros dirigentes ou líderes políticos foram presos:

⁴⁹⁸ Ibid., p. 360.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 353.

⁵⁰⁰ Ibid., p. 348.

Adolfo Lara, Héctor Martínez, Erick Schnake, Héctor Olivares, Uldaricio Figueroa, Andrés García, para citar alguns membros do Comitê Central. O ex-deputado pela zona de Puerto Montt, Luis Uberlindo Espinoza Villalobos, foi assassinado no dia 2 de dezembro de 1973.⁵⁰¹

Para além do imediato pós-golpe, o ano de 1974 também registrou um cerco cruel aos socialistas. Foram 46 vítimas, sendo 13 mortos e 33 desaparecidos. Pelo menos 22 destes desaparecidos haviam sido, antes, presos pela DINA.⁵⁰² Víctor Zerega Ponce, por exemplo, membro da *Comisión Política* clandestina composta por Gustavo Ruz, Ariel Mancilla, Ricardo Ernesto Lagos Salinas e Exequiel Ponce, foi detido em 23 de junho de 1974, morto pouco depois, no dia 2 de julho, em Valparaíso, após ser brutalmente torturado por *Carabineros* e DINA nos subterrâneos da *Plaza Constitución*, em Santiago.⁵⁰³ À medida que avançavam as prisões, interrogatórios e torturas, mais os agentes da repressão obtinham informações sobre militantes que, descobertos seus locais secretos de habitação e reuniões políticas, eram, muitas vezes, incluídos nas listas de mortos ou desaparecidos.

No que diz respeito aos dirigentes do PS, todavia, foi o ano de 1975, já indicado aqui, aquele em que a ditadura, através da DINA, reprimiu violentamente os socialistas considerados de maior “periculosidade”, por conta da liderança política que exerciam, atingindo muitos de seus quadros de comando que resistiam na clandestinidade. Essa foi a situação que envolveu os cinco dirigentes e militantes mencionados anteriormente por

⁵⁰¹ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 368; *Luis Uberlindo Espinoza Villalobos*. Disponível em: https://www.memoriaviva.com/Ejecutados/Ejecutados_E/espinoza_villalobos_luis_uberlin.htm. Acesso em: 10/06/2021.

⁵⁰² BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 385.

⁵⁰³ CHILE-AMÉRICA. La represión contra el Partido Socialista. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 205; BLASCO ROVIRA, Anna María. Op. Cit., p. 408-411; *Víctimas. Zerega Ponce Víctor Osvaldo*. Disponível em: <https://interactivos.museodelamemoria.cl/victimas/?p=3255>. Acesso em: 14/06/2021.

meio das informações e denúncias em *Chile-América*, que também apontou (edição 35-36, setembro-outubro de 1977) para a prisão e desaparecimento do engenheiro Ariel Mancilla Ramírez, outro membro da Direção Interior do partido, responsável pelo setor logístico do Comitê Central (passaportes, recursos, contatos com embaixadas), capturado em março de 1975 aos 26 anos de idade.⁵⁰⁴

A maioria da direção do PS no Chile foi fortemente reprimida nesse ano, em um momento no qual a DINA, assim explicou Blasco Rovira, “parecía ya conocer todos los entresijos de la organización en la clandestinidad”, tanto do *Comité Central* quanto da *Coordinadora Nacional de Regionales*. Outros nomes que permanecem nas listas de presos-desaparecidos do PS, desde julho de 1975, são os de Rosa Elvira Soliz Poveda, dirigente estudantil de 23 anos à época, de forte correspondência com os membros do *Comité Central* do partido, e o de Sara Donoso Palacios, ambas companheiras do curso de Enfermagem e que exerciam tarefas políticas sob a liderança de Carolina Wiff Sepúlveda. Foi também em 1975 que um grupo de militantes socialistas de uma tendência armada do partido, os chamados *elenos*, foi desestruturado pelo aparato de segurança da ditadura, dentre os quais Raúl Jaime Olivares Jorquera, morto em agosto de 1975 em razão da tortura sofrida, embora sua morte tenha sido apresentada, pelo Estado e pela imprensa, como resultado de um confronto armado com as forças policiais.⁵⁰⁵

No que diz respeito ao PC chileno, o desaparecimento, em dezembro de 1976, do historiador e professor Fernando Ortiz Letelier, da *Universidad de Chile*, secretário-geral, naquele momento, do Comitê Central clandestino do partido, ex-dirigente estudantil da *Federación de Estudiantes de la Universidad Chile* (FECH) e da *Asociación de*

⁵⁰⁴ CHILE-AMÉRICA. La represión contra el Partido Socialista. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 205.

⁵⁰⁵ BLASCO ROVIRA, Anna María. Op. Cit., p. 443, p. 482-483 e p. 488; Rosa Elvira Soliz Poveda. Disponível em: https://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/D-S/rosa_elvira_soliz_poveda.htm. Acesso em: 15/06/2021. Todos esses casos estão contidos no *Informe Rettig*, da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*.

Profesores y Empleados da mesma universidade (APEUCH), foi um dos mais representativos ataques desfechados, a um só tempo, à política, à cultura e à inteligência do país, registrado dessa forma pela revista *Chile-América*.⁵⁰⁶ Ademais, foi o golpe máximo que pôs abaixo a estrutura política comunista a partir dos seus quadros mais importantes que atuavam no país.

O *Ministerio del Interior* de Chile, assim como em tantas outras situações semelhantes, negava a prisão e a responsabilidade do Estado chileno pelo desaparecimento de Fernando Ortiz Letelier. Todavia, *Chile-América* difundiu notícias que indicavam ter havido ordens de detenção pela DINA, assim como recursos judiciais acionados pelos três filhos do dirigente comunista, baseados em denúncias de testemunhas relativas à prisão de Ortiz Letelier pelas forças de segurança da ditadura. Sua situação mobilizou intelectuais como o jurista democrata-cristão Máximo Pacheco, ex-ministro da Educação no governo de Eduardo Frei Montalva e ex-decano da *Facultad de Derecho* da *Universidad de Chile* (exonerado pela ditadura), e a atriz Ana González, prêmio nacional de Artes. Ambos apresentaram recursos à Suprema Corte chilena de maneira a pressionar por respostas diante da situação dramática de um personagem respeitado não apenas no meio político, mas no cenário intelectual/universitário.⁵⁰⁷

No mesmo mês de desaparecimento de Fernando Ortiz Letelier, outros 12 membros do PC chileno também entraram na lista de desaparecidos publicada por *Chile-América* (edição 35-36, setembro-outubro de 1977), a maioria trabalhadores e/ou lideranças sindicais, três deles ex-dirigentes da CUT: Fernando Alfredo Navarro Allende (da direção partidária clandestina), Héctor Véliz Ramírez e Luis Segundo Lazo Santander. Também foi sequestrada a militante Reinalda Pereira, da organização do

⁵⁰⁶ CHILE-AMÉRICA. Fernando Ortiz, un valor de la cultura, desaparecido. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 234-235.

⁵⁰⁷ Ibid.

partido *Juventudes Comunistas*, grávida de cinco meses. Tal fato denotou o que ficou conhecido como “*caso de los 13 desaparecidos*”, comovendo a políticos, ativistas de direitos humanos e toda a comunidade engajada nas denúncias das ações criminosas do aparato de segurança da ditadura.⁵⁰⁸

Segundo Rolando Álvarez Vallejos, estudioso da trajetória do PCCh antes e após o golpe de 1973, embora o *Informe Rettig* tenha declarado que o assédio repressivo de dezembro de 1976 sobre os comunistas, gerando uma onda sequencial de sequestros e desaparecimentos, tenha sido realizado pela DINA, em meados dos anos 1980, esse caso dos 13 desaparecidos, investigado pelo ministro Carlos Cerda Fernández, resultou em 40 réus pertencentes, grande parte deles, à *Fuerza Aérea de Chile* (FACH) e ao Comando Conjunto, “desde el general Gustavo Leigh para abajo”.⁵⁰⁹ O Comando Conjunto, relevante esclarecer, funcionou como mais um organismo repressivo da ditadura e teve sua existência totalmente clandestina, composto por membros das Forças Armadas, civis de extrema direita e mesmo por ex-integrantes dos partidos de esquerda que se tornaram colaboradores após sofrerem torturas e enfrentarem pressões psicológicas. Apesar da composição heterogênea, o Comando Conjunto parece ter sido hegemônico pelos comandantes da FACH e seu serviço de inteligência, a SIFA. Assomando-se às ações repressivas da DINA, ainda que, por vezes, agindo de maneira autônoma, rivalizava-se com esta no trabalho de inteligência e de perseguição à esquerda, mais notadamente ao PC chileno, partido sobre o qual dedicou seu esforço de destruição da sua estrutura clandestina.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ CHILE-AMÉRICA. Los desaparecidos de diciembre. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 208-209.

⁵⁰⁹ ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 144.

⁵¹⁰ Chile. *Organismos de represión durante la dictadura militar (1973-1990)*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0003.pdf. Acesso em: 21/06/2021.

Em seguida à publicação do caso dos 13 comunistas desaparecidos em dezembro de 1976, na mesma edição 35-36 da revista *Chile-América*, foi destacada a estarrecedora morte de Marta Lidia Ugarte Román de 42 anos. Professora, integrante do Comitê Central do PC, ex-secretária de Mireya Baltra (ministra do Trabalho no governo de Salvador Allende), foi presa e considerada desaparecida desde 9 de agosto de 1976, segundo testemunhas, que ainda relataram a situação dela ter sido conduzida em um carro de investigações das forças de segurança. Como descrito em *Chile-América* (caso reportado também em edição anterior, número 22-23-24 de 1976), seu corpo apareceu nos primeiros dias de setembro na praia *La Ballena*, em *Los Molles*, província de Valparaíso, amarrado em um saco: “Marta Ugarte tenía los brazos y el cuello amarrados con alambres, un brazo quebrado y todas las vértebras rotas. Además el cuerpo había sido quemado antes de ser lanzado al mar desde gran altura, seguramente de un helicóptero o de un avión”. A revista lamentava o fato de crime tão brutal não ter sido ainda, naquele momento, alvo de maior preocupação da justiça chilena, levando a investigações mais aprofundadas.⁵¹¹

A repressão ao PC atingiu toda estrutura partidária clandestina, da base à direção, das células, comitês locais e regionais à Comissão Política. Antes de cair a liderança clandestina de Fernando Ortiz Letelier, outra situação especialmente trágica para os comunistas, sobre a qual *Chile-América*, igualmente, não deixou de repercutir em suas páginas, dizia respeito ao desaparecimento de Víctor Manuel Díaz López (a quem Ortiz Letelier, por essa razão, substituiu à frente do partido). Ele foi dirigente nacional da CUT, expressão máxima da direção do PC no Chile durante a ditadura até maio de 1976, ao

⁵¹¹ CHILE-AMÉRICA. El caso de Marta Ugarte. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 208; CHILE-AMÉRICA. El horrible asesinato de Marta Ugarte. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 126. Como tantos outros, este caso está contido no *Informe Rettig* de 1991, descrito de maneira muito próxima às informações previamente divulgadas por *Chile-América*. Informações adicionais do informe deram conta de que Marta Ugarte Román foi capturada e presa pela DINA, brutalmente torturada em *Villa Grimaldi*. Os desdobramentos judiciais desse caso, contendo processos e condenações de ex-agentes da DINA e das Forças Armadas envolvidos, podem ser vistos em: Ugarte Román Marta Lidia. Disponível em: <http://memoriaviva.com/nuevaweb/ejecutados-politicos/ejecutados-politicos-u/ugarte-roman-marta-lidia/>. Acesso em: 14/02/2022.

ocupar o espaço deixado pelo secretário-geral Luis Corvalán, preso em outubro de 1973 e anos depois exilado em Moscou.

A revista, na edição 31-32 de princípios de 1977, a mesma que havia noticiado os casos dos dirigentes socialistas desaparecidos, publicou matéria investigativa cujo título não poderia ser mais direto e objetivo: “*Qué pasó con Víctor Díaz a partir de octubre de 1976?*”. Na publicação, *Chile-América* informou sobre a detenção do dirigente comunista no dia 12 de maio de 1976, fato este negado oficialmente pela Junta Militar, por meio do *Ministerio del Interior*, justificando que, provavelmente, Víctor Díaz devesse ter tomado o caminho da clandestinidade ou do exílio, como, aliás, a ditadura argumentava frequentemente a respeito de tantos outros militantes desaparecidos e procurados por seus familiares, partidos políticos e organismos de direitos humanos.⁵¹² Tratava-se de estratégia contumaz do Estado ditatorial para tentar se livrar das responsabilidades dos crimes a ele imputadas, acusações que se faziam, via de regra, de maneira fundamentada, em boa medida ancorada em relatos de testemunhas e informações documentadas.

No caso em questão, testemunho juramentado da esposa de Víctor Díaz, Selenisa Caro de Díaz, de 22 de outubro de 1976, publicado na íntegra por *Chile-América*, dava conta de que ele se encontrava vivo e preso secretamente pela DINA, pois em 6 de outubro de 1976, por carta, e dia 20 do mesmo mês, por telefone, ambos se comunicaram por intermédio de agentes desse órgão. O intuito era o de transparecer que o dirigente comunista se encontrava bem e que, portanto, seus familiares, não sem sofrer ameaças e pressão psicológica, deixassem de fazer denúncias e trâmites judiciais sobre o desaparecimento de Víctor Díaz. Selenisa Caro declarou ainda ter recebido ligações de testemunhas (outros presos políticos), as quais não quiseram se identificar, por segurança própria, afirmando terem presenciado as torturas sofridas por seu marido em *Villa*

⁵¹² CHILE-AMÉRICA. *Qué pasó con Víctor Díaz a partir de octubre de 1976?*. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 163.

Grimaldi, prisão secreta situada na comuna de *Peñalolen*, Santiago, onde ele teria estado por meses. Após o dia 20 de outubro de 1976, como inquiriu a revista, não se teve lamentavelmente mais notícias concretas ou qualquer sinal de vida de Víctor Díaz.⁵¹³

Como dissemos, ocorrida a detenção de Luis Corvalán em *Dawson* e outras prisões políticas da ditadura, a nova direção do partido foi encabeçada por Víctor Díaz, subsecretário geral do partido, acompanhado por Mario Zamorano, Víctor Canteros, Jorge Muñoz, “Rafael Cortés” (pseudônimo de Uldarico Donaire), Américo Zorrilla, Inés Cornejo e José Weibel, este último, pertencente à Comissão Política do PC por presidir as *Juventudes Comunistas*, a *Jota*, substituindo a liderança anterior de Gladys Marín, que foi orientada pela direção partidária a partir para o exílio. Procedimento similar ao de Gladys Marín ocorreu, posteriormente, com o histórico dirigente Américo Zorrilla, ex-ministro de *Hacienda* de Salvador Allende, que partiu para Moscou.⁵¹⁴

No mesmo momento em que caía Víctor Díaz, em maio de 1976, foram sequestrados e se encontram desaparecidos outros membros da Comissão Política, Jorge Muñoz, Mario Zamorano e Rafael Cortés, circunstância que ficou conhecida como “caso Conferencia”, em referência ao nome da rua onde se localizava o imóvel que os dirigentes do PC utilizaram para reuniões secretas e que, descoberto pela DINA, provavelmente através dos *enlaces* (como eram conhecidos os mensageiros dos dirigentes de esquerda clandestinos) Elisa Escobar e Eliana Espinoza, permitiu a captura, caso a caso, de quase toda a direção comunista, que se refez sob o comando de Fernando Ortiz Letelier, com nova equipe política, apenas até dezembro do mesmo ano.⁵¹⁵

⁵¹³ *Ibid.*, p. 164-165.

⁵¹⁴ ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 77.

⁵¹⁵ Mais detalhes e informações acerca da repressão que incidiu duramente sobre o PC chileno, destruindo a estrutura clandestina e ocasionando mudanças drásticas na condução política dos comunistas no Chile para o enfrentamento da ditadura de Pinochet, o que gerou a adoção, a partir de 1980, através da experiência clandestina, das formas de luta insurrecional como contraponto à estratégia frente-populista historicamente defendida pelo partido, ver ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003. Como esclareceu este autor,

Os desaparecimentos das lideranças Víctor Díaz e Fernando Ortiz Letelier, portanto, não só abalaram como representaram, efetivamente, duros ataques à reestruturação da direção clandestina do PC. Demonstrava-se como os serviços de inteligência da ditadura, notadamente a DINA, conseguiram avançar sobre as lideranças da esquerda, de modo seletivo e mais organizado, diferindo-se do momento das ações disseminadas do pós-golpe militar que destruíam parcialmente seus inimigos sem, necessariamente, adquirir informações preciosas que permitissem “ceifar as cabeças” da direção política. Concomitante ao novo *modus operandi* da repressão, ampliava-se, pelas forças de segurança e inteligência, a prática de disfarçar ao máximo os crimes cometidos. O ano de 1976, como se nota, significou o momento mais duro para a história do PC chileno, encerrando-se “com un saldo catastrófico tanto para el Partido como para la Juventud”, o que revelou, segundo análise de Rolando Álvarez Vallejos, a um só tempo, tanto o grau elevado da violência da ditadura como a experiência não tão rigorosa, organizada e bem desenvolvida da clandestinidade comunista naquele momento.⁵¹⁶

Expressão máxima do aparato repressivo contra a esquerda, embora atuasse já desde novembro de 1973 e possivelmente estruturada antes mesmo do golpe,⁵¹⁷ a DINA foi oficialmente instituída em 1974. O Decreto n. 521, com força de lei (como todos os demais), promulgado em junho desse ano, apresentava como incumbência do órgão colaborar com o governo chileno imediata e permanentemente, proporcionando de forma sistemática e devidamente processada toda informação requerida, no sentido de adequar

Fernando Ortiz Letelier foi o novo encarregado do partido por indicação dos dois sobreviventes da equipe da direção anterior comandada por Víctor Díaz, Inés Cornejo e Víctor Canteros, ambos asilados na embaixada da Itália. *Desde las sombras...* p. 141.

⁵¹⁶ ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003, p. 147.

⁵¹⁷ Assim apontou Clécio Mendes, em sua tese sobre a DINA. Ver MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 176.

e de adotar resoluções e medidas necessárias ao resguardo da segurança nacional e ao desenvolvimento do país.⁵¹⁸

Na prática, porém, por trás dessa apresentação em nome da segurança nacional, não reveladora da violência atroz com que atuou, a DINA, chefiada pelo coronel do Exército Manuel Contreras Sepúlveda, diretamente submetida ao *Ministerio del Interior* e a Augusto Pinochet, concentrou as medidas repressivas contra os opositores do governo, atuando de maneira mais detida, sistemática e implacável na perseguição aos integrantes do PS, do PC e do MIR, entre 1974 e 1977, ano em que foi dissolvida, no dia 13 de agosto, através do Decreto-Lei 1.876.⁵¹⁹ Claro que outros membros das esquerdas e mesmo da Democracia Cristã foram perseguidos, presos, torturados e exilados. Todavia, as ações coordenadas de violência, envolvendo prisão, tortura e desaparecimentos em maior escala se deram alvejando a destruição completa do MIR (em 1974), do PS (em 1975) e do PC (em 1976), tal qual procuramos mostrar.⁵²⁰

Visava-se, portanto, com a DINA, coordenar as medidas contra os opositores do regime, centralizando a inteligência e as ações de segurança, que se faziam então mais articuladas, seletivas e sistemáticas, tendo em vista que, antes, nos primeiros meses após o golpe, como bem explicou o professor e ativista de direitos humanos José Zalaquett, operavam os respectivos serviços de inteligência das Forças Armadas (do Exército, da

⁵¹⁸ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Serviços secretos e democracia no cone sul*: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói: Impetus, 2010, p. 182.

⁵¹⁹ Sobre a DINA, seus membros, métodos, estrutura, técnicas de tortura aplicadas, as circunstâncias de captura e assassinatos, ver, em especial, SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011. Os *Servicio de Inteligencia Militar (SIM)*, *Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea (SIFA)*, *Servicio de Inteligencia Naval (SIN)* e *Dirección de Inteligencia de Carabineros (SICAR)*, a partir de 1974, foram incorporados à DINA e deram suporte e estrutura à sua atuação, ampliada desde então. Antes, porém, devemos ter em conta que todos esses organismos militares de inteligência cumpriram a função de reprimir violentamente a esquerda e os opositores do golpe, atuando, inclusive, contra alguns membros das próprias Forças Armadas, alvejando os militares constitucionalistas e/ou que estiveram mais vinculados à Unidade Popular, como foi o caso do general da Força Aérea, Alberto Bachelet, vítima dos oficiais ligado à SIFA. Ver *Chile. Organismos de represión durante la dictadura militar (1973-1990)*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0003.pdf. Acesso em: 04/06/2021.

⁵²⁰ ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, 2012, p. 83.

Força Aérea e Naval), além da força policial dos *Carabineros*, tendo sido a repressão “impulsada por meros motivos de venganza y crueldad, por parte de autoridades o civiles locales, actuando en conjunto con personal uniformado”.⁵²¹

Em realidade, três artigos secretos do seu decreto de criação conferiam à DINA poderes adicionais, a saber: coordenar e centralizar todos os serviços de inteligência das Forças Armadas; atuar em invasões de domicílios (portanto sem mandados judiciais ou qualquer consentimento) e executar prisões; ter validadas ações prévias à sua existência legal, organizada desde novembro de 1973 e relacionada ao *Servicio Nacional de Detenidos* (SENDET). Esses três artigos secretos, na verdade, como bem avaliou *Chile-América*, definiram “los aspectos más importantes de su labor”⁵²², ou seja, respaldaram internamente as operações de violência de toda ordem cometida contra os opositores políticos. Nesse sentido, a revista definiu a DINA não como um mero “organismo de seguridad, sino que, en la práctica, una organización tenebrosa”, que obedecia “exclusivamente a Pinochet”.⁵²³ As atividades da DINA estiveram centradas na capital Santiago, embora frequentemente dirigidas a outras províncias por meio da ampliação de sua estrutura e de agentes enviados para missões repressivas.⁵²⁴

José Zalaquett, quem, voltamos a sublinhar, foi um dos mais destacados intelectuais que trabalhou pela causa dos direitos humanos no Chile, diretor do Departamento Legal do *Comité de Cooperación para la Paz*, integrante e, posteriormente, presidente da Anistia Internacional, designado, em 1990, pelo recém-eleito presidente Patricio Aylwin, membro da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*⁵²⁵, pôs

⁵²¹ Ibid., p. 81.

⁵²² CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 173.

⁵²³ Ibid., p. 172.

⁵²⁴ Chile. Organismos de represión durante la dictadura (1973-1990). Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0003.pdf. Acesso em: 03/05/2021.

⁵²⁵ Profesor José Zalaquett Daher. Disponível em: <https://www.uchile.cl/portal/presentacion/consejo-de-evaluacion/presentacion/50053/prof-jose-zalaquett-daher>. Acesso em: 01/06/2021.

ênfase, em artigo, nas mais graves violações perpetradas pela ditadura chilena. Tratou dos assassinatos políticos ou execuções extrajudiciais e definiu seu entendimento sobre os desaparecimentos: “Se practicó mucho en el período de la DINA la desaparición forzada de personas que es, en el fondo, el asesinato de una persona, sumado a la disposición clandestina de su cuerpo, acompañado todo ello de una persistente negativa sobre la detención misma, la muerte de la víctima y el destino de sus restos”.⁵²⁶

Outra violação gravíssima foi a prática da tortura, maus tratos ou “castigos” degradantes aos presos políticos. Ademais, o que não se tratava de atribuição da DINA, mas da estrutura autoritária e censória mais ampla da ditadura pinochetista, se suspenderam os direitos políticos da população chilena, as liberdades civis, a suspensão do direito de viver no país (o que levou aos exílios), não se permitiu a livre circulação da imprensa que não fosse adita à ditadura (salvo a permissão para publicação, na década de 1980, de revistas culturais independentes, frequentemente vigiadas e perseguidas), os limites e intervenções nas universidades, a expulsão de professores acadêmicos de seus cargos universitários, a exoneração massiva de quadros da administração pública por razões políticas.⁵²⁷

⁵²⁶ ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, 2012, p. 83.

⁵²⁷ ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, 2012, p. 83-84. À parte a repressão política e a violação de direitos humanos (ainda assim não tão desenvolvida), muitos dos temas elencados foram pouco trabalhados pelas pesquisas acadêmicas dentro e fora do Chile, em especial no campo da História. Os estudos sobre a repressão nas universidades e a censura aos meios de comunicação têm avançado um pouco mais, ao passo que uma compreensão mais desenvolvida sobre outras formas de violência e autoritarismo, como a exoneração de trabalhadores dos cargos públicos por razões políticas, por exemplo, ou mesmo o efetivo impacto das mudanças estruturais neoliberais para um conjunto mais amplo da população, incluindo alterações nos modos de vida, empobrecimento e processos migratórios decorrentes das condições precárias de sobrevivência, ainda está por ser realizada. Sobre a repressão ao campo universitário, ver FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior*. 2016. 241f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. A respeito da atuação da ditadura sobre o âmbito cultural, incluindo a censura a impressos (livros, revistas culturais e imprensa), sobretudo via *División de Comunicación Social* (DINACOS), ver DONOSO FRITZ, Karen. Discursos y políticas culturales de la dictadura cívico militar chilena, 1973-1988. *Dossier Chile contemporáneo*, n. 29, agosto, 2012. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/chile_donosofritz.pdf. Consultado em: 21/06/2016; VIVACQUA, Isadora Bolina Monteiro. *A obra e o engajamento de Diamela Eltit: arte marginal e*

A Junta Militar instituiu Estado de Sitio em todo território nacional no mesmo dia 11 de setembro de 1973, e, nove dias depois, decretou Estado de Guerra para todos os efeitos legais, apontou Zalaquett, ou seja, “el funcionamiento de tribunales militares de tiempo de guerra y la aplicación de procedimientos judiciales y penas propias de tal tiempo”, ainda que apenas cerca de 3% dos que passaram por detenções tenham sido de fato submetidos a processos “legais” e a juízo ante tais tribunais.⁵²⁸ Daí, portanto, logo apreendermos que expressivas e majoritárias ações contra os opositores da ditadura ocorreram por vias secretas da DINA, no intuito de dissimular (mas sem deixar, ao mesmo tempo, de atemorizar os adversários políticos) a natureza desumana, implacável, atroz com que atuava.

A centralidade de Manuel Contreras no trabalho de inteligência, informação e atuação contra a esquerda chilena e sua participação para a criação da DINA foram aspectos desenvolvidos por Manuel Salazar em sua obra. Segundo o autor, desde o final de setembro de 1973, o coronel Contreras se dedicou a revisar informes de inteligência e documentos encontrados nas sedes dos partidos de esquerda: “pidió listas de prisioneros, sugirió órdenes de arresto, ordenó allanamientos, recomendó métodos para interrogar y fijó prioridades para el trabajo represivo”.⁵²⁹ Seu papel não apenas na direção, mas, antes, na construção da DINA (o que o levou a seu comando) foi de extremo destaque (não de completa autonomia, insistimos nesse ponto, pois estava subordinado a Pinochet), elaborando as estratégias repressivas e indicando os nomes de oficiais militares das distintas forças e de civis que seriam de grande utilidade para o novo e mais poderoso serviço de inteligência:

resistência política no Chile (1979-1989). 2019. 306f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

⁵²⁸ ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, 2012, p. 86.

⁵²⁹ SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011, p. 91.

Contreras se instaló, entonces, con algunos escasos asistentes en unas oficinas del Edificio Diego Portales [...]. Revisó las listas y hojas de vida de los graduandos y estudiantes de inteligencia de cada una de las ramas de las Fuerzas Armadas y de Carabineros; pidió antecedentes sobre los miembros de los grupos nacionalistas y de derecha que se habían destacado en la lucha contra el marxismo; estructuró cada uno de los soportes de la naciente DINA y trazó los planes y prioridades para la limpieza política del país.⁵³⁰

Desde 1972, como diretor da Escola de Engenheiros do quartel em *Tejas Verdes*, usado como local de treinamento para agentes que serviriam à ditadura e, mais tarde, transformado em um dos primeiros e mais aterradores campos de prisioneiros da ditadura, Manuel Contreras exercera protagonismo ao esboçar os caminhos para a construção da DINA como instrumento de inteligência e segurança, com o objetivo precípua de eliminar a esquerda e os partidos do governo popular de Salvador Allende. Contou com informações provenientes de militantes de extrema-direita de *Patria y Libertad* (muitos colaborariam com a DINA), por exemplo, que conheciam pessoas, repertório e práticas das esquerdas chilenas.⁵³¹

Em 1977 (edição de maio e junho), *Chile-América* informava, sob o impacto da vigência do organismo máximo da repressão pinochetista, que, desde novembro de 1973, a DINA já centralizava as operações sistemáticas contra os opositores da ditadura, sob o comando de Manuel Contreras. Deixava seus leitores atualizados sobre organismo cuja centralidade havia sido pensada antes do golpe, revelando um planejamento estruturado que visava não só retirar a qualquer custo Salvador Allende da presidência, senão que eliminar todos os indivíduos e valores que sustentavam o governo democrático-socialista:

la selección final del comandante Manuel Contreras Sepúlveda para el cargo de Director fué, sin duda, la culminación de un proceso que se inició antes del golpe, cuando éste se desempeñaba como comandante del regimiento instalado

⁵³⁰ Ibid., p. 93-94.

⁵³¹ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 240; MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 175-177.

em Tejas Verdes, que fué um centro de represión militar utilizado antes del pronunciamiento y en la primera etapa del mismo, donde se torturó a centenas de ciudadanos.⁵³²

Nos meses finais de 1973, apontamos anteriormente, a DINA agia sob um prisma formal, mas não ainda como expressão máxima na hierarquia da segurança nacional, na realidade uma dependência da recém criada *Secretaría Ejecutiva Nacional de Detenidos* (SENDET), porém já encarregada, naquela estrutura, das normas e prática dos interrogatórios, a classificação dos presos políticos e a coordenação das tarefas de inteligência.⁵³³ Após ser fundada como organismo central do aparato repressivo, nomes que se tornariam frequentes nas denúncias contra as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura, em especial nas páginas de *Chile-América*, compuseram o quadro de comando e operação da DINA, todos escolhidos, como informou Manuel Salazar, pelo coronel Manuel Contreras, dentre eles: Pedro Espinoza Bravo, Manuel Palacio Burgos, Vianel Valdivieso, Raúl Eduardo Iturriaga Neumann, Marcelo Morén Brito, Maximiliano Ferrer Lima, Miguel Krassnoff Martchenko, Gerrardo Urrich, César Manríquez, Ricardo Lawrence Mires, Víctor Barría, José Zara Holger, Jerónimo Pantoja, Rolf Wenderoth Pozo, Cristoph Willike Floel, Juan Morales Salgado.⁵³⁴

O historiador Clécio Ferreira Mendes salientou sobre a DINA argumento sustentado na revista *Chile-América* e no *Informe Rettig*⁵³⁵, o de que esse organismo

⁵³² CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 172-173.

⁵³³ Em outubro de 1973, foi aprovado Decreto-Lei n. 117 que criava a SENDET, tendo a DINA como uma de suas seções, cuja finalidade consistia em interrogar os prisioneiros políticos e decidir sobre seus destinos de acordo com a classificação imputada a eles pelo serviço de inteligência. Esse decreto mencionado não foi tornado público. BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 240-241.

⁵³⁴ SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011, p. 96-97.

⁵³⁵ No *Informe Rettig*, publicado em 1991, resultado dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, afirmava-se que “la estructura de la DINA llegó a ser particularmente compleja, lo que guarda relación con la variedad y vastedad de sus funciones que, como ha quedado dicho, excedían con mucho las de represión política”. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *La DINA: el principal de los servicios de inteligencia a cargo de la represión política en el periodo 1974-1977. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, volume 1, Tomo 2, p. 453, 1996.

máximo da repressão da ditadura, ao conter e desestruturar as organizações de esquerda, cumpriu papel fundamental para a consolidação do golpe e o aprofundamento dos objetivos políticos do pinochetismo. Ou seja, respaldou, pelas vias mais atrozes, a ideia de “refundação da República”, exercendo papel decisivo no processo de reorganização da sociedade e para a implantação do neoliberalismo.⁵³⁶

A DINA foi muito mais que um organismo repressivo. Orientou a política econômica neoliberal e as relações internacionais, apontou *Chile-América*. Através dela, dos seus agentes da inteligência, foi uma das principais responsáveis por respaldar Pinochet no desmantelamento total do sistema político-partidário no Chile, ao colocar na ilegalidade partidos que antes encontravam-se na condição de “recesso”, tal era a situação da DC: “la DINA sostuvo también la necesidad de prohibir a todos los partidos y no sólo a los que fueron declarados fuera de la ley al instalarse la Junta”.⁵³⁷

Embora, através do projeto liderado por Pinochet, se conduzisse uma transformação social com base, majoritariamente, nos valores gremialistas e neoliberais analisados no capítulo anterior da tese, acrescentamos que, de forma intrínseca às instituições militares, como ideologia fortemente presente, sobressaía o sentido da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), orientando, em grande medida, a guerra ao inimigo interno, contra a subversão “comunista” e seus aliados, notadamente os partidos e outras entidades políticas.⁵³⁸ A DSN foi utilizada, portanto, como aporte ideológico da missão de combate e “limpeza” dos resquícios marxistas da sociedade chilena.

⁵³⁶ MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 172.

⁵³⁷ CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 173-174.

⁵³⁸ VARAS, Augusto; AGÜERO, Felipe. *El desarrollo doctrinario de las fuerzas armadas chilenas*. Santiago: Flacso, 1982; *Chile. Organismos de represión durante la dictadura (1973-1990)*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0003.pdf. Acesso em: 04/06/2021.

Em sua atuação política e que abarcava, de forma central, o campo dos direitos humanos, *Chile-América* não se furtou, como temos visto, a publicar análises e denúncias sobre a atuação da DINA. A revista demonstrou ter tido informações precisas, extraídas das redes de circulação de denúncias, sobre esse aparato estatal de violência, veiculadas nos tensos momentos das operações repressivas clandestinas. Em grande medida, muitos dados informados por ela e outros veículos de comunicação dos organismos de direitos humanos foram posteriormente reforçadas por informes oficiais, como *Rettig e Valech*.

Assim, dentro de sua atuação no campo da resistência política, afirmou *Chile-América* ser a DINA uma organização de extrema brutalidade, internacionalmente denunciada, na qual atuaram as Forças Armadas, incluindo chefes de alta graduação, e setores civis de distintas especialidades. A revista diagnosticou precisamente o fato de a DINA haver nascido do objetivo de centralizar a segurança nacional, e, portanto, unificar as forças dos demais serviços de inteligências de cada instituição militar (SIM, SIFA, SIN e SICAR), os quais agiram, inicialmente, de forma difusa na repressão aos opositores, necessitando ser incorporados a um organismo central e superior em termos de poder e estrutura: “Si bien en los primeros días del golpe se reforzaron los servicios de seguridad de cada una de las instituciones armadas y de Carabineros y fueron ellos que cumplieron las primeras tareas de la represión, no demoró mucho tiempo la tarea de configurar y poner en operación a la DINA”. De acordo com *Chile-América*, complementando a análise, sua constituição como centro de inteligência, de informação e de atuação repressiva foi resultado da decisão tomada por Augusto Pinochet, com o respaldo do Exército, força de maior peso na formação da Junta Militar e na transformação do regime em uma ditadura pinochetista.⁵³⁹

⁵³⁹ CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 172-173.

Sobre o funcionamento e organização interna dessa polícia política da ditadura, *Chile-América* atuou, então, como mais uma força política (e jornalística) a revelar, a partir de dados fundamentados, sobre evidências de que a DINA se estruturou em dois níveis, um de Direção Central e outro de Operações. O primeiro nível comportou os departamentos de informação e de inteligência. Este último, o departamento de inteligência, deteve centralidade por assessorar a Junta Militar e influir nas decisões governamentais, proporcionando, até mesmo, orientações iniciais sobre a política econômica, revelando, portanto, o alcance e a influência que assumiu. O departamento de informação foi responsável por encobrir as ações clandestinas da DINA diante da opinião pública, trabalhando muito próximo ao setor de operações, este, sim, com atribuições exclusivas relacionadas às atividades repressivas, contemplando, nesse nível, as detenções, os interrogatórios, as torturas, o ocultamento de pessoas, a espionagem e os assassinatos.⁵⁴⁰

Em sua tese, Anna María Blasco Rovira afirmou que no princípio de 1974, a estrutura de funcionamento da DINA estava definida e contava com as seguintes seções: *Dirección*, a cargo de Manuel Contreras; *Estado Mayor*, integrada por Rolf Wenderoth, Raúl Iturriaga Newman, Hernán Blantes Martínez, Marcelo Morén Brito, Maximiliano Ferrer Lima, Víctor Hugo Barría, César Manríquez Bravo, Vianel Valdiviaeso e Germán Barriga Muñoz; *Subdirección*, sob a responsabilidade de Rolando García e, depois, de Jerónimo Pantoja; *Dirección de Operaciones*, comandada por Pedro Espinoza, à qual dependiam os respectivos *Departamentos de Inteligencia Interior e Exterior*. Ao departamento interior estava subordinada a *Brigada de Inteligencia Militar* (BIM – estruturada no centro clandestino *Villa Grimaldi*), a *Brigada de Inteligencia Regional* (BIR) e a *Brigada de Inteligencia Ciudadana* (BIC). Esta última, de inteligência política,

⁵⁴⁰ CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 172-175.

e as brigadas de *Arresto y de Interrogación* foram as primeiras unidades operativas, integradas por agentes que buscavam capturar e conduzir as vítimas aos recintos secretos. A BIR visava atuações em outras cidades, como Valparaíso, Arica, Parral, Valdivia e La Serena, ao passo que a BIM foi bastante portentosa e ramificada em suas *agrupaciones* *Caupolicán* e *Purén* (apropriação de nomenclaturas *mapuches*), especializadas nas operações sistematizadas contra a esquerda chilena – da primeira, *Caupolicán*, dependiam as brigadas *Halcón I*, *Halcón II*, *Águila*, *Tucán* y *Vampiro*; *Purén* foi dirigida até 1975 por Raúl Iturriaga e responsável, por exemplo, pela perseguição ao PS.⁵⁴¹

Já o *Departamento Exterior* da DINA tinha a função, desde 1974, de debelar os movimentos políticos da oposição fora do Chile, sobretudo dos exilados, articulando-se com serviços de inteligência, embaixadas e consulados, principalmente os de governos alinhados ao regime chileno, como as demais ditaduras do Cone Sul. Reforçamos que, nos marcos da Operação Condor, a DINA esteve decisivamente envolvida no caso dos 119 militantes desaparecidos (o que envolveu a participação do governo argentino) e nos assassinatos do general Carlos Prats e do ex-embaixador e ministro Orlando Letelier. O atentado contra Letelier, nos Estados Unidos, provocou desgaste ainda maior da ditadura junto à comunidade internacional, a ponto de levar à dissolução da *Dirección de Inteligencia* em 1977 e sua substituição pela *Central Nacional de Informaciones* (CNI).⁵⁴²

Não é demasiado lembrar do ataque a Bernardo Leighton, em Roma, em ação que precedeu a Operação Condor, mas já anunciava as articulações exteriores da ditadura chilena com militares estrangeiros e com civis de extrema direita (neofascistas italianos,

⁵⁴¹ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 242-243. Ver também SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011, p. 97; MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016, p. 184.

⁵⁴² BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 243-245.

no caso de Leighton; cubanos anticastristas exilados nos Estados Unidos, intermediários do atentado a Letelier), casos denunciados por *Chile-América* em algumas edições que buscaram acompanhar e atualizar seus leitores sobre os desdobramentos de cada um deles.⁵⁴³

Chile-América havia noticiado e analisado sobre as coordenações repressivas entre países da América do Sul, existentes antes mesmo da atuação preponderante da DINA. Ressaltava, porém, que elas teriam se intensificado com o desenvolvimento do aparato de inteligência e segurança do Estado chileno, casos que extrapolavam os acontecimentos que ganharam maior notoriedade por atingir figuras políticas conhecidas. Dizia-se em texto da seção *Derechos Humanos* (n. 28-29-30, de fevereiro a abril de 1977) que “desde que se puso la represión en Chile se comprobó que existía una coordinación entre los servicios de seguridad de las dictaduras latinoamericanas”. E completava a informação, afirmando haver “testimonios muy concretos” referentes à “actuación de agentes de inteligencia brasileiros, uruguayos e bolivianos en los interrogatorios y torturas en el Estadio Nacional y Estadio Chile y en otros centros de detención”, portanto não partícipes apenas desde o exterior.⁵⁴⁴

Muitos foram os colaboradores do aparato repressivo pinochetista, dentre militares e agentes civis diversos, médicos que assistiam aos interrogatórios, psiquiatras e enfermeiros (a ditadura possuiu seu próprio recinto clandestino de saúde, a clínica *Santa Lucía*, para onde muitos prisioneiros políticos, ou mesmo agentes, foram conduzidos).

⁵⁴³ Sobre as investigações e denúncias em curso referentes aos ataques a Orlando Letelier e a participação de cubanos junto a agentes da DINA, ver, especialmente: CHILE-AMÉRICA. Los asesinos directos fueron exiliados cubanos, pero los mandantes y financistas fueron agentes de la DINA. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 181-183. Mais sobre as denúncias da revista nos casos que envolveram ataques a Bernardo Leighton e a Orlando Letelier, ver o Capítulo 2 da tese.

⁵⁴⁴ CHILE-AMÉRICA. Relación entre los servicios de seguridad latinoamericanos para coordinar la represión. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 217-218. A revista mencionou nessa publicação as prisões de chilenos na Argentina e no Paraguai que foram entregues à DINA e torturados posteriormente nos centros clandestinos *Villa Grimaldi*, *La Discoteque* e na casa da rua *José Domingo Canãs*. Alguns, como o sociólogo mirista Jorge Fuentes Alarcón, preso no Paraguai e entregue à polícia argentina antes de ser enviado de volta ao Chile, encontram-se ainda desaparecidos.

Também havia advogados, que prestavam assessoria no campo jurídico; químicos, que manipulavam drogas aplicadas às vítimas; e hipnotizadores, que contribuíam nas sessões de interrogatório e tortura. Central foi a colaboração de ex-militantes dos partidos de esquerda que se transformaram, após açoitados, presos e/ou torturados, em agentes da DINA. Foi o que se passou com a ex-militante socialista Luz Arce, bem como com Leonardo “Barba” Schneider, que foi membro do MIR e ajudou na captura de Alejandro de la Barra, integrante do Comitê Central do partido, e da companheira deste, a militante Ana María Puga.⁵⁴⁵

O campo de abrangência e ação da DINA foi extremamente vasto, compreendendo serviços de telecomunicações, inteligência eletrônica, propaganda ou guerra psicológica, investigações e respaldos técnico/políticos no âmbito econômico.⁵⁴⁶ Os estudos consultados não apresentaram um número determinado de colaboradores da DINA, por ter se tratado de organismo que viabilizou muitas operações secretas e que contou com um corpo de pessoas muito diversificada, “ocultas” e que atuaram muitas vezes em situações pontuais, não tendo sido quadros fixos. Foi majoritariamente composta por militares das três Forças Armadas, em geral permanentes e pertencentes às equipes diretivas e operativas, com proeminência do Exército, não obstante tenha havido número

⁵⁴⁵ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 244 e p. 405-406; PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 174. Sobre Luz Arce, Anna María Blasco Rovira detalhou sua prisão pela DINA no centro clandestino *Londres 38*, e, em uma segunda detenção, em *Villa Grimaldi*, prisões secretas nas quais foi duramente torturada, assim como abusos sexuais que havia sofrido no Hospital Militar, para onde foi levada ferida. Sua colaboração inicial com a DINA durante as torturas e, depois, também como agente do órgão da ditadura a levaram a delatar companheiros não só do PS, mas do MIR e do PC. Todavia, a autora ponderou que há versões desencontradas sobre a efetiva contribuição de Luz Arce com a ditadura, tendo em vista que ela possuía vínculos próximos com a direção interna clandestina do PS e teria omitido muitas informações importantes aos agentes da DINA, como defendeu Samuel Houston, então chefe da equipe de *Comunicaciones Internas* do PS, preso junto a Luz Arce em 17 de março de 1974.

⁵⁴⁶ COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. La DINA: el principal de los servicios de inteligencia a cargo de la represión política en el período 1974-1977. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, volume 1, Tomo 2, p. 453-454, 1996.

expressivo de agentes civis ou empresas privadas contratadas.⁵⁴⁷ Ademais, os agentes estabeleciam relações mais ou menos informais com pessoas que trabalhavam em repartições públicas, serviços, empresas, estudantes, professores e funcionários de colégios e universidades, todos cooptados como informantes.⁵⁴⁸

Para que se viabilizassem as finalidades da DINA e sua grande estrutura, era necessário que existissem recursos materiais portentosos, aspecto também apontado por *Chile-América* (imóveis, veículos, armas, toda ordem de equipamentos tecnológicos, sistema de comunicação). A revista forneceu números aproximados referentes a pessoal que esteve a serviço da DINA, mesmo diante das dificuldades em se ter acesso às informações sobre esse organismo. Sem sabermos ao certo como a revista chegou a tal estimativa, mencionando vagamente as publicações do jornalista australiano Robert Moss e fontes dispersas da imprensa investigativa, *Chile-América* fez um balanço de aproximadamente 7.000 militares na ativa ou na reserva e 5.000 civis, números que nos pareceram bastante altos, embora tenha sido notório a quantidade elevada de pessoal chileno e estrangeiro mobilizado por esse órgão e por toda a estrutura repressiva.⁵⁴⁹ A DINA, antes de operar incisivamente sobre os partidos de esquerda, havia recrutado especialistas e formado seu próprio pessoal, militares e civis, em cursos de contra-insurgência em *Rocas de Santo Domingo*, nos quais se incluíam ensinamentos sobre a aplicação de métodos de interrogatório e técnicas de tortura.⁵⁵⁰

Como havíamos antecipado, em razão da extrema violência contra aqueles considerados “inimigos” do Estado e a conseqüente condenação à Junta Militar, em especial à figura de Augusto Pinochet, por parte da opinião pública internacional, a DINA

⁵⁴⁷ Ibid., p. 454.

⁵⁴⁸ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 29.

⁵⁴⁹ CHILE-AMÉRICA. Qué cosa es la DINA?. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 174-175.

⁵⁵⁰ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 241.

foi dissolvida e substituída, em 13 agosto de 1977, através de Decreto-Lei 1.878, pela *Central Nacional de Informaciones* (CNI), que daria prosseguimento às suas atividades repressivas, aplicando, todavia, formas distintas de violência institucionalizada.⁵⁵¹ Com a CNI, cujo primeiro diretor foi o general do Exército Odlanier Mena Salinas, buscou-se diminuir o método dos desaparecimentos de opositores políticos. Por outro lado, intensificaram-se supostos enfrentamentos de rua entre o corpo de segurança nacional e os opositores do regime, dissimulando e/ou justificando, dessa maneira, ações de violência do Estado autoritário. Tal foi o entendimento de *Chile-América* sobre a estratégia de atuação desse novo organismo da repressão, como veremos na sequência.

Na criação da CNI, tal qual a DINA, enfatizavam-se aspectos de inteligência e segurança nacional que, em verdade, pouco revelavam a verdadeira natureza prática de suas ações repressivas, por vezes igualmente secretas, em prisões políticas nem sempre conhecidas e nas quais interrogatórios e torturas eram utilizados. Dizia-se no decreto, de modo protocolar, que a CNI deveria reunir e processar as informações, de diferentes campos, as quais o governo demandasse para a formulação de políticas e programas, bem como se prestaria a adotar medidas para a segurança nacional e o “normal” desenvolvimento das atividades nacionais e a manutenção da institucionalidade estabelecida.⁵⁵² Todavia, a CNI, que possuía atribuições para prender apenas sob ordem judicial, frequentemente rompeu tal norma legal utilizando-se de outro ponto da legalidade autoritária, o Artigo I do Decreto-Lei n. 1009, que deixava margem para a

⁵⁵¹ POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudios Históricos*, Rio de Janeiro, n° 22, 1998, p. 335. Ver CHILE-AMÉRICA. Nueva escalada represiva en Chile: detenciones ilegales y apremios físicos. *Chile-América*, Roma, n. 52-53, p. 128-130, 1979. Perceberemos que muitas denúncias na revista, na realidade, destacavam a permanência na CNI de métodos aplicados anteriormente pela DINA, principalmente a tortura de opositores políticos.

⁵⁵² LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 342.

execução de detenções preventivas tendo em vista a condição de Estado de Sítio e de Emergência.⁵⁵³

Chile-América posicionou-se, não sem ironia e crítica, sobre a dissolução da DINA e a criação da CNI: “sacarse de encima de 1000 a 2500 chilenos desaparecidos y en definitiva limpiar la imagen internacional de su régimen ha sido, sin duda, la razón de fondo que tuvo Augusto Pinochet para resignarse ao sacrificio supremo de disolver la DINA”.⁵⁵⁴ A mudança justificou-se, assim entendemos e expressamos anteriormente, como resposta oficial à pressão exercida pelos setores organizados da resistência, atuantes na defesa dos direitos humanos. Não obstante a constatação dos resultados da pressão pública sobre Pinochet, a revista, em mais de uma edição, atentou-se mais, como observamos, ao referir-se à CNI, para o fato de ter havido, na realidade, uma transformação da política de segurança da ditadura em novos métodos repressivos, não atenuada, assim sendo, a violência, mas parcialmente modificada.⁵⁵⁵

Chile-América apresentou perspectiva similar na edição de n. 41-42 (abril-maio de 1978), erigindo seu argumento com base em informações recebidas do Chile, evidenciando, mais uma vez, a potencialidade de contatos dentro e fora do país, a respeito dos quais nem sempre se revelava a origem das denúncias, em virtude do sigilo e da segurança da fonte. O impresso afirmou, então, que “desde Santiago nos ha llegado un amplísimo informe sobre la actividad represiva”. Assim, sobre a CNI, “se dice que ha afinado los métodos para la detención de personas, reemplazando los procedimientos

⁵⁵³ *Chile. Organismos de represión durante la dictadura (1973-1990)*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0003.pdf. Acesso em: 22/06/2021.

⁵⁵⁴ CHILE-AMÉRICA. Disolución de la DINA: Borrón y cuenta nueva?. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 201.

⁵⁵⁵ CHILE-AMÉRICA. Disolución de la DINA: Borrón y cuenta nueva?. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 201-202; CHILE-AMÉRICA. Se inventan enfrentamientos para asesinar disidentes. *Chile-América*, Roma, n. 76-77, 1982, p. 129-132.

burdos y brutales de la DINA, por acciones más formales, pero que, inequívocamente, involucran violaciones a los derechos humanos”.⁵⁵⁶

As detenções realizavam-se sem ordem de prisão pertinente, em plena luz do dia, executadas por agentes da CNI sem condições legais para fazê-lo, explicava a revista. Depois de alguns dias da vítima ser sequestrada e posta forçosamente sem comunicação, decidia-se, arbitrariamente, dependendo de cada caso, se ela permaneceria detida pelas forças de segurança, se seria colocada em liberdade, se seria enviada aos tribunais militares para ser processada ou se, tragicamente, seria executada e, portanto, definitivamente “desaparecida”, tendo, dessa forma, negada reiteradamente sua prisão ou qualquer informação pelas autoridades responsáveis. Ainda segundo análise de *Chile-América*, nas situações em que os presos eram submetidos aos tribunais militares, divulgava-se profusamente a notícia, como forma de legitimar, diante da opinião pública, os métodos supostamente legais da CNI. Igualmente, as execuções de opositores em supostos confrontos com a polícia recebiam publicidade, pois se imaginava justificada a ação de legítima defesa das forças de segurança.⁵⁵⁷ Eram maneiras de disfarçar a violência estatal, sugerindo a adoção de medidas de segurança protocolares tomadas às claras e dentro de procedimentos possíveis para as forças policiais e militares, dando a entender, assim, que não atuavam de modo secreto, prática esta associada à DINA e da qual a CNI buscava descolar sua imagem.

A CNI também se utilizou de método praticado pela DINA ao capturar e torturar, secretamente, militantes da esquerda (em especial), além de forçar presos políticos ou pessoas “suspeitas”, mediante intimidação, ameaças e violência, a serem seus informantes. Um dos casos, noticiado por *Chile-América* (edição 72-73, julho-agosto-

⁵⁵⁶ CHILE-AMÉRICA. Pinochet se revuelve ante el curso del caso Letelier, el clamor por los desaparecidos y el retorno de los exiliados. *Chile-América*, Roma, n. 41-42, 1978, p. 182.

⁵⁵⁷ Ibid.

setembro de 1981), incidiu sobre um integrante da *Vicaría de la Solidaridad*, o fotógrafo Luis Navarro Veja. Ele trabalhava a serviço da organização católica de direitos humanos e, segundo denúncia da *Vicaría*, foi forçado a continuamente entregar informações aos serviços de segurança da ditadura. Buscava-se, com isso, conhecer a metodologia e competências da *Vicaría*, bem como outros nomes, cargos e funções que assessoravam a organização: “Lo detuvieron en la Catedral el 11 de marzo cuando cumplía labores profesionales y lo retuvieron varios días”.⁵⁵⁸ Ameaças, atentados e demais ações de amedrontamento foram com frequência praticados contra colaboradores da *Vicaría*, sobretudo alvejando os advogados que prestavam trabalho jurídico aos perseguidos e familiares de desaparecidos, como também expôs *Chile-América* na mesma edição, baseada em denúncias feitas pela organização eclesiástica.⁵⁵⁹

Informe do boletim/revista *Solidaridad*, pertencente à *Vicaría*, dava conta, ainda, que a CNI, para além das intimidações, em pleno período de institucionalização do regime com a Constituição, teria sido responsável por 14 execuções de dissidentes políticos entre dezembro de 1980 e agosto de 1981. Dentre as vítimas, encontrava-se Arcadia Flores, dirigente estudantil em Antofagasta e ativista da *Agrupación de Familiares de los Presos Políticos Desaparecidos*, assassinada em sua casa por um comando armado da CNI, segundo informação de *Solidaridad* editada e reproduzida por *Chile-América*, que ainda informava, através do seu secretário de redação, Fernando Murillo Viaña, sobre cifra, extraída da Comissão de Direitos Humanos da ONU, de 183 pessoas obrigadas a sair para o exílio (relegações por via administrativa) entre março de 1980 a junho de 1981.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ CHILE-AMÉRICA. La CNI ha ido tan lejos como la DINA: procedimientos tortuosos y criminales. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 131.

⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 135-136.

⁵⁶⁰ CHILE-AMÉRICA. Catorce víctimas de la represión en nueve meses. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 131; VIAÑA, Fernando Murillo. Pinochet recurre de nuevo al exilio de ciudadanos sin razones jurídicas: lo juzgara las Naciones Unidas. *Chile-América*, Roma, n. 72-73, 1981, p. 142-144.

Em um primeiro momento, no imediato pós-golpe, os militares no poder buscaram definir a situação do Chile como uma guerra aos inimigos internos da nação – os marxistas adeptos da política de Salvador Allende –, prolongando por tempo indeterminado o suposto “estado de emergência e crise” e convertendo um governo militar em uma ditadura altamente repressiva.⁵⁶¹ Loreto Rebolledo González explicou que, à repressão indiscriminada dos primeiros anos da ditadura, seguiu-se uma estratégia repressiva mais seletiva e sigilosa por parte da DINA e demais serviços de informação da Força Aérea, da Armada e dos *Carabineros*, atingindo, sobretudo, os militantes dos três partidos chilenos de esquerda já analisados: PC, PS e MIR. A autora fez questão de apontar, contudo, assomando-se à tese central das matérias publicadas por *Chile-América*, como temos visto, que as invasões em casas e nas *poblaciones*, os amedrontamentos, as detenções, as torturas, os exílios, os assassinatos e os desaparecimentos ocorreram ao longo dos 17 anos de ditadura, métodos de repressão constantemente retomados como demonstração de força e controle sobre a população por parte do governo de Pinochet.⁵⁶²

No que corresponde aos locais utilizados para a prática da violência institucionalizada, em seus primeiros anos, de acordo com María Eugenia Rojas, os principais campos de prisioneiros ou prisões políticas da ditadura, eventualmente chamados de “campos de concentração” por muitos dos que lá passaram, foram *Chacabuco* e *Pisagua* (ambos no norte do Chile, em Antofagasta e Tarapacá, respectivamente), *Tres Álamos* (em Santiago), *Tejas Verdes* (a 120 km de Santiago), *Puchuncaví* e *Ritoque* (província de Valparaíso, dois antigos balneários da CUT), *Isla Quiriquina* (província de Concepción) e *Isla Dawson* (província de Magallanes, extremo sul chileno).⁵⁶³ Espalhados pelo país, como se observa, nesses locais predominavam, além

⁵⁶¹ GARRETÓN, Manuel Antonio apud REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Vivir con miedo, morir en el terror: Chile (1973-1990). *Ecuador Debates*, Quito, diciembre del 2003, p. 92.

⁵⁶² REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Op. Cit., 2003, p. 100.

⁵⁶³ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988.

da evidente reclusão imposta, trabalhos forçados, violência, maus tratos, situações vexatórias. Consistiam em prisões políticas abertas pela ditadura por períodos relativamente curtos, sobretudo em seus primeiros anos, boa parte de conhecimento público, em algumas das quais era permitido o envio de alimentos, roupas e cartas de familiares, além de eventuais visitas de missões internacionais e organismos de direitos humanos, simulando uma espécie de tratamento digno e humanitário aos presos políticos por parte da Junta Militar.

Dentre os centros clandestinos de prisão, muitos deles já mencionados nesta tese, no interior dos quais predominavam práticas brutais de interrogatório e tortura, os mais conhecidos foram *Casa Londres 38* (antiga sede do PS), *Clínica Santa Lucía* (antiga sede do MAPU apropriada pela ditadura, local composto por corpo médico, para onde geralmente levavam presos feridos gravemente), *Villa Grimaldi*, *Venda Sexi* ou *La Discotheque*, *La casa de la calle José Domingo Cañas 1367* e *Colonia Dignidad*. À exceção desta última, todos os centros mencionados estavam na capital Santiago. Alguns em regiões centrais da cidade, como *Londres 38* e *Clínica Santa Lucía*, outros em bairros de classe média alta, como *Venda Sexi* na *calle Irán 3037*, em *Ñuñoa*, e o mais distante se encontrava na comuna de *Peñalolén*, que era *Villa Grimaldi*.⁵⁶⁴ Muitos dos que passaram por esses centros clandestinos, após serem sequestrados por agentes da DINA, foram depois conduzidos para algumas prisões políticas “oficiais” antes referidas. Outros tantos, ao vivenciarem a trágica experiência dos centros clandestinos, entravam para o rol de desaparecidos reclamados por familiares e organismos de direitos humanos.

A estrutura de repressão da ditadura, muitos locais de violência brutal e, não poucas vezes, letal foram denunciados por *Chile-América*, que respaldava suas

⁵⁶⁴ Ibid. Obviamente existiram centros de prisão e tortura em boa parte do território chileno, em cidades importantes como Valparaíso e Concepción, por exemplo. Referimo-nos a alguns centros de maior notoriedade, denunciados frequentemente em relatórios de direitos humanos, presentes com maior frequência nos testemunhos das vítimas, inclusive em *Chile-América*.

informações em importante documentação formulada por organismos de direitos humanos e publicada pela revista consistentemente. Inclusive, em suas páginas, não foram poucas as informações, procedentes da resistência à ditadura no Chile, que davam conta da utilização de centros clandestinos para interrogatório e tortura menos conhecidos, como, por exemplo, as “vendas” (assim denominadas as casas de tortura) em *Rinconada del Maipú*, em uma região de paisagem campestre, e outra em *Vitacura*, em um velho edifício que antes fora um convento de monjas marianas, ambas comunas de Santiago.⁵⁶⁵

Prisões políticas e práticas de violência levadas a efeito por agentes da ditadura, principalmente nos centros clandestinos, foram objeto de denúncia e análise na seção *Derechos Humanos*, como dissemos em algumas passagens desta tese (ver Capítulo 1), parte dedicada a divulgar informações e denúncias fartamente documentadas pelos editores de *Chile-América*. Muitos desses documentos consistiram em cartas de leitores e colaboradores de distintas regiões do Chile e de fora do país, informes, resoluções e/ou relatórios de direitos humanos das comissões da ONU, da OEA ou textos elaborados por distintos organismos transnacionais ou regionais, ou mesmo documentação advinda do trabalho feito no Chile pelo *Comité Pro Paz*, pela *Vicaría de la Solidaridad* e pela *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, principalmente, e em menor escala, pela *Agrupaciones de Familiares de Detenidos Desaparecidos* (AFDD – muitas vezes através da *Vicaría*), além do próprio trabalho de coleta de informações e produção da denúncia exercido pelos editores da revista.

Reiteramos que a função de reunir documentos tão relevantes, tanto do ponto de vista da repressão como das articulações partidárias, esteve, em boa medida, a cargo do secretário da revista Fernando Murillo Viaña, em um claro exercício de atividade

⁵⁶⁵ CHILE-AMÉRICA. La junta apela a nuevas técnicas terroristas en un vano esfuerzo para mejorar su imagen. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 121.

jornalística de cunho investigativo. Foi, portanto, um personagem central no processo de edição e de mediação político-editorial na revista, tanto quanto José Antonio Viera-Gallo e Julio Silva Solar. Observamos, ao final da seção *Derechos Humanos* da edição 31-32, maio-junho de 1977, assinatura com as iniciais FMV, informação presente também em outras edições da revista, indicando a responsabilidade pela seleção de documentos, pesquisa, redação de notas e comentários exercida por ele, Fernando Murillo Viaña.⁵⁶⁶

Através da seção *Derechos Humanos* e do tipo de documentação acima referida, damos sequência a algumas veiculações de matérias em *Chile-América* representativas da violência da ditadura, ressaltando o trabalho de mediação e denúncia política na revista com a coleta, difusão e produção de documentação e informação preliminares e imprescindíveis para as ações posteriores por justiça de transição levadas progressivamente a efeito.

“Pinochet no escapará a sus crímenes”, assim José Antonio Viera-Gallo intitulou o editorial da edição 43-44-45, junho-julho de 1978, revelando a natureza da função política de *Chile-América*, aquilo que motivava os editores da revista e a oposição em geral (a esquerda em particular) a resistir diuturnamente no exílio: trabalhar pela denúncia, combater o Estado autoritário com narrativas políticas fundamentadas.⁵⁶⁷ Voltamos, então, na sequência, a tratar das prisões políticas e centros de tortura da ditadura, temas recorrentes cuja relevância se fez notar na revista ao apontar para a brutal violência sobre as esquerdas e sua capacidade de resistir e se engajar, inicialmente, através das denúncias.

⁵⁶⁶ FMV. Selección de documentos, “research” y redacción de notas y comentarios de la sección Derechos Humanos. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 194.

⁵⁶⁷ EDITORIAL. Pinochet no escapará a sus crímenes. *Chile-América*, Roma, n. 43-44-45, 1978, p. 9-12.

3.2 – As denúncias dos espaços de violência política da ditadura: as prisões e os centros de tortura

A Comissão Valech, que produziu o *Informe Comisión Nacional sobre Política y Tortura*, também conhecido como *Informe Valech*, de 2004, computava, a partir de referências presentes em inúmeros *testimonios* das vítimas da ditadura chilena, 802 lugares de detenção reconhecidos, usados como “punição política”, desde o golpe, em todo o território do país.⁵⁶⁸ Eles foram de curta ou mais longa duração, secretos ou oficialmente reconhecidos, cárceres estritamente políticos ou prisões públicas mais amplas, estas que mantinham reclusos presos políticos e presos comuns e que, por vezes, utilizando-se dessa condição, dissimulavam e corrompiam as estatísticas que contabilizavam o número de pessoas detidas em razão de perseguição político-partidária.

Nessa estatística da Comissão Valech, entraram os mais variados locais de detenção e interrogatório relatados nos testemunhos coletados: unidades e instalações diversas pertencentes às Forças Armadas e aos *Carabineros*, intendências, estádios de futebol, buques, campos de prisioneiros, cárceres e recintos secretos da DINA e da CNI. Em todas as declarações, assim constou no *Informe Valech*, as vítimas afirmaram terem sido detidas sob extrema violência pelos agentes de segurança da ditadura, alguns diante de seus filhos, em muitos casos violentados ou agredidos em casa, durante a madrugada, gerando um ambiente de muita tensão e angústia, com gritos, golpes e ameaças de morte. Eram geralmente conduzidos em veículos, sob palavras ofensivas e ameaças constantes, amarrados, encapuzados ou com vendas, de maneira que não reconhecessem o caminho e a localidade da detenção. Não foi raro, como se apontou no informe, que em muitos

⁵⁶⁸ COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004, p. 305.

testemunhos não se soubesse sobre os locais em que elas próprias, as vítimas, estiveram presas, sendo então identificados como *recintos desconocidos*.⁵⁶⁹

Nesta tese, embora mencionemos, sem computar, distintos espaços da repressão informados em *Chile-América*, acabamos por dar ênfase àqueles que se tornaram mais conhecidos e que tiveram maior repercussão na revista, notadamente, as prisões e campos de prisioneiros, bem como os centros clandestinos nos quais a violência era ainda mais exacerbada. Inicialmente, mencionamos algumas localidades (prisões “oficiais” ou clandestinas) informadas na revista, tendo como base documentos tal qual um dos informes da Comissão de Direitos Humanos da ONU, divulgado em 1976, que denunciava, a partir de testemunhos de vítimas, espaços não tão conhecidos e que foram utilizados para prisão, interrogatórios e torturas pela DINA.

Levando-se em conta a dificuldade de muitas vítimas em reconhecer com exatidão para onde foram levadas, se aludiu a uma casa na rua *Santa Rosa*, próximo a uma conhecida feira realizada na região; um apartamento na urbanização *San Borja*; uma casa na rua *Sevilla*, na zona de *Vivaceta*; uma casa na rua Eduardo Castillo Velasco, na zona *Ñuñoa*; um departamento/unidade na rua *Huérfanos*, pertencente à *Escuela de Servicios Sociales de la Universidad de Chile*; o sótão do edifício onde estava instalado o Banco do Estado; o sótão do edifício do Congresso Nacional; além de localidades que se tornaram mais conhecidas como *Londres 38*; a residência na rua José Domingo Cañas (que pertenceu ao sociólogo brasileiro Theotônio dos Santos, teórico da dependência politicamente próximo ao MIR quando exilado no Chile); *Tejas Verdes*, em San Antonio;

⁵⁶⁹ COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004, p. 301-302; LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 447.

regimento de *Chacabuco de Talcahuano*, em Concepción; *Cuatro Álamos*, *Villa Grimaldi*, *Venda Sexy* e *Clínica Santa Lucía*, em Santiago.⁵⁷⁰

Começamos, todavia, por abordar *Dawson*, espaço cuja existência antecede a atuação centralizadora da DINA, uma das primeiras e mais simbólicas prisões da ditadura militar no contexto imediato ao golpe. *Isla Dawson* ou simplesmente *Dawson* foi a prisão política ou campo de prisioneiros que ganhou notoriedade por confinar dirigentes, ex-ministros e congressistas da UP, muitos deles membros do governo de Salvador Allende.

Situada no extremo sul do Chile, a 100 km ao sul de *Punta Arenas*, no *Estrecho de Magallanes*, foi construída poucos dias antes do golpe militar e aberta em 16 de setembro de 1973, em uma antiga base para acampamento de engenheiros da Armada chilena, mais especificamente, como apontou o *Informe Rettig*, entre o Aeródromo e a Base Naval de *Puerto Harris*. Junto às detenções de políticos e dirigentes da UP, foram enviados para lá cerca de 300 prisioneiros políticos da província de *Magallanes*, revelando a natureza repressiva dispersa por todo território chileno. Além dos trabalhos forçados, do clima extremamente frio e das condições precárias de alimentação, os detidos eram obrigados pelos militares que faziam a segurança do local a marchar e a executar diversos tipos de formação militar. Ademais, nesse campo de prisioneiros, havia celas diferentes destinadas a confinar separadamente aqueles que receberam maior ou menor intensidade de castigo pelos agentes locais.

Dawson durou pouco mais de um ano, foi fechada em outubro de 1974, possivelmente pela pressão internacional da imprensa, governos, organizações políticas e organismos de direitos humanos, como a Cruz Vermelha Internacional, que, em seu informe emitido, afirmava ter, em setembro de 1974, 99 presos políticos no local. Nesse tempo de existência, portanto, *Dawson* representou um dos mais conhecidos sinais do

⁵⁷⁰ CHILE-AMÉRICA. Villa Grimaldi, verdadero retrato de la DINA, presentado en el informe de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 178.

autoritarismo militar e da truculência emanada contra a oposição política e as lideranças da UP. Muitos ex-funcionários do governo de Salvador Allende foram levados, após ou mesmo antes do seu fechamento, para *Ritoque*, prisão mantida sob a responsabilidade da Força Aérea chilena; *Puchuncaví*, em Valparaíso; ou outros centros de detenção, incluindo as prisões públicas, como a Penitenciária de Santiago, caso do senador socialista Eric Schnake.⁵⁷¹

Outra prisão política ou “campo de concentração” conhecido (assim definidos, como dissemos, por muitos prisioneiros políticos, em referência ao terror nazista, embora sob outra contingência histórica, obviamente, e sem guardar o sentido de extermínio étnico/racial fascista), por vezes destino de vítimas que antes sofriam toda sorte de violência nos centros clandestinos, foi *Tres Álamos*, situado na cidade de Santiago, próximo à *Vicuña Mackenna*. Foi aberto em junho de 1974, com o sentido de abrigar muitos dos que primeiramente foram detidos no *Estadio Chile*, no imediato pós-golpe. *Tres Álamos* também contemplou algo em torno de 300 prisioneiros, homens e mulheres, em alas distintas. Em geral, os presos políticos chegavam ao local depois de serem interrogados, torturados e, por vezes, permanecerem um tempo desaparecidos (nas prisões secretas), sequestrados pelos serviços de inteligência e segurança da ditadura.⁵⁷²

Casos representativos expostos por *Chile-América*, nos primeiros anos de suas publicações (edição de n. 14-15, janeiro-fevereiro de 1976), foram os dos dirigentes Aníbal Palma e Luis Corvalán, confinados arbitrariamente em *Dawson* e em outros centros, dentre os quais *Ritoque*, submetidos a condições desumanas e a maus tratos.

⁵⁷¹ Ver ROJAS, Maria Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 42-59; COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Violaciones a los derechos humanos cometidas por agentes del Estado o personas a su servicio. Duodécima Región de Magallanes y Antártica Chilena. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, volume 1, Tomo 1, p. 429-430, 1996.

⁵⁷² ROJAS, Maria Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 42-59.

Mantidos como “prisioneros de guerra”, de acordo com decreto da Junta de 12 de setembro de 1973, esses e demais encarceramentos eram justificados segundo a lógica da manutenção da segurança interna do país, o que conferia correspondência com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional. A revista havia definido como “increíble aberración jurídica” a que se esforçavam os tribunais de “tiempos de guerra” para construir narrativa de modo a justificar as prisões de Luis Corvalán, Aníbal Palma e demais membros da UP. A argumentação das Forças Armadas, mais especificamente originário de documento, sobre o qual ora se detinha a revista, da *Fiscalía de Aviación* diante do *Consejo de Guerra* da *Fuerza Aérea de Chile* foi apresentado por *Chile-América* para, em seguida, ser refutada em avaliação crítica publicada em nota que precedia e, de alguma forma, introduzia a seção *Derechos Humanos* da edição 14-15. Dizia-se, no documento oficial militar então analisado pelos editores da revista: “la calidad jurídica de enemigos que para estos efectos tienen el MIR, el Partido Comunista, el Partido Socialista, el MAPU, [...] todos los partidos y movimientos políticos que formaban parte de la denominada Unidad Popular [...] nace de lo dispuesto por el art. 419, inc. 2, del Código de Justicia Militar”, que se entendia como inimigo, para efeitos incriminatórios, “no solamente el extranjero sino cualquiera clase de fuerzas rebeldes o sediciosas organizadas militarmente”.⁵⁷³

Leia-se o sentido de “inimigo interno para efeitos a que se pretendiam”, segundo o documento militar, na interpretação que aqui fazemos e em concordância com a revista *Chile-América*, uma espécie de salvo-conduto para a desbragada perseguição política por parte da ditadura e o usufruto da repressão institucionalizada contra seus opositores. Assim sendo, como bem explicou a revista, a detenção de Luis Corvalán parte do pressuposto de que todos os partidos da UP e seus militantes adquiriram, para o Estado

⁵⁷³ CHILE-AMÉRICA. Enemigos de Guerra. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 34.

chileno, a condição, não somente política, mas jurídica e, portanto, acusatória, (dentro desse substrato que, obviamente, foi político), de *enemigos de guerra*, forças rebeldes e sediciosas “organizadas militarmente”, o que se tratou de uma distorção sem limites, um construto estreito e deletério acerca dos partidos de esquerda e, em última instância, da própria democracia, demonstrando a incapacidade de compreensão da diversidade partidária e de visões de mundo.

A essa lógica autoritária, “monstruosa ficción” ou “entelequia truculenta”, assim qualificada pelos editores da revista, contra-argumentava *Chile-América*, lembrando aos militares e seus apoiadores que

esos partidos [de la UP], en la última elección general efectuada en Chile, en marzo de 1973, obtuvieron el 44 por ciento de la votación. El Presidente de la República [Salvador Allende] y sus ministros pertenecían a dichos partidos. En su conjunto formaban parte del gobierno constitucional del Presidente Allende. Sin embargo, para el pensamiento “jurídico” de la Junta son “fuerzas rebeldes y sediciosas organizadas militarmente”. Todo el mundo sabe que en Chile no hubo guerra civil ni guerra externa. La única guerra es la llevada a efecto por los militares sediciosos contra el gobierno constitucional. Las únicas fuerzas “organizadas militarmente” que perpetraron el delito de sedición, derrocando por la fuerza de las armas al gobierno legal y asesinando al Presidente, son las fuerzas de Pinochet, Merino, Leigh y Mendoza.⁵⁷⁴

O advogado e político Aníbal Palma Foucarde, que pertenceu ao Comitê Executivo do Partido Radical (PR) e exerceu os cargos de ministro Secretário-Geral e de ministro da Educação durante o governo de Salvador Allende, foi capturado em 11 de setembro e feito prisioneiro, junto a outros dirigentes, na *Escuela Militar* de Santiago. Foi depois transportado para *Dawson*, também transferido para outros cárceres, como a Penitenciária e a Prisão Pública de Santiago. A pressão de organismos como a ONU e a Anistia Internacional provocou a liberdade de alguns políticos que estiveram em *Dawson*, como Clodomiro Almeyda e Orlando Letelier, membros do PS e ex-ministros de Salvador Allende, que foram em seguida para o exílio. Outros, além de Palma e Corvalán, os ex-

⁵⁷⁴ Ibid.

governistas Fernando Flores, Pedro Felipe Ramírez, José Cademartori e Daniel Vergara, e os ex-congressistas Eric Schnake, Andrés Sepúlveda e Jorge Montes permaneceram ainda um longo tempo nas prisões da ditadura. Esses casos foram denunciados por organizações transnacionais tendo em vista o fato de estarem encarcerados sem qualquer processo e sem direito a amparo legal, enquadrados, portanto, no conceito militar de inimigo interno, uma estratégia castrense própria de tempos de guerra. Assim sendo, foram transformados em “prisioneros de guerra” e submetidos a juízos de tribunais militares.⁵⁷⁵

Em *Chile-América*, Alejandro Montecinos qualificou como farsa jurídica da ditadura a simulação de “juicios militares” e as vitorias realizadas pelas autoridades de governo, de modo a avalizar as condições supostamente salubres dos prisioneiros diante da pressão e missões internacionais. O autor, sob uma ótica jurídico-política, descreveu a situação de Aníbal Palma, seu companheiro partidário, como emblemática no que diz respeito ao atropelo aos direitos humanos, dada a permanente submissão a torturas morais e físicas pelas quais passou. Os argumentos de Montecinos se basearam em testemunhos de ex-prisioneiros em *Dawson*, como os dos políticos Jorge Tapia, Hugo Miranda, Carlos Morales e Benjamín Teplizky, todos dirigentes do PR. Na “isla de la muerte”, como ficou conhecida pelos que lá estiveram, Palma e seus ex-companheiros foram submetidos a torturas psicológicas, dentre elas o simulacro de fuzilamento, e a trabalhos forçados em condições que indicavam “claro intento de asesinato”, ocorridas ao ar livre e a temperaturas que chegavam a 20° abaixo de zero. Tudo isso alternado a sessões de interrogatório, ampliando o desgaste psicológico.⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ MONTECINOS, Alejandro. El caso de Aníbal Palma y la gran farsa jurídica. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 39-40; CHILE-AMÉRICA. El proceso contra Luis Corvalán y otros dirigentes es objeto de un sucio juego de postergaciones y embustes. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 38-39.

⁵⁷⁶ MONTECINOS, Alejandro. Op. Cit., p. 40.

As simulações de fuzilamento e os trabalhos forçados em condições adversas atingiram a todos, muitos deles portadores de saúde debilitada, como se pode afirmar a respeito de José Tohá, ex-ministro do Interior e de Defesa na presidência de Allende, interlocutor contumaz do ex-presidente socialista. Tohá, pertencente ao PS, faleceu em março de 1974, sob condições altamente suspeitas, após ser transferido de *Dawson*, com saúde extremamente fragilizada, para o Hospital Militar em Santiago.⁵⁷⁷

A histórica liderança do PC chileno, o secretário-geral Luis Corvalán, dirigente máximo do partido entre 1958 e 1989 (após o golpe e sua prisão, exerceu comando partidário desde o exílio em Moscou), esteve mais de 3 anos entre *Dawson*, *Ritoque* e *Tres Álamos*. Sua situação mobilizou a comunidade internacional e chamou a atenção para outros casos semelhantes, apontados na revista, como mencionamos: além de Aníbal Palma, as de Daniel Vergara, ex-subsecretário do Interior de Salvador Allende; dos ex-ministros do governo socialista Fernando Flores (ministério da Fazenda e Economia, membro do MAPU), Pedro Felipe Ramírez (pastas de *Minería* e de *Vivienda y Urbanismo*, pertencente à IC) e José Cadermatori (do PC, ministério da Economia); de Eric Schnake, dirigente e senador pelo PS; de Sergio Vuskovic Rojo, comunista ex-alcalde de Valparaíso; e a de Jorge Montes, membro da Comitê Central do PC.⁵⁷⁸

Veicular tais notícias no exílio, como o fez *Chile-América*, certamente contribuiu para a tomada de consciência e ação coletiva diante dos crimes cometidos pela Junta

⁵⁷⁷ Em relação a José Tohá, ainda que os argumentos dos militares tentassem sustentar a tese de suicídio, o *Servicio Médico Legal* determinou que a morte do ex-ministro da UP foi por estrangulamento, no Hospital Militar em que se encontrava por conta da fragilizada saúde, agravada após passar meses na prisão política de *Dawson*. Em abril de 2005, tornou-se pública a resolução ao processo criminal interposto pela família de Tohá, na qual se imputavam as responsabilidades penais por torturas aplicadas a ele na *Academia de Guerra Aérea* (AGA). Foram processados o general da Força Aérea (FACH) Ramón Cárceres Jorquera e o coronel Sergio Contreras Mejías, ambos militares da reserva. A respeito, ver *Corte ordenó reabrir caso por muerte de ex ministro José Tohá*. Acesso em: <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=275610>. Consultado em 30/07/2016; BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 397.

⁵⁷⁸ CHILE-AMÉRICA. El proceso contra Luis Corvalán y otros dirigentes es objeto de un sucio juego de postergaciones y embustes. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 38-39.

Militar, incrementando a pressão exercida no sentido de que a ditadura desse respostas satisfatórias sobre os prisioneiros, e não apenas os de renome e maior ascendência partidária, embora tenha estado evidente que o capital político dos nomes acima citados contribuiu para a solução dos seus casos, sobretudo em razão do respaldo de formações políticas correlatas existentes em outros países (comunistas e socialistas, especialmente).

Outra prisão da ditadura, *Tejas Verdes*, fez-se presente nas páginas de *Chile-América* em suas primeiras edições (n. 6-7, 1975), através da obra *Tejas Verdes, diario de un campo de concentración en Chile*, do escritor e ex-professor da *Universidad Católica*, Hernán Valdés, publicada em seu exílio em Barcelona, pela editora Ariel, no ano de 1974. Veiculada na seção *Derechos Humanos*, a intenção da revista não foi a de realizar análise estética e literária do livro de maneira aprofundada, mas retratá-lo em seu caráter testemunhal, de forma a reverberar denúncia tão pujante acerca de mais um espaço da repressão e violência política. Importava apresentar as memórias suscitadas pelo autor, relatos representativos de quem passou pelas prisões chilenas e pôde, através da solidariedade no exílio, tornar públicas suas trágicas vivências em texto literário-testemunhal.⁵⁷⁹

O título da publicação em *Chile-América* já se mostrava revelador acerca do caráter essencialmente político da resenha que se apresentava - *Tejas Verdes, un libro testimonio*. Sublinhamos, então, que a urgência em denunciar os crimes de terrorismo de Estado pelas ditaduras consolidou tipos específicos de escrita testemunhal destinados a delinear a crônica do que ocorreu no exílio, na clandestinidade e nas prisões políticas no Chile, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, especialmente.⁵⁸⁰ Nora Strejilevich ressaltou que a escrita do testemunho, nesses contextos, tendeu a se instrumentalizar como construção

⁵⁷⁹ CHILE-AMÉRICA. Bibliografía de Chile hoy: “Tejas Verdes”, un libro testimonio. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 38-39.

⁵⁸⁰ STREJILEVICH, Nora. *El arte de no olvidar: literatura testimonial en Chile, Argentina y Uruguay entre los 80 y los 90*. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 21.

narrativa em que “el evento se inscribe [...] y la memoria actúa creando un texto donde elabora su horizonte desde la subjetividad”.⁵⁸¹ Devemos nos atentar para as caracterizações do testemunho apresentadas pela autora, em suas diversas facetas, do oral, do jornalístico ao literário, detendo o ponto comum de revisitar constantemente a memória traumática da violência sofrida, de modo a compor a estrutura narrativa do relato direcionado a denunciar os alicerces e práticas da repressão pelas ditaduras. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, portanto, os *testimonios* assumiram variadas formas de registro da violência política,

desde la transcripción de un relato oral por un reportero hasta la redacción de una denuncia por parte del testigo. Desde la confesión de quien expone sus vivencias de manera ficcionalizada, hasta la novela documental producida con material e técnicas testimoniales. Desde o periodístico hasta lo literario. [...] El testimonio puede combinar autobiografía, épica, novela documental, crónica y memorias. Su finalidad es desenmascarar procesos históricos devastadores que se ocultan sistemáticamente y que el testigo pone en la escena en la página impresa, a la manera de un relato de la memoria.⁵⁸²

Por meio dessa definição importante, situamos, então, em *Chile-América*, tanto a literatura *testimonial* do livro *Tejas Verdes*, quanto, principalmente (por terem sido mais publicados na revista), os testemunhos orais, geralmente transcritos e juramentados pelas vítimas diante de organizações de direitos humanos. Foram formas textuais que, em *Chile-América*, consistiram em mais uma ferramenta narrativa a robustecer a diversidade de fontes voltadas para denunciar os crimes da ditadura contra a integridade física e psicológica, as sucessivas violações praticadas nos espaços da repressão política no Chile.

Como informou María Eugenia Rojas, a prisão política de *Tejas Verdes*, que deu nome à obra de Hernán Valdés, estava situada próximo ao Regimento do Exército *Zapadores de Tejas Verdes*, junto a desembocadura do rio Maipo, em *San Antonio*.

⁵⁸¹ Ibid., p. 19.

⁵⁸² Ibid., p. 31.

Tratava-se do *Regimiento de Ingenieros Militares de Tejas Verdes*, que esteve sob o comando de Manuel Contreras, antes dele assumir a direção da DINA.⁵⁸³ Desde lá, nesse campo de prisioneiros políticos e centro de interrogatórios e torturas, agentes dos organismos de segurança foram treinados para exercerem seus trabalhos de perseguição e extrema violência efetuados contra a esquerda chilena.

Anna María Blasco Rovira afirmou que, após o golpe, antes mesmo de se transformar em um campo de prisioneiros políticos, “en los sótanos del casino de Tejas Verdes se practicarón todo tipo de torturas”, informação presente também em Manuel Salazar. Ele acrescentou mais um elemento de horror ocorrido nesse espaço da ditadura, o de que os subterrâneos do casino dos oficiais, “donde se producía interrogatorio con torturas, las que eran presenciadas por un médico”, serviram, segundo testemunhos coletados pelo autor e outras fontes, para abrigar os militantes considerados mais “perigosos”, encerrados em ambientes claustrofóbicos, inabitáveis.⁵⁸⁴

Tejas Verdes funcionou como espaço de detenção e interrogatório até maio de 1974, tendo recebido cerca de 1.600 presos políticos apenas durante os primeiros meses do governo militar.⁵⁸⁵ Manuel Contreras permaneceu à frente do *Regimiento* em *San Antonio* (consequentemente também da prisão) até março de 1974, quando o comando da unidade foi assumido pelo coronel Manuel de la Fuente. A localidade esteve, antes, mais próxima, em características, aos centros clandestinos, pelas condições desumanas de privação de liberdade e pela finalidade dos interrogatórios e métodos de extrema violência

⁵⁸³ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 47.

⁵⁸⁴ BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 363; SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011, p. 98. Uma descrição com detalhes dramáticos sobre toda ordem de violência sofrida pelas vítimas em *Tejas Verdes* encontra-se neste último autor, amparado materialmente pelos testemunhos elencados e comprovados judicialmente pelo ministro em visita Alejandro Solís. No dia 9 de agosto de 2010, Solís condenou, em sentença em primeira instância, como afirmou Manuel Salazar (p. 104), o então general da reserva Manuel Contreras e outros seis agentes da DINA por crime de torturas a dezenas de vítimas em *Tejas Verdes*.

⁵⁸⁵ SALAZAR, Manuel. Op. Cit., p. 98.

e tortura lá aplicados, do que às prisões políticas como *Dawson*, *Ritoque* ou *Tres Álamos*. Estas últimas não foram centros secretos de detenção, embora essa condição não as eximisse de tratamentos desumanos aos lá detidos (condições insalubres, pressões psicológicas, humilhações), mas ao menos se tendia, em alguma medida, a reconhecer o destino dos presos (eventualmente negado) que por lá passaram, o que lhes reservava, em tese, uma possibilidade maior de sobrevivência e um júízo por parte dos tribunais militares. María Eugenia Rojas, inclusive, nesse sentido, através dos testemunhos recebidos e analisados em sua obra, entendeu que a localidade de *Tejas Verdes* funcionou mais precisamente como centro de tortura, e não um campo ou prisão política voltada para a reclusão forçada de parte da oposição à ditadura (em geral militantes e dirigentes da esquerda), ocupando, portanto, por tal característica infame, o trágico rol dos espaços nos quais horrores foram cometidos (e obviamente negados e escondidos) pela ditadura.⁵⁸⁶ As pessoas sequestradas e detidas em *Tejas Verdes* não eram reconhecidas publicamente como presos, passando a ser incluídas, não raras vezes, nas listas de desaparecidos.⁵⁸⁷

À veiculação de partes do livro de Hernán Valdés em *Chile-América* foram acrescentados comentários, descrição e análise do texto realizados por articulista cujo nome não foi revelado, por opção do autor/autora ou deliberação da revista, em respeito à sua segurança, tendo sido identificado apenas como V. O significado dessa obra foi destacado na revista, um livro-testemunho contendo detalhes correspondentes às violências física e psicológica aplicadas não apenas contra Hernán Valdés, mas, simbolicamente, direcionadas a todos aqueles feitos prisioneiros pelas forças de

⁵⁸⁶ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 47.

⁵⁸⁷ COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004, p. 304.

segurança da ditadura e, ainda mais, a todo um país marcado pela violência estarrecedora contra sua própria população.⁵⁸⁸

Tejas Verdes, *diario de un campo de concentración en Chile* foi uma das mais importantes publicações do exílio chileno inserida no gênero *literatura-testimonial*, sobre o qual sumariamente acima analisamos, bastante representativo no Chile a partir, especialmente, das experiências de dor e rupturas pessoais e coletivas resultantes da ditadura no país.⁵⁸⁹ Logo no início da análise dessa obra em *Chile-América*, o autor ou a autora V. explicou que as memórias de Hernán Valdés, remetidas à prisão por 33 dias, desnudaram o uso da tortura no Chile, cuja utilização pelas forças de repressão possuía o intento, propalado publicamente pelos militares após o golpe, de “exterminar de raíz el marxismo en Chile, de despolitizar el país”. Muito além da finalidade imediata de extrair informações do torturado, a prática da tortura, recorrendo a métodos científicos, teria o sentido “pedagógico” de atuar “en lo más recóndito de la conciencia” humana, provocando “una experiencia traumática en miles de seres, a fin de inhibir la protesta e inocular el conformismo, el desaliento y la resignación”.⁵⁹⁰

O livro de Hernán Valdés, portanto, refletia sobre o sentido da tortura, e cumpria o fundamental papel de ser denúncia lacerante de quem passou por duras experiências relacionadas à privação de liberdade, ao interrogatório, às situações vexatórias e violentas. Percebe-se, pelo conteúdo analítico veiculado na revista, que se trata de uma mediação exercida entre o testemunho, as memórias do acontecido em uma prisão política

⁵⁸⁸ CHILE-AMÉRICA. Bibliografía de Chile hoy: “Tejas Verdes”, un libro testimonio. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 38-43.

⁵⁸⁹ Para maior compreensão a respeito da importância que a literatura de testemunho adquiriu para os chilenos, ver a crítica literária contida, inclusive, em outras fontes primárias da resistência, como as revistas culturais de exílio *Literatura Chilena* e *Araucaria de Chile*: EPPLE, Juan Armando. Acercamientos a la literatura testimonial de Chile. *Revista Iberoamericana*, v. LX, n. 168-169, p. 1144-1159, julio-diciembre de 1994; EPPLE, Juan Armando. Esa Literatura que surge de un cerco de púas. *Literatura Chilena en el Exilio*, Los Angeles, n. 5, p. 7-8, 1978; CONCHA, Jaime. Testimonios de la lucha antifascista. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 4, p. 129-147, 1978.

⁵⁹⁰ CHILE-AMÉRICA. Bibliografía de Chile hoy: “Tejas Verdes”, un libro testimonio. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 38-39.

e os comentários de um terceiro, no caso, o/a articulista V. O trabalho de mediação incluiu a seleção de trechos do livro citados em *Chile-América*, cumprindo o objetivo de expor diretamente as memórias de Valdés.

Considerado, assim como os demais detidos, “prisionero de guerra”, Hernán Valdés explicitou as condições do cárcere e as atrocidades sofridas por ele durante as sessões de interrogatório e de tortura. As situações vividas “son inhumanas: promiscuidad, gusanos, hedores repulsivos, tiempo escaso, militares apuntando con el fusil cargado, patadas y malos tratos”. Os recortes dos relatos tomavam, na revista, gradativamente, o caminho das brutalidades que se intensificavam, até chegar às sessões de descargas elétricas aplicadas enquanto se exigia informações sobre Miguel Enríquez, líder do MIR, morto posteriormente em confronto com a ditadura, deixando subentendido a razão principal da captura de Valdés: a suspeita de envolvimento com a esquerda radical, condição negada pelo próprio escritor, embora se identificasse com o processo de transformação social da UP e tenha participado dos debates e formulações para a política cultural do governo de Salvador Allende, sem estar comprometido com filiação aos partidos da coalização de esquerda.⁵⁹¹

Após reprodução parcial e análise de obra tão lancinante em *Chile-América*, a seção *Derechos Humanos* da edição 16-17-18, do início de 1976, foi especialmente contundente em termos das denúncias exercidas contra a ditadura. Dessa vez, não por via de uma obra literária, mas apresentando importantes documentos, como informes de comissões de direitos humanos e testemunhos de ex-prisioneiros de outros centros, notadamente, dos espaços clandestinos de tortura, em especial *Villa Grimaldi e Londres* 38.

⁵⁹¹ Ibid., p. 41. Ver também VALDÉS, Hernán; PERIS BLANES, Jaume. Literatura, testimonio y conflicto político. Entrevista y poemas inéditos de Hernán Valdés. *Kamchatka. Revista de análisis cultural*, Universidad de València, n. 6, p. 107-129, Diciembre 2015.

Os depoimentos dos perseguidos políticos encontravam-se presentes como anexo do informe de janeiro de 1976 do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* da Comissão de Direitos Humanos da ONU, destinado a investigar as situações contingentes no Chile no que se referia à série de denúncias de violência cometida pelo Estado. “A raíz de la difusión en Ginebra y en el mundo entero del Informe del Grupo de Trabajo Ad Hoc establecido por la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas para investigar la situación actual de los derechos humanos en Chile, [...] CHILE-AMÉRICA [lo] ha estudiado cuidadosamente”. E complementou a revista: “las acusaciones contenidas en el informe son abrumadoras y los testimonios anexos mucho más impresionantes”.⁵⁹²

Um pouco mais à frente entraremos no conteúdo das mencionadas “acusaciones abrumadoras” do informe e dos testemunhos por meio da revista. Por ora, atentemo-nos para outro aspecto essencial da citação, que diz respeito a “ter em mãos” documentação tão preciosa. Os acessos de *Chile-América* aos documentos produzidos pela referida comissão das Nações Unidas ocorriam, frequentemente, como revelado pela revista, por meio da divulgação ampla exercida pela própria organização transnacional, visando conhecimento público das informações e, portanto, destinando-os também à imprensa internacional interessada em reproduzi-los.

A partir daí, os contatos e a organização de material geralmente eram realizados, na revista, como dissemos, por Fernando Murillo Viaña, embora todos os membros da revista *Chile-América* tivessem alguma vinculação e entrada junto à ONU e outros organismos transnacionais em razão do trabalho exercido por eles e pelo prestígio que angariavam como intelectuais chilenos exilados. Ademais, os membros da revista reforçaram conexões com compatriotas que trabalhavam na esfera transnacional pelos direitos humanos, como o ex-deputado chileno pelo PC, Luis Guastavino, membro da

⁵⁹² CHILE-AMÉRICA. La realidad actual sobre las violaciones de derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 70.

ONU e de *Chile-Democrático* (ver capítulos 1 e 2). Guastavino trabalhou junto à Comissão de Direitos Humanos e à Assembleia Geral das Nações Unidas, com sedes em Genebra e Nova Iorque, respectivamente, por cerca de 10 anos, entre 1974 e 1984, exerceu função ativa em *Chile-Democrático* e foi um colaborador de *Chile-América*.

A revista também publicou na mesma edição 16-17-18 testemunhos orais conferidos a outros organismos, nacionais e transnacionais, que progressivamente atualizavam informações sobre presos, desaparecidos e prisões políticas secretas da ditadura, prisões a respeito das quais, por exemplo, pouco se conhecia naquele momento e gradativamente se revelavam as atrocidades cometidas por agentes da DINA em seus espaços. Dentre os textos desses organismos de denúncia, foi destaque em *Chile-América* o informe da *Comisión Investigadora de los Crímenes de la Junta Militar en Chile*, contendo em anexo ao documento principal os depoimentos apresentados em audiência realizada em Helsinki, Finlândia, nos dias 28 e 29 de março de 1976.

Pela relevância de abundante documentação de denúncia produzida em um momento agudo da repressão e o acesso a ela obtido pela revista, a edição 16-17-18 revelou-se uma das mais incisivas nas acusações contra a ditadura por meio da sua articulação com os organismos de direitos humanos: “CHILE-AMÉRICA ha decidido recojer en esta edición”, explicava a revista, “algunos de los testimonios más escalofriantes presentados no sólo en Ginebra, sino que en la reciente audiencia de la Comisión Investigadora de la Junta Militar, [...] completándolos con información de más reciente data que nos ha llegado directamente de Chile y de otros países”.⁵⁹³

O conjunto de documentos da mencionada edição contou ainda com a publicação de uma carta de caráter sigiloso, originalmente destinada a Pinochet por dois remetentes que haviam sido agentes civis da DINA. O texto permitia conhecer sobre a atuação dos

⁵⁹³ Ibid.

centros de tortura *Londres 38* e *Villa Grimaldi*, locais onde tais agentes trabalharam, tal qual foi revelado, sob as ordens do coronel Manuel Contreras e do general Odlanier Mena Salinas, que depois chefiaria a CNI. Na correspondência, os remetentes Julio Umeño e a jornalista cultural e promotora de espetáculos Maria Angélica Aguilera confirmaram que em *Villa Grimaldi* estiveram presos membros do *Comité Central* do PS, dentre eles Ricardo Ernesto Lagos Salinas e Carlos Lorca, então desaparecidos. A carta, que reclamava da expulsão deles próprios, agentes da DINA que a assinaram, por suposto vazamento de informação confidencial envolvendo o caso dos 119 desaparecidos e o risco de morte que então corriam, foi conseguida pela resistência política no Chile (sem precisar exatamente qual articulação ou segmento da resistência) e enviada de modo confidencial à redação de *Chile-América* na Itália, distribuída também em vários países.

Como afirmou a revista em texto introdutório à publicação na íntegra da carta, “desde Chile nos enviaron por correo ordinario un documento extremadamente revelador y que permite ubicarse respecto a lo que significaban los centros de tortura de Villa Grimaldi y de Londres 38 y que confirman la detención de los dirigentes socialistas Carlos Lorca y Ricardo Lagos”.⁵⁹⁴ Demonstrava-se, assim, como em tantas outras denúncias que ganhavam corpo naqueles primeiros três anos da ditadura, a centralidade da DINA nas ações de inteligência e de repressão e a vigência dos centros clandestinos de tortura, negados oficialmente pela Junta.⁵⁹⁵

A edição da revista ora analisada apontou também para a participação primordial de integrantes das Igrejas cristãs na defesa dos direitos humanos no Chile, instituições sobre as quais a repressão não deixou de atuar, como veremos em *Chile-América*. Estudioso dos conflitos da Igreja Católica com o regime ditatorial chileno, o autor Hugo

⁵⁹⁴ CHILE-AMÉRICA. Revelaciones de una agente de la DINA. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 71.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 71-72.

Cancino alertou para a posição ambivalente da instituição que esteve entre apoiar, inicialmente, a intervenção militar e, então, contribuir com as Forças Armadas para a “reconstrução” do país, e, *a posteriori*, com o aprofundamento da violência política, ser um canal de interlocução crítica estabelecida com a Junta de maneira a buscar cessar as inúmeras violações, prestando assistência aos perseguidos, aos encarcerados e às camadas populares. Ao se colocar em favor dos perseguidos pela ditadura, tendo sido o instrumento primordial de amparo e para que a voz da resistência fosse ouvida, de acordo com Hugo Cancino, a Igreja, em seus documentos pastorais, “enjuició críticamente el proyecto de institucionalización de la Junta Militar, la Doctrina de Seguridad Nacional y el modelo económico ultra liberal desde la perspectiva de la ética cristiana y de la doctrina social”, rechaçando a suposta legitimidade cristã propalada pelo regime. Através de sua estrutura e prestígio, ela converteu-se em ator político e social determinante em uma sociedade desmantelada do ponto de vista público e associativo, situando no centro de suas intervenções públicas a defesa irrestrita dos direitos humanos.⁵⁹⁶

Seu principal personagem nesse momento, na hierarquia da Igreja e como liderança social, foi o cardeal Raúl Silva Henríquez, e os organismos por meio dos quais a instituição interveio em seu trabalho político-social, como em muitas passagens realizamos a devida referência, foram o *Comité de Cooperación para la Paz* ou *Comité Pro Paz* (COPACHI), de caráter ecumênico, e, após o fechamento deste, em 1975, por perseguição da ditadura, a criação da *Vicaría de la Solidaridad* em 1976. Sob a influência direta de Silva Henríquez, refez-se, assim, institucionalmente, com a *Vicaría*, a continuidade da ação humanitária, de solidariedade e de assistência jurídica e psicológica aos perseguidos políticos.⁵⁹⁷

⁵⁹⁶ CANCINO, Hugo. La Iglesia Católica y su contribución a la reconstrucción de la democracia en Chile (1973-1989). *Revista del Cesla*, n. 2, 2001, p. 44-48.

⁵⁹⁷ O trabalho social do *Comité de Cooperación para la Paz*, dirigido pelo bispo luterano Helmut Frenz e pelo bispo católico Fernando Ariztía - com aporte financeiro do Conselho Mundial de Igrejas -, realizou-se

Um testemunho, conferido à ONU, bastante representativo em *Chile-América*, foi o de outra liderança religiosa e ativista dos direitos humanos no Chile, o do bispo luterano Helmut Frenz. Alemão de nascimento, residia no Chile desde 1965, inicialmente como pastor em Concepción. Um dos principais fundadores do COPACHI, a organização recebeu de Frenz a liderança e a experiência de ter trabalhado com refugiados políticos no Chile antes do golpe, durante o governo de Salvador Allende, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e em contato estreito com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Sua declaração ao grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da ONU, ocorrida em sessão do dia 12 de janeiro de 1976, quando encontrava-se de volta à Alemanha, expulso do Chile, foi difundida publicamente como anexo ao informe dessa comissão, como informou *Chile-América*, documento publicado em sua edição 16-17-18. Helmut Frenz, que assumiria o cargo de secretário-executivo da Anistia Internacional ao deixar o Chile, justificou a criação do *Comité Pro Paz* em outubro de 1973 à urgência em atender aos perseguidos e seus familiares que, de modo crescente, recorriam aos amparos e proteção das igrejas cristãs em Santiago nos primeiros dias após o golpe: “en aquel momento, nos ocupamos únicamente de las violaciones muy graves de los derechos humanos, como la detención sin mandamiento”. Afirmou que, desde então, “comenzaron los casos de tortura, de interrogatorio brutal, [...] y me acuerdo muy bien de

por meio da *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* (FASIC), que, mesmo com a dissolução do COPACHI, permaneceu em sua função de natureza assistencial, sobretudo aos presos políticos. Mais tarde, como agência da ACNUR, a FASIC encarregou-se de ajudar as famílias com os processos de saída do país e, desde 1978, com programas de assistência aos retornados do exílio. A *Vicaría*, por sua parte, de reconhecimento internacional no âmbito dos direitos humanos, adquiriu um compromisso ainda mais essencial com os familiares dos presos e desaparecidos, assistindo-lhes e denunciando inúmeras violações da ditadura com documentadas evidências, construindo impressionante acervo nesse aspecto. Parte dessa discussão e a apresentação desses organismos chilenos foram feitas no Capítulo 1. Ver ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991; CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 187-213.

que nos ocupamos a la sazón de los primeros casos de violación. [...] Hablé con una mujer que fue violada en su casa, en presencia de sus tres hijos”.⁵⁹⁸

Em seguida, em seu testemunho, explicou como procederam os passos iniciais do processo de registro de informações sobre as inúmeras ocorrências de violência sofrida em nome da segurança nacional: “a fin de documentar esta clase de violaciones de derechos humanos, pedimos a las personas que acudían a las iglesias y a las parroquias para relatarnos lo que había sucedido, que nos dieron su nombre completo, y les aseguramos que nosotros, como pastores y obispos, defenderíamos su nombre y su persona”.⁵⁹⁹

A efetivação sistemática da denúncia em *Chile-América* foi conduzida por informações minuciosas, dados e testemunhos tanto de pessoas conhecidas no meio público-político, caso de Helmut Frenz, quanto de pessoas comuns, demonstrando situações de vigilância e violência que ampliavam o poder de alcance da ditadura em relação à sociedade em geral. Membros da Igreja Católica, instituição vista, a cada manifestação pública humanitária, como inimiga pelo poder estatal, foram atingidos com extrema violência. Um dos espaços mais trágicos para a aplicação de métodos e instrumentos de tortura pela DINA foi *Villa Grimaldi*, centro clandestino dos mais temíveis, por onde passaram também religiosos perseguidos por exercerem, especialmente, trabalhos dedicados a questões humanitárias. A revista reproduziu, por exemplo, sobre essa prisão secreta, relatos de Aura Hermosilla, jovem católica que foi colaboradora do *Comité Pro Paz* no Chile, proferidos na reunião de Helsinki da Comissão Investigadora dos Crimes da Junta do Chile, em março de 1976, organismo aludido anteriormente.

⁵⁹⁸ FRENZ, Helmut. El testimonio del obispo luterano Helmut Frenz. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 82-83.

⁵⁹⁹ *Ibid.*, p. 83.

É fundamental compreender que essa comissão internacional investigadora foi mais uma organização transnacional de solidariedade com a causa chilena, fundada na Finlândia para tal finalidade logo após o golpe de estado, funcionando entre 1974 e 1990 em diversas cidades europeias e latino-americanas, como na Cidade do México, com sessões públicas abertas. Os antecedentes para a criação da comissão estiveram diretamente vinculados a Ulf Sundqvist, então ministro da Educação da Finlândia, membro do Partido Social-Democrata finlandês, e a chilenos como Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allende, a escritora Isabel Allende e o escritor Armando Uribe, e os políticos de esquerda Carlos Altamirano e Jorge Arrate, do PS; Volodia Teitelboim, Manuel Cantero e Sergio Insunza, do PC; José Miguel Insulza, do MAPU; e Juan Enrique Miquel, da IC, entre outros. Posteriormente, aprofundaram-se reuniões, compostas por parlamentares de diferentes partidos e representantes de organizações sindicais e democráticas de massas, especialmente da Finlândia, preparatórias para a formação da Comissão Internacional Investigadora, que foi finalmente integrada por autoridades políticas, juristas e intelectuais de distintos países, dentre eles Sergio Insunza (ex-ministro da Justiça do governo Allende), e presidida por Jacob Söderman, membro do Partido Social-Democrata, ex-ministro da Justiça e Presidente da delegação finlandesa da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Comissão não possuiu poderes e atribuições de um tribunal, assim como qualquer outra comissão transnacional de direitos humanos. Sua sanção, como as demais, foi moral e denunciatória, investigando as violações de direitos fundamentais e outros atos ilegais/criminais por parte da ditadura militar no Chile.⁶⁰⁰

⁶⁰⁰ Ver ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. In: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>. Acesso em: 09/09/2020. Segundo Luis Roniger, a formação de organizações não governamentais e civis associadas ao ativismo e solidariedade nas comunidades do exílio latino-americano “habrían de insertar el nuevo discurso de los derechos humanos

As sessões da Comissão Investigadora dos Crimes da Junta Militar geralmente eram constituídas por testemunhos de pessoas no exílio, recém-saídas de suas prisões políticas no Chile e que conseguiam asilo político e salvo-conduto para deixarem o país. Aura Hermosilla, exilada na Noruega, desvelou na reunião de Helsínki os horrores vividos por ela em *Villa Grimaldi*, reproduzidos em *Chile-América*.

De acordo com seu testemunho, ela foi detida por agentes da DINA no dia 8 de novembro de 1975 na porta da prisão feminina *Casa Correccional de Mujeres*, junto a outros colaboradores do *Comité Pro Paz*, María Loreto Pelissier e o capelão Patricio Gajardo. Durante a abordagem, foi dito a eles que iriam somente assinar uma declaração sobre a atividade que exerciam e que precisariam estar vendados, pois o fariam em um local de segurança que deveria ser mantido em sigilo. Foram, então, conduzidos a *Villa Grimaldi* e despojados de todos os objetos pessoais. Em seguida, enquanto Gajardo era interrogado, Hermosilla foi levada a uma sala contígua, desnudada, amarrada e violentada por três homens. Após 6 horas de violência, foi conduzida a uma cela junto a Loreto Pelissier. Durante a noite, as duas foram chamadas várias vezes a outro compartimento do local para declarar suas supostas militâncias e dar nomes de pessoas com as quais trabalhavam no *Comité Pro Paz* e que exerciam atividades políticas, segundo inferências dos próprios agentes/torturadores.⁶⁰¹

No dia 9 de novembro, os três religiosos foram levados à prisão de *Cuatro Álamos*, centro clandestino da DINA situado no complexo prisional de *Tres Álamos*,

aun bajo las dictaduras e impactar la evolución de la normativa jurídica tras las transiciones a la democracia en América Latina”. RONIGER, Luis. *Historia mínima de los derechos humanos en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018, p. 29. No Chile, ainda que esse discurso tenha pressionado para um sentido de transição decorrente de uma reconciliação nacional, que garantisse justiça, verdade e memória e respondesse à violência política moral e judicialmente (com limites evidentes, pois faltam respostas a muitos crimes estatais e paraestatais), do ponto de vista jurídico-normativo, a Constituição de 1980 assegurou enclaves autoritários que impediram o aprofundamento democrático, sustentando a estrutura do Estado neoliberal erigida durante a ditadura, ampliada durante os governos da *Concertación*.

⁶⁰¹ CHILE-AMÉRICA. El calvario de una joven mujer católica en Grimaldi. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 74-75.

permanecendo alguns dias sem qualquer comunicação, até serem conduzidos de volta à *Villa Grimaldi*, onde sofreram novas sessões de torturas com correntes elétricas em várias partes do corpo. Aura Hermosilla foi novamente acometida por graves violências psicológicas e sexuais, retornando em seguida para *Cuatro Álamos*, confinada em uma pequena cela com nove pessoas, quando a capacidade seria para quatro. Nesse local, sofreram torturas psicológicas e tiveram o sono bruscamente interrompido pelos guardas que faziam a vigília da prisão.⁶⁰²

Duas semanas depois, no dia 23 de novembro, Hermosilla foi levada a *Tres Álamos* junto a Loreto Pelissier e à médica britânica Sheila Cassidy, a quem então conheceu, presa por socorrer o dirigente mirista Nelson Gutiérrez, ferido à bala em confronto com as forças de segurança. Hermosilla afirmou, então, ter conhecido a jornalista chilena Gradys Días, militante do MIR, que esteve por quase três meses em *Villa Grimaldi*, duramente torturada e “metida en un cajón de un metro cúbico. Era una torre formada con estos cajones que estaban unos sobre otros y donde introducían a los detenidos”.⁶⁰³ Esses recintos de pequenas dimensões, sem luz nem ventilação, ficaram conhecidos em *Villa Grimaldi* como *La Torre*.

Em sua tese de doutorado, Romané Landaeta Sepúlveda, citando informação presente no *Informe Rettig*, afirmou que, possivelmente, as pessoas que foram levadas à *La Torre* eram consideradas presos de relevância, segundo a DINA, e que haviam terminado sua etapa de violentos interrogatórios, muitas das quais não foram mais vistas. Em seguida, ao complementar essa informação, desta vez a partir de testemunhos

⁶⁰² Ibid., p. 75.

⁶⁰³ CHILE-AMÉRICA. El calvario de una joven mujer católica en Grimaldi. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 76. Sobre a jornalista Gladys Díaz, na mesma edição da revista, também na seção *Derechos Humanos*, ver o texto *La espantosa situación de la periodista Gladys Díaz*, p. 79-80; e, ainda, *Dramáticos testimonios de Patricia Zúñiga Barros*, p. 76-78, sobre os relatos de Patricia Zúñiga à ONU, no qual, além de revelar a violência por ela sofrida, informou sobre outros casos de mulheres presas e brutalmente torturadas, como, novamente, Gladys Díaz, além de dar nomes de ao menos 6 presos políticos, dentre eles seu marido, Juan René Molina Mogollones, do MIR, que ela afirmava ter visto em *Villa Grimaldi* e que, desaparecidos, haviam entrado nas listas do caso dos 119.

presentes no informe da Comissão Valech, a autora destacou que nesses espaços foram colocados em isolamento absoluto os prisioneiros que se negavam a colaborar, encontrando-se já fracos e bastante violentados pelas torturas, forçados a permanecer em espaços diminutos, sem ar e desprovidos de mínima condição sanitária, cujos odores, segundo os relatos, eram insuportáveis.⁶⁰⁴

Abaixo, o desenho de *Las Torres de Villa Grimaldi* em *Chile-América*, feito pelo arquiteto Miguel Lawner, que integrou o governo de Salvador Allende e esteve preso em *Dawson*, antes de partir para o exílio na Dinamarca:



VILLA GRIMALDI : LAS TORRES

Sobre estas líneas, un boceto del arquitecto chileno Miguel Lawner, destinado a interpretar los testimonios de Aura María Hermostita y María Loreto Pellisier sobre el encierro de Gladys Díaz, durante tres meses en las "conejeras" de Grimaldi.

Chile-América, n. 16-17-18, 1976, p. 80

⁶⁰⁴ LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 487-488.

Como bem expressou *Chile-América* em análise introdutória ao testemunho de Aura Hermosilla, os ataques a ela e demais membros das Igrejas pela DINA se concentraram no sentido de liquidar moral e, por vezes, fisicamente os sacerdotes engajados nas tarefas de solidariedade humana àqueles que foram perseguidos pela ditadura e seus familiares.⁶⁰⁵ A repressão, como dissemos, possuiu o caráter pedagógico de inibir a ação da resistência e de denúncia ao regime, qualquer que tenha sido ela e de onde partisse. Não obstante o prestígio social da Igreja Católica, o qual, supostamente, poderia garantir alguma proteção à instituição, nem mesmo parte dos seus membros escapou da perseguição e das ações de violência da ditadura.

Os relatos de Aura Hermosilla, revelando momentos estarrecedores na prisão pública tornada oficial pela ditadura, *Tres Álamos*, bem como, especialmente, no centro clandestino de *Villa Grimaldi*, cruzaram-se com as palavras não menos reveladoras da violência brutal nos “porões da ditadura” da já mencionada companheira de prisão em *Tres Álamos*, a britânica Sheila Cassidy, cuja revelação da detenção pelos serviços de segurança e as torturas sofridas em *Villa Grimaldi* provocaram sério incidente diplomático, afirmou Julio Pinto Vallejos.⁶⁰⁶

Ante o conjunto impressionante de depoimentos no ano de 1976, *Chile-América* publicou o testemunho de Sheila Cassidy proferido ante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, Anexo V ao informe do grupo de trabalho *Ad Hoc* da comissão, sessão ocorrida em 19 de janeiro. Ela foi presa, interrogada e torturada por ter sido chamada a prestar assistência médica a Nelson Gutiérrez, que, como expressamos, ferido em confronto com as forças de segurança em outubro de 1975, encontrava-se escondido por padres, assistido

⁶⁰⁵ CHILE-AMÉRICA. El calvario de una joven mujer católica en Grimaldi. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 74.

⁶⁰⁶ PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución*. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 178.

inicialmente por duas religiosas em uma habitação/convento de monjas norte-americanas, ao que parece, no setor popular de *Pudahuel*, onde exerciam trabalhos sociais.

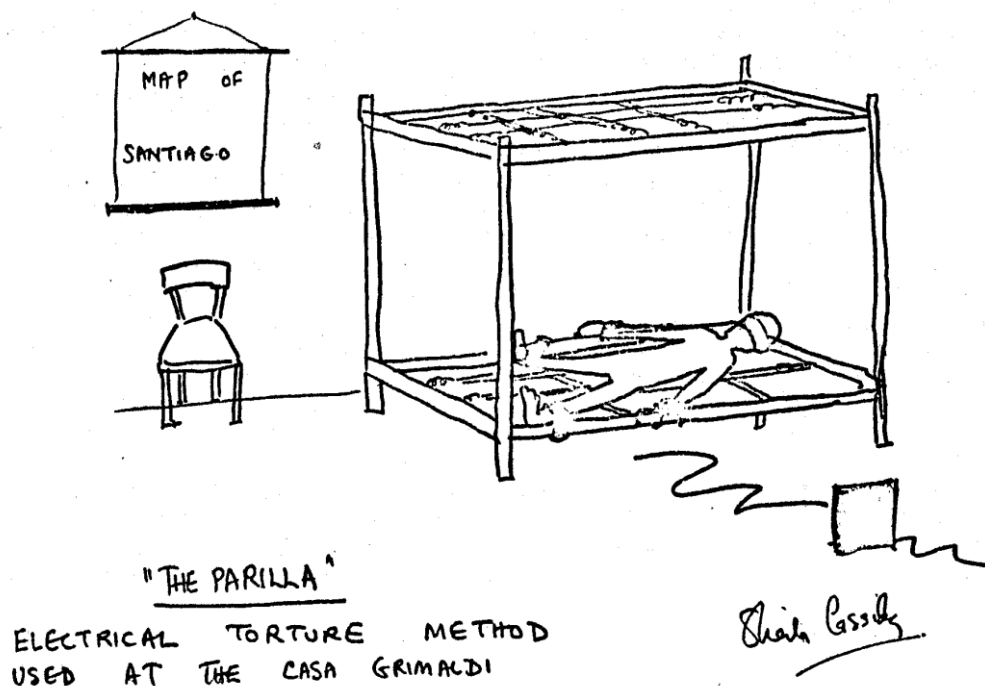
Com asilo político conseguido na Anunciatura Apostólica por intermédio dos religiosos, Nelson Gutiérrez, ferido à bala cuja cápsula encontrava-se alojada em sua perna, necessitava dar continuidade ao tratamento e, então, voltou a ser atendido por Cassidy. Os fatos levantaram a suspeita dos agentes da DINA de que Sheila Cassidy também pudesse pertencer ao MIR ou fosse uma militante da esquerda radical. Ela revelou que, nos interrogatórios e sob duras torturas, com eletrodos no corpo através dos quais lhe descarregavam seguidamente corrente elétrica, lhe inquiriam sobre o paradeiro de Andrés Pascal Allende, dirigente máximo do MIR após a morte de Miguel Enríquez.⁶⁰⁷

Destacamos, em seu relato, a descrição do método de tortura aplicado em *Villa Grimaldi* chamado de *La Parrilla*, tão famigerado como a clausura em *Las Torres*. Consistia em ser atado a uma cama, uma espécie de catre metálico, desnudo, vendado, sendo introduzido eletrodos em várias partes do corpo das vítimas, incluindo, prioritariamente, as genitálias e outras partes sensíveis, e submetido a muitas descargas elétricas em níveis variáveis de intensidade, a depender das intenções durante o interrogatório. Pelo alto risco de morte que impingia às vítimas, geralmente as sessões eram acompanhadas por médicos. Foi uma prática habitual em todo o Chile, mas ganhou bastante notoriedade em *Villa Grimaldi*, de acordo com os testemunhos das vítimas. As descargas elétricas provocavam agudas dores físicas e intenso sofrimento psíquico que tendiam a permanecer nos que padeciam dessa violência.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 90-91.

⁶⁰⁸ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 89-90; LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 430; Além desta autora, sobre outros métodos de tortura aplicados pelas forças da repressão, ver COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.

O desenho da própria Sheila Cassidy, feito de maneira a explicar o que a ela se passou durante sessão de tortura em *Villa Grimaldi*, foi elucidativo a respeito dessa prática atroz aplicada a muitos presos políticos:



Chile-América, n. 16-17-18, 1976, p. 90

Outros métodos de tortura foram muito utilizados em *Villa Grimaldi*, dentre eles distintas formas de asfixia (em geral com sacos plásticos na cabeça ou a imersão em recipientes contendo água suja), assim como os chamados *colgamientos*, em que as vítimas eram dependuradas, geralmente nuas, amarradas apenas pelas mãos ou pelas mãos e pelos joelhos, procedimento, neste último caso, denominado “pau de arara” - prática oriundas das prisões políticas no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985).⁶⁰⁹

⁶⁰⁹ LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 490.

Villa Grimaldi foi uma propriedade localizado em imóvel (hoje centro de memória *Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi*) situado na rua José Arrieta, na divisa das comunas de *Peñalolén* e de *La Reina*, em Santiago, próximo à cordilheira. Tratou-se de um antigo restaurante que se chamava *El Paraíso* até novembro de 1974. Antes de ser um centro comercial, fora uma mansão de luxo com jardins amplos e piscina. Ao final desse ano de 1974, foi expropriada por *Resolución Exenta* número 3.575 da *Corporación de Mejoramiento Urbano* e se transformou em quartel-sede da *Brigada de Inteligencia Metropolitana*, BIM, sob a direção de Manuel Contreras.⁶¹⁰

De acordo Romané Landaeta Sepúlveda, com base nas informações contidas nos informes *Rettig* e *Valech*, durante cerca de mais de 4 anos de funcionamento, até 1978, *Villa Grimaldi* havia se transformado no mais importante recinto secreto de prisão e tortura da DINA, por onde, durante esse tempo, passaram aproximadamente 4.500 pessoas de distintas origens: militantes de esquerda, trabalhadores e estudantes.⁶¹¹ As estimativas que a autora apresentou indicaram que 50,9% das vítimas em *Villa Grimaldi* possuíram alguma militância política, tendo se constatado maior presença de integrantes do MIR, seguido de membros do PC, do PS e do MAPU, nessa ordem. “De manera paulatina se fueron trasladando a los extensos terrenos de Villa Grimaldi las unidades operativas de la DINA”, e que, “el año de 1975 [...] se registró el mayor número de detenidos, convirtiéndose en el centro de operaciones de la BIM, [...] destinada fundamentalmente a la persecución y destrucción de los grupos y partidos de izquierda”. A BIM operava de modo central na repressão em Santiago.⁶¹²

⁶¹⁰ ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988, p. 50-51.

⁶¹¹ LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 482.

⁶¹² *Ibid.*, p. 485-486. Ver también *Cuartel Terranova*. Disponível em: <http://villagrimaldi.cl/historia/cuartel-terranova/>. Acesso em: 06/07/2021.

Chile-América havia informado, em 1977, edição 31-32, que *Villa Grimaldi* funcionava efetivamente como principal centro de comando da DINA, situada em zona agrícola limítrofe entre as comunas de *La Reina* e *Peñalolén*, nas proximidades do aeródromo de *Tobalaba*, área mais afastada do centro de Santiago, nas imediações da cordilheira, e que, portanto, poderia funcionar sem gerar maiores suspeitas sobre suas ações. *Grimaldi* “es como un retrato de la DINA”, assim definiu a revista, apontando ainda que os prisioneiros de maior importância para a ditadura estiveram nesse centro clandestino: “todo prisionero de cierta significación para la DINA debe ir a Villa Grimaldi, cualquiera sea el centro original de detención donde se encuentre”.⁶¹³ A publicação, em *Chile-América*, das informações preliminares que lançavam a descoberto, em âmbito nacional e internacional, esse temido recinto secreto da ditadura, esteve respaldada no informe do grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da ONU apresentado em 8 de outubro de 1976, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, conteúdo sobre o qual se baseou a resolução condenatória (relativa à ditadura) então aprovada por esse organismo.

Villa Grimaldi foi descrita no informe editado e publicado por *Chile-América* como local que albergou não somente a maior parte da organização da DINA, centro de comando do qual dependiam as unidades de operação *Brigada Caupolicán* e *Brigada Purén*, mas um portentoso centro de comunicações usado pelo Exército. Esse espaço da repressão foi também conhecido como *Palacio de la Risa* ou *Cuartel Terranova*, e tal aparato de comunicação compreendia equipes, estrutura e antenas utilizadas para contatar diretamente a presidência e os veículos dos grupos em operação. Comportava, ainda, no centro clandestino, um departamento de registro, arquivo e análise. Seu grupo de agentes era proveniente de toda a Força Armada chilena, contando também com civis contratados

⁶¹³ CHILE-AMÉRICA. Villa Grimaldi, verdadero retrato de la DINA, presentado en el informe de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 175.

pela DINA. As equipes de trabalho em *Grimaldi*, integradas por pessoal administrativo, de inteligência e torturadores especializados em agir sobre os partidos políticos de esquerda, foram chefiadas pelos capitães Miguel Krassnoff Martchenko e Francisco Ferrer Lima, ambos subordinados ao comando do tenente coronel Marcelo Morén Brito, considerado muito duro e violento. Os três participaram diretamente, segundo testemunhos, de vários interrogatórios e sessões de tortura, incluindo as que foram realizadas contra a jornalista Gladys Díaz, que os denunciou no exílio, e as sessões que violentaram os também miristas Jorge Fuentes Alarcón, desaparecido, e Patricio Bustos, sobrevivente.⁶¹⁴

As notícias sobre *Villa Grimaldi* foram divulgadas na revista em um momento em que as torturas nos locais clandestinos da repressão estavam pouco a pouco sendo reveladas, assim como os desaparecimentos, o que estarrecia grande parte da sociedade nacional e internacional, para além dos organismos de direitos humanos. Em razão das crescentes denúncias que sofria, *Villa Grimaldi* foi utilizada como localidade da repressão até 1978, como dissemos, tendo antes diminuído, ao menos desde 1977, sua centralidade na estrutura repressiva da ditadura.⁶¹⁵ A descrição de *Chile-América*, encerrando texto que introduzia a publicação editada do informe da ONU, nos pareceu bem definida sobre o que se sabia (ou começava a se revelar) de *Villa Grimaldi*, sua estrutura, dependências e as violências ali praticadas contra a esquerda chilena:

Aparte de la casa central, que es practicamente un Cuartel General, hay recintos para incomunicados, una pieza especial para mujeres, una pieza donde se encuentra ubicada “la parrilla” para torturas con electricidad, salas de interrogatorio y luego los lugares más siniestros como “La Torre”, donde se

⁶¹⁴ CHILE-AMÉRICA. Villa Grimaldi, verdadero retrato de la DINA, presentado en el informe de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 175-178. Marcelo Morén e Miguel Krassnoff lideraram comandos contra o MIR, como o que levou à morte de Miguel Enríquez.

⁶¹⁵ CHILE-AMÉRICA. Villa Grimaldi, verdadero retrato de la DINA, presentado en el informe de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 175-178; ROJAS, María Eugenia. Op. Cit.

aplican las torturas más brutales y especialmente los colgamientos [y donde están también los llamados “cajones” con prisioneros incomunicados y amarrados], y la piscina, donde se hacen torturas con electricidad en el agua y donde se utiliza el “submarino” (una tortura que consiste en hundir al prisionero en el agua hasta colocarlo al borde de la asfixia por inmersión).⁶¹⁶

Ademais, como outros centros de detenção, em *Villa Grimaldi* as condições dos cárceres eram de extrema insalubridade, maus tratos generalizados e alimentação precária, levando à deterioração da saúde dos presos políticos. “Por lo general, los detenidos más afortunados [...] no eran liberados directamente, sino que eran trasladados a Tres Álamos o a Cuatro Álamos”.⁶¹⁷ O mesmo sentenciara *Chile-América*, ao afirmar que ser conduzido de *Villa Grimaldi* a *Tres Álamos* representava, para as vítimas, dadas as condições de extrema adversidade, um certo alívio, tendo em vista que, ao menos por ora, se encontrava em um centro de detenção oficialmente reconhecido e, portanto, não se torturava tal qual ocorria nos espaços clandestinos.⁶¹⁸

Quando indicamos que, por vezes, os relatos das vítimas da repressão se cruzavam, como no caso de Aura Hermosilla, Sheila Cassidy e demais prisioneiras e prisioneiros, reportamo-nos, então, ao trecho em que Cassidy, em depoimento à ONU publicado por *Chile-América*, foi quem, dessa vez, comentou sobre a presença das religiosas Hermosilla e de Loreto Perissier na prisão de mulheres em *Tres Álamos*. Sheila Cassidy constatava, ao final de sua informação, a perseguição política sofrida pelos membros das Igrejas no Chile, sobretudo a católica:

Otro caso que me parece importante mencionar es el de dos muchachas que se dedicaban a visitar, en compañía de un capellán católico, la cárcel de mujeres. Ambas fueron detenidas el mismo día que el capellán. Este fue acusado de transmitir mensajes entre los presos políticos de las cárceles de mujeres y de hombres, pero finalmente fue liberado [...]. Esas dos muchachas, una de las cuales había sido monja, fueron torturadas lo mismo que yo [...]. Se les mandó declarar que habían tenido relaciones sexuales con ese sacerdote. Aunque

⁶¹⁶ CHILE-AMÉRICA. Villa Grimaldi, verdadero retrato de la DINA, presentado en el informe de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 176.

⁶¹⁷ *Cuartel Terranova*. Disponível em: <http://villagrimaldi.cl/historia/cuartel-terranova/>. Acesso em: 06/07/2021.

⁶¹⁸ CHILE-AMÉRICA. Las prisioneras de Tres Alamos. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 107.

fueron repetidamente torturadas, se negaron a hacer tal declaración. Este es un caso evidente de persecución a la Iglesia.⁶¹⁹

Sobre a prisão de mulheres em *Tres Álamos, Chile-América* apresentou, na edição 19-20-21 (1976), levantamento da quantidade de presas, seus nomes e uma descrição mínima sobre elas, bem como as condições físicas em que se encontravam, tudo isso como resultado das revelações feitas pela francesa H elene Zarour Atanacio, informante da revista como o próprio impresso revelou. H elene Zarour havia sido expulsa do Chile pelo Ministério do Interior no dia 26 de janeiro de 1976, caracterizada como “peligro para la seguridad interior del Estado”, assim expresso no decreto que a obrigou a deixar o país,⁶²⁰ não sem antes ter sido perseguida pela DINA e passar por torturas em *Villa Grimaldi* e estar confinada em *Tres Álamos*, aparentemente por pertencer a alguma organização de esquerda no Chile. Cerca de 80 mulheres estavam confinadas em *Tres Álamos* quando H elene Zarour deixou essa prisão, de acordo com suas informações passadas diretamente   revista.⁶²¹

Sheila Cassidy havia relatado sobre a presença de 120 prisioneiras, um tempo antes, a maioria jovens. Nos dois relatos, foi comum apontar prisioneiras portadoras de debilitadas condições de saúde, algumas delas sofrendo problemas psíquicos em função das torturas sofridas nos centros clandestinos. Sobre as prisioneiras da ditadura, *Chile-América* ainda publicou uma lista, na mesma edição, recebida do *Comit  Chileno de Solidaridad con la Resistencia Antifascista*, com sede em Cuba, em que muitos nomes

⁶¹⁹ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. brit nica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 98.

⁶²⁰ MINISTERIO DEL INTERIOR. DEPT. DE EXTRANJER A Y MIGRACION. Decreto n. 99, de 26-01-1976. Expulsa del país a Helena Hada Zarour Atanacio. Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Archivo de Fondos y Colecciones.

⁶²¹ CHILE-AMÉRICA. Las prisioneras de Tres Alamos. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 107-111.

das mulheres, que estiveram em *Tres Álamos* até o ano de 1976, coincidiam com os que haviam sido transmitidos por Hélene Zarour Atanacio.⁶²²

Os *testimonios* presentes em *Chile-América*, como de Hélene Zarour, contém abundantes informações sobre tipos de detenções, prisões públicas e centros clandestinos, além das referências a torturas, maus tratos e subalimentação dos próprios depoentes e outras vítimas aludidas nos depoimentos, trabalhos forçados e as violências as mais diversas experimentadas pelos/pelas que foram privados(as) de liberdade nos cárceres da ditadura. Os relatos de Sheila Cassidy e Aura Hermosilla estiveram, desafortunadamente, recheados de descrição sobre experiências humanas de extrema adversidade. Nota-se a preocupação de ambas em descrever o sofrimento de outras companheiras que passaram por momentos semelhantes ou piores dos que os seus na prisão, como sinalizou Cassidy: “tuve oportunidad de hablar con varias mujeres que me describieron las formas de torturas mucho más brutales de que habían sido víctimas”.⁶²³

O testemunho de Sheila Cassidy apontou também para a presença de crianças presas junto às mães em *Cuatro Álamos*, em alguns casos expostas à tortura dos pais: “Se recurre ampliamente a la presión psicológica. [...] Mientras yo estaba en Cuatro Alamos se encontraban dos niños muy pequeños en el edificio. Todo el día los oía llorar”.⁶²⁴ O *Campamento de prisioneros de Cuatro Álamos* foi direta e secretamente administrado pela DINA, e se tratava de uma série de celas pequenas, uma cela grande e escritórios, formando parte de um conjunto mais amplo, o complexo de *Tres Álamos*, como havíamos

⁶²² Ibid.

⁶²³ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 98.

⁶²⁴ Ibid., p. 97.

antecipado, este, sim, reconhecido oficialmente como prisão e administrado pelos *Carabineros*.⁶²⁵

Sobre a detenção e desapareção de menores no Chile, *Chile-América* havia, em edição anterior (n. 10-11 de 1975), noticiado sobre mais uma prática de extrema violência do aparato repressivo da ditadura, divulgando, então, uma lista, elaborada por meio de informações adquiridas junto à fonte secreta e “insospechable” (procedimento comum na revista, novamente destacamos, foi o de manter o sigilo dos envolvidos nas denúncias), com nomes, idade e breve descrição biográfica de jovens, a maioria estudantes na faixa de 15 e 16 anos de idade. Eles haviam sido presos entre 1973 e 1975 e os familiares reclamavam informações dos seus destinos. Suas desapareções, segundo análise da revista, possivelmente foram resultado da repressão generalizada após o golpe. Porém, para além disso, destacou-se que, sob o comando da DINA, o sequestro de jovens revelou-se método que buscava, efetivamente, conseguir informações e a captura real dos pais e/ou pessoas da família, geralmente lideranças políticas.

Não foi descartada na análise feita, todavia, o fato das prisões e desaparecimentos de menores no Chile estarem, em alguns casos, associados a atos considerados de rebeldia pelas forças de segurança do Estado, não estando claro se, neste último aspecto, relacionava-se efetivamente a alguma militância estudantil, como se sugeria a seguir:

Es un hecho absolutamente verídico que hay detenciones de niños, torturas de los mismos y hasta desaparición de muchos. Los antecedentes que entregamos a continuación emanan de fuente absolutamente insospechable: las detenciones de menores se empiezan a producir desde el primer día 11 de Septiembre de 1973. La gran mayoría de los 124 menores detenidos hasta el mes de diciembre de 1974, corresponde a los primeros seis meses posteriores al 11 de septiembre de 1973. Se registran, durante el período que va desde septiembre de 1973 hasta julio del 74, 105 menores detenidos en Santiago. A partir de 1974 se presentan algunos menores detenidos en calidad de rehenes para que sus padres se entreguen. Incluso eso ocurre con niños de corta edad. También desde esa época se realizan detenciones de grupos de estudiantes ya sea por delación o

⁶²⁵ LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 475.

por diversas reacciones de rebeldía que se presentan en las escuelas como, por ejemplo, no cantar la Canción Nacional, en las ceremonias de izamiento de la bandera.⁶²⁶

Em conversas com outras companheiras de prisão, Sheila Cassidy soube e relatou para a Comissão de Direitos Humanos da ONU casos de extrema violência em *Londres 38* e na *Casa Sexy* ou *Venda Sexy (La Discotéque)*, este recinto descrito como horripilante centro de torturas no qual se praticavam métodos distintos para obtenção de informação e sofrimento das vítimas, envolvendo músicas ruidosas, manipulação de drogas e violência sexual, chegando a casos em que cachorros adestrados foram utilizados para atacar sexualmente as mulheres:

Tres mujeres me la describieron en tres ocasiones distintas como una villa elegante con una escalera de mármol. [...] Me dijeron que tenía un sótano que se utilizaba para las torturas acostumbradas de estimulación eléctrica y colgamiento [...] y que en el primer piso había varias habitaciones con camas en que las mujeres eran asaltadas sexualmente.⁶²⁷

Tratava-se de uma casa ampla situada na *calle Irán n. 3037*, e a maioria das detenções em *Venda Sexy* teriam ocorrido nos anos de 1974 e 1975. Romané Valeska Landaeta Sepúlveda destacou que os interrogatórios, torturas e violações ocorriam com maior frequência nos subterrâneos do imóvel, tal qual presente no testemunho de Sheila Cassidy, e que as agressões sexuais a homens e a mulheres teriam prevalecido no local, conjugadas com outros procedimentos aplicados nas vítimas, como asfixia, queimaduras, eletricidade, privação de sono, roleta russa e manipulação psicológica permanente.⁶²⁸

⁶²⁶ CHILE-AMÉRICA. Detenciones y desaparición de menores en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 117.

⁶²⁷ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 94-95.

⁶²⁸ LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), p. 470-476.

Consideramos importante refletir ainda sobre mais uma informação no *testimonio* de Sheila Cassidy à ONU, quando ela explicou a lógica de atuação da DINa referente à mudança constante de detentos das prisões, suas passagens por distintos centros da repressão, de maneira a ocultar ou dissimular o destino de muitos deles, que entravam, por conseguinte, na trágica categoria de desaparecidos. Ela referiu-se à DINa como estruturada em um sistema minuciosamente organizado de agentes e ação repressiva. Seu método de atuação foi o de capturar as pessoas em suas casas ou nas ruas, levadas, com os olhos vendados, aos centros de tortura e interrogatório. Nesses locais, os prisioneiros eram inquiridos por um tempo, que variava de acordo com a importância das informações que os agentes esperavam obter.⁶²⁹

Na sequência, ela explicou que, após passarem pelas torturas, os presos políticos eram geralmente levados a *Cuatro Álamos*, onde permaneciam entre uma semana até três meses, inclusive se recuperando fisicamente da violência sofrida nos demais recintos secretos, enquanto continuava a investigação interna dos casos pela DINa. Dessa maneira, “mientras los presos se encuentran en la Casa Grimaldi (el establecimiento de tortura) o en Cuatro Alamos, la policía niega que los interesados se encuentran detenidos. Así, durante todo este tiempo las personas han desaparecido técnicamente”. Quando se concluía o interesse da investigação de determinado caso, *Tres Álamos* se tornava então o destino e o reconhecimento da condição de preso político.⁶³⁰

⁶²⁹ CHILE-AMÉRICA. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 96

⁶³⁰ Ibid. Em outro número, *Chile-América* retomou a lógica de atuação do sistema de repressão. Ao publicar lista de prisões e centros de torturas não oficiais, algumas localidades antes pertencentes a partidos de esquerda como o PC e o MAPU em Valparaíso, referiu-se à característica da DINa de fazer uso discreto de qualquer imóvel que decidisse ocupar, realizando a transferência de prisioneiros de um lugar a outro, a fim de que se evitasse seu reconhecimento e posteriores denúncias fundamentadas sobre o paradeiro deles. CHILE-AMÉRICA. Prisioneros y centros de torturas no oficiales en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 24.

Assim se cumpria, tragicamente, como se afirmou no *Informe Valech*,⁶³¹ o circuito de recintos de tortura e maus tratos pelo qual passavam as vítimas do aparato repressivo na região metropolitana de Santiago, que, aqui, denominamos “circuito do terror” das prisões políticas da ditadura, marcante nos primeiros quatro anos da ditadura, mas persistindo com perseguições políticas e prisões secretas, operações autoritárias, torturas e execuções nos anos da CNI, por todo o Chile. Somente na região metropolitana de Santiago, a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura recebeu informações sobre a existência de 221 recintos das Forças Armadas, dos *Carabineros*, da Polícia de Investigações, campos de prisioneiros e outros lugares utilizados como centros de detenção.⁶³²

A divulgação dos testemunhos, como o de Sheila Cassidy e tantos outros, na seção *Derechos Humanos de Chile-América*, mostrou as graves denúncias sobre situações representativas concernentes às memórias e às narrativas de sobreviventes que experimentaram, duramente, a violência, revelando, também, o intuito da revista em transformar suas páginas em arquivos da repressão. A edição 16-17-18 nos pareceu especialmente significativa por agregar boa parte dos testemunhos acima referidos, os quais julgamos exemplares acerca da capacidade ilimitada de violações cometidas pelo aparato de segurança estatal. Importante ressaltar, em correspondência com o capítulo anterior da tese, que o uso da força institucional contra a esquerda fez parte do processo constitutivo de ascendência do pinochetismo enquanto projeto de poder. As denúncias efetivadas contra a ditadura, então, funcionaram como forma incisiva de atuação da resistência chilena, que, somente após se refazer, pouco a pouco, da brutal violência

⁶³¹ COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004, p. 511.

⁶³² *Ibid.*, p. 513.

desferida, começou a se organizar de modo a contra-atacar a ditadura com formulações políticas que visavam sua derrota e a construção de uma nova democracia.

Chile-América se colocava, então, no cenário transnacional, definitivamente, como impresso político engajado na denúncia dos crimes da ditadura, abastecendo os leitores com farta informação através de uma série de documentos, comentários e anexos referentes a presos e desaparecidos, além das descrições sobre os horrores dos recintos secretos. Os testemunhos publicados na revista, mais do que vinculados a construções estéticas ou literárias, consistiram, sim, em oralidades, depoimentos a organismos e comissões de direitos humanos, relatos sobre experiências pessoais, ao mesmo tempo comuns e coletivas, de situações limites da violência política, revelando os trabalhos de memória que essas pessoas, perseguidas pela ditadura militar chilena, levaram a cabo.⁶³³

Interessa-nos, então, pensar *Chile-América* e os *testimonios* a partir daquilo que Elizabeth Jelin dimensionou como as “memórias narrativas”, ou seja, construções sociais comunicáveis, carregando as “feridas da memória” e os mecanismos psíquicos, simbólicos e representativos daí decorrentes. Em grande medida, eram feridas da memória das esquerdas chilenas, em sua luta por se reconstruir dentro e fora do Chile durante a ditadura. “La tarea es entonces la de revelar, sacar a la luz lo encubierto”, sendo que, para relatar o sofrimento, é necessário ainda ter um outro lado para escutar, para receber e manifestar a urgência da informação e sua conservação, atuando como uma espécie de arquivo histórico,⁶³⁴ e é justamente neste ponto que entraram não apenas os trabalhos dos organismos de direitos humanos, mas, no nosso caso especialmente, o papel

⁶³³ A expressão *trabajos de la memoria* e seu desenvolvimento conceitual vem da autora Elizabeth Jelin, referência no campo de estudos sobre situações limites, memórias, lugares e disputas de memórias, movimentos de direitos humanos, processos de democratização, sobretudo a partir das experiências ditatoriais no Cone Sul e, ainda mais, na Argentina. Ver JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

⁶³⁴ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 28-29 e 30-31.

de mediação, divulgação, produção/edição, ao mesmo tempo que, também, de registro arquivístico das denúncias, por parte da revista *Chile-América*.

Novamente, cabe a nós compreender que “la experiencia y la memoria individuales no existen en sí, sino que se manifiestan y se tornan colectivas en el acto de compartir”.⁶³⁵ Em outras palavras, torna-se, assim, possível a construção de uma comunidade política pela verdade e justiça através do esforço compartilhado em narrar, escutar, denunciar e dar a conhecer as práticas veladas das forças institucionais de segurança. Foi justamente a partir dessa perspectiva que atuaram as redes transnacionais de luta política, de solidariedade, de informação e de defesa dos direitos humanos no contexto das arbitrariedades do Estado pinochetista. Havia nas ações dos atores das redes, incluindo *Chile-América*, um sentido político e ético em construção, um certo ajuste de contas com um passado recente, um passado-presente, em que se buscava compreendê-lo, ao mesmo tempo que se investigavam e se imputavam as responsabilidades pelos atos de violação à dignidade e à integridade humanas no Chile.⁶³⁶

Os excessos da violência da ditadura, revelados principalmente por meio dos testemunhos de ex-prisioneiros políticos, provocaram fortes reações da opinião pública em geral, imprensa e organismos estrangeiros, fazendo com que o regime de Augusto Pinochet se preocupasse com a construção de uma suposta fachada legal, portanto, não violadora dos direitos humanos, no âmbito da implementação das medidas policiais e de segurança nacional.

Chile-América, então, reagiu às medidas do governo que visavam simular suposto abrandamento - o que, em verdade, correspondeu a um reconhecimento oficial indireto - das práticas de violência do Estado, por meio da libertação de presos políticos e da publicação de decretos, como o Decreto Supremo n. 187, tornado público no *Diario*

⁶³⁵ Ibid., p. 37.

⁶³⁶ Ibid., p. 11.

Oficial no dia 30 de janeiro de 1976. Nele se estabeleciam normas que sugeriam garantir “los derechos [y protección jurídica] de los detenidos en virtud del Estado de Sitio”, motivando, inclusive, cerimônia, no dia 1º de março, no Palácio da Justiça, sob “as honras” do ministro da Suprema Corte, José Maria Eyzaguirre. Este que, segundo a revista, teria feito publicidade e concedido “gran importancia [...] a los requisitos formales que tal decreto [contenía] en cuanto a órdenes de detención, aviso a las familias, identificación de los aprehensores, determinación de los sitios de detención”, ou seja, procedimentos e direitos que passavam ao largo de serem plenamente exercidos pelo Estado chileno, que cinicamente omitia os excessos cometidos contra os opositores. Dos presos políticos postos em liberdade, *Chile-América* esclarecia, contra-argumentando as versões oficiais, que muitos permaneceram um longo período em reclusão forçada sem direito a qualquer processo ou imputação legal de crime cometido, e que, mesmo postos em liberdade, tiveram em seguida que deixar forçosamente o país e amargar o exílio.⁶³⁷

Os editores da revista abordavam, portanto, como farsa as ditas garantias aos presos propaladas pelas autoridades, considerando-as como uma “montagem de um show” para a opinião pública nacional e internacional. Tudo isso de maneira a dissimular a sistemática violência institucional diante da iminente visita de ministros e autoridades judiciais às prisões políticas oficiais, como uma espécie de demonstração do efetivo cumprimento de direitos daqueles que estavam privados de liberdade por crimes políticos e por crimes comuns. Dentro da linguagem político-denunciativa da revista, não se deixou de argumentar sobre os centros clandestinos como expoentes mais agudos da perseguição sofrida pela oposição ao regime, questionando, com ironia, por que não haveria, por

⁶³⁷ CHILE-AMÉRICA. Las prisiones arbitrarias y desaparecimientos de la ‘exclusiva competencia’ de Pinochet. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 68.

exemplo, visitação e inspeções de autoridades em espaços como *Villa Grimaldi e Londres* 38.⁶³⁸

Ainda nesse quesito, em outra edição (25-26-27, de 1976-1977), *Chile-América* exerceu nova crítica ao associar a liberação de centenas de presos políticos pela Junta Militar, em setembro e novembro de 1976, deixando praticamente vazias as celas das prisões de *Tres Álamos* e de *Puchuncaví*, à inauguração e andamento do 30º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, momento em que seria pauta a persistência da violação dos direitos humanos no país.⁶³⁹ Fazia-se necessário desvelar consistentemente as ações da ditadura abordando fatos incômodos, feridas abertas, mas que somente seria possível curá-las atacando-as de frente, com destemor. Essa função certamente cumpriu a revista em uma contingência de conflitos políticos e sociais agudos, dilacerantes.

3.3 - Dinâmica da perseguição, ocultamento da violência: os presos políticos, os desaparecidos e o trabalho humanitário da *Vicaría de la Solidaridad* em destaque

De modo a confrontar o suposto “abrandamento” da ditadura ou, como preferiu dizer a própria revista com ironia característica, seu “espectáculo liberalizador” orquestrado para “lograr dividendos en la arena internacional”,⁶⁴⁰ *Chile-América* abordou, especialmente, a questão dos desaparecimentos de pessoas no Chile. Tal prática, ainda mais utilizada pela ditadura a partir de 1976, como interpretou a revista, visava a manutenção da impunidade ao reprimir opositores políticos e ocultar suas mortes ou suas prisões arbitrárias em recintos secretos. O desaparecimento, como prática do repertório de violações do aparato repressivo estatal, deixava as vítimas, geralmente presos-

⁶³⁸ Ibid., p. 69.

⁶³⁹ CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones: impunidad para reprimir y ocultar asesinatos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 191.

⁶⁴⁰ Ibid.

políticos, em uma indefinição quanto a sua condição legal e mesmo vital, permitindo a efetivação dos maiores abusos, como as torturas e toda sorte de violência.⁶⁴¹ *Chile-América* compôs um quadro explicativo aos leitores sobre procedimento persecutório e intimidador voltado para os opositores políticos - altamente devastador para um amplo espectro social, atingindo principalmente os familiares das vítimas:

A todas luces, Pinochet y sus asesores en materia de represión fueron paulatinamente dándose cuenta que sería muy difícil justificar las detenciones en virtud del Estado de Sitio, de acuerdo a las normas establecidas en el decreto 1.009 y en reglamento 187. [...] La prolongación por largo tiempo de algunas detenciones, en algunos casos hasta casi tres años, sin someter a los detenidos a acusación o juicio también contribuía a la mala imagen del régimen. Por eso, prácticamente a partir de abril-mayo de 1976, se institucionalizó la “desaparición”, modalidad que no era nueva para la DINA, ya que desde su creación empezó a hacer desaparecer detenidos.⁶⁴²

A Junta Militar reconhecia como presos políticos apenas aqueles detidos oficialmente em razão do Estado de Sítio⁶⁴³, em lugares de detenção reconhecidos publicamente, como *Tres Álamos* e *Puchuncaví*. Além dos desaparecimentos, como efeito da perseguição política, a revista se preocupou com os casos frequentes de detidos aos quais não se reconhecia sua condição política, pelo fato de se simular, em tais situações, que eles teriam sido condenados por tribunais comuns ou militares e supostamente submetidos a processos e aos trâmites legais arrolados por seus delitos. *Chile-América* qualificou tal circunstância como mais uma farsa jurídica do regime, e alertou que “la

⁶⁴¹ CHILE-AMÉRICA. El desaparecimiento es la institucionalización de la impunidad. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 98.

⁶⁴² CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones: impunidad para reprimir y ocultar asesinatos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 192.

⁶⁴³ O Estado de Sítio foi declarado em 18 de setembro de 1973. No dia 11 de março de 1975, por meio do decreto 922, declarava-se, para o território nacional, Estado de Sítio em grau de defesa interna. Pouco depois, o decreto-lei 1009, de que se refere na citação acima da revista, de 8 de maio de 1975, sistematizava as regras de criminalização de ações contra a segurança do Estado e discriminava sobre a proteção legal dos detidos acusados de crimes contra a segurança nacional. Sobre os decretos e a legislação da ditadura, ver: PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. *Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)*. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020; CHILE-AMÉRICA. La presión interna y externa obliga a Pinochet a levantar el Estado de Sitio, pero lo reemplaza por el Estado de Emergencia. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 191-192.

situación de esa gente es muy seria, pues están reclusos entre presos comunes, en condiciones sanitarias lamentables”.⁶⁴⁴ Era como se fossem prisioneiros ou réus comuns, transcorridas ou em vias de se efetivarem suas condenações resultantes de processos por algum tipo de infração à *Ley de Seguridad Interior* – prática ainda mais corriqueira com a CNI. Tratou-se de outra estratégia utilizada pela ditadura de forma a disfarçar as cifras de presos políticos, espalhando-os por diversas penitenciárias e cárceres públicos do país.⁶⁴⁵

A transferência de muitos deles à penitenciária central de Santiago, por exemplo, realizou-se com tal intuito de ocultar as prisões políticas arbitrárias, medida arditamente construída em razão da reunião da OEA (Assembleia Geral realizada em Santiago entre 4 e 18 de junho de 1976), apontou a revista. Outros seis presos políticos teriam chegado à carceragem pública de Valparaíso vindos de Santiago, ocultados em meio aos detentos comuns.⁶⁴⁶ Como se nota, tendo por base os dados da revista, foram embustes geralmente utilizados em momentos nos quais ocorriam investidas dos grupos de trabalho das comissões de direitos humanos dos organismos transnacionais ou, mesmo, quando a ditadura se sentia pressionada pela opinião pública interna, disfarçando cifras e casos graves de violação de direitos e de integridade física pelo Estado.

Podemos pensar, dessa forma, que se forjaram situações e destinos distintos, dentro da lógica da dissimulação da violência, para os que foram perseguidos e violentados politicamente. Se, por um lado, fazia-se desaparecer e se negava qualquer

⁶⁴⁴ CHILE-AMÉRICA. La situación de prisioneros políticos que permanecen en diversos sitios de reclusión en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 237.

⁶⁴⁵ CHILE-AMÉRICA. Desinformación sobre los prisioneros condenados y en proceso. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 183-185. Nessa edição, a revista produziu dossiês, nos quais constam listas tanto de prisioneiros que, ao serem colocados em liberdade, deixaram o país, quanto a respeito da situação de presos políticos reconhecidos em presídios e penitenciárias comuns de províncias da Zona Norte do Chile, bem como de Santiago e de Valparaíso. Ver Dossier “Chile-América”: nuevas informaciones sobre algunos prisioneros reconocidos, p. 186-188 e Dossier “Chile-América”: situación de los prisioneros de la Zona Norte y de las provincias de Santiago y Valparaíso, p. 188-190.

⁶⁴⁶ CHILE-AMÉRICA. La Junta impuso el estatus de “reos comunes” a los presos políticos y los diseminó en diversas cárceles del país. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 104-105.

acusação direcionada para a responsabilidade do Estado, por outro, apresentava-se condição de certa “normalidade” institucional, como no caso de seis presos acusados de tentarem reorganizar o PC em Calama, província de Antofagasta. Nessa ocasião, os “subversivos” foram postos à disposição da Corte local por infração à *Ley de Seguridad Interior del Estado*, ou seja, forçosamente enquadrados por ações delituosas em uma legislação arbitrária, recuperada e ampliada (nesse caso por atingir um direito de organizar-se politicamente) do governo de Ibáñez del Campo, promulgada em agosto de 1958.⁶⁴⁷

Retomamos a atenção sobre o método de fazer desaparecer adversários políticos, de modo a discutir o que a revista avaliava e definia como certas “vantagens” para a ditadura diante dessa situação, no sentido de que se podia negar determinadas detenções. Assim, segundo tal interpretação, não estando em nenhuma hipótese sob a tutela das autoridades estatais, livrar-se-ia, conseqüentemente, de prestar esclarecimentos públicos sobre as vítimas e, ainda, facilitaria a interdição de investigações judiciais, se necessário fosse, em casos de litígios daqueles que buscavam pelos destinos dos entes desaparecidos. Essa trágica condição de “desaparecido” ou a prática de “fazer desaparecer” pela ditadura carregava, ainda, de acordo com *Chile-América*, um terceiro elemento, talvez o mais incisivo do ponto de vista social, que era o pressuposto de generalização do clima de terror para a resistência interna e a sociedade em geral. De forma central, como reiterava *Chile-América*, os desaparecimentos asseguravam a punição do Estado às vítimas e certa garantia da impunidade para os agentes do aparato repressivo e seu comando diante dos crimes cometidos (execução, assassinatos, cárceres arbitrários e torturas). “Fazer desaparecer” os adversários políticos foi considerada pela revista a prática mais alarmante do conjunto de violações de direitos humanos no Chile, visto que os desaparecidos, dentre

⁶⁴⁷ CHILE-AMÉRICA. Nuevos métodos de intimidación terrorista pone en práctica la dictadura chilena. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 155.

todas as violências sofridas, encontravam-se na iminência de perder a vida, sua existência estava condicionada à tutela de outrem que tinha o poder sobre seus destinos. Além dos sofrimentos e incertezas causados no ambiente familiar, de amigos e pessoas próximas, a condição de desaparecido criava uma chaga social e conflitos morais e jurídicos que ampliavam a dramática situação impingida.⁶⁴⁸

Ainda por esse viés de análise e compreensão sobre o crime de desaparecer com os opositores políticos, *Chile-América* explorou informe da Comissão de Direitos Humanos da ONU do último ano de 1976 no qual se explicava que os desaparecimentos, em essência, ocorriam após as prisões, interrogatórios e torturas de pessoas que permaneciam por tempo indeterminado nos centros clandestinos, à sorte dos desígnios das autoridades responsáveis por eles. A angústia, a forte aflição e a desintegração das relações familiares e sociais provocadas pela ausência física de pessoas próximas (e o consequente trabalho oficial com a desinformação) foram especialmente ressaltadas pela revista como parte constitutiva das operações da DINA.⁶⁴⁹

A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* de 25 de abril de 1990, em seu informe entregue em fevereiro de 1991 pelo então presidente Patricio Aylwin, o *Informe Rettig*, do qual temos analisado alguns dados, reelaborado em 1996 pela *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*, procurou trabalhar com a categoria de *detenidos-desaparecidos*, tendo em vista que, em todas as situações declaradas por ela, revelaram-se condições de detenção acompanhadas ou seguidas de medidas de ocultamento e de negativas oficiais. Na maioria das vezes, após as prisões, aplicaram-se

⁶⁴⁸ CHILE-AMÉRICA. Cuadro resumido de detenciones y desapariciones en los últimos cuatro meses de 1976. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 229; CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones constituyen la práctica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 211-216. Há, nesta última edição, análise sobre o dossiê da Anistia Internacional sobre a questão dos desaparecidos no Chile.

⁶⁴⁹ CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones: impunidad para reprimir y ocultar asesinatos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 191-193.

maus tratos e torturas, podendo resultar no assassinato da vítima e a disposição de seus restos de modo que não pudessem ser encontrados ou deixar qualquer pista sobre seus destinos. Como se lê no documento, prevaleceram, em momentos distintos da repressão, duas formas de práticas de prisão seguidas de desaparecimento. Em um primeiro momento, imediatamente posterior a 11 de setembro de 1973, elas foram realizadas em diferentes pontos do país, por diversas unidades militares, às vezes acompanhadas de civis. Consistiram, em geral, nesse período de violência disseminada, em execuções sumárias ou assassinatos das vítimas, seguidos da negação dos fatos ou da entrega de versões falsas. Entre 1974 e 1977, sob a coordenação da DINA, prevaleceu uma prática orquestrada de extermínio, dirigida sistematicamente contra certa categoria de pessoas, notadamente, os membros dos partidos de esquerda, tal qual analisamos até aqui. Aprofundando a interpretação dos desaparecimentos, dizia-se no informe que “sin perjuicio de que ambas formas de desaparición constituyan formas extremas de violación de derechos humanos, que merecen una condena sin reservas, la Comisión considera que la voluntad de exterminio de ciertas categorías de personas le confiere a esta segunda forma una gravedad todavía mayor”.⁶⁵⁰

Não entraremos nesse mérito de maior ou menor gravidade, sugerido pelo *Informe Rettig*, a respeito das ações repressivas da ditadura, compreendidas em distintos períodos interpretativos. O que nos apresentou *Chile-América*, e fez parte também das informações posteriores dos documentos produzidos pelas comissões nacionais da verdade no Chile, foi que a violência se disseminou e se transformou ao longo de todo o período ditatorial. Como um recorte para o caso dos desaparecimentos, somente em menção da revista, em editorial do primeiro semestre de 1977, sobre um dos recursos da *Vicaría de la*

⁶⁵⁰ COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Algunas formas de violaciones de los derechos humanos. Detenidos Desaparecidos. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, volume 1, Tomo 1, p. 22-23, 1996; volume 1, Tomo 2, p. 888.

Solidaridad ante a Suprema Corte chilena, à qual seus editores tiveram acesso, contabilizavam-se 501 desaparecidos identificados pelo trabalho mais recente de investigação da organização católica de direitos humanos, reunindo informações de cada vítima.⁶⁵¹

Em que pese a polêmica em torno dos limites e carências do resultado do trabalho final da *Comisión de Verdad y Reconciliación*⁶⁵², levando, por conseguinte, por decreto presidencial de Ricardo Lagos, em 2003, à formação da *Comisión Valech*, ampliando o sentido da motivação política e o alcance das vítimas durante a ditadura (sobretudo no que tange a prisões e tortura), interessa-nos entender esses processos posteriores como consequência de esforços diários por buscas pela informação e registro por parte de iniciativas políticas como foi *Chile-América*, em associação com os organismos de direitos humanos. A definição sobre os desaparecimentos no *Informe Rettig* se conjuga com um trabalho de reflexão previamente desenvolvido pela revista chilena sobre essa prática durante a ditadura pinochetista, em que a ênfase recaía sobre a ação do Estado. Porém, já se compreendia, nas páginas do impresso de exílio, inclusive em editoriais, que as perseguições eram resultado de uma natureza política mais ampla, para além da ação direta institucional, fruto, portanto, de uma cultura autoritária que se ampliava no país e se ramificava para as relações da sociedade civil, gerando divisões e conflitos sociais.⁶⁵³

Vejamos, abaixo, o desenho do artista chileno José Venturelli, um dos grandes nomes das artes plásticas chilenas, cujo trabalho, após o golpe e o exílio, ficou marcado pela condenação que direcionou à violência política e à violação dos direitos humanos no

⁶⁵¹ EDITORIAL. Es urgente rectificar. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 8.

⁶⁵² Os trabalhos da *Comisión de Verdad y Reconciliación* se restringiram a investigar as situações dos presos-desaparecidos, executados, sequestros e atentados contra a vida resultado de atuação de agentes do Estado. Não foram contempladas, assim, muitas das vítimas de tortura, de *allanamientos*, dos exílios e das exonerações por razões políticas. Ver CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 162.

⁶⁵³ Ver análises dos editoriais no Capítulo 2.

Chile.⁶⁵⁴ Essa obra, na qual a temática dos desaparecimentos é central, foi utilizada por *Chile-América* para a abertura da seção *Derechos Humanos* da edição de número 31-32, maio-junho de 1977:

D E R E C H O S H U M A N O S



¿Donde está mi marido? – José Venturelli.

Chile-América, n. 31-32, 1977, p. 151

Fazer calar e amedrontar a resistência com os desaparecimentos frequentes significava, de modo especial, atingir com temor e pressão psicológica os familiares dos desaparecidos. Para combater suposta situação de normalidade e de dissimulação da violência política forjada pela ditadura e seus apoiadores, incluindo parte dos periódicos chilenos de grande circulação, *Chile-América* propôs que se exercesse aquilo que foi propósito editorial e político central da revista, o esforço da contra-informação às narrativas oficiais ou oficiosas, portanto, o exercício da denúncia ao regime autoritário de

⁶⁵⁴ Sobre a obra do artista, ver CATÁLOGO. Venturelli: territorio, origen y libertad. Universidad de la Serena. Exposición de obras de José Venturelli. Abril 2018; VENTURELLI, José. *Patria Negra y Roja*. Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

Pinochet e suas ações, constantemente renovadas, de violência. O engajamento no debate público, com informações e narrativas críticas, analíticas e fundamentadas, era prática essencial da luta política para derrotar a ditadura e a concomitante construção da democracia. Assim a revista compreendia seu papel:

Se hace indispensable realizar un gran esfuerzo de contra-información. La dictadura terminó por disolver los partidos políticos y puso fin a la mascarada del ‘receso político’; está en plena embestida en contra el movimiento sindical; se ha vuelto a poner en servicio de manera pública el siniestro campo de prisioneros de Cuatro Alamos, que más que un centro de incomunicación es un lugar de torturas según la experiencia de todos aquellos que lograron salir con vida de ese lugar. Aumentan las muertes misteriosas, las agresiones físicas a quienes persisten en los empeños humanitarios, hay toda una nueva campaña para desprestigiar a la Vicaría de la Solidaridad, se asaltan bufetes de trabajo de profesionales, se provocan incendios en centros culturales o sedes gremiales, detonan bombas en los tribunales de justicia y en domicilios particulares. Es decir, se ha creado artificialmente un estado de creciente tensión en medio de una vida aparentemente normal.⁶⁵⁵

Muitos elementos sobre a dinâmica da violência da ditadura e do contexto autoritário ascendente no Chile estiveram presentes nessa citação, mas nos centraremos nos desaparecidos e no trabalho humanitário e de resistência à perseguição política. Sobre os desaparecimentos, a lógica contraditória, por trás dessa prática de extrema gravidade, estava em sugerir uma situação de não violência (de aparente normalidade, como argumentou a revista) e, assim, buscar paralisar atitudes contra o regime por parte de quem poderia demandar explicações, ações legais ou assistências, especialmente junto à *Vicaría de la Solidaridad*, principal organização humanitária no país que amparou psicológica, espiritual e juridicamente os familiares que ansiavam por notícias de seus entes. No Chile, foi a organização que exerceu mais decisivamente a defesa dos direitos humanos, com um trabalho significativo de coleta de testemunhos e produção de acervo portador de informes e dados variados das vítimas, contemplados em boa medida por *Chile-América*, como temos aqui dimensionado através dos contatos diretos estabelecidos

⁶⁵⁵ CHILE-AMÉRICA. Nuevos métodos de intimidación terrorista pone en práctica la dictadura chilena. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 154.

e do acompanhamento das ações de solidariedade da *Vicaría* pela revista. Enfatizamos o poderoso aporte humanitário realizado por essa instituição religiosa, atendendo a um amplo espectro de vítimas da violência política, chilenos e estrangeiros, incluindo o círculo dos familiares de presos e desaparecidos.

Substancioso informe da *Vicaría de la Solidaridad* sobre 383 casos de pessoas desaparecidas foi publicado parcialmente em *Chile-América*, que reproduziu integralmente a parte *Separata Solidaridad-Número 4*. No entanto, a revista se preocupou em resenhar as outras partes não contempladas do documento que, em sua totalidade, possuiu 700 páginas divididas em 4 tomos. O material publicado dizia respeito à batalha travada pela organização humanitária ante a Suprema Corte de Justiça chilena, de forma a obrigá-la a designar um Ministro em Visita extraordinário que realizasse investigação a fundo sobre as denúncias fundamentadas de desaparecimentos. Em seção do documento editado e publicado por *Chile-América*, chamada *La presentación del 20 de agosto* (de 1976), o *Vicario Episcopal*, Christian Precht Bañados, diretor da *Vicaría*, dirigiu-se, em carta, ao ministro da Suprema Corte, José María Eyzaguirre, cobrando resolução para as ações na justiça feitas por familiares das vítimas, ainda referente ao período de vigência do *Comité Pro Paz*. A contingência em questão apresentava graves situações de violação, incluindo o caso dos 119 chilenos desaparecidos.⁶⁵⁶

Em seguida, a denúncia da *Vicaría*, reproduzida por *Chile-América*, detalhou os casos de desaparecimentos que se referiam inicialmente a 337 pessoas, com provas e testemunhos qualificados. Essas centenas de vítimas se enquadravam em três situações, de acordo com o documento: as que podiam estar efetivamente presas naquele momento; as que o governo informou que haviam sido colocadas em liberdade, mas ainda seguiam desaparecidas; e as que as autoridades governamentais reconheciam o desaparecimento e

⁶⁵⁶ CHILE-AMÉRICA. Informe sobre 383 casos de personas desaparecidas. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 197.

a possibilidade de que elas tivessem saído do país, mas não que estivessem mortas. A essas três possíveis situações interpretadas para as 337 pessoas desaparecidas, somavam-se os casos de mais 46 desaparecimentos contabilizados no primeiro semestre de 1976 pela *Vicaría de la Solidaridad*. A lista com todos os nomes foi publicada como anexo em *Chile-América*.⁶⁵⁷

No documento ainda se lê a justificativa da *Vicaría*, ante a Suprema Corte, para comprometer-se nesse âmbito de luta. Além do sentido humanitário e da posição da Igreja Católica sobre os direitos humanos, à organização inquietava o fato de que a existência de pessoas desaparecidas, no território nacional, colocava todos ante o grave problema de impotência por resolução e justiça plena, “tanto se su desaparecimiento tiene por origen un secuestro, una desgracia, un crimen o una detención. La vida o la muerte de una persona no puede ser objeto de opiniones inciertas o ligeras”. Os tribunais competentes, portanto, deveriam esgotar os procedimentos que lhes condiziam para “hacer prevalecer la justicia en el caso de estos desaparecidos”.⁶⁵⁸ Eis aqui, podemos assim refletir, a base do trabalho de documentação, denúncia e argumentação, exercida pela *Vicaría* e por *Chile-América*, que se consolidaria como demanda por justiça de transição na passagem do regime ditatorial para a democracia nos anos 1990 e ao longo da década.

A luta intransigente da *Vicaría de la Solidaridad* pelos direitos humanos rendeu embates com o poder ditatorial e a perseguição à reputação da organização em geral e a seus membros em particular (levada a efeito também por setores conservadores do catolicismo), abarcando desde a alta hierarquia da Igreja, como os bispos Raúl Silva

⁶⁵⁷ Ibid., p. 195-201.

⁶⁵⁸ Ibid, p. 197. Ver também CHILE-AMÉRICA. Presentación de la Vicaría de la Solidaridad de Chile al presidente de la Corte Suprema de Justicia. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, p. 157-170, 1976. Tratou-se, aqui, da publicação de outro documento da *Vicaría de la Solidaridad*, de 28 de fevereiro de 1976, destinado ao presidente da *Corte Suprema de Justicia* chilena, nas vésperas da reunião no país da OEA e antes de se iniciar, no mês de março, o Ano Judicial no Chile. Tal publicação não focalizou apenas a questão dos desaparecidos, compreendendo distintas facetas da violência institucional.

Henríquez e Enrique Alvear Urrutia, até funcionários que não exerciam o sacerdócio, mas compunham o quadro de atividades sociais que eram também exercidos por civis. O caso do bispo auxiliar Enrique Alvear envolveu abordagem ostensiva e foi publicada em *Chile-América* a denúncia formal feita por ele, assinada em 12 de maio de 1976, na qual explicava sobre sua detenção pela DINA. A detenção do advogado católico Hernán Montealegre, ocorrida em maio de 1976, após a expulsão do país do seu companheiro de trabalho, o ativista e professor José Zalaquett, foi outra ofensiva contra a *Vicaría*. Montealegre, como Zalaquett, integrou a equipe de juristas do *Comité de Cooperación por la Paz* e, uma vez dissolvido esse órgão, passou a trabalhar para a *Vicaría*. Ele foi preso em *Cuatro Álamos* e, com o fechamento desse centro clandestino em 1977, transferido então para *Tres Álamos*, acusado de ser comunista e prestar serviços a Cuba. Tal acusação foi rechaçada por *Chile-América*, considerada infundada, sem sustentação comprobatória acerca de suas relações internacionais, com base na própria trajetória de Montealegre.⁶⁵⁹

Além do clima de vigilância instaurado contra a ação social de parte da Igreja Católica, a campanha desagregadora contra a *Vicaría de la Solidaridad* se deu também no segmento da imprensa afim à ditadura, como o caso de *La Segunda* e *El Cronista*, que frequentemente desqualificavam o trabalho humanitário exercido pela organização religiosa, veiculando matérias que questionavam a legitimidade das listas de desaparecidos que ela divulgava.⁶⁶⁰ Segundo *Chile-América*, pessoas cujos nomes se encontravam nas listas de desaparecidos, de repente, eram colocadas em liberdade, sob ameaças constantes e condicionadas ao risco de novamente desaparecerem; ou, como outra medida ardilosa da ditadura, simulavam-se desaparecimentos que, em seguida, eram

⁶⁵⁹ CHILE-AMÉRICA. Campaña persecutória contra el obispo; El caso de Montealegre, una provocación fraguada contra la Vicaría de la Solidaridad. *Chile-América*, Roma, n. 19-20-21, 1976, p. 88-90 e p. 95-96.

⁶⁶⁰ CHILE-AMÉRICA. Campaña de escándalo contra la Vicaría de la Solidaridad para sembrar dudas acerca de las desapariciones. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 157-160.

denunciados ao organismo chileno de direitos humanos, utilizando-se, para isso, de ex-oficiais das Forças Armadas como supostos denunciantes. Construída e formalizada a denúncia falsa, procedia-se então para desmontá-la oficialmente, de modo que se fizesse desmoronar a credibilidade da entrada de supostos novos nomes no rol da *Vicaría*, quando na realidade essas pessoas nunca estiveram desaparecidas.⁶⁶¹

Com as limitações impostas às atividades políticas e sindicais no Chile, condição autoritária essencial para a consolidação do modelo político e econômico da ditadura pinochetista, o papel de destaque na efetivação das denúncias e no fortalecimento das ações de resistência e reanimação social no país coube, inicialmente, à Igreja Católica, ações que se viam exercidas, também, nos impressos a ela vinculados, as revistas *Mensaje* e *Solidaridad*. A *Vicaría*, como expressão crítica fundamental das atividades sociais católicas, foi atacada por Augusto Pinochet dentro da lógica de sua narrativa política típica, assim demonstrou *Chile-América* (n. 37-38, novembro-dezembro de 1977): a de uma suposta conspiração contra as transformações no Chile, construção retórica que se referia a uma campanha internacional do marxismo contra a seu governo. A *Vicaría de la Solidaridad*, nesse sentido, foi acusada não somente de pertencer a tal confabulação transnacional, mas de ser o centro de sua articulação desde o Chile.

Em discurso presidencial reproduzido e analisado por *Chile-América* em editorial, Augusto Pinochet defendeu que a malfadada campanha internacional “no se alimenta desde afuera, sino de aquí. Hay una organización que se llama de la Solidaridad, que da informaciones al exterior que no son verdaderas”. Dentro da linguagem belicosa anticomunista da ditadura, de flagrante embate social, agregou Pinochet: “Con quién es la solidaridad? Con los comunistas o con el país?”.⁶⁶² Em que pese a tentativa de

⁶⁶¹ CHILE-AMÉRICA. Disolución de la Dina: Borrón y cuenta nueva?. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 202.

⁶⁶² EDITORIAL. Crisis de legitimidad. *Chile-América*, Roma, n. 37-38, 1977, p. 8.

deslegitimar as ações de resistência e solidariedade da Igreja Católica, através da *Vicaría*, e se colocar como um líder injustiçado pela oposição política e humanitária, em uma coisa Pinochet tinha razão. De fato, articulavam-se amplas redes transnacionais de defesa dos direitos humanos, e a *Vicaría de la Solidaridad*, certamente, exerceu centralidade na coleta, produção e circulação das informações que ela angariava através da assistência jurídica, social e espiritual prestada junto aos perseguidos políticos e às famílias dos desaparecidos, relatos que eram registrados pela instituição em um impressionante trabalho documental e arquivístico.

Com a denúncia de 15 cadáveres pela *Vicaría*, demonstrando evidências concretas de torturas e morte sumária, posteriormente queimados nos fornos de uma mina de cal abandonada de Lonquén, povoado da região metropolitana a 50 km de Santiago, a Igreja Católica foi assertiva sobre o fato de que tais mortos, até então desaparecidos, todos camponeses, haviam sido assassinados pelo aparato repressivo da ditadura. “Voz de los sin voz,” como lembrou Hugo Cancino, a Igreja Católica e os trabalhos da *Vicaría* foram decisivos para a aquisição de informações e desenvolvimento das investigações sobre esse trágico ocorrido, descoberto em novembro de 1978, tão representativo de um contexto de terror e de imposição de uma cultura de morte.⁶⁶³

Amparada nas informações da *Vicaría de la Solidaridad, Chile-América* contribuiu de pronto na edição, organização e divulgação das notícias, em números distintos da revista, logo da descoberta do caso, com grau de precisão e atualização nas denúncias, incluindo os nomes das vítimas, que em grande medida, posteriormente, foram confirmadas com o avanço das investigações e o conseqüente julgamento que levou à condenação de sete *Carabineros*, em setembro de 2016. Estes foram responsabilizados pelo sequestro, assassinato e ocultamento dos cadáveres no momento inicial da violência

⁶⁶³ CANCINO, Hugo. La Iglesia Católica y su contribución a la reconstrucción de la democracia en Chile (1973-1989). *Revista del Cesla*, n. 2, 2001, p. 45.

política pelas forças de segurança da ditadura, entre 1973 e 1974. Precisamente, as vítimas foram presas pelos *Carabineros*, em distintas circunstâncias, no dia 7 de outubro de 1973, na comunidade rural de *Isla de Maipo*. Tratou-se de um caso bastante simbólico, afirmou a autora Denisse Gutiérrez Zúñiga, por ter revelado suspeitas consistentes sobre os destinos fatais dos *detenidos-desaparecidos*.⁶⁶⁴

Em 2 de julho de 1979, como resultado das investigações do *Ministro en Visita Extraordinaria*, o então *Ministro de la Corte de Apelaciones* de Santiago, Adolfo Bañados Cuadra, os *Carabineros* suspeitos foram tornados réus sob a acusação de autoria das 15 mortes em Lonquén. Todavia, foram logo enquadrados na *Ley de Amnistía*, editada por Pinochet em 18 de abril de 1978, e permaneceram impunes até a ministra da Corte de Apelações de San Miguel, Adriana Sottovia, ditar novamente acusação, em 2014, contra os *Carabineros* em retiro (reserva, não ativos naquele momento), todos condenados dois anos depois.⁶⁶⁵

Chile-América enfatizou o papel da Igreja Católica chilena nas averiguações iniciais das denúncias, recebidas por ela, de ossadas encontradas nas antigas minas da região, informação transmitida durante simpósio sobre direitos humanos realizado em Santiago em novembro de 1978, patrocinado/organizado pela instituição. Esse simpósio foi permitido pela ditadura militar, embora tenham sido organizados atos e provocações públicas para fazê-lo fracassar ou, no mínimo, minar sua credibilidade. Dentre os participantes, todos personagens renomados da luta pelos direitos humanos, estiveram o arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns; o ativista britânico e

⁶⁶⁴ GUTIÉRREZ ZÚÑIGA, Denisse Alejandra. “Los hornos de Lonquén”. El hallazgo que reveló la verdad sobre los detenidos desaparecidos en Chile. Reflexiones sobre el rol que cumplió la prensa escrita en la difusión del caso (1973-1979). (Tesis) 116p. Departamento de Ciencias Históricas y Sociales, Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad de Concepción, 2013. Neste trabalho, a autora mostrou a importância da revista *Solidaridad* nos esclarecimentos dos fatos diante da opinião pública.

⁶⁶⁵ Hornos de Lonquén: la verdad de los “presuntos desaparecidos”. Disponível em: <https://ww3.museodelamemoria.cl/Informate/hornos-de-lonquen-la-verdad-de-los-presuntos-desaparecidos/>. Acesso em: 15/09/2020.

secretário-geral da Anistia Internacional, Martin Ennals; o jurista holandês e diretor da divisão de Direitos Humanos da ONU, Theo Van Boven; o bispo peruano Luis Bambarén; além de outras representações de igrejas e organismos nacionais e internacionais.⁶⁶⁶

Em seguida à revelação dos restos das vítimas executadas, foi formada uma comissão para aprofundamento das informações, responsável, portanto, por compor os antecedentes da denúncia e depois formalizá-las para a Corte Suprema. Fizeram parte dela, entre outros participantes, Enrique Alvear, bispo auxiliar de Santiago; Cristián Precht, vicário-diretor e representante da *Vicaría de la Solidaridad*; e os advogados e ativistas de direitos humanos Máximo Pacheco e Alejandro González. Os membros da comissão puderam verificar a existência dos cadáveres e restos mortais de desaparecidos da comunidade rural de *Isla de Maipo*, nomes divulgados pela *Vicaría* e que já figuravam em listas de desaparecidos denunciadas previamente à justiça pela organização católica.

A contribuição dos familiares das vítimas foi decisiva para o desfecho do caso. Ainda durante as primeiras etapas do trágico acontecimento, partícipe da circulação das denúncias e da campanha acusatória contra a ditadura, *Chile-América* afirmou que a investigação em curso serviu para evidenciar a magnitude da repressão para além das áreas urbanas. Por outro viés, a revista antecipou a sustentação da impunidade que a Lei de Anistia proporcionaria aos agentes dos serviços de segurança da ditadura que tivessem incorrido em fatos delituosos durante a vigência do Estado de Sítio, como assim garantia essa legislação promulgada.⁶⁶⁷

⁶⁶⁶ ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991, p. 23.

⁶⁶⁷ CHILE-AMÉRICA. La masacre de Lonquén y los desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 48-49, 1978, p. 159-164; CHILE-AMÉRICA. Identificados varios cadáveres de la mina de Lonquén y se comprueba a que se trata de prisioneros desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 102-104; CHILE-AMÉRICA. La matanza de Lonquén se encuentra en el marco de muchos asesinatos de prisioneros en los primeros días del golpe. *Chile-América*, Roma, n. 52-53, 1979, p. 99-101; CHILE-AMÉRICA. Lonquén, un crimen alevoso y una burla inhumana. *Chile-América*, Roma, n. 56-57, 1979, p. 154-156.

Por todo o protagonismo de parte da Igreja Católica chilena, por meio da *Vicaría*, na assistência aos perseguidos pela ditadura e na defesa do restabelecimento das condições democráticas e dos direitos humanos, *Chile-América* afirmou em editorial que os acontecimentos dos últimos meses, referindo-se ao fim do ano de 1978 e o impacto do caso Lonquén, mostraram mais uma vez a instituição católica “como protagonista en la vida nacional, en claro contraste con el régimen militar”.⁶⁶⁸ A *Vicaría de la Solidaridad* foi, no Chile, meio de expressão de valores humanitários e de solidariedade, como apontava a revista, somando-se ao trabalho no exterior exercido por distintos organismos de defesa dos direitos humanos, partidos políticos e pela própria *Chile-América* no amplo esforço pela (re)construção da democracia.

Lembramos que os trabalhos desenvolvidos pela *Vicaría* e seu arquivo construído foram herdeiros de outro organismo prévio, o *Comité de Cooperación para la Paz en Chile* (COPACHI). Ou seja, retomamos esse dado já discutido na tese de modo a reconstituir o fato de que a sistematização das informações que se iam acumulando em razão das tarefas de assistência às vítimas da repressão por esse organismo ecumênico e as denúncias recebidas, com distintos níveis de sigilo e anonimato, legaram à *Vicaría de la Solidaridad* o importante acervo arquivístico acerca da repressão, construído desde o princípio da ditadura até seu encerramento pela hierarquia eclesiástica em 1992. Muito do que se conheceu no estrangeiro sobre a repressão política foi resultado do envio de informações desses dois organismos a organizações e autoridades internacionais, “de forma responsable y documentada”, destacou a autora María Angélica Cruz,⁶⁶⁹ muitas delas financiadoras das iniciativas humanitárias, como o foi o *Consejo Mundial de*

⁶⁶⁸ EDITORIAL. La iglesia asume la voluntad nacional de democracia y derechos humanos. *Chile-América*, Roma, n. 48-49, 1978, p. 7.

⁶⁶⁹ CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 146.

Iglesias. Isso novamente nos faz pensar no temor justificado de Pinochet, o de que a *Vicaría* produzia e organizava parte consistente das denúncias que circulavam nas redes políticas e de defesa dos direitos humanos.

Assim, “durante todo el régimen militar la información que manejaba primero el COPACHI y luego la Vicaría de la Solidaridad permitió contrarrestar las declaraciones oficiales que negaban y/o distorsionaban los hechos relativos a persecución política”, afirmou María Angélica Cruz. Parte substancial das informações que conformavam o arquivo da *Vicaría* consistia em ações judiciais de seus advogados, empreendidas em defesa das vítimas, assim como publicações que a instituição eclesiástica produzia, a bem dizer, seus informes periódicos e o boletim/revista *Solidaridad*, contendo dados da repressão, frequentemente enviados para organizações fora do país, muitos, por exemplo, a que *Chile-América* teve acesso e publicou ao longo de suas edições.⁶⁷⁰

Como bem salientou María Angélica Cruz, a história de COPACHI e da *Vicaría* “revela el cruce de varias lógicas y actores: las relaciones entre las distintas iglesias, [...] los vínculos entre Iglesia católica e izquierda por el compromiso de los cristianos con el gobierno socialista que había sido derrotado, la relación de la Iglesia católica con los partidos políticos, organismos internacionales, organizaciones locales y sociales”,⁶⁷¹ ou seja, o mundo de conexões humanitárias e políticas ao qual *Chile-América* pertenceu.⁶⁷²

O que possibilitou a iniciativa e a confluência de setores tão distintos da resistência à ditadura foi a questão dos direitos humanos e do esforço pela democratização no Chile, tão bem sintetizado pelo bispo Fernando Aristía, fundador e presidente de COPACHI: tratava-se de “una respuesta ante una urgencia que nos gritaba por todos lados”.⁶⁷³ Podemos afirmar, assim como Nancy Nicholls, que de redes de comunicação e

⁶⁷⁰ Ibid., p. 156-157.

⁶⁷¹ Ibid., p. 144.

⁶⁷² Ver imagem na página 246, Capítulo 2.

⁶⁷³ ARISTÍA apud CRUZ, María Angélica. Op. Cit., p. 146.

de vínculos de solidariedade contra o terrorismo de Estado no Chile e no Cone Sul geraram espaços de acolhida, denúncia, ativismo político e humanitário.⁶⁷⁴

A *Vicaría de la Solidaridad* exerceu centralidade nessa rede humanitária de denúncia em razão do prestígio internacional adquirido, e para isso contou internamente com a organização e divisão das áreas de suas ações. Foram elas: a jurídica, a assistencial, a social e a de comunicação. O departamento jurídico-assistencial foi muito importante pelo trabalho de assessoria legal levado a efeito junto aos familiares de *detenidos-desaparecidos*. Isso permitiu à *Vicaría* reunir e divulgar uma quantidade enorme de dados sobre violações dos direitos humanos, organizando documentação que, então tornada pública, foi utilizada por poderes públicos, associações particulares e organizações internacionais “legítimamente preocupadas por los derechos humanos”. A área de comunicação da *Vicaría* cumpriu central função para a transmissão e circulação das informações e denúncias, responsável pela publicação bimensal do boletim informativo *Solidaridad*, “valiosa fuente de información a nivel popular [...] sobre la situación social del país y la actuación de la Iglesia en materias de derechos humanos y solidaridad”.⁶⁷⁵ Em grande medida, os acessos de *Chile-América* à documentação da *Vicaría* vinham da sua parceria com o impresso *Solidaridad* na troca ou simples divulgação das informações, ou mesmo através de comunicações diretas entre a revista e a organização católica.

Embora o caso Lonquén, ocorrido em área de trabalhadores do campo, tenha ganhado bastante notoriedade, indígenas, comunidades rurais e sociedades locais foram menos contempladas em *Chile-América* do que os setores urbanos e as grandes cidades, possivelmente pela maior dificuldade em se conseguir informações sobre as populações

⁶⁷⁴ NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, jan. - abr. 2019, p. 50.

⁶⁷⁵ VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD. Los derechos humanos en Chile: una experiencia solidaria. In: *Simposium Internacional*. La Iglesia y la dignidad del hombre, Santiago de Chile, 22, 23, 24 y 25 de noviembre de 1978, p. 76 e 82.

espalhadas pelo território chileno. Em somente uma edição, a revista apresentou lista de camponeses desaparecidos, advertindo para o desconhecimento e, portanto, a necessidade de se compreender como a repressão os atingiu, principalmente quando refletimos sobre a importância adquirida por esse setor social no processo de Reforma Agrária iniciado no governo de Eduardo Frei Montalva e aprofundado na presidência de Salvador Allende.⁶⁷⁶

Sem deixar, todavia, de atuar nesse âmbito, a revista reproduziu matéria de *Solidaridad*, na qual se reclamava sobre a falta de solução e impunidade para o assassinato sumário de 18 camponeses na comuna de Mulchén, província de Bío-Bío, em outubro de 1973, vítimas do aparato repressivo da Junta Militar. Na sequência dessa publicação, noticiou-se a descoberta de cadáveres em distintos pontos da província de Tarapacá, no norte do país, afirmando ter sido um local onde a repressão, a cargo do general Carlos Forrestier, foi bastante dura com a resistência à ditadura. Recordou *Chile-América* que “allí estuve el campo de concentración de Pisagua y que en este sitio hubo vários fusilamientos comprobados”. Situação similar ocorreu em Iquique, também no norte, província em que a *Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* buscava maiores informações sobre a descoberta de seis corpos, incluindo o de uma criança.⁶⁷⁷

Mesmo dando alguma evidência a outras regiões e províncias do Chile, Santiago (e região metropolitana), bem como a região de Valparaíso foram os principais recortes espaciais da abordagem política e humanitária feita na revista, seja pensando na repressão

⁶⁷⁶ CHILE-AMÉRICA. Dossier “Chile-América”. Lista de campesinos desaparecidos. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 211-214. Para dimensionar o alcance das ações repressivas da ditadura a membros dos povos originários, sobretudo os *mapuches*, e camponeses na região centro-sul do Chile, ver MORALES URRA, Roberto. Cultura mapuche y represión en dictadura. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, 1999, p. 81-108. Segundo o autor, para a repressão aos *mapuches*, entraram em jogo representações sociais consolidadas historicamente nos segmentos de poder dominante, incluindo as autoridades responsáveis pela segurança, segundo as quais a imagem de “nativos indômitos, guerreiros e esquerdistas”, entraves para os interesses políticos e econômicos, contribuiu para direcionar a intensidade com que essas populações foram atacadas e parcialmente desestruturadas.

⁶⁷⁷ CHILE-AMÉRICA. Mulchén: una masacre sin responsables; Nuevo hallazgo de cadáveres en la Zona Norte. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981, p. 110-112.

implacável ou nos esforços de organização político-partidária da resistência. Em seguida, aparecia com algum destaque Concepción e a região de Bío-Bío.

A questão dos presos e desaparecidos foi a que mais recebeu a atenção do impresso em sua seção *Derechos Humanos*, levando, através do trabalho de Fernando Murillo Viaña, a que se esboçassem e atualizassem listas de perseguidos em distintas regiões do país. Destacando o ano de 1979 e ainda sob o impacto do caso Lonquén, os editores da revista ressaltaram que a repressão, longe de arrefecer, “ha cobrado nuevas vidas y se ha traducido en reiteradas violaciones a los derechos humanos. [...] En los últimos meses del año ha adquirido una dimensión impresionante el problema de los prisioneros desaparecidos”.⁶⁷⁸ A gravidade dessa violência que assombrava os chilenos e parte expressiva da comunidade internacional era frequentemente refletida pelas posições dos organismos de direitos humanos, que dividiam com outras frentes de luta humanitária os informes e dados chocantes de suas investigações em curso: “en la OEA y en las Naciones Unidas se tiene conciencia de que los prisioneros desaparecidos en Chile oscilan entre 1000 o 2000”. *Chile-América* acrescia, ainda no esforço de dimensionar a violência para além da região de Santiago, que nos últimos meses de 1978 e nos dois últimos meses de 1979 “se han descubierto los restos de 15 prisioneros desaparecidos del pueblo de Isla de Maipo (en Lonquén), de 19 de los pueblos de Laja y San Rosendo (en Yumbel) y de 13 campesinos [...] en el confín de las provincias de Bío Bío y Malleco”.⁶⁷⁹

Este último caso, referente a Bío Bío e Malleco, de impacto social semelhante ao ocorrido em Lonquén, referia-se à descoberta de um cemitério clandestino na comuna de Mulchén, após denúncia formulada por advogados do Departamento de Serviço Social

⁶⁷⁸ CHILE-AMÉRICA. Más tumbas clandestinas: empieza a verificarse con horror que en Chile hubo una bárbara matanza de prisioneros. *Chile-América*, Roma, n. 58-59, 1979, p. 157.

⁶⁷⁹ *Ibid.*, p. 157-158. Sobre os informes condenatórios publicados pelas comissões de direitos humanos da OEA e da ONU, em 1979, ver, na mesma edição de *Chile-América*, o texto *Altamente acusatorios los informes de la OEA y de las Naciones Unidas sobre violaciones a los derechos humanos en Chile*, p. 166-169.

do Bispado de Concepción, cujos membros (e sobretudo os integrantes da *Pastoral de Derechos Humanos*), importa dizer, realizaram relevante trabalho de solidariedade aos atingidos pelo regime pinochetista, em associação com o *Comité Pró Paz*, a *Vicaría* e a *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos de la Octava Región*.⁶⁸⁰ Confirmou-se também, na comuna de Yumbel, um pouco mais ao norte, próximo a Concepción, número expressivo de vítimas da ditadura, mortas no dia 7 de outubro de 1973. *Chile-América* avaliava esses ataques, realizados por parte de unidades operativas do Estado com a participação de civis associados a antigos proprietários de terra e militantes de *Patria y Libertad*, ao processo de reforma agrária desenvolvido na região, interrompido com extrema violência nos primeiros meses de governo da Junta Militar, vitimando camponeses sindicalizados, ligados aos partidos de esquerda, muitos funcionários da *Empresa Nacional de Eletricidad* (ENDESA), estatal que foi privatizada ao final da ditadura.⁶⁸¹

Ao lançar luz sobre tantos casos, a revista lamentava ter de chegar à conclusão espantosa, a uma tragédia que os familiares de desaparecidos resistiam a aceitar enquanto não houvesse evidências absolutas: “de que en Chile se ha consumado la más bárbara matanza de prisioneros indefensos, en muchos casos tras inhumanas torturas y vejaciones”.⁶⁸²

Até sua última edição, de maneira linear e sem retroceder, *Chile-América* manteve seu propósito de fazer circular denúncias e demonstrar, para seus leitores chilenos e estrangeiros, a existência da violência do pinochetismo ao longo de toda sua construção.

⁶⁸⁰ Sobre a Igreja de Concepción e sua defesa dos direitos humanos na região de Bío Bío, ver VEJA SOTO, María Eliana. *No hay dolor inútil: la Iglesia de Concepción y su defensa de los derechos humanos en la región de Bío Bío entre 1973 y 1991*. Agrupación de familiares de Detenidos Desaparecidos y Departamento de Pastoral Obrera Arzobispado de Concepción, 1999.

⁶⁸¹ CHILE-AMÉRICA. Mulchén: un fallo para sepultar la verdad. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 86-87.

⁶⁸² CHILE-AMÉRICA. Más tumbas clandestinas: empieza a verificarse con horror que en Chile hubo una bárbara matanza de prisioneros. *Chile-América*, Roma, n. 58-59, 1979, p. 157.

Foi, portanto, na edição final de número 88-89, compreendendo os meses de julho a outubro de 1983, que a revista abordou a violência estatal contra os *pobladores*, no contexto inicial e ascendente das *Protestas Nacionales* no Chile, manifestações, seguidas de forte repressão, que se espraiavam para os setores populares de Santiago (*población Nuevo Amanecer, La Victoria, La Legua, Lo Hermida*, para citar algumas delas). Expressa *Chile-América*, demonstrando que a ditadura reprimiu a distintos segmentos sociais ao longo dos anos, que sobre as regiões periféricas da capital chilena, conformadora, segundo ela, de um “cinturón de pobreza, hambre y desesperación”, fazia-se sentir, naquele momento, “con mayor violencia la represión del régimen, con el doble propósito, amedrentar y [...] disuadirlos en su empeño por forzar cambios hacia una más rápida democratización”.⁶⁸³

Para isso se lançou a operação *rastrillo*, em que as forças de segurança invadiam violentamente e destruíam as casas nas *poblaciones*, obrigando os moradores a saírem, muitas vezes, desnudos. “Detienen a todos los hombres, incluso niños de 14 años, a los cuales submeten a feroces golpizas. Algunos quedan detenidos”. Em *La Victoria*, por exemplo, sob a liderança de religiosos de base como o pároco francês Pierre Dubois, ativista dos direitos humanos e colaborador da *Vicaría de la Solidaridad*, formalizaram-se denúncias coletivas pela população ante a tribunais e à justiça militar, além da resistência praticada nas ruas com barricadas que visavam impedir a entrada policial.⁶⁸⁴

Além do reconhecido trabalho das igrejas exercido também nos setores habitacionais mais pobres de Santiago, muitas denúncias oriundas das *poblaciones* a respeito da violência de militares e *Carabineros*, sobretudo durante as *protestas*, levando a humilhações, prisões e mortes, foram recolhidas, assistidas, organizadas e formalizadas

⁶⁸³ CHILE-AMÉRICA. La violencia contra los pobladores: una manera de amedrentar y discutir la lucha por mayor democracia y justicia. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983, p. 98.

⁶⁸⁴ *Ibid.*, p. 98-99.

pela *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, organização que, naquele momento, junto à *Vicaría*, exercia os principais trabalhos de proteção e promoção dos direitos humanos no Chile. A revista *Chile-América*, com canais de interlocução, como neste trabalho já apontamos, também com a CCDH, publicou o informe mensal dessa organização, de agosto de 1983, no qual se difundiam muitos depoimentos de *pobladores*, incluindo lideranças e dirigentes locais, contra o aparato de força da ditadura pinochetista. Em um dos *testimonios*, revelaram-se situações brutais como a ocorrida em *La Legua*, onde moradores, sobretudo homens, foram obrigados a deixar suas casas e, nus, forçados a apagar as chamas feitas em manifestações, resultando em queimaduras graves nas nádegas e nas plantas dos pés.⁶⁸⁵

Graves casos assim relatados e a abordagem descritiva e analítica que fizemos neste capítulo se constituíram como espécie de recorte representativo das inúmeras denúncias efetivadas por *Chile-América* acerca da estrutura de violência e a sistemática violação de direitos humanos por parte da ditadura pinochetista. O aparato repressivo e as situações aqui reportadas, aprofundadas posteriormente pelas comissões da verdade chilenas e, portanto, mais conhecidas na atualidade, à época apareceram como denúncias fundamentadas em primeira mão ou reproduzidas através de meios que integravam as redes transnacionais de circulação das informações sobre o que se passava no Chile, pela defesa premente e irrestrita dos direitos humanos. Todo material produzido e/ou reproduzido por *Chile-América* foi bastante robusto nesse aspecto, farto em detalhes, notícias, demonstrando uma verdadeira busca, de caráter jornalístico, investigativo, pela informação. A linguagem da denúncia foi, para a revista, uma das principais armas de luta contra a ditadura.

⁶⁸⁵ CHILE-AMÉRICA. Denuncias de los pobladores a la Comisión Chilena de Derechos Humanos. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983, p. 101-104.

Nem sempre, ou poucas vezes, na realidade – assim verificamos –, os contatos das informações coletadas eram revelados, por uma questão de segurança e sigilo das fontes, o que se apresentou para nós como obstáculo no sentido de uma melhor compreensão, de forma mais detalhada, acerca do funcionamento das redes de informação e denúncia, embora parcialmente pudemos demonstrar e traçar as relações e interlocuções entre a revista e o mundo católico-humanitário, bem como com os organismos locais e transnacionais de defesa dos direitos humanos, apresentados ao longo de toda tese até aqui. As relações da revista com os partidos políticos, embora já evidentes e constitutivas dessas redes, foram aprofundadas no capítulo seguinte.

Em grande medida, tais apontamentos nos fazem refletir sobre *Chile-América* como um vetor ou um suporte cultural e político que atuava de maneira bastante central, revelando um traço definitivo do que foi seu projeto editorial: intervir, desde o exílio, como um arquivo alternativo (não oficial) da repressão, que coletava, organizava, produzia e divulgava sistematicamente informações inéditas ou reproduzidas de outras fontes, visando esclarecer sobre as violações de direitos humanos.⁶⁸⁶

Atuar no mundo dos arquivos, da aquisição e publicidade de dados e de memórias que possibilitassem robustecer as denúncias contra a ditadura, confrontando suas versões oficiais, foi uma forma de resistência de grande significado para os meios políticos e humanitários da luta chilena pela democracia e pela verdade, experimentando passos preliminares pela justiça para com as vítimas do aparato de violência do pinochetismo. *Chile-América* atuou nesse campo de disputas desde os primeiros momentos da resistência, pela revelação e pela memória, contra o esquecimento e a impunidade, e o fez

⁶⁸⁶ Tomamos esse sentido de arquivo alternativo da repressão da autora Elizabeth Jelin. Ver JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 5-6.

como um impresso periódico, deliberadamente, como parte do seu projeto editorial, o que o diferenciava de outras experiências que agiam na mesma seara arquivística e informativa em defesa dos direitos humanos, ou mesmo em relação à maioria das revistas chilenas do país ou do exílio, de tendências mais culturais.

Tratava-se, pois, em *Chile-América*, para encerrar com argumentos com os quais abrimos e buscamos sustentar as discussões do capítulo, de uma documentação organizada pela revista, porém, em maior medida, produzida por distintos organismos de direitos humanos, tenham sido eles de caráter local ou transnacional, fundamentada por denúncias ou testemunhos das pessoas afetadas, as vítimas diretas, ou das vítimas indiretas, como o foram os parentes, os vizinhos e os companheiros de partido, por exemplo. As publicações e os registros foram também alimentados por dados colhidos de outros impressos periódicos, notadamente *Solidaridad*, que se constituíram base para uso imediato da informação no presente, espécies de repositórios da verdade a respeito do que efetivamente se passava durante a ditadura chilena. Para a revelação das violências institucionais secretas, pulsava o sentido político da prática da coleta, organização, edição e divulgação desses registros, em um exercício constante de arquivamento, mediação e criação intelectual.⁶⁸⁷

A ideia de arquivo, afirma Elizabeth Jelin, encontra-se intimamente ligada à perspectiva de preservar os rastros do passado.⁶⁸⁸ No caso de *Chile-América*, seria melhor dizer o registro de um presente duro, pulsando o dinamismo da violência e do autoritarismo que dividiam o Chile e revelavam a face destrutiva de sua história política

⁶⁸⁷ Esse ponto é também tratado por Elizabeth Jelin. *Ibid.*, p. 6 e 9.

⁶⁸⁸ JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1.

recente, cuja sucessão de acontecimentos era acompanhada pela revista de maneira a intervir e transformar a conjuntura.

Vimos como esse papel desempenhado pelo impresso contribuiu para desvelar as implacáveis investidas da ditadura contra a esquerda chilena, principalmente, ainda que atingissem duramente expressivas parcelas populares e setores das igrejas cristãs dedicados ao trabalho humanitário, igualmente críticos não somente da perseguição política exercida, como também da política econômica neoliberal do regime. Faltou a nós, todavia, analisar com maior atenção como se deram os embates oficiais com outro segmento político-partidário, os democrata-cristãos, atingidos com muito menor letalidade, assim nos mostrou *Chile-América*, mas que de forma alguma escaparam ilesos do aparato institucional-repressivo.

3.4 – Investida autoritária da ditadura contra a Democracia Cristã

O sentido do autoritarismo da ditadura, após centralizar as iniciativas repressivas que visavam destruir especialmente os partidos da UP, logo se voltou, também, para os políticos da DC, embora não com a mesma carga de letalidade. *Chile-América* repercutiu a guinada de violência sobre os partidos inicialmente postos em recesso político – diferentemente dos partidos de esquerda, prontamente tornados ilegais pela Junta -, atingindo a DC, o PIR (fração desprendida do Partido Radical em 1971) e até mesmo o direitista Partido Nacional.

Após o pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, em março de 1977, em que mais uma vez se denunciou a Junta Militar de Pinochet por efetivar “contínua e flagrante violação de direitos humanos”, e a aprovação de sua resolução condenatória, a ditadura, refutando as denúncias e as apresentando, no intuito

de desacreditá-las, como “campanha externa impulsionada pelo marxismo internacional”, permaneceu em movimento ascendente de perseguição à oposição política, com novas medidas repressivas, duros golpes que, pouco a pouco, atingiam, para além da esquerda, os democrata-cristãos. O Estado de Sítio foi prorrogado pelo oitavo período consecutivo de seis meses, desde 11 de setembro de 1973, e o que se atrelou a isso foi a diversificação da violência política e de seus “públicos-alvo”.⁶⁸⁹

Quase 4 anos após o golpe, a DC experimentava a ilegalidade e, seus dirigentes, os amargos efeitos das ações de vigilância e violência da ditadura. Tomás Reyes e Andrés Zaldívar tornaram-se inimigos alvejados pelo regime pinochetista, e o partido foi atacado centralmente, dentre outras medidas, com o fechamento da sua *Radio Balmaceda*. A natureza autoritária avolumou-se com a promulgação de um bando (mandato oficial) segundo o qual a edição e a distribuição de novos diários, livros e revistas, nacionais ou estrangeiros, deveriam passar pela autorização prévia de um militar responsável oficialmente pelo setor editorial. Como explicou *Chile-América*, tal medida foi dirigida contra a antiga equipe jornalística da revista *Ercilla*, ligada politicamente à DC, que propunha lançar uma nova publicação: “Como es sabido, Ercilla fué adquirida por un grupo económico que apoya a la Junta”, afiançava a revista.⁶⁹⁰

Nas edições seguintes, novas informações apontaram que, além da *Radio Balmaceda*, a tradicional revista teórica do partido, *Política y Espiritu*, foi clausurada, assim como o editorial *Aconcagua*, dirigida pelos democrata-cristãos Edmundo Pérez Yoma, Gastón Cruzat, Genaro Arriagada e Claudio Orrego. Ademais, o escritório do então presidente da DC, Andrés Zaldívar, foi assaltado, com documentos e endereços pessoais roubados, e fotos de Eduardo Frei Montalva, maior expressão política do partido, rasgadas. O mesmo ocorrendo na casa do ex-senador pelo partido, Rafael Moreno,

⁶⁸⁹ EDITORIAL. Irupción de tendencias en la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 5.

⁶⁹⁰ *Ibid.*, p. 5-6.

invadida. O quadro de medidas intimidatórias a dirigentes democrata-cristãos ainda contemplou um assalto, depois caracterizado como, de fato, uma ação política, ao ex-deputado e líder sindical Samuel Astorga, cujos documentos pessoais foram levados após ação violenta.⁶⁹¹

O editorial da edição 28-29-30 de *Chile-América*, de 1977, ano no qual a ditadura aumentou a perseguição à DC, analisou um cenário que aparentemente pintava como favorável para a resistência chilena, o de que a dissolução da DC e demais partidos políticos que haviam estado em recesso teria agudizado os conflitos internos da base social de sustentação do regime. Por um lado, segundo a revista, estariam DINA e *Patria y Libertad*, que reforçavam essa linha ofensiva e violenta adotada. Por outro, ainda na análise feita pelos editores de *Chile-América*, se colocavam parte do *gremialismo* e alguns impressos periódicos como *El Mercurio* e *Qué Pasa*, que calculavam como grave inconveniente para o êxito da Junta Militar radicalizar-se nesse sentido e ganhar adversários políticos de peso, como a DC, partido com consistente estrutura orgânica e base de apoio. O isolamento internacional da Junta Militar, fruto da pressão exercida pela rede de denúncias, preocupava os *gremialistas* que, por conseguinte, demandavam, como resposta oficial à conjuntura que se ensaiava crítica ao regime, a necessidade de aprofundamento da nova institucionalidade.⁶⁹²

Fazemos notar, por conseguinte, que a ofensiva contra a DC gerou respostas dos seus mais importantes nomes diretivos, dentre os quais Eduardo Frei Montalva e Patricio Aylwin, aumentando ainda mais o coro de críticas, oposição e denúncias contra a ditadura por parte de tradicionais e prestigiosos políticos chilenos. O primeiro advertiu ao governo

⁶⁹¹ CHILE-AMÉRICA. El conflicto y la disidencia se ahondan. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 82; CHILE-AMÉRICA. Sigue el terrorismo de la DINA: esta vez director de "Qué Pasa". *Chile-América*, Roma, n. 33-34, 1977, p. 8.

⁶⁹² JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 244.

ditatorial para que não se esquecesse que “algún día los actos de los que así abusan serán juzgados por el pueblo de Chile”.⁶⁹³ Aylwin, por sua parte, foi mais incisivo, exercendo crítica ampla à ditadura, não apenas no que dizia respeito ao autoritarismo, mas ao sentido de construção do pinochetismo e seus elementos e transformações estruturais iminentes:

En lo político, el régimen del Gral. Pinochet sigue ejerciendo la plenitud del poder, el pueblo continúa privado de toda participación y las libertades fundamentales permanecen suspendidas en virtud de un estado de emergencia que se perpetúa. En lo económico, [...] la recesión continúa, la desocupación real bordea al 20% de la población activa y el modelo dogmático de ‘privatización’ y ‘economía libre’ está enriqueciendo a una ínfima minoría, pauperizando a grandes sectores populares y proletarizando a la clase media. En lo social, las desigualdades crecen abismantemente y el país retrocede a situaciones y criterios superados hace 40 años.⁶⁹⁴

Na realidade, para além dos setores democrata-cristãos contrários à ditadura desde o primeiro momento, que, portanto, já exerciam sua oposição ao golpe e ao governo da Junta, dentre os principais nomes estavam Bernardo Leighton, Ignacio Palma, Radomiro Tomic, Renán Fuentealba, Claudio Huepe e outras lideranças, no interior da cúpula da DC havia, como se sabe, a corrente majoritária que se impôs oficialmente no apoio ao golpe, tendo em Eduardo Frei e em Patricio Aylwin figuras de relevo e que representaram essa posição. Todavia, como temos analisado, foi se construindo uma mudança de postura como consequência da compreensão a respeito da natureza cada vez mais evidente da ditadura, e o tom crítico e de enfrentamento por parte dessa ala freísta foi gradativamente tornado público. Antes mesmo do exposto acima, *Chile-América* já havia divulgado a carta de Patricio Aylwin, então presidente do partido (desde o golpe até 1976), sucedido na direção por Andrés Zaldívar, destinada a todos os democrata-cristãos, por ocasião do último aniversário de fundação da DC, em 28 de julho de 1976. Basicamente, o documento tratou das vicissitudes pelas quais atravessavam o partido e sua militância,

⁶⁹³ EDITORIAL. Irupción de tendencias en la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 5-6.

⁶⁹⁴ CHILE-AMÉRICA. La Democracia Cristiana chilena prosigue su crítica a las políticas del gobierno militar. Entrevista a Patricio Aylwin. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976 e 1977, p. 189.

“sin duda, [...] el peor momento de nuestra historia”, renunciando as manifestações públicas de oposição ao regime que passariam a ter um sentido ascendente.⁶⁹⁵ A mensagem de Aylwin aos militantes se dava no contexto da expulsão de Jaime Castillo Velasco do Chile, em agosto de 1976, atingindo figura central do setor diretivo majoritário do partido e que se destacava na luta em defesa dos direitos humanos. A edição da revista avaliou, em nota introdutória, que a medida contra o influente quadro do partido de centro revelava o propósito da ditadura de pressionar todas as formações partidárias cuja organização, em alguma medida, ainda se aceitava, ou seja, as agremiações que ainda tinham alguma margem para atuação no país. Buscava-se, ainda que sem a dura perseguição exercida contra a esquerda, direcionar medidas autoritárias alternativas à DC que ou destituíam sua autonomia ou a feriam de morte: “a submissão ou a destruição”, sentenciava a análise feita.⁶⁹⁶

Nas primeiras edições de *Chile-América*, ganhou notoriedade a publicação de uma série de documentos oficiais democrata-cristãos nos quais é possível perceber o gradativo desgaste entre o partido e a ditadura. O texto de abertura dessa série documental, que esteve presente nas edições de número 4, 5 e 6-7, contemplando a posição de lideranças democrata-cristãs entre setembro de 1973 e abril de 1975, apontou para o que nós interpretamos como três linhas do partido, que não chegaram a provocar seu rompimento completo em frações dissidentes, como havia ocorrido com o surgimento do MAPU.⁶⁹⁷ Assim, seriam elas, a partir de análise em *Chile-América*, a vertente crítica e progressista do *Grupo de los 13*, liderada por Leighton, Palma, Huepe e Fuentealba; a posição que esteve com a direção central e a adesão ao golpe, mas que logo se fez quase autônoma em

⁶⁹⁵ CHILE-AMÉRICA. Mensaje de Patricio Aylwin a los democrata cristianos. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 87.

⁶⁹⁶ CHILE-AMÉRICA. La Junta reprime a la DC. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 69.

⁶⁹⁷ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 4, 1975, p. 43.

suas críticas à ditadura e na atuação em defesa dos direitos humanos, composta por Jaime Castillo Velasco, Antonio Raveau, Alfredo Etcheverry, Luis Ortiz, Andrés Aylwin Azócar e Héctor Valenzuela; e, por fim, a ala diretiva majoritária, liderada por Eduardo Frei Montalva, Patricio Aylwin e Andrés Zaldívar, setor que coordenou as ações democrata-cristãs de apoio ao golpe, de sustentação política e técnica quando da formação do governo da Junta Militar, mas que, progressivamente, com endurecimento da repressão, foi migrando para o campo da oposição política ao regime pinochetista, mantendo, até lá, durante esse processo de transformação, posições ambíguas quanto à ditadura.

Importante considerarmos essas três linhas de composição interna, de maneira a compreendermos que a atuação da DC não foi uníssona, nem mesmo em relação à violência política da ditadura. Importante o entendimento sempre aqui manifestado de que a ala mais crítica, que fez parte originalmente do projeto editorial e compôs, do ponto de vista de seu ideário, o editorialismo programático de *Chile-América*, buscou constantemente condenar as ações da Junta Militar e do pinochetismo em construção.

A revista deu a conhecer no exílio, de imediato, informação recebida do Chile sobre a prisão do ex-deputado e dirigente nacional Claudio Huepe, em setembro de 1974, encarcerado por se negar a participar de uma homenagem pública ao pronunciamento militar de 11 de setembro de 1973.⁶⁹⁸ Ele foi levado primeiro a uma *Comisaria de Carabineros* e, posteriormente, a outro local onde o interrogaram por cinco dias, posto depois em liberdade. Obviamente que o fato dizia muito mais respeito ao pertencimento de Huepe ao setor progressista democrata-cristão, que exigia publicamente o retorno à normalidade constitucional e democrática, do que qualquer desobediência civil que tenha efetivamente cometido. Suas posições críticas lhe renderam nova prisão, um mês depois,

⁶⁹⁸ CHILE-AMÉRICA. Noticias del interior de Chile: ex diputado y dirigente nacional DC encarcelado. *Chile-América*, Roma, n. 1, 1974, p. 20.

permanecendo um tempo sem se saber do seu paradeiro. Posteriormente se soube que ele foi conduzido arbitrariamente da sua residência até *Tres Álamos* e depois a *Ritoque*, condicionado a meses de detenção entre uma e outra prisão. Em fevereiro de 1975, foi colocado em liberdade e obrigado a deixar o Chile, exilando-se na Inglaterra.⁶⁹⁹

Duras medidas foram tomadas também contra o advogado e ex-senador Renán Fuentealba, expulso do país, em 26 de novembro de 1974, pelo Departamento de Ordem Pública do Ministério do Interior, justificando-se a medida pelo fato de que ele supostamente “ha comprometido el prestigio de Chile en el exterior e intentado alterar la paz interna”.⁷⁰⁰ Fuentealba foi conduzido à força por agentes dos serviços de inteligência chilenos, colocado em um veículo e levado ao aeroporto de *Pudahuel*, com ordens expressas para que o embarcassem em aeronave *LAN Chile*, com destino ao Estados Unidos, e que ele pudesse desembarcar no destino que quisesse durante a escala da viagem. Desembarcou em Lima, no Peru, e logo se articulou para que obtivesse asilo na Costa Rica, país no qual se exilou e, posteriormente, exerceu seu ativismo político associado ao trabalho como docente acadêmico. Também viveu na Venezuela e foi próximo colaborador da esquerda nesse país.⁷⁰¹

Os embates entre a DC e a ditadura não tardaram a ser sinalizados, ao menos desde 1974, intensificando-se após as perseguições e os exílios de Huepe e Fuentealba. Antes, em março desse ano, *El Mercurio* publicou dois documentos de Pinochet, Merino, Leigh e Mendoza, nos quais criticavam duramente a DC e a responsabilizavam pelo fortalecimento do marxismo no Chile, condição que teria facilitado, de acordo com essa visão, a chegada da UP ao poder e contribuído, dessa forma, para o que entendiam como

⁶⁹⁹ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 60.

⁷⁰⁰ *Ibid.*, p. 63.

⁷⁰¹ *Ibid.*; Tulio Renán Fuentealba Moena. Reseñas biográficas parlamentares. In: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Tulio_Ren%C3%A1n_Fuentealba_Moena. Acesso em: 24/07/2021.

a decadência moral, econômica e social do país. Respostas pontuais surgiram de políticos como Jaime Castillo Velasco, defendendo o legado humanista da DC e confrontando direta e publicamente a ditadura, expondo-se em meios de comunicação, por exemplo, tipo de postura que, junto à atuação na defesa dos direitos humanos, levou à sua expulsão do país, por decreto, no dia 8 de agosto de 1976, exilando-se na Venezuela.⁷⁰²

Sua expulsão, junto a Eugenio Velasco Letelier, mobilizou a classe política chilena de oposição à ditadura, e foi denunciada por eles próprios, desde Caracas, em carta remetida no dia 11 de agosto de 1976 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, publicada em *Chile-América* na edição agosto-setembro-outubro daquele ano. Nela, instavam-se medidas que pudessem, desde o âmbito internacional, interpelar a Suprema Corte chilena para que ações fossem acionadas de forma a obstaculizar a arbitrariedade que os impedia de usufruir do direito de viver em seu país natal. Ambos condenavam a forma “brutal, vejatoria e inhumana” como foram tratados ao serem detidos, acusados injustamente e sem qualquer prova de cometerem “atividades subversivas” e, em seguida, obrigados a sair do Chile.⁷⁰³

Os acontecimentos mais duros direcionados a dirigentes da DC obtiveram respostas oficiais de repúdio por parte do partido e de organizações democrata-cristãs estrangeiras, como a *Organización Demócrata Cristiana de América* (ODCA), além da União Interparlamentar Mundial e de políticos da DC italiana, demonstrando o apoio institucional externo com a resistência chilena e democrata-cristã. Em seção especial de *Chile-América* denominada *Solidaridad*, Luis Herrera Campins, secretário-geral da ODCA, cuja sede era em Caracas, teve publicada sua mensagem direta enviada ao

⁷⁰² CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 5, 1975, p. 52; CHILE-AMÉRICA. La Junta reprime a la DC. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 69.

⁷⁰³ CASTILLO VELASCO, Jaime; VELASCO LETELIER, Eugenio. Carta al presidente de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 74.

presidente da Junta Militar, Augusto Pinochet, protestando energicamente “por la persecución desatada contra dirigentes demócrata cristianos y en particular por la detención arbitraria de Claudio Huepe”, bem como “por dificultar reingreso a la Patria del diputado Bernardo Leighton”, fatos “atentatorios de los más elementales derechos humanos”.⁷⁰⁴ Atos públicos contra a prisão de Huepe foram encabeçados na Itália pelo deputado Gilberto Bonalumi, presidente da UMJDC, e por Flaminio Picoli, líder da DC italiana na Câmara, devidamente registrados pela revista.⁷⁰⁵

Da mesma forma, os partidos que compunham a UP no exílio se posicionaram sobre a expulsão de Jaime Castillo Velasco do Chile. A secretaria executiva no exterior, liderada por Clodomiro Almeyda, do PS, emitiu declaração oficial pontuando como vexatória a saída forçada do “eminente dirigente demócrata cristiano [...], una nueva muestra de la Junta fascista en continuar implacablemente su política represiva y de violación a los derechos humanos”. A expulsão de Castillo Velasco, junto a de Eugenio Velasco, era para a UP relevante demonstração de atropelo aos princípios da Carta das Nações Unidas, portanto, fato sobre o qual caberia franco repúdio por parte do grupo *ad hoc* da Comissão de Direitos Humanos, que investigava a situação política chilena. Junto à mensagem de solidariedade, a coalização de esquerda reiterava o propósito de “concertar sus esfuerzos con todos los sectores antifascistas chilenos para luchar en contra de la Junta y recuperar para Chile la Democracia, la Justicia y la Libertad”.⁷⁰⁶

A tensão crescente entre a DC chilena e a ditadura, com críticas fortes igualmente ascendentes por parte de Patricio Aylwin e de Eduardo Frei Montalva às medidas autoritárias e repressivas, não levou a uma ruptura imediata, franca e definitiva com a

⁷⁰⁴ CHILE-AMÉRICA. Organización de partidos D.C. de América Latina condena persecuciones en Chile y Uruguay. *Chile-América*, Roma, n. 3, 1974, p. 26.

⁷⁰⁵ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 60.

⁷⁰⁶ CHILE-AMÉRICA. Declaración de la UP sobre la expulsión de Castillo y Velasco. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 73.

ditadura. O sentido de rompimento entre a direção central da DC e a Junta Militar não seguiu, portanto, um curso retilíneo, tendo sido antes um curso “zigzagueante” de relações, como enfatizou *Chile-América*.⁷⁰⁷ Muitas lideranças da DC continuavam reafirmando sua posição favorável à ruptura democrática e outras eram ainda mais decididas no apoio à ditadura, dentre eles os ex-parlamentares Juan de Dios Carmona, Alfredo Lorca, José Musalem, Enrique Krauss, Javier Lira Merino, e ex-ministros do governo de Eduardo Frei, como Carlos Figueroa, Eduardo León Sergio Ossa Pretot, Modesto Collados e Ramón Valdivieso. Eram criticados duramente e considerados, pela ala progressista do partido, como colaboracionistas de um regime violador de direitos.

A partir do momento que a DC, em sua composição diretiva majoritária, percebeu que o governo da Junta Militar não seria uma solução drástica provisória e que se avolumavam casos graves de violência política, voltando-se, inclusive, contra eles próprios, além das discordâncias quanto às medidas econômicas, o partido passou a adotar posição mais decisiva na oposição à ditadura, ocasião em que se produzem discussões internas entre seus dirigentes, bem como debates externos com as lideranças da esquerda chilena. O autor Ricardo Yoclevzky considerou o Decreto-lei n. 1697, de 12 de março de 1977, dissolvendo os partidos políticos que ainda possuíam alguma existência legal sob a condição de “recesso político”, o marco que intensificou (e de certa forma hegemonizou) a posição beligerante da DC contra a ditadura, compondo com a esquerda a oposição política, não sem flagrantes discordâncias táticas e estratégicas com os partidos que integraram a UP, no que se referia ao itinerário de enfrentamento ao regime de Pinochet.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 61.

⁷⁰⁸ YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 182.

Pela abordagem de Ricardo Yocelvezky, percebe-se que teria havido uma tomada de posição crítica da DC condicionada às iniciativas da ditadura, colocando o partido em situação ambígua em que não se podia negar o apoio dado ao golpe, mas, por outro lado, não se aceitava mais o avanço autoritário, os ataques sofridos e a institucionalização do regime através de Augusto Pinochet.

A forte repressão contra os adversários políticos, apontada ao longo de todo capítulo, provocou na sociedade chilena drástica divisão, como bem constatou *Chile-América*. Essa divisão não dizia respeito apenas a “los de dentro” e a “los de fuera”, segundo a revista. “Al interior del país – y quizá con más fuerza por las condiciones coercitivas imperantes – existe también un abismo que divide a los chilenos”. Dentro do Chile, teria havido então duas formas de se viver, o da população real (que sofria com as mudanças impostas), as forças econômicas produtivas dos trabalhadores, as Igrejas e os estudantes; e o país formal, que se referia ao governo e seus mandatários, as cerimônias militares, a imprensa oficial e oficiosa, o mundo da especulação financeira, das pessoas que elogiam a “orden” e a “tranquilidad” aparentes.⁷⁰⁹ À divisão interna somava-se a terceira margem dos chilenos constituída pelo exílio que, como se afirmou, “cumple un papel positivo en la solidaridad internacional con el pueblo de Chile y que constituye un elemento de reflexión y discusión políticas”.⁷¹⁰

A partir, portanto, dessa apurada análise da revista, passamos a aprofundar sobre sua atuação para além do campo humanitário, das denúncias, dos contatos e circulação de ideias em defesa dos direitos humanos, mas sua contribuição fundamental para a dinâmica política da oposição partidária à ditadura chilena, desde um aporte político-intelectual bastante influenciado por sua condição de exílio e as conexões estabelecidas na Europa.

⁷⁰⁹ EDITORIAL. Cuatro años de dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 12.

⁷¹⁰ *Ibid.*, p. 13.

CAPÍTULO 4 - A unidade democrática como princípio, a renovação socialista como desfecho: dinâmica e debates sobre o processo de democratização no Chile

Tendo exercido sistematicamente a denúncia sobre as violações de direitos humanos, compreendida como uma das formas de atuação contra a ditadura, a oposição política a Pinochet (com especial olhar para a esquerda, mantendo-nos fiel à atenção devotada pela própria revista), ao passo que também realizava a autocrítica acerca da experiência de governo popular de Salvador Allende e da UP, esforçou-se por consolidar narrativas voltadas para orientar os caminhos estratégicos de luta contra o autoritarismo e pela abertura política que levassem à construção da nova democracia chilena. O desencadear desse processo, em *Chile-América*, revelou-se com a defesa ascendente pela renovação da política, em geral, contemplando partidos, alianças políticas e distintos atores sociais do campo da oposição, pressuposto para a derrota da ditadura e o avanço da democratização no Chile. Em particular, preconizaram-se em suas páginas os fundamentos da renovação socialista, tendo sido *Chile-América* um dos mais importantes laboratórios das ideias de parte da esquerda que advogava por profundas mudanças práticas e teóricas.

4.1 – Redes políticas da resistência/oposição: da unidade democrático/progressista à renovação da política e da esquerda socialista chilena

O cientista político catalão e um dos teóricos da via chilena para o socialismo, Joan Garcés, um dos principais expoentes intelectuais do allendismo, apontava, durante a experiência chilena, para a necessidade de quebra e superação do Estado burguês como requisito fundamental para o avanço do processo revolucionário, sem que isso interrompesse a continuidade da institucionalidade democrática e plural. Mesmo diante

das dificuldades, dos questionamentos internos e do forte enfrentamento do governo e da UP em relação aos ataques, em todos os níveis, das forças de oposição política, civil e militar, que se pautavam em ações e posicionamentos cada vez mais golpistas, Joan Garcés acreditava que mudanças que rompessem com o sentido capitalista do Estado já estavam em curso (daí, inclusive, a virulência dos ataques à presidência de Allende). Ainda que a estrutura do sistema político/institucional limitasse em alguma medida a utilização do poder político pelos trabalhadores, a sustentação de um regime institucional com amplas liberdades pluralistas, segundo ele, passado o momento de maior turbulência, o sistema político baseado na institucionalidade democrática e plural da via chilena teria influência decisiva na estruturação da transição ao socialismo democrático.⁷¹¹ Afirmou, ainda, Joan Garcés, presenciando, como analista político e próximo assessor de Allende, um golpe de Estado cada vez mais presente: “Si la burguesía lograra destruir por la violencia el sistema político vigente, ello implicaría que el movimiento popular debería continuar su lucha social según otro modelo organizativo y de acción”.⁷¹²

Mal ele saberia, e talvez, de fato, não fosse possível imaginar, que, durante anos de uma ditadura sangrenta, a luta política das esquerdas e das organizações populares se daria com bastante dificuldade, fraccionada em razão da clandestinidade e do exílio. Ademais, democracia e socialismo seriam categorias e valores novamente reavivados, ressignificados de forma gradativa e em extrema conexão, pela cultura política humanista, democrática e socialista chilena (dentro dos marcos da renovação de parte da esquerda). As raízes das duas categorias, democracia e socialismo, foram remetidas a anos de longa trajetória do movimento popular e dos partidos progressistas chilenos no século XX, certamente enriquecidos, sobretudo como experiência de poder, durante os governos da

⁷¹¹ GARCÉS, Joan. *El Estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974, p. 127-132.

⁷¹² *Ibid.*, p. 132.

DC e da UP. Socialismo, democracia e direitos humanos passariam a ser ainda mais valorizados e reinterpretados em meio à violência, à divisão social e ao trauma da ditadura pinochetista, em um processo que marcaria os caminhos da esquerda chilena e dos democrata-cristãos, permeados de encontros e desencontros políticos, partícipes do amplo campo da oposição e resistência a Augusto Pinochet.

Parte expressiva das análises em *Chile-América* reportaram à inescapável autocrítica das esquerdas, em especial, e da DC, em menor medida, sobre as causas que levaram ao golpe militar e à derrota dos projetos políticos progressistas, estes que, para muitos envolvidos ou, mesmo, para alguns acadêmicos, desenvolveram-se e atravessaram, ainda que com vicissitudes, um longo ciclo histórico de transformação iniciado com a Frente Popular do final dos anos 1930.⁷¹³

Obviamente, o golpe militar e a repressão atingiram de maneira distinta as esquerdas chilenas, por um lado, e a Democracia Cristã, por outro (os partidos que integraram o governo de Allende, bem como o MIR, sofreram, desde o princípio, a parte mais severa da repressão). Assim, por conseguinte, para o conjunto da esquerda e partidos da UP esse momento foi sentido de forma dilacerante e traumática, uma dura derrota de seus projetos. Os democrata-cristãos, todavia, foram impactados de forma bem menos dramática, levando a uma avaliação de sua trajetória que detinha matizes bastante particulares, oscilando entre apontar para a esquerda os erros que conduziram o país à instabilidade social e levaram à necessária intervenção militar, por um lado (ala do líder político Eduardo Frei Montalva), e, por outro, segundo a ótica mais progressista liderada por Bernardo Leighton e Radomiro Tomic, assumir parcialmente a culpa pela posição

⁷¹³ ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013; SUBERCASEAUX, Bernardo. El imaginario político de transformación en Chile. *Contracorriente: Revista de Historia Social y Literatura en América Latina*, v. 5, n. 3, p. 18-63, 2008.

oficial do partido democrata-cristão favorável à derrubada de Allende via ruptura democrática.⁷¹⁴

Apesar de proscritos e atuando desde o exílio e a clandestinidade, ameaçados pela ubíqua repressão, os partidos da oposição à ditadura persistiram na luta política, exercendo forte resistência aos ataques que visaram destruí-los e alterar o sistema político chileno – em um sentido ambicioso que visava modificar desde a raiz o caminho historicamente efetivado de ser fazer política, com base nas instituições e nos espaços públicos. Os dirigentes e o conjunto da militância da oposição ao pinochetismo desenvolveram fecunda atividade partidária e intelectual, incrivelmente resiliente, criativa e renovadora, procurando direcionar as reflexões de maneira a construir uma plataforma programática que, desde a compreensão das causas que levaram à destruição da democracia, conduzissem à criação de estratégias democráticas consistentes para a substituição da ditadura.

Através dos seus editores, reconhecidos intelectuais e políticos envolvidos no processo de reconstrução da ação política e dos partidos após o golpe e a repressão, *Chile-América*, desenvolvendo trabalho de documentação e promoção do debate da oposição à ditadura, permitiu a seus leitores um acompanhamento ativo, dinâmico, atualizado e reflexivo acerca da atuação dos sujeitos e circuitos político-intelectuais, além de possibilitar perceber como as formações partidárias chilenas, diante do autoritarismo e das condições adversas, modificaram suas práticas, estrutura e programa, em última instância, suas identidades políticas.

Referindo-se à trajetória do MAPU, mas que acreditamos ser útil pensar também para o conjunto da esquerda chilena, bem como à DC, Cristina Moyano Barahona sublinhou a ideia de que a continuidade histórica, mesmo diante das condições precárias

⁷¹⁴ PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016, p. 47-96 (capítulo 3).

geradas pela repressão e o exílio, era demandada pela resistência de modo a alimentar a perspectiva de uma identidade política em dialética (re)construção e desenvolvimento. Isso passava por reconstruir os discursos e linguagens políticas desde o presente, incorporando a tradição e refazendo conscientemente os valores simbólicos que forjavam uma ou mais coletividades. Daí, afirmava a autora, “la idea permanente de traer a colación la derrota y autocrítica en conjunto con la lucha, el compromiso y la resistencia. Solo combinando ambos aspectos, la vida cotidiana se volvía normal, a pesar de lo anormal de la situación”.⁷¹⁵

Buscar compreender os limites internos que levaram à derrota política da UP entre 1970 e 1973 foi, assim, o ponto de partida para a reorganização dos partidos de esquerda, ao passo que concebida, também, de forma a pensar as ações que se construiriam, programaticamente, durante a luta contra a ditadura. Publicado na seção *Tribuna Abierta*, a que concentrou, ao longo das edições, grande parte das discussões deste capítulo, o artigo de José Antonio Viera-Gallo foi sugestivo a respeito da catarse política a que as esquerdas deveriam atravessar, com a finalidade de seguir adiante mais bem estruturadas e esboçar possíveis alternativas programáticas para superar a realidade chilena. A tarefa a que muitos intelectuais chilenos tomaram como necessária foi, então, a de “responder colectivamente de lo que hicieron o dejaron de hacer”, tentando melhor entender o que os teria conduzido a essa situação, “un esfuerzo colectivo de comprensión [...] de la crisis en curso”. Uma avaliação da dinâmica política do país e do papel histórico cumprido por cada formação partidária, tal era a tarefa básica da oposição à ditadura: “la historia de Chile se ha acelerado con avances y reflujos, [...] gobierno DC, ascenso de la UP, golpe militar de septiembre de 1973 e instauración de un régimen autocrático con un proyecto

⁷¹⁵ MOYANO BARAHONA apud ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013, p. 64.

fascista de re-fundación institucional”. Portanto, a questão estava em compreender a história recente do país, e que “volver a mirar estos años no es sólo recuerdo nostálgico del destierro, sino exigencia y responsabilidad política”.⁷¹⁶

Sobre os limites da experiência de governo da UP, as principais questões apontadas por Viera-Gallo e boa parte das revisões críticas das esquerdas (em especial, destacamos os apontamentos realizados por outro membro da revista, Julio Silva Solar) referiam-se aos impasses internos da coalizão; ao problema da direção política do movimento popular; a ausência de uma política clara de pacto com a DC e os setores médios; o não entendimento da relação de forças favoráveis para melhor avançar com as mudanças sociais e por dentro da institucionalidade democrática; a indefinição/imprecisão teórica e estratégica que terminou por não unificar as teses partidárias em torno a um programa transformador que desenvolvesse a perspectiva da via chilena para o socialismo, bem como a relação Estado e poder popular.⁷¹⁷ Viera-Gallo temia que a esquerda se paralisasse novamente em seus debates internos, durante a ditadura. De forma a evitar esse caminho, era preciso, segundo ele, ler atentamente a conjuntura chilena e internacional, compreender as relações de força e chegar a pontos de consenso por parte de toda oposição à ditadura, no intuito de se avançar com um projeto democratizador e transformador da realidade do país.

Assim, ao analisarmos as tramas das atuações, encontros e conexões políticas visando a construção de uma plataforma de resistência e luta contra a ditadura, em *Chile-América*, uma das primeiras iniciativas a se destacar, desde suas páginas, não foi precisamente em evento coletivo organizado no exílio, mas uma entrevista realizada pela

⁷¹⁶ VIERA-GALLO, José Antonio. Chile: una crisis en perspectiva. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 123 e 124.

⁷¹⁷ VIERA-GALLO, José Antonio. Chile: una crisis en perspectiva. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, p. 123-133, 1975; SILVA SOLAR, Julio. La Democracia Cristiana chilena. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, p. 81-86, 1976. Para uma análise crítica da experiência de governo da UP, ver MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

revista, através de Fernando Murillo Viaña, com o principal dirigente do Partido Socialista naquele momento, seu secretário-geral Carlos Altamirano. O grande destaque dado a essa liderança política, inaugurando a existência da seção *Tribuna Abierta*,⁷¹⁸ o que foi bastante significativo (edição 6-7, de abril de 1975), ocorria em razão do aniversário de 42 anos do PS chileno, fundado em 19 de abril de 1933. Aproveitava-se o momento em que Altamirano encontrava-se de passagem pela Itália, em Roma, onde esteve em algumas ocasiões no período do seu longo exílio europeu, vivido sobretudo na Alemanha Oriental e, posteriormente, desde o final da década de 1970, na França, em Paris.

De maneira central, a partir de perguntas que essencialmente demonstravam o interesse de *Chile-América* sobre as alternativas que “el movimiento popular [podría] desarrollar [...] frente a la Junta Militar”, o que, então, propôs Carlos Altamirano dizia respeito a concentrar um grande esforço por consenso e unidade tática e estratégica por parte de socialistas, comunistas e todos os demais partidos e movimentos constitutivos do que foi e continuava a ser a Unidade Popular, expressão política, ainda naquele momento presente, como ele apontou, de “importantísimas fuerzas de inspiración cristiana y laica”. Na sua visão, era necessário não somente amarrar solidamente essas alianças progressistas, mas também buscar ampliar a coalizão de forças democráticas e populares, excluindo somente os cúmplices, instigadores e colaboradores da ditadura chilena.

Citando a Antonio Gramsci e referindo-se à construção de uma nova hegemonia que, antes, passava pela formação de um bloco histórico de partidos/movimento popular, Carlos Altamirano afirmou que “las masas no tienen nada que perder y si todo que ganar

⁷¹⁸ Sobre a seção *Tribuna Abierta*, *Chile-América* a definiu como espaço no qual pudessem se expressar as correntes políticas populares, “una manera de dar a conocer los distintos puntos de vista en torno al cambio de la actual situación chilena”. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 33.

con su unificación”.⁷¹⁹ Passaria à ordem do dia da oposição à ditadura, sobretudo desde as esquerdas (e menos pela DC), a busca incansável por constituir uma plataforma programática unitária, inicialmente articulada no ideário comum antifascista, e pela constituição de uma frente democrática e popular. Os pontos de confluência das forças de oposição à ditadura e as etapas do processo democratizador para o Chile foram, de forma bastante antecipada, traçados por Altamirano:

La lucha deberá darse en torno a un programa el cual deberá establecer, entre otras medidas, la destrucción del fascismo y de los intereses que lo hicieron posible; la plena restauración de los derechos humanos y sindicales, la defensa del nivel de vida de las grandes masas, el restablecimiento integral de la soberanía popular, la democratización de los institutos armados, la nacionalización de los monopolios y del gran latifundio, conforme normas concretas y precisas y la participación de los trabajadores. Todo lo anterior debiera consagrarse en una nueva y más avanzada Constitución, autenticamente democrática, nacional y popular, la cual deberá ser sometida a la aprobación del pueblo a través de un plebiscito.⁷²⁰

Devemos notar um aspecto importante nas perspectivas políticas de Carlos Altamirano. Adotando uma leitura rupturista⁷²¹ para o processo revolucionário chileno, herdeira das interpretações e proposições políticas do PS ao menos desde o Congresso de Chillán, em 1967, ele indicou que na construção de unidade dos setores políticos progressistas contra a ditadura, “el frente [la alianza política] deberá estar en condiciones de acumular más fuerzas que el fascismo y tener la capacidad suficiente para emplear

⁷¹⁹ ALTAMIRANO, Carlos. En el aniversario socialista: Altamirano habla sobre unidad y perspectivas políticas. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 33-34.

⁷²⁰ *Ibid.*, p. 33.

⁷²¹ No Chile, em fins de 1960 e início dos anos 1970, a interpretação que defendia a tomada do poder e a aplicação de meios insurrecionais armados para a revolução socialista foi caracterizada pelo historiador Julio Pinto Vallejos como rupturista. Inseriam-se, nessa leitura, o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) e setores majoritários do Partido Socialista, incluindo seu secretário-geral, Carlos Altamirano, e lideranças como Clodomiro Almeyda. A outra interpretação, denominada por Julio Pinto Vallejos como gradualista, buscou compatibilizar democracia e socialismo através do Estado e das instituições vigentes, aspecto, concebendo o socialismo como uma meta a ser alcançada gradualmente, utilizando meios menos traumáticos do que uma insurreição frontal. A esquerda chilena considerada rupturista pretendia avançar mais rapidamente no caminho para o socialismo e não aceitava, como condição para tal, “negociar a revolução” no Chile com o complexo campo da oposição ao governo de Salvador Allende. Ver PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 9-33.

todas las formas de lucha”. Apresentava-se claro, assim, que o emprego da luta armada estaria incluído nesse processo, admitido por Altamirano como “factor decisivo en la victoria final”, após a acumulação de forças decorrente da luta de massas encabeçada pela força dirigente “de la clase obrera”.⁷²²

É importante que tenhamos em conta essa posição política inicial do dirigente socialista, pois, como veremos, demonstrava a mudança de interpretação da luta política que se expressaria anos depois, sob o impacto da forte repressão exercida sobre o PS, o exílio e a influência do eurocomunismo e da social-democracia europeia. Carlos Altamirano seria um dos expoentes mais representativos do socialismo chileno em profunda reconstrução, modificando essa estratégia mais radical herdeira de uma sensibilidade revolucionária sessentista, para passar a defender perspectivas vinculadas a um socialismo renovado, afastando as possibilidades insurrecionais de atuação e visando mudanças estruturais que deveriam ser buscadas por vias democráticas, constitutivas de um processo mais dialógico, gradual, portanto menos drástico e imediato.

Berlim Oriental, onde Carlos Altamirano viveu seu primeiro lugar do exílio, foi também morada de parte expressiva dos socialistas chilenos, em especial Clodomiro Almeyda, escolhido, em reunião dos dirigentes dos partidos de esquerda, ocorrida na Cidade do México, em 1976, Secretário Executivo da Unidade Popular. A coalizão, desde 1974 para 1975, buscava sua reconstrução, sob a condição do exílio, por parte de suas lideranças históricas. Faz-se importante explicar que a UP foi, então, reconhecida, pelo conjunto dos seus políticos e dirigentes, como coalizão representativa do movimento popular chileno naquele momento, e que, mesmo após o golpe e a derrota do projeto socialista do governo de Salvador Allende, resistia em plena reconfiguração, refletindo a

⁷²² ALTAMIRANO, Carlos. En el aniversario socialista: Altamirano habla sobre unidad y perspectivas políticas. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 33.

reconstrução e a transformação pelas quais a esquerda passava dentro e, principalmente, fora do Chile.

Como noticiou *Chile-América* em sua edição tripla 16-17-18, de março a maio de 1976, prolongadas negociações entre os representantes dos partidos chilenos da esquerda, sem a participação do MIR, culminaram na organização do encontro no México, em Oaxtepec, em abril de 1976, oportunidade na qual se designou, por unanimidade, a liderança do Clodomiro Almeyda à frente da UP. Estabeleceu-se uma estrutura diretiva e orgânica, além da decisão pela manutenção de reuniões frequentes com os chefes de partido, de modo a deliberar sobre as ações conjuntas e formular um programa que refletisse as condições de luta da resistência à ditadura e a transição a uma nova democracia. Clodomiro Almeyda residia na Cidade do México, de onde assumiu as atividades diretivas. Desde Roma, passaram a funcionar as tarefas de solidariedade da UP, exercidas pelos partidos da esquerda chilena em associação com iniciativas como *Chile-Democrático* e a própria revista *Chile-América*, além dos organismos transnacionais.⁷²³ Foi também da capital italiana que operou a *oficina exterior* do MAPU-OC, “una de las fuerzas eje de la ‘renovación’” do socialismo chileno.⁷²⁴

Edições posteriores (22-23-24, agosto a outubro de 1976), *Chile-América* reproduziu o texto aprovado no encontro dos políticos da UP no México, importante documento divulgado cerca de um ano após a declaração de Berlim, sobre a qual veremos em seguida. O principal objetivo do encontro foi estampado no título do documento, *Por la unidad antifascista hacia la derrota de la Junta*, enviado de solos mexicanos às direções partidárias espalhadas pelo exílio e no Chile. Nele, destacamos que os partidos da UP expressaram seu urgente desejo de unidade na luta contra a ditadura e o modelo

⁷²³ CHILE-AMÉRICA. Clodomiro Almeyda, Secretario Ejecutivo de la Unidad Popular. *Chile-América*, Roma, n. 16-17-18, 1976, p. 24.

⁷²⁴ SANTONI, Alessandro. Comunistas y socialistas italianos frente a la causa chilena: solidaridad y renovación (1973-1989). *Revista Izquierdas*, n. 19, agosto 2014, p. 115.

neoliberal comandados por Augusto Pinochet, uma “alternativa unitaria de poder popular antifascista”, enfatizando a crescente força política e internacional da resistência, fortemente presente também no Chile e o papel dos partidos políticos na luta pela democracia, com destaque para os da UP e a DC. A participação dos cristãos e da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos foi apontada como central, assim como a histórica luta política da classe trabalhadora. No documento, não estiveram ausentes as críticas da esquerda a setores da DC, liderados por Eduardo Frei Montalva, vistos como “divisionistas” ao buscar protagonismo na oposição à ditadura, sem esforço efetivo pela unidade. Esboçava-se, por fim, uma linha estratégica que indicava, com a ampla participação das forças democráticas e populares em um processo de criação coletiva, a derrota do fascismo, em primeiro lugar, e o socialismo como horizonte a ser pavimentado. Dentro da linguagem política da cultura socialista da UP, no contexto da ditadura, formulava-se que “la libertad, la democracia y el socialismo son conceptos indisolublemente ligados”. Ao final, assinaram o documento os representantes e dirigentes dos seguintes partidos no exílio: Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Radical, Izquierda Cristiana, MAPU e MAPU Obrero y Campesino.⁷²⁵

A bem dizer, como se percebe, a UP comportava os mesmos partidos de outrora, durante o governo de Salvador Allende, e foi, tão logo a esquerda começou a se refazer após as prisões políticas, os desaparecimentos e a morte de muitos dos seus quadros, reconstituída sob a nova experiência militante (com a fragmentação provocada pela violência política). A coalização, nesse momento, foi mais reconhecida pelos dirigentes exilados do que pela militância clandestina no Chile que, não raras vezes, questionava sua validade e capacidade de exercer orientações táticas e estratégicas à distância da resistência efetivada no país. Desde a clandestinidade, os militantes dos partidos da

⁷²⁵ UNIDAD POPULAR. Por la unidad antifascista hacia la derrota de la Junta. *Chile-América*, Roma, n. 22-23-24, 1976, p. 175-181.

esquerda sobreviviam submetidos a condições bastante adversas, acossados pela repressão iminente, e ainda que se comunicassem, não plenamente e de forma um tanto truncada, com as lideranças políticas no estrangeiro, adotaram uma reconfiguração de luta bastante própria, dada a extrema vigilância e perseguição política no país.

Não obstante a repressão alçasse voos e se ramificasse por outros países, alcançando os exilados, a condição do exílio oferecia maior segurança para o exercício das atividades da resistência à ditadura. Significou uma forma de atuação política mais aberta, plural, com possibilidades de conexões mais amplas e politicamente diversas, estreitando laços de solidariedade e intercâmbio entre chilenos e políticos de outras nacionalidades, em geral de formação congênere, como o caso dos democrata-cristãos, dos socialistas e dos comunistas, sobretudo no que dizia respeito aos europeus.

Desde Berlim Oriental, portanto, a UP emitiu, antes mesmo da escolha de Clodomiro Almeyda como secretário-executivo, um dos primeiros e mais importantes documentos nesse processo de reconstrução da coalizão, que se sustentou por um tempo não tão longo, basicamente no transcurso da década de 1970, existindo antes como uma tentativa de formação (e sobrevivência) de uma frente de partidos de esquerda que postulavam uma unidade antifascista, popular e democrática. Sua atuação, contudo, não se descuidou em reivindicar a si própria a continuidade, reconstruída, da experiência política e de governo anterior à ruptura provocada pelo golpe em 1973. Tratou-se, a nosso ver, de ação inicial e reativa das esquerdas bastante simbólica e representativa, resultado do esforço e da resistência que os líderes políticos, sobreviventes do golpe e da ditadura, adotaram para enfrentar a Junta Militar e o pinochetismo. Carregar o nome da UP simbolizava, como apontamos, a insistência em restituir o seu legado político, onde quer que estivessem aqueles que a compuseram em um passado recente, liderados pela eminente figura de Salvador Allende.

Importante que se diga que observar a UP sob essa nova condição de atuação política, a partir da resistência à ditadura, assim reconhecida por seus históricos integrantes, consiste em algo praticamente negligenciado pela historiografia, que não reconheceu ou, pelo menos, não explorou devidamente a reivindicação e a sobrevivência da coalizão para além da experiência chilena de 1970 a 1973, sobretudo desde o exílio dos dirigentes partidários das esquerdas. O mencionado documento de “refundação” da coalizão, assinado desde Berlim “por los dirigentes de los partidos de la Unidad Popular” no exílio e publicado em agosto de 1975, reproduzido por *Chile-América* quase instantaneamente em sua imediata edição (seção *Documentos*, n. 10-11, 1975), refletia o grau de consenso a que chegavam as esquerdas chilenas, ao menos desde o exílio e à exceção do MIR, sobre os pontos a enfrentar da ditadura (não priorizava, como forma de atuação política, a luta armada).⁷²⁶ O MIR, representado pela direção de Andrés Pascal, mantinha um sentido de luta política que priorizava as ações diretas de confronto (com ênfase nas ações insurrecionais de resistência), reforçando uma identidade estratégica radical anterior ao golpe e que demarcava certos limites com o restante da esquerda chilena, muito embora não impedisse parcerias táticas contra a ditadura alimentadas por suas lideranças: “a quienes están llevando a cabo la lucha de resistencia en Chile no les cabe duda que estas formas de lucha, de resistencia en Chile, superiores, contra la dictadura, son la lucha armada, la lucha armada de masas, la guerra obrera y popular revolucionaria”.⁷²⁷

A declaração conjunta de quadros diretivos das esquerdas em Berlim foi intitulada *La Unidad Popular y las tareas del pueblo*, reconhecida por *Chile-América*, em texto introdutório à publicação do documento, como de valor histórico pela demonstração de

⁷²⁶ CHILE-AMÉRICA. Introducción. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 135.

⁷²⁷ PASCAL, Andrés. Del discurso de Andrés Pascal. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 170-171.

força, resiliência e unidade “alcanzada [por la izquierda] a través de la UP”. Citando diretamente parte do documento, sustentava-se que “la alianza popular y democrática que hoy día se precisa desarrollar, es mucho más amplia política, social e ideológicamente, que la Unidad Popular. Este hecho no significa que la Unidad Popular haya perdido vigencia”. Em seguida, ainda se reproduzia outra parte do documento, na qual se afirmava que “la amplia alianza que postulamos sólo podrá construirse en la medida que consolidemos, y busquemos convergencias políticas y programáticas que se definan contra la dictadura”, com base em “los valores humanistas de cristianos, laicos y marxistas; de un pluralismo ideológico superior, [...] que junto con considerar los objetivos históricos de la clase obrera y las masas trabajadoras, contemple el resguardo de los intereses de todas las fuerzas representadas”.⁷²⁸

Reunidos na capital da República Democrática Alemã, *La Unidad Popular y las tareas del pueblo* foi assinada, em 27 de julho de 1975, por Orlando Millas, Manuel Cantero e Julieta Campusano, pelo Partido Comunista; Carlos Altamirano, Adonis Sepúlveda e Clodomiro Almeyda, pelo Partido Socialista; Anselmo Sule, Benjamín Teplizky e Carlos Parra, pelo Partido Radical; Óscar Guillermo Garretón, Lautaro Rojas e José López, pelo MAPU; Jaime Gazmuri, José Miguel Insulza e Juan Concha, pelo MAPU-OC; e Bosco Parra, Juan Enrique Miquel e Rafael Augustín Gumucio, pela Izquierda Cristiana. Pontos fundamentais de um programa em aberto, a ser desenvolvido no curso das ações políticas, foram apresentados no documento. Fundamentalmente, eles passavam pela derrota da ditadura, com base em um movimento de massas e o uso tático de qualquer forma de luta, a depender da contingência, da correlação de forças e da potencialidade popular de transformação; estabelecimento de um governo popular, revolucionário, pluralista e democrático, que se propusesse à tarefa fundamental de

⁷²⁸ CHILE-AMÉRICA. Introducción. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 136.

erradicação do fascismo de todo o corpo social chileno; o estabelecimento de uma nova institucionalidade que sancionasse as transformações sociais, a renovação democrática, o controle efetivo da direção do Estado pela maioria do povo através de organismos de poder democrático; por fim, um compromisso por uma profunda alteração na estrutura formativa das Forças Armadas e *Carabineros*, de maneira a aproximá-los de valores democráticos e populares.

Ainda aparecia no documento, de forma destacada, a preocupação por introduzir, no seio da linguagem política democrática, popular e transformadora, o restabelecimento ou ampliação dos direitos humanos, processo que passava pelo encerramento dos Estados de Emergência interior e de Sítio; vigência das garantias individuais e sociais; pleno direito ao funcionamento dos partidos democráticos, populares e dos sindicatos; recuperação do direito de reunião, opinião e informação; restituição da autonomia universitária e livre ensino; liberdade imediata dos presos políticos; regresso de todos os exilados; fim das perseguições, prisões, torturas, assassinatos e abusos policiais; dissolução da DINA e demais organismos repressivos; responsabilização e o transcorrer do devido processo legal aos culpados e autores de crimes de lesa humanidade.⁷²⁹

Tal qual apontou *Chile-América*, “las líneas programáticas señaladas por la Declaración de Berlín son un punto de partida”, um primeiro passo cujos objetivos, durante o percurso, ao menos parte deles, precisariam ser mais bem desenvolvidos, tendo em vista, inclusive, uma compreensão mais lúcida de como se estruturava a ditadura, suas forças políticas, sociais e policiais, e a resposta combativa que se poderia erigir daí. De todo modo, como destacou a revista, o mais importante foi iniciar uma ação conjunta que evidenciava a reação das esquerdas no exílio, esforçando-se, “con espíritu unitario y de lucha”, por um debate político que apontasse “hacia la elaboración de un proyecto

⁷²⁹ UNIDAD POPULAR. La Unidad Popular y las tareas del pueblo. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 138-144.

histórico alternativo al fascismo”, oferecendo ao Chile um caminho “democrático, revolucionário y popular”.⁷³⁰

Na mesma edição e seção *Documentos, Chile-América* repercutiu outro importante encontro de intelectuais e dirigentes políticos do exílio chileno na articulação de enfrentamento à ditadura, evento ocorrido nas proximidades de Caracas (povoado de Colonia Tovar), na Venezuela, em julho de 1975. A atividade contou com a participação de membros da UP, alguns dos quais presentes também na reunião de Berlim ocorrida no mesmo mês e ano, como Clodomiro Almeyda, Rafael Augustín Gumucio e Anselmo Sule, além de Aniceto Rodríguez e Carmén Lazo, do PS, Hugo Miranda e Carlos Morales Arbazúa, do PR, e Sergio Bitar, da IC. A reunião de Colonia Tovar, como ficou conhecida, adquiriu uma particularidade ainda mais especial, se assim podemos dizer, por ter sido organizada também por políticos da DC exilados, construtores do seu setor mais combativo e progressista, cujos principais participantes foram Renán Fuentealba e Bernardo Leighton. Outros democrata-cristãos presentes foram Esteban Tomic, de *Chile-América*, e Radomiro Tomic, seu pai, expoente histórico do partido. Todos esses nomes apresentados foram signatários da *Declaración de Colonia Tovar* e/ou acompanharam o evento de perto, influenciando sobre ele. Alguns dos presentes viveram seu exílio, ao menos parcialmente, na Venezuela, na capital Caracas, como Carmén Lazo, Renán Fuentealba, Anselmo Sule, Hugo Miranda e Sergio Bitar, além do próprio Esteban Tomic, exercendo atividades políticas, humanitárias e, em alguns casos, universitárias, frequentemente conectados entre si e com o trabalho de solidariedade voltado para o Chile desde aquele país, uma das principais nações latino-americanas de acolhida dos exilados do continente, junto ao México, por onde alguns deles também passaram.

⁷³⁰ CHILE-AMÉRICA. Introducción. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 137; UNIDAD POPULAR. La Unidad Popular y las tareas del pueblo. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 141.

Sob o patrocínio da *Fundación Friedrich Ebert*, fundação política mais antiga da Alemanha e ligada à social-democracia, e mobilizada por iniciativa do *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales* (ILDIS), a reunião de Colonia Tovar foi uma das primeiras e principais atividades realizadas pelo exílio chileno de modo a aproximar parte da esquerda e dos democrata-cristãos, em um esforço conjunto da oposição pela construção de pontos fundamentais de convergência na luta política. A declaração daí resultante começou por constatar a natureza do regime autoritário chileno, “un régimen dictatorial y fascistizante en lo político, como sostén de una economía capitalista dependiente, [...] y que intenta convertir las Fuerzas Armadas en el instrumento represivo por excelencia y en el intermediario para una progresiva desnacionalización de la economía chilena”. Como contraparte, “visualizamos una alternativa democrática de poder que se traduzca en la construcción de una Nueva Sociedad, con el apoyo de todas las fuerzas políticas y sociales que se definan por la liberación de Chile”. Ainda se destacava, no texto, a preocupação com as novas gerações do país, e que “a ellas queremos entregar el fruto de nuestras experiencias y deliberaciones para colaborar en la construcción de una Sociedad Socialista, Democrática, Pluralista, de plena participación de los trabajadores en el poder”.⁷³¹

Pontos em comum entre as esquerdas e parte da DC foram então firmados no documento, definindo um modelo de sociedade bastante progressista. Porém, não se explicitavam os caminhos, sistematizados em um projeto político, para sua construção, salvo a necessidade de se conquistar um apoio massivo e popular. Para *Chile-América*, analisando a declaração de Colonia Tovar (para além da publicação do documento como anexo), seus participantes postulavam, além de uma alternativa de governo democrático e pluralista, a necessidade de consolidação de um bloco social e político “y, por tanto,

⁷³¹ ALMEYDA, Clodomiro; FUENTEALBA, Renán et al. Declaración de personalidades democráticas reunidas en Colonia Tovar. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 144-145.

ético y cultural progresista”, que, “más allá de las divergencias ideológicas y en el pleno respeto del pluralismo, permita abrir una perspectiva histórica nueva”. A declaração de Colonia Tovar, em suma, constituiu “elemento importante en la discusión política y el reagrupamiento de las fuerzas que se oponen al régimen de Pinochet”.⁷³² Demonstrou, mais que tudo, um esforço de aproximação entre UP e DC em uma perspectiva política que correspondia à própria existência de *Chile-América*, ou seja, a razão expressa de sua fundação e do editorialismo programático da revista, suas linhas editoriais fundamentais.

Ambos os documentos finais das reuniões de Berlim e de Colonia Tovar, em alguma medida e de forma comum, direcionavam suas proposições a setores da esquerda não concordantes ou ainda não convencidos da necessidade de uma perspectiva de luta unitária, como o MIR, bem como, e principalmente, aos democrata-cristãos alinhados a Eduardo Frei Montalva e ao então presidente do partido à época, Patricio Aylwin, que ainda não haviam se engajado definitiva e decisivamente na oposição à ditadura, antes adotando posição crescentemente crítica em relação às violações de direitos humanos pelo Estado autoritário, sobretudo através do trabalho e das denúncias exercidas pelo jurista e intelectual Jaime Castillo Velasco. Ainda que gradativamente se manifestasse pela oposição ao regime, a ala freísta não o fazia buscando um somatório de forças democráticas com a esquerda, mas de forma independente, pela voz de algumas de suas lideranças que apontavam para certa “identidade própria democrata-cristã”, impressa na história política chilena e que se manteve durante a ditadura.

Nesse ponto, repercutiram em *Chile-América*, na edição 14-15 de janeiro de 1976, críticas da esquerda marxista e cristã (IC e MAPU) acerca da publicação, em dezembro de 1975, do livro de Eduardo Frei Montalva, *El mandato de la historia y las exigencias del porvenir*. Nele, o líder democrata-cristão realizou uma avaliação do seu governo, da

⁷³² CHILE-AMÉRICA. Introducción. *Chile-América*, Roma, n. 10-11, 1975, p. 135-136.

trajetória da DC e explicou a posição do partido durante a presidência de Allende. Mais do que tudo, ele buscou definir a oposição que a DC pouco a pouco passava a adotar contra a ditadura, uma mudança de sentido se considerarmos o apoio inicial dado ao golpe e à Junta Militar. Bosco Parra, José Miguel Insulza e Julio Silva Solar, em seus respectivos artigos na revista, foram as mais ácidas vozes em relação à tentativa de Eduardo Frei Montalva em tentar concentrar em si e em seu partido a liderança democrática da oposição ao regime militar, bem como a formulação inicial de um projeto político para o Chile, reivindicando um protagonismo quando, na verdade, o que se deveria construir, para o conjunto da esquerda chilena, era uma frente popular-democrática unitária.

Para Bosco Parra, secretário-geral da IC, em seu texto *Frei: diciembre 1975*, “la medula del ‘freísmo’ no ha[bía] sido abandonada” com a publicação da obra, considerada uma espécie de marco na virada democrata-cristã para o campo da oposição a Pinochet. Bosco Parra fez questão de demarcar de que lado Eduardo Frei Montalva esteve em momentos tão decisivos da história do Chile, em um tempo não tão distante assim: “en noviembre de 1973 se expres[ó] como defensor de la Junta”, em referência à carta enviada ao líder democrata-cristão italiano, Mariano Rumor, na qual Eduardo Frei insistia na ideia de que a responsabilidade pela quebra da institucionalidade no Chile havia sido inteiramente da Unidade Popular.⁷³³

Um dos líderes dirigentes das esquerdas chilenas, Bosco Parra criticava, nesse sentido, o fato de Eduardo Frei guardar “silencio sobre las responsabilidades por el genocídio [sobretudo por parte das Forças Armadas], reitera[r] su justificación del golpe y señala[r] la existencia de equipos técnicos ‘que tienen una visión orgánica, capaz de enfrentar la presente situación’”. Neste último ponto, fazia referência a supostos “quadros

⁷³³ PARRA, Bosco. *Frei: diciembre 1975*. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 69.

qualificados” da ditadura, incluindo os militares, defendidos por Eduardo Frei Montalva, bem como ao suporte que a DC conferiu à administração da Junta, com a cessão de membros do partido de modo a auxiliar o governo autoritário. Eduardo Frei, de acordo com Bosco Parra, também se ausentou de debater, em seu livro ou em qualquer manifestação pública, sobre a responsabilidade do imperialismo estadunidense “en la desgracia de nuestro país”.⁷³⁴

O tom ácido de Bosco Parra ganhava proporções ainda maiores em relação ao fato do principal líder histórico da DC não considerar aproximar-se das forças de esquerda da UP e do movimento popular, contemplando seus desígnios e projetos, na luta contra a ditadura e no processo democratizador para o Chile. Eduardo Frei insistia em considerar a esquerda marxista chilena, tal qual o fizera no período Allende, como um adversário político que carregava um viés extremista, violento, antidemocrático, “totalitário”, não a contemplado, portanto, em seu programa de estabelecimento de uma democracia formalmente ampla, amparada em um movimento popular. A principal força vital e propulsora para as mudanças no Chile, para o líder demora-cristão, continuava a ser a classe média. Ainda segundo Bosco Parra, Eduardo Frei apresentava-se, por meio de sua proposição com vistas à abertura política, para o diálogo com a direita chilena supostamente democrática e forças centristas-moderadas, excluindo os partidos e organizações que verdadeiramente representavam o povo chileno.⁷³⁵

A publicação de dezembro de 1975 por Eduardo Frei e a consequente exposição de suas ideias traziam, segundo análise do dirigente da IC, um efeito indireto para o conjunto das esquerdas, pressionando-o para uma definição: a entrada de um ator político tão importante no campo da oposição à ditadura (e a massa popular que carregava junto a si) impunha para os partidos da UP a necessidade de aprofundamento teórico,

⁷³⁴ Ibid., p. 70.

⁷³⁵ Ibid., p. 69-70.

apresentado programaticamente para o conjunto da resistência chilena, acerca das instituições plurais e as instâncias democráticas que acompanhariam a etapa socialista das transformações que se pretendiam. As esquerdas precisavam definir melhor sua estratégia política e os caminhos da transição à democracia e que tipo de sistema democrático construir-se-ia.

Deveria ser preenchido pelas esquerdas, segundo Bosco Parra, um vazio intelectual e político sob pena de que outros atores, como Eduardo Frei Montalva, fizesse “descansar en este punto una parte fundamental de su alegato: ‘la democracia no puede ser un medio táctico para conquistar el poder’”. Assim, para o dirigente da UP, após “la derrota del fascismo, [...] definir concretamente las instituciones plurales y las instancias democráticas que acompañarán la etapa socialista de nuestra revolución” impunha-se como tarefa central para o conjunto das esquerdas no enfrentamento contra a ditadura. E completava sua preocupação relativa a esse déficit programático das formações do movimento popular, apelando à necessidade de correspondência com as inquietudes teóricas dos partidos socialistas europeus naquele momento (no contexto de questionamento do socialismo real), antecipando uma discussão que ainda se faria presente de maneira decisiva nas esquerdas chilenas e no interior de *Chile-América* e que levaria à defesa da renovação socialista: “sectores inmensos del movimiento revolucionario mundial se abocan en estos días a la solución teórica y política del problema de la democracia en el socialismo”.⁷³⁶

Ainda entraremos nesse debate que demarcaria o caminho político de *Chile-América* pela renovação necessária das esquerdas dentro do processo de democratização. Cabe, antes, assinalar que as repercussões à divulgação das posições de Eduardo Frei Montalva, representativas, pela influência que ele exercia, da coletividade democrata-

⁷³⁶ Ibid., p. 71.

cristã, continuaram a todo vapor nos meios políticos chilenos das esquerdas. Interessava muito a esse setor político saber o que pensava o líder da DC, tendo em vista o interesse dos partidos do campo democrático e popular em ajustar um programa unitário, com pontos de consenso para derrotar a ditadura. Assim sendo, *Chile-América* publicou, após o artigo de Bosco Parra, outra análise política de relevo, realizada por José Miguel Insulza e intitulada *Hacia una real alternativa democrática*.

Antes mesmo de tecer considerações sobre as ideias políticas de Eduardo Frei, divulgadas na publicação de seu livro, José Miguel Insulza (MAPU-OC) realizou uma análise interessante sobre a constituição da ditadura, as intenções governamentais que caminhavam para a institucionalização do regime e a continuidade de Pinochet no poder, ao mesmo tempo que sofria duras críticas de organizações nacionais de direitos humanos e um isolamento internacional em razão da solidariedade e resistências transnacionais. Assinalou o dirigente do MAPU-OC: “el modelo institucional de la Junta la antagoniza abiertamente con quienes creyeron posible una transición rápida y ‘legal’ del poder militar al civil, [...] en la transitoriedad del régimen”.⁷³⁷ Referia-se aqui à corrente política freísta (relativo ao campo de influência de Eduardo Frei), principal responsável pelo antagonismo institucional exercido contra o governo da UP e a decisão final pelo golpe.

Prontamente, Miguel Insulza pontuou um fato bastante conhecido e criticado nas análises do campo popular/progressista, sobre a aliança da DC com a direita chilena pela ruptura democrática em 1973 e o apoio inicial à ditadura:

Al comienzo sólo la izquierda y los sectores más consecuentemente democráticos del PDC hicieron conocida su actitud de total oposición. Los políticos del centro y la derecha tradicional buscaron en cambio un entendimiento con la dictadura, con la esperanza de que esta les entregara el poder, después de una breve transición.⁷³⁸

⁷³⁷ INSULZA, José Miguel. *Hacia una real alternativa democrática*. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 72.

⁷³⁸ *Ibid.*, p. 72.

Em seguida, explicou que a mudança de posição da DC de Eduardo Frei e Patricio Aylwin ocorria principalmente devido à compreensão que adquiriam sobre os objetivos manifestos “de los fascistas de perpetuarse [en el poder], unida a la profundidad de la crisis”, à pressão internacional e à “su percepción de la fuerza que día a día adquir[ía] el movimiento de resistencia”.⁷³⁹ Ou seja, a conjuntura crescentemente desfavorável à ditadura pressionou a DC a definir como se daria sua participação, em que posição política buscaria se situar.

Argumentos do político e ex-senador pela DC, Tomás Reyes, apresentados em texto encaminhando para plenária da direção do partido, em seguida acessado e reproduzido por *Chile-América* (edição de número 28-29-30, 1977), de fato, atestaram e deram o tom da mudança para uma postura mais incisiva e combativa da Democracia Cristã desde sua direção no Chile, visto o entendimento dos primeiros passos da institucionalização da ditadura pinochetista e a grave conjuntura autoritária que se prolongava no país:

La primera intención ordenadora y de restauración institucional declarada por la Junta de Gobierno, se ha transformado en dictadura cada vez más personalista. La ciudadanía sin expresión y hasta sin existencia oficial; la Constitución y las leyes interpretadas [...] arbitrariamente; los derechos humanos gravemente atropelados; las instituciones sometidas a un desmantelamiento progresivo; el orden basado en el temor [...]; la implantación permanente del estado de sitio y la indisimulada intención de perpetuarse en el poder, caracterizan el tiempo que vivimos. Todo ello en medio del retroceso del país, el empobrecimiento y desesperanza de los más débiles y el aislamiento internacional.⁷⁴⁰

Lembramos que ao final de 1975, com a promulgação das atas constitucionais que renunciavam uma formalização de fôlego que viria com a Constituição de 1980, Augusto

⁷³⁹ Ibid., p. 72-73.

⁷⁴⁰ REYES, Tomás. Nuestra fuerza política y social al servicio de la recuperación democrática y en defensa de la justicia. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 179.

Pinochet e a Junta Militar haviam sinalizado nitidamente para o caminho da institucionalização do regime ditatorial.⁷⁴¹ Foi diante desse contexto que a DC firmava uma insatisfação pública ascendente em relação à estruturação da ditadura sob a liderança de Augusto Pinochet e os preceitos neoliberais. Seus principais documentos, que indicaram oficialmente novo direcionamento à época, foram exatamente *El mandato de la historia y las exigencias del povernir*, de Eduardo Frei, e a subsequente carta de fim de ano (1975) de Patricio Aylwin, publicações que, para José Miguel Insulza, embora indicassem uma alternativa política à ditadura, apresentavam “frases vagas de condena general”, a respeito do que “los partidos de la Unidad Popular” não poderiam deixar de responder à altura, visto que eles próprios foram colocados à margem das pretensões democratizadoras das duas lideranças democrata-cristãs.⁷⁴² A resposta viria, segundo Miguel Insulza, com o desenvolvimento da perspectiva de construção de uma Frente Ampla Antifascista para derrotar a ditadura e iniciar o caminho para a transição a uma nova democracia, Frente esta que, apesar da resistência da DC, não se deveria, por parte das esquerdas em unidade, deixar de buscar um diálogo construtivo com o partido liderado por Eduardo Frei, dado o reconhecimento do seu peso político e a coletividade expressiva que representava.⁷⁴³

Em síntese, José Miguel Insulza formulou suas críticas, em *Chile-América*, por meio de uma visão política muito próxima à apresentada por Bosco Parra. Apesar de considerar aspecto positivo a condenação de Eduardo Frei à ditadura, evidenciando um

⁷⁴¹ JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006, p. 243-244. Tratamos a respeito da institucionalização do regime no Capítulo 2 desta tese. Sobre a repressão a militantes e dirigentes DC e a entrada mais consistente e oficial do partido no campo da oposição à ditadura, ver, também, a parte final do Capítulo 3.

⁷⁴² Destacamos que os dois textos citados, o documento/livro de Eduardo Frei Montalva e a carta de Patricio Aylwin, foram editados em *Chile-América* na seção *Documentos*, na parte final da então edição de n. 14-15 (como anexos), a mesma em que se encontravam as análises críticas de José Miguel Insulza e Bosco Parra, na seção *Tribuna Abierta*.

⁷⁴³ INSULZA, José Miguel. Hacia una real alternativa democrática. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 73-74.

crescimento importante da oposição e o isolamento do governo de Pinochet, observava que muitas manifestações públicas do líder democrata-cristão, além de imprecisas e que buscavam, principalmente, elevar seu legado político democrático e republicano, omitiam o papel decisivo dos militares em todo o processo de desencadeamento da crise chilena, assim como a participação igualmente central do imperialismo estadunidense na derrubada do governo democrático-popular, admitida inclusive pelo próprio governo e congresso dos Estados Unidos. Ainda de acordo com José Miguel Insulza, as teses de Eduardo Frei também não criticavam a importância de parte do aparato liberal/burguês do Estado na institucionalização do “fascismo”, com especial referência à Suprema Corte do país, que alternou seu papel político entre a omissão (dos crimes da ditadura) e a colaboração ao regime pinochetista.⁷⁴⁴

As implicações negativas geradas para a esquerda chilena em virtude da visão de mundo e das conseqüentes proposições políticas do líder social-democrata, no que se referia a possíveis alianças pela democracia no Chile, consistiam na principal preocupação de José Miguel Insulza e, podemos dizer, para uma parcela importante da resistência. Ele reconhecia a necessidade de se conduzir uma reconstrução democrática baseada na igualdade e respeito aos direitos humanos, tal qual propunha Eduardo Frei. Todavia, e neste ponto encontrava-se a questão central da discussão, José Miguel Insulza rechaçava o intuito da corrente freísta de tomar para si e para a DC a hegemonia do processo de democratização, apontando como valores democráticos os que se vinculavam à história democrata-cristã, ao passo que os extremismos, associados à direita e à esquerda chilenas, deveriam ser derrotados como projetos políticos para o país.

Pela análise feita por José Miguel Insulza, estava presente na narrativa de Eduardo Frei Montalva a construção dos polos opostos, perspectiva favorável ao projeto que

⁷⁴⁴ Ibid., p. 73-75.

encampava: totalitarismo (a direita fascista e a esquerda revolucionária) *versus* democracia (Democracia Cristã e nuances social-democratas). Tal aspecto, assinalava Miguel Insulza, deveria ser confrontado decididamente pelas esquerdas, não deixando de considerar a participação da DC em acordos com bases objetivas, porém fazendo reconhecer publicamente que “la unidad de la izquierda es factor fundamental en los últimos años de la política chilena, tanto en el Gobierno de Allende como en los últimos años de la represión”. Seria preciso, assim, “contar para cualquier proyecto político con el dato de la izquierda unida, con la existencia de la Unidad Popular”. O caminho democrático, para José Miguel Insulza, desenhava-se nesse sentido, o da unidade das forças democráticas, populares e antifascistas, que se consumasse não somente em um acordo tático para derrotar a ditadura, “sino en un programa para sustituirla por un nuevo Estado, más profundamente democrático y popular que lo que nunca ha existido en Chile”, assentado plenamente nos direitos humanos, constitucionais e em um regime pluralista de partidos.⁷⁴⁵

Desse debate sobre os pressupostos freístas, e no mesmo tom dos argumentos anteriores, também participou Julio Silva Solar, cujo texto, voltado para reconstituir criticamente a história da DC, esteve situado na mesma edição e seção de *Chile-América, Tribuna Abierta*, n.14-15. Dentre as considerações de Eduardo Frei Montalva tornadas públicas e que apontavam para críticas mais contundente à ditadura, à parte serem tomadas positivamente como força opositora importante, também repercutia em Silva Solar, evidenciando notório incômodo das esquerdas chilenas do exílio, a adversidade da ala freísta em compor um programa político com a UP. A insatisfação partia, obviamente, dos setores que estimavam fator central o diálogo com o partido democrata-cristão, de modo que avançasse um projeto pela abertura política.

⁷⁴⁵ INSULZA, José Miguel. Hacia una real alternativa democrática. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 79-80.

Julio Silva Solar, além de incisivo quanto à falta de autocrítica de Eduardo Frei em relação ao apoio dado ao golpe (ao contrário, houve uma tentativa de justificá-lo como necessário)⁷⁴⁶, lamentou não passar pela estratégia momentânea da DC contra a Junta Militar a formação de uma Frente Antifascista “a que se la invita [la izquierda]”, e acrescentava: “En tanto su sector de izquierda (Leighton, Tomic, Fuentealba) está por el acuerdo y la coordinación con las fuerzas de la UP, la dirección de Aylwin-Frei sostiene que la DC chilena ‘definió su meta: la reconstrucción de la democracia en Chile’” a partir de um caminho que passava pelo entendimento entre “‘las fuerzas políticas y sociales democráticas con las Fuerzas Armadas’”. Essa projeção não incluía as esquerdas, como expressou Patricio Aylwin em carta a Renán Fuentealba, de 25 de setembro de 1975 (cujos dizeres foram sinalizados entre aspas dentro da citação anterior editada por *Chile-América*), ou seja, não eram considerados democráticos “los partidos que [en el momento] forma[ban] la Unidad Popular”.⁷⁴⁷

Necessitava-se, então, por parte de Eduardo Frei e da DC, explicar melhor quais seriam os segmentos políticos tidos como democráticos, sem considerar a significativa participação dos partidos da esquerda chilena na resistência, algo pouco desenvolvido no texto freísta analisado criticamente por Bosco Parra, José Miguel Insulza e Julio Silva Solar. Ademais, também faltou esclarecer por que se buscava, prioritariamente, pela ala freísta, uma aproximação com as Forças Armadas, naquele momento tão alinhadas ao autoritarismo e à ascendência do pinochetismo no processo de institucionalização da

⁷⁴⁶ Eduardo Frei Montalva justificava sua oposição à UP e o apoio dado ao golpe militar: “Todo el movimiento contrario a la Unidad Popular antes del 11 de Septiembre traducía no sólo el rechazo del país a una política económica que nos precipitó a la inflación y en el caos [...]. El país se rebeló contra aquellos que justificaban todo bajo la tesis de la conquista del poder total. [...] Fue la lucha de un país que no quería caer en la violencia ni en el extremismo”. FREI MONTALVA, Eduardo. El mandato de la historia y las exigencias del porvenir. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 97.

⁷⁴⁷ SILVA SOLAR, Julio. La Democracia Cristiana chilena. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 84-85.

ditadura. Forças Armadas que, em verdade, eram o sustentáculo do ordenamento repressor vigente no Chile.

Desde seu livro/documento, tomado praticamente como expressão política oficial da DC naquela ocasião, à parte defender valores essenciais para a reconstrução da democracia chilena, amparados nos direitos humanos, ponto em comum com os pressupostos dos partidos das esquerdas, havia diferenças inegociáveis na leitura histórica da experiência chilena, por exemplo, que demarcavam obstáculos diante da reconhecida necessidade, em todos os flancos da oposição à ditadura, de se realizar acordos e consensos amplos para o presente em disputa. A insistência em associar o conjunto das esquerdas chilenas e sua experiência de governo a pretensões “totalitárias”, em forçosa leitura acerca da ditadura do proletariado, presente no arcabouço teórico leninista de alguns partidos, foi um dos pontos centrais da continuada beligerância da DC em relação à UP no exílio. Assim afirmava Eduardo Frei Montalva, em edição do seu texto por *Chile-América*: “no se puede olvidar que en Chile, entre los años 1971-1973, se resistió una tentativa totalitaria precisamente por la acción del pueblo organizado”.⁷⁴⁸ Nesse caso, embora com discordâncias quanto ao governo da UP, referia-se principalmente às disputas políticas que extrapolavam o aparato estatal, como as Juntas de Vizinhos, os *gremios*, os sindicatos e os *cordones industriales*, confrontando/deslegitimando uma das questões mais caras aos debates das esquerdas durante e mesmo após o governo de Salvador Allende, que dizia respeito ao poder popular⁷⁴⁹.

Na Democracia Cristã, próximas ao discurso de Eduardo Frei, porém incorporando certo nível de maturação programática fruto da melhor compreensão da

⁷⁴⁸ FREI MONTALVA, Eduardo. El mandato de la historia y las exigencias del porvenir. *Chile-América*, Roma, n. 14-15, 1976, p. 105.

⁷⁴⁹ Sobre a experiência dos *cordones industriales* e os debates referentes ao poder popular durante o governo de Allende, ver BORGES, Elisa de Campos. “*Con la Unidad Popular ahora somos gobierno!*”. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

conjuntura e do desenvolvimento da ditadura, estiveram as posições dos ex-senadores Tomás Reyes e Andrés Zaldívar, este recém-eleito presidente da DC, à frente do partido de 1976 até 1982. Dos democrata-cristãos mais alinhados às posições freístas, apenas Zaldívar foi proibido de viver no Chile pela oposição exercida à ditadura, obrigado a um exílio tardio na Espanha ocorrido entre 1980 e 1983, proibido de regressar em razão das críticas feitas no exterior ao regime pinochetista. Ambos tiveram suas respectivas publicações, originalmente destinadas ao debate partidário interno, reproduzidas por *Chile-América* em seção especial da edição 28-29-30, denominada *El cuadro político chileno*.

Em análise da própria revista, ao introduzir comentários à publicação dos textos, apontava-se para as duras críticas das duas lideranças da DC ao gradativo enraizamento autoritário da ditadura e à cultura de violência e perseguição no país, passados quase quatro anos, da qual os democrata-cristãos experimentavam de forma ascendente, atingindo sua direção política (ver Capítulo 3 da tese).⁷⁵⁰ Todavia, o que *Chile-América* sublinhava ainda mais nas duas publicações democrata-cristãs era o posicionamento dos dirigentes do partido em relação à perspectiva de democratização no Chile, incluindo a opinião de cada um quanto às alianças políticas necessárias para debelar o regime pinochetista. Ambos recusavam, tal como Eduardo Frei Montalva, a formulação, defendida pela esquerda chilena, de uma Frente Antifascista para derrubar o regime de Pinochet. Andrés Zaldívar e Tomás Reyes admitiam, contudo, mais do que Eduardo Frei, a importância de um debate democrático com os partidos que integravam a UP e a

⁷⁵⁰ Importante apontar também que no contexto da repressão que incidia sobre a DC naquele momento, alcançando alguns de seus dirigentes e canais de comunicação e de debate do partido, a ditadura impunha à DC a mudança da condição de partido em “receso”, com limites para atuação, para sua relegação à ilegalidade e circunscrito praticamente à clandestinidade, tal qual a esquerda que assim já se encontrava. Não obstante, foi também no ano de 1977, desde o evento em meados daquele ano em Chacarillas, que a ditadura sinalizara para sua gradual institucionalização que culminaria com a Constituição de 1980, abordagem discutida por nós no Capítulo 2.

possibilidade de acordos pontuais, mesmo recusando a composição de alianças políticas com as esquerdas que levassem à construção estratégica conjunta para a transição e construção de um Estado democrático.

Com isso, por meio dos mencionados textos, reconhecia-se, mesmo sem consentir com as formulações das esquerdas chilenas que visavam o socialismo como resultado do aprofundamento democrático, a legitimidade da UP como força da oposição, e que os partidos que a compunham participassem da nova institucionalidade democrática que se almejava construir após a derrota da ditadura, ainda que qualquer compromisso firmado, com o respaldo de uma maioria social e política, não significasse, necessariamente, compartilhar responsabilidades em um futuro governo.⁷⁵¹ Este último aspecto aparecia como mais uma divergência entre as formulações dos partidos de esquerda e as da DC, pois, enquanto as proposições oriundas das direções partidárias da UP no exílio projetavam um Estado pós-ditadura com ampla participação popular, os democrata-cristãos refletiam sobre um governo transicional composto por algumas competências políticas, não obstante referendadas por um movimento social renovador forjado nos valores democráticos e humanitários.

Chile-América criticou o fato dos dois políticos da DC, refletindo a posição da ex-direção partidária de Patricio Aylwin e da influência sofrida por Eduardo Frei, insistirem em defender o partido como “pilar de la nueva democracia”, excluindo grande parte da esquerda e preferindo exercer mediações com “una derecha democrática”, tendo em conta também a necessidade de “compromiso fundamental con las FF.AA”. A revista foi ainda mais incisiva às proposições públicas da DC que privilegiavam alianças com “fuerzas social-demócratas, que en Chile no son significativas”, argumentava, lamentando, assim,

⁷⁵¹ CHILE-AMÉRICA. Los documentos demócrata cristianos. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 178.

o evidente contraponto lançado contra as formulações programáticas das direções partidárias da UP, que requeriam o protagonismo dos movimentos populares.⁷⁵²

No informe de Tomás Reyes a seu partido⁷⁵³, por exemplo, texto que foi revelador da cultura humanista interpretada por seus próprios integrantes, formuladores e ativadores dos elementos que a constituíam, ele então dizia conceber a DC, naquele contexto da ditadura, como “fuerza moral, social y política impulsora y de vanguardia para recuperar los valores históricos [y democráticos] de Chile”. Tanta responsabilidade política, assumida a partir de uma perspectiva de liderança do processo democratizador, gerava o convencimento de que “para poder cumplirla cabalmente [serían] necesarias la participación y movilización de todos los que sentimos los ideales del Humanismo Cristiano, revive[mos] el espíritu inicial del Partido y nos impulsa[mos] a redoblar nuestra acción”.⁷⁵⁴

O protagonismo reivindicado à coletividade humanista democrata-cristã perpetuava, no transcurso de um passado democrático recente, um dos entraves com as esquerdas chilenas, tendo em vista que a DC postulava também a representatividade dos trabalhadores e das camadas populares do país, como se podia ler no documento de Reyes ora analisado: “La Democracia Cristiana por estar enraizada en toda la gama de las fuerzas sociales, especialmente en los trabajadores, tiene la responsabilidad de ser su vanguardia y cauce de sus aspiraciones”.

Ademais, como havíamos referido, os impasses se revelaram de ordem tática, condizentes às ações políticas necessárias, de imediato, para o enfrentamento à ditadura, sobretudo o caráter das articulações das forças de oposição ao regime e a visão estratégica

⁷⁵² Ibid.

⁷⁵³ Assim como o texto de Andrés Zaldívar, o documento de Tomás Reyes possuiu o intento, como dirigentes, de atualizar a orientação da militância da DC.

⁷⁵⁴ REYES, Tomás. Nuestra fuerza política y social al servicio de la recuperación democrática y en defensa de la justicia. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 183.

de futuro, as transformações estruturais e a democracia que se almejava consolidar: “La Unidad Popular ha planteado la formación de un Frente Anti-fascista, un Frente Amplio, [...] que implicaría un compromiso político con proyecciones hacia la reconquista del poder y su ejercicio ulterior”. Tal foi a constatação de Tomás Reyes, que ainda acreditava ser a Frente Antifascista propósito o qual “no correspond[ía] a nuestro pensamiento”, e que essa linha política das esquerdas, alimentada, sobretudo, pelo Partido Comunista, não serviria para abrir caminho à democracia pluralista e de respeito integral aos direitos humanos que a DC ansiava. Antes, em sua visão, a Frente Antifascista das esquerdas contribuiria, ao nela se inserir formulação sobre um horizonte socialista, para “perpetuar el régimen [de Pinochet] y robustecer a los partidarios de la represión”.⁷⁵⁵

Perspectiva programática ainda mais definida quanto às alianças políticas e possíveis etapas de um processo de democratização no Chile viria do texto de Andrés Zaldívar, liderança máxima do partido naquele momento, publicado na revista na sequência da contribuição de Tomás Reyes. De forma central, suas proposições passavam pela construção de um novo projeto social e um processo de transição gradual para a democracia, afastando qualquer pacto político de viés radical/rupturista pelo fim da ditadura e construção do sistema político democrático, em evidente oposição às formulações revolucionárias das esquerdas, que atrelavam a democratização ao horizonte do socialismo. Ressaltava-se, assim, a autonomia e a autossuficiência programática democrata-cristã em relação à Unidade Popular no enfrentamento da crise social e econômica provocada pela ditadura, em busca de um “camino propio”, considerando, por exemplo, ser “imposible una alianza con el Partido Comunista”.⁷⁵⁶

⁷⁵⁵ Ibid, p. 184-185.

⁷⁵⁶ ZALDÍVAR, Andrés. La construcción de un nuevo proyecto social es un proceso de transición gradual. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 188.

O problema com o PC chileno encontrava-se em uma leitura pouco aprofundada, realizada pela DC, sobre sua dinâmica ideológica, bem como da aversão histórica dos democrata-cristãos em relação ao comunismo internacional, mesmo conscientes dos matizes teórico-programáticos e divergências que envolviam essa ampla coletividade política internacional. Naquele momento, por exemplo, parte do mundo comunista encontravam-se impactado pela ascensão do eurocomunismo, em meio aos questionamentos feitos às experiências do socialismo real. A leitura democrata-cristã sobre o PC chileno, tal como se apreendia em Andrés Zaldívar, era provocada pelo entendimento que se atribuía ao partido a respeito da “dictadura del proletariado como ley fundamental de la transición al socialismo”, o partido como vanguarda das transformações revolucionárias e o que se interpretava ser o desaparecimento de todo pluralismo político e ideológico daí decorrente.⁷⁵⁷

Junto a essa compreensão um tanto superficial e generalizante acerca do PC chileno naquela conjuntura específica, Zaldívar rechaçava terminantemente qualquer acordo contendo proposições de luta contra a ditadura que passassem pela violência insurrecional e armada como meio de ação política. À propalada independência programática em relação à esquerda em geral, ele defendia fases táticas da DC que passassem pela oposição à ditadura exercida desde o campo das denúncias acerca das violações dos direitos humanos e a conseguinte defesa dos valores humanitários universais; a crítica à política econômica neoliberal do regime pinochetista; necessária reforma constitucional, quando naquele momento se esboçavam os traços de institucionalização da ditadura e os passos por uma constituição autoritária, como ocorreria em 1980; por fim, e conjugado a essas ações, Zaldívar propunha a construção de uma plataforma governamental, após a derrota da ditadura, resultante das alianças

⁷⁵⁷ Ibid., p. 198.

políticas prévias pela democratização, alianças estas efetivadas desde a união dos humanistas chilenos, para além da DC, construídas a partir da ideia de renovação partidária e das lideranças políticas, assim como apoiadas em um amplo movimento social e democrático.⁷⁵⁸

Notamos, como em tantas formulações políticas do período, ideias e ações propositivas ainda incipientes por parte de alguns atores da oposição ao pinochetismo, demarcando seus primeiros passos mais reativos e que permitiam avançar pouco a pouco na resistência à ditadura, tendo no horizonte político a expectativa de sair do aspecto generalizante das propostas e se aprofundar, teórica e praticamente, no processo de democratização para o Chile. Os debates e programas esboçados, pela DC e pelas esquerdas, versavam, cada um a seu modo, a respeito da composição de um hipotético governo de transição que, em verdade, encontrava-se um tanto distante naquele momento (final da década de 1970), dadas as condições de enraizamento institucional da ditadura e a repressão ainda fortemente exercida contra a oposição. Houve, antes, de maneira concomitante às autocríticas dos atores políticos da resistência, e servindo, digamos, como um segundo passo para sair da ação defensiva da luta política, um esforço em conceber uma composição das forças democráticas e, programaticamente, elaborar possibilidades de luta que levassem à derrota do projeto da ditadura.

O que se evidenciou nas ideias da corrente diretiva da DC que acabamos de analisar, alinhada a Eduardo Frei Montalva, posições publicadas e discutidas por *Chile-América*, foi, em um primeiro momento, definir um caminho próprio para o partido no campo da oposição e como poderia efetivar a relação com os demais atores políticos e sociais, sobretudo no que se referia ao conjunto das esquerdas. A DC saía, então, de um apoio inicial ao golpe e à Junta Militar, compondo um jogo político ditado pela ditadura

⁷⁵⁸ Ibid., p. 194, 195, 196, 199 e 201.

que permitia a participação dos democrata-cristãos apenas como quadros técnico-administrativos,⁷⁵⁹ para, gradativamente, incorporar-se ao amplo campo da resistência e da oposição, interagindo inevitavelmente com atores das esquerdas e da solidariedade transnacional. Como pontos comuns à DC e aos partidos de esquerda, fixavam-se as críticas à política econômica da ditadura e à dura repressão política, postulando, como contraponto ao autoritarismo de Pinochet, a restauração ou redefinição do sistema político-partidário democrático, construído com base nos valores dos direitos humanos.⁷⁶⁰

Ricardo Yocelvezky sintetizou a posição da Democracia Cristã durante a ditadura, formação que havia passado (dos anos 1970 para os 1980, quando o regime avançava com seus projetos que culminariam na Constituição) de uma posição ambígua inicial até a demarcação mais definida de sua oposição, que se pretendia exercida desde uma identidade própria. Assinalava o autor que a direção partidária de Patricio Aylwin e Eduardo Frei compreendia que as “condições excepcionais” provocadas pela Unidade Popular já não existiam mais e, dessa forma, tornava-se não apenas desnecessário, como sério agravante, o prolongamento da ditadura, levando a medidas econômicas e repressivas que dificultavam a volta à normalidade democrática. Com esse tipo de leitura, segundo Yocelvezky, ambos dirigentes não só não assumiam uma autocrítica, mas também se afastavam convenientemente da relação entre o golpe e a degradação democrática posterior. Preferiam, então, direcionar a discussão para o posicionamento crítico ascendente da DC concernente ao regime.⁷⁶¹ Assim, para o partido, a tarefa

⁷⁵⁹ Entre os políticos da DC apoiadores da ditadura, como mencionado em *Chile-América* (ver também o Capítulo 3 da tese), os de maior destaque foram Juan de Dios Carmona e Willian Thyner, defensores declarados do regime. Todavia, o apoio envolvia ainda ex-ministros do governo de Eduardo Frei, como Ramón Valdivieso, Carlos Figueroa, Modesto Collado, Eduardo León Sergio Ossa Pretot, e ex-congressistas, tais quais José Musalem, Alejandro Noemí, Alfredo Lorca, Luis Papic, Víctor González, Juana Dip, Carlos Garcés, Enrique Krauss e Javier Lira Merino, dentre outros nomes importantes. Dentre os tecnocratas participantes do governo da Junta Militar, estiveram Raúl Saéz e Jorge Cauas. Ver CHILE-AMÉRICA. El Partido Demócrata Cristiano y la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 6-7, 1975, p. 62.

⁷⁶⁰ Ver YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

⁷⁶¹ *Ibid.*, p. 180.

prioritária consistia em recuperar sua influência política, reconquistando ou restituindo sua base social de apoio e definindo um caminho programático que não a atrelasse às esquerdas chilenas, o que, de acordo com a visão democrata-cristã, terminaria por engrossar a narrativa da ditadura direcionada a combater um suposto projeto geral socialista da oposição ao regime, bases ideológicas que, outrora, haviam levado o Chile à desordem social e econômica.⁷⁶²

Nesse contexto de tomada de posição da DC no campo da oposição, segundo *Chile-América*, em sua edição de número 35-36, do final de 1977, o acontecimento recente que repercutiu no quadro político chileno foi o chamamento lançado em 6 de outubro pelo partido, a fim de iniciar de imediato um movimento de restauração democrática, assim explicou a revista. O documento, acessível por meio de um *despacho cablegráfico*, como informado na edição de *Chile-América*, foi resultado da viagem internacional de Andrés Zaldívar pela América Latina e Europa, acompanhado pelo ex-senador Juan Hamilton. No texto, avançava-se na elaboração de pressupostos referentes ao desenvolvimento da democracia chilena, segundo a visão oficial do partido.

Apontando para o humanismo como base teórica da ação política e reforçando os direitos humanos como valores fundamentais, ao se refletir sobre as condições da restauração democrática, a DC propunha uma ampla aliança pela democracia⁷⁶³, o que não excluía diálogo e negociação com as forças no poder, tipo de perspectiva que, de forma alguma, por exemplo, era comungada pelos partidos de esquerda. Dentro das etapas para a restauração democrática gradual no Chile, refletia-se sobre um movimento nacional amplo de mobilização da sociedade civil, em que os partidos políticos teriam papel importante, mas não acima das demais organizações sociais. Incluía-se, nesse

⁷⁶² Ibid., p. 189-190.

⁷⁶³ A DC avançava em considerações sobre as esquerdas, não bloqueando, de forma inflexível, alianças com alas moderadas e de tendências humanistas ou social-democratas. As objeções referiam-se aos comunistas e aos setores radicalizados marxista-leninistas.

processo de mobilização popular, uma Assembleia Constituinte eleita para elaboração da Carta que regeria legalmente o país e fundamentaria as formas de participação cidadã.⁷⁶⁴

As palavras de ordem da linguagem política democrata-cristã, ressaltamos, passavam fundamentalmente por “humanismo” e “democracia”, eliminando o caráter de classe aludido pelas esquerdas (ou boa parte delas) e evidenciando os elementos-chave da cultura política humanista, por meio da qual se refazia a DC chilena. O partido reforçava a aversão às ações rupturistas/revolucionárias, como se nota na citação que se segue sobre o processo de democratização, ainda não tão claramente sistematizado: “Primer[o], que el plan sea gradual; segundo, que la restauración democrática comience efectiva y autenticamente desde ahora; tercero, que los plazos y modalidades no aparezcan impuestos por la voluntad arbitraria, sino que surjan del proceso mismo de los hechos y con la participación creciente de los ciudadanos”.⁷⁶⁵ Distante desses pontos não esteve a perspectiva dos setores renovados do socialismo chileno ao final da década de 1970 e princípio dos anos 1980, revelando uma aproximação que os uniria em coalizões como a *Alianza Democrática*, dinâmica política sobre a qual abordaremos no final do capítulo.

Em 1978, ano marcado pelo plebiscito conduzido oficialmente para a “aprovação popular” do regime cada vez mais personalista de Pinochet, os pontos de vista da Democracia Cristã sobre um acordo com a Unidade Popular foram sintetizados por *Chile-América*. Tratava-se de aspecto de interesse central para o conjunto das esquerdas e, como parte desse processo, também para os editores da revista que imprimiam em suas páginas a preocupação por acompanhar, compreender e se posicionar sobre a dinâmica das articulações partidárias contra a ditadura. A precisa síntese realizada por *Chile-América*

⁷⁶⁴ PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO DE CHILE. La Democracia Cristiana propone iniciar un movimiento nacional de restauración democrática. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 75-79.

⁷⁶⁵ *Ibid.*, p. 78.

evidenciava sua leitura a respeito das objeções da DC aos chamados das esquerdas da UP pela unidade. Os fatores democrata-cristãos que pesavam contra a unidade política passavam pelos conflitos e críticas mútuas não superadas, referentes a um passado democrático recente, dos governos da DC e da UP; pelas distintas visões de mundo, resultantes das particularidades da trajetória histórica de cada formação política e sua composição de militância e apoio popular; por disputas pela hegemonia do campo progressista que ainda perduravam.

Fundamentalmente, além do apresentado, a revista compreendia que o impasse pela unidade de oposição à ditadura adviria do óbvio, ou seja, as distintas estratégias políticas da UP e da DC em curso:

la Unidad Popular juga[ba] con aquellos que [tenían] razones para estar muy claramente en contra del Gobierno. El Partido Demócrata Cristiano juga[ba] el suyo primero con personas que esta[ban] abiertamente en contra, pero también con otros que no esta[ban]. Esto último no [podría] hacerlo la Unidad Popular y [sería] imposible hacerlo si el PDC apareciera compartiendo la línea de la UP.⁷⁶⁶

Chile-América se referia à consideração, pela DC, na construção de um bloco democrático, de uma direita e militares não alinhados ao pinochetismo, enquanto para a esquerda ainda articulada pela direção política da UP no exílio, o eixo da formação de uma frente antifascista consumir-se-ia em torno dos trabalhadores e a representação do movimento popular. Para a revista, havia, portanto, divergências programáticas e estratégicas evidentes que impunham princípios de unidade consequentemente diferentes para cada coletividade política, apenas solucionáveis “mediante un concepto de unidad pluralista”,⁷⁶⁷ segundo seus editores, ou seja, que as diretrizes não se ancorassem em nenhuma tese dogmática nem de um lado nem de outro. Apresentava-se, novamente, a

⁷⁶⁶ CHILE-AMÉRICA. La Democracia Cristiana y sus puntos de vista acerca de un acuerdo político con la Unidad Popular. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 80.

⁷⁶⁷ *Ibid.*, p. 81.

partir deste trecho final, outro elemento da narrativa da revista que se fazia presente na linguagem política da renovação socialista chilena: o sentido pluralista e não dogmático da transformação social rumo a (re)fundação democrática do país.

Assim, na mesma edição 39-40, na seção *Tribuna Abierta*, veiculava-se mais uma publicação de Julio Silva Solar, cuja abordagem central fazia-se complementar à ideia acima defendida, em perspectiva coletiva, por *Chile-América*. Compondo, portanto, o repertório discursivo do editorialismo programático da revista, a linguagem de Silva Solar apresentava as nuances de uma transição do pensamento político de parte da esquerda chilena, composta essencialmente pelo MAPU, MAPU-OC, IC e setores do PS, que procuravam romper com o dogmatismo teórico do leninismo. Definindo um pouco mais a aliança democrática e popular pretendida, o diretor de *Chile-América*, compartilhando a ideia tangente à formação de uma unidade pluralista, defendia a necessidade de uma composição política (UP e DC) e social (classe trabalhadora, camponeses e setores médios) como realização básica para se avançar na direção de uma plataforma consistente que derrotasse o pinochetismo e iniciasse as transformações pela transição. “Partimos de la base”, afirmava, “de que esa alianza es posible y que es la gran tarea a realizar, pero por lo mismo no queremos eludir sus dificultades sino analizarlas”. As contradições reconhecidas entre “la clase obrera y los sectores medios” não eram tidas como peremptórias, e que, portanto, tinha-se “en la experiencia chilena [1970-1973] una amarga comprobación de la magnitud de estas contradicciones y adónde pod[rían] llevar”.⁷⁶⁸

Tendo essas diferenças em conta, considerava ser uma ilusão “creer que los sectores medios” pudessem ser “ganados para las posiciones de la clase obrera, o sea, para la concepción leninista del tránsito del capitalismo al socialismo”. Desenvolvendo

⁷⁶⁸ SILVA SOLAR, Julio. La democracia como punto de encuentro. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 145.

essa linha de construção política, postulava se tratar, para o caso chileno, de uma aliança baseada em um esforço por consenso, e que havia de situá-la

En un terreno que pueda conciliar el interés tanto de la clase obrera como de los sectores medios, desarrollar entre ambos una relación positiva, disolver las desconfianzas acrecentadas por largo tiempo. Creemos que ese terreno común es el de la lucha por la democracia y por un ulterior proyecto histórico de amplia democratización de la sociedad y el poder, que articula sucesivamente el consenso en programas concretos, es decir, con las menores referencias. [...] Pero ello no es fácil y no se logrará sin una gran voluntad de consenso (recíproca) y sin un esfuerzo enorme de rectificación de los esquemas habituales en uno y otro componente.⁷⁶⁹

Julio Silva Solar defendia a cultura política socialista e a linguagem a ela pertencente como constitutivas desse processo, o de se trabalhar em conjunto por uma nova estratégia democrática de transformação da sociedade, ainda que não se efetivando pelo caminho clássico da revolução proletária: “es cierto que la lucha por el socialismo es inseparable de la lucha por la democracia, debemos entender que un proceso de democratización es un modo de generar el socialismo”.⁷⁷⁰

Em geral, as esquerdas chilenas não buscavam operar, pela imposição conceitual e política, com um modelo teórico revolucionário supostamente impróprio para a realidade do país, pelo fato de que todos acreditavam e entendiam que as ideias marxistas, mesmo em uma perspectiva teórica e programática mais inflexível, não circulavam fora de suas matrizes sem sofrer uma reinterpretação, uma compreensão ressignificada em virtude das condições locais e conduzidas para uma experiência própria. O que levava aos embates e divergências no interior das esquerdas chilenas era entender até que ponto/limite a linguagem do marxismo podia ou não ser transformada e influir sobre as ações.⁷⁷¹ O governo de Salvador Allende e da UP e o esforço por conceber uma teoria

⁷⁶⁹ Ibid.

⁷⁷⁰ Ibid.

⁷⁷¹ Do ponto de vista teórico e desde a História Intelectual, retomar discussão no Capítulo 2 desta tese, em especial, o sentido de circulação das ideias e as linguagens políticas em PALTÍ, Elías José. *O tempo da política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Recentemente, o autor argentino e

revolucionária por meio da via institucional atestavam esse entendimento de que as ideias estavam em circulação, não deixavam de se conectar a seus modelos originários, porém sofriam constantemente transformações.

A experiência chilena de governo popular, o trauma da derrota e do golpe e a adversidade permanente imposta pelo autoritarismo pinochetista conduziram, ainda mais, parte da esquerda, a que iniciava uma reflexão pela renovação política e socialista, a refletir sobre o modelo marxista-leninista como não mais fecundo para a ação política daquele momento. Não significava ser abandonado, algo impossível porque foi parte conceitual fundamental para a construção política dos partidos de esquerda chilenos. O marxismo-leninismo precisaria, contudo, dentro da perspectiva da renovação socialista, ser reinterpretado profundamente, reconstruído segundo a dinâmica das experiências históricas diversas, não apenas chilena. Nesse sentido posicionava-se Julio Silva Solar, completando os argumentos presentes no texto que discutíamos há pouco, acerca das transformações que deveriam operar sobre a sociedade chilena e a importância da recriação da linguagem e das ideias políticas para a formulação estratégica da oposição contra a ditadura:

en este punto [o de conceber a unidade política e o processo de democratização] inciden nuestras reservas en relación al leninismo que toman forma a raíz del análisis de la experiencia chilena. Cuestionar hoy la vigencia universal del leninismo no es, por cierto, desconocer su relevancia histórica y su inmensa contribución al proceso de la revolución socialista, al desarrollo del movimiento obrero y de su conciencia política, y de tantos otros aportes.⁷⁷²

A conjuntura, a partir da qual Julio Silva Solar expressava suas opiniões, era a da crise internacional enfrentada pelas esquerdas. Nacionalmente, formulavam-se

a autora brasileira Adriane Vidal Costa organizaram publicação importante de mesmo sentido teórico-metodológico. Ver COSTA, Adriane Vidal; PALTÍ, Elías José (Org.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

⁷⁷² SILVA SOLAR, Julio. La democracia como punto de encuentro. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 145.

questionamentos crescentes, constitutivos da dinâmica de autocrítica e da luta contra a ditadura, que afetavam (e pressionavam) a direção e a representação política da UP no exílio. Desde o princípio, a reestruturação da UP, sob a condição de resistência à ditadura, não havia sido bem correspondida, portanto, questionada, pelas forças clandestinas do interior, em grande medida em razão da desconexão política provocada pela forte repressão. Não apenas os preceitos teóricos e estratégicos das esquerdas eram repensados e reformulados, como, do ponto de vista da direção e *práxis* política, a estrutura da UP foi entendida como pouco eficaz para os desafios que se apresentavam ao final da década de 1970, quando a ditadura se mostrava capaz de fincar raízes, mesmo diante de opinião corrente adversa, dentro e fora do país, que a criticava de forma dura e fundamentada.

Ainda na edição 39-40, *Chile-América* divulgou integralmente a mensagem pública e conjunta dos partidos MAPU e da IC remetida ao conjunto das esquerdas da Unidade Popular, em carta de dezembro de 1977. O documento louvava o crescimento do movimento popular de resistência no Chile e no exterior, mesmo diante da repressão do Estado autoritário que não se arrefecia, castigando duramente seus militantes. A compreensão de conjuntura por meio da qual se procurava organizar a atuação política era a de que havia, por parte do regime autoritário, desde Chacarillas e com a mobilização para o plebiscito de 1978, “un intento de ‘instalación dictatorial’, encabezada por la camarilla de Pinochet”, ou seja, uma “fase de reordenamiento de la estructura productiva del país y de redefinición del rol del aparato estatal”. Ainda segundo a avaliação dos partidos, todo descontentamento gerado em amplos setores fustigados pela reestruturação do regime civil-militar de Pinochet “no se transforma[ba] en fuerza resistente”. A ditadura “no cae, ni mesmo cede ni concede”, concluíam.⁷⁷³

⁷⁷³ COMISIÓN POLÍTICA PARTIDO MAPU; COMISIÓN POLÍTICA PARTIDO IZQUIERDA CRISTIANA. A los partidos de la Unidad Popular, compañeros dirigentes y militantes. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 88.

Fazia-se urgente, assim, que se organizasse o movimento popular de resistência, e que, embora se vislumbrasse positivamente um sentido de unidade das forças democráticas, constatava-se, em seguida, que “la UP ha estado muy por debajo de las exigencias que plantea la actual realidad”. As comissões políticas do MAPU, do MAPU-OC e da IC consideravam, então, “que superar ésta situación es la principal tarea en la hora presente”, e que, portanto, a carta divulgada “pretend[ía], desde una inquebrantável posición unitaria, aportar en este desafío”.⁷⁷⁴ Em essência, na carta pública direcionada ao conjunto da esquerda, o que se propunha discutir e estimular a uma solução era, novamente, o problema da direção e condução política do movimento popular (questão que remetia aos impasses do governo de Salvador Allende), agora em uma condição de resistência.

A UP era compreendida, naquele momento, pelos dirigentes exilados das esquerdas, como uma “Dirección Política”, a partir da qual se pretendia organizar as ações conjuntas, superando as divergências ideológicas em prol de um caminho para derrotar a ditadura e conquistar para o Chile um governo democrático e popular, que abrisse “las puertas hacia el Socialismo”.⁷⁷⁵ No entanto, considerava-se que tal objetivo não estava sendo cumprido e que, dessa maneira, devesse ser resolvido o problema da direção organizada, sob pena de que se esvaísse essa primeira forma de reestruturação conjunta das esquerdas após o golpe, ela que, como havíamos referido, tinha em conta o valor histórico, simbólico e representativo da coalização em sua trajetória prévia a 11 de setembro de 1973.

Outro componente importante das proposições do MAPU, do MAPU-OC e da IC, com vistas à “dirección unitaria del pueblo”, dizia respeito à DC. As direções dos partidos consideravam compor estrategicamente com os democrata-cristãos, e não meramente

⁷⁷⁴ Ibid., p. 87.

⁷⁷⁵ Ibid., p. 89.

uma aliança tática, tal qual se vislumbrava nas formulações do PS e do PC. Sugeria-se aproximação com os democrata-cristãos, de modo a “impulsar una acción conjunta con sectores más amplios” e uma “plataforma de lucha antidictatorial”. As comissões políticas e diretivas dos partidos MAPU e da IC defendiam a perspectiva de que a aliança fosse “democrática y progresista”, não deixando de ter a UP tarefa protagonista na formulação de uma alternativa política ao “fascismo”, bem como na organização das forças e das ações de forma a “unir [...] el pueblo de Chile contra la dictadura”. Isso passava por construir uma solução democrática que expressasse “los intereses de la gran mayoría del país, uniendo a toda la oposición, particularmente a la DC en torno a este camino con la izquierda”.⁷⁷⁶ Antes de tudo, IC, MAPU e MAPU-OC valorizavam, naquele momento, “el nuevo paso dado por la DC”, a viragem mais determinante e crítica do partido ao campo da oposição e “el común objetivo de lucha por la conquista y ejercicio de las libertades por las mayorías, expresado en una plataforma [...] compartida”.⁷⁷⁷

O documento revelava, assim, que, embora houvesse nuances insurrecionais na linguagem política da IC, do MAPU-OC e, especialmente, do MAPU, que veiculavam certa perspectiva revolucionária/rupturista da luta contra a ditadura, começava a ascender em suas teses uma vertente mais dialógica e moderada, propensa a uma aliança mais ampla e não restritiva aos interesses únicos da classe trabalhadora e popular. A linguagem política inseria pouco a pouco novos atores, não se limitava a propugnar o ideário leninista como modelo revolucionário para a reconstrução do Chile, instituía mais fortemente a discursividade dos valores humanos universais e compartilhava com a DC, especialmente, a necessidade de construção de um movimento social, político e democrático amplo e renovado, que não estaria tão somente sob a égide e a vanguarda partidária.

⁷⁷⁶ Ibid., p. 88-89.

⁷⁷⁷ Ibid., p. 89-90.

Tais pontos de renovação, inclusive, estariam no sentido da crítica de dirigentes como Orlando Millas, do Partido Comunista, ex-deputado e ex-ministro da Fazenda no governo de Salvador Allende. Ainda que ele e seu partido compartilhassem a necessidade de construção de bases unitárias e amplas como objetivo central das esquerdas na resistência, aspecto, diga-se de passagem, defendido de forma central pela direção da UP em seus documentos públicos, dedicavam-se, sobretudo, a desenvolver a linha de organização de uma frente antifascista, cuja unidade pelos setores populares havia sido defendida pelos comunistas, ao menos, desde a Plenária do seu Comitê Central em agosto de 1973, quando se acirravam a polarização política e as ações militares e civis pela solução golpista. Em 8 de setembro, pouco antes do golpe, o PC reforçava a luta unitária antifascista das esquerdas, de maneira a evitar o golpe, com o lema “Aún tenemos patria, ciudadanos!”⁷⁷⁸. Frase história que simbolizava a luta pela independência chilena dos espanhóis, atribuída à resistência de Manuel Rodríguez Erdoíza (1785-1818), ressignificada pelos comunistas, sobretudo, ao adotar a via insurrecional contra a ditadura.⁷⁷⁹

Desde o exílio, o PC seguia apontando para a necessidade de um amplo acordo antifascista no qual participasse a DC, coletividade política de suma importância para um avanço tático, tendo em vista a perspectiva de formação de um governo provisório de base revolucionária e popular que sucedesse à ditadura. Como os democrata-cristãos, os comunistas sinalizavam para o desenvolvimento de um bloco unitário suprapartidário, “desde abajo”, tal qual preferiam dizer. Porém, fundamentalmente, discrepavam quanto ao entendimento da unidade política. Os comunistas chilenos enfatizavam a “reunión de

⁷⁷⁸ MILLAS, Orlando. Alegato en favor del reencuentro de los chilenos no fascistas. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 131.

⁷⁷⁹ Ver ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. ‘Aún tenemos patria, ciudadanos’: el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988). In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 19-82.

todas las fuerzas antifascistas”⁷⁸⁰ e o conteúdo de classe, impresso de forma preponderante, em suas formulações, o que desembocava em apreensões que os distinguiam inevitavelmente da leitura democrata-cristã sobre o caráter de construção do Estado democrático pós-ditatorial. Orlando Millas e o PC acreditavam na unidade e no consenso político, no reencontro dos chilenos divididos pela repressão, desde que o fundamento para se avançar nos pontos comuns estivesse vinculado à erradicação do fascismo e suas raízes no Chile.⁷⁸¹

Como componente de sua visão política, Orlando Millas criticava setores intelectuais e políticos das esquerdas que tendiam à reformulação dos preceitos marxistas, incorporando elementos moderados que não condiziam com o curso de transformação social pela classe trabalhadora. A crítica envolvia não somente partidos como a IC e correntes do MAPU, mas também outras expressões de um núcleo renovador, como a própria *Chile-América*. Em uma interlocução direta com a revista, Millas reconhecia que o projeto editorial que a envolvia “ha dado un aporte muy valioso y significativo al proceso unitario” da oposição à ditadura. Todavia, para ele, ao se projetar a formação de uma coalizão popular e democrática, frequentemente escreviam no impresso autores que tendiam a subestimar a força política da “clase obrera y de los valores que representa[ba]”, preferindo os colaboradores da revista alçar outros protagonismos com os quais o dirigente comunista não estava plenamente de acordo, como o das “capas medias”, setor heterogêneo e portador de contradições em relação aos trabalhadores e às camadas populares.⁷⁸² A unidade democrática, para Millas, estaria em atrair os setores médios para o raio de ação antifascista, sob a hegemonia dos valores revolucionários da “clase obrera”.

⁷⁸⁰ CORVALÁN apud MILLAS, Orlando. Op. Cit., p. 132.

⁷⁸¹ MILLAS, Orlando. Alegato en favor del reencuentro de los chilenos no fascistas. *Chile-América*, Roma, n. 39-40, 1978, p. 134.

⁷⁸² Ibid., p. 132.

Ao dar prosseguimento crítico ao editorialismo programático que tangenciava *Chile-América*, Orlando Millas voltou-se incomodado para o pensamento político de Julio Silva Solar, antes reconhecendo sua relevância como intelectual, cujas ideias, não poucas vezes divulgadas na revista que ele então dirigia, referiam-se à aproximação, considerada necessária, entre o campo popular e os setores médios. Porém, Silva Solar o fazia reduzindo a potência revolucionária da classe trabalhadora. Ademais, o dirigente comunista apontava, criticamente, nas ideias políticas de Julio Silva Solar, para a existência de reinterpretação da teoria marxista para o Chile, realizada como fundamento e contraponto à influência leninista:

La contradicción entre clase obrera y capas medias se encuentra constantemente en algunos artículos de *Chile-América* como una fatalidad. [...] En varios trabajos de Julio Silva Solar nos parece traslucirse cierta concepción, que en todo caso el autor no explicita, de una democracia abstrata sin ingerencia proletaria. [...] Sus opiniones no podríamos desestimarlas. Julio Silva Solar tiene una trayectoria brillante en la vida de Chile en los últimos decenios. Es conocida su labor en el periodismo, en el parlamento y, sucesivamente, en rangos dirigentes del Partido Demócrata de Chile, del MAPU y de la Izquierda Cristiana. Dió una contribución valiosa a la campaña presidencial de Salvador Allende en 1970. Creemos que es de aquellas personalidades que captan en su momento profundas tendencias de algunos sectores de la opinión pública. [...] Julio Silva Solar tiene una actitud negativa a respecto del leninismo, [y] nos parece indispensable abordar sus actuales prevenciones y dar alguna respuesta a los criterios que interpreta.⁷⁸³

O dirigente do PC destacava, como apontamos, o relevo intelectual e político de Julio Silva Solar e o peso que tinha a repercussão dos debates suscitados em *Chile-América*. Considerava, assim, as propostas veiculadas no impresso, sob a influência do eurocomunismo, como uma espécie de ameaça à linha política unitária que o PC e o PS, em grande medida, até aquele momento, alimentavam. “Tememos que su visión de socialismo esté deformada”, afirmava Orlando Millas sobre o pensamento de Silva Solar, sobretudo quando este, desde *Chile-América*, tratava de forma pejorativa as “expresiones

⁷⁸³ Ibid., p. 132-133.

de la política obrera”, emanadas das teses comunistas e socialistas, como “revolucionarismo pequeñoburgués”.⁷⁸⁴

Em favor das teses do PC e da hegemonia da classe trabalhadora, Orlando Millas argumentou que havia “un acervo político revolucionario acumulado en Chile por la clase obrera y que [así era] fundamento de la acción unitaria antifascista” daquele momento, de forma alguma podendo ser ignorado durante a composição das forças democráticas na luta contra a ditadura, e que, indiscutivelmente, “el pensamiento leninista se ha manifestado – fecundo, creador y lúcido – en nuestra patria”. A história da democracia chilena durante o século XX era constituída, para ele, de parte indissociável da trajetória de luta pela liberdade da classe trabalhadora do país, “la más numerosa de la sociedad, la que se encuentra vinculada a las ramas fundamentales de la economía, la que desempeña las funciones básicas de la producción”. Assim, “la clase obrera debe[ría] ser considerada en todo esquema de Chile futuro, se acaso éste es realista”.⁷⁸⁵

Com o golpe militar, o PC chileno buscou rearticular-se sob a *Dirección Única* do partido que, no Chile, atuava-se por meio das direções clandestinas, perseguidas implacavelmente e aniquiladas pelas forças repressivas da ditadura em 1976, como analisamos no capítulo 3. Desde o exílio, sobretudo a partir do *Pleno de 1977*, o PC se estruturou sob a direção do *Segmento Exterior*, conformado por membros da Comissão Política, incluindo a direção máxima de seu secretário-geral, Luis Corvalán. A capital russa Moscou e a Alemanha Oriental (também reduto socialista) foram as principais localidades das atividades dos comunistas chilenos no exílio.⁷⁸⁶

⁷⁸⁴ Ibid., p. 133.

⁷⁸⁵ Ibid., p 134 e 135.

⁷⁸⁶ ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013, p. 153.

Em função da prisão e da dispersão pelo exílio de parte importante da direção do PC, um dos primeiros delineamentos oficiais do partido para orientar as ações políticas contra a ditadura partiu da clandestinidade que, no documento *Los acontecimientos de Chile: la visión de los comunistas*, estabeleceu as linhas estratégicas do partido que permaneceriam até o final da década de 1970. Os comunistas reforçaram perspectiva sobre a ditadura como um regime fascista, estimulando a formação de uma Frente Antifascista e a viabilidade da ação política através de um trabalho de massas (e não do mecanismo central da violência política, naquele momento), proposição programática defendida até 1979.⁷⁸⁷ Sem abandonar sua perspectiva leninista, a unidade antifascista dos comunistas sinalizava para a construção de alianças entre as esquerdas e a DC, partido este que, como temos analisado, em seu objetivo de se projetar à frente como alternativa política democrática, assim como por sua tradição anticomunista, recusava aproximações com o PC e com a esquerda leninista/rupturista, representada de forma mais expressiva pelo PS.

Sem deixar de compreender o papel histórico que desempenhou e deveria ainda cumprir a *clase obrera*, a leitura revolucionária do PC, ao conceber estrategicamente as alianças antifascistas, incorporava, naquela conjuntura, não muito distante das formulações do conjunto das esquerdas chilenas, elementos inovadores em sua linguagem política que diziam respeito ao avanço pelo socialismo e a luta pela democracia, às liberdades político-sociais e o respeito irrestrito aos direitos humanos, como se nota em publicações do partido ou da sua direção política em *Chile-América*. Destacamos, nesse contexto, na revista, além do texto de Orlando Millas, a publicação do informe de Luis Corvalán à plenária do PC no exterior, realizada em agosto de 1977 (edição 35-36, setembro-outubro de 1977), e a *Declaración del Partido Comunista de Chile* (edição 37-

⁷⁸⁷ Ibid., p. 153.

38, novembro-dezembro de 1977), de 4 de novembro do mesmo ano, documento no qual os comunistas se mostravam confiantes na unidade e posterior restauração democrática (com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas), tendo em vista a recente divulgação de informe oficial democrata-cristão *Una Patria para Todos*.⁷⁸⁸ Seria preciso, no entanto, de acordo com Luis Corvalán, avançar com a até então “insuficiente unidad de las fuerzas antifascistas”, ampliando-a em “un movimiento de masas capaz de poner término a la tiranía”.⁷⁸⁹

Além de expressar a necessidade tática de aproximação com a DC, Luis Corvalán retomava, como condição ainda mais decisiva, a tradição do movimento popular e a proeminência da *clase obrera* por meio da fundamental unidade entre socialistas e comunistas. Assim sendo, diante da conjuntura autoritária, “la Unidad Popular está llamada a jugar un importante papel, tanto más grande cuanto mayor sean su cohesión y su actividad política”.⁷⁹⁰

No início dos anos 1980, a virada tática do PC chileno para um sentido de atuação que validava todas as formas de luta contra a ditadura, consumada em sua *Política de Rebelión Popular de Masas* (PRPM), ao sinalizar para o elemento da ação insurrecional/militar, terminou por afastar o partido das alianças almejadas, distanciando-o ainda mais da DC e de parte da esquerda, a que se direcionava, também naquele momento, para a renovação política e socialista. A PRPM, antes de ganhar substância programática e diminuir as divergências internas, o que levou à sua instalação em 1982, havia sido esboçada por Luis Corvalán em distintos discursos no exílio, como o realizado no encontro de Estocolmo de 1980. Foram momentos em que, diante da violência política

⁷⁸⁸ PARTIDO COMUNISTA DE CHILE. Declaración del Partido Comunista de Chile. *Chile-América*, Roma, n. 37-38, 1977, p. 103-104.

⁷⁸⁹ CORVALÁN, Luis. La revolución chilena, la dictadura fascista y la lucha por derribarla y crear una nueva democracia (texto completo del informe central al Pleno del Partido Comunista de Chile). *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 100.

⁷⁹⁰ *Ibid.*, p. 100-101.

e o avançar da institucionalização da ditadura, a Comissão Política do partido passava gradualmente a defender o direito de rebelião popular a partir da mobilização de massas e das diversas formas de luta.

Todavia, o uso tático militar foi efetivamente desenvolvido, como teoria e práxis a ser efetivada pelos comunistas, por sua direção interior clandestina (*Equipo de Dirección Interior* – EDI), liderada por Gladys Marín, assomando-se a ela formulações emanadas também pela direção política no exílio. A clandestinidade e a brutal repressão do regime civil-militar de Pinochet apontariam para uma maior adesão pela ação insurrecional por parte dos militantes que permaneceram no país. A expressão da linha militar do PC foi a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR), organizada em 1983, no contexto das *Protestas Nacionales*, não sem antes insuflar divergências internas. Uma das versões contrárias à sua implantação apontavam para as contradições em relação à tradicional via pacífica para a revolução. A resistência à implementação dessa política insurrecional se deu, por exemplo, desde o exílio, com a chamada *Vieja Guardia*, com destaque para as posições de Orlando Millas.⁷⁹¹

Com vinculação direta com a Comissão Política do PC, a FPMR foi composta fundamentalmente por quadros advindos de formações militares no exterior, a partir das experiências armadas em Cuba e na Nicarágua, e por militantes das unidades de combate clandestina da Juventude Comunista. Não integrou o braço armado do partido nenhum membro da direção política, o que, na prática, tal qual afirmou Viviana Bravo Vargas, teria gerado uma separação entre a função diretiva e os papéis estritamente militares. Mais

⁷⁹¹ Ver ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. ‘Aún tenemos patria, ciudadanos’: el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988). In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 19-82; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. Cultura política y represión política: el caso del Partido Comunista de Chile. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: EdIPUCRS, 2013, p. 327-348; BRAVO VARGAS, Viviana. *Con la razón y la fuerza, venceremos! La Rebelión Popular y la subjetividad comunista en los '80*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2010.

que isso, Rolando Álvarez Vallejos apontou para um descolamento entre a Direção do PC e a estrutura militar do partido, resultando em alto grau de autonomia alcançado pelo aparato militar clandestino.⁷⁹²

A área de atuação da FPMR basicamente se circunscreveu às zonas urbanas mais populosas, como Santiago, Valparaíso e Concepción, e sua linguagem política reforçava com virulência os inimigos a serem derrotas por meio da mobilização popular e da tática insurrecional: a ditadura, ainda definida como fascista, e o imperialismo estadunidense.⁷⁹³ Reforçavam-se ou recriavam-se, sob uma mística expressivamente mais combativa, militar, heroica e messiânica, alguns elementos da cultura política comunista, crescentemente mobilizados desde o início da ditadura, porém impulsionados pelo ideal de confronto direto contra as forças “fascistas” desde 1983, quais seriam, a solidariedade com os oprimidos e com a resistência, a valentia e a entrega pela pátria, a democracia, a dignidade popular e a justiça social. Por esse caminho, Rolando Álvarez Vallejos indicou a perspectiva de uma cultura política especificamente “rodriguista”, ou seja, de formação, simbolismo e práticas políticas fundamentalmente militares do PC, alimentadas para o enfrentamento contra a ditadura.⁷⁹⁴

Chile-América apreendeu criticamente o início desse processo de elaboração da tática armada do PC via PRPM, perspectiva que, através da FPMR, ganharia ainda maior peso no conjunto do partido entre 1984 e 1986, com o prolongamento das *Protestas* e o

⁷⁹² A ação militar mais expressiva da FPMR, a que objetivou matar Augusto Pinochet no dia 7 de setembro de 1986, foi realizada pelo organismo sem a autorização da direção partidária comunista, o que levou à crise e à divisão da Frente em 1987. ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. Los “hermanos Rodriguistas”. La división del Frente Patriótico Manuel Rodríguez y el nacimiento de una nueva cultura política en la izquierda chilena. 1975-1987. *Revista Izquierdas*, año 2, número 3, 2009, p. 3.

⁷⁹³ BRAVO VARGAS, Viviana. *Con la razón y la fuerza, venceremos!* La Rebelión Popular y la subjetividad comunista en los '80. Santiago: Ariadna Ediciones, 2010, p. 133-134.

⁷⁹⁴ ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. Los “hermanos Rodriguistas”. La división del Frente Patriótico Manuel Rodríguez y el nacimiento de una nueva cultura política en la izquierda chilena. 1975-1987. *Revista Izquierdas*, año 2, número 3, 2009, p. 1-9; BRAVO VARGAS, Viviana. *Con la razón y la fuerza, venceremos!* La Rebelión Popular y la subjetividad comunista en los '80. Santiago: Ariadna Ediciones, 2010, p. 134.

diagnóstico da suposta existência de condições objetivas pré-revolucionárias para derrubar a ditadura. O corpo editor da revista se opôs decididamente à linha insurrecional dos comunistas. O texto mais expressivo a respeito foi de autoria de Julio Silva Solar (edição 66-67, outubro a dezembro de 1980), que, inicialmente, resgatou parte da exposição pública de Luis Corvalán, em seus mais recentes discursos no exílio, sobre o direito de rebelião popular no Chile, diante da institucionalização do autoritarismo, em vias de se promulgar a Constituição da ditadura. Ele citou diretamente o discurso do secretário-geral do PC, proferido em Estocolmo no dia 18 de novembro de 1980: “el derecho a la rebelión popular es, por ahí decirlo, un derecho sagrado”. E, sobre outra exposição do líder comunista, regatava novamente seus dizeres: “es el fascismo el que [...] empuja al pueblo a recurrir a todos los medios a su alcance, a todas las formas de combate que lo ayuden, incluso de violencia aguda, para defender su derecho al pan, a la libertad y a la vida”⁷⁹⁵.

Ao passo que introduzia as posições do principal representante do PC, Julio Silva Solar, mais do que um julgamento crítico à violência revolucionária, que depois adotaria de forma mais veemente, antes apresentava uma desconfiança a esse tipo de ordem tática de enfrentamento. Concordava com a premissa do líder comunista chileno de que o plebiscito sobre a nova Constituição, que ratificaria a ordem ditatorial pinochetista, exasperava “la conciencia democrática del pueblo y la ciudadanía más pacientes”. Todavia, “la nueva orientación comunista” poderia, mais do que fortalecer a luta popular e acelerar a derrota do regime, levar a um recrudescimento da repressão e a reforçar a justificativa dos preceitos políticos da ditadura contra as esquerdas, além de, possivelmente, ocasionar “la dispersión de las fuerzas opositoras”. Completando sua

⁷⁹⁵ CORVALÁN apud SILVA SOLAR, Julio. *Violencia revolucionaria?*. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 70.

ideia, Silva Solar dizia ainda não duvidar do “poder de convocación de una lucha que se lleva adelante con decisión y en todos los ámbitos, pero sin recurrir a la violencia.”⁷⁹⁶

Seria esta, então, uma das primeiras manifestações de rejeição dos membros da revista à violência política armada contra a ditadura, posição que apareceria em alguns de seus editoriais, como o da edição de número 68-69, de janeiro, fevereiro e março de 1981: “el mayor peligro reside en que, partiendo de un diagnóstico equivocado de la situación, algunas fuerzas de la oposición pongan en práctica estrategias contradictorias interfiriendo perturbadoramente en el desarrollo del movimiento social de resistencia”. Tal avaliação de *Chile-América* esteve conjugada à assertiva, sobre a qual analisamos no Capítulo 2 da tese, de que “los partidos no han sabido renovarse en profundidad. De allí sus divisiones, tensiones y crisis”.⁷⁹⁷

As avaliações dos editores da revista, naquele momento, apontavam o sentido político, no interior do campo da oposição à ditadura, em que *Chile-América* escolheu caminhar: o da renovação socialista e a maior aproximação com a DC a partir de então, passo considerado fundamental para a superação da ditadura e a estruturação das bases sociais, políticas, jurídicas e institucionais de modo a avançar o processo de transição à democracia.

⁷⁹⁶ SILVA SOLAR, Julio. Violencia revolucionaria?. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 70.

⁷⁹⁷ CHILE-AMÉRICA. El camino de la oposición. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981, p. 7. No contexto dessa discussão, a revista publicou, em *Tribuna Abierta*, dentre outras contribuições de teor similar, texto do líder da IC, Bosco Parra, que, com base nas circunstâncias históricas concretas do caso chileno, e desde os princípios teóricos de Jacques Maritain, buscou discutir o emprego da violência e da não-violência como métodos políticos e morais, “en el proceso de paso de una sociedad regresiva a una sociedad democrática”. Basicamente, analisando também as ideias do intelectual democrata-cristão Otto Boye, defendeu-se o direito de rebelião popular exercido preferencialmente por métodos não violentos: “No se exaltará la violencia. Se buscará reducirla al mínimo imaginable dentro de un contexto que permita el desarrollo máximo de los métodos no-violentos”, complementando esse fundamento, desde o próprio Bosco Parra, com o princípio de permanente estado de resistência e mobilização popular, com vistas ao caráter socialista das transformações. Ver PARRA, Bosco. Fuerza Civil e Fuerza Militar. Elementos para el diseño de una estrategia. *Chile-América*, Roma, n. 78-79, 1982, p. 73-84.

4.2 – O debate sobre a renovação socialista e a abertura política: formulações prévias, aprofundamento teórico e redes pela transição

Parte expressiva do campo político/partidário das esquerdas chilenas caminhou, a partir de uma dinâmica de encontros, discussões e polêmicas, para a defesa da renovação socialista e a aproximação com os democrata-cristãos, de maneira a se edificar uma alternativa de poder à ditadura. Deu-se dentro desse processo a contribuição política de *Chile-América*, que se manteve sempre próxima e partícipe dos debates gradativamente construídos. O núcleo dos personagens e as redes políticas constitutivas dessa dinâmica, que terminou por levar à renovação de parte do socialismo chileno e que conduziria a transição à democracia, originaram-se tanto da esquerda socialista e humanista/cristã quanto dos setores progressistas da DC, iniciativas e encontros esboçados desde os primeiros anos do exílio intelectual e político-partidário, cuidadosamente documentado por *Chile-América*.

O encontro de Colonia Tovar, ocorrido na Venezuela em 1975 e visto no tópico anterior deste trabalho, tendo em vista sua ampla divulgação pela revista *Chile-América*, foi uma das mais expressivas iniciativas do exílio chileno a impulsionar as tratativas da resistência. Aproximando membros de partidos da UP, coalizão que fora então retomada como resistência política, e setores da DC que, em alguma medida, compartilhavam aspectos programáticos com a esquerda chilena, buscava-se, com a reunião em Colonia Tovar, sair das ações de defesa/sobrevivência e começar a se projetar como opção política. Para tal, os participantes esforçavam-se por construir programas unitários que visassem a derrota da ditadura e esboçassem alternativas de poder, com base nos valores democráticos, socialistas e humanistas. Os direitos humanos passavam a ser constante e consensualmente evocados por esse campo progressista, de maneira a compor a base das relações sociais da nova democracia que se pretendia erigir.

A iniciativa posterior da resistência chilena no exílio, que consumaria as relações e a proximidade de um núcleo socialista/humanista-cristão da oposição chilena à ditadura, foi a reunião de Nova Iorque, realizada de 1 a 5 de setembro de 1976, patrocinado pelo Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos. O evento contou com a participação de muitos dirigentes políticos e intelectuais que estiveram presentes também em Colonia Tovar. Com o encontro nos Estados Unidos, ampliaram-se as conexões políticas do exílio chileno, basicamente compostas por membros do MAPU-OC, do MAPU, da IC e da DC, alguns deles acadêmicos e ativistas dos direitos humanos. A reunião de Nova Iorque também deu sequência a discussões políticas tratadas em Colonia Tovar. Nomes como José Miguel Insulza (MAPU-OC), Luis Maira (IC), Pedro Felipe Ramírez (IC), Sergio Bitar (IC), Claudio Huepe (DC), Renán Fuentealba (DC), José Zalaquett (Comité Pro Paz e *Amnistía Internacional*), Fernando Flores (MAPU), Herman Schwember (MAPU-OC) e Juan Gabriel Valdés (MAPU-OC) foram ativos participantes do encontro, todos signatários da declaração final da reunião de Nova Iorque.

Chile-América fez-se presente com maior representatividade nesse encontro, dada as participações, igualmente ativas e protagonistas, de José Antonio Viera-Gallo (MAPU-OC), Julio Silva Solar (IC) e Esteban Tomic (DC). Tanto assim que, na revista, a reunião de Nova Iorque ganhou uma seção especial no exemplar de número 25-26-27 (novembro-dezembro de 1976 e janeiro de 1977), constituindo-se um dossiê no qual foram publicadas as intervenções de praticamente todos os nomes acima citados, ocupando quase 100 das 248 páginas dessa edição. A propósito, abrimos um parêntesis para reafirmar o papel arquivístico realizado pela revista, produzindo, coletando, editando, organizando e divulgando documentação fundamental relativa ao debate político da resistência partidária à ditadura. Nesse aspecto, *Chile-América* foi um impresso periódico central para a aquisição e publicidade de informações referentes à atuação e às memórias políticas

das esquerdas chilenas, da democracia-cristã, em síntese, da resistência intelectual e partidária exercida, sobretudo, no exílio.

Não aprofundaremos em cada debate do evento ocorrido em Nova Iorque, salvo alguns mais representativos, antes nos ocupando dos aspectos comuns que mobilizaram a organização do encontro, os seminários e a intervenção de cada participante. Como antecipou o texto introdutório de *Chile-América* ao dossiê,

los trabajos dados a conocer en la reunión se dirigen a perfilar lo que se denominó un proyecto político para Chile. Se trata de un proyecto que a partir de la actual situación concibe y desarrolla la lucha contra la dictadura fascista a la vez que las líneas fundamentales de la política a seguir luego que el fascismo haya caído y con ello se abra el período en que Chile deba construir su democracia renovada.⁷⁹⁸

Falava-se, portanto, em democracia renovada, ainda que seus fundamentos simbólicos e estruturantes não estivessem tão desenvolvidos, antes gestados desde pressupostos que sinalizavam para transformações sociais e econômicas profundas, relações civis e institucionais com base nos valores universais dos direitos humanos, Estado e sociedade que se construíssem plurais e verdadeiramente democráticos e populares. Os participantes da reunião de Nova Iorque tinham claro o sentido de que para a superação dos problemas estruturais da sociedade chilena, dever-se-ia atingir “un amplio movimiento político pluralista”⁷⁹⁹, para além dos grupos partidários de referência, cuja linguagem política devesse ser renovada de maneira dialógica e criativa, adaptada às novas necessidades populares por direitos, autonomia, soberania, participação pública e cidadã.⁸⁰⁰

⁷⁹⁸ CHILE-AMÉRICA. La Reunión de Nueva York (dossier). *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 46.

⁷⁹⁹ VIERA-GALLO, José Antonio. Reflexiones para la formulación de un proyecto democrático para Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 50 e 62.

⁸⁰⁰ GABRIEL VALDÉS, Juan. Presentación de los organizadores. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 47-48.

Tratava-se de valores fundamentais para a nova institucionalidade democrática pós-ditadura, tal qual argumentou José Antonio Viera-Gallo. Toda autocrítica feita pela esquerda chilena, afirmava o editor de *Chile-América*, serviu e ainda servia para a “revalorización de la democracia política [...] y a la democratización de toda la sociedad chilena”. Nesse processo, “el tema de los derechos humanos ha llegado a ser clave”, e “el surgimiento de una mentalidad nueva, a partir del dolor y la solidaridad de este tiempo, hará posible la renovación democrática de Chile”.⁸⁰¹

O que perpassava os sentidos dessas palavras era a gradual substituição de análises marxistas pautadas, fundamentalmente, na luta de classes, para avaliações marxistas heterodoxas, por vezes gramscianas, como presente em Viera-Gallo (com o uso teórico de “bloco histórico” e “hegemonia cultural e política”), fundidas a outras linguagens que se utilizavam de categorias humanista-cristãs (próprios da IC e da DC), bem como se alimentavam do repertório de valores dos direitos humanos. Preparava-se, assim, um arcabouço conceitual e discursivo que, através de parte importante dos personagens constitutivos dessa rede política pela derrota da ditadura e a renovação democrática, levaria também a propugnar, algum tempo depois, entre 1979 e princípios dos anos 1980, a renovação do socialismo chileno e uma gradativa aproximação política com os democrata-cristãos pela transição à democracia.

A introdução aos seminários e debates ocorridos na reunião de Nova Iorque ficou a cargo do próprio Viera-Gallo (já acima parcialmente analisado) e de Julio Silva Solar, atestando a proeminência de *Chile-América* no encontro através dos seus editores principais, personagens que se apresentavam, em suas intervenções político-culturais no exílio, não apenas como membros e intelectuais do MAPU ou da IC que se encontravam exilados, mas como diretores da revista e o projeto editorial que ela representava. Viria

⁸⁰¹ VIERA-GALLO, José Antonio. Op. Cit., p. 57-58 e p. 64.

dos dois, naquele momento, uma incipiente vinculação entre democracia e socialismo, e que, ademais, o processo de democratização para o Chile deveria superar a “mera” restituição de um sistema político-partidário, fazendo-se necessário amplo envolvimento social com vistas a modificar as bases econômicas e culturais da ditadura.

O objetivo de todos os participantes, como influentes políticos e intelectuais, era o de buscar construir uma “gran alianza de fuerzas [democráticas, socialistas, cristianas, por los derechos humanos] en torno a un proyecto para Chile”. Diante das adversidades provocadas pela ditadura, havia, de maneira comum ao campo opositor, “una revalorización de la democracia política, del imperio de la libertad y del derecho, y del proyecto de cambios”, este que não compreenderia “dogmatismos” ou “vanguardias previamente definidas”, condicionado o avanço de seus alicerces ao apoio majoritário outorgado pelos anseios populares.⁸⁰²

Em seguida, complementar à reflexão acima exposta, Julio Silva Solar explicou, em sua intervenção, o que compreendia por “democratização”, entendimento em muito compartilhado pelos demais participantes do encontro em Nova Iorque:

Entendemos por democratización la renovación o transformación progresiva de la sociedad a través de métodos democráticos, dentro de un Estado de derecho. Se trata de un proceso gradual de participación o socialización en todas las instancias de poder, que se elabora y se realiza a través de sucesivos programas concretos, sin que el tipo de sociedad final se pueda definirse de antemano. Lo que interesa definir son los avances que se esté en condiciones de realizar desde ya. [...] El sistema institucional tiene que facilitar la formación de la voluntad popular, en lugar de entorpecerla. [...] El método democrático del cambio social no se propone una dictadura de clase sino un avance del poder democrático del pueblo a partir y dentro de las libertades [expresión, reunión, circulación], [...] pluralismo político, [...] la autonomía de los sindicatos y organizaciones de base.⁸⁰³

⁸⁰² VIERA-GALLO, José Antonio. Reflexiones para la formulación de un proyecto democrático para Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 57-58; SILVA SOLAR, Julio. Notas sobre un proyecto político para Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 66-67.

⁸⁰³ SILVA SOLAR, Julio. Notas sobre un proyecto político para Chile. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 67-68.

Tratava-se, como se nota, de um conceito chave, por meio do qual se projetariam valores e linguagens pouco a pouco agregados à narrativa de transformação social e pela renovação democrática e socialista. A democracia era vista por Silva Solar como um sistema em aberto, plural, em disputa, e a transformação social e o socialismo seriam resultados mais bem-acabados do aprofundamento democrático, negando sua construção por vias rupturistas pavimentadas por uma classe apenas e a partir da imposição por parte de um Estado revolucionário. Julio Silva Solar interpretava o socialismo como um sistema político, social, cultural e econômico ideal no horizonte das transformações estruturais pelas quais o Chile deveria passar durante seu processo de democratização.⁸⁰⁴ Podemos, então, considerar esses aspectos como típicos de uma linguagem política em reformulação, que negava os preceitos da ditadura do proletariado, por exemplo, e gradativamente apontava para uma direção renovadora que emitia suas marcas e, por conseguinte, gerava conflitos com os setores das esquerdas alicerçados teoricamente em um marxismo menos flexível em seu modelo de transformação.

Por fim, a declaração assinada por todos os participantes e publicada durante o encerramento do evento, logo presente nas páginas de *Chile-América*, refletia esse esforço coletivo em desenhar um chamado amplo às forças democráticas e populares, para além dos partidos políticos, a fim de que impulsionassem a tarefa premente de se encontrar um caminho consensual que sinalizasse para uma alternativa programática e de poder, diante da força demonstrada pela ditadura. Para tal, afirmava-se no texto sobre a necessidade de “confluencia de intereses y aspiraciones [...] de los chilenos para realizar el proyecto de renovación democrática basado en la plena vigencia de los derechos humanos, en el consenso, la libertad, el sufragio, la participación y la existencia de un gobierno eficaz”. Isso requeria, ainda de acordo com o documento final dos dirigentes e

⁸⁰⁴ Ibid.

quadros partidários, “un extraordinario esfuerzo nacional de trabajo y participación, de disciplina social y laboral, de producción y sobretodo solidaridad”. Somente assim poder-se-ia construir um Chile “sin dictadura, sin terror, sin hambre, sin explotación”, uma tarefa de envergadura que demandaria “la participación de todas las fuerzas políticas populares sin exclusiones previas”, que, “desde ahora y luego desde el gobierno”, corresponderia “a un profundo proceso de democratización de la sociedad, de sus estructuras políticas, económicas y culturales”.⁸⁰⁵

Na mesma edição 25-26-27 de *Chile-América*, seu diretor, Silva Solar, havia antes escrito um texto, que acompanhava o editorial daquele volume, de similar teor ao apresentado por ele na reunião de Nova Iorque. Nele, demarcava, representativamente e provocando o amplo debate no campo progressista de oposição ao regime ditatorial, a inflexão teórica presente nesse segmento socialista/humanista-cristão de parte da esquerda, ditando as tendências ideológicas destoantes em relação a outra vertente mais ortodoxa, a marxista-leninista. Julio Silva Solar não poupou críticas contundentes ante a repercussão do discurso de Luis Corvalán em Moscou, no dia 4 de janeiro de 1977, em um encontro de dirigentes soviéticos e chilenos, no qual o líder do PC defendia que a ditadura do proletariado surgiria como uma necessidade para a história chilena. O diretor da revista afirmava ser um contrassenso defender, a um só tempo, a formação de uma frente ampla antifascista contra a ditadura, clamando a integrá-la os setores médios e a DC, e, por outro lado, em suas atividades políticas no exílio, mostrar-se favorável a uma estratégia revolucionária do comunismo internacional que agregaria poucos adeptos à luta da resistência chilena e ao exercício democrático do poder, mostrando-se, ademais, incongruente com as reais condições históricas do Chile.⁸⁰⁶

⁸⁰⁵ FUENTEALBA, Renán; SILVA SOLAR, Julio; RAMÍREZ, Pedro Felipe; INSULZA, José Miguel et al. Declaración final. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 136.

⁸⁰⁶ SILVA SOLAR, Julio. Corvalán y la dictadura del proletariado. *Chile-América*, Roma, n. 25-26-27, 1976-1977, p. 6.

No centro da discussão proposta por Silva Solar encontrava-se a questão da democracia e do socialismo, a transformação da sociedade chilena por meio do aprofundamento democrático e do pluralismo político, pontos essenciais do pensamento renovador, inserido no contexto internacional de crise do socialismo real e de ascensão do eurocomunismo.⁸⁰⁷

Por meio do grupo político pela renovação da esquerda e do socialismo, constituído, dentre outros atores, por *Chile-América* e no qual Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo exerceram papel de destaque, esforçava-se pela manutenção da proximidade e dos debates programáticos entre parcela importante da esquerda e parte da DC, todos aqueles que compartilhavam, mesmo integrando partidos distintos, certa similitude formativa, de visão de mundo e prospecções quanto à construção da alternativa política de governo, após se derrotar a ditadura pinochetista. Ainda que, naquele momento, não se vislumbrasse ser uma tarefa simples de se levar a efeito, tendo em conta os passos cada vez mais consistentes do pinochetismo por sua institucionalização e manutenção de longo prazo no poder.

O pensamento sobre a nova democracia a ser construída, que atrelava a premência da transformação das estruturas políticas e econômicas à vigência plena da democracia, dos direitos humanos e da justiça social, sem deixar de questionar os princípios clássicos do marxismo leninista e a vanguarda do proletariado, conduziu a esquerda socialista e humanista a um ponto de encontro com os democrata-cristãos progressistas, em um primeiro momento. Mais tarde, ao longo da década de 1980, essa esquerda, após

⁸⁰⁷ Utilizando-se da revista *Chile-América* como fonte, autores como Ricardo Yocelvezky e Mauricio Rojas Casimiro destacaram as críticas de Julio Silva Solar ao discurso de Luis Corvalán em Moscou como um marco no que se referia à confrontação ideológica na esquerda chilena à validade estratégica da ditadura do proletariado. Ver YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002; ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013.

aprofundar o debate pela renovação, caminharia, como temos afirmado, para um ponto de encontro com toda a DC que, nesse momento, abria-se para a composição de alianças amplas contra a ditadura, excluindo, todavia, as tendências radicalizadas da direita e da esquerda chilena.

Não obstante os primeiros passos para a renovação socialista terem sido esboçados desde esse núcleo socialista/humanista cristão, cujos nomes e ideias preliminares têm sido aqui apresentados e analisados, o evento definitivo, que elevou ao ponto máximo os preceitos dessa transformação na esquerda chilena, ocorreu por meio das disputas e da divisão no interior do PS, em 1979, envolvendo, especialmente, o protagonismo político e a ruptura entre os dirigentes socialistas Carlos Altamirano e Clodomiro Almeyda. É bastante ampla, em termos bibliográficos, a discussão sobre a renovação socialista, tanto a que se dedicou a estudar, especificamente, a divisão no PS, quanto a que se voltou para a proporção alcançada por esse movimento político, incorporando outros partidos e importante intelectualidade acadêmica (sociólogos chilenos de renome, em grande medida), especialmente vinculada ao MAPU, ao MAPU-OC e à IC. O desencadear de todo esse processo redefiniria, de forma decisiva, os caminhos da democratização nos anos 1980 e a formação posterior da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Parte dessas referências bibliográficas dão conta de uma cultura política socialista prévia⁸⁰⁸ e a importância dos eventos traumáticos e das reformas da ditadura, bem como das atividades e da solidariedade transnacional do exílio, para as transformações teóricas e programáticas que levaram a divergências internas na esquerda chilena e no PS, em especial. Nessa contingência, ascendeu-se o protagonismo assumido pelos intelectuais, dentro e fora do país, e pela cúpula partidária na proposição de debates e autocríticas, que

⁸⁰⁸ ORTIZ GONZÁLEZ, Edison. *El socialismo chileno: de Allende a Bachelet (1973-2005)*. Valencia: Prensa Latino americana; FIADELSONO, 2007; MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

permitiram a sobrevivência e a recriação/redefinição das formas de atuar na clandestinidade e no exílio,⁸⁰⁹ como temos analisado. Nessa conjuntura de disputas políticas, *Chile-América* atuou, de forma consistente e antecipada (em relação ao marco de 1979), na circulação de valores e linguagem política tangentes à renovação socialista, atrelada ao processo de democratização pretendido, tal como temos apreendido por meio das publicações de alguns dirigentes e intelectuais que foram próximos colaboradores da revista, recorte este pouco aprofundado pela historiografia.

Quando, por vezes, reconheceu-se a renovação na linguagem política de parte da esquerda socialista, levada a efeito, inicial e gradativamente, pelas lideranças do MAPU, MAPU-OC e da IC, assim foi feito vinculando esse aspecto central aos desígnios e proeminência política da DC, que teria, assim sendo, estimulado uma proposta ideológica no interior da esquerda e, por conseguinte, conduzido fração importante dela ao afastamento em relação ao caráter classista e leninista associado aos programas do PC e do PS.⁸¹⁰ Apenas parte da DC participou fraternalmente, desde o princípio, desse processo, aquela fração de caráter progressista que esteve sob a influência de Bernardo Leighton, e que se constituiu no núcleo duro das relações de *Chile-América* com o partido democrata-cristão. A ala de Eduardo Frei Montalva esteve longe de influir sobre essa rede política socialista-humanista, tendo sido, antes, alvo de críticas frequentes por parte desse núcleo em que participou a revista, em virtude de sua posição autossuficiente, considerada pouco afeita à unidade e aliança com as esquerdas chilenas. Somente no transcorrer da década de 1980, após o encerramento de *Chile-América*, as correntes socialistas

⁸⁰⁹ YOCELEVZKY, Ricardo. El Partido Socialista de Chile bajo la dictadura militar. *FI XXVII-I*, jul-set 1986, p. 102-131; ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013; PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016.

⁸¹⁰ Ideia presente em YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

renovadas e a DC, em seu conjunto, rumariam para a consolidação de coalizões e acordos políticos pela transição, sob a hegemonia democrata-cristã.

A contribuição política e intelectual dos dirigentes do PS no exílio foi fundamental para a delimitação das duas tendências dentro e fora do partido, incorporando toda a esquerda, como tínhamos apontado: a que se manteve, ao menos inicialmente, conectada à interpretação leninista do processo revolucionário e democrático para o Chile; e a que postulou uma profunda reformulação teórica e prática para os partidos, expressando-se pela renovação democrática e socialista, incorporando outros elementos teóricos à leitura mais clássica do marxismo. O PS, que teve como marco de sua reconstrução, após o golpe, precisamente em princípios de 1974, o documento intitulado *Documento de marzo*, emitido pelo *Comité Central* clandestino, liderado, antes do seu desaparecimento, por Exequiel Ponce, logo passaria, sem perder a conexão com a fração partidária do interior, a emanar posições políticas através da oficina-sede do partido em Berlim Oriental, sob a coordenação direta do secretário-geral Carlos Altamirano.⁸¹¹

Mesmo com diferenças internas acirradas sob a ditadura e enfrentando alguns problemas de autoridade e comando ocorridos, principalmente, após o surgimento de um organismo de base que se somaria à estrutura partidária no Chile, a *Coordinadora Nacional de Regionales* (CNR), o PS permaneceu, grosso modo, organizado e unificado segundo os ditames da sua direção sediada em Berlim (seguindo a composição política do Comitê Central eleito em La Serena em 1971). O ano de 1979, todavia, marcou a divisão mais significativa pela qual passou o partido, fracionando-o em duas correntes majoritárias: a vertente marxista-leninista de Clodomito Almeyda e a ala socialista renovada de Carlos Altamirano, processo de ruptura fruto das divergências teóricas (em

⁸¹¹ YOCELEVZKY, Ricardo. El Partido Socialista de Chile bajo la dictadura militar. *FI XXVII-I*, jul-set 1986, p. 121.

uma conjuntura internacional de revisão crítica do marxismo-leninismo), leituras estratégicas e disputas de poder e hegemonia entre os socialistas chilenos.

Em linhas gerais, até 1979, sob a direção partidária no exterior (embora havendo certa heterogeneidade social e ideológica no partido e a existência de movimentos autonomistas desde o Chile e mesmo no exílio)⁸¹², imprimia-se a leitura estratégica da atuação socialista tendo como fundamento as definições marxista-leninistas do processo revolucionário, consolidadas no Congresso de Chillán, em 1967, e ratificadas em La Serena, em 1971. Afiançava-se sua validade durante a ditadura e a necessidade de uma aliança com o PC, pressuposto essencial que conduziria à unidade da esquerda sob a hegemonia proletária, e que, por conseguinte, a partir dessas condições, fosse impulsionada a criação de uma frente antifascista portadora de um programa democrático, popular, anti-imperialista e revolucionário.⁸¹³

A divisão do PS, em 1979, como destacou Ricardo Yocelvezky, ocorreu em meio à conjuntura de franca adversidade para o campo da oposição em geral, tendo em vista o avanço das mudanças estruturais da ditadura e o enraizamento institucional do pinochetismo.⁸¹⁴ Embora tal contingência desfavorável tivesse ocasionado manifestações e respostas vigorosas de toda a resistência, no sentido intelectual-ideológico de repensar, criativamente, desde seus quadros e militantes mais ativos, os projetos de reconstrução

⁸¹² Não entraremos nas disputas internas tangentes ao PS, por se tratar de tema complexo e que nos levaria a expandir demasiadamente a tese, sob pena de fugir do objetivo aqui proposto. Vale, em síntese, saber que, durante a ditadura, a ruptura inicial mais notória no PS ocorreu a partir do surgimento da CNR, que se autoproclamou a direção nacional do partido no Chile, portanto, independente do centro diretivo no exterior, demandando o reagrupamento partidário desde *comisiones obreras*. Ademais, alguns membros notórios do partido no exílio também se desvincularam por discordâncias na condução política, aglutinando alguns militantes socialistas ao raio de sua influência, como foi o caso de Aniceto Rodríguez, secretário-geral do PS até 1971, antecedendo a liderança de Carlos Altamirano. Para análises mais detidas a respeito, ver YOCELEVZKY, Ricardo. El Partido Socialista de Chile bajo la dictadura militar. *FI XXVII-I*, p. 102-131, jul-set 1986; MUÑOZ TAMAYO, Víctor. El Partido Socialista de Chile y la presente cultura de facciones. Un enfoque histórico generacional (1973-2015). *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 26, p. 218-255, enero 2016; ROJAS CASIMIRO, Mauricio. La evolución política del Partido Socialista de Chile durante la primera parte de la dictadura. *Revista Divergencia*, n. 5, año 3, p. 9-34, enero-julio 2014.

⁸¹³ YOCELEVZKY, Ricardo. El Partido Socialista de Chile bajo la dictadura militar. *FI XXVII-I*, jul-set 1986, p. 123.

⁸¹⁴ *Ibid.*, p. 126-127.

democrática para o Chile, no caso específico dos socialistas, o movimento de refluxo político e crise identitária pareceu ter atingido o partido em cheio, a ponto de ver minada, severamente, sua unidade organizativa, até então mantida mesmo diante de sua composição historicamente heterogênea. O que se deu, ainda, no PS, foi certa perda da presença e influência dos setores da intelectualidade chilena, que passaram a se aglutinar em torno aos movimentos políticos que alçavam bandeiras preliminares pela reconstrução/renovação da esquerda desde o MAPU e a IC, especialmente.

A divisão no PS, que resultou em duas correntes que se autoproclamavam diretivas, a de Clodomiro Almeyda e a de Carlos Altamirano, simbolizava, de alguma forma, tal qual bem sintetizou Yocelvezky, a dicotomia que se abateu sobre o conjunto da esquerda chilena no limiar da década de 1980: “por una parte, lo que queda de la UP [liderada por Almeyda], que ya no tiene características que excluyan al MIR y otros movimientos o facciones antes descalificados como de extrema izquierda, y, por otra, la nueva izquierda, que gira alrededor de posiciones socialdemocratas [Altamirano]”.⁸¹⁵

Entre 1979 e 1980, a reinserção dos socialistas na luta contra a ditadura se deu, então, em meio a disputas internas que originaram o PS Almeyda e o PS Altamirano, fruto, em última e decisiva instância, de um processo de reestruturação teórica e política estimulada pelo segmento renovador, liderado por este último dirigente mencionado, até então secretário-geral de um partido ainda, em tese, unificado, mas em gradativo avanço de tensões que questionavam sua liderança exercida no exílio. A divisão em 1979 foi o marco representativo de uma profunda transformação no PS e no socialismo chileno em geral, incluindo os partidos MAPU e a IC, que, de maneira concomitante e ascendentemente, levantavam a linguagem da renovação. A culminação desse processo foi a reunificação dos socialistas (a vertente de Clodomiro Almeyda e a corrente

⁸¹⁵ Ibid., 127-128.

impulsionada por Carlos Altamirano) em torno à renovação (final dos anos 1980) e à formação da *Concertación de Partidos por el No* (depois *Concertación de Partidos por la Democracia*) e a vitória eleitoral sobre o plebiscito de Pinochet em 1988.

Além de Carlos Altamirano, toda a dinâmica política que buscou romper com a ortodoxia teórica marxista-leninista no PS, que permaneceu sustentada por Clodomiro Almeyda e a coletividade partidária que representava, foi conduzida e alimentada por dirigentes e intelectuais de reconhecido capital político, como Aniceto Rodríguez, Raúl Ampuero, Ricardo Núñez, Carlos Briones, Hernán Vodanovic (este residente no Chile) e, especialmente, pela proximidade que possuiu com os membros da revista *Chile-América*, Jorge Arrate, encarregado internacional do Secretariado no exterior e colaborador do comitê/oficina *Chile-Democrático*, na Itália, tendo sido seu primeiro coordenador. Do ponto de vista teórico, além dos mencionados socialistas, com especial atenção, novamente, a Arrate, pelo protagonismo nos debates e nas formulações que alimentaram o ideário da renovação, tiveram papel fundamental, com incidência nos meios culturais/institucionais/acadêmicos, para além dos circuitos estritamente políticos, intelectuais como Eugenio Tironi, Manuel Antonio Garretón e Tomás Moulian, todos ligados ao MAPU e colaboradores de *Chile-América*, principal revista a impulsionar o pensamento renovador da esquerda socialista/humanista chilena.⁸¹⁶

Do ponto de vista internacional, a ruptura no PS chileno representou um realinhamento também no que se referia à solidariedade angariada no exterior, com Alemanha Oriental, URSS e Cuba reconduzindo sua aliança em direção ao socialismo marxista-leninista de Clodomiro Almeyda, enquanto a fração partidária de Carlos Altamirano, considerada dissidente pelo socialismo tradicional/ortodoxo, tendeu a ser rejeitada pelo mundo revolucionário mais radical. Por conseguinte, as principais

⁸¹⁶ NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, n. 7, año 5, agosto-diciembre 2016, p. 15.

lideranças chilenas do ideário socialista renovador, este que, reforçamos, extrapolava o PS, reorientaram suas redes políticas e de solidariedade no exílio, alinhando-se à social-democracia europeia e ao eurocomunismo, movimentos políticos ascendentes no contexto de questionamentos dos socialismos reais.⁸¹⁷

A influência europeia no processo da renovação socialista chilena se deu através de alguns movimentos políticos e intelectuais de significativa importância para a reconfiguração do pensamento progressista transnacional e a transformação de sua linguagem política. Olga Ulianova destacou o eurocomunismo como uma proposição programática, teórica e discursiva proveniente da cultura política comunista europeia (desde a França, a Espanha e, especialmente, a Itália) que, aportando, não unicamente, mas em grande monta, à teoria de Antonio Gramsci, defendia a diversidade dos caminhos ao socialismo, revalorizando a democracia, a necessidade de aliança com os setores médios e a capacidade da esquerda em construir hegemonia política e cultural que permitisse assumir o poder do Estado e avançar nas transformações estruturais.⁸¹⁸

Ao longo da década de 1970, o líder político que mais refletiu e contribuiu para a reformulação da tradição comunista europeia foi Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), cujo pensamento e ações políticas nos remetemos em algumas passagens desta tese. Berlinguer herdou parte da proposição teórica e de reformulação política do seu antecessor no PCI, igualmente sob a influência heterodoxa gramsciana, o dirigente incontestado e fundador do partido, Palmiro Togliatti, que, em linhas gerais, havia forjado a visão de transição gradual a uma nova sociedade socialista privilegiando a política parlamentar e a mobilização/organização das massas, revisando

⁸¹⁷ ULIANOVA, Olga. Relaciones internacionales y redefiniciones en el socialismo chileno, 1973-1979. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, 2009, p. 20.

⁸¹⁸ *Ibid.*, p. 26.

conceitualmente o sentido de democracia e rompendo com a tradição clássica marxista do comunismo internacional.⁸¹⁹

Os escritos de Enrico Berlinguer demonstraram a central influência que a experiência chilena de governo popular, com Salvador Allende, e a derrota sofrida pela UP exerceram sobre seu pensamento político e as ideias desenvolvidas por ele em torno ao projeto do “compromisso histórico”, ou seja, a necessidade de coalizão levada a efeito com outro partido forte e igualmente popular na Itália, a Democracia Cristã, com vistas à conquista do poder e a construção de um governo com base de sustentação sólida e majoritária, constituída por classe trabalhadora e setores médios. As “lições do Chile”, como expressou-se em seus textos públicos, revelavam o entendimento que o dirigente italiano tinha a respeito das situações políticas similares no Chile e na Itália nos anos 1970, e o impacto que o golpe chileno de 1973 e a derrota da esquerda provocaram na formulação das suas ideias políticas, estratégicas, e na redefinição teórica da cultura comunista italiana, dotando de significado a democracia e se resguardando de possíveis respostas reacionárias a seu programa de transformação.⁸²⁰

Havia aí, portanto, por meio da redefinição dos valores comunistas, um sentido de composição de elementos políticos e simbólicos das culturas marxista e cristã italianas, envolvendo trabalhadores urbanos e classe média daquele país, aspectos que notamos também inseridos, com a devida historicidade de revisões voltadas para a realidade chilena, nos projetos de reformulação prática e conceitual da esquerda que postulava a renovação socialista.

⁸¹⁹ SILVA, Adriano Nascimento. *Teoria e política da via italiana para o socialismo: a obra togliattiana no segundo pós-guerra (1944-1964)*. 284f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

⁸²⁰ ULIANOVA, Olga. Relaciones internacionales y redefiniciones en el socialismo chileno, 1973-1979. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, 2009, p. 24; BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

A Itália constituiu-se em um dos principais países europeus a consolidar a solidariedade com os exilados, sobretudo intelectuais e políticos, diante da repressão da ditadura chilena. Não por acaso, publicava-se na capital desse país, como desde o início destacamos, a revista *Chile-América*. Ademais, junto à decepção de parte dos exilados com a realidade política e os modos de vida impostos pelos países sob influência do socialismo soviético, em fase crescente de oposição e crise política, espreada na zona de influência das esquerdas a social-democracia internacional, que, nos anos 1970, sob a liderança política do chanceler alemão Willy Brandt, transpassou as fronteiras europeias e se propôs a diálogos com os movimentos revolucionários e de libertação do chamado Terceiro Mundo. O exílio da esquerda chilena acompanhou de perto as transformações no socialismo e a chegada de outros líderes e governos de tendência social-democrata na Europa, entre as décadas de 1970 e 1980, como François Mitterrand, na França, e, sucedendo a longas ditaduras, Felipe González Márquez, na Espanha, e Mário Soares, em Portugal, ambos socialistas. “De esta manera”, explicava Olga Ulianova, “la renovación del socialismo chileno, que a fines de los setenta se abre al debate eurocomunista, a principios de los ochenta descubre la exitosa experiencia socialista y socialdemócrata europea”.⁸²¹

Como afirmamos anteriormente, o episódio envolvendo a ruptura no PS foi possivelmente o ponto paradigmático de um processo amplo que contemplou todo o campo socialista chileno, cujos primeiros sinais de renovação não partiram dos militantes do partido socialista, mas de dirigentes e intelectuais ligados ao MAPU e à IC. Desde sua fundação, em 19 de maio de 1969, o MAPU tinha no marxismo sua base principal para a construção criativa da revolução, como havia expressado seu secretário-geral de 1970 a 1972, o então professor de Sociologia da *Universidad de Concepción*, Rodrigo Ambrosio.

⁸²¹ ULIANOVA, Olga. Relaciones internacionales y redefiniciones en el socialismo chileno, 1973-1979. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, 2009, p. 26-27.

Seu primeiro congresso, em novembro de 1970, aprovou o materialismo histórico como método de interpretação da história, “por lo que el discurso del MAPU adquiriría una orientación clasista proletaria”, explicou Carlos Ruiz Rodríguez. Porém, foi sobretudo durante a realização do seu segundo congresso em dezembro de 1972, após o falecimento de Ambrosio e em meio às disputas internas do partido e em sua relação com as forças da UP (levando a uma posterior divisão no princípio de 1973 entre MAPU e MAPU-OC)⁸²², que o partido se definiu como marxista-leninista, compartilhando com o PS a perspectiva rupturista-revolucionária da coalização.⁸²³

Tão logo se formou, o MAPU incorporou-se à coalização de partidos que deu origem à UP, no mesmo ano de 1969, contribuindo teoricamente de forma importante em sua relação com o PS e com o PC, sobretudo, no intuito de construir um projeto socialista para o Chile, mesmo sendo um partido muito jovem e pequeno diante dos dois

⁸²² A proeminência de Jaime Gazmuri como secretário-geral do partido, após a prematura morte de Rodrigo Ambrosio em um acidente de carro em maio de 1972, não impediu que se manifestassem cada vez mais as tensões que expunham duas tendências no conjunto da militância mapucista: por um lado um setor que defendia que se acentuasse o trabalho de base, aproximando o partido dos movimentos sociais e o dotando de um caráter mais proletário, criticando a preocupação de direcionar a ascensão mapucista por meio dos quadros técnicos no aparato do governo de Allende. Por outro lado, delineava-se um segmento partidário que postulava a manutenção de postos importantes no Estado e no parlamento, dentre os quais a subsecretaria de Justiça dirigida por José Antonio Viera-Gallo, tendo em vista a compreensão de que não somente era importante articular o apoio das massas, mas também contar com ferramentas de poder através do aparato institucional, o que viabilizaria as transformações para o socialismo. A primeira corrente, que adotaria a denominação MAPU, defendia uma aproximação com o MIR e o setor do PS liderado por Carlos Altamirano. A segunda corrente, que seria o partido MAPU-OC, encontrava-se mais de acordo com a via revolucionária institucional do governo, embora não se eximindo de críticas formais a ele. O que se apresentava, em um contexto de disputas políticas das esquerdas e que refletia no interior do MAPU, era a tensão entre as forças mais radicais e rupturistas da UP e aquelas mais gradualistas próximas à vertente allendista e do PC. Ver MOYANO BARAHONA, Cristina. *MAPU o la seducción del poder y la juventud*. Los años fundacionales del partido-mito de nuestra transición (1969-1973). Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009, p. 158-171.

⁸²³ Partidos, movimientos y coaliciones. Movimiento de Acción Popular Unitaria. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Movimiento_de_Accj%c3%b3n_Popular_Unitaria. Acesso em: 26/10/2021; RUIZ RODRÍGUEZ, Carlos. El MAPU y la vía al socialismo como construcción democrática. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, 2009, p. 2. Segundo este autor, no interior do MAPU, ao menos desde o *Paro* de outubro de 1972 no Chile e a crise intensificada desde então, foram se desenvolvendo antagonismos entre posições divergentes, basicamente as perspectivas que se aferravam à institucionalidade como meio de avanço gradual e acumulação de forças para o socialismo (MAPU-OC) ou aquelas que acreditavam ser necessário o aprofundamento do processo revolucionário e do poder popular (MAPU). Ainda assim, Carlos Ruiz Rodríguez considerou importante matizar a dicotomia gradualismo e ruptura, reforma e revolução, tão empregada pela historiografia, tendo em vista que os dirigentes mapucistas nunca abandonaram as políticas governamentais ou ousaram romper com a institucionalidade, defendendo, sim, especialmente, a ampliação do poder popular.

mencionados, de larga tradição política. De acordo com Cristiana Moyano Barahona, o MAPU foi composto por militantes provenientes principalmente da classe média e alta, vinculados à cultura cristã, filhos da pequena burguesia de Santiago. Essa coletividade “tenía características particulares en su propia cultura política que permitieron que se diera [en ella] una gran preocupación por la producción simbólica e intelectual de la nueva izquierda chilena”.⁸²⁴ O surgimento, desde as fileiras dissidentes da DC, e a curta trajetória do partido mapucista até os anos de ditadura significaram um deslocamento em direção aos valores da cultura política socialista por parte de setores humanistas-cristãos, implementando e refazendo dialeticamente um repertório de elementos simbólicos já bastante sólido em representações, discursos e práticas políticas que se voltavam para a defesa da justiça social e do bem comum, hibridizados com uma linguagem marxista para a transformação social e poder popular. Passava-se, gradativamente, a incorporar os sentidos renovados da democracia que, ressignificada após anos de ditadura, era assimilada como valor fundamental para o socialismo.

O surgimento da IC, em 1971, foi, dentre outras razões, resultado de um conflito de gerações no interior do MAPU, em que os dirigentes de forte base social humanista-cristã, como Jacques Chonchol, Julio Silva Solar, Rafael Augustín Gumucio e Alberto Jerez, adquirida desde a militância na DC, discordavam da identificação teórica marxista dos primeiros anos da coletividade mapucista. Tinham o objetivo, então, de contribuir com a UP a partir da consolidação de uma nova organização, com elementos ideológicos próprios. Ao adentrar a ditadura, persistiu na estratégia de buscar uma aliança entre cristãos e marxistas para a construção do socialismo, conjugada com a luta emergente

⁸²⁴ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 109.

pela liberdade e pela democracia, articulada por via de uma frente popular cristã “de avanzada”.⁸²⁵

A renovação na linguagem política e na ação prática das esquerdas, durante a ditadura (o que significava pensar sobre as alianças pela democratização, por exemplo), tal qual havia analisado Cristina Moyano Barahona, passava pelo entrecruzamento e conexões de personagens e seus valores tangentes às culturas marxista/socialista e à humanista social-cristã,⁸²⁶ e, nesse sentido, como igualmente temos argumentado, *Chile-América* cumpriu papel fundamental. A revista não somente documentou os encontros e narrativas que pavimentaram o caminho “renovador”, como alimentou e se posicionou dentro do raio de ação e redes intelectuais e políticas pela transformação do socialismo e da democracia, detentora de um editorialismo programático construído, dialeticamente, por meio dos mesmos personagens que se tornariam porta-vozes da renovação.

Assim, não foi propriamente o PS, cujos documentos, até 1978, “incluyendo aquellos que salieron de la pluma” dos futuros “renovadores”, nos quais se emitiram os “señales de esta nueva postura”,⁸²⁷ o *locus* favorável em que se pudesse reconstruir e forjar inicialmente os símbolos do socialismo democrático chileno. Tais símbolos e valores, reforçamos, foi profundamente marcado e gestado pela cultura humanista-cristã

⁸²⁵ BADILLA, Luis. Tarea urgente: un programa mínimo y una plataforma de lucha contra la dictadura para el periodo actual. *Chile-América*, Roma, n. 8-9, 1975, p. 57-58. Luis Badilla pertenceu à Comissão Política da IC no exílio. Antes de participar da fundação do partido, havia se destacado como presidente da *Juventud Demócrata Cristiana*.

⁸²⁶ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 109.

⁸²⁷ ULIANOVA, Olga. Relaciones internacionales y redefiniciones en el socialismo chileno, 1973-1979. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, 2009, p. 29. No caso de Carlos Altamirano, por exemplo, o que se percebia em suas manifestações, até pouco antes de estourar a divergência com a ala de Clodomiro Almeyda, era uma linguagem muito mais radical, que incluía a possibilidades de luta armada contra a ditadura e apontava para um leninismo bastante rigoroso enquanto aplicação teórica, mais do que quaisquer indícios de uma moderação que sugerissem mudanças no transcurso de seu pensamento político. Desde *Chile-América*, é possível acompanhar e confirmar a pontuação feita por Olga Ulianova a respeito do radicalismo no PS e em Carlos Altamirano até aproximadamente 1978, tanto assim que a divisão no partido parece ter pegado de surpresa todo o socialismo chileno externo a suas estruturas e disputas intestinas ideológicas e por poder.

de parte da esquerda ou de uma ala política progressista (incluindo, aqui, parcela da DC), setores da oposição chilena à ditadura que mais elevaram os elementos e a linguagem dos direitos humanos (incluindo as denúncias sobre sua violação), tendo em conta as experiências recentes da violência política e ausência de liberdades, o que conduzia à ressignificação do valor essencial da democracia.

O eurocomunismo foi objeto de interesse de *Chile-América* em suas edições. Em entrevista realizada com Luis Corvalán, em uma de suas passagens pela Itália, e publicada na seção *El momento político chileno* (edição 28-29-30, fevereiro a abril de 1977), a revista, através de Fernando Murillo Viaña, questionou o líder do PC a respeito do eurocomunismo, uma pergunta provocativa que o instou a responder sobre o aprofundamento da diversidade política defendida por alguns partidos comunistas na Europa, em especial na Itália, França e Espanha, e a independência teórica que buscavam construir em relação ao centro soviético. Luis Corvalán, na resposta, defendeu que todos os PCs possuíam autonomia, no sentido de desenvolver suas linhas políticas próprias em seus países de origem, ao mesmo tempo que estavam ligados por uma doutrina comum. Preferiu, então, destacar o internacionalismo e a solidariedade para além das questões nacionais, e minimizou o impacto político do eurocomunismo no PC chileno. Acreditava não haver incongruências entre socialismo e democracia, e que os anseios pela liberdade humana e pelo trabalho social entendido como patrimônio da sociedade, e não da exploração capitalista, constituíam-se objetivos de qualquer comunista, ainda que a reação internacional externa aos PCs quisesse antes buscar as supostas discordâncias do que valorizar os aspectos que os uniam.⁸²⁸

⁸²⁸ CHILE-AMÉRICA. Entrevista a Luis Corvalán, Secretario General del Partido Comunista de Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 153-154.

A edição seguinte de *Chile-América*, de número 31-32, novamente veiculou ideias sobre o eurocomunismo, desta vez com tons nitidamente favoráveis,⁸²⁹ emanados em nome da revista e por parte do pensamento de Julio Silva Solar, com ênfase no caráter renovador em relação à tradição marxista-leninista.⁸³⁰ Comentando, em nota prévia, a publicação na revista do artigo *Acerca de los derechos humanos*, de G. Bruno (não se especificou mais sobre o autor), *Chile-América* afirmava estar em questão o debate existente na Europa, particularmente na Itália, “sobre el tema de los derechos humanos, las libertades públicas y el pluralismo político”. Destacava o fato de que “la argumentación [presente en los debates] ha sido impulsada esencialmente por los elementos ideológicos del eurocomunismo y sus posiciones acerca de la compatibilidad entre democracia y socialismo”. Finalizando seus comentários, como que justificando o interesse no artigo em questão e a discussão que ele levantava sobre as mudanças em parte do campo socialista na Europa, argumentava *Chile-América*: “razonar dentro de este mundo cultural no envuelve un intento de trasladar todo un pensamiento europeo a la situación de América Latina sino recoger algunos elementos de una rica experiencia, que

⁸²⁹ José Antonio Viera-Gallo afirmou, em entrevista ao autor desta tese, que o Partido Comunista Italiano exerceu forte influência sobre eles, editores de *Chile-América*, e que a revista, portanto, “se colocó completamente a favor del eurocomunismo, [...] a las posiciones de Berlinguer”. José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

⁸³⁰ Outra evidência do significado transferido ao eurocomunismo por *Chile-América* foi a publicação, na seção *Documentos*, da troca de correspondências entre Enrico Berlinguer e o bispo de Ivrea (Piemonte, Itália), Luigi Bettazzi, membro da Comissão para a América Latina da Conferência Episcopal Italiana. A escolha por esse documento revelava o interesse da revista em adentrar discussão que se encontrava candente na Europa ocidental, sobretudo na Itália, e que dizia respeito à reformulação do comunismo, à democracia como valor essencial, à base cultural do humanismo cristão e ao pluralismo político no mundo socialista. O texto introdutório de *Chile-América* à publicação do documento foi bastante representativo, pois, ao explicar sua importância, desnudava o conteúdo a partir do qual se fazia apologia, pelos dois missivistas interlocutores, à convergência dos valores cristãos/católicos e marxistas como forma de compreensão e de ação política na Europa pós-Segunda Guerra Mundial, em especial, novamente destacamos, na Itália. Foi a partir dessas influências, do entrecruzamento desses dois campos culturais e simbólicos, que *Chile-América* buscou contribuir com as demais forças de oposição à ditadura chilena. As figuras de José Antonio Viera-Gallo e Julio Silva Solar foram as que mais representaram tais interesses, como temos sistematicamente analisado. Ver CHILE-AMÉRICA. El cambio de cartas entre el obispo Bettazzi y el secretario general del Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer. *Chile-América*, Roma, n. 37-38, p. 195-202, 1977.

es inseparable de un contexto político global y de profundas raíces históricas locales”.⁸³¹ Mostrava-se evidente, aqui, o interesse político e editorial da revista em trazer para suas páginas debate tão necessário para o conhecimento das esquerdas chilenas, que deveriam repensar seus alicerces teóricos e programáticos, após a derrota de 1973 e as condições autoritárias impostas pela ditadura, à base da valorização do conceito de democracia, compreendida não em um sentido esvaziado, genérico ou tático/instrumental para ascensão do socialismo, mas como fundamento intrínseco que possibilitasse pluralismo político e transformação social.

Inspirado pelas marcas impressas pelo eurocomunismo no pensamento socialista transnacional, Julio Silva Solar, em artigo cujo título não teria como ser mais representativo, *Renovar el pensamiento político*, retomou a experiência de governo popular da UP - e seus esforços de elaboração teórica, desde Salvador Allende, que sustentasse e desenvolvesse a via chilena – para reforçar a urgência, por parte da esquerda chilena e dos democrata-cristãos, ao resistir à ditadura, em forjar um programa estratégico próprio que conduzisse o Chile a um aprofundamento dos valores democráticos, dos direitos humanos e da justiça social. De acordo com o diretor de *Chile-América*, iniciava-se, naquela conjuntura de reconstrução do pensamento progressista e/ou revolucionário, “una perspectiva política que exigirá en lo sucesivo un esfuerzo de aliviarse de la excesiva carga de ideologismo que llevamos a costas”.⁸³²

Silva Solar fazia referência ao leninismo, ao castrismo, ao maoísmo que, para as esquerdas, foram, sim, em maior ou menor medida, de grande relevância para a tradição das culturas socialista e comunista no Chile, mas que não poderiam mais servir como “ideologías generales para definir posiciones y tareas políticas”, modelos fechados cujas

⁸³¹ CHILE-AMÉRICA. Acerca de los derechos humanos, de G. Bruno. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 105.

⁸³² SILVA SOLAR, Julio. *Renovar el pensamiento político*. *Chile-América*, Roma, n. 31-32, 1977, p. 35.

origens diziam respeito às sociedades e aos momentos históricos nos quais foram gestados dialeticamente. Sua compreensão era a de que “las dos ideologías más recurridas, el cristianismo y el marxismo, tienden a diluirse como definiciones. [...] Se pluralizan ambos bloques. [...] Se está dando el caso de sectores cristianos que están más próximos de determinados sectores marxistas [...] y a su vez, sectores marxistas a los cuales les ocurre algo equivalente”. Apesar, novamente, do reconhecimento das contribuições político-simbólicas da tradição nacional e internacional das culturas socialista e humanista-cristã, defendia-se que os desafios a se enfrentar pelo povo chileno, “de caráter teórico-político”, não provinham de “principios generales debidamente elaborados e inferidos de otras experiencias, [...] sino del contorno particular del propio pueblo y sus realidades”, a partir dos quais se tomaria forma um projeto histórico.⁸³³

Nesse percurso, obviamente, construía-se o léxico que se inseria gradativamente na discursividade da renovação democrática e socialista, esta que se forjava no transcorrer dos anos 1970, como nos é fonte e sujeito político a revista *Chile-América*, antes de desaguar na caudalosa corrente política do socialismo renovado chileno da virada dos anos 1970 para os 1980: “los valores de que hablamos son, por ejemplo, la paz, la libertad (que se oponen a la opresión y a la dictadura), los derechos humanos, la justicia, [...] la solidaridad, la liberación del ser humano en sus diversos aspectos”.⁸³⁴

Todo esse aporte de ideias, o que incluía a crítica ao leninismo como modelo teórico para a interpretação do Chile no momento da ditadura e mesmo antes, quando da experiência da UP, seria reforçado na contribuição de Julio Silva Solar às discussões dos militantes da IC, cujas intervenções políticas, visando análises diversas e críticas sobre “los hechos vividos y sufridos por nuestro pueblo”, resultaram em documento do partido

⁸³³ Ibid., p. 35-36.

⁸³⁴ Ibid., p. 36.

comentado em *Chile-América* na edição 35-36, de setembro-outubro de 1977, na seção *Tribuna Abierta*.⁸³⁵

Novamente se percebia em Silva Solar, no conjunto da IC e, em boa medida, também no MAPU, MAPU-OC e na DC, certa obstinação, mais que nos outros partidos, pelo “desarrollo de los derechos humanos, en todos sus aspectos, como principio formulador de acuerdos” que se pretendia mais amplos, não restrito a um conteúdo político classista ou economicista, visando “la capacidad de aunar una voluntad nacional más extensa social y políticamente”, ponto de confluência “creadora y prolongada del conjunto de fuerzas que hoy luchan contra la dictadura”.⁸³⁶

Assim, como buscamos analisar, estavam em curso as transformações na linguagem política de parte da oposição ao pinochetismo, fenômeno que atingiria maior ponto de ebulição e se espalharia para o debate público a partir da ruptura no interior do PS em 1979, partido que, até então, desde seus quadros, dava poucas mostras mais contundentes acerca dos impactos provocados pelas mudanças teóricas e programáticas no campo socialista transnacional (a exceção talvez estivesse nas posições de Aniceto Rodríguez, Raúl Ampuero e Jorge Arrate)⁸³⁷. Na realidade, o caminho tomado pela esquerda renovada foi pouco a pouco pavimentado desde o momento que se intensificaram as formulações críticas e autocríticas dos partidos que integraram a UP, evidentemente marcados pelo autoritarismo e pela aguda violência política.

4.2.1 – O desenvolvimento do pensamento renovador e a construção da base progressista pela transição

⁸³⁵ SILVA SOLAR, Julio. La vía institucional y la caída del gobierno de la Unidad Popular. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 177-182.

⁸³⁶ *Ibid.*, p. 182.

⁸³⁷ CHILE-AMÉRICA. Aniceto Rodríguez cree que solo un consenso democrático puede conducir al desplazamiento total de la dictadura. *Chile-América*, Roma, n. 35-36, 1977, p. 167-173.

Direitos Humanos e convergência democrática foi o título de mais um artigo de Julio Silva Solar em *Chile-América* (n. 46-47, setembro e outubro de 1978), expressando as palavras de ordem e o interesse central do debate intelectual e político que abasteceria a linguagem política pela renovação socialista, aproximando as lideranças integrantes desse campo da oposição com os democrata-cristãos. Segundo Silva Solar, ao iniciar o texto, “esta reflexión sobre los derechos humanos parte de la experiencia que vive el pueblo de Chile”. Havia outros problemas com os quais os chilenos se ocupavam antes do golpe de 1973. Portanto, com uma conclusão um tanto óbvia, mas necessária para aquele momento, foi “la dictadura militar que encabeza Pinochet, la que al hacer tabla rasa de los derechos humanos, plantea el problema con singular fuerza. El pueblo descubre en el hambre y el terror represivo que su lucha contra la dictadura es la lucha por sus derechos humanos”. E, como sentença lapidar das transformações gradativas já vivenciadas pela oposição ao pinochetismo, afirmava: “esto crea una realidad nueva y abre, tal vez, para nosotros un camino político no previsto”, tendo em vista que “un amplio frente social y político, que lucha hoy contra la dictadura, puede encontrar en los derechos humanos una base común para construir y desarrollar una democracia sólida, fundada en el consenso de una enorme mayoría.”⁸³⁸

Percebemos, por esse entendimento, os valores dos direitos humanos, consagrados com o fim da Segunda Guerra Mundial e reforçados por uma série de acontecimentos, incluindo a solidariedade transnacional com a causa chilena, como princípios unificadores dos partidos políticos que visavam o fim da ditadura e a construção de um novo Estado e sociedade democrática, um bloco pela democratização que não seria somente de esquerda, “sino de mayor amplitud”. Argumentava, ainda, Julio Silva Solar: “sabemos que la convergencia de estas fuerzas requiere de un enorme trabajo de

⁸³⁸ SILVA SOLAR, Julio. Derechos humanos y convergencia democrática. *Chile-América*, Roma, n. 46-47, 1978, p. 113.

rectificación de las posiciones y esquemas clásicos sostenidos de uno y otro lado”, tendo a democracia, reconstruída com base na vigência irrestrita dos direitos humanos (em sua dimensão individual, social e cultural), como valor supremo.⁸³⁹

Silva Solar, de maneira a efetivar as transformações que se faziam necessárias para a democratização, defendia certo sentido pragmático das alianças e consensos, em detrimento da ideologização dogmática que pouco contribuía para que se ampliassem os consensos, os pontos de convergência, e que se trabalhasse diante da realidade presente e dos avanços possíveis, considerando ainda uma composição social diversa. Lançando mão de ideias-força típicas da interpretação da esquerda socialista renovada, ele insistia na necessidade de revisão teórica e prática da e do político, de forma a “hacer de la democracia el principio supremo y no un valor instrumental para lograr otra cosa, [...] reconocer al pueblo su derecho a decidir por si mismo”, ou seja, reconhecia-se a soberania popular em seu sentido mais amplo, e não estrito a uma classe social, demandando a construção de um Estado institucional e “un pluralismo que admit[ía] las posiciones disidentes y el cambio de gobierno entre distintas tendencias”. Portanto, tal qual se concebia, constituir-se-ia um processo de “una democracia renovadora, [...] en desarrollo”, sem uma definição necessariamente prévia, baseada em um modelo teórico rígido.⁸⁴⁰

Era evidente, nessas proposições, o rompimento que o diretor de *Chile-América*, sobretudo através da revista, como vetor intelectual de um pensamento político em transformação, estabelecia com a esquerda marxista-leninista. Obviamente que ele não se encontrava sozinho, mas em conexão com as diretrizes do seu partido, a IC, e de políticos e intelectuais mapucistas que, desde uma formação mais remota, nutriam-se, junto do marxismo, de uma significativa base social-cristã. Pertencente à rede intelectual e política

⁸³⁹ Ibid., p. 114-115.

⁸⁴⁰ Ibid., p. 115.

pela renovação do socialismo chileno, outro pilar da revista, José Antonio Viera-Gallo, foi igualmente precursor do debate que, reforçamos, desde o exílio, em muito foi precipitado e estimulado por *Chile-América*. Seu artigo, *Renovar la izquierda* (edição de n. 50-51, janeiro-fevereiro de 1979), transmitiu linguagem e ideário portadores de mensagem similar a de Julio Silva Solar, indo por uma senda na qual este último apenas tangenciou, a de que a esquerda chilena passasse por um processo de renovação programática, estrutural e, inclusive, em seus quadros dirigentes, compreendendo a democratização como um movimento amplo de transformação política, em que os partidos seriam um componente importante, mas não exatamente as lideranças desse processo.

Havia, assim, em suas formulações, uma crítica mais ácida às estruturas partidárias e à UP, que, ainda que reconhecida como coalização que dirigia as ações da esquerda contra a ditadura, mesmo no exílio, onde angariava algum respaldo, tinha seu sentido e sua liderança política cada vez mais questionados pelos quadros dos partidos, em especial os que foram a base inicial favorável ao rompimento com os modelos teóricos e programáticos tradicionais e a consequente aproximação com a DC: IC, MAPU-OC. Em menor medida e gradativamente, o sentido da existência da UP passou a ruir com a adesão de setores do MAPU e do PS à linguagem da renovação. José Antonio Viera-Gallo, desde o início de sua abordagem, apontou para os ideologismos e a linguagem sectária que, em geral, partia dos partidos ou tendências partidárias que se entendiam como vanguarda política da revolução chilena contra a ditadura. Assim, segundo ele, a própria estrutura e o ritual prático da política deveriam ser repensados, e voltando-se novamente para a UP e as lideranças que ainda a sustentavam, a exemplo de Clodomiro Almeyda, emitia seu posicionamento contrário a “la formalidad de las reuniones, la rutina

de su estilo, la carencia de una propuesta política propia, viable, que concrete la idea general” e programática da oposição.⁸⁴¹

Era mais uma posição que indicava que os novos rumos da esquerda não se efetivariam tendo como guia teórico e cultural o modelo ortodoxo marxista e as alianças estratégicas, e não apenas táticas, restritas ao bloco da esquerda, mas que se ampliariam para a DC e os setores da sociedade que abasteciam a oposição com narrativas humanitárias e de denúncia em relação à violência política, sendo o maior exemplo a Igreja católica chilena e os organismos de direitos humanos do país, além da resistência sistemática exercida por trabalhadores e estudantes. Conectado, de maneira próxima, às modificações profundas que ocorriam em parte da esquerda europeia e italiana, especialmente, Viera-Gallo levantava uma série de questões:

Cómo plantear un avance hacia el socialismo a partir de la lucha por democratización de la sociedad, el Estado, la economía y la cultura que, a la vez, aprenda de las experiencias realizadas en otras latitudes por las distintas fuerzas que aspiran a superar el capitalismo y asuma cabalmente la especificidad nacional y continental en que ella se da? Cómo hacer compatibles práctica y teóricamente democracia y socialismo, pluralismo político e ideológico con el necesario consenso para resolver los graves problemas nacionales, participación con eficiencia, acumulación con satisfacción de las necesidades básicas de la población, afirmación de la soberanía con integración regional, defensa con desarme etc? ⁸⁴²

A conclusão a que chegava e defendia como meta para as esquerdas chilenas, desde o título do artigo, foi representativa do movimento pela transformação do campo político-partidário popular: “Resulta, pues, evidente la necesidad de renovar la izquierda chilena. Renovarla en su pensamiento, es decir, en la elaboración de las categorías conceptuales que le permitan analizar la realidad y orientar su acción”. Dever-se-ia ampliar “un debate serio entre las diversas fuerzas políticas”, de forma a “renovar la

⁸⁴¹ VIERA-GALLO, José Antonio. Renovar la izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979, p. 61.

⁸⁴² Ibid.

tradición cultural de la izquierda: el marxismo, el socialismo no marxista, las corrientes más avanzadas del cristianismo, el racionalismo radical”⁸⁴³.

As questões colocadas por Viera-Gallo e Silva Solar foram típicas de uma esquerda chilena interessada na renovação completa de seus fundamentos teóricos e práticos, diferentemente da esquerda de alinhamento mais afinado com a tradição marxista-leninista e que, mantida essa tradição, não advogava por um processo tão substancial de mudanças programáticas, embora, obviamente, também ela se esforçasse por uma leitura atualizada da realidade política chilena.

À parte a edição de número 54-55 de *Chile-América* (junho-julho de 1979) dedicar um dossiê, organizado por Fernando Murillo Viaña, de quase 60 páginas, acerca da crise do socialismo chileno, no qual se abordava a ruptura no PS entre o setor de Clodomiro Almeyda e o de Carlos Altamirano e dando especial ênfase às versões teóricas e políticas dos renovadores Jorge Arrate, Aniceto Rodríguez, Raúl Ampuero, além do próprio Altamirano,⁸⁴⁴ o volume de maior destaque da revista, o que efetivamente explicava sobre as disputas no interior da esquerda e o movimento da renovação socialista, bem como a rede política e intelectual constituída em torno dela, foi o de número 60-61 (janeiro-fevereiro de 1980). Nele, buscou-se divulgar, compreender e aprofundar as discussões, em seção especial da revista denominada *La cuestión socialista*, do e sobre o encontro de Ariccia, localidade nas proximidades da capital Roma.

Partícipe desse importante evento do exílio chileno como espectadora, analista e interventora nos debates em questão, *Chile-América* explicou o encontro na cidade

⁸⁴³ Ibid., p. 61-62. José Antonio Viera-Gallo insistiu na necessidade dessa discussão em outro artigo, intitulado *Un debate necesario*. *Chile-América*, Roma, n. 58-59, p. 127-130, 1979, além de alguns textos editoriais de sua autoria. Ver Capítulo 2.

⁸⁴⁴ CHILE-AMÉRICA. Dossier La crisis en el socialismo chileno. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, p. 81-137, 1979. Importante as versões oficiais, nessa e em edições subsequentes da revista, dos demais partidos da esquerda que demonstravam preocupação de que a ruptura no maior partido socialista chileno comprometesse a luta contra o inimigo comum, Augusto Pinochet.

italiana, realizado entre 10 e 13 de janeiro de 1980 (sequência de um encontro prévio dos socialistas, ambos sob a coordenação de Raúl Ampuero, em março de 1979, na mesma localidade⁸⁴⁵), por meio do seu secretário de redação, Fernando Murillo Viaña. Tratou-se, em verdade, de um seminário realizado como etapa das discussões em curso, ao menos desde a ruptura do PS, que visavam compreender os caminhos da “area socialista chilena”, como assim definiu Raúl Ampuero, como afirmamos, um dos organizadores do evento.

O seminário de Ariccia foi denominado *El Socialismo chileno: historia y perspectivas*, organizado pela *Liga Internacional por los Derechos y la Liberación de los Pueblos*, da qual fazia parte Ampuero, e por iniciativa também da fundação Lelio Basso, instituição que lavava o nome de um importante socialista italiano, morto em dezembro de 1978, e que havia exercido um intenso trabalho com os chilenos exilados em seu país, tornando-se próximo colaborador dos membros diretores de *Chile-América*.⁸⁴⁶ Foi de Lelio Basso a ideia originalmente concebida, em 1978, de articular uma rede de intelectuais e políticos chilenos que se voltasse para reflexões sobre as perspectivas e transformações no socialismo chileno, o que resultou, mesmo após sua morte, na organização dos seminários em Ariccia.

⁸⁴⁵ A primeira reunião em Ariccia, em março de 1979, não contemplada por *Chile-América* tal qual a segunda, ocorrida em janeiro de 1980, tinha como proposta, a fundamentar o encontro, debater as bases teóricas do socialismo chileno, de maneira a encontrar um ponto de unificação e de atuação política comum contra a ditadura e pela reconstrução da democracia no Chile. Deixou encaminhado, para o segundo momento e envolvendo centralmente os mesmos personagens, um debate que seria retomado sob condições acaloradas, de disputas acirradas no interior do socialismo chileno, reorientando e desfechando, desde o evento, a discussão conjunta exercida sob os signos da renovação da esquerda. Ver ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013, p. 177.

⁸⁴⁶ Lelio Basso, além de importante político socialista, contribuiu ativamente, como jurista, com os processos por democratização e justiça de transição na América do Sul. Participou das análises, denúncias e sentenças contra as ditaduras militares da região durante as três sessões do Tribunal Russel, em 1974, 1975 e 1976. Tornou-se, nesse momento, relevante interlocutor das esquerdas latino-americanas. Lelio Basso foi constituinte da Constituição italiana de 1947, um dos formuladores teóricos de alternativa jurídico-política radical frente ao período fascista anterior. Ver FILIPPI, Alberto. O legado de Lelio Basso na América do Sul e seus arquivos de Roma. Conferência proferida no VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), novembro de 2012; Lelio e Lisli Basso. Disponível em: <https://www.fondazionebasso.it/2015/8385-2/?lang=en>. Acesso em: 25/03/2022.

O nome de Lelio Basso foi evocado por Raúl Ampuero como inspiração para o evento que então se iniciava, tendo em vista o grande objetivo do seminário que foi o de apontar caminhos para uma convergência socialista (ainda não bem definida como grupo ou aliança pluripartidária), tal qual trabalhou em sua trajetória o político italiano. Segundo Raúl Ampuero, citado por Fernando Murillo Viaña, Lelio Basso colocava em primeiro plano, em sua ação militante e diretiva socialista, “la necesidad histórica y objetiva de recomponer la unidad del movimiento popular” internacional.⁸⁴⁷ Fazia parte do intuito de redefinição do campo popular chileno agregar as contribuições das culturas socialista e comunista, embora não tenha havido participação efetiva e oficial de membros do PC e se quisesse, como objetivo a ser alcançado, marcar uma identidade própria do socialismo chileno em relação aos valores comunistas no Chile e, mesmo, internacionalmente.

Buscava-se, portanto, desde Ariccia, “dar consistencia ideológica y organizativa a una ‘area socialista’ [...] en la perspectiva de unidad de todas las fuerzas populares”. E, tendo como questão central as divergências (e sensibilidades aguçadas) de duas tendências amplas que apontavam, por um lado, para a renovação, e, por outro, manifestava-se pela leitura e identidade do marxismo revolucionário, Raúl Ampuero justificava que “jamás se ha propuesto la disgregación del amplio movimiento que sostuvo la experiencia de gobierno de Salvador Allende”. Objetivava-se, ao contrário, com a iniciativa do seminário, propiciar “un debate más transparente y explícito de un pluralismo que constituye una adquisición histórica de la experiencia chilena”.⁸⁴⁸ O pluralismo, aqui exposto, remontado ao legado da experiência da UP e do allendismo, constituía-se, antes, bandeira levantada pelo pensamento político da renovação socialista,

⁸⁴⁷ VIAÑA, Fernando Murillo. Ariccia, paso positivo en medio de un diálogo entre sordos. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 65.

⁸⁴⁸ AMPUERO, Raúl apud VIAÑA, Fernando Murillo. Ariccia, paso positivo en medio de un diálogo entre sordos. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 65.

contraponto às experiências autoritárias da zona de influência do socialismo real da URSS.

Não por acaso, o seminário aconteceu na Itália, centro de reformulação teórico-programática do comunismo/socialismo europeu, questionador do alinhamento inflexível com o leninismo soviético, inserindo na discussão, que ganhava contornos transnacionais, a democracia, a institucionalidade e o pluralismo das organizações políticas como elementos centrais e constitutivos dos projetos socialistas.⁸⁴⁹ Nesse sentido, o seminário de Ariccia estabelecia dois pontos essenciais a conduzir os debates e o alinhamento do movimento popular chileno em meio à ditadura: “uno es el del socialismo entendido como la más alta forma de democracia; el otro, el carácter de la participación de los cristianos en el movimiento revolucionario”.⁸⁵⁰

O balanço dos seminários do campo popular-socialista chileno, à exceção dos comunistas e miristas, ocorridos na Itália, esteve contido na declaração final aprovada em Ariccia em janeiro de 1980, reproduzida integralmente em *Chile-América* após o texto introdutório de Fernando Murillo Viaña. Conforme a *Acta de Ariccia*, nomeada *El socialismo chileno: historia y perspectivas*, estiveram no encontro dirigentes, militantes e intelectuais de organizações e partidos do socialismo chileno, acompanhados de perto pela esquerda italiana. No seminário se apresentaram informes elaborados por Raúl Ampuero, cujas posições apontamos, Óscar Waiss, tradicional quadro do PS; Belarmino Elgueta, dirigente representante da *Coordinadora Nacional de Regionales* do PS; também

⁸⁴⁹ Ver SANTONI, Alessandro. Comunistas y socialistas italianos frente a la causa chilena: solidaridad y renovación (1973-1989). *Revista Izquierdas*, n. 19, p. 112-130, agosto 2014. O artigo tem como mote principal a solidariedade e a contribuição dos italianos, em especial do Partido Comunista (PCI) e do Partido Socialista (PSI), principais formações da esquerda local, com a formulação do socialismo renovado chileno, enfatizando a articulação política dos exilados na Itália. “La experiencia del exilio [chileno] coincidió con una etapa de grandes cambios, marcada por fenómenos de revisión que interesaron a todo el espectro de la izquierda europea, a raíz de la crisis de los socialismos reales y del fin de la época de oro del estado benefactor”, p. 113.

⁸⁵⁰ AMPUERO, Raúl apud VIAÑA, Fernando Murillo. Ariccia, paso positivo en medio de un diálogo entre sordos. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 66.

do PS, Pedro Vuscovic Bravo; Anibal Palma, dirigente do PR; Oscar Guillermo Garretón, líder do MAPU; e os mapucistas ou dirigentes da IC que mais se projetavam, continuamente, pela renovação socialista, Javier Ossandón (MAPU), José Miguel Insulza (MAPU-OC), Luis Maira (IC) e Bosco Parra (IC). Ademais, foram centrais as presenças de Clodomiro Almeyda e Carlos Altamirano, entrevistados por *Chile-América* no momento e a respeito da reunião em Ariccia, quando ambos apresentaram seus sinais evidentes de ruptura política e conceitual, porém, de maneira comum, acreditavam na importância do evento na Itália como possibilidade de compreensões e ajustes no interior da cultura socialista chilena, visando a uma reinterpretação da estrutura e do papel dos partidos e à formação de certo bloco unitário, embora sem evidências circunstanciais de reconciliação por parte de um ou outro dirigente.⁸⁵¹

Apesar das visões políticas distintas manifestadas no transcorrer do evento, a *Acta de Ariccia*, de 13 de janeiro de 1980, não deixou dúvidas sobre as mudanças almejadas para a esquerda chilena na luta contra a ditadura pinochetista, tornando-se um dos primeiros e mais importantes documentos conjuntos que advogavam pela renovação socialista, um marco desse movimento político e intelectual pela democratização do Chile. Dizia-se:

Valorando los avances de la oposición democrática y el movimiento de masas en Chile durante el último tiempo, en la lucha decidida contra el régimen dictatorial, pero constatando a la vez las dificultades y carencias que todavía la afectan, especialmente a nivel de la dirección política de la izquierda y sus instancias unitarias; los participantes en el encuentro debatieron respecto del aporte que la vertiente socialista puede y debe hacer para contribuir a su superación. Se coincidió en que en la vertiente socialista se está incubando un proyecto renovado y un camino de lucha que puede transformarse en la respuesta acertada del movimiento popular para el combate contra el fascismo y por la plena democratización del país. La concepción profundamente democrática en todos los ámbitos del socialismo que se aspira construir, su carácter nacional y capacidad para representar respuesta de fondo a los problemas de Chile; [...] la valoración del rol decisivo y autónomo que debe

⁸⁵¹ CHILE-AMÉRICA. Almeyda: la crisis de la izquierda es un fenómeno básicamente del exilio; La presencia de Almeyda en Ariccia; Altamirano: desbloquear el debate ideológico en el movimiento popular. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 68-77.

jugar el movimiento de masas y sus organizaciones en el proceso revolucionario; la voluntad de forjar el más amplio bloque social y político de fuerzas en torno a un compromiso de luchar por la democracia y la plena realización y vigencia de la soberanía popular en la decisión de los destinos de Chile; [...] son algunos de los principios estratégicos que la vertiente socialista debe concretar en acción política y que tienen validez fundamental en la lucha contra Pinochet [...].⁸⁵²

Ainda no documento, argumentava-se pela necessidade de se avançar em direção a uma unidade real e não apenas formal das forças democráticas, “la necesidad de una renovación profunda del movimiento popular y de la izquierda chilena”, assim sendo, “la necesidad de impulsar decididamente un proceso de convergencia socialista que articule esta emergente vanguardia social y política que se gesta desde los partidos y desde afuera de ellos”. Buscando superar as diferenças do socialismo chileno, objetivo não plenamente resolvido naquele momento, propunha-se, com a convergência socialista então defendida, “favorecer el entendimiento en el seno de esta corriente y abrir perspectivas de unidad superior”, resistindo à ditadura e contribuindo para a dinâmica da democratização.⁸⁵³

Em Ariccia, a “area socialista”, sobre a qual se referia Raúl Ampuero, ganhou contornos coletivos mais definitivos, de forma a aprofundar o caminho da renovação socialista. Todavia, discordamos das perspectivas, e talvez a exceção mais notória seja a da historiadora Cristina Moyano Barahona⁸⁵⁴, as quais, ao estudar a esquerda chilena durante a ditadura – sua dinâmica política e suas transformações -, apontaram para os seminários de 1979 e 1980 como o início da definição/difusão das ideias do setor renovado.⁸⁵⁵ Temos aqui analisado, com enfoque na participação da revista *Chile-*

⁸⁵² AMPUERO, Raúl; INSULZA, José Miguel; OSSANDÓN Javier et al. Acta de Ariccia. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 66-67.

⁸⁵³ Ibid.

⁸⁵⁴ Ver MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010. A autora analisou a germinação do pensamento renovador ao menos desde 1976 e 1977, entre encontros políticos e formulações partidárias, em especial desde o MAPU, passando de um partido rupturista revolucionário a uma formação defensora da renovação.

⁸⁵⁵ NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, n. 7, año 5, agosto-diciembre 2016; ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias

América, que Ariccia foi, sem dúvida, um marco importante desse processo. Todavia, como um processo (que em si denota a ideia de uma dinâmica em andamento), as demandas tangentes à renovação na esquerda vinham sendo sistematizadas pouco a pouco por dirigentes e intelectuais das culturas socialista e humanista/cristã, nucleadas, em redes políticas, pelos dois partidos MAPU e pela IC.

Nesse sentido, ocorrendo de maneira simultânea à divisão no PS que acabava de ganhar notoriedade, expressiva foi a divulgação da declaração conjunta aprovada no dia 24 de maio na Cidade do México pelas lideranças dos três partidos: José Miguel Insulza, *Encargado exterior* do MAPU-OC; Óscar Guillermo Garretón, secretário-geral do MAPU; e Luis Maira, *Encargado exterior* da IC. No documento, que em essência propugnava a urgência de uma direção política renovada para o movimento popular, publicado por *Chile-América* na edição 54-55 de 1979, argumentava-se sobre a importância de se “avanzar rápidamente en nuestra propuesta programática para Chile” que se referisse à “nueva realidad de nuestro país y la experiencia de estos años”. Dever-se-ia assumir, assim, para sua efetiva consecução, “la larga tarea de la democratización del país, lo que supone ir forjando en la práctica un bloque social y político revolucionario capaz de articular consecuentemente la lucha por la democracia y por el socialismo”. Por fim, observava-se um fator chave na declaração: “La renovación ideológica y política que exprese ese nuevo programa” das esquerdas deveria ser “acompañada de una renovación orgánica”.⁸⁵⁶

Políticas y Sociología, 2013. Mauricio Rojas Casimiro defendeu, por exemplo, que após o encontro e a *Acta de Ariccia*, os partidos MAPU e a IC começaram a “trasladar” rapidamente, quase de maneira instantânea, os valores da renovação no interior dos partidos, em seus *plenos*. Obviamente que não discordamos dessa influência, tão bem analisada pelo autor. No entanto, o que *Chile-América* nos demonstra é que se tratava de um processo que já se encontrava em curso (por isso ainda não hegemônico), não se efetivando de maneira abrupta no interior dos partidos, mas gradativamente posta em questão para debate, sobretudo por alguns de seus principais dirigentes, incluindo os editores da revista, Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo.

⁸⁵⁶ INSULZA, José Miguel; GARRETÓN, Óscar Guillermo; MAIRA, Luis. Declaración conjunta del MAPU Obrero Campesino, Izquierda Cristiana y MAPU aprobada en Ciudad de México. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979, p. 74.

O documento, oficialmente posto em circulação pelas três direções partidárias, dando mostras de um sentido unificado da luta política, engrossava a narrativa em favor da profunda revisão teórica e prática que deveria operar na esquerda chilena, de forma a ganhar a adesão popular no enfrentamento ao pinochetismo que, naquele momento, erigia suas bases institucionais/autoritárias e reestruturava a sociedade do país por meio dos preceitos neoliberais. Mesmo sem entrar na disputa própria ao PS, antes demonstrando preocupação com a divisão no socialismo chileno, as três lideranças indicavam maior aproximação com o setor influído por Carlos Altamirano e a tendência à unidade de parte significativa da esquerda socialista chilena por meio da renovação das bases teóricas e da prática política.

Não teria como existir um setor renovado se ele não tivesse sido dialética e ascendentemente construído desde a segunda metade dos anos 1970, em meio a profundas revisões críticas acerca da trajetória das esquerdas chilenas. *Chile-América* foi a principal expressão dessa revisão teórica e estratégica, uma espécie de laboratório de experimentação⁸⁵⁷ das ideias renovadoras que começavam a ser formuladas e lançadas quase concomitantemente à autocrítica de parcela das esquerdas em relação à experiência de governo popular e à dura derrota sofrida para as forças autoritárias e reacionárias chilenas. Ou seja, os pressupostos renovadores emergiam não em um formato pronto (portanto, encontravam-se em construção), mas como resultado de um esforço iniciado de maneira coletiva pelas esquerdas chilenas, poucos anos depois do golpe, quando os partidos, passada a destrutiva repressão inicial, passaram a se reestruturar desde o exílio,

⁸⁵⁷ Remetemo-nos, aqui, às ideias contidas nas referências metodológicas sobre as revistas culturais como objeto de estudo, em especial as autoras SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica. América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n° 9-10, 1992; PATIÑO, Roxana. *América Latina: literatura e crítica em revista(s)*. In: SOUZA, Eneida M. de; MARQUES, Reinaldo (Org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 456-470.

especialmente, e a sair da resistência como sobrevivência imediata para uma postura mais reativa e propositiva.

A partir dos seminários de Ariccia, como realçado pela bibliografia referente à renovação do socialismo, impulsionou-se o movimento que se convencionou nomear de *Convergencia Socialista* (CS), resultado dos frequentes contatos e das ideias em construção/circulação, terminando por congregar, formalmente, desde 1979, os setores intelectuais e partidários que aspiravam as transformações necessárias no seio da esquerda socialista chilena. Não se tratava de criar um novo partido ou uma coalizão de partidos estruturado aos moldes da UP, por exemplo. Antes, seria um amplo movimento constituído por redes de discussões voltadas para a reconstrução e atualização coletiva, teórica e prática, do socialismo chileno, compreendendo o conjunto das organizações populares, não apenas as partidárias.⁸⁵⁸

No aspecto das formações partidárias, que terminaram por expressar e conduzir a *Convergencia Socialista*, uniram-se, sob o signo da renovação, o PS de Carlos Altamirano, o MAPU-OC e o MAPU (esses dois partidos em processo de reunificação, sob as novas diretrizes teóricas e programáticas)⁸⁵⁹ e a IC, emanando daí, dessa rede política, ainda mais fortemente, as linguagens voltadas para a reestruturação do socialismo chileno. Fora desse campo político, trilhando outro caminho conceitual e estratégico contra a ditadura, estiveram os socialistas vinculados a Clodomiro Almeyda,

⁸⁵⁸ BARAHONA, Wilfredo. Chile: la convergencia socialista. *Convergencia. Revista del socialismo chileno y latinoamericano*, n. 1, 1981, p. 34.

⁸⁵⁹ Novamente recorremos a Cristina Moyano Barahona para sintetizar o caminho político do MAPU durante a ditadura. Segundo a autora, os dois partidos MAPU foram “deslizando lentamente hacia nuevos referentes teóricos e políticos que permitían construir varias imágenes de la sociedad chilena y de la transición democrática”. Assim, do final dos anos 1970 ao transcorrer dos 1980, “mientras el MAPU se va consolidando una propuesta de autonomía del sujeto popular, de restricción de la esfera de lo político y de nueva vinculación con lo social, en conjunto con una propuesta de construir un nuevo referente político que agrupara a la izquierda socialista, en el MAPU-OC la reflexión se concentró en la política de alianzas y la salida a la dictadura, en el plano de la negociación política”. MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 353.

parte do MAPU, em suas vertentes radicalizadas e cada vez mais minoritárias, o MIR e o PC, este último completando seu giro histórico que conformaria a *Política de Rebelión Popular de Masas* e a adoção de todas as formas de luta contra a ditadura.

A *Convergencia Socialista* foi, em síntese, uma força política cuja finalidade consistiu em aglutinar os distintos caminhos e iniciativas que esboçavam o repertório referencial da renovação, tanto no exílio, como temos destacado com revista *Chile-América* e algumas lideranças das esquerdas, mas também de dentro do Chile, através dos *plenos* das organizações partidárias clandestinas e das instituições de caráter acadêmico/intelectual. A *Convergencia Socialista* “se autodenominaba renovadora y aglutinante de los sectores políticos que habían logrado vincular teóricamente el socialismo con la democracia”, buscando criar um novo referencial (discursivo, conceitual, simbólico e prático) que compreendesse a nova realidade chilena instalada pela ditadura e fizesse frente a ela, que atuasse considerando criticamente as mudanças estruturais empreendidas no Chile.⁸⁶⁰ A CS “quedaba planteada como propuesta de un sector de la izquierda nacional, que rompía en primer lugar con la alianza frentista de la Unidad Popular y por otro lado, establecía una aspiración de superación de las formas aliancistas tradicionales, mediante la incorporación de sujetos no militantes en sus filas”. Buscava-se, “con mayores libertades creativas, un nuevo proyecto refundacional para una sociedad que se entendía anómica y en crisis”.⁸⁶¹

O MAPU e a IC, dois partidos novos que, com pouco tempo de existência, adentraram a ditadura e precisaram se refazer em razão das condições de alta adversidade, foram criados já com a perspectiva de buscar certa renovação na esquerda e a conseguinte superação das identidades políticas clássicas, embora o primeiro partido, inicialmente,

⁸⁶⁰ MOYANO BARAHONA, Cristina. Op. Cit., 2010, p. 355.

⁸⁶¹ Ibid., p. 357.

não tenha rompido de todo com o marxismo-leninismo e, sim, em parte, o reforçado.⁸⁶² Essas particularidades de suas curtas trajetórias explicam, em boa medida, por que foram partidos que assumiram a dianteira na formação da *Convergencia Socialista*, pondo em circulação, no seio das esquerdas chilenas, uma linguagem heterodoxa a respeito da transformação social e política pensada para o Chile.

Do ponto de vista do PS, ao ser questionado por *Chile-América*, em entrevista concedida à revista, na Itália, logo após a realização do encontro de Ariccia, sobre o que entendia por convergência socialista, Carlos Altamirano a definiu como resultado da necessidade de serem refundados valores e práticas nas relações, alianças e formulações da cultura socialista chilena, esta que, portanto, extrapolava as estruturas mais estritas do PS, compreendendo um movimento que poderia contemplar os cristãos, a força das massas e as expressões do movimento popular. Ressaltava a importância de uma mobilização desde as bases, em uma perspectiva de reconstrução da democracia a partir de um socialismo reformulado e que almejasse a unidade de diversos segmentos progressistas e populares. Acreditava ser a *Convergencia* “una poderosa fuerza” que aspirava “convertirse en animadora central de un vasto proyecto histórico de construcción socialista”, e que, distinguindo-se da cultura política comunista, deveria “ofrecer su propia visión histórica y su propio marco referencial”. E completava, ao avaliar a tarefa intelectual a ser propiciada pelos membros da CS: “la discusión deberá centrarse – entre otros temas – en una revalorización del ‘factor democrático’ como elemento esencial en la vida partidaria, en nuestras prácticas y en la sociedad que aspiramos construir. [...] El socialismo deberá reivindicar su irrenunciable independencia conceptual y orgánica”.⁸⁶³

⁸⁶² Ibid., p. 357.

⁸⁶³ ALTAMIRANO, Carlos. Desbloquear el debate ideológico en el movimiento popular. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980, p. 76-77.

Tais elementos pontuados por Carlos Altamirano foram reforçados, com a inclusão de outros pontos de discussão, em textos diversos na sequência das edições de *Chile-América*, com destaque para os artigos de Julio Silva Solar (edição 62-63, março, abril e maio de 1980) e dos sociólogos mapucistas Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón (edição 64-65, junho a setembro de 1980) e Eugenio Tironi (edição 68-69, janeiro a março de 1981). Silva Solar referiu-se a alguns elementos centrais levantados na reunião e ata de Ariccia de 1980, dentre eles, a vontade coletiva de se formar um bloco social e político de forças renovadoras que atuassem pela democracia e soberania popular. Coerente com o que podemos afirmar ter sido sua linha de pensamento desde os tempos da UP, passando por suas revisões críticas da experiência de governo popular até chegar nas possibilidades de luta contra a ditadura, Julio Silva Solar defendeu novamente a ampliação da base social e política de aliança democrática por parte da esquerda, compreendendo a heterogeneidade dos setores médios e dos trabalhadores/camadas populares. Os setores médios, para Silva Solar, eram uma força em potencial, pois, além da complexidade de sua composição, apresentavam-se em crescimento nas sociedades como a chilena.

Assim, diante dessa preocupação em ampliar a frente popular e democrática, Julio Silva Solar valorizou os fundamentos da renovação no campo socialista que, inevitavelmente, passavam por pensar a reconstituição das alianças políticas progressistas. Nesse sentido, afirmou que “una renovación democrática de la sociedad no parece concebible sino en el cuadro de una vasta y poderosa convergencia de fuerzas, cuyos pilares fundamentales no pueden ser otros que la clase obrera y los sectores medios”.⁸⁶⁴

⁸⁶⁴ SILVA SOLAR, Julio. Convergencia democrática y socialismo. *Chile-América*, Roma, n. 62-63, 1980, p. 81.

Tratava-se, portanto, e assim temos procurado demonstrar em nossas análises, de uma tese insistentemente apresentada pelo diretor de *Chile-América* que, em essência, alimentou e continuava a alimentar aspecto central do pensamento socialista renovador e da *Convergencia Socialista*, concernente à reflexão acerca da nova prática política inserida em um amplo movimento social e popular, no qual os partidos seriam sujeitos decisivos, mas não a vanguarda desse processo democratizador. Este processo, sim, exigia a participação de setores sociais diversos, muitos dos quais atuantes na resistência chilena através de formas distintas das estruturas e dos meios de ação partidários. Bastava pensar nas organizações da sociedade civil pelos direitos humanos, na participação central da Igreja e dos familiares de desaparecidos políticos, na proeminência dos intelectuais e acadêmicos que ganhavam projeção no espaço público chileno na década de 1980, na crescente mobilização dos estudantes, nos comerciantes e autônomos insatisfeitos, em alguma medida, com a ditadura, por sua política autoritária ou em razão de uma economia neoliberal que apresentava sinais graves de desgaste naquele contexto, levando à crise econômica de 1982 e 1983.

Julio Silva Solar acreditava que o movimento de convergência poderia mobilizar bases mais amplas contra a ditadura e, também de forma central, demandaria de fato um esforço da esquerda em avançar nas suas proposições de maneira a esclarecer “la cuestión de la democracia dentro de su proyecto socialista”. Ao desenvolver um pouco mais seus argumentos, novamente a democracia aparecia, tal qual em outras narrativas do setor renovador do pensamento socialista, na centralidade da dinâmica que então a revalorizava: “limitémonos, por el momento, a preguntarnos se la izquierda está preparada para asumir su parte en una tarea de esta índole. A este respecto, volvemos, como a un punto crucial, al problema de la democracia (el modo de concebirla, de situarse

en ella, de practicarla), [...] premisa inicial de cualquier trabajo serio de convergencia”.⁸⁶⁵ Isso se referia, segundo Silva Solar, ao princípio da soberania popular e dos direitos humanos, bases de um efetivo projeto democrático e ponto de partida que se fizesse consensual, como sustentavam os membros da *Comisión/Grupo de los 24*,⁸⁶⁶ grupo de juristas, intelectuais e políticos chilenos, em grande medida vinculados à Democracia Cristã (Patricio Aylwin entre eles), que, desde o Chile, antes mesmo da promulgação da Constituição pinochetista, objetivaram criticar os pressupostos legais da ditadura e criar uma espécie de contraproposta constitucional/democrática para o país.⁸⁶⁷

Para além da convergência socialista, Julio Silva Solar apontava para a possibilidade de confluência com forças que gravitavam em torno à DC, como a mencionada comissão jurídico-política *Grupo de los 24*, sinalizando para o trabalho conjunto com todas as forças democráticas e aludindo a um desenvolvimento teórico e político “en un sentido convergente en materias centrales como la democracia y el cambio de la sociedad”.⁸⁶⁸

Desde a seção *Tribuna Abierta*, intelectuais como Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón e Eugenio Tironi, já influentes nos meios acadêmicos das Ciências Sociais e da Ciência Política, sobretudo através da FLACSO, somaram-se à série de reflexões sobre a renovação teórico-programática das esquerdas e a *Convergencia Socialista*. Tomás Moulian afirmou haver na esquerda chilena um processo simultâneo de aprofundamento de suas concepções democráticas e, por conseguinte, uma redefinição

⁸⁶⁵ Ibid., p. 82 e 83.

⁸⁶⁶ *Chile-América* dedicou algumas páginas de suas edições para analisar o trabalho técnico-jurídico e político realizado pelo *Grupo de los 24*, ao confrontar o processo que levou à Constituição de 1980, incluindo o questionado plebiscito de 11 de setembro daquele ano. Ver, na seção *La institucionalización de Pinochet*, da edição de número 66-67, de outubro a dezembro de 1980, a matéria *El reclamo del “Grupo de los 24” acerca de los vicios del plebiscito*, p. 31-38.

⁸⁶⁷ PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016.

⁸⁶⁸ SILVA SOLAR, Julio. *Convergencia democrática y socialismo*. *Chile-América*, Roma, n. 62-63, 1980, p. 84.

da compreensão sobre o socialismo. Não negligenciava o fato de que democracia e socialismo tenham sido acepções pilares da via chilena de Salvador Allende, ainda que com limites conceituais e contingentes. Todavia, diante do fracasso da UP, do impacto da ditadura e da crise aberta na teoria marxista e nos modelos socialistas históricos, democracia e socialismo constituíram-se categorias ressignificadas e portadoras de novas linguagens e sentidos.⁸⁶⁹

De acordo com Moulian, esse duplo processo de aprofundamento e recriação das concepções democráticas e socialistas se apresentava, na esquerda chilena renovada e congregada no movimento da convergência, em vários níveis:

Se cuestiona el análisis convencional que reducía la democracia a una simple modalidad de dominación capitalista; se redefine la importancia de los derechos humanos como condición de libertad política en todo tipo de Estado; se discute el análisis previo respecto a la naturaleza del Estado existente en Chile hasta 1973; se revaloriza la democracia como espacio de lucha política, como lugar donde pueden desplegarse reivindicaciones populares y como campo de negociación respecto a ella; se revaloriza la democracia como espacio de lucha política, no sólo para plantear las demandas más inmediatas del movimiento popular, sino también como ámbito donde el tópico del socialismo puede ser planteado, por lo tanto como espacio de lucha por la hegemonía; se revalúa, aunque de un modo todavía ambiguo y con inevitables desgarramientos, la significación de los socialismos históricos, crítica que se realiza desde el punto de vista de la realización en ellos de algunos principios democráticos esenciales (la soberanía popular efectiva, la libertad política de las minorías, etc.).⁸⁷⁰

Tomás Moulian sublinhava, em essência, que o discurso democrático de parcela da esquerda chilena, em fins da década de 1970, surgia da sua experiência histórica, da compreensão, após anos de autoritarismo, de que sem a democracia “no hay sociedad”, e, portanto, “tampoco podrá haber socialismo”.⁸⁷¹ Eugenio Tironi complementava, em outra edição de *Chile-América*, atendo-se às razões propulsoras desse processo: “digamos pues que la derrota ha sido profunda; que se ha internalizado. [...] Y que su reversión tiene

⁸⁶⁹ MOULIAN, Tomás. Dictadura, democracia y socialismo. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 107.

⁸⁷⁰ *Ibid.*, p. 106.

⁸⁷¹ *Ibid.*, p. 108.

quizás como detonante un ajuste de cuentas con nuestros propios fantasmas y la reconstrucción [...] de la teoría, del pensamiento y del programa de la izquierda”. Isso acarretava efeitos importantes para as esquerdas, verificados, segundo ele, no florescimento das sensibilidades voltadas para a defesa dos direitos humanos, levando a uma postura que, no plano conceitual e político, assumia-se mais humanista e democrática.⁸⁷²

Às importantes análises de Tomás Moulian e Eugenio Tironi quanto à revisão conceitual empreendida por parte da esquerda chilena, o que a levou a novos entendimentos tangentes também à prática política (partidos, alianças, atores e movimentos sociais, Estado), Manuel Antonio Garretón acrescentou, mais detidamente, logo nas páginas seguintes à publicação de Moulian na revista, uma abordagem referente às formações partidárias no bojo das transformações demandadas pelos setores da renovação socialista. Segundo ele, “un reordenamiento profundo del espectro de partidos no podría ser únicamente una mera suma de organizaciones existentes, aunque eso fuera em sí un primer paso importante, por cuanto se reproducirían tensiones y conflictos bajo un cambio de nombres”. Seria, então, necessário, na visão de Garretón, para a efetiva validade dos pressupostos renovadores, evitando “voluntarismos ingenuos”, “un nuevo proyecto ideológico político que refundiera las viejas organizaciones en una convocatoria que desborde las militancias actuales”.⁸⁷³

⁸⁷² TIRONI, Eugenio. Inventario sobre la crisis de la izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981, p. 28-29. Dentro das reformulações demandadas para as esquerdas chilenas, Tironi preconizava a capacidade de se compreender o sistema democrático-socialista como canalizador de resoluções de conflitos sociais emergidos das formas econômicas e não econômicas de dominação, referindo-se às estruturas machistas e racistas alimentadas pelo capitalismo, questões pouco desenvolvidas pelo pensamento marxista ou materialista clássico. Outro aspecto, atrelado a essa perspectiva anterior, era o da crítica necessária que se deveria realizar das análises economicistas, bem como a compreensão do rompimento ou limites que a realidade chilena e as ditaduras militares da América do Sul impunham às teses cepalinas e desenvolvimentistas na interpretação das realidades latino-americanas.

⁸⁷³ GARRETÓN, Manuel Antonio. Vigencia, crisis y renovación de los partidos de izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980, p. 112.

Esse aspecto passaria pelo “replanteamiento del tipo de partido”, no sentido de que eles “sean capaces de recoger la extrema diversidad del sujeto popular al que invocan e intentan representar y la amplitud de tareas que ofrece la reemergencia de la sociedad civil sin la existencia de una arena política libre”. Isso implicaria “buscar nuevas fórmulas de manejar una amplia diversidad interna sin perder la eficacia de la acción, y asegurar en concreto la democracia interna y la renovación de las elites dejando de lado las viejas fórmulas de manual”.⁸⁷⁴ Tal qual uma trama de ramificações que, em transformação, termina por afetar uma à outra, o sociólogo chileno destacou ainda que interpretar os partidos sob a renovação teórica do socialismo e da democracia implicava reconstruir o sentido das suas relações com a sociedade em geral. Os partidos não deixariam de ser importantes para a mobilização, formação e orientação das coletividades, desde que compreendessem os novos problemas da sociedade. Portanto, estariam inseridos não exatamente como protagonistas, mas como atores de uma democratização complexa e composta pela diversidade de participantes sociais igualmente relevantes.

Demandava-se, em Garretón, pela renovação ideológica, reconhecendo que a teoria resultante dessa dinâmica estaria “por hacerse” e que não se encontrava “en ninguna historia de otras naciones ni en ningún tratado”. O socialismo não poderia ser apresentado “como la imposición de una concepción cerrada o una ley estructural con las que una vanguardia lúcida guía a un pueblo independientemente de sus necesidades, valores y percepciones”. Refazer essa perspectiva teórica corresponderia, segundo Manuel Antonio Garretón, a “una enorme tarea de reconstrucción del diagnóstico [...] de la sociedad chilena”, com vistas a “la eliminación de la explotación y las injusticias y en el desarrollo de libertades, igualdades y formas de participación [...] social”, reconhecendo, antes, as particularidades da sociedade chilena da década de 1980 que se iniciava, ela que “ha

⁸⁷⁴ Ibid.

pasado por profundas recomposiciones estructurales pero también por recomposiciones valorativas y culturales”.⁸⁷⁵ Também em Garretón, ao final do seu artigo, como em todos os renovadores do pensamento socialista chileno, a democracia aparecia como fim, tanto como valor em si quanto regime político a ser diariamente construído, não se constituindo apenas meio para se transpassar a outro modelo de sociedade.

Para debater e divulgar a renovação socialista, um dos textos mais representativos em *Chile-América* foi a publicação do documento *Convergencia Socialista: Fundamentos de una propuesta*, de 1980, resultado de um seminário realizado no Chile com a participação de expoentes desse movimento suprapartidário. Antes, importante destacar que algumas instituições, para além da atuação de *Chile-América* como um dos principais vetores da renovação no exílio, contribuíram, dentro e fora do Chile, para produção e circulação de ideias e valores que visavam reconstruir as bases teóricas e práticas dos socialistas, entre elas: a FLACSO, onde trabalharam intelectuais como Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón, José Joaquín Brunner e Ángel Flisfich; o *Instituto para el Nuevo Chile*, na Holanda, sob a coordenação de Jorge Arrate⁸⁷⁶; e organizações privadas de pesquisa como o *Centro de Estudios Sociales y Educación* (SUR), em cuja produção intelectual se destacaram outros mapucistas, Eugenio Tironi e Javier Martínez. Constituíram-se, assim, redes de intercâmbios de ideias para a constituição de um novo socialismo renovado que contribuísse para a democratização chilena.⁸⁷⁷

⁸⁷⁵ Ibid., p. 113.

⁸⁷⁶ Em parceria com Jorge Arrate, através do *Instituto para el Nuevo Chile*, sediado em Rotterdam, *Chile-América* organizou e publicou uma edição especial, uma espécie de folheto contendo nove páginas, que recebeu o título de *Unidad y Renovación de la Izquierda* (1981). Pode ser consultado em http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileAmerica/Chile_America.html.

⁸⁷⁷ NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, n. 7, año 5, agosto-diciembre 2016, p. 16; PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016. De acordo com Jeffrey Puryear, a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), instituição de caráter regional, com sede em Santiago, teve de encerrar, durante a ditadura, seu programa docente e se dedicar exclusivamente à pesquisa. Inúmeras publicações originaram-se desse centro, produções relevantes do pensamento crítico chileno de esquerda

A iniciativa que resultou em um grupo de trabalho⁸⁷⁸ e na divulgação do documento oficial da *Convergencia Socialista* evidenciava a importância da organização de distintas correntes socialistas no Chile e no exílio que, ao fim e ao cabo, objetivavam a unificação do campo socialista renovado. *Chile-América* (edição 66-67, outubro-novembro-dezembro de 1980) saudou os aportes contemplados no texto final: “estamos ciertos que [...] se trata de un documento que contribuye seriamente al examen de los problemas que se plantean hoy al pensamiento y a la acción de las fuerzas de izquierda”.⁸⁷⁹

A apresentação do documento detalhava sessões de encontro em Santiago, entre maio e junho de 1980, de onde o texto foi divulgado, e sintetizava o cerne dos debates consumados: “nuestra discusión estuvo destinada, concretamente, al análisis de la convergencia socialista a partir de sus bases históricas, del diagnóstico de la nueva realidad en que se desenvuelven los actores sociales y políticos en nuestro país y del diseño de una estrategia democrático-socialista para Chile”.⁸⁸⁰ Os participantes concordavam que o desenvolvimento da convergência socialista era uma necessidade histórica, de maneira a superar a crise das esquerdas e a falta de iniciativa diretiva e unitária para derrotar a ditadura, entendendo, nesse sentido, que a presença do socialismo chileno consistia fator imprescindível para democratizar a sociedade chilena e “avanzar decididamente hacia una sociedad sin formas de dominación clasistas o burocráticas”.⁸⁸¹

pela transição democrática. Construíam-se, desse modo, conexões e intercâmbios entre os centros acadêmicos chilenos e o mundo político.

⁸⁷⁸ Em boa medida, grupo de trabalho composto por nomes aqui apresentados, alguns no exílio e outros vivendo ou com trânsito pelo Chile. Eram eles intelectuais, políticos e independentes: membros do MAPU, MAPU-OC, IC, parte do PR e mesmo do PC, como Sergio Vuscovic Rojo e o intelectual Luis Razeto, outro importante colaborador de *Chile-América*, aderindo em seguida setores do PS-Altamirano. Do meio intelectual, acadêmico e político, figuraram nomes já mencionados, como Manuel Antonio Garretón, Tomás Moulian, Eugenio Tironi, Ángel Flisfisch e José Joaquín Brunner.

⁸⁷⁹ CHILE-AMÉRICA. *Convergencia Socialista*. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 71.

⁸⁸⁰ CONVERGENCIA SOCIALISTA. *Convergencia Socialista: fundamentos de una propuesta*. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980, p. 71.

⁸⁸¹ *Ibid.*

Reconhecia-se no texto a limitação de seus aportes iniciais e que os integrantes da *Convergencia Socialista* muito teriam que caminhar para consolidar uma formulação político-ideológica do campo socialista, ainda marcado por divergências e incompreensões mútuas. Porém, dava-se, com a CS, um passo importante, um esforço de reflexão crítica e permanente, de modo a definir alternativa socialista e democrática para os destinos do Chile.

Dois pontos foram apontados centralmente. Primeiro, que o texto-manifesto servisse “como material de reflexión a los grupos de convergencia” constituídos “en diversos lugares”, e, segundo, refletindo o caráter reformulador do movimento quanto à ação prática e simbólica da política, que “los primeros y principales destinatarios de este documento, de nuestra reflexión futura, [...] de todas nuestras proposiciones e iniciativas, han sido e serán los partidos”.⁸⁸² Ou seja, aqueles que, como atores importantes e tradicionais lideranças da dinâmica social, especialmente na história chilena do século XX, precisariam, mais decididamente, reconstruir o sentido da atuação política socialista em uma realidade estruturalmente modificada pela ditadura, com novas disputas, horizontes, necessidades, valores.

Não somente havia uma conjuntura internacional que influía sobre esse processo de renovação e convergência dos socialistas, mas, sobretudo, manifestavam-se fatores internos que dotavam de historicidade a dinâmica de transformação teórica das esquerdas chilenas. Nesse ponto, o documento destacava que a crise do movimento popular e das esquerdas, resultado da derrota política de 1973, não havia sido ainda superada e que, arrastando-se até aquele momento, crescia a necessidade de superação histórica do que foi a Unidade Popular e a conseguinte reconstrução do campo socialista chileno. Havia, segundo tal compreensão, um esgotamento das bases programáticas das esquerdas, cujos

⁸⁸² Ibid., p. 72-73.

pressupostos teóricos e estratégicos eram considerados insuficientes e não condizentes à nova realidade do país, não representavam, portanto, a dinâmica e complexidade do movimento popular. A *Convergencia Socialista* foi, então, definida como movimento suprapartidário e multifacético que se propunha a aprofundar tais reflexões, a “impulsar un proceso de renovación que alcance a toda la izquierda, al movimiento popular y, en general, a todas las fuerzas democráticas del país”, contribuindo para uma “reordenación orgánica” e compreensão sobre a organização das massas populares.⁸⁸³

Do ponto de vista conceitual, concebia-se como fator fundamental para a CS a “adopción de un marxismo crítico, en permanente búsqueda y creación, abierto al aporte de otras vertientes teóricas y culturales, contrario a toda manipulación dogmática y a todo congelamiento de su esencial contenido revolucionario”. Os “valores cristianos” de corte humanista e progressista - a restituição do humanismo e o fecundo aporte solidário dos cristãos - seriam “elementos constitutivos” de um caminho estratégico, um projeto democrático-socialista para o Chile.⁸⁸⁴

O documento da CS, politicamente impulsionado por *Chile-América* em suas páginas, revelava linguagens e valores que estiveram, primordialmente, plantados desde a fundação da revista, centrais na composição do seu editorialismo programático. Esse debate, em reformulação e andamento no seio das esquerdas chilenas, projetou-se fortemente em *Chile-América*, ela que dedicou edições, como a de número 80-81 (julho a setembro de 1982), para publicações diversas, canônicas abordagens dos setores renovadores do pensamento socialista.

Na seção *Tribuna Abierta* dessa edição, todos os articulistas-colaboradores discutiram favoravelmente sobre a renovação e a convergência socialista, com especial menção às reflexões de dirigentes do PS, como Raúl Ampuero, tendo publicado dois

⁸⁸³ Ibid., p. 73.

⁸⁸⁴ Ibid., p. 75 e 85.

textos, e Aniceto Rodríguez, em entrevista à *Chile-América*, além de um importante artigo de Sergio Bitar, da IC. De uma forma comum, os três reconheceram a *Convergencia Socialista* como movimento dominante no exílio chileno e um estímulo à resistência no interior do Chile, e que a mobilização em torno a ela teve o mérito de abrir caminho para um debate tão necessário, tangente à reestruturação do socialismo, reanimando uma esquerda que, em suas perspectivas, apresentava-se novamente derrotada devido ao avanço do processo de institucionalização da ditadura pinochetista.⁸⁸⁵ Definir o novo socialismo chileno era o desafio coletivo do momento, afirmava Raúl Ampuero desde Roma, “inventar un socialismo democráticamente apoyado en las masas en el curso de la lucha”.⁸⁸⁶ Por seu lado, mostrando-se contrário às posições da outra vertente da esquerda chilena, Aniceto Rodríguez criticou o PS de Clodomiro Almeyda, afirmando estar esse setor excessivamente ligado ao Partido Comunista e seus passos iniciais em defesa da luta armada, estratégia considerada descabida para o Chile naquela conjuntura.⁸⁸⁷

Rodríguez e Ampuero se juntariam a Carlos Altamirano para enviar uma mensagem conjunta aos socialistas chilenos, um claro louvor à renovação, à convergência socialista e por um consenso com as demais forças pela transição à democracia, texto que foi publicado por *Chile-América* na edição seguinte, a de número 82-83, do último trimestre de 1982.⁸⁸⁸ Afirmava-se ali, junto à mobilização social pela derrota da ditadura em um contexto de crise econômica que a fragilizava, a necessidade de uma nova

⁸⁸⁵ AMPUERO, Raúl. *Convergencia Socialista: actualidad de una iniciativa*; PS: *Adecuarnos a los tiempos nuevos*. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 59-62 e p. 62-64; RODRÍGUEZ, Aniceto. *Problemas y perspectivas de la unidad socialista*. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 65-66; BITAR, Sergio. *La Convergencia Socialista ha abierto un espacio político*. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 71-72.

⁸⁸⁶ AMPUERO, Raúl. *PS: Adecuarnos a los tiempos nuevos*. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 64.

⁸⁸⁷ RODRÍGUEZ, Aniceto. *Problemas y perspectivas de la unidad socialista*. *Chile-América*, Roma, n. 80-81, 1982, p. 65-66.

⁸⁸⁸ ALTAMIRANO, Carlos; AMPUERO, Raúl; RODRÍGUEZ, Aniceto. *Mensaje a los socialistas chilenos. Consenso para una transición democrática*. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, p. 41-47, 1982.

constituição, de caráter pluralista, que cumpriria com decisão um programa de amplo consenso “que se haya definido con caracteres de nacional, renovador y popular”.⁸⁸⁹

Essa perspectiva demonstrava os evidentes sinais de reestruturação das esquerdas sob o signo da renovação e da convergência, transformações que rumavam, gradativamente, a considerar um amplo acordo com os setores democráticos, dentro dos quais a DC exercia seu poder de influência em um conjunto expressivo da sociedade civil, sobretudo na arena dos direitos humanos, dos debates constitucionais (enfatizamos novamente o trabalho exercido pelo *Grupo de los 24*), em parte importante dos setores médios e populares, assim como em meios culturais e estudantis.

Ainda nesse aspecto, de forma bastante representativa, outro importante quadro do setor renovado do PS, Jorge Arrate, discutiu bases possíveis de ampliação social e política por uma coalizão democrática, para a qual, tão importante quanto derrotar a ditadura de Pinochet, seria estabelecer os marcos da transição à democracia. Primeiro, Arrate explicou seu entendimento a respeito da *Convergencia Socialista*, definida como “un proceso de renovación y de reestructuración de una corriente socialista que tienes raíces históricas [...] y que hoy día se reconstruye [...] reivindicando y rescatando los elementos básicos de esa historia e incorporando elementos renovados”. Explicou ainda que os novos elementos teóricos diziam respeito “tanto del debate internacional sobre el socialismo y la teoría como sobre las experiencias socialistas, sobre la propia experiencia chilena”. A *Convergencia* se colocava como uma opção socialista que pretendia efetivamente “abrir camino de la historia del pueblo chileno en los próximos años”, como um marco unitário para as forças populares, e que, dessa forma, reconhecendo a representatividade política da DC no conjunto da oposição ao pinochetismo, colocar-se-

⁸⁸⁹ Ibid., p. 45.

ia “en una posición de diálogo, de búsqueda de entendimiento” visando o “derrocamiento de la dictadura”.⁸⁹⁰

Ainda sem definir substancialmente possíveis acordos formais para uma aliança política pela democracia, esquerda renovada e democrata-cristãos mostravam-se afinados em muitos pontos, a começar pela pauta comum dos direitos humanos, da democracia como valor elementar e integral, da soberania nacional e popular, da democratização das Forças Armadas, das liberdades políticas, sociais e de organização partidária e sindical, de uma sociedade plural, da autonomia universitária e cultural, das etapas ou itinerários que pudessem conduzir formalmente a transição, através de um Assembleia Constituinte e a elaboração da Carta fundamental que confirmasse legalmente o destino democrático do novo regime.

Apesar da heterogeneidade de socialistas e diferentes vetores e grupos da *Convergencia Socialista*, no exílio e no Chile, esse movimento, mesmo questionado internamente por seu funcionamento um tanto confuso, pouco orgânico e de caráter elitista e “cupular”⁸⁹¹, apresentou perspectivas políticas de tons mais consensuais e moderados (inclusive do ponto de vista da linguagem política), abandonando qualquer narrativa mais sectária para apostar em acordos que ampliassem a base democrática da oposição e a superação da ditadura. Afirmava-se, em outro documento da CS publicado por *Chile-América* em suas edições finais (n. 84-85, janeiro, fevereiro e março de 1982), identificada estava a revista com as formulações que se forjavam, que “todos cuantos participen en la caída de la dictadura deberán tomar parte en la reedificación democrática

⁸⁹⁰ ARRATE, Jorge. La Convergencia Socialista es por si misma una opción. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982, p. 40.

⁸⁹¹ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 357-358.

del país. Esto requiere de un vasto acuerdo nacional – un pacto constitucional – entre todas las fuerzas identificadas con un itinerario de democratización”.⁸⁹²

Esse documento, lançado em Madrid em fevereiro de 1983, foi assinado por distintas associações socialistas que se organizaram no Chile e no exílio pelo desenvolvimento da *Convergencia Socialista*, incorporadas nesse movimento político renovador. Dentre elas, estavam o *Grupo por la Convergencia Socialista*, integrado pelos intelectuais Manuel Antonio Garretón, José Joaquín Brunner, Tomás Moulian e Eugenio Tironi, e o *Secretariado político de la Convergencia Socialista*, formado pelo MAPU, MAPU-OC e pela IC, em 1981, a fim de articular uma estrutura mais operativa, que desse sentido prático à efervescência das proposições políticas.⁸⁹³

Distante não foi o aporte do então presidente da Democracia Cristã, Gabriel Valdés Subercaseaux, ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Eduardo Frei Montalva, uma das principais expressões do partido na luta contra a ditadura e pela transição à democracia, ao regressar ao Chile em 1982, após dez anos vivendo em Nova Iorque. Foi, aliás, a partir de sua vivência na metrópole norte-americana, que ele se tornou um dos principais organizadores da reunião ocorrida em 1975 entre democrata-cristãos progressistas e esquerda marxista humanista-cristã, sobre a qual tratamos neste capítulo, uma das primeiras e mais importantes iniciativas do exílio chileno a fortalecer uma rede político-intelectual que levaria anos depois à concertação entre esquerda renovada e DC.

Seu texto, intitulado *Hay una alternativa*, veiculado na edição seguinte à publicação, acima analisada, da *Convergencia Socialista* em *Chile-América*, a penúltima da revista (n. 86-87, abril, maio e junho de 1983), foi resultado de uma intervenção em

⁸⁹² CONVERGENCIA SOCIALISTA. Objetivos políticos esenciales de la Convergencia Socialista. Declaración pública. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983, p. 60.

⁸⁹³ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 358; Partidos, movimientos y coaliciones. Bloque Socialista. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Bloque_Socialista. Acesso em: 14/02/2022.

Punta de Tralca, na região de Valparaíso, em dezembro de 1982, evento que contou com a participação de políticos e intelectuais democrata-cristãos. Tratava-se, no encontro e em seu texto, de ajustar as arestas políticas por parte de um partido que, assim como a esquerda, também se reestruturava, tendo em vistas as condições e oportunidades políticas que se apresentavam no início da década de 1980. Isso tinha que ver, sobretudo, com as alianças que a DC formaria com os setores renovados da esquerda. Afirmava, nesse sentido, Gabriel Valdés Subercaseaux, deixando entrever a transformação partidária que teve como pano de fundo identitário e estruturante a cultura humanista: “Estamos perfilando la identidad del Partido, en una nueva síntesis de nuestro antiguo humanismo cristiano con las nuevas realidades; [...] a la interpelación sincera de nuestras verdades por parte del desafío de las realidades del presente y del futuro”. Acrescia a tal argumentação a ideia de que a construção das novas bases programáticas da DC se daria por meio da crítica honesta “de lo que hemos sido y realizado”, reforçando o que, para ele, consistia em uma identidade e horizonte progressistas do partido.⁸⁹⁴ O uso do seu discurso como líder político voltava-se para um conjunto da militância democrata-cristã. Para além disso, em vista da rearticulação social progressiva nos espaços públicos no Chile, articulada às ações políticas do exílio, expressava-se sintomaticamente por uma senda de franca aproximação com a esquerda socialista renovada, vide a similitude narrativa e de objetivos concretos entre essas duas formações, a *Convergencia Socialista* e a DC:

Estamos de acuerdo en que los objetivos de movilización social, perfeccionamiento del proyecto alternativo, elaboración de las bases programáticas para el gobierno de transición de consolidación de la democracia, la búsqueda de un consenso programático y de acción política, el apoyo para generar un pacto social, y la permanente lucha para establecer la democracia integral, requieren la reestructuración del partido y su reactivación en todos sus niveles. [...] Las circunstancias en que habrá de enfrentarse la

⁸⁹⁴ VALDÉS SUBERCASEAUX, Gabriel. Hay una alternativa. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, 1983, p. 61-62.

transición a la democracia exigen [...] un gran pacto social que permita crear las bases de un desarrollo sostenido y satisfacer las necesidades más fundamentales de todos los chilenos.⁸⁹⁵

Eram tempos das *Protestas Nacionales* contra a ditadura, da expressiva manifestação de 11 de maio de 1983 que levou Fernando Murillo Viaña a sentenciar, em artigo na revista, como “el día que los chilenos perdieron el miedo”,⁸⁹⁶ presentes massivamente nas ruas para reivindicar liberdade, melhores condições de vida, democracia. Os exilados retornavam ao país nesse período, e os partidos, ainda não legalizados, ganhavam maior capacidade de atuação no espaço público chileno, em Santiago e demais cidades. A DC havia liderado o lançamento, em 14 de março de 1983, do *Manifiesto Democrático*, nos mesmos tons do texto de Gabriel Subercaseaux acima analisado, conclamando um amplo consenso nacional pela justiça, paz, direitos humanos e democracia,⁸⁹⁷ o que impulsionaria a concretização da aliança com os setores renovados da esquerda socialista chilena, rearticulados, nesse mesmo ano, mais organicamente, como *Bloque Socialista*. Segundo Cristina Moyano Barahona, o *Bloque Socialista*, formado pela IC, MAPU-OC, MAPU e PS-Altamirano, composto também pelo *Grupo de la Convergencia*, passaria a ser, no Chile, no marco de constituição das alianças políticas e de mobilização social dos primeiros anos da década de 1980, o espaço de unidade da área socialista renovada, dando maior organicidade às ações iniciais da *Convergencia Socialista*, de certa forma incorporada no interior desse novo rearranjo aliancista.⁸⁹⁸

⁸⁹⁵ Ibid., p. 62.

⁸⁹⁶ VIANÁ, Fernando Murillo. 11 de mayo: el día que los chilenos perdieron el miedo. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, p. 9-13, 1983.

⁸⁹⁷ Manifiesto publicado na seção *Tribuna Abierta* de *Chile-América*. Ver AYLWIN, Patricio; VALDÉS SUBERCASEAUX, Gabriel; BOSSAY, Luis et al. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, p. 57-59, 1983.

⁸⁹⁸ MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010, p. 360.

Encerrada a publicação de *Chile-América* em outubro de 1983, tendo em vista o retorno dos seus principais editores e a impossibilidade financeira e política de continuar sua produção no Chile sob a ditadura, a revista apenas iniciou sua abordagem sobre as efervescentes transformações político-sociais e a formação de distintas alianças partidárias da oposição, levadas a efeito no ano de 1983 em diante. Nesse aspecto, publicou, dentre outros documentos políticos importantes, o manifesto dos socialistas chilenos e a constituição do *Bloque Socialista*, comentando a adesão subsequente de seus integrantes, intelectuais e partidos socialistas renovados, à iniciativa de criação da *Alianza Democrática* (AD), em 6 de agosto de 1983, coalizão sob forte influência política dos democrata-cristãos.⁸⁹⁹ A AD apresentou como objetivos principais pontos que haviam sido apresentados de forma similar no *Manifiesto Democrático*, destacando-se a defesa de um amplo acordo nacional que pressionasse pela renúncia de Pinochet, a constituição de um governo provisório, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a redação de nova Constituição, marcos para o processo de transição à democracia chilena. Através da *Alianza Democrática*, que ainda abrigava, em seu interior, além de democrata-cristãos e socialistas renovados, setores da social-democracia e de uma direita não pinochetista, considerada democrática e republicana,⁹⁰⁰ combinavam-se acepções de certo republicanismo chileno com elementos democrático-socialistas e humanista-cristãos, estes últimos valores tão dinamizados pela revista nos circuitos políticos dos quais participou no exílio. Todavia, o caminho da moderação, conciliação e negociação

⁸⁹⁹ CHILE-AMERICA. Constitución del Bloque Socialista. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983, p. 42.

⁹⁰⁰ Pouco tempo depois da formação da *Alianza Democrática*, no final de setembro de 1983, foi criado o *Movimiento Democrático Popular* (MDP), frente política composta pelo PC, PS-Almeyda, MIR e setores minoritários do MAPU e da IC, além de presente o *Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo* (CODEPU), organização de direitos humanos no Chile identificada com os partidos da esquerda chilena mais radical, praticamente não contemplada, por exemplo, nas abordagens de *Chile-América*. Sobre a AD e o MDP, ver FREDRIGO Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, 1998; ORTEGA FREI, Eugenio. *Historia de una alianza política: el partido Socialista de Chile y el partido Demócrata Cristiano: 1973-1988*. Santiago: CESOC, 1992.

tomado pela AD desvirtuou parte do sentido de transformação social mais profunda, embora não radical/rupturista, pretendida por *Chile-América* ao transcorrer o processo de democratização, obstando as projeções do pensamento da esquerda renovada que concebiam democracia e socialismo como fundamentos do sistema político pós-ditadura.

Assim, *Chile-América*, por mais espaço que tenha dado às manifestações das distintas correntes do pensamento e resistência progressistas, posicionou-se no caminho político que acreditava, o da renovação da esquerda socialista. Atuou em redes intelectuais, partidárias, humanitárias, de denúncia às violações de direitos humanos. Pela palavra escrita, buscou “romper el imperio del silencio” de tempos tão repressivos e jamais deixou de reivindicar, em toda sua existência, como ela própria afirmou no último editorial: “nuestro derecho de ciudadanos a intervenir en los destinos del país lejano”. Em um país complexo e em ebulição como o Chile, “la renovación que hemos impulsado ha pretendido evitar la simplificación”, e dessa maneira, despedindo-se de seus leitores, esclarecia: “no es la nuestra una retirada de escena”, dado que “todo ciclo que concluye anuncia uno nuevo y superior”.⁹⁰¹

Chile-América, conscientemente, sabia que havia cumprido seu destino de forma coerente ao editorialismo programático pensado em sua fundação, ou seja, a luta pela democracia e o reencontro da centro-esquerda chilena, como apontou José Antonio Viera-Gallo.⁹⁰² Atuou como sujeito político importante do exílio chileno, reforçando a resistência, destacando-se na denúncia e na promoção de valores que, transformados durante o transcorrer da segunda metade dos anos 1980, desaguiariam na coalizão partidária resultante da *Alianza Democrática*, a *Concertación de Partidos por el No*.

⁹⁰¹ EDITORIAL. Despedida y próximo reencuentro. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983, p. 3-4.

⁹⁰² VIERA-GALLO apud MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo; GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. Chile-América, 1974-1983: una revista del exilio chileno. *Estudios*, n. 39, enero-junio 2018, p. 58.

Liderada politicamente pela DC, a *Concertación* se sobressaiu com a vitória do *NO* ocorrida no plebiscito de 5 de outubro de 1988, impedindo a continuidade da presidência de Augusto Pinochet no Chile por mais 8 anos, itinerário que havia sido imposto pela ditadura. A formação posterior da *Concertación de Partidos por la Democracia*, após a vitória da oposição ao regime nas eleições de 1989, levou a coalizão a governar o Chile por longos anos, a partir de março de 1990. A *Concertación* foi composta pela DC, PS, Partido Por la Democracia (PPD) e demais partidos menores de centro ou afinados com a social-democracia.⁹⁰³ Elegeram democraticamente o primeiro presidente desde a vitória de Salvador Allende, o tradicional dirigente da DC, Patricio Aylwin, revelando a hegemonia adquirida pelos democrata-cristãos nesse processo, não obstante parte dos socialistas, os que viabilizaram a renovação do seu campo, passassem também a compor a elite política da *Concertación* no poder. O PC ficou de fora da coalizão, e Clodomiro Almeyda, que havia resistido à renovação socialista, passou a ser um dos dirigentes da *Concertación* após a reunificação do PS ao final da década de 1980, resultado da aproximação e fusão entre os comitês centrais do PS-Almeyda e do PS-Arrate (dirigido por Jorge Arrate). Nessa movimentação político-partidária do final dos anos 1980, os partidos IC e MAPU se dissolveram e seus membros passaram a integrar o PPD ou o PS unificado.⁹⁰⁴

Ao retornar a democracia, Julio Silva Solar deixou de exercer o protagonismo político e intelectual que havia possuído antes do golpe e durante a resistência à ditadura. De alguma maneira, como revelava seu filho em entrevista,⁹⁰⁵ encontrou-se descrente

⁹⁰³ O PPD foi um partido surgido na fase final da ditadura militar, em 15 de dezembro de 1987, abrigoando boa parte dos socialistas outrora defensores da renovação da esquerda, como José Antonio Viera-Gallo, Julio Silva Solar, Sergio Bitar e Ricardo Lagos Escobar, presidente concertacionista entre 2000 e 2006, já pelo Partido Socialista. *Partidos, movimientos y coaliciones*. Partido Por la Democracia. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Por_la_Democracia. Acesso em: 30/03/2022.

⁹⁰⁴ ARRATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. *Memória de la izquierda chilena*. Tomo II. Santiago de Chile: Javier Vergara, 2003.

⁹⁰⁵ Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

com o caminho conciliatório e pouco transformador tomado por sucessivos governos democrata-cristãos e socialistas da *Concertación*. José Antonio Viera-Gallo, por outro lado, passou a integrar o grupo político dirigente da transição democrática (do qual participou também Esteban Tomic), elegendo-se deputado e assumindo, em 1990, a cadeira de primeiro presidente da Câmara após o autoritarismo pinochetista. Como membro do PPD e depois do Comitê Central do PS, Viera-Gallo pertenceu, portanto, aos setores concertacionistas que passaram a assumir a condição de atores centrais do processo transicional à democracia no Chile.⁹⁰⁶

Os caminhos distintos seguidos pelos dois principais personagens da revista *Chile-América*, em tempos pós-ditatoriais, sugerem a reflexão de que, ainda que anteriormente tenham compartilhado valores que os permitiram formar um potente coletivo democrático, crítico, progressista e de resistência, estar diante de um Chile profundamente transformado pela ditadura resultaria em mudanças e escolhas importantes que interfeririam nas trajetórias de cada um deles a partir de então. Dentre os colaboradores de *Chile-América*, apresentaram-se, posteriormente, tanto aqueles que pertenceram ou se vincularam à *Concertación* e desenvolveram perspectivas positivas sobre o legado democrático de seus governos, por exemplo, José Antonio Viera-Gallo, José Miguel Insulza, Sergio Bitar e Eugenio Tironi; como os que sustentaram interpretações mais críticas sobre a coalizão de centro-esquerda governante, argumentando terem se aprofundado, a partir dos anos 1990, as políticas neoliberais sementeadas pela ditadura militar, além de insuficiente desenvolvimento da democracia e da

⁹⁰⁶ Acerca das diferentes apreensões e significados simbólicos a respeito da *Concertación* (dos anos 1990 até o primeiro governo de Michelle Bachelet), visões marcadas por aspectos conjunturais e geracionais e que resultaram em duas categorias construídas sobre os participantes da coalizão de centro-esquerda, os “autoflagelantes” (mais críticos) e os “autocomplacientes” (os que tendiam a exaltar a importância dos governos concertacionistas), ver DEL CAMPO CERDA, Francisco. *Concertación y transición en los debates políticos de nuestro tiempo*. In: PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena (1988-2018)*. Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018, p. 29-72.

participação cidadã durante as sucessivas presidências de democrata-cristãos e socialistas. Dentro dessa ótica mais crítica estiveram Julio Silva Solar, Tomás Moulian e Manuel Antonio Garretón, dentre outros antigos colaboradores da revista.⁹⁰⁷

Em outras palavras, mesmo que *Chile-América* tenha semeado parte dos contatos e das ideias políticas do exílio, que se desenvolveriam como aportes formativos para um grupo que viria a liderar o processo de transição à democracia, esse processo, embora com certa continuidade oriunda dos primeiros anos de reorganização da resistência (ou mesmo dos anos da UP e da DC), como buscamos mostrar, não se realizou, necessariamente, de maneira linear, como se revelasse completa coerência na efetivação de um programa progressista gradativamente construído. Muito do que se fez e se formulou para o Chile, durante a ditadura, sobretudo desde *Chile-América*, esteve, obviamente, condicionado às identidades políticas, às condições históricas e materiais, às contingências, às redes, às oportunidades e às subjetivas das coletividades do exílio. O fato de que, ao adentrar a democracia dos anos 1990, muitos dos caminhos comuns do campo da oposição à ditadura terem depois se dissipado por posições políticas diversas (críticos ou apoiadores dos governos da *Concertación* ou mesmo a retirada deliberada de um protagonismo antes exercido) apresentou-nos como aspecto revelador da complexidade, oscilações, tendências e não linearidade das trajetórias dos distintos atores outrora sobreviventes de uma brutal ditadura.

⁹⁰⁷ Sobre debates, polêmicas, visões historiográficas e experiências referentes à transição democrática para o Chile, suas possibilidades, limites e atores sociais, ver PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena* (1988-2018). Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impossível abordar o exílio chileno sem, ao menos, mencionar a revista *Chile-América*. Ela foi, certamente, o mais importante impresso político do período ditatorial, dada a qualidade e a densidade dos debates desenvolvidos em suas páginas. Em função disso, mas indo além, tendo sido um vetor cultural e político de lideranças e intelectuais que também eram quadros partidários de destaque, *Chile-América* atuou, decisivamente, na resistência chilena à ditadura de Augusto Pinochet e nas disputas tangentes ao campo da oposição, envolvendo as esquerdas e os democrata-cristãos. A revista foi um verdadeiro instrumento por onde circularam as ideias de setores importantes da DC e do socialismo chileno, a saber, as alas que se aproximavam em suas trajetórias e processos formativos: os democrata-cristãos progressistas e a esquerda marxista heterodoxa e social-humanista.

Não por acaso, a razão de sua fundação consistiu em reforçar os laços progressistas da DC e dos ex-integrantes da UP, superando divergências traumáticas recentes, em nome de uma unidade programática que fortalecesse e ampliasse a luta contra a ditadura e, em uma etapa posterior, proporcionasse alternativas democráticas para o Chile. Desse ponto principal de partida, fruto do trabalho coletivo e das conexões políticas de Bernardo Leighton, Julio Silva Solar, Esteban Tomic, José Antonio Viera-Gallo e Fernando Murillo Viaña, *Chile-América* avançou, por quase uma década, em árduo e persistente enfrentamento ao pinochetismo. Pelo caminho, a revista revelou a coerência de seu projeto político-editorial, não sem sofrer, o que é natural, tendo em vista as influências dos movimentos conjunturais das condições de luta, transformações de ideias e linguagens que desaguaram em um afluente teórico e político mais bem definido.

Seus principais integrantes, expressando opiniões próprias ou a voz coletiva da revista em editoriais, preocuparam-se em pensar, junto ao restante da oposição, formas de conceber uma unidade político-programática e robustecer a luta contra a ditadura e as alternativas para a democracia que poderiam surgir desse somatório de forças. Ao entrar a década de 1980, *Chile-América* mostrava-se solidamente identificada com as iniciativas de parte da esquerda pela convergência socialista renovada, inserindo-se em um discurso mais moderado que não renunciava ao socialismo como aprofundamento da democracia e dos preceitos basilares dos direitos humanos.

Sem deixar de se abrir para o amplo debate da oposição, referimo-nos, então, à consolidação do seu editorialismo programático através dos aportes decisivos da renovação socialista, movimento do qual Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, os principais editores a liderar *Chile-América*, foram convictos defensores. A revista, como laboratório de expressão de uma esquerda em transformação, plantou, pouco a pouco, ao menos desde a segunda metade da década de 1970, os alicerces que levaram à renovação política e à convergência socialista, rota ascendente e confluyente para a IC, o MAPU e o PS ao longo dos anos 1980, não sem vicissitudes, obviamente.

Chile-América se inseriu nas redes político-partidárias tecidas por toda a resistência e oposição ao regime militar pinochetista (PS, PC, PR, MAPU, MAPU-OC, IC), destacando-se por sua atuação no exílio, mas sem deixar de dialogar com as ramificações dessas conexões no Chile. O mundo das relações políticas não se concretizou sem efetivar intercâmbios importantes com a solidariedade internacional e transnacional pelos direitos humanos, envolvendo ações governamentais e a recepção dos exilados, por exemplo, bem como a atuação de organismos humanitários diversos. Líderes progressistas, sobretudo da Itália, foram decisivos para viabilizar *Chile-América*, que, não obstante a adversidade da condição do exílio e as dificuldades de ordem material,

contou com ambiente político favorável para que existisse por um período significativo. Roma abrigou *Chile-Democrático* e por lá viveram ou transitaram personalidades decisivas tanto para o desenvolvimento do pensamento renovador, quanto para a disseminação das informações que revelavam os horrores da violência política da ditadura chilena.

O *locus* preferencial, todavia, para a circulação das denúncias, para além de limites nacionais, foi a esfera transnacional, âmbito em que *Chile-América* estabeleceu relações diversas com comissões de direitos humanos de organismos como a ONU e OEA, por exemplo, passando por organizações e comitês menores criados para exercer a denúncia à ditadura, além da participação de intelectuais e dirigentes estrangeiros a respaldar ou, ao menos, prestigiar as ações da revista. *Chile-Democrático* foi uma importante parceria do exílio, assim como a *Vicaría de la Solidaridad* no Chile. Aliás, partiu, em boa medida, de instituições religiosas suporte material e de informações que a revista recebeu, do *Consejo Mundial de Iglesias*, no primeiro caso, e, novamente, a *Vicaría*, no segundo, fonte que emanava notícias do Chile para toda a esfera transnacional de defesa dos direitos humanos.

Tal como a *Vicaría de la Solidaridad*, estava contido no projeto político-editorial de *Chile-América* atuar como uma espécie de arquivo alternativo à ditadura, documentando, produzindo e organizando acervos importantes com informações, dossiês, listas de presos e desaparecidos, denúncias de toda sorte, análises da estrutura da repressão política pinochetista, um dos elementos intrínsecos à institucionalização desse regime autoritário. O trabalho arquivístico exercido pela revista contemplou tanto a denúncia dos perseguidos pela ditadura, quanto os programas e memórias da oposição política, revelando sua preocupação central em acompanhar e registrar a resistência e reorganização das esquerdas chilenas, dos setores progressistas e democráticos,

compreendendo a DC e parte das igrejas cristãs, ao passo que ela própria, *Chile-América*, também intervinha nesse processo de disputa pela democratização chilena. Denunciar e propor alternativas políticas ao pinochetismo foram duas das principais ações da resistência, muito bem representadas, em sua amplitude e diversidade, por *Chile-América*.

A revista não deixou de dar espaço ao debate plural, mas direcionou-se, como um ator político que interferia no processo de construção programática para a transição, por uma rota que preconizava profundas transformações para o Chile, mas que, para isso e antes de tudo, elas deveriam passar pelas esquerdas, pela democracia-cristã, atravessar todo campo popular, socialista, humanista e democrático. A base formativa dos editores de *Chile-América*, social-humanista e marxista heterodoxa, crítica ao leninismo como modelo revolucionário único para o Chile, possibilitou que os maiores aportes críticos e autocríticos para a transformação das esquerdas e setores progressistas viessem de suas páginas e dos setores que a nucleavam, notadamente partidos como o MAPU, MAPU-OC, IC, parte do PS e da DC, levando ao aprofundamento teórico pela renovação desse campo político. Daí *Chile-América* ter sido um espaço de experimentação de ideias, verdadeiro laboratório político que resultou na renovação socialista como uma de suas mais importantes contribuições, ao lado, novamente, da linguagem construída pelos direitos humanos.

Chile-América atravessou duros anos de resistência no exílio. Embora sua atuação tenha se forjado em conexão com o Chile, apontado para o relevante trabalho político exercido no país, a revista simbolizou o imenso legado, ainda não plenamente mensurado, deixado pela luta democrática e socialista travada no exílio, práticas e valores levados a efeito em um espaço transnacional, e só realizável, de forma vigorosa, por meio das redes de circulação de pessoas e ideias. A base programática da *Concertación* e entrada na democracia nos anos 1990 foi fruto dessas lutas travadas dentro e fora do Chile. Essa

coalizão, de modo especial, foi composta por intelectuais e dirigentes que estiveram longo tempo no exílio, muitos ex-colaboradores de *Chile-América*, em especial, seu editor e diretor José Antonio Viera-Gallo.

O Chile, na atualidade, passa por transformações de elevada intensidade, fundamentais, que enfim indicam um aprofundamento democrático esperado, não cumprido satisfatoriamente pelos governos concertacionistas. As insatisfações sociais, durante anos reprimidas, recentemente estouraram como forte resposta à toda herança nefasta da ditadura. Tem-se, então, uma Assembleia Constituinte em curso para a redação da nova Constituição, que se vislumbra verdadeiramente democrática, popular e plural, pondo abaixo a estarrecedora vigência de uma Constituição feita pelo pinochetismo, a expressão do seu ditador. Partiram das lutas do movimento estudantil dos anos 2000 as lideranças políticas que assumiram a presidência chilena em 2022. Como dinâmica histórica que não se fecha, que se encontra em constante movimento, chegar a esse momento de mudanças só se manifesta possível pelas experiências do passado, sobretudo a inspiração e os legados transmitidos pela resistência à ditadura, que já revelava um discurso pelo aprofundamento democrático e dos direitos humanos, incluindo a construção de uma cidadania plural e a participação de sujeitos agentes que, hoje, com novas demandas históricas, apresentam-se como “realidade promissora” para o país.

Chile-América foi o impresso símbolo de uma resistência travada no terreno da política, dos debates diversos, extrapolando para elementos simbólicos do político, imprimindo um repertório de linguagens democráticas e socialistas que persistem através de um movimento incessante por maior justiça social, diversidade, igualdade de direitos, de gênero, valores humanos, em síntese, pelo sentido público, participativo e coletivo das relações em sociedade. Tal foi a perspectiva de democratização empregada pelo impresso. Muito da importância da revista, que aqui procuramos parcialmente analisar e divulgar,

está por ser mostrada sob óticas e metodologias criativas e inovadoras. Fazer revelar e circular a informação referente a um país em que/e sobre o qual pouco se sabia acerca da profundidade da repressão; retomar o debate político cessado pela ditadura, discutindo, gerando ideias, concebendo projetos, tais foram as contribuições fundamentais de *Chile-América* dinamizadas em profusão, expressando uma densidade informativa e analítica que pode e deve continuar a ser apreendida pelos estudos históricos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAIS

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota: Chile (1970-1973)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ARAUCARIA DE CHILE. Breves. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 31, p. 201, 1985.

BARAHONA, Wilfredo. Chile: la convergencia socialista. *Convergencia. Revista del socialismo chileno y latinoamericano*, n. 1, p. 32-34, 1981.

BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHILE-AMÉRICA. Edições da revista de 1974 a 1983.

CHILE-AMÉRICA. Suplemento año I, 1974.

CHILE-AMÉRICA. Suplemento año II, 1975.

CONCHA, Jaime. Testimonios de la lucha antifascista. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 4, p. 129-147, 1978.

EPPLÉ, Juan Armando. Esa Literatura que surge de un cerco de púas. *Literatura Chilena en el Exilio*, Los Angeles, n. 5, p. 7-8, 1978.

GARCÉS, Joan. *El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *El Proceso Político Chileno*, Santiago, FLACSO, 1983.

LA TERCERA. Gobierno entregó lista de 1160 exiliados que pueden volver. *La Tercera de la hora*, p. 8, 28 de agosto de 1983.

MINISTÉRIO DEL INTERIOR. DEPT. DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN. Decreto n. 99, de 26-01-1976.

VARAS, Augusto; AGÜERO, Felipe. *El desarrollo doctrinario de las fuerzas armadas chilenas*. Santiago: Flacso, 1982.

VENTURELLI, José. *Patria Negra y Roja*. Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD. Los derechos humanos en Chile: una experiencia solidária. In: *Simposium Internacional*. La Iglesia y la dignidad del hombre, Santiago de Chile, 22, 23, 24 y 25 de noviembre de 1978.

BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Nicolás. MAPU-Lautaro. Concepción: Escaparate. 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo*: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: PINTO VALLEJOS, Julio (org). *Cuando hicimos historia*: la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 147-176.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al volumen II. Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 09-28.

ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. ‘Aún tenemos patria, ciudadanos’: el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988). In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución*: la pugna marxista-gremialista en los ochenta. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 19-82.

_____. Cultura política y represión política: el caso del Partido Comunista de Chile. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: EdiPUCRS, 2013, p. 327-348.

_____. *Desde las sombras*: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980). Santiago: LOM Ediciones, 2003.

_____. Los “hermanos Rodriguistas”. La división del Frente Patriótico Manuel Rodríguez y el nacimiento de una nueva cultura política en la izquierda chilena. 1975-1987. *Revista Izquierdas*, año 2, número 3, p.1-9, 2009.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Serviços secretos e democracia no cone sul*: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói: Impetus, 2010.

ARRATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. *Memória de la izquierda chilena*. Tomo II. Santiago de Chile: Javier Vergara, 2003.

ARTIGAS, José del Pozo (comp). *Exiliados, emigrados y retornados chilenos en América y Europa, 1973-2004*. RIL Editores: Santiago, 2006.

AYALA, Mario; MAZZEI, Daniel. Presentación. Los exilios políticos del Cono Sur de América Latina: temas, enfoques y perspectivas. *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, p. 5-12, 2015.

_____ ; ROJAS MIRA, Claudia. La recepción de los golpes de Estado de Chile y Argentina en Venezuela: prensa, actores políticos y gobiernos (1973-1976). *Izquierdas*, 33, p. 1-20, mayo 2017.

BANEDES, Daniel. *Mapas para una historia intelectual de la comunicación popular: ideas, contextos y prácticas editoriales de los '60 e '70 en América Latina*. Universidad Nacional de La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2020.

BARROS, Robert. *La Junta Militar: Pinochet y la Constitución de 1980*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, año 8, n. 20, p. 105-115, marzo 2003.

BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BIANCO, Gino. Social democracia y eurocomunismo. *Nueva Sociedad*, n. 35, p. 137-152, marzo-abril 1978.

BLASCO ROVIRA, Anna María. *Memória y dictadura: la represión contra el Partido Socialista de Chile (1973-1976)*. 2016. 704f. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid (UAM).

BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones sudamericanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo (comp). *Exiliados, emigrados y retornados chilenos en América y Europa, 1973-2004*. RIL Editores: Santiago, 2006, p. 13-35.

BORGES, Elisa de Campos. *“Con la Unidad Popular ahora somos gobierno!”*. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis 12*, p. 67-80, 1989.

BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura episcopal*. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

BRAVO VARGAS, Viviana. *Con la razón y la fuerza, venceremos! La Rebelión Popular y la subjetividad comunista en los '80*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2010.

CANCINO, Hugo. Exilio chileno e historiografía. *Sociedad y discurso*, Aalborg Universitet, Denmark, 2003.

_____. La Iglesia Católica y su contribución a la reconstrucción de la democracia en Chile (1973-1989). *Revista del Cesla*, n. 2, p. 40-62, 2001.

CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” (1956-1970)*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

CASTRO, Sergio de. Prólogo. "El Ladrillo". Bases de la política económica del gobierno militar chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

_____. Prólogo. In: ROSENDE, Francisco (ed.). *La Escuela de Chicago: una mirada histórica a 50 años del Convenio Chicago/Universidad Católica*. Ensayos en honor a Arnold C. Harberger. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2007.

CATÁLOGO. *Venturelli: territorio, origen y libertad*. Universidad de la Serena. Exposición de obras de José Venturelli. Abril 2018.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 187-213.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012.

CID, Gabriel. *La guerra contra la confederación. Imaginario nacionalista y memoria colectiva en el siglo XIX chileno*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011.

COELHO NETO, Raphael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

_____; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Revistas de intelectuais exilados como objeto de pesquisa: o caso de *Araucaria de Chile* e *Encuentro de la Cultura Cubana*. *Faces da História*, Assis-SP, v.1, n°1, p. 124-146, jan.-jun., 2014.

COLLINS, Randall. Prólogo. *Sociología de las filosofías*. Una teoría global del cambio intelectual. Barcelona: Editorial Hacer, 2005.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, volume 1, Tomo 2, 1996.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.

CORVALÁN MARQUÉZ, Luis. *La secreta obscenidad de la historia de Chile contemporáneo: lo que dicen los documentos norteamericanos y otras fuentes documentales, 1962-1976*. Santiago: Ceibo, 2013.

COSTA, Adriane Vidal; PALTI, Elías José (Org.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

_____. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

_____. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Org.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 153-178.

CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM.

CRISTI, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán*. Autoridad y Libertad. Santiago: LOM Ediciones, 2000.

CRUZ, María Angélica. *Iglesia, represión y memoria: el caso chileno*. Madrid: Siglo XXI, 2004.

_____. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 137-178.

DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

DEL CAMPO CERDA, Francisco. Concertación y transición en los debates políticos de nuestro tiempo. In: PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena (1988-2018)*. Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018, p. 29-72.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DONOSO FRITZ, Karen. Discursos y políticas culturales de la dictadura cívico militar chilena, 1973-1988. *Dossier Chile contemporáneo*, n. 29, agosto, 2012. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/chile_donosofritz.pdf.

ENRÍQUEZ, Lucrecia Raquel. De la monarquía a la república: Chile en América durante la primera mitad del siglo XIX. In: STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. *Estado y nación en Chile y Brasil en el siglo XIX*. Santiago: Ediciones UC, 2009, p. 59-85.

EPPLE, Juan Armando. Acercamientos a la literatura testimonial de Chile. *Revista Iberoamericana*, v. LX, n. 168-169, p. 1144-1159, julio-diciembre de 1994.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México: Colegio de México, 2015.

ESCALANTE, Jorge. Operación Colombo, el montaje más grande de la dictadura militar. Disponível em: https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190012.pdf.

EUFRÁSIO, Thiago de Moliner. Humanismo integral segundo Jacques Maritain: a pessoa humana como ser de relação e promotora de dignidade. *Internacional Studies on Law and Education*, Univ. do Porto, n. 28, p. 85-92, jan-abr 2018.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior*. 2016. 241f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Discusión bibliográfica: nuevas contribuciones para una teoría de las redes culturales. *Cuad. CILHA* [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 209-215. ISSN 1852-9615. <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccilha/v12n1/v12n1a12.pdf>.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, p. 594-612, outubro-dezembro 2002.

FILIPPI, Alberto. O legado de Lelio Basso na América do Sul e seus arquivos de Roma. Conferência proferida no VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), novembro de 2012.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, 1998.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio*. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. *Lua Nova*, São Paulo, n. 16, p. 87-102, março de 1989.

GAUDICHAUD, Franck. El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el periodo de la Unidad Popular. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 81-105.

_____. *Las fisuras del neoliberalismo maduro chileno: trabajo, “democracia protegida” y conflictos de clase*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GOMES, Gabriela. Las tradiciones corporativistas en la dictadura pinochetista. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, p. 134-149, 2011.

GOMES, Marco. O compromisso histórico e as repercussões sociopolíticas em Itália: antagonismos e consensos. *Democracias: estudos do século XX*, n. 17, p. 181-198, 2017.

GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. *Intelectuales y revistas en el exilio chileno: los casos de Chile-América, Convergencia y Cuadernos de Orientación Socialista, 1974-1989*. Tesis 240 f. Universidad de Concepción. Facultad de Humanidades y Arte, Programa de Magíster en Historia, 2019.

GÓNGORA, Mário. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 2010.

GONZÁLEZ, Alexandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, p. 1-30, 2015.

GUTIÉRREZ ZÚÑIGA, Denisse Alejandra. “Los hornos de Lonquén”. El hallazgo que reveló la verdad sobre los detenidos desaparecidos en Chile. Reflexiones sobre el rol que cumplió la prensa escrita en la difusión del caso (1973-1979). (Tesis) 116p. Departamento de Ciencias Históricas y Sociales, Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad de Concepción, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IZE MALAISE, María Francisca. La Democracia Cristiana en Chile. Análisis de una experiencia. *Foro Internacional*, Vol. X, 2 (38), p. 111-135, octubre-diciembre 1969.

JARA HINOJOSA, Isabel. *De Franco a Pinochet: el proyecto cultural franquista en Chile, 1936-1980*. Colección Teoría 16, Programa de Magíster en Teoría en Historia del Arte, Facultad de Artes Universidad de Chile, 2006.

JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1-13.

_____. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *Estudios Sociales*, Año XIV (27), p. 91-113, segundo semestre de 2004.

_____. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

JENSEN, Silvina. *Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina* de Mario Sznadger y Luis Roniger: hacia el enfoque sociopolítico, macro-histórico y teórico-analítico del problema. *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, p. 13-20, 2015.

KABATEK, Johannes. Klaus Dieter Vervuert (1945-2017). *Revista Internacional De Lingüística Iberoamericana*, v. 15, n. 1 (29), p. 5-7, 2017.

LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. *La represión política en Chile: un estudio sobre la memoria histórica del horror*. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM).

LASTRA, Soledad (Comp.). *Exílios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

_____. Polifonía política de los retornos del exilio. Reflexiones y preguntas desde el Cono Sur. In: SANTOS, Enrique Coraza de los; LASTRA, Soledad (eds.). *Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios*. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 175-195.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LAZAR, Marc. El eurocomunismo, objeto de la historia. *Historia del presente*, p. 59-66, 2011. Disponible em: <https://hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/hal-00972731/file/lazar-el-eurocomunismo.pdf>.

LEFORT, Claude. Direitos do homem e política. In: LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 59-86.

_____. Permanência do teológico-político?. In: *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 249-295.

LEIGHTON, Anita Fresno de. *Recuerdos*. Afectos que agradecemos, hechos que perdonamos. Santiago: CESOC/Ediciones Chile y América, 1985.

LEIVA FLORES, Sebastián. El MIR chileno y la construcción de su política de poder popular: el aporte de la militancia y la “dirección estratégica” del Comité Central. *Observatorio Latinoamericano*, Dossier Chile, n. 8, p. 65-88, 2011.

LLAMBIAS-WOLFF, Jaime. The voluntary repatriation process of chilean exiles. *International Migration*, v. 31, n. 4, p. 579-599, 1993.

MAÍZ, Claudio. Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 19-35, jul. 2013.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese. 272 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MELGAR BAO, Ricardo. Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 146-166.

MENDES, Clécio Ferreira. *O papel da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) na ditadura chilena: para além da repressão (1974-1977)*. 211f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2016.

MOLINA CANO, Jerónimo. Jacques Maritain y la teología política de la democracia contemporánea. *Scripta Theologica*, v. 52, p. 39-71, 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Aberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo; GÓMEZ ROJAS, Nicollett Andrea. Chile-América, 1974-1983: una revista del exilio chileno. *Estudios*, n. 39, p. 49-67, enero-junio 2018.

_____. La dictadura cívico-militar del general Augusto Pinochet como proceso institucionalizado de violencia política. *Sociedad Hoy*, Universidad de Concepción, n. 23, p. 33-47, 2012.

MORALES URRRA, Roberto. Cultura mapuche y represión en dictadura. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, (3), p. 81-108, 1999.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual*. Anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

_____. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

_____. *La Democracia Cristiana en su fase ascendente: 1957-1964*. Documento de Trabajo, Programa Flacso – Santiago de Chile, n. 288, abril de 1988.

_____. La vía chilena al socialismo: itinerario de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*, Santiago, LOM Ediciones, 2005, p. 35-56.

MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

_____. *MAPU o la seducción del poder y la juventud*. Los años fundacionales del partido-mito de nuestra transición (1969-1973). Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.

MUÑOZ TAMAYO, Víctor. “Chile es bandera y juventud”. Efebolatría y gremialismo durante la primera etapa de la dictadura de Pinochet (1973-1979). *Historia Crítica*, Universidad de los Andes, núm. 54, septiembre-diciembre, p. 195-219, 2014.

_____. El Partido Socialista de Chile y la presente cultura de facciones. Un enfoque histórico generacional (1973-2015). *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 26, p. 218-255, enero 2016.

NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, n. 7, año 5, p. 13-26, agosto-diciembre 2016.

NERCESIAN, Inés. Chile durante los años setenta. Reforma o Revolución. El MIR y la lectura de la situación latinoamericana. In: ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica (Org.). *América Latina: tempos de violencias*. Buenos Aires: Ariel, 2014, p. 245-260.

NICHOLLS, Nancy. Defensa de DDHH en Chile en el contexto transnacional del movimiento de defensa de los derechos humanos, 1973-1990. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 43-56, jan.-abr. 2019.

NOCERA, Raffaele. *Acuerdos y desacuerdos*. La DC italiana y el PDC chileno: 1962-1973. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2015.

NORAMBUENA, Carmem. El exilio chileno: río profundo de la cultura ibero-americana. *Sociohistórica: Cuadernos del CISH*, n. 23-24, p. 163-195, 2008.

_____. Exilio y retorno. Chile. 1973-1994. In: GARCÉS, Mario; ROJAS, María Teresa (Comp.). *Memoria para un nuevo siglo*. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX, Santiago: LOM Ediciones, 2000, p. 173-188.

ORELLANA, Patricio; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), 1991.

ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. In: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>.

ORTEGA FREI, Eugenio. *Historia de una alianza política: el partido Socialista de Chile y el partido Demócrata Cristiano: 1973-1988*. Santiago: CESOC, 1992.

ORTIZ GONZÁLEZ, Edison. *El socialismo chileno: de Allende a Bachelet (1973-2005)*. Valencia: Prensa Latinoamericana; FIADELSONO, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 143-178.

PALTI, Elías José. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 325-343, julho 2005.

_____. *O tempo da política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. *Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)*. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

PATIÑO, Roxana. América Latina: literatura e crítica em revista(s). In: SOUZA, Eneida M. de; MARQUES, Reinaldo (Org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 456-470.

PAVEZ VERDUGO, Paulina. Augusto Pinochet U. y la memoria heroica de la dictadura cívico-militar en Chile (1973-1989). *Amérique Latine. Histoire y Memoire*, n. 38, 2019, p. 1-14. In: <https://journals.openedition.org/alhim/8210>.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PÉREZ SILVA, Claudio. Hacía una historia de la izquierda chilena desde una perspectiva transnacional: la vía chilena al socialismo y los procesos políticos latinoamericanos, 1952-1970. *Izquierdas*, n. 48, p. 22-43, noviembre 2019.

PINTO VALLEJOS, Julio; VALDIVIA, Verónica. *Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)*. 2ª edición. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

_____. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 9-33.

_____. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (Org.) *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 153-205.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Introducción. In: PITA GONZÁLEZ, Alexandra (Comp.) *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Universidad de Colima, 2016, p. 5-23.

POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 325-356, 1998.

PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena (1988-2018)*. Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018.

PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina: Historia Comparada, Historias Conectadas, Historia Transnacional. *Anuario* – Universidad Nacional de Rosario, n. 24, p. 9-22, 2011-2012.

PRATES, Thiago Henrique Oliveira. “O mundo não acaba no Malecón”: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* (1996-2002). 249f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 521-562.

_____. 223f. Tese (Doutorado). *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005.

RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exilado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, p. 95-105, março-abril, 1978.

REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loreto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Séptima Serie, n. 3, p. 177-187, julho 2012.

_____. Vivir con miedo, morir en el terror: Chile (1973-1990). *Ecuador Debates*, Quito, p. 91-104, diciembre del 2003.

ROJAS, María Eugenia. *La represión política en Chile: los hechos*. Madrid: IEPALA Editorial, 1988.

ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013.

_____. La evolución política del Partido Socialista de Chile durante la primera parte de la dictadura. *Revista Divergencia*, n. 5, año 3, p. 9-34, enero-julio 2014.

ROJAS MIRA, Claudia Fedora. *El exilio político chileno: la Casa de Chile en México (1973-1993), una experiencia singular*. Tesis. 225 f. Universidad de Santiago de Chile. Instituto de Estudios Avanzados – Facultad de Humanidades, 2013.

_____ ; SANTONI, Alessandro. Geografía política del exilio chileno: los diferentes rostros de la solidaridad. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 41, p. 123-142, enero/junio 2013.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____ ; QUADRAT, Samantha Viz (Org). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n°1, p. 91-123, 2010.

_____. *Historia mínima de los derechos humanos en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

_____. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editorra FGV, 2011, p. 31-61.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RUIZ RODRÍGUEZ, Carlos. El MAPU y la vía al socialismo como construcción democrática. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, p. 1-14, 2009.

SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. Redes transnacionales de defensa de los derechos humanos durante la primera fase de la dictadura chilena (1973-1976): formación y estrategias. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 4, n. 7, p. 32-49, marzo 2017.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALAZAR, Gabriel. *Construcción de Estado en Chile (1800-1837)*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2011.

_____ ; PINTO VALLEJOS, Julio. *História contemporânea de Chile*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

SALAZAR, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

SANTONI, Alessandro. Comunistas y socialistas italianos frente a la causa chilena: solidaridad y renovación (1973-1989). *Revista Izquierdas*, n. 19, p. 112-130, agosto 2014.

SANTOS, Emmanuel dos. *Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular e os jornais El Mercurio e La Nación (1970-1973)*. 274f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, p. 9-15, 1992.

SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret. *Activistas sin fronteras*. Redes de defensa en política internacional. México: Siglo Veintiuno, 2000.

SILVA, Adriano Nascimento. *Teoria e política da via italiana para o socialismo: a obra togliattiana no segundo pós-guerra (1944-1964)*. 284f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

SILVA, Êça Pereira da. *Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio*. São Paulo: Alameda, 2013.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *“Por ti, América”*: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria*. 285f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2016.

SILVA SOLAR, Julio; LEIGHTON, Bernardo; VIERA-GALLO, José Antonio; TOMIC, Esteban et al (Coord.) *Iglesia, teología y política*. Santiago: Ediciones Chile y América/CESOC, 1984.

_____. Revista *Chile-América*. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (Comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 65-79

STREJILEVICH, Nora. *El arte de no olvidar: literatura testimonial en Chile, Argentina y Uruguay entre los 80 y los 90*. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

SUBERCASEAUX, Bernardo. El imaginario político de transformación en Chile. *Contracorriente: Revista de historia social y literatura de América Latina*, v. 5, n. 3, p. 18-63, 2008.

_____. *Historia de las ideas y de la cultura en Chile: desde Independencia hasta el Bicentenario*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, v. III, 2011.

_____. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TIRONI, Eugenio. *Autoritarismo, modernización y marginalidad: el caso de Chile (1973-1989)*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1990.

ULIANOVA, Olga. Relaciones internacionales y redefiniciones en el socialismo chileno, 1973-1979. *Revista Izquierdas*, año 3, número 4, p. 1-30, 2009.

_____.; SANTONI, Alessandro; NOCERA, Raffaele. *Un protagonismo recobrado: la Democracia Cristiana chilena y sus vínculos internacionales (1973-1990)*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2021.

VALDÉS, Hernán; PERIS BLANES, Jaume. Literatura, testimonio y conflicto político. Entrevista y poemas inéditos de Hernán Valdés. *Kamchatka. Revista de análisis cultural*, Universidad de València, n. 6, p. 107-129, Diciembre 2015.

VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

_____. “Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el Pueblo 1973-1980. *Historia*, n. 43, v. I, p. 163-201, enero-junio 2010.

_____. Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 167-203, jan./abr. 2018.

_____. Los guerreros de la política. La Unión Demócrata Independiente, 1983-1988. In: VALDIVIA, Verónica; VALLEJOS, Rolando Álvarez et al (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, v. II, 2008, p. 139-230.

_____. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

_____. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Dictaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-141.

VAN TREEK, Esteban Valenzuela. El MAPU y el rol transformador de las elites iluministas: revolución, pragmatismo y disidencia. *Revista de Ciencia Política*, v. 31, n. 2, p. 187-206, 2011.

VEGA NEIRA, Constanza. “En Chile no pasarán!”: el movimiento Patria y Libertad en su lucha anticomunista contra la Unidad Popular, 1970-1973. Violencia política, propaganda y estrategia de masas. (Tesis Magíster). 241f. Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, 2017.

VEJA SOTO, María Eliana. *No hay dolor inútil: la Iglesia de Concepción y su defensa de los derechos humanos en la región de Bío Bío entre 1973 y 1991*. Agrupación de familiares de Detenidos Desaparecidos y Departamento de Pastoral Obrera Arzobispado de Concepción, 1999.

VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile: un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar*. Santiago de Chile: FLACSO, n. 216, 1984.

VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no cone sul*. São Paulo: Annablume, 2004.

VIERA-GALLO, José Antonio. *Chile: un nuevo camino*. Santiago: Ediciones Chile-América/CESOC, 1989.

_____. *El compromiso*. Santiago de Chile: Aguilar Chilena de Ediciones: El Mercurio Aguilar, 2013.

VIVACQUA, Isadora Bolina. A obra e o engajamento de Diamela Eltit: arte marginal e resistência política no Chile (1979-1989). 306f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2019.

WACHELESKI, Marcelo Paulo. Esfera pública internacional, democracia e direitos humanos. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, v. 2, n. 1, p. 140-157, 1º quadrimestre de 2007.

WASSERMAN, Claudia. *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.

WINKELER, Lodewijk. Más allá del concilio. El catolicismo holandés, un laboratorio de renovación eclesial (1960-1975). *Anuario de historia de la Iglesia*, v. 27, p. 45-64, 2018.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 11-30.

YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. El Partido Socialista de Chile bajo la dictadura militar. *FI XXVII-I*, p. 102-131, jul-set 1986.

ZALAUQUETT, José. Los derechos humanos en el régimen militar chileno. *Revista de Historia y Geografía*, Universidad Católica Silva Henríquez, n. 26, p. 81-87, 2012.

PÁGINAS DA INTERNET:

<http://www.archivochile.com>.

<https://www.bcn.cl>.

<https://www.brot-fuer-die-welt.de>.

<https://cchdh.cl>.

<http://www.cedocmuseodelamemoria.cl>.

<http://www.cesoc.cl>.

<http://www.economiaynegocios.cl>.

<http://www.fasic.cl>.

<https://www.fondazionebasso.it>.

<http://www.genealogiachilenaenred.cl>.

<http://www.memoriachilena.gob.cl>.

<http://www.memoriaviva.com>.

<https://ww3.museodelamemoria.cl>.

<https://www.oikoumene.org>.

http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileAmerica/Chile_America.html.

<https://static.history.state.gov>.

<https://www.uchile.cl>.

<http://villagrimaldi.cl>.

<https://www.wola.org>.

ENTREVISTAS:

José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

Julio Silva Montes. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de outubro de 2018.

ANEXO I

Transcripción da entrevista com José Antonio Viera-Gallo, realizada no dia 18 de outubro de 2018, em Santiago, Chile

Raphael – Voy a empezar. Primero, me gustaría que usted, si es posible, podría decirme sobre su formación, su actuación intelectual y académica?

JAVG - Voy a decir, pero además hay un libro que yo escribí que se llama “El compromiso”. Este libro es un poco la historia, digamos, bueno mía, pero, más que de mi persona, es como del mundo político que a mí me tocó vivir. Y allí sale todo, mucho que está preguntándome. Esto es *Ediciones El Mercurio Aguilar*. Esto se vendió y ahora está em *Randon House*. Bueno, mi formación, yo estudié en distintos colegios, en varios países porque mi padre era diplomático, y después hice Derecho en la Universidad Católica, después hice un Pos-grado en Ciencia Política en un Instituto que tenía los jesuitas que se llamaba Ilades, que después abrió una sucursal en Brasil que se llamaba Ibrades, que estaba en Rio de Janeiro. Bueno, esa es como mi formación así formal, digamos [inaudível]... hasta magíster, y después yo ya entré en la vida política.

Raphael - Y sobre su involucramiento con la política, cómo ocurrió? Hubo alguna influencia de sus padres o de su familia en general?

JAVG–Bueno, ocurrió en la misma medida en que evolucionaba el cuadro político chileno y latinoamericano, sobre todo para una generación de la *Universidad Católica*. Tuvo mucho que ver también con la evolución de la Iglesia, del Concilio, de la Reunión de Medellín, de la necesidad de la Reforma Universitaria. Hubo un documento importante del Celam que se llamaba Documento de Bulgrá, sobre la Universidad Católica... Y bueno, de esa inquietud, surgió después el compromiso social y después el compromiso político hasta que viene el movimiento universitario, se funda el MAPU y yo participo del MAPU y, después, joven, entré en el gobierno de Allende.

Raphael – Entoces, su primera vinculación político-partidaria fue con el MAPU?

JAVG – O sea, yo había participado de joven (inaudível) 16 años, yo entré en la Universidad Católica y allí había solo dos partidos: Juventud Demócrata Cristiana y Juventud Conservadora. Yo por venir del ambiente que venía mi padre, yo empecé a frecuentar la juventud conservadora, pero, a poco tiempo salí y entonces nunca entré a la Democracia Cristiana, pero sabía que la Democracia Cristiana iba tomando fuerza en la Reforma Universitaria, nosotros nos simpatizamos con la DC. Y, después, cuándo se fundó el MAPU entonces ya estábamos más radicalizados.

Raphael – Usted participó de la fundación del MAPU?

JAVG – Sí.

Raphael – Y cómo fue su militancia, actuación en el MAPU, cuál su posición en el partido?

JAVG – Es muy difícil porque... a ver, yo participaba de la dirección del MAPU, lo que sería el Comité Central, pero yo no estaba en el núcleo más importante de la dirección, del movimiento, que era un grupo más pequeño. Pero, me nombraron sub secretario de Justicia del gobierno Allende, empecé a tener una actuación pública mayor que la relevancia o importancia que yo tenía en el partido. Entonces, al final, digamos mi influencia venía más por mi actuaciones públicas que por mi militancia partidaria.

Raphael – Usted fue sub secretario de Justicia del gobierno de Salvador Allende hasta 1972...

JAVG – Porque allí, en MAPU, nos ordenó, porque era así en esta época, algunos para que fuéramos de candidatos a diputado. Yo no quería, pero, bueno, había que obedecer. Yo me presenté como candidato por el centro de Santiago. Pero yo seguí vinculado con Allende porque había hecho buena relación con él a pesar que yo era muy joven. Entonces, yo seguí vinculado con él haciendo... de vínculo un poco o uno de los vínculos entre el gobierno y la Iglesia principalmente el cardenal Silva Henríquez.

Raphael – Entonces fue próximo también de Silva Henríquez...

JAVG – Sí.

Raphael – A propósito del gobierno del presidente Allende, cómo pensaba a respecto de la Unidad Popular y la vía chilena al socialismo?

JAVG – Sí. Mira, es muy difícil jugar este proceso con los ojos de hoy porque son épocas completamente distintas. En los años 1960 y 1970 era una época utópica en el mundo entero. Era una época de grandes ilusiones de cambio global etc. Entonces, la idea del segundo camino al socialismo, la vía chilena era un gran slogan, un gran atractivo porque era la posibilidad de superar el capitalismo en dentro de la libertad. Fue también una gran ilusión, mirado con los ojos de hoy, no con los de este momento. Sin embargo, cuando yo entré al gobierno, a poco andar tuve la sensación que no estaban dadas las condiciones en Chile ni tampoco la preparación de las fuerzas políticas de izquierdas para un proceso de tanta envergadura y tan profundo. A poco andar, o sea, el primero año del gobierno de Allende fue un buen año económico, fue un buen año político, pero ya con un año y medio, sobre todo con la visita de Fidel Castro, la situación se volvió muy difícil. Entonces, todo el esfuerzo de una parte del gobierno y del presidente Allende fue de lograr una salida, alguna fórmula que preservara la democracia. Pero eso ya era tarde tal vez, ya había corrido “agua debajo el puente” y eso no se logró. Entonces, yo participé bastante activamente también en esta segunda etapa, o sea, en la búsqueda de alguna solución que no se encontró.

Raphael – Sobre el golpe militar y el exilio, cómo usted interpreta el golpe militar en Chile? Cómo esto afectó a usted, a su familia?

JAVG – Evidentemente afectó mucho porque hubo persecuciones... Yo me refugié en la Nunciatura a tres días del golpe y pusieron mi cabeza a precio o sea, fue muy fuerte y al final, después de cuatro meses, logramos salir al exilio con mi familia que era mi señora y dos hijas chicas de dos años y un año. Ahora, como interpreto yo, bueno, en Chile un cierto equilibrio social se empezó a romper fuertemente con el gobierno de Frei, por eso decía que tenía influencia el exilio brasileño. Y esa ruptura se dio principalmente con la

Reforma Agraria, con la promoción popular, con la nacionalización parcial del cobre. Entonces, se creó una efervescencia social y política muy grande y eso provocó una reacción muy fuerte de setores conservadores de Chile que empezaron ya a pensar en algo que no fuera simplemente una alternancia democrática y eso se acentuó enormemente con el gobierno de Allende. Entonces, hubo una parte importante de la sociedad chilena que era partidaria de una solución de fuerza, sobre todo porque había desabastecimiento, porque había (inaudíbel) porque la gente... había dificultades reales en la vida cotidiana. Y bueno, en este momento, esta tensión emerge en el mundo militar. No sin dificultades, pero, al final, se hace mayoritaria en el mundo militar y dar un golpe que tiene las características extremas del golpe brasilero. El golpe de Brasil de 1964 se inicia una nueva era de regímenes militares en el Cono Sur. En el caso chileno, eso se lleva al extremo, pero, a diferencia de Brasil, queda todo el poder a comandar en manos solo de Pinochet.

Raphael – Cuáles fueron, bueno...

JAVG – Perdón, este golpe fue respaldado por el gobierno de Nixon, de los Estados Unidos, obviamente, porque la preocupación de Kissinger sobre todo era que si resultaba el camino de Allende... no sé si al socialismo, pero por lo menos hacia transformaciones muy profundas de la sociedad, eso pudiera ser un ejemplo sobre todo para Francia y Italia, en plena Guerra Fría. Ahora, lo más curioso, es que al final Mitterrand llega al gobierno de Francia con una coalición de izquierda, a pesar del golpe chileno, no se produce ninguna cosa digamos así como un cataclismo como pensaba Nixon y Kissinger.

Raphael – Es una visión importante porque, en general, y yo creo que eso también es algo que pasaba por la interpretación de ellos, norteamericanos, la influencia, más allá de Cuba, que Chile podría tener en los países latinoamericanos.

JAVG – Claro, sin duda. Además estaba el gobierno de Velasco Alvarado en Perú que era un gobierno nacionalista militar con visto izquierdista. Entonces, tenía esa preocupación. Ahora, por otra parte la Unión Soviética no tenía ninguna posibilidad real de sostener una experiencia como la chilena frente a los Estados Unidos. No sólo no tenía ninguna posibilidad económica y militar, sino que tampoco tenía ninguna voluntad, porque el planteamiento de Allende se parecía mucho a lo que habían combatido en la Tchécoslovaquia, o sea, cuándo mandan las tropas rusas a Praga, con la idea que no es posible un socialismo de rostro humano, democrático, porque ellos irían apoyar un socialismo más o menos de este tipo en Chile. Era una ilusión. Hay una carta muy interesante de Chuelay, que era ministro... creo que era primero ministro, estamos hablando ya de la época de la Revolución Cultural en China, una carta de Chuelay a Allende, larga, en que él dice: mira, usted solo puede contar con sus propias fuerzas, porque usted no va a tener apoyo soviético y la China de la Revolución Cultural no tenía ninguna condición de sostenerlo más de que mandar uno u otro producto. No es como la China de hoy con Maduro, digamos, para entender.

Raphael – Un poco más sobre el exilio en la Italia...

JAVG – Perdón, y Cuba tampoco porque Cuba, lo que tenía era una solidaridad, pero, al mismo tiempo quería influir directamente en el proceso chileno para que aquí se derivara a una suerte de enfrentamiento armado, que se suponía que iba dividiendo a las Fuerzas Armadas podía llegar a una solución favorable a las fuerzas populares. Pero ya eso

hubiera sido algo bien distinto al proyecto original de Allende, o sea, era otra cosa, era como repetir bajo otra forma un poco de la experiencia cubana en Chile.

Raphael – Pero esa perspectiva ganó o tuvo alguna repercusión en el interior de la Unidad Popular...

JAVG – En el MIR, sin duda, pero ellos no estaban en la Unidad Popular, y tuvo mucha influencia en el Partido Socialista.

Raphael – En el MAPU también?

JAVG – En parte, pero el MAPU era muy chico.

Raphael – Cuáles fueron las redes, y allí ya estoy hablando un poco del exilio, las redes de apoyo que ustedes, miembros del Comité Editorial de *Chile-América*, tuvieron en Roma?

JAVG – A ver, apoyo político nosotros teníamos, en general, no sólo *Chile-América*, sino que también la *Oficina de Chile Democrático*, que funcionaba en Roma y que era la que coordinaba todo el exilio chileno, tenía el apoyo de todas las fuerzas de centro a la izquierda. En el caso concreto de *Chile-América*, tuvimos apoyo de una parte, un apoyo económico, pero muy inicial y bien restringido, fueron 500 dólares (risos), de una parte de la Democracia Cristiana. Que además la Democracia Cristiana italiana estaba dividida en muchas corrientes, o sea, bueno... Ahora como, y también teníamos apoyo de *La Acción Católica de los Trabajadores Italianos*(LACI). Ellos nos dieron una oficina un tiempo, una pequeña oficina donde nosotros trabajábamos.

Raphael – Para la producción de *Chile-América*.

JAVG – Claro. Ahora, el financiamiento de *Chile-América*, que en el fondo sólo pagábamos un periodista que era muy bueno, murió a él, Premio Nacional de Periodismo...

Raphael – Qué era Fernando Murillo?

JAVG – Murillo. Era un personaje Murillo. Cuatro veces había sido expulsado del Partido Comunista. O sea, quiere decir que ha ido, vuelto, ido, vuelto. Un hombre muy libre, muy inteligente, muy inquieto. Fue embajador de Allende en Corea del Norte, imagine. Bueno, entonces un personaje. Era la única persona que pagábamos. Pero, todo los demás había que pagar: la impresión, el correo que sea, otras cosas.

Raphael – Distribución...

JAVG – Todo eso. Entonces nosotros conseguíamos fondo principalmente de las Iglesias. Pero eran *El Comité Católico contra el Hambre y por el Desarrollo*, en París; después en Holanda teníamos tanto FASTENACSI, FASTENACSI (?) iba a ser como *La acción de los obispos holandeses para la Cuaresma*; después había otro grupo muy curioso que era el *Fondo de las Órdenes Religiosas* que les sobraban, holandesa, que se llamaba AMA. A veces nos daban Novic (?) (inaudíbel) porque era del gobierno holandés, Novip (?); y después también nos dio *Pan para el Mundo*, de la Alemania.

Raphael – Cómo usted piensa que ocurrió esta asistencia de la Iglesia, por cuál razón...

JAVG – Bueno, porque las Iglesias estaban en contra del régimen militar chileno, defendían los derechos humanos... también *El Consejo Mundial de Iglesias* nos dio. Entonces, dentro del exilio chileno, allí les parecía que esta revista, donde había cristianos que eran de la Democracia Cristiana y cristianos que eran de la Unidad Popular, parecía como lo más cercano a ellos. Pero era muy difícil conseguir. Yo era encargado de conseguir y hacía viaje aquí, allá, iba todos los años haciendo esta peregrinación.

Raphael – Para conseguir fondos...

JAVG – Fondos para la revista. Ahora, no era mucha plata. Yo no sé cuanto sería el presupuesto completo que sería. Serían 40 mil dólares, 30 mil dólares...

Raphael – Eso en qué período?

JAVG – Los 9 años, o sea, por año.

Raphael – Sí, por año.

JAVG – Había que pagar un sueldo a Fernando que había sido mil dólares, 1500 dólares, y después todos los gastos de la oficina.

Raphael – El funcionario fue solamente Fernando Murillo...

JAVG – Pagado, sólo él.

Raphael – Quien fueron Eugenio Llona, Fernando Bachelet, Benjamin Teplisk (?).

JAVG – Eugenio Llona fue un tiempo también, trabajó antes que Murillo y un tiempo después con Murillo, pero después salió. También él fue pagado, pero era el mismo sueldo. Después Bachelet es el tío de la presidenta. Bachelet era un ex funcionario, ex diplomático chileno que los militares echaron y él participaba del Comité Editorial.

Raphael – Pero su nombre no aparece...

JAVG – No, porque no es de los fundadores. Después, Teplisk nombras tú. Benjamin Teplisk es de Partido Radical. Benjamín era masón, radical, y era encargado de la oficina *Chile Democrático* en Roma. Murió (inaudível), bueno. Y también un tiempo actuó Carlos Vasalo, no sé si te apareció por allí.

Raphael – No, no conocía. Carlos...

JAVG – Vasallo, con dos “l”. Carlos Vasallo fue embajador de Allende en Italia. Un abogado, bastante rico...

Raphael –Y él participó de *Chile-América*...

JAVG – Del Comité de Redacción.

Raphael – Sí. Y cómo ocurría la..., cómo ustedes trabajaban en el Comité? Había una centralidad de alguien?

JAVG – A ver. Como que dijera, el padre espiritual, él que le daba la bendición, él que hacía todo posible era Leighton...

Raphael – Bernardo Leighton.

JAVG – Claro, porque él era un hombre muy respetado en Chile, muy importante. Había sido parlamentario, fundador de la Democracia Cristiana, vicepresidente de la República. Entonces, tenía un enorme prestigio. Siempre un hombre democrático, honesto... Pero, él no... participaba sólo del Comité de Redacción, pero no, no, bueno... El director mucho tiempo fue Julio Silva. El problema es que Julio después la señora se enfermó de cáncer, y se vino a Chile. Logró que le dieran permiso para regresar. Y después Esteban Tomic, demócrata cristiano. Tú podrías hablar con él también, él vive acá.

Raphael – Vive acá?

JAVG – Sí. Esteban, al poco tiempo, la empresa en que trabajaba, él fue un diplomático también y le expulsaron de la carrera, entonces, él trabajaba para una empresa italiana, del Estado italiano y esta empresa lo mandó a Venezuela.

Raphael – Qué año él fue?

JAVG – Yo calculó como en 1976, pero no estoy seguro. Entonces, el número de la revista se definía en el Comité de Redacción, los principales temas. Pero, quién la dirigía en la práctica fue Julio Silva y después yo. Todos las editoriales de la revista durante 9 años las hice yo. Y estas siempre eran sometida a Leighton, a... Bueno, pero Leighton también pobre como estuvo, sufrió un atentado en 1976, después no podía participar porque estaba convaleciente.

Raphael – Volvió acá (Chile)?

JAVG – Pero volvió después de varios años. Yo no sé exato, pero creo en 1980, 1981.

Raphael - Permaneció en Italia?

JAVG – Sí, muy, porque dispararon a él y a su señora. Entonces, tenía que... Él fue sometido a dos operaciones en el cerebro, entonces tenía que reponerse a él, pero también su señora que tuvo una bala acá en espina dorsal. Entonces, ellos pasaron dos o tres años en el hospital etc. Y después se fueron a vivir en un convento en Roma, esperando regresar a Chile.

Raphael – Entonces, usted estuvo responsable, digamos, por los editoriales. Escribió los editoriales, todos ellos.

JAVG – Todos. Y a veces escribía un artículo o cosa por aquello.

Raphael – Sí, sí. Que eran nombrados, firmados.

JAVG – Firmados, claro. Julio también escribió artículos, escribió varias cosas.

Raphael – Sabría decirme quién es M. ou S. Artículos firmados así?

JAVG – M.? Puede ser Murillo.

Raphael – Murillo, sí.

JAVG – Murillo hizo una cosa muy conflictiva en este momento. Publicó una especie de cronología de las posiciones de la Democracia Cristiana con la dictadura, donde aparecen algunos líderes Demócrata Cristianos que son favorables al golpe militar. Los que lo

explican, los que lo avalan, y otros que son muy en contra. Entonces, él documentó este conflicto.

Raphael – Estos documentos fueron publicados en *Chile-América*.

JAVG – No sin dificultad, porque era un problema poner eso tan claro, pero... A más que poco a poco, estos líderes demócrata cristianos que tenían posición como, más de diálogo con el régimen militar pasaron a la oposición total. O sea, el caso de Aylwin, el caso de Frei.

Raphael – Sí. También los documentos referentes a los derechos humanos?

JAVG – Eso lo hacía Murillo. Esta sección le hacía todo a él, porque él recogía información de aquí, de allá etc, y publicaba.

Raphael – Entonces, es una de las preguntas, *Chile-América* fue, más allá de una revista, fue un centro de estudios y documentación?

JAVG – Claro. Ahora, nuestra idea básica, la revista era el centro, todo, tenía una idea, un norte, un eje, que era lograr un reencuentro de la izquierda con la Democracia Cristiana para poder crear una alternativa política viable contra Pinochet. Este era como el pensamiento central, pero, al mismo tiempo, la revista era amplia, en el sentido que pudiera escribir cualquiera que estuviera contra Pinochet. Pero, el eje de la revista, los editoriales, todo, va a esta dirección. Segundo punto, nosotros teníamos la idea, o mejor, una pretensión (risos), como que el caso chileno podría servir como una lección para América Latina. Por eso le pusimos *Chile-América*, porque pensábamos que, a raíz de los de Chile, se podía empezar a discutir temas más de América Latina. Hicimos dossier, por ejemplo, “Los militares y la política en América Latina”, haciendo dossier sobre algunos temas que pensábamos que eran más comunes, por lo menos en el Cono Sur.

Raphael – La selección..., había un responsable por la selección de autores, de textos...

JAVG – Sí. Eso lo hacía el director.

Raphael – Que fue Julio Silva por un tiempo y después...

JAVG – Y después yo.

Raphael – En que año fue director?

JAVG – No sé, no me acuerdo. A ver... Yo creo que Julio debe haber vuelto... Yo volví en 1983.

Raphael – Y Julio antes.

JAVG – Yo creo que en 1978, 1979, por allí. 1979, yo creo.

Raphael – La tirada media de *Chile-América*, cómo se daba la distribución también?

JAVG – 1200, 1500. Nosotros teníamos suscriptores. Obviamente eran pocos, porque nadie tenía plata para pagar, pero había algunos. Y después nosotros mandábamos a universidades importantes de Estados Unidos etc, todas partes; Centros de Estudios de América Latina, mandábamos también; grupos organizados de chilenos, igual; después mandábamos a chilenos que hablaban por radio, por ejemplo, radio Moscú, radio Berlín

Oriental hasta a Albania tirana (?) mandábamos, donde hubiera un chileno o dos... imagina quien iba a oír esta radio, pero, bueno, daba lo mismo. La radio de Albania Mandábamos a China, que sea, bueno... Entonces, al final, era como 1000/1500, y mandábamos a Chile. La dejaban entrar, a veces la secuestraban, pero, podían llegar.

Raphael – Pero la circulación en Chile fue clandestina.

JAVG – Sí, o sea, tampoco clandestina porque pasaba por el correo, si llegaba, llegaba.

Raphael – Ah, sí.

JAVG – Todos hacían esto con un esfuerzo y una voluntad que solo lo hacen exiliados porque los exiliados son las personas que están un poco obsesionadas y un poco fuera de la realidad, porque si vivir en la realidad, viviría en una depresión de la cual no sale. Entonces, unos se sobreponen y dicen, “no, voy a luchar y voy a hacer, no sé que etc” con muy poco elemento.

Raphael – Ustedes fueron perseguidos en el exilio?

JAVG – No. Allí lo que nosotros tuvimos como lo más grave fue el atentado a Leighton, porque Legihton participaba de nuestro Comité. Nosotros nos veíamos con él muchas veces por semana. Éramos amigos y él era quién daba la bendición a nuestra revista. El primer número, él escribió un artículo corto, porque él no escribía mucho, pero muy importante que se llamaba algo así como “una conducta demócrata Cristiana ante la dictadura”, una cosa así. Bueno, eso era como su bendición. Cuándo le dispararon a Leighton, eso fue como, no sé, como que nos hubieran disparado a todos.

Raphael – Ustedes tenían una amistad, eran muy próximos?

JAVG – Leighton era mayor, pero sí, mucho. Pero además pasó muchas dificultades económicas porque a él lo invitó no sé si era una o dos corrientes de izquierda de la Democracia Cristiana italiana, que querían que hubiera una voz autorizada de la Democracia Cristiana chilena que en Europa condenara claramente a la dictadura. Entonces, él vino invitado por un año, seis meses, ocho meses. Lo paseaban por Europa: Alemania, Holanda, que sea, España, y él hablaba. Siempre con bastante precaución. Pero en Holanda, lo invitaron el sindicato y él hice un discurso muy categórico contra la dictadura. Entonces, Pinochet le prohibió de regresar. Y él vivía, era un hombre que no tenía dinero, digamos. Era un hombre que su plata había donado a Democracia Cristiana. Entonces, él vivía de una cantidad que le pasaban esta corriente demócrata cristiana italiana. Pero a veces esta corriente se olvidaba. Pasaban dos meses y le olvidaban. No tenía [Leighton] como comprar la comida. Tanto que la última vez antes del atentado me pidió plata a mí, que yo era un estudiante, o sea, yo tenía una beca. Y tenía un trabajo así lo que podía. Yo le empresté, porque estaba muy mal, digamos.

Raphael – A propósito, cuales funciones usted ejerció en el exilio? Chile-América, por supuesto...

JAVG – Pero *Chile-América*, yo de esto no vivía. Eso era un, digamos, un compromiso político, pero yo nunca saqué un peso de allí. Yo, en los dos primeros años, tuve una beca de la Four Fundación (?). Un milagro porque la fundación fue acá en Chile, durante Allende, una vía progresista. Y una forma de ayudarnos fue dándonos una beca. Entonces,

tuve dos años la beca. Después yo trabajé, junto con Leighton y Julio Silva, en un editorial italiano importante que se llamaba editorial Valech, que era una forma de ayudarnos, pero eso duró un año. Después, ya no pude seguir. Además, vino el atentado a Leighton, entonces... Y después yo entré a trabajar a un centro de documentación ecuménico, que se llamaba Idoc Internacional (Internacional Documentación Center), Idoc Internacional. Entonces, yo era responsable para América Latina y después fui director adjunto. Y allí trabajé ocho años. Este centro fue creado por los obispos holandeses durante el Concilio para ser *lo vip* (? inaudível) de ideas más progresistas. Después, digamos, acabó el Concilio, entonces el Vaticano, o sea, alejó de Idoc, Idoc entonces fue asumido por el Consejo Mundial de Iglesias, de Ginebra, y nosotros trabajamos muy unidos como Idoc con el Consejo Mundial de Iglesias. A su vez, el Consejo Mundial de Iglesias, principalmente a través de Charles Harper, que era el encargado del programa de derechos humanos, ayudaba mucho a los chilenos, a la *Vicaría de la Solidaridad* y a otros organismos en Chile.

Raphael – Cuál importancia, entonces, usted daría a *Chile-América* en lo que se refiere al debate, a las denuncias acerca de las violaciones a los derechos humanos en Chile y también la contribución de la revista para el campo progresista o de izquierda chileno.

JAVG – Sé. Mira, sobre el primer punto, la importancia es que daba registro, pero, no es que nosotros tuviéramos la primera noticia. Muchas veces esta noticia llegaba a otras partes, o sea, entonces, no es que nosotros, como dicen los periodistas, golpeáramos con la noticia, pero era como una sistematización, iba quedando como un archivo, un registro de lo que había pasado. Después, servía para hacer las denuncias ante los organismos de derechos humanos de las Naciones Unidas, de los gobiernos, de los sindicatos, Iglesias que sea. En segundo lugar, a respecto del segundo punto, bueno, también puede ser que el hecho de aparecer en *Chile-América* podría darle mayor credibilidad a algunas denuncias de violaciones a los derechos humanos, porque si no podrían decir, “bueno, esto son cosas que hacen el comunismo”, que sea, el prejuicio de la Guerra Fría. Ahora, del punto de vista político, la revista fue importante para renovar el pensamiento político. Por una parte ayudó a que la Democracia Cristiana se alejara de la dictadura y asumiera en su conjunto una posición de vanguardia en la oposición a Pinochet. Y, por otra parte, en la izquierda, ayudó a una renovación muy profunda en el fondo para que se abandonara cualquier posición, llamémola comunista clásica o, con mayor razón, cubana o sea, armada lo que sea. Ahora, cuando digo comunista hay que hacer una precisión, porque el Partido Comunista Italiano nos ayudaba mucho, no financieramente, pero sí políticamente. Entonces, también fue momento de la polémica entre eurocomunismo y la Unión Soviética, y la revista se colocó completamente a favor del eurocomunismo. Este respaldo nuestro a las posiciones de Berlinguer, del eurocomunismo y del Partido Comunista Italiano nos trajo también la desconfianza de algunos partidos de la Internacional Socialista, por ejemplo, la social-democracia alemana, que no quería... obviamente no era la Unión Soviética, pero también miraba con desconfianza al Partido Comunista Italiano. Nosotros tuvimos más influencia del Partido Comunista italiano que del Partido Socialista italiano.

Raphael – Y la Democracia Cristiana italiana siempre de alguna manera ejerció influencia también en *Chile-América*.

JAVG – Sí. Y en la medida además en que toda la Democracia Cristiana chilena tomaba una posición clara contra Pinochet, era más fácil para la Democracia Cristiana italiana tener una misión de más respaldo a iniciativas del exilio chileno. Pero, había una parte importante de la Democracia Cristiana italiana que no quería el compromiso histórico con los comunistas. Como nosotros en la revista predicábamos el acuerdo con los comunistas, entonces ellos miraban eso también con un rechazo, porque de alguna manera la política interna chilena influía en el debate de la política interna italiana.

Raphael – No ocurría solamente una vía. Eran dos vías de influencia.

JAVG – Sí.

Raphael – La Democracia Cristiana italiana más próxima, más cerca del Partido Comunista italiano era Aldo Moro...

JAVG – Eran las dos corrientes de izquierda que se llamaban Forza Nuova, cuyo líder era Donar Catan (?), que fue ministro muchas veces, y la otra se llamaba la corriente Base, como se llamaba... Pero, en fin, eso era lo más importante. Pero también Moro, ahora Morono era de la izquierda de la Democracia Cristiana. Moro era parecido a Leighton. Moro era un nombre del centro de la Democracia Cristiana. Pero Moro llegó al convencimiento que para renovar la política italiana... A ver, no sé si tú tienes presente, vuelvo atrás. Después de la guerra, cuando se hace la constituyente, se funda un gobierno de unidad nacional, donde están los comunistas, todos, todas las fuerzas. Eso no resiste a la Guerra Fría y los comunistas salen y los socialista salen, y queda un gobierno demócrata-cristiano, republicano, con partidos de centro. Llega un momento, no recuerdo la hora exacta, la fecha, pero debe ser año 1960 y algo, en que la Democracia Cristiana se abre al ingreso de los socialistas al gobierno y se llamó el gobierno de centro-izquierda o Pentapartito, gobierno de los cinco partidos. Y todo eso era muy conflictivo, bueno. La entrada de los socialistas al gobierno italiano ya fue muy complicado. Hubo una gran disputa dentro del partido socialista italiano entre Pietro Neni y los grandes líderes históricos, Lombardi etc, y hubo polémica dentro de la Democracia Cristiana italiana. Pasaron los años, diez años o más, y Moro, a su vez, el Partido Comunista italiano acentúa su distancia de Moscú, cada vez más. Entra en polémica abierta con Moscú. Entonces, Moro intuye de que habrá de buscar alguna fórmula para que el Partido Comunista, como ellos dicen, se acerque al área de gobierno. No necesariamente tenga ministro, pero que se comprometa, porque además este es el momento de la guerrilla de izquierda, de las Brigadas Rojas, entonces el Partido Comunista Italiano se pone muy fuerte en contra las Brigadas Rojas, contra todo ese movimiento violento de izquierda. Entonces, para tener la solidaridad democrática, Moro disse “tienen que los comunistas venir para acá”. Eso coincide cuando Berlinguer lanza la idea del compromiso histórico, con el mundo católico y con la Democracia Cristiana. Esa idea de Berlinguer nace de la lección que él saca del fracaso de la Unidad Popular. Escribe tres artículos famosos en la revista *Rinascita* (?). Entonces, se iba produciendo como una convergencia hasta que se forma un gobierno, encabezado por Andreotti, que a la derecha de la Democracia Cristiana, encabezado por Andreotti, que iba a tener el apoyo de la centro-izquierda y la abstención comunista del parlamento, que era una forma que el Partido Comunista le daba un aval a este gobierno. Y este gobierno después podía ir buscando distintas fórmula de acercamiento del Partido

Comunista al gobierno. Cuando Andreotti va a jurar en esta fórmula política, secuestran el Moro, en este día.

Raphael – Por las Brigadas Rojas?

JAVG – Rojas. O sea los que lo secuestraron fueron las Brigadas Rojas y los que lo mataron. Ahora, si detrás de las Brigadas Rojas había servicio secreto, la CIA, después hubo una cosa que se llamó (inaudible) La Logia Propaganda Dos, que era una logia masónica clandestina anticomunista, eso ya no lo sabe nadie.

Raphael – Queda en el campo de las especulaciones.

JAVG – Pero no cabe duda que el secuestro de Moro pone un atajo al acercamiento del Partido Comunista al gobierno.

Raphael – Sí. Bueno, una clase de la política italiana muy interesante...

JAVG – Bueno, muchos años allá. Yo creo que el país que donde hubo más influencia de la política interna para el exilio chileno fue Italia, porque además estaba allí, como te decía, la Oficina de Coordinación de todo el exilio.

Raphael – Ustedes fueron para Roma, entonces, tenía una explicación política?

JAVG – No. Nosotros, Julio Silva y yo estábamos exiliados en la Nunciatura. El Vaticano no tiene terreno, entonces el Vaticano tenía que conseguir un país que nos recibiera. Nosotros podríamos ir a México. Yo sobre todo tenía bastante oferta de ir a México. Pero no sé porque decidí... bueno, muchos chilenos fueron a México. Pero, yo quería Europa y en Europa yo quería un país latino, pero Portugal y España estaban con dictadura. Entonces se quedaban Francia y Italia, y me tocó Italia y, bueno, allí... fue así casualidad. Y Julio conseguí yo, presionando allá que el también fuera a Italia.

Raphael – Entonces hubo una influencia suya para que Julio fuera para allá.

JAVG – Sí. Con Aldo Moro, justo. Porque Moro era ministro de Relaciones en este momento. Y me acuerdo que yo conseguí una entrevista con Moro, y le fui a decir que estaba esta persona sola en la Nunciatura, que Julio siempre fue un cristiano de izquierda y Moro le permitió ir entonces.

Raphael – Para terminar esta parte de *Chile-América* y pasar a *Cesoc*, podríamos afirmar que los dos grandes temas, dos o tres, tal vez, de la revista fueron las ideas políticas de izquierda o centro-izquierda y los derechos humanos? Y por qué fueron estos dos temas?

JAVG – Claro, es verdad. Bueno, porque eran los más que nos preocupaban a nosotros, digamos.

Raphael – La Iglesia también tuvo una...

JAVG – También, pero dentro del rol que la Iglesia tenía en el proceso político en Chile que era muy fuerte en este momento y también en la América Latina. Había en la época la Teología de la Liberación.

Raphael – Y cuándo, de alguna manera me dijo sobre su retorno del exilio. Cuándo fue... Julio Silva volvió antes, no?

JAVG – Volvió antes, pero el volvió por el problema humanitario, cáncer de su señora.

Raphael – Y usted, por qué volvió?

JAVG – Porque hubo cambio en el gobierno chileno. Nombraron a un ministro que se llamaba Jarpa y él empezó una cierta apertura y una de las cosas era publicar listas para el retorno de exiliados. Esa política empezó en 1983. Entonces salían listas mensuales sin ningún orden, sin ninguna lógica, nada. Salían así. Entonces, en una de esas listas, por cuestiones (inaudível) la familia lo que sea, salí yo. Entonces yo vine por quince días y después volví con mi señora para, bueno, porque habíamos vivido diez años, todavía que... desmontar una casa, todo lo que (inaudível).

Raphael – Creo que algunas personas, aún que estas listas fueron un poco por casualidad, algunas personas tal vez tuviesen una resistencia, por parte de la dictadura, para que ellas retornasen.

JAVG – A ver. Pero no era lógico. Por ejemplo, de repente podía aparecer algun dirigente político importante que le daban permiso y no le daban a un tipo que tenía un rol muy secundario. Ahora, el que tenía un rol más dirigente, en cualquier nivel, sindical, cultural, político lo que fuera, en general, volvían. Lo que quedaron fuera, y se quedaron fuera, fueron, sobre todo, personas de más bajos recursos que en Europa, sobre todo, subieron bastante su nivel de vida. Yo recuerdo por ejemplo un campesino que vivía en Lausanne, Suiza. Era obvio que no iba a volver. Cómo iba a volver? Si allí tenía un nivel de vida para él, para sus hijos, para todo, que nunca había soñado en Chile. Pasó mucho con gente que estuvo en Suecia. Entonces, esa gente no volvió.

Raphael – Por opción, porque quisieron quedarse en...

JAVG – Claro. Bueno, porque tenían una situación económica que acá, en cambio, la situación era muy mala económicamente.

Raphael – Sí. En este momento de su vuelta a Chile, retomó sus actividades políticas, de un punto de vista institucional, por el Partido por la Democracia?

JAVG – No, yo te explico. Yo volví a Chile en una situación muy complicada, porque yo volví definitivamente en 1984, en plena dictadura, y además nosotros vivíamos frente a Pinochet, porque allí teníamos departamento (risos). Entonces, mirábamos la casa de Pinochet así, al frente. Entonces, yo tenía mucho cuidado porque yo no sabía que podía pasar. Entonces, yo no participé tanto en primera línea en todo lo que fuera la actividad pública, política o de protesta contra Pinochet. Entonces, lo que hicimos fue crear este centro de formación política y un editorial, porque nos dimos cuenta que una revista necesitaba autorización del gobierno. En cambio, los libros, no, porque el gobierno partía de la base de que los libros los leían poca gente. Entonces, empezamos a sacar libros, y sacamos entre los libros uno que fue best-seler absoluto en Chile toda la vida que se llama *Los Zarpazos del Puma*, que es un libro terrible de denuncia de la Caravana de la Muerte. Lo que también era un riesgo, pero que entre nosotros este riesgo estábamos dispuestos a correr. Y la línea editorial era siempre lo mismo, o sea, cómo el mundo católico, el mundo de izquierda... de Democracia Cristiana, de Iglesia o lo que sea, se comprometía acercándose al mundo de la izquierda, digamos.

Raphael – Lo mismo de *Chile-América*? Es una...

JAVG – Lo que llamamos después ediciones *Chile-América*.

Raphael – Sí. *Cesoc/Chile-América*.

JAVG – Claro, porque era como para hacer un recuerdo.

Raphael – Sí.

JAVG – Ahora, una anécdota para que tú veas. Cuando alguien fue a pedir también para que me pusiera en la lista de volver, y logró que esta persona otra hablara con Pinochet, Pinochet tenía la revista *Chile-América* en su escritorio. “Esto que tú quieres que yo permita que vuelva?”.

Raphael – Cree que el exilio tenga influido sobre sus posiciones políticas?

JAVG – Sí, mucho. Porque la política chilena, a pesar de todo, era bastante provinciana. Chile es un país alejado, pequeño, como que no había un conocimiento suficiente del mundo, o sea, o suficientemente vivencial. El exilio lo que hace, cuando te vas, sobre todo, a Europa, es que te mete en el corazón de los conflictos del mundo. Entonces, la vida se hace más amplia y más profunda.

Raphael – En el caso de *Cesoc*, a quién cupo esa iniciativa editorial?

JAVG – Lo hicimos principalmente Julio y yo, cuando yo volví.

Raphael – Y poseyó un Comité Editorial, cuáles personas lo compusieron?

JAVG – No me acuerdo mucho... Parece que no tanto o no funcionó tanto.

Raphael – Usted fue... que posición ocupó en *Cesoc* Julio también? Podría decirme, director, presidente?

JAVG – Sí, sí, pero no sé exacto.

Raphael – Pero estaban a frente, los dos...

JAVG – Sí, y allí empezó a trabajar bastante gente porque conseguíamos proyecto.

Raphael – Cómo se daba ese proceso?

JAVG – Proyecto para la formación “educación democrática”. Entonces allí trabajaban tres o cuatro personas.

Raphael – Pero, no exactamente en el editorial.

JAVG – No, eran proyectos. Después abrimos oficinas de *Cesoc* en las regiones. Abrimos una en La Serena, en Valparaíso.

Raphael – Y en Santiago, donde quedaban?

JAVG – Mira, (risos) una cosa muy absurda. La primera sede nuestra era en el edificio de la Bolsa, porque allí teníamos un amigo abogado muy buena persona, muy comprometida que se llamaba Francisco Justiniano, que nos ofreció una oficina. Pero además, nosotros pensábamos que estábamos más protegidos se trabajáramos en la Bolsa de comercio, que era como, pensábamos nosotros, que era más raro que se hiciera un allanamiento en la Bolsa, que si la policía entrara a la Bolsa era más raro que estar en él, no sé, en

departamento cualquiera. Eso a primer tiempo. Y después fuimos a distintas, distintos, digamos, establecimiento, hasta que compramos un edificio.

Raphael – Cuándo?

JAVG – No me acuerdo ya. 1986, algo así. Y compramos un edificio muy bueno. Bueno, a no sé cuantos años plazo. Entonces arrendamos un piso... abajo era como negocio, había un restaurante, una librería. Arriba, en el primer piso sea..., segundo piso había una organización de estudios y ONG de las mujeres, que se llamava ICI (?) Internacional, donde trabajaba mi señora, así que teníamos una buena relación, y arriba estábamos nosotros.

Raphael – La dirección...

JAVG – Esmeralda.

Raphael – Qué es Esmeralda?

JAVG – Una calle, una calle que está en el centro, cerca al parque Forestal.

Raphael – Y la primera dirección, dónde queda?

JAVG – Edificio de la Bolsa que es en la Bolsa mismo. Bandera... la calle es Nova York. Es una calle angosta que queda entre Bandera y Alameda al llegar a la Alameda, como en frente a Universidad de Chile.

Raphael – Cómo era *Cesoc*, su estructura física? Había una... cómo se daban los fondos, la financiación?

JAVG – La misma cosa. Yo iba a buscar esos fondos en Europa, en los mismos organismos, igual.

Raphael – Como *Chile-América*.

JAVG – Sí.

Raphael – Los autores, cuántos libros usted publicó en este período, de 1983 hasta 1990?

JAVG – Yo creo que Julio sabe, Julito. Yo no me acuerdo cuantos.

Raphael – De mí investigación, yo creo que dos o tres en este período.

JAVG – No, mucho más.

Raphael – *Iglesia y dictadura...*

JAVG – Ah, cuántos publiqué yo? *Iglesia y dictadura*, yo creo.

Raphael – Chile, un nuevo camino.

JAVG – No, eso ya cuándo yo era candidato a diputado. Los libros que escribí después... Bueno, hasta 2000, digamos, eran todas recopilaciones de artículos. *Chile, un nuevo camino*, *La fuerza de las ideas*, *Se abre la sesión*, todos tienen que ver o con intervenciones mías en el parlamento o con artículo etc. Y después yo publiqué un libro, propiamente un libro que se llama la *Balsa de la razón*. Eso era con vistas a 2000. Este libro se publicó en Santiago y se publicó en Buenos Aires. Y después yo publiqué el

compromiso, yo voy a mostrar si quiera ver. Eso que yo te dije que es como una especie de memoria política.

Raphael – Entonces, la información sobre autores, libros publicados por Cesoc entre 1983 hasta 1990 es con Julio.

JAVG – Con Julio.

Raphael – Usted no tiene esta información?

JAVG – No. Yo después de 1990 me desligué, porque yo salí diputado, entonces Julio papá, que ya está muerto, él siguió.

Raphael – Él siguió la dirección. Cuáles criterios fueron utilizados para hacer la selección de las obras publicadas por *Cesoc*? Cómo ocurría el proceso de publicación? Estoy hablando en el primer momento, hasta el final de la dictadura.

JAVG – Mira, en primer lugar era la misma línea de la revista, o sea la denuncia a los derechos humanos, acercamiento entre mundo católico y mundo de izquierda, eso era. Ahora, la selección era, en general, los autores venían con sus obras y nosotros buscábamos el financiamiento. Ahora, a veces ocurría que un autor traía su financiamiento. Entonces publicábamos, siempre que nosotros estuviéramos de acuerdo, lo publicábamos porque era bueno para el editorial y no nos costaba nada. Ahora, hay un libro, que en cambio es muy raro, de la mujer de Michael Townley. Michael Townley era un agente americano, que mató a mucha gente.

Raphael – Ah, sí, de la CIA?

JAVG – Por lo menos trabajaba para Pinochet. Él participó del atentado a Prats, a Letelier, a Leighton y más gente acá en Chile. La mujer, que se llamaba Mariana Callejas, que también estaba metida en todo eso, pero que era como que una escritora, una intelectual. Una intelectual no, una escritora. Ella una vez se acercó a nosotros para decir que quería publicar un libro con nosotros. Y publicamos el libro de ella porque ella cuenta todas sus andanzas en Europa como espía de Pinochet. Entonces, es interesante. Se llama *Siembra vientos*. Yo creo que es la única obra de una persona cercana del régimen que hemos publicado.

Raphael – Por el contrario, era el pensamiento de izquierda de oposición a la dictadura.

JAVG – Sí.

Raphael – De qué año es este libro?

JAVG – No me acuerdo.

Raphael – Sí, voy a investigar.

JAVG – Sí.

Raphael – Algunas publicaciones aparecían con la edición *Cesoc*, edición *Chile-América*, otra *Cesoc/Flacso*, *Cesoc/Ceneca*.

JAVG – Claro, era cuando hacíamos, entre comillas, “negocio”, porque allí el editorial podría tener algún ingreso.

Raphael – Sí. Bueno, estoy terminando. Cuál fue el público de *Cesoc* y dónde circuló, los principales espacios de circulación?

JAVG – Los libros estaban en las librerías y estaban en las ferias y después circulaban mano a mano. Ahora, el libro más vendido que es este que te digo, *Los Zarpazos del Puma*, se vendía en la calle. La gente lo vendía en la calle y se hicieron además muchas copias sin pagar derechos del autor. Yo creo que se vendieron, para Chile hubiera sido una cifra muy alta, se vendieron en total yo creo como a 75.000 libros.

Raphael – Fue el libro de mayor tirada...

JAVG – Sí. Nunca hubo en Chile una circulación igual.

Raphael – La tirada de él, cerca de 75 mil.

JAVG – 75.000.

Raphael – Y de los otros?

JAVG – 1000, 2000. Otro que tuvo bastante... Hubo dos que tuvieron bastante... *El día que Murió Allende*, que es bastante bueno, también hecho por un periodista demócrata cristiano, *El día que murió Allende* y después el otro que se llamó *Miedo en Chile*.

Raphael – Que fue el primero si no me equivoco.

JAVG – No me acuerdo.

Raphael – Patricia...

JAVG – Pulitzer. Que todavía es una periodista que sale en la televisión y todo.

Raphael – Cómo fue la relación del editorial *Cesoc* con la dictadura? Hubo libros censurados, autores perseguidos, sufrieron ustedes algún tipo de violencia por parte de la dictadura?

JAVG – No, no, que yo recuerde, no.

Raphael – Pero, entonces, la relación fue, fue...

JAVG – Normal.

Raphael – Normal.

JAVG – Había un espacio que nosotros usamos. Hay que tener en cuenta que era un periodo en que había también revistas de oposición. La revista *Análisis*, *Apsi*, *Cauce*, después salió *Diario de la Época*. O sea, la dictadura se fue abriendo también. Había un poco de autocensura, o sea, no íbamos a publicar un libro, por ejemplo, que fuera una diatriba contra Pinochet, no. Sería así una provocación, obvio, o sea, había autocensura.

Raphael – Pero algunos, como Patricia Verdugo...

JAVG – Sí, pudo circular y no pasó nada.

Raphael – Bueno, que une, entonces, en muchos momentos me respondió a respecto, pero, que une la revista *Chile-América* con el *Editorial Cesoc*? Podemos considerar el *Editorial Cesoc* como una consecuencia de la publicación de la revista *Chile-América*?

JAVG – Sí, sí. Y lo que nos une básicamente yo creo políticamente es la idea de favorecer el encuentro democrático amplio de las fuerzas políticas de izquierda con la Democracia Cristiana. Y en lo que se refiere a la... y también digamos el compromiso de la Iglesia con la promoción de la democracia, de la libertad, de los derechos humanos, en fin, y después, también, en general, todo lo que es la reivindicación de los valores de los derechos humanos. Pero también en el editorial se publicaron libros de otros tipos. Por ejemplo, tenemos libros de Nicanor Parra, una entrevista de Nemesio Antunes, Roberto Matta. Bueno, claro, porque también había que ir ganando otros espacios, culturales en fin.

Raphael – Pero, de algún modo, todos ellos con una mirada de oposición a la dictadura, visión crítica...

JAVG – Ah, sí, claro, desde luego no hay ninguna persona que no tenga esa idea.

Raphael – Por fin, para no molestarle más, tiene sentido la interpretación que hacemos según la cual este proyecto editorial, involucrando *Chile-América* y *Cesoc*, estuvo muy próximo del debate político del campo progresista desde el golpe hasta la década de 1980, y se acordó, digamos, fue caminando con lo que proponía la *Concertación de Partidos por la Democracia*?

JAVG – Sí, así es.

Raphael – Sus puntos de vista sobre la transición a la democracia?

JAVG – Sí, sí. Nosotros acompañamos mucho, por ejemplo, el proceso de renovación socialista. Hay un dossier sobre reuniones en Francia, reuniones en Ariccia, Italia.

Raphael – Ese dossier se encuentra...

JAVG – Está dentro de la revista.

Raphael – Ah, dentro de *Chile-América*.

JAVG – Sí.

Raphael – Y cómo usted analiza el papel jugado por *Cesoc* en la resistencia a la dictadura y en el proceso de vuelta a la democracia?

JAVG – Yo creo que fue una contribución cultural, en el campo cultural, y también, como en *Cesoc*, también hacía cursos, hacía proyectos de desarrollo, también una pequeña contribución, modesta, a las actividades contra Pinochet.

Raphael – Sí. Fue un editorial, pero más allá también un centro de estudios?

JAVG – Un proyecto. Sí, pero sobre todo de formación y de divulgación.

Raphael – Bueno, podemos... acompañaron el momento del NO, el plebiscito?

JAVG – Sí, claro.

Raphael – Existieron publicaciones a respecto?

JAVG – Creo que sí, creo que sí, alguna especial sobre el NO, me parece.

Raphael – Algunos intelectuales, artistas...

JAVG – Sí, sí.

Raphael – Bueno, es eso, muy...

JAVG – Ahora, se me permite, yo creo, ya que me dió esta publicación [meu livro sobre outras duas revistas, *Araucaria de Chile* e *Literatura Chilena*], yo creo que la revista *Chile-América* fue más importante que estas. No es una rivalidad. Que pasa, la *Literatura Chilena* era la que se hacía en San Francisco, era más de literatura.

Raphael – Sí, era más literatura, sí.

JAVG – La *Araucaria* la hicieron los comunistas en Paris. Era más una revista intelectual.

Raphael – Intelectual, cultural.

JAVG – Muy cercana al Partido Comunista.

Raphael – Sí.

JAVG – Nuestra revista fue la única revista, digamos, política, desde un punto de vista de los partidos, independiente, con personajes de varios partidos y que no seguía directiva partidaria. Por ejemplo, la *Araucaria* la dirigía Volodia Teitelboim, y Volodia no iba a hacer nada que no estuviera de acuerdo con la línea del Partido Comunista.

Raphael – Presenció y eso se percibe en la revista.

JAVG – Sí.

Raphael – Las directrices del partido.

JAVG – No es el caso nuestro.

Raphael – Incluso en el momento en que hay la *Frente Patriótico Manuel Rodríguez*, la lucha armada, y eso es posible ver en *Araucaria*.

JAVG – Sí.

Raphael – Y ustedes tuvieron una mirada más amplia desde un punto de vista político?

JAVG – Sí, y nosotros fuimos muy críticos del *Frente Patriótico*.

Raphael – Sí, de la línea insurreccional.

JAVG – Sí. Lo otro interesante en la revista, no sé si queda claro, fue cuando vino el movimiento Solidaridad en Polonia, la revista tomó partido inmediatamente por los trabajadores polacos, que era la misma posición que tomó el Partido Comunista italiano. El Partido Comunista chileno tomó la posición de Jaruzelski, igual como ahora defiende a Maduro o defiende a régimen cubano.

Raphael – Usted es vinculado al Partido Socialista.

JAVG – Sí.

Raphael – Y fue diputado...

JAVG – Presidente de la Cámara, diputado, después fui senador.

Raphael – De 1990 hasta...

JAVG – Adelante, claro. Después fui ministro de la presidenta Bachelet, miembro del Tribunal Constitucional y después embajador en la Argentina.

Raphael – Su último cargo.

JAVG – Sí. Último, último.

Raphael – Y ahora?

JAVG – Ahora hago clases, escribo en los diarios, bueno, ejerzo la profesión de abogado en el campo del Derecho Público.

Raphael – Muchísimas gracias. Es un placer, un honor conocerlo. Es un personaje, no sé si puedo decir así, muy importante en mi investigación.

ANEXO II

Transcripción da entrevista com Julio Silva Montes, realizada no dia 16 de outubro de 2018, em Santiago, Chile

Autor – Julio, para empezar, algunas preguntas más generales sobre tu papá. Podrías decirme sobre la trayectoria intelectual y política hasta el golpe. Una breve exposición. Y cómo él se involucró con la política, cuáles sus influencias?

JSM – Ok. Bueno, me papá Julio Silva Solar, que nació en el año 1926, durante su época universitaria se incorpora... A ver, durante su época escolar conoce a padre Hurtado. Padre Alberto Hustado, quién lo inculca digamos en esta Doctrina Social de la Iglesia, que, básicamente, estaba preocupada de lo que estaba pasando en la sociedad, sobre el trabajo social, trabajar por los demás y todo esto. Durante la universidad, él se incorpora, acá en Santiago, a las juventudes de la Falange. La Falange sería lo que era... hoy es la Democracia Cristiana, Partido Demócrata Cristiano. Él se identifica con esto de los jóvenes demócratas, pero desde el punto de vista cristiano, no de un punto de vista más comunista o socialista que eran ateos. Él siempre fue cristiano. Entonces conoce a Bernardo Leighton, conoce a Tomic, conoce a una serie de gente relacionada con la fundación de la Falange Nacional, en esta época, que después se transformaría en la Democracia Cristiana. Y durante la universidad y sus primeros años como abogado, él se incorpora como miembro de la Falange y de las juventudes demócratas de esta época hasta incorporarse al año 1950 cuándo se funda la Democracia Cristiana. Él es parte digamos del partido. Él está dentro de los miembros del partido. Él se postula, empieza a trabajar con el Partido Demócrata Cristiano. Bernardo Leighton ya en esta época y Tomic y muchos otros más ya eran destacadas figuras nacionales de la política. Él era como una joven promesa de la política nacional. A través de esto, él logra digamos que ser elegido diputado por la Democracia Cristiana durante el primer gobierno de Frei Montalva y, para el gobierno de Allende, él ya había sido elegido por segunda vez diputado. Mi padre tenía la costumbre de hacer esto [coleccionar recortes de jornais contendo artigos de sua autoria publicados ou matérias sobre ele]. Aquí ya la Democracia Cristiana, puedes ver que ya estaba incorporada

Autor – Su trayectoria política.

JSM – Claro. Acá tengo todo de su trayectoria política.

Autor – El año en el periódico no es posible ver, solamente en la pasta...

JSM – Claro... Lunes, 11 julio de 1966 [data de un dos artigos escritos por Julio Silva Solar]. Déjate buscarte un más antiguo, tengo un más antiguo. Entonces, bueno, él digamos empieza todo ese periplo político, pero todo se dá digamos partiendo del punto de partida que él conoce a padre Hurtado, padre Hurtado lo incorpora a su grupo y ahí él vá se instruyendo de la Doctrina Social de la Iglesia. Esto es de 1954 a 1956 [outra pasta de recortes de jornais]. Mi padre era mucho de escribir en diarios. Entonces, él empieza a escribir, este es da revista *Segunda Época*. Entonces aquí están todos sus artículos. “Las noticias de última hora”, Lunes, 10 de enero de 1955. Él era muy bueno para escribir

artículos. Puedes ver que él escribía artículos muy seguidos y muy investigador de todo lo que es la Doctrina Social de la Iglesia, la Teología de la Liberación, que está como iglesia de izquierda que existía, muy seguidor de Maritain, Jacques Maritain...

Autor – Sí, francés...

JSM – Filósofo cristiano francés. Muy también enfocado en ser cristiano, pero ser de izquierda. Él tenía todo esas... La filosofía de Jacques Maritain, eso que surgía en Latinoamérica... la Teología de la Liberación.

Autor – Sí. Después, si es posible, podría sacar fotos...

JSM – Sí, sí, tengo montones, eso los tengo todos. Ahí abajo están todos guardados.

Autor – Es un material muy importante. Yo voy ordenando en mi cabeza cómo trabajar con todo eso porque es mi interés sin duda alguna.

JSM – Con tanto material. Bueno, es eso. Él llega durante las primeras épocas de la Democracia Cristiana, él se presenta como un diputado joven, que lo llamaban como diputado díscolo que no seguía, digamos, las doctrinas. Él como que se salía un poquito de las cosas, era muy de hacer ruido. Él publicaba cosas muy agresivas, siempre muy enfocado en una visión muy americanista, muy de en contra del imperialismo yanqui, muy en ese sentido. Bueno, él es elegido diputado primera vez durante el gobierno de Eduardo Frei Montalva y después durante el gobierno Allende. Entonces cuando le tocó el golpe él ya era diputado. Ahora, ante esa época vino la separación de la Democracia Cristiana. La Democracia Cristiana sufre un quiebre con Tomic y otros más y la Democracia Cristiana se transforma en el MAPU-Obrero Campesino, en la Izquierda Cristiana, donde queda mi papá, y el MAPU-Obrero Campesino es donde se va Vicente Sota, donde se va... y donde surge la Reforma Agraria. La Reforma Agraria digamos que la impulsó Eduardo Frei Montalva y se toma, digamos, acción a través de MAPU-Obrero y Campesino que son un poquito más rudos, digamos, no tan de palabras sino más de acción.

Autor – Su papá pasó por el MAPU y después por la Izquierda Cristiana

JSM – Sí, claro. Pasó por el MAPU y después siguió como diputado por la Izquierda Cristiana.

Autor – Él fue diputado en sus dos mandatos por la Izquierda Cristiana?

JSM – No, por uno. Primero fue por la Democracia Cristiana, después por la Izquierda Cristiana. O sea, en el otro mandato vino todo el quiebre y él como que fue variando... y ahí, bueno, le viene el golpe de Estado siendo diputado de la Izquierda Cristiana. Entonces, por eso, él, al momento del golpe, tuvo que esconderse en la Nunciatura Apostólica, que está acá, relativamente cerca, y él se esconde ahí junto con un grupo de gente permanece encerrado como hasta noviembre de 1973, asilado, hasta que le dan el permiso para poder salir del país. Llega en enero de 1974 más o menos, se llega primero a Francia y de ahí son derivados a Italia. En Italia son recibidos por la FAO.

Autor – Qué es la FAO?

JSM – La FAO es una unidad o una parte de la Organizaciones de las Naciones Unidas que tiene que ver con la alimentación y refugio de exonerados políticos. Y la FAO

digamos les permite encontrar lugar donde quedarse, obtener los primeros trabajos, digamos.

Autor – Una asistencia.

JSM – Claro, es como una asistencia bien básica, pero que les sirvió por lo menos a los chilenos que estaban tanto en Italia como en Francia, en otros países, Alemania, Inglaterra, donde estaban los grupos de chilenos organizarse, les permitió organizarse.

Autor – En un primer momento.

JSM – Claro. En el mismo edificio donde nosotros terminamos viviendo, vivían varias familias chilenas, entre ellas Viera-Gallo, que era nuestro vecino. Terminamos viviendo casi en frente.

Autor – En Roma?

JSM – En Roma, en Roma.

Autor – Y por qué tu papá, Julio Silva Solar, y Viera-Gallo fueron a Roma?

JSM – Porque en este momento primero llegaron a Francia, y en Francia ya se ocupó de exilados, de asilados como que estaba muy lleno, muchos miles de la zona, entonces ellos decidieron que vayan a Italia porque en Italia en este momento no hay tanto... porque cuando llegaron tanto Francia como Alemania ya estaban pleno. Y la Alemania estaba con este problema de la Alemania Federal, la Alemania Democrática, entonces como que eligieron... no, no pueden ir para acá, pero sí pueden ir para allá y al final terminaron en Italia.

Autor – No tiene que ver con la formación política de ellos, la Democracia Cristiana...

JSM – No, no, no. Tiene que ver más como dónde les metemos a ustedes. Entonces, hay un grupo grande a Francia, el primer grupo salió apenas vino el golpe, vino después un segundo grupo en los primeros meses de 1974 donde se distribuye entre Alemania, Francia e Italia. Y después vienen como otra jornada que viene ya un poco después en 1975, 1976, que estos ya llegan a lugares como a Suecia, como a Noruega, más países del norte, mucho a Venezuela, empiezan a llegar a Bulgaria, Rumania, Checoslovaquia, Yugoslavia, pero estos son los menos. Un grupo que llegó también a Unión Soviética, pero eso era un grupo muy pequeño. La mayor concentración de exiliados estaba en Alemania, Francia y Italia.

Autor – Suecia, también...

JSM – Claro, pero posterior. Lo que pasa es que en los 1990 hubo mucho... una colonia muy grande (inaudível) chilena, pero en los 1990. Donde allí creció muy grande y ahora la colonia más grande que hay en Europa es la sueca. Pero eso obviamente después de la vuelta de la democracia. Más que nada por una apertura de oportunidad laboral, que entonces fue mucha gente para fuera. En España no tanto, no se dio tanta gente en exilio porque España era franquista, aún era el período franquista, entonces, bueno, España no nos vamos a meter. Mucha gente salió a Argentina, Bolivia, a Perú, pero había en esta época también habrían dictaduras militares, también la Operación Cóndor, entonces había que salir del continente. El único lugar donde uno podía ir era básicamente Venezuela. Venezuela, Cuba, México, claro, porque eran lugares donde no tenían, digamos,

ingerencia los dictadores latinoamericanos, porque hubo varios que se arrancaron a la Argentina, los fusilaron allá, y otros se arrancaron a Bolivia, Uruguay también los capturaron allá. Entonces como todo el Cono Sur era solo una dictadura...

Autor – Entonces, en este caso hubo un doble exilio, digamos...

JSM – Claro. Mucha gente también durante los 1980 se fue a Australia y Nueva Zelandia, como una segunda oleada de estadía.

Autor – Y cómo fue vivir en el exilio? En este caso la pregunta sirve para usted y su familia. Cómo fue vivir... hubo algún amparo, asistencia por parte de organizaciones...

JSM – Yo era un niño, yo tenía tres años. Entonces para mí, obviamente, era muy pequeño, y fue como un cambio de lugar que no me di cuenta. O sea, yo realmente estaba en Italia y yo realmente no tenía mucha conciencia si estaba en Italia o en Chile. Empecé a hacer mi educación escolar en Italia. Empecé a asistir por primera vez el colegio allá. Entonces allá yo hablaba italiano, dentro de la casa los únicos que hablaban italiano era yo y mi hermana. Mis padres empezaron a aprender italiano estando allá, poco a poco. Mi madre hablaba francés. Entonces eso también le permitió abrir ciertas oportunidades. Para mí fue una cosa bien extraña porque no era ni de allá ni de acá. No era ni chileno ni italiano. Entonces allá era chileno refugiado, venía para acá y acá era italiano arrancado. Entonces era como raro. Yo no venir a tomar como que conciencia hasta que volvimos a Chile, a quedarnos acá, entonces terminé a tomar conciencia de la historia que digamos venía arrancando.

Autor – Hubo asistencia por parte de organizaciones políticas en el caso de su papá? Redes de apoyo...

JSM – Sí, sí. Hubo asistencia tanto del Estado italiano, del Estado italiano, como de entidades políticas europeas, más que nada, bueno, ellos empiezan, digamos, consiguen financiamientos para poder empezar a generar la revista *Chile-América*, que era digamos el lugar desde donde digamos ellos podían exponer al resto del mundo la situación que estaba pasando en Chile. En este sentido, la misma revista *Chile-América* los ponen a participar en distintos seminarios, congresos, reuniones de... por partidos políticos de izquierda en Europa. Entonces, en este sentido, claro, ellos empiezan a tener claro asistencia de partidos políticos tanto de Italia, como de Francia, como de Alemania, empiezan a viajar mucho, a dar posiciones, a hacer trabajos, pero básicamente lo que les permiten obtener financiación para generar la revista *Chile-América*. La revista *Chile-América* es, digamos, la versión escrita de estas reuniones que empiezan a gestarse como de un Chile en el exilio, digamos. Que empiezan a generar, digamos, un trabajo de denuncia, de denunciar todo este... lo que estaba pasando a través de un medio escrito, pero también a través de este viajar y exponer lo que estaba pasando en Chile.

Autor – Cuales fueron los principales partidos que contribuyeron, de un punto de vista financiero, sabría decirme?

JSM – No sabría decirte. Eso yo creo que te pueda dar mejor información es Viera-Gallo. Él vivió en carne propia, digamos.

Autor – Sí.

JSM – Yo era un niño. No tenía mucha conciencia lo que estaba pasando excepto a que toda nuestra casa estaba llena de gente, habían siempre reuniones, eran reuniones para muchos lados, viajaban mucho. Viajaban mucho en ese sentido como para allá, para acá, iban a... bueno en estos mismos álbums de fotos mi papá, hay muchas fotos de él, no sé... en Checoslovaquia, en aquí, acolá. Siempre un grupo grande: Leighton, Viera-Gallo, él, Tomic y muchos otros nombres más. Digamos que... Altamirano, Guastavino, como que se van a repetindo los apellidos deste grupo. Y este grupo se movía para allá, para acá... Bueno, vino el atentado a...en Estados Unidos a Letelier... Entonces, claro, viene también toda esta paranoia que estaba siendo perseguidos...

Autor – Pero, fueron perseguidos de facto?

JSM – Fueron perseguidos. De facto sí, po. Había un grupo fascista en Italia...

Autor – Su papá, Viera-Gallo... Leighton sufrió un atentado...

JSM – Bueno, claro. Y esto fue a través de un grupo fascista italiano. Donde la DINA chilena se comunica con este grupo italiano y se organizan como que... O sea, mi papá me contó mucho tiempo después que sí, los seguían, sí, los atosigaban, se encontraban con gente en la calle que le decían “no sigan haciendo lo que están haciendo o van a terminar muertos”. Amenazas directas en la calle, amenazas directas en el... bueno de esto Viera-Gallo va a poder decir mejor. Yo todo sé de tercera oída, no soy la fuente directa, pero sí, existió eso, había una persecución constante, entonces... Por eso también ellos empiezan a tener todo eso en papel, a todo lo que ellos hacían a tener un registro, hacer una revista donde escriben todas las personalidades políticas de la época escribieron en la revista. Escribieron muchos artículos, y les sirve también para, no solo para obtener financiamiento, pero para demostrar que estaban haciendo algo en favor del retorno a la democracia en Chile. De apoyo también a la gente que quedó acá. Porque acá quedó mucha gente en la clandestinidad, que no había, digamos, un trabajo, digamos, constante. Se vienen a hacer un trabajo constante ya a partir de los primeros años de los 1980, cuando se toman lo que estaba haciendo en Europa, cuando estaba haciendo acá como un camino, como una línea más unitaria que se transforma en 1984 en las primeras protestas, en el levantamiento popular que se llama, porque hasta antes era sólo persecución política por parte del Estado chileno, del Estado militar, que solamente perseguía gente por estar ligada a... Después ya vienen como una vuelta, una organización, después ya empiezan a volver también la gente. Ya en los primeros años de los 1980 empiezan a volver. Nosotros volvimos a 1983. No, perdón, 1981. Nosotros volvimos el 1981. Mi familia completa volvió em 1981, porque mi madre fallece acá, en Chile, en 1982.

Autor – Y por qué de la vuelta, entonces, en razón de su madre?

JSM – Claro, más que nada por la enfermedad de mamá, entonces volvimos como grupo familiar. Y acá obligan a mi padre a firmar marca toda la semana, de ir a presentarse... muy vigilado. Hasta que le dan al año 1984, le dan como el permiso ya definitivo ya sin que tenga que irse a firmar, porque eso sí tenía que ir constantemente. Tenía que ir a firmar todos los días.

Autor – Pero hubo una autorización de la dictadura para que ustedes volvieran...

JSM – Sí. En 1981 por la enfermedad de mi madre ser terminal. Entonces le dan derecho como..., básicamente le dan derecho a volver a morir a su tierra, y no morir afuera.

Entonces se lo dan. Y eso tuvo mucho que ver la familia de mi madre. Porque la familia de mi madre era más de derecha, pero también era muy cristiana. Entonces ellos abordaron mucho a eso. Un hermano de mi madre, Hugo Montes, él era muy conocido en esta época, era una persona muy conocida a nivel cultural, entonces él fue el que más se involucró para que los dejaran volver y todo ello.

Autor – Cuál es su nombre?

JSM – Hugo Montes Brunet. Mi madre era Gloria Montes de Silva.

Autor – Sobre la revista *Chile-América*, por qué la revista, en realidad, fue un *Centro de Estudios y Documentación Chile-América*? Por qué un centro de estudios y documentación más allá de una revista? Recibían muchos documentos?

JSM – Claro. Básicamente por eso, allí donde como que juntaban todo conocimiento político, digamos, las ideas políticas... que en Chile se quemaban los libros, se destruían todos los materiales de la Unidad Popular, del Partido Comunista, del los partidos de izquierdas, fueron totalmente destruidos en Chile. Entonces, viene todo un trabajo de recuperación de ese material, digamos. Entonces por eso también se transforma en un centro de documentación que permite conservar la idea política.

Autor – Bueno, muchas cosas ya me respondió, entonces... la efectiva participación de cada uno de los miembros del Comité Editor de la revista, quién de facto ejerció la conducta de la revista, la producción de la revista como director... había una centralidad o las funciones... ?

JSM – Sí, había una centralidad, había una centralidad que llevaba a Viera-Gallo... Bernardo Leighton, mi padre, Radomiro Tomic, Esteban Tomic... Tomic viejo también estaba metido acá. Y había un director responsable que era un italiano, que era Giovanni Spineli. Él veía toda la parte, digamos, más técnica, como director responsable de la revista, la parte de edición.

Autor – Pero las decisiones sobre publicación, quién publicaba en la revista...

JSM – No, eso lo tomaba el *Comité Editorial*.

Autor – En general son las personas del grupo que me dijiste.

JSM – Claro, claro. Son los mismos los que...

Autor – Se reunían, iban a congresos...

JSM – A ellos, no les interesaban eso [el aspecto material de la revista, mostrando errores gráficos, de tipografía], o sea, el formato de la revista era muy de documento. Entonces, a eso no les interesaba. Les interesaba que el material saliera, se hiciera, digamos... [hay una pausa en la entrevista para mostrar ejemplar de la revista]

Autor – Aún sobre *Chile-América*, cómo fue la relación entre ellos: José Antonio Viera-Gallo, Julio Silva Solar, Bernardo Leighton, Esteban Tomic?, pensando en el *Comité Editorial*? Una buena relación?

JSM – Yo supongo que buena, o sea, porque fue una relación más que nada a apoyarse mutuamente. O sea, no sólo hacer la revista, sino que todos los fines de semana íbamos juntos, íbamos de vacaciones en los veranos, toda la familia junta, había una cosa como

de tribu, ya, de hacer todo muy junto, muy apoyándose, entonces si alguien tenía un problema, todo el mundo lo iba a apoyar. Me acuerdo que en mi casa se hacían navidades, y en la navidad venían todos los chilenos en nuestro departamento o nosotros todos los chilenos íbamos a el departamento de alguien y allí con todos los hijos, nietos, con todo mundo allí porque pasábamos todos juntos, todavía. Celebrábamos el 18 de septiembre, que es la fiesta de la independencia, celebrábamos otras festividades, los cumpleaños, entonces, había una cosa como que integrada de protegerse mutuamente, de ser un grupo cerrado. Que yo sepa la relación era buena en esta época.

Autor – Sí.

JSM – Más allá, o sea, como de ayudarse en esto estar mal, o sea ayudarse ante todo. Ello lo hacía que le funcionara bien. Ahora estos detalles tiene que ver a Viera-Gallo, porque Viera-Gallo tiene más, él vivió en esta época. Él era joven, digamos. Él tenía 30 y tanto en esta época y papá 40 y tantos.

Autor – Él era el más joven? Incluso más que Esteban Tomic?

JSM – Era él el más joven, de todo el grupo él era el más joven. Yo diría que incluso más que Esteban Tomic. Puedan andar por ahí, pero, digamos eran... porque los jóvenes, más que nada, los más jóvenes se quedaron. Los cuarentones digamos fueron los que se fueron, porque ya tenían familia formada y todo ello. Y ya los muy viejos tampoco se fueron. Se quedaron los más jóvenes y los más viejos.

Autor – Sí. Quién fue Fernando Murillo? Y en qué contribuyó con la revista?

JSM – Fernando Murillo era muy buen amigo de mi papá también. Creo que era sociólogo. Él era parte de *Chile-América*. Él siempre estaba ahí. Yo me acuerdo de él que siempre estaba ahí. Fernando eso sí vivía al sur de Italia.

Autor – Sur de Italia? Cómo exiliado?

JSM – Sí, claro. Como exiliado. Fernando Murillo fue un tipo muy activo en la parte, yo, creo, también, de todo lo que tenga que ver de quien publicaba, los artículos a publicar, él estaba muy metido. Él tiene muchas publicaciones en la revista.

Autor – Perteneció a alguno partido?

JSM – No sabría decirte. Ahí ya no... Me parece que también tenía algo que ver con la Izquierda Cristiana. Pero en ello también Viera-Gallo es la autoridad.

Autor – Sí. Conoció probablemente bien a él.

JSM – Por supuesto, es que siempre, yo veo la foto donde estan ahí Murillo, Tomic, Viera-Gallo, Leighton, mi papá, Sota, Chonchol...

Autor - Jacques Chonchol?

JSM – Jacques Chonchol, precursor de la Reforma Agraria. Entonces ese era como un grupo bien cerrado, bien ellos, digamos. Entonces yo supongo que ellos se conocían a todos.

Autor – Bueno, me dijiste, no, un poco sobre la forma de financiación de la revista.

JSM – A través de organismos estatales, ya sea franceses, italianos, alemanes, como también de una serie de organismos y instituciones que no eran estatales, como podríamos decir hoy en día como una ONG, que en esta época existía mucho, especialmente en la Alemania y ellos comenzaron a financiar digamos... Y yo creo que esa plata venía en primer lugar de partido político. Como el Partido Radical Socialista, mismo el Partido Socialista Italiano, la Democracia Cristiana italiana que fue la que más le abrió los brazos a la Democracia Cristiana chilena, eran pares. En ese sentido yo me acuerdo de la famosa la Democracia Cristiana italiana que ellos apoyaban mucho.

Autor – Tienes información sobre la tirada de la revista, más o menos?

JSM – No tengo esa información, pero yo no creo que han sido muchos ejemplares. No sé...

Autor - Probablemente también Viera-Gallo debe tener esa información.

JSM – Cuando empezamos a recuperar la revista, fue difícil de encontrar, por lo tanto, yo no creo que han sido muchos ejemplares. Yo creo que han sacado 100 ejemplares, no más que eso. 100 ejemplares. Yo creo.

Autor – Cada edición...

[una pausa para procurar por la información]

JSM – Eugenio Llona, otro nombre importante.

Autor – Eugenio Llona. Por qué? Cómo contribuyó con la revista?

JSM – Él era como secretario de esta revista.

Autor – La revista tuvo publicaciones en otras lenguas, italiano...

JSM – Hay una versión en francés.

Autor – Una u otra edición? O había algo más sistemático?

JSM – En italiano yo sé que sí, había. En italiano yo sé que sí, había una publicación de esta.

[Otra pausa para buscar ejemplares, informaciones y mostrármelas]

Autor – Los lugares de circulación de la revista, fueron muchos países por donde Chile-América circuló, no?

JSM – Sí. Mucho en la Europa y también llegaba acá. Llegaba a Chile. Llegaba de forma clandestina.

Autor – Y cuáles eran, cuál público interesaba...

JSM – Mira, para tú ver que les escriben desde Viña del Mar, de Santiago, les escriben a ellos. Por lo tanto, sí... estaban en 1981... Había una retroalimentación de la revista.

Autor – Pero de manera clandestina, acá.

JSM – Sí, acá todo era clandestino, sí.

Autor – Cómo la dictadura interpretaba, veía a *Chile-América*?

JSM – Han visto como un... algo molesto, pero como ellos controlaban todo acá en Chile, no les molestaba mucho. Pero que sí, creo que tenían que ver algo de... del atentado a Leighton.

[Más una pausa para comentar informaciones de la revista. El texto de apertura, el editorial]

Autor – Entonces, después de lo que hablamos, cual es la importancia que usted daría a *Chile-América*, en lo que se refiere al debate sobre las denuncias de las violaciones a los derechos humanos y también para el campo progresista chileno, más a la izquierda?

JSM – Yo creo que eso fue parte del caldo de cultivo que generó en las generaciones que vinieron después del regreso de la democracia. O sea, como se dice, todos los conceptos políticos, las ideas políticas, los planes políticos se gestaron a través de esta revista, que después se pusieron en práctica una vez que se volvió a la democracia. Hay ahí siempre una retroalimentación, digamos, desde y hacía la revista. Desde la revista hacia el pueblo chileno, desde el pueblo chileno hacia la revista. Es un ícono. O sea, cuando yo me di cuenta de que había muchas universidades interesadas en venir estudiar a la revista, que la universidad tanto...[inaudíbel] este ejemplar queremos digitalizar, queremos hacer un archivo..., o sea, hay un interés de que sí, eso fue muy importante en un sentido de donde se junta, se pone en conjunto todo el pensamiento político de izquierda de la época. No sólo a nivel chileno sino también a nivel latinoamericano, porque empiezan a participar, dentro de la revista, empiezan a participar autores de otros países, tanto italianos, franceses, alemanes como de otros países latinoamericanos. Empieza haber como todo un conocimiento más amplio de lo que estaba pasando acá en Chile. Entonces, en este sentido...

Autor – Fue muy... fue central en ese sentido su importancia. Y los dos grandes temas podríamos afirmar que fueron los derechos humanos y la política, la política, el debate político...

JSM – La política, claro. El debate político latinoamericano, digamos, de esto siempre... desde ese concepto bien romántico que tenía en esta época de hacer política discutiendo, de que la política se hacía hablando, discutiendo, generando ideas, generando proyectos y no a “brazo limpio”[?]. Ese quiebre se dió con la dictadura, porque la dictadura simplemente borró la política, borró la forma de hacer política y que la política en los 1990 no tiene esa idea romántica. La política de los 90 tiene más como una política... como más de acuerdos, de “lleguemos a un acuerdo para que los dos podamos convivir”. Entonces, en ese sentido, no es una cosa de, de... ya las ideas no importan sino lo que obtenemos de las ideas. La política a partir de los 90 es una política concreta, que logra las cosas concretas, pero que también se “iluden”[?]. Los partidos dejan de ser clandestinos en esa época. Todos los partidos eran clandestinos en Chile. Entonces ya también empiezan todos los partidos políticos a reformularse para... dónde estamos, con quién estamos, para dónde vamos, lo qué queremos hacer y la forma de hacer política también se pone más concreta, menos ideas y más proyectos concretos.

Autor – Tal vez más práctico.

JSM – Más práctico, sí. Como que se pone más práctico, porque también la idea ya no había con quien discutir ideas. Los de derecha es imposible discutir con ellos, imposible...

[inaudíbel] entonces como que se refugia en sí mismo la izquierda y eso también hace con que también pierdan peso. Hoy en día la izquierda no tiene ningún peso porque no tiene idea política. No tiene idea de cómo hacer política, un discurso asiduo. Un discurso lleno de ideas, claro, de debate, eso se pierde después de los 1990.

Autor – Y *Chile-América* es un ejemplo claro de eso que estás diciéndome.

JSM – Exactamente, exactamente. Y a parte que también, claro, mi padre lo trata de exteriorizar a través de las publicaciones. Él cuando empieza con la versión de *Chile-América* o CESOC en, digamos, en Chile, él empieza a ver que, claro, toda esa cosa, ese formato [revista de debate como era *Chile-América*] no funciona acá. Se dió cuenta que ese tipo de formato como de revista, acá en Chile, no funciona. Entonces empieza a sacar libros temáticos, libros con un tema específico, otro tema específico y a ver si pueda recuperar eso.

Autor – Entonces, vamos a entrar en esta parte de CESOC, pero antes, sabría decirme de las actividades políticas de tu papá cuando regresa a Chile? Fue miembro del Partido Por la Democracia después...

JSM – Claro, después del retorno a la democracia.

Autor – Después del retorno y retoma sus actividades políticas...

JSM – O sea, él llega para acá y se mete de cabeza en el proyecto de sacar adelante CESOC o *Chile-América* en que ellos pensaban crear como una ONG, una fundación, algo que... de hecho fue mucho tiempo, CESOC fue una fundación, más que un editorial. Una fundación de estudios políticos donde se reunían muchas cabezas políticas, donde se hacían muchas capacitaciones para formación política de las cuales un área era área editorial. Pero era mucho más grande que eso. Era una fundación donde todo tema político era lo que interesaba.

Autor – Produjeron documentos más allá que los libros?

JSM – No, que yo sepa, no. Ahora, de mucho [inaudíbel], la reforma de la Constitución, las reformas políticas, mucho salió de ahí. Digamos la idea que andaba dando vuelta ellos los plasmaron en libro o revista. Tomar esa idea para ponerla en práctica fue lo que vino después.

Autor – Entonces, *Chile-América* no pudo, no se publicó en Chile...

JSM – O sea, durante un tiempo el editorial se llamó CESOC/Chile-América o Chile-América/CESOC, ediciones Chile-América/CESOC.

Autor – Sí, yo pude ver. Y por qué en muchas ocasiones, ediciones se publicó como CESOC/Ceneca, Flacso también...

JSM – Eran centros de estudios. Se daba mucho en los 1980. Eran como pseudo fundaciones porque no tenían como, digamos, una razón social tan definida. Eran un poco clandestinas también po, La Flacso fue un centro de documentación muy importante, que también publicaba, publicaba estudios políticos, pero ellos también mantuvieron un formato así como esto [mostrando la revista *Chile-América* y los libros de CESOC]. Flacso se refugió más que nada en la Argentina. La Flacso acá en Chile era como una

sucursal de la Flacso argentina. Pero la fuerte está allá. Hasta el día de hoy sigue funcionando.

Autor – Cómo se daba esta edición de libros por centros distintos como CESOC/Ceneca y CESOC/Flacso?

JSM – Más que nada apoyarse en los financiamientos, porque no había mucho financiamiento. Los financiamientos importantes vinieron al llegar en los 1990. Cuando llega la democracia, las ONGs extranjeras pueden ingresar dinero a Chile. Antes no se podía porque como eran clandestinas, era hacer llegar dinero a entidades clandestinas. Entonces las entidades no podían hacerlo. Cuando ya se legalizan los partidos políticos, las ONGs de la Alemania, Italia, toda Europa empiezan a dar plata, dinero, digamos, de forma...formal a todas esas organizaciones y empiezan a sacar ediciones conjuntas, ediciones cooperativas, CESOC con la Flacso, CESOC con este, este otro con este otro, entonces empiezan a tirar muchas ediciones... como te digo, [...] a sacarse libros de a 1000, de a 2000 ejemplares, con el fin de que circulen, no que el fin de que..., digamos, no con el fin de vender libros. Nunca tuvo el concepto de editorial como lo entendemos hoy en día.

Autor – Desde su origen.

JSM – Desde su origen. Su origen nunca fue ser una casa editorial como *Plaza y Janés*, como, no sé..., como *Grijalbo*, como *Planeta*, nunca fue su intención. Ellos llegaron a esto [mostrando *Chile-América* y algunos libros], porque era la única manera que tenían de expresar sus ideas. No llegaron a formar un editorial como “Hola, nos exiliaron, qué hacemos ahora?. Formemos un editorial!”, no. Ellos llegaron porque... se hubiese sido hoy, ellos no tendrían un editorial, tendrían una página web. Me entiendes?. Era lo que había a mano, era lo que había a mano. Entonces ellos, a lo mejor, hoy en día, serían un *WikiLeaks*, una especie de organización de este tipo, que revela información, que entrega información, que da a conocer cosas que no se saben. *Chile-América* es como *WikiLeaks* de los años 1970, años 1970 y 1980.

Autor – Entonces eso marcó, caracterizó el proyecto editorial de *Chile-América*, de hacer denuncias, ser político...

JSM – Claro, claro. Nunca fue para vender libros. Lo que fue un caos cuando nos quedó el año 2004, 2005. El gobierno dice: “no más plata de afuera”, y se mueren las ONGs en Chile. Y ahí vino como “Oh, debemos vivir y pagar todo lo que tenemos ahora desde la venta de nuestros libros”. Y es ahí donde se dan cuenta que tienen un catálogo de muy mala calidad física, que tienen un catálogo muy desparramado, de mucha, mucha temática. No lo tienen enfocado como en colecciones, como lo haría un editorial. Un editorial te saca una colección de poesía, te saca una colección de política y lo trabaja bien, trabaja formato para este, formato para este otro. Acá no, acá era todo muy a cualquier cosa: “saquemos poesía!, Saquemos...! Mi papá en los 1990 se dedicó mucho a las biografías, de las entidades, de las personalidades. La biografía de Tomic, la biografía de Gabriel Valdés, la biografía de este, de este otro, entonces empiezan a publicar de a todos conocidos. [...] Después vemos lo que pasa. Después se dieron cuenta que tenían una bodega llena de libros, de libros de esta calidad [mostrando un ejemplar], que es de muy mala calidad. Entonces viene como toda una transformación que se encuentra con que desapareció la fundación, se muere *Chile-América* y el CESOC como una fundación

de capacitación política, ya deja de existir en este sentido y lo único que está funcionando es el editorial. Entonces mi padre se da cuenta que a la editorial necesita a sacar de tranco y empieza a trabajarla de la forma como se trabaja un editorial comun y corriente, digamos. Y ahí donde le viene, él empieza a unirse, empieza a sacar menos libros, empieza a tratar de, de... empieza a tener problema con los derechos del autor. Porque todo eso implica derecho del autor. Entonces llega al Estado y dice “los derechos del autor pagados, dónde están?”.

Autor – En los años 1980 no había...

JSM - Claro, empieza en los 1990. En los años 2000 se empieza a aparecer la ley de derechos del autor. Entonces se empieza a enfrentar con que “no tengo derechos del autor”. Muchos de estos libros siquiera tienen inscripción legal. Son libros que inexisten para, digamos, para la Biblioteca Nacional.

Autor – ISBN.

JSM – ISBN. No tenían ISBN. Recién empiezan a tener a partir de los años 1990, 1990 y algo empiezan a tener ISBN. Antes ni siquiera tenían depósito legal. El depósito legal es lo que te obligan a entregar a la Biblioteca Nacional de Chile... cada vez que tú sacas un libro, entregas tres ejemplares, para que rinda al archivo de la Biblioteca Nacional. Entonces, se empieza a enfrentar esa cosa de empresa. Que es este el tránsito de CESOC, de ser una fundación a una empresa. Que tiene que ser una empresa editorial y es ahí donde le empieza a hacer algo. Y ahí donde entro yo en 2010, y digo “ya, ok, eso es un desastre, no es un negocio, no se sustenta como negocio”, y yo transformo todo el catálogo histórico, digamos, como un quiebre, digamos. La política llega hasta aquí y ahora para adelante seamos un editorial de Ciencias Sociales, publiquemos Ciencias Sociales y pongamos al día todo lo que no tenemos al día. Tanto como catálogo, como las deudas que tenía, los derechos del autor, las publicaciones, éstas digitalizamos, subamos las cosas digitalizadas. Todos estos libros antiguos no se van a seguir sacando, por lo tanto matar todo este stock que estaba sin moverse. Tomar este stock, empezar a moverlo de nuevo, eliminar el stock que ya estaba digitalizado... despejar bodega, despejar bodega... Teníamos una oficina muy grande en el centro, en Esmeraldas.

Autor – Ah, quería saber eso, por ejemplo, en la década de 1980 era allá? Dónde funcionaba la oficina de ustedes en los 1980?

JSM – En principio, funcionó en... o sea la dirección más conocida es Esmeraldas 636, que era donde había un edificio que compraron a medias junto con otras fundaciones. CESOC junto con *La Morada*, junto con la [inaudível], junto con la... otras fundaciones que existieron en esta época compraron un edificio tres pisos. Entonces CESOC funcionaba en un de los pisos, tenía una oficina y abajo tenía una librería que era propia, y ahí también un centro de documentación, que era básicamente piezas llenas de documentos. No tenía mucho orden, tampoco. No era una biblioteca, no estaba ordenado como una biblioteca. Había mucha falencia en este sentido.

Autor – Nunca hubo entonces una gran estructura física.

JSM – Sí, en algún momento sí. Como te digo, en los 1990 cuando había mucho dinero que venía de afuera, había sucursal de librería en Concepción, en otros lados...

Autor – Pero en los 1980, no.

JSM – No, en los 1980, no.

Autor – Fue algo que se iniciaba...

JSM – Claro. Los 1980 fue más casero.

Autor – Y el objetivo central era distribuir libros políticos...

JSM – Sí, que la gente conociera los libros, ese era su objetivo central, siempre fue así.

Autor – En contra la dictadura, tenía ese objetivo.

JSM – Claro, la denuncia, era ese su objetivo. Era siempre un objetivo crítico, de hacerla crítica.

Autor – Y eso daba los criterios para selección de obras, autores...

JSM – Claro, claro. Ese era el criterio. Si alguien tenía un libro sobre su experiencia como prisionero político, “perfecto, vamos!, 1000 ejemplares”.

Autor – Tú me dijiste que la tirada de los libros era cuánto?

JSM – 500 a 1000, no más que eso. Algunos tuvieron más tirada porque se sabía que iban a circular más.

Autor – Y entre ellos la autora Patricia Verdugo.

JSM – *Los zarpazos del Puma*.

Autor – Alguno otro?

JSM – No, yo te diría que a este nivel, *Los zarpazos del Puma* es único. *Zarpazos del Puma* logró sacar 300.000, al rededor de 150.000 en la década de 1980. La otra mitad fue en la década de los 1990 y 2000, pero sólo el año de 1987, que se publica por primera vez, y el año 1991 se hacen al rededor de 100.000, sólo en esta época. En este formato así chico, feo, horrible.

Autor – No importaba eso.

JSM – No, se imagina...No importaba que viniera mal impreso, descompaginado, mal hecho. No importa. Eran libros que no circulaban en librerías, circulaban en las calles. Se vendían en las calles. *Los zarpazos del Puma* se vendía en las calles. Los primeros cuatro, cinco años siempre se vendió en las calles, no en librerías. Recién cuando pasó a este formato más grande, más bonito, digamos, ahí se vendió en librerías.

Autor – Que es ya en los 1990, final de los 1990.

JSM – Primer formato grande es del año 1998.

Autor – Y en las calles, dónde se vendían, en los quioscos?

JSM – No, en las calles, en el comercio informal, de la gente ambulante. Este era nuestro mercado. Como lo hacían estos vendedores de paño, iban a la oficina de CESOC, y compraban, a un precio muy módico, muy barato, compraban los libros. Llegaba un tipo y decía “yo quiero 50”, metía los 50, los pagaba más barato y salía a vender a la calle.

Autor - Pero eso se daba también a través de ustedes como una estrategia, de distribuir, hacer circular los libros.

JSM - Claro, esa era la estrategia, esa era la estrategia, más que todo en los círculos universitarios. Tú ibas en esta época en los 1980, tú ibas al centro de Santiago y no faltaba el tipo con su paño que vendía *Los zarpazos del Puma*. Y junto con otros libros que eran como “prohibidos”.

Autor – Pero existían funcionarios del editorial que hacían ese tipo de trabajo?

JSM – Cuál tipo de trabajo?

Autor – De hacer circular los libros de esta manera.

JSM – Sí, sí. Gente que trabajaba para la fundación.

Autor – Sabría decirme algún nombre?

JSM – No me acuerdo, tendría que buscarte. Material antiguo hay mucho [se levanta para buscar algo]. Estas son las primeras tarjetas de CESOC.

Autor – Quién era el director de CESOC?

JSM – Mi papá y Viera-Gallo se lo hacían.

Autor – Eran los dos principales.

JSM – Sí.

Autor – Entonces los directores de CESOC en los 1980 fueron Viera-Gallo y Julio Silva Solar.

JSM – Viera-Gallo y Julio Silva Solar. La Fundación CESOC dirigía Viera-Gallo, pero al editorial siempre estuvo metido mi papá.

Autor – Sí. Bueno, estamos caminando para el final. Cuáles eran las formas de financiación del editorial, sabría decirme?

JSM – Hasta el final de los 1990 era siempre con plata extranjera.

Autor – Y en los 1980? Que es lo que me interesa más.

JSM – También.

Autor – Partidos políticos?

JSM – Partidos políticos, fundaciones, organizaciones. En estos detalles puede ser más clarificador Viera-Gallo, porque él debe ser que partidos políticos, que organizaciones, que... Yo tengo una idea vaga. Porque nunca llegué a esta época, digamos, no tenía nada que ver...

Autor – Cómo participaba o aún no participaba del editorial en esta época, estaba próximo? Cómo...

JSM – No, no, no. Yo salí del colegio y yo me ingresé, digamos, en la educación formal de estudiantes en el año de 1988. Entonces en esta época yo me quedo en otras cosas, yo me quedé a trabajar en proyectos culturales a través del teatro, a través de otras cosas. Yo

me di una vuelta muy larga, haciendo muchas otras cosas que no tenían nada que ver ni con los libros, ni con CESOC. CESOC era el trabajo de mi papá.

Autor – Pero acompañaste un poco?

JSM – Sí, pero llegué en 2010 cuando mi padre se enfermó. Mi padre ya estaba enfermo de cáncer en esta época, entonces, me dice: “no tengo más fuerza”, había sufrido el robo en 2004, en 2006 se acabaron las financiaciones, entonces venía como muy de bajada. No estaban publicando libros nuevos, tenían una bodega llena de cajas de libros viejos y no sabían que hacer con ellos, Viera-Gallo ya se estaba yendo a otra fundación... El problema que tuvo mi papá es que él no fue considerado por los gobiernos de la *Concertación* después del retorno a la democracia. Lo dejaron a parte. Entonces eso le afectó mucho a su salud. Él fue solamente concejal de un municipio, porque él fue parte importante del PPD, pero nunca le dieron el retorno como otros políticos, sí, tuvieron, como sobre todo Lagos... que fueron políticos de primera línea.

Autor – Protagonismo en la política.

JSM - Él no tuvo protagonismo. Entonces, eso de no tener protagonismo era como que apagar un poquitito...

Autor – Pensando que él tenía, tuvo una trayectoria política muy importante...

JSM – Claro. Él era un protagonista hasta antes del golpe. Después del golpe como que perdió su protagonismo y cuando volvió como que no le gustó, digamos, no se sintió muy a gusto, ya. Y después ya se retiró y se quedó con solamente el editorial, no quiso seguir más siendo político, se consideró ya, digamos, cómo decirlo, no le gustó lo que pasó. No le gustó esto de que se volviera esta pseudo-democracia con un Pinochet que todavía era comandante en jefe del Ejército, Pinochet que a cualquier momento podría hacerlo de nuevo, no le gustó que no hubiese condena, que no hubiese investigación, que toda esa cosa, como que, como decía él, “justicia en la medida de lo posible”, entonces no le gustó. Entonces esto lo hizo retraerse.

Autor – En la política.

JSM – En la política. Y hasta que al final llegó su enfermedad en 2010 y él no quería saber más de esto. [...]

Autor – Bueno, algunas más para finalizar acá la entrevista. Él público de CESOC, podemos considerar los estudiantes, los políticos, académicos...

JSM – Académicos... Hoy en día él público está enfocado en eso, en los académicos y en estudiantes.

Autor – Pero en los 1980...

JSM – Era todo mundo. Todo mundo que quisiera saber, de la oposición que quisiera saber, que quisiera informarse. No había información en esta época. La información que daba el Estado era una información parcelada, no había información. En esta época circulaban muchas cosas clandestinas. Revistas, diarios, el *Fortín Mapocho*...

Autor – Pero CESOC no era, no era, sus publicaciones no eran clandestinas.

JSM – No. Justamente como era libro, no necesitaba pasar, como se dice, por censura. Las revistas, sí.

Autor – Los libros, no?

JSM - Los libros no tenían censura.

Autor – Por qué?

JSM –Lo que tenían era que no tenían circulación. Este era el problema de los libros. En cambio las revistas tenían circulación. De mano a mano, todo ese tipo de cosa.

Autor – Entonces, cómo fue la relación de CESOC con la dictadura? Hubo libros censurados, autores perseguidos?

JSM – Hubo más que nada autores perseguidos y libros, no censurados, pero, sí, nos quitaban los libros. Le pasó el mismo con *Zarpazos el Puma*, nos quitaron varias cajas.

Autor – Y cuáles autores fueron perseguidos?

JSM – Patricia Verdugo, Patricia Politzer.

Autor – Básicamente periodistas.

JSM – Básicamente periodistas. Sí, la persecución se daba mucho con los periodistas.

Autor – Julio Silva Solar y José Antonio Viera-Gallo sufrieron algún tipo de violencia por parte de la dictadura, persecución por ser de CESOC?

JSM – Persecución, sí.

Autor – Como directores de CESOC?. En los 1980, estoy refiriéndome.

JSM – Persecución más que nada. Porque en esta época ya no había... O sea, había matanza... pero estaban muy activos los grupos paramilitares. Entonces el Estado militar se preocupaba más de eso. Mapu-Lautaro, Frente Patriótica, ponían bomba, mataban gente, secuestraban militares...

Autor – La Frente Patriótica era de izquierda, extrema izquierda.

JSM – Sí, extrema izquierda. Lautaro también.

Autor – Cómo los veían, tu papá y José Antonio Viera-Gallo?

JSM – Como movimientos armados, eran movimientos armados. O sea, se soportaban unos a otros, porque el movimiento armado tenía su, digamos, su idea, y ellos no, ellos no querían incorporarse al movimiento armado.

Autor – Sí. Eran favorables a los cambios políticos, pero no por la vía armada.

JSM – Que se llegara a la democracia por la entrega del poder, digamos, pero no por quitarles del poder. Y a parte que los grupos armados acá en Chile eran muy desorganizados, que más que nada recibían resistencia de las poblaciones, más que nada... pero no era un grupo ahí como *Túpac Amaru* como... no sé, como... el mismo... que armaban guerrillas reales, que se enfrentaban al ejército, no era eso. Eran atentados aislados, cosas muy puntuales, más que nada mataron un tipo, mataron a otro y que, al

revés, cuando mataban un tipo, en el día siguiente morían 50 de nosotros. Ahí sí había mucho conflicto, porque, claro, ellos tomaban una represalia brutal.

Autor – Entonces Julio Silva Solar y José Antonio Viera-Gallo no veían con buena cara este tipo de estrategia política, de enfrentamiento.

JSM – No, no era bien vista. No era bien vista porque lo que provocaba era peor. La reacción que hacían los milicos era horrible. Y siguieron haciendo hasta muy cercana a 1988. *Los degollados* [el caso] son de 1986. La matanza de varios chicos que eran frentistas fue en 1987, y que eran universitarios más que nada. La universidad era donde era el movimiento más de enfrentamiento, era la universidad. Era más de enfrentamiento. Ellos [Silva Solar y Viera-Gallo] eran más de ideas, conceptos.

Autor – Sí, sí. Qué une la revista *Chile-América* con el editorial CESOC? Podemos considerar el editorial CESOC como consecuencia de la publicación de la revista *Chile-América*?

JSM – Sí, claro. Es una consecuencia, es una evolución, diría.

Autor – Podemos considerar *Chile-América* y CESOC como parte de un mismo proyecto editorial?

JSM – Sí, absolutamente, absolutamente. Son el mismo proyecto editorial, por lo menos lo que era CESOC hasta el año 1998, seguía teniendo el mismo concepto editorial de denuncia, de temas políticos, siempre fue una misma línea. O sea, yo siempre digo, CESOC y *Chile-América* no existirían si no hubiera habido un golpe. Si no hubiera habido un golpe, nunca habría existido este editorial, porque no sería necesario. Fue una reacción, digamos, porque lo único que sabían hacer era discurso político, entonces se hacían discursos políticos. Imagino la exasperación de ellos, “qué hacemos”, “cómo podemos contribuir?”. [...] Mi mamá era bibliotecaria en el Vaticano, y llegó acá y falleció. Hizo un curso de bibliotecología en Roma y empezó a trabajar en el Vaticano como bibliotecaria.

Autor – Tiene sentido la interpretación que hacemos según la cual este proyecto editorial estuvo muy próximo del debate político del campo progresista desde el golpe, pasando por el exilio, hasta una perspectiva política que se acordó con lo que proponía la *Concertación de Partidos...* Comprendes lo que digo? Hasta llegar a la *Concertación*.

JSM – Sí, absolutamente, tiene mucho que ver con eso. O sea, *Chile-América* y CESOC fueron primordiales desde el punto de vista de este pensamiento político. A través de CESOC se daba a conocer ese pensamiento político. CESOC hizo mucho, digamos, las reuniones, la inteligencia política se juntó en CESOC para ir creando lo que se transformó después en la *Concertación*, en el ideario de la *Concertación*, en el ideario progresista de la *Concertación*.

Autor – Y cómo usted, entonces, analiza el papel jugado, el papel ejercido por CESOC en la resistencia a la dictadura y en el proceso de vuelta a la democracia? Cómo interpreta el papel que CESOC cumplió en este sentido?

JSM – Durante la dictadura tuvo un papel protagónico en el sentido de que era el receptáculo de las ideas. De las ideas políticas, de las ideas... donde se depositaba... como CESOC, como Flacso, grupos de organizaciones que formaron finalmente todo el ideario

de la *Concertación*. [...] CESOC fue muy importante, pero su importancia se fue diluyendo en los 1990, porque la política también cambió en este período. Cómo te enfrentas políticamente a un país que quiere mirar sólo hacia el futuro? Que no quiere mirar hacia el pasado. Chile en los 1990 sólo quería mirar hacia el futuro. “Olvidemos el pasado!” No, tenemos que enfrentar la memoria, entonces viene toda esa recuperación de la memoria. Una economía mal hecha, parado, todo privatizado, con gente muriendo de hambre, con toda la periferia llena de poblaciones, entonces, “qué está pasando acá?” Ahí fue como volver atrás, parar un poco, reflexionar: “dónde están las ideas políticas que nos llevan?” Pero, bueno, CESOC fue como un caldo de cultivo de todo el pensamiento progresista, tiene un peso histórico muy grande.